Benefícios
Empresas optam por prevenção na área de saúde e bem-estar, mostra pesquisa da Aon, de Leonardo Coelho B2

Tecnologia
Amazon planeja investir US$ 148 bi, nos próximos 15 anos, em centros de dados B7

Investimentos
Ibiuna, de Vivian Lee, tem buscado aproveitar diferencial entre taxas de bônus no mercado local e no exterior C8

Sexta-feira, sábado e domingo, 29, 30 e 31 de março, e segunda-feira, 1 de abril de 2024
Ano 24 | Número 5970 | R$ 6,00
www.valor.com.br

Valor ECONÔMICO

Crédito ao consumo avança e estimula crescimento do PIB mais forte neste ano

Conjuntura Concessões de empréstimos para linhas como aquisição de bens têm aumento expressivo, levando a estimativas mais altas de expansão da economia

Anaïs Fernandes
De São Paulo

As concessões de crédito mais ligadas ao consumo têm crescido a uma taxa expressiva, devendo ser um fator mais importante de impulso à economia neste ano. Combinado à força do mercado de trabalho, o aumento desses empréstimos e financiamentos também estimula os gastos das famílias, contribuindo para a expectativa de um avanço do PIB na casa de 2% em 2024.

Em janeiro, o crédito livre à pessoa física associado ao consumo subiu 14,4% em relação ao mesmo mês de 2023, enquanto o mais ligado a dívidas teve alta de 7,1%, segundo dados elaborados pelos economistas do PicPay. O levantamento considera como crédito do consumo linhas de aquisição de bens (veículos, por exemplo), cartão à vista, parcelado e arrendamento; já como crédito de dívida entram cheque especial, crédito pessoal não consignado, parcelado e rotativo. No Relatório de Inflação divulgado na semana passada, o Banco Central elevou a projeção de alta do crédito livre para pessoa física em 2024 de 9% para 10%, acima da expansão para empréstimos para empresas, que subiu de 7% para 7,5%.

Desde meados de 2023, enquanto a parcela de crédito mais ligada à dívida seguiu em contração, a parte de consumo se estabilizou e, então, começou a subir. "É como se tivesse ocorrido uma arrumação na casa, tanto por parte das famílias quanto dos bancos, e, agora, vemos um começo de volta da confiança de se tomar e ofertar crédito. Parece uma condição melhor de contorno do consumo e do crédito das famílias", diz o economista-chefe do PicPay, Marcos Caruso. "Temos cortes da Selic que já começam a aparecer nos juros para a pessoa física; é um primeiro alívio. E vemos a inadimplência melhorando", afirma ele, observando que há um menor comprometimento de renda das famílias com dívidas.

Na ata da reunião de março, o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC citou "o ciclo de crédito em fase de retomada" como um dos fatores que devem levar a um "consumo resiliente". Já o Itaú Unibanco citou uma perspectiva mais positiva para concessões de crédito, especialmente para a pessoa física e o habitacional, ao elevar no mês passado a estimativa de crescimento em 2024 de 1,8% para 2%. **Página A4**

Leilões neste mês de rodovias serão teste para setor

Taís Hirata
De São Paulo

Dois leilões relevantes de concessões de rodovias, com obras estimadas em R$ 9 bilhões, serão um importante teste para o setor em abril. No dia 11, está prevista a licitação federal da BR-040, entre Belo Horizonte e Juiz de Fora (MG); no dia 16, o governo de São Paulo planeja leiloar a PPP (Parceria Público-Privada) do Lote Litoral Paulista. Há dúvidas sobre o interesse de investidores por novos projetos no setor, após o cancelamento do leilão da BR-381 em Minas Gerais, em novembro, pela falta de propostas. Para analistas, porém, aquele era um projeto problemático, e o desfecho não deverá se repetir agora. A previsão é que as duas licitações atraiam ofertas. A incerteza é sobre o nível de concorrência. **Página B4**

TRE-PR começa a julgar cassação de mandato de Sergio Moro

Julia Lindner e Caetano Tonet
De Brasília

Personagem central da Lava-Jato, o ex-juiz federal e senador Sergio Moro (União-PR) passou de responsável por inquéritos contra algumas das principais autoridades do país a alvo da Justiça. Começa hoje no Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Paraná o julgamento que pode lhe tirar o mandato. Ele é acusado de abuso de poder econômico por supostos gastos excessivos antes do início formal da campanha de 2022. O processo pode chegar ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e, se ele for derrotado, cabe em tese recurso ao STF. Adversários se movimentam à espera de uma eventual derrota, que resultaria em nova eleição para a vaga. Entre os nomes está a presidente do PT, deputada Gleisi Hoffmann (PR). Eleita por São Paulo, a deputada Rosângela Moro, mulher do ex-juiz, transferiu o domicílio eleitoral para o Paraná, sinal de que poderia concorrer. **Página A8**

Mercado de trabalho segue forte em 2024, estimulando o consumo das famílias
Sergio Lamucci A2

O mercado de capitais assumiu papel crescente na oferta de crédito
Maílson da Nobrega A12

Indicadores

Ibovespa	28/mar/24	0,33 %	R$ 21,5 bi
Selic (meta)	28/mar/24		10,75% ao ano
Selic (taxa efetiva)	28/mar/24		11,00% ao ano
Dólar comercial (BC)	28/mar/24		4,9956/4,9962
Dólar comercial (mercado)	28/mar/24		5,0147/5,0153
Dólar turismo (mercado)	28/mar/24		5,0281/5,2081
Euro comercial (BC)	28/mar/24		5,3952/5,3979
Euro comercial (mercado)	28/mar/24		5,4095/5,4101
Euro turismo (mercado)	28/mar/24		5,4606/5,6406

7 898937 880054

Livros no Nordeste

GABRIEL REIS/VALOR

A Companhia das Letras, uma das maiores editoras do país, vai abrir um centro de distribuição em Jaboatão dos Guararapes, na região metropolitana de Recife. Segundo a diretora comercial, Luciana Borges, a ideia é acelerar a oferta de livros no Nordeste. O grupo também fechou acordo inédito pelo qual será usada navegação de cabotagem para reduzir o preço do frete, um dos principais empecilhos à expansão das vendas na região. Pág. B6

Expansão

LEO PINHEIRO/VALOR

A fornecedora de tecnologias e equipamentos submarinos OneSubsea espera que o Brasil salte dos atuais 20% do faturamento global da empresa para 25% em três anos, diz o presidente Mads Hjelmeland Pág. B1

Juro de longo prazo segue sob pressão apesar de queda da Selic

Augusto Decker e Victor Rezende
De São Paulo

O atual ciclo de cortes dos juros promovido pelo Banco Central (BC) levou a Selic de 13,75% para 10,75% ao ano. Mas os juros de longo prazo mostram dificuldade para acompanhar esse processo, seguindo bastante pressionados. Desde o início do ano, a taxa do contrato DI para janeiro de 2033 subiu de 10,37% para 11,04% no mercado futuro. O estresse nos títulos do Tesouro dos EUA e os riscos fiscais no Brasil têm afetado o comportamento dos juros de prazos maiores. A força apresentada pela economia e pelo mercado de trabalho, que pode limitar a queda da Selic, também dificulta o recuo nos prazos mais longos. Para a atividade econômica, são os juros longos que acabam tendo maior influência e impacto, afetando especialmente o investimento. Se eles não recuam, o custo do crédito fica pressionado.

"Existem dados robustos de consumo das famílias e do mercado de trabalho, e o Banco Central levantou um sinal amarelo em relação à resiliência da inflação de serviços. Em um cenário com dados mais fortes, surpresas de inflação de serviços e de mercado de trabalho, uma Selic maior passou a ser incorporada", diz Sérgio Goldenstein, da Warren Investimentos. **Página C1**

Pix dá fôlego para boleto como opção de pagamento de contas

Fernanda Guimarães e Mariana Ribeiro
De São Paulo

Boletos de serviços como energia e água começaram a oferecer a possibilidade de pagamento via Pix, por meio de um QR Code ao lado do código de barras. A modalidade, que recebeu diversos apelidos — "bolix", "bolepix", "bolecode" —, vem crescendo gradativamente, embora ainda represente uma fatia pequena no total de cobranças. Parte dos consumidores prefere manter o pagamento da forma habitual, inclusive pelo uso do débito direto autorizado (DDA). Há também ainda alguma resistência das próprias instituições financeiras em abrir mão do "float", ou seja, do que ganham no intervalo entre receber o dinheiro do pagador e repassá-lo ao recebedor.

A expectativa do mercado é que o uso do instrumento ganhe escala, principalmente quando chegar de forma mais disseminada a outras cobranças, como nos boletos de mensalidade escolar e aluguel. "A introdução do Pix dá mais versatilidade ao boleto e aumenta sua capacidade de liquidação no mesmo dia do pagamento", diz Rodrigo Furiato, vice-presidente de negócios da Nuclea. **Página C5**

Destaques

Lucro recorde
O Banco Master fechou 2023 com lucro recorde de R$ 532 milhões, um valor 152% superior ao registrado em 2022, e uma rentabilidade de 29%. A instituição, que no mês passado anunciou a compra do Voiter (antigo Indusval) e do Will Bank, projeta dobrar o resultado neste ano, para cerca de R$ 1 bilhão, chegando a um patrimônio líquido de R$ 5 bilhões em dezembro. **C6**

Novas transações
A Fazenda Nacional (PGFN) estuda reabrir a transação tributária para dívidas de processos administrativos e judiciais relativas a programas de participação nos lucros e resultados (PLR). Descarta, porém, acordos para a "quebra" de sentenças definitivas. As informações foram dadas a contribuintes pela AGU na semana passada. **E1**

Investimentos têm forte queda na Colômbia

Pedro Borg
De São Paulo

A paralisação da agenda de reformas do presidente Gustavo Petro e a crescente tensão entre seu governo e o Congresso derrubaram os investimentos na Colômbia. Isso resultou em uma forte desaceleração da economia no fim de 2023. A formação bruta de capital, uma medida de investimento, caiu 24,8% no país no ano passado, o pior resultado em 16 anos, segundo dados do Departamento Administrativo Nacional de Estatística (Dane). **Página A11**

INÊS 249

Brasil

A força do mercado de trabalho e o consumo das famílias

Sergio Lamucci

O mercado de trabalha segue forte em 2024, mostrando uma criação expressiva de empregos com carteira assinada e um aumento da renda bastante acima da inflação. Além disso, o número de demissões a pedido tem sido elevado, um outro sinal de aquecimento, indicando que os trabalhadores se sentem confortáveis para sair voluntariamente do emprego e buscar outras ocupações. Com o bom momento do mercado de trabalho e a retomada do crédito *(ler mais na página A4)*, o consumo das famílias deve mais uma vez puxar o PIB pelo lado da demanda. O Bradesco, que espera um crescimento de 2% neste ano, projeta um avanço de 2,8% para o consumo privado.

Os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) de fevereiro voltaram a ficar bem acima das previsões dos analistas. As contratações com carteira assinada superaram as demissões em 306,1 mil vagas, número bem superior ao de 230 mil do consenso do mercado. Nos cálculos da LCA Consultores, o número de fevereiro ficou em 180,5 mil vagas na série com ajuste sazonal, inferior aos 219,6 mil de janeiro por esse critério, mas muito acima da média de 123,5 mil por mês registrada no ano passado.

Além disso, o Caged mostrou admissões superiores aos desligamentos de trabalhadores de modo disseminado pela economia, com saldo positivo de vagas em serviços, indústria, agropecuária, comércio e construção civil. A maior fatia, nota a LCA, ficou com o setor de serviços, respondendo por 63% do saldo de vagas criado no mês, o equivalente a 193 mil postos.

Também chama a atenção o número de demissões a pedido dos trabalhadores, que registrou recorde em fevereiro pelo segundo mês consecutivo, aponta a LCA. O dado ficou em 694.510 em fevereiro, atingindo 7,5 milhões no acumulado em 12 meses, o mais alto de uma série iniciada em 2004. "Em relação aos desligamentos totais do mês, 35,7% foram dessa modalidade, acima dos 34,5% de fevereiro de 2023, e a maior porcentagem para esse mês do ano desde o início da vigência do Novo Caged [em 2020]", aponta análise da MCM Consultores Associados. "Além disso, na média móvel dos últimos 12 meses, atinge-se nova máxima histórica, com 34,3%", diz a consultoria. Esses dados são mais um sinal de aquecimento do mercado de trabalho. Eles sugerem que quem está empregado pede demissão por conseguir outra ocupação considerada mais vantajosa, num cenário de maior oferta de vagas.

O Caged também trouxe uma evolução favorável do salário médio de admissão, que ficou em R$ 2.083 em fevereiro. A LCA observa que se trata de uma alta de 2,5% em relação a janeiro e de 1,4% na comparação com o mesmo mês do ano passado, descontada a inflação, além de o número ser 0,1% maior que o do mesmo mês de 2019, nível anterior à pandemia da covid.

Outros números divulgados na semana passada confirmam o forte crescimento da renda. Nos três meses até fevereiro, o rendimento habitual médio ficou em R$ 3.110, 4,3% a mais do que em igual período de um ano antes, já descontada a inflação, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua. "Além da maior participação de vagas no setor privado com carteira assinada, que tendem a ser menos voláteis e mais rentáveis em média do que vagas informais, a política de reajuste de salário mínimo acima da inflação também contribui para a elevação dos rendimentos", dizem os analistas da LCA. No trimestre encerrado em fevereiro, a participação dos trabalhadores do setor privado com carteira no total da população ocupada ficou em 37,9%, acima dos 37,5% registrados um ano antes.

A taxa de desemprego, por sua vez, ficou em 7,8% no período de dezembro a fevereiro de 2024, acima dos 7,5% dos três meses até novembro, mas bem abaixo dos 8,6% do mesmo período de um ano antes. Já na série livre de influências sazonais calculada pelo Itaú Unibanco, houve queda na desocupação de 7,8% no trimestre terminado em janeiro para 7,7% nos três meses até fevereiro.

Há números, porém, que mostram um cenário menos róseo no mercado de trabalho. No Caged, a maior parte do saldo de empregos se concentra em vagas de baixa remuneração. Em fevereiro, foram 75.013 postos até 1 salário mínimo e 185.814 entre 1 e 1,5 mínimo. Em resumo, grande parte dos empregos criados é de baixa qualificação.

Além disso, a subutilização da força de trabalho ainda continua elevada, embora tenha caído consideravelmente em relação aos níveis atingidos entre 2017 e 2022. Nos três meses até fevereiro, a taxa composta da subutilização ficou em cerca de 20,6 milhões de pessoas, equivalente a 17,8% da força de trabalho. Esse grupo engloba os desempregados, os ocupados que poderiam ou gostariam de trabalhar mais horas e os que integram a força de trabalho potencial. Esse terceiro agrupamento inclui pessoas que buscaram emprego, mas não estavam disponíveis para trabalhar na semana de referência da pesquisa do IBGE, e as que não procuraram trabalho, mas gostariam de ter um emprego e estavam disponíveis. Uma taxa de subutilização de 17,8% é bem menor que os 29,3% atingidos em 2021, mas ainda está acima dos 16,1% de 2015, dos 15,3% de 2014 e dos 17,5% de 2013.

Apesar de alguns indicadores menos positivos como esses, o mercado de trabalho tem dado fôlego à economia, especialmente ao consumo das famílias, que cresceu 3,4% em 2023, ano em que a economia avançou 2,9%. Para que o emprego e a renda sigam firmes, porém, é necessário que o investimento deslanche. A queda dos juros tende a fazer o setor privado investir mais neste ano, mas, para que o processo tenha continuidade, é essencial melhorar o ambiente de negócios e reduzir as incertezas fiscais. Sem isso, o investimento voltará a patinar. Se esse cenário prevalecer, os empresários não terão segurança para apostar na modernização e ampliação da capacidade produtiva, enfraquecendo o mercado de trabalho em algum momento.

Sergio Lamucci é editor-executivo e escreve quinzenalmente
E-mail: sergio.lamucci@valor.com.br

Educação Indicador com base no Censo Escolar atribui nota 5,1 ao país em uma escala de 0 a 10 e até melhores Estados não passam de 5,5

Brasil 'passa raspando' em índice de ensino de qualidade

Rafael Vazquez
De São Paulo

Em uma escala de 0 a 10, o Brasil passa de ano apertado em relação ao acesso à educação de qualidade. Segundo o índice de oportunidades da educação brasileira (Ioeb), elaborado pela Roda Educativa (antiga Comunidade Educativa — Cedac), a nota geral do Brasil nesse quesito subiu de 5,0 para 5,1 entre 2021 e 2022.

O indicador é feito a partir dos resultados do Censo Escolar e do Sistema de Avaliação da Educação Básica, analisando como as oportunidades educacionais se diferenciam em cada território. Para isso, analisa não só os resultados de aprendizagem dos estudantes, mas também os insumos, ou seja, condições da política educacional para favorecer tais aprendizagens.

Entre os Estados, Ceará e São Paulo têm o Ioeb mais alto, ambos com 5,5, mas os dois receberam o alerta de atenção devido ao pouco avanço verificado nas oportunidades educacionais ofertadas nos seus municípios.

Ainda assim, a cidade cearense de Ararendá localizada na região do Sertão de Cratéus, a aproximadamente 330 km de Fortaleza, e com cerca de 10 mil habitantes, aparece com a melhor nota entre todos os municípios brasileiros: 7,3

Por outro lado, São Paulo é o Estado com o maior número de municípios com altos valores de Ioeb — o correspondente a 33,6% dentre os analisados no índice.

A diretora-presidente da Roda Educativa, Tereza Perez, que faz a gestão do Ioeb, explica que a justificativa para a bandeira de atenção é pelo avanço abaixo do desejado, já que o índice existe com o objetivo de estimular a melhoria do acesso á educação de qualidade em todo o Brasil. Ela comenta que o Ioeb inibe a atribuição exclusiva do resultado a uma rede educacional ou a um segmento específico ao propor um índice único para toda a Educação Básica — abarcando da Educação Infantil ao Ensino Médio e considerando todas as redes de ensino existentes no território (municipal, estadual e particular) —, bem como todos os moradores locais em idade escolar, e não apenas os que estão efetivamente na escola.

"A melhora das oportunidades, na perspectiva do Ioeb, só pode se dar pela corresponsabilização, pela efetivação do regime de colaboração entre estados e municípios, e da colaboração entre municípios e das parcerias com a sociedade civil", diz Perez, destacando ainda que o índice é formado a partir da composição de determinados indicadores relacionados a insumos, como escolaridade dos professores; número médio de horas de aula e experiência dos diretores, e resultados educacionais observado partir do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

Nesse contexto, o município com a pior nota é Maraã, localizado no interior do Amazonas a 600 km de Manaus. O Estado está classificado em situação crítica no acesso à educação de qualidade e, com Ioeb de 4,6, possui uma das piores notas.

> "O Nordeste segue liderando quanto aos municípios que tiveram maiores avanços em 2023"
> *Tereza Perez*

Junto ou atrás do Amazonas vêm apenas Bahia (4,6), Sergipe (4,6), Tocantins (4,6), Acre (4,5), Rio Grande do Norte (4,5), Pará (4,3), Amapá (4,2) e Maranhão (4,2) — todos eles localizados nas regiões Norte e Nordeste.

Apesar de as duas regiões ainda apresentarem os piores índices, diretora-presidente da Roda Educativa destaca que pelo menos houve avanços importantes em alguns Estados. "O Nordeste segue liderando quanto aos municípios que tiveram maiores avanços em 2023 [com 67% das cidades mostrando melhorias]. Já a região Norte apresentou crescimento com 19% dos municípios alcançando variações positivas acima da mediana", observou Perez.

Mas ela pondera que as regiões Sul e Sudeste ainda concentram três de cada quatro municípios com os maiores valores numéricos de Ioeb em 2023 , indicando que nessas duas regiões está concentrada a grande maioria dos municípios que oferecem melhores oportunidades educacionais a suas crianças, adolescentes e jovens.

"É preciso compreender que a desigualdade de oportunidades educacionais causa prejuízo não só na vida das crianças, adolescentes e jovens, mas também à gestão pública e à sociedade como um todo. Há um alto valor investido em um estudante que repete de ano uma ou mais vezes. E quando ele ou ela chega a abandonar a escola e não completa o ciclo de escolaridade esperado, isso diminui as chances de um bom trabalho e de sua contribuição para a sociedade", explica Perez.

A especialista conclui chamando a atenção para municípios menores, principalmente o que têm menos de 50 mil habitantes, que precisam de mais apoio em termos de colaboração para que as desigualdades educacionais sejam reduzidas. "Há desigualdades de arrecadação e de condições para o ensino, por exemplo. Um exemplo do impacto dessas distorções pode ser observado pelo fato de que a maioria dos municípios que estão no quadrante crítico são pequenos, com até 50 mil habitantes".

Nivelado por baixo

Melhor acesso à educação de qualidade - por Estado

Crítico · Atenção · Desenvolvimento · Otimizado

RR 4,7
AP 4,2
AM 4,6
PA 4,3
MA 4,2
CE 5,5
RN 4,5
PB 4,8
PI 4,8
PE 4,9
AC 4,5
RO 4,9
TO 4,6
MT 5,1
BH 4,6
SE 4,6
AL 4,8
GO 5,2
DF 5,4
MG 5,3
MS 4,8
ES 5,2
SP 5,5
RJ 5
PR 5,2
SC 5,4
RS 5,1

7,3 é a nota do município de Ararendá (CE), a maior entre todas as cidades (se possível puxar com uma seta do Estado do Ceará)

2,9 é a nota do município de Maraã, (AM), a mais baixa de todas as cidades (se possível puxar com uma seta do Estado do Amazonas)

Sudeste é a região que concentra a maior parte dos municípios com as melhores notas, mas verificou pouco avanço no último levantamento

Fonte: IOEB/Roda Educativa

Professores usam inteligência artificial, diz pesquisa

De São Paulo

Quase dois terços dos professores no Brasil afirmam que já utilizam a inteligência artificial para economizar tempo e aprimorar conhecimentos, segundo aponta um levantamento inédito da Associação Nova Escola — organização não governamental voltada para melhoria do ensino básico, mantida pela Fundação Lemann.

A pesquisa, feita com mais de 20 mil professores, mostra que 65,8% já ouviram falar em inteligência artificial e já a utilizam em sala de aula, enquanto 23% já ouviram falar, mas nunca usaram e 11,1% nunca ouviram falar.

Por outro lado, os dados apontam que a frequência com que usam a inteligência artificial ainda é baixa. Somente 12,19% dizem usar todo dia; 20,45% usam pelo menos 1 vez por mês e 26,75% usam uma vez por semana. Além disso, 26,95% dizem usar raramente e 13,6% não usam para nada.

Entre os que usam a inteligência artificial, a maioria emprega a ferramenta para aprimorar conhecimentos específicos (46,63%), construir planos de aula (47,49%), no apoio para construir novas atividades (37,40%), planejar avaliações (21,53%) e adaptar as aulas para necessidades específicas dos alunos (25,74%).

Na visão dos educadores, conforme aponta a pesquisa da Nova Escola, entre os benefícios de utilizar a inteligência artificial, a maior vantagem é a economia de tempo, segundo 45,65% dos respondentes). Em seguida, 25,78% dizem que o benefício é o aumento do repertório, 9,95% acreditam que a ferramenta auxilia a personalizar o ensino e 18,45% veem outros benefícios como a ajuda na aprendizagem dos alunos.

Quanto à relação com os alunos, 36,93% dos professores acreditam que alguns dos alunos estão experimentando e usando, 30,12% acham que boa parte já experimentou e está usando e 32,95% não acreditam que os alunos estão utilizando inteligência artificial.

Outro ponto observado pela pesquisa é que, apesar de suscitar polêmicas sobre a substituição de profissionais, os mostram que a inteligência artificial até divide opiniões, mas no geral não assusta os professores. Apenas 5,44% a enxergam como uma ameaça, enquanto 57,57% a veem como oportunidade e 26,95% acham que a IA é tanto uma ameaça quanto uma oportunidade — 10% afirmam que não é nenhum dos dois. ***(RV)***

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

Conjuntura Após fechar 2023 no menor nível em cinco anos, itens básicos afetam baixa renda em 2024

Alimento pressiona inflação dos mais pobres

Alessandra Saraiva
Do Rio

Após terminar 2023 no nível mais baixo em cinco anos, a inflação para as famílias de baixa renda, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), deve encerrar 2024 acima da taxa do ano passado. Essa é a projeção da maioria de especialistas consultados pelo **Valor**, que apontam os alimentos como os grandes vilões para o bolso do consumidor de baixa renda em 2024. Depois de um 2023 bem comportado, os alimentos estão mais caros este ano devido à oferta menor, consequência dos problemas climáticos.

No ano passado, alimentos mais baratos foram os grandes responsáveis pela taxa anual menor do INPC, que abrange famílias com renda entre 1 e 5 salários mínimos mensais e é calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 2023, o INPC avançou apenas 3,71%, menor taxa anual desde os 3,43% de 2018.

Mas, em 2024, o INPC avançou de 0,57% para 0,81% entre janeiro e fevereiro, e atingiu mais forte taxa mensal desde abril de 2022 (1,04%). Com o aumento, o INPC em 12 meses atingiu 3,86%, maior resultado desde outubro de 2023 (4,14%).

Outro índice que mostra a evolução dos preços para os mais pobres também acelerou no começo de 2024 — o indicador Ipea de inflação por faixas de renda. Nos dois primeiros meses do ano, o custo de vida para famílias com renda domiciliar mensal muito baixa (até R$ 2.105,99 por mês) subiu 1,44%, enquanto o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) avançou 1,25% no período.

O IPCA mede o custo de vida médio para famílias que recebem de 1 a 40 salários mínimos. Os serviços, em especial os mais sensíveis à demanda, pesam mais para famílias de maior renda.

Para Luis Otávio Leal, economista-chefe da G5 Partners, há diversos sinais de que o INPC deve acelerar neste ano. Ele não descarta, ainda, possibilidade de o indicador terminar o ano acima do IPCA, o índice oficial de inflação. "A nossa projeção é de IPCA a 4% e de INPC em torno de 4,10% e 4,20%", afirma Leal.

Ele lembra que existe "aderência" entre inflação da baixa renda e inflação de alimentação. Na prática, quando alimentos sobem de preço, isso puxa para cima a inflação da baixa renda quase que de forma automática. Para exemplificar, Leal calcula, a partir do indicador Ipea por faixas de renda, as taxas acumuladas em 12 meses. De janeiro para fevereiro deste ano, a inflação para renda alta (domiciliar maior que R$ 21.059.92) em 12 meses desacelerou de 5,67% para 5,4%.

No mesmo período, no entanto, a de renda muito baixa acelerou de 3,46% para 3,6%. Também no acumulado em 12 meses, a alimentação no domicílio subiu de 0,68% para 1,77%. Leal destaca, ainda, a disparada de preços de itens da cesta básica, como arroz e feijão, impulsionando a inflação da baixa renda, no começo de ano.

André Braz, economista da Fundação Getulio Vargas (FGV), também enfatiza a inflação mais pressionada entre os de baixa renda. Ele fez um cálculo a partir do Índice de Preços ao Consumidor (IPC), que representa 30% dos Índices Gerais de Preços (IGPs) da fundação.

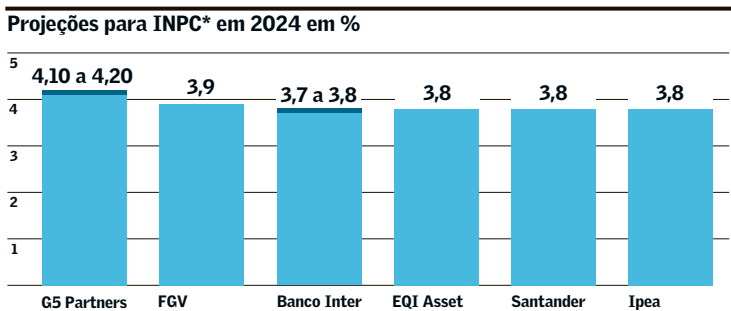
LEO PINHEIRO/VALOR

André Braz: "Os mais pobres sentem mais devido ao peso no orçamento"

Mais pobres, mais inflação em 2024

Maioria prevê inflação da baixa renda acima dos 3,71% de 2023

Projeções para INPC* em 2024 em %

Instituição	Projeção
G5 Partners	4,10 a 4,20
FGV	3,9
Banco Inter	3,7 a 3,8
EQI Asset	3,8
Santander	3,8
Ipea	3,8

Fonte: G5 Partners, FGV, Banco Inter, EQI Asset, Santander e Ipea. *abrange famílias com renda entre 1 e 5 salários-mínimos mensais

"Estamos esperando bandeira tarifária verde para este ano"
Rafaela Vitória

Em um IPC para famílias com baixíssima renda, elaborado por Braz e que leva em conta apenas aqueles com renda entre 1 e 1,5 salário mínimo mensal, o indicador no acumulado em 12 meses acelerou de 2,98% em janeiro para 3,33% em fevereiro. Não é um número dos mais elevados, mas ele está ganhando força. Foi a maior taxa desde outubro de 2023 (3,50%) para esse índice.

"A variação no preço dos alimentos é a mesma para todos. Mas os mais pobres sentem mais devido ao peso no orçamento", resume Braz.

Maria Andreia Parente Lameiras, pesquisadora do Ipea, concorda. "Um quarto da cesta dos mais pobres é [para a compra de] alimentos", diz ela. "Assim os alimentos acabam direcionando a inflação entre os mais pobres, ou para cima ou para baixo", afirma a pesquisadora.

Problemas climáticos, causados pelo El Niño no fim do ano passado, e a perspectiva do impacto do La Niña em meados deste ano, deixaram os alimentos mais caros, além de expectativa de safras menores em 2024, detalha ela.

Lameiras observa, no entanto, que um aspecto que pode ajudar a conter cenário de inflação maior entre os mais pobres. O ano de 2024 é de eleições municipais. Isso inibe reajustes de tarifas de ônibus urbano, normalmente autorizadas por gestores públicos municipais.

O fator pode ajudar a "segurar" parte do avanço do INPC. A tarifa de ônibus urbano representa sozinha em torno de 2,2% do indicador.

Adriano Valladão, economista do Santander, diz que, embora os sinais sejam de inflação para baixa renda mais elevada, isso não significa "disparada descontrolada" dos preços que pesam mais para os mais pobres. "Estamos projetando alta de 3% [para alimentação no domicílio]", diz ele.

Em 2023, houve deflação de 0,5% desse grupo. Assim como o economista-chefe da G5 Partners, Valladão também prevê a taxa do indicador de baixa renda acima da do ano passado.

Valladão lembra que o INPC é usado para correção inflacionária do salário mínimo, mesmo ponto mencionado por Stephan Kautz, economista-chefe da EQI Asset. Desse modo, o comportamento do indicador neste ano terá efeito no nível de reajuste do salário mínimo em 2025. "Isso é um ponto de atenção", diz Kautz.

No caso específico dos alimentos, Kautz é otimista e aguarda desaceleração da inflação nos próximos meses. Mesmo com a perspectiva do La Niña em meados deste ano, aparentemente as oscilações climáticas do fenômeno podem não ser tão drásticas, como ocorreu com o El Niño, avalia ele.

Rafaela Vitória, economista-chefe do Banco Inter, acredita na possibilidade de o INPC encerrar até mesmo em nível igual ao do ano passado. Ela estima que o indicador ficará entre 3,7% e 3,8% em 2024 — em 2023, a alta foi de 3,71%. Vitória diz que a inflação de alimentação no domicílio deve ser mais pressionada neste ano devido à provável menor oferta de comida, causada por fenômenos climáticos atípicos. Mas ela ressalta que outros itens dentro do INPC podem ajudar a conter o avanço do indicador.

Além de ônibus urbano, cuja tarifa deve ficar "bem comportada", por ser ano eleitoral, Vitória cita a energia elétrica, que representa, sozinha, 4,9% do INPC. "Não podemos nos esquecer que estamos esperando bandeira tarifária verde para este ano."

Conjuntura Ciclo de virada ainda não chegou às empresas, o que seria bom para investimentos

Crédito para consumo avança mais e pode alavancar PIB

Anaïs Fernandes
De São Paulo

As concessões de crédito às famílias mais ligadas ao consumo têm crescido a um ritmo mais forte do que as concessões mais relacionadas à contração de dívida, movimento que se fortaleceu neste início de ano e que, para alguns economistas, será fator importante de impulso ao Produto Interno Bruto (PIB) ao longo de 2024.

Em janeiro, o crédito livre à pessoa física associado ao consumo subiu o dobro daquele ligado a dívidas: 14,4%, contra 7,1%, ante igual período de 2023. O levantamento feito pelos economistas do PicPay considera como crédito do consumo linhas de aquisição de bens (veículos, por exemplo), cartão à vista, parcelado e arredamento, e como crédito de dívida, cheque especial, crédito pessoal não consignado, parcelado e rotativo.

"Não são coisas apartadas, a divisão tem intersecções. Mas é uma forma de olhar linhas mais condizentes com a lógica de consumo e outras ligadas a um endividamento caro", diz Marco Caruso, economista-chefe do PicPay.

O Banco Central aumentou sua projeção de crescimento do saldo de crédito em 2024 de 8,8% para 9,4%, segundo o Relatório de Inflação (RI) trimestral de março, divulgado na semana passada. O crescimento do crédito livre para pessoas físicas passou de 9% para 10%, enquanto para as empresas subiu menos, de 7% para 7,5%.

Na ata da reunião de março, divulgada também na semana passada, o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC destacou que o crédito, além da renda, tem se comportado de forma a atenuar a desaceleração da atividade no período recente e citou "o ciclo de crédito em fase de retomada" como um dos fatores que devem levar a um "consumo resiliente".

Caruso lembra que, após uma queda inicial de ambas as categorias com a eclosão da pandemia, o crédito ligado ao consumo se recuperou já no segundo semestre de 2020 e explodiu até meados de 2021, conforme famílias aumentaram sua poupança e direcionaram o consumo de serviços para bens.

"O consumo largou na frente, mas o que começou a acontecer a partir de um certo momento, talvez no exagero do consumo e também com a pandemia se estendendo por tempo indeterminado, foi que a porção da dívida cresceu demais", afirma Caruso.

A parte do crédito ligado a consumo recuava a partir da segunda metade de 2021, mas a evolução do crédito ligado a dívidas crescia, atingindo seu ápice no início de 2022. "Aquele ano foi quando tudo ficou claro. Sentimos isso, de pessoas tomando linhas caríssimas para pagar despesas do dia a dia", diz Caruso.

Ao longo de 2022, ambas as categorias estavam em queda, "seja porque, do lado da demanda, as pessoas estavam muito endividadas, seja porque, do lado da oferta, os bancos colocaram um freio", recorda o economista.

Desde meados de 2023, porém, enquanto a porção de crédito mais ligada à dívida seguiu em contração, a parte de consumo se estabilizou e, então, começou a subir, abrindo o que economistas chamam de uma "boca de jacaré" em relação ao outro indicador.

"É como se tivesse ocorrido uma arrumação na casa, tanto por parte das famílias quanto dos bancos, e, agora, vemos um começo de volta da confiança de se tomar e ofertar crédito. Parece uma condição melhor de contorno do consumo e do crédito das famílias", diz Caruso.

Agora, as concessões de crédito totais estão cerca de 30% acima do pré-pandemia, segundo o PicPay, mas para consumo estão 89% além e, para dívida, 55% acima.

A constatação bate com o cenário macroeconômico geral, observa Caruso. "Temos cortes da Selic que já começam a aparecer nos juros para a pessoa física, é um primeiro alívio. E vemos a inadimplência melhorando", afirma.

Caruso chama atenção também para o menor comprometimento da renda das famílias com dívidas, ainda que isso esteja se dando, por ora, mais pela redução do principal (montante inicial da dívida) do que pela queda dos juros em si.

"Vemos uma melhora da renda e da capacidade das pessoas de amortizarem suas dívidas, o que conversa bem com o que estamos observando no mercado de trabalho e na renda do trabalhador. O grosso da história ainda não é tanto pelos juros, que, agora, estão melhorando também", diz Caruso.

GABRIEL REIS/VALOR

Igor Cadilhac: É difícil prever exatamente o comportamento do consumidor, mas o cenário atual para o crédito às famílias é animador

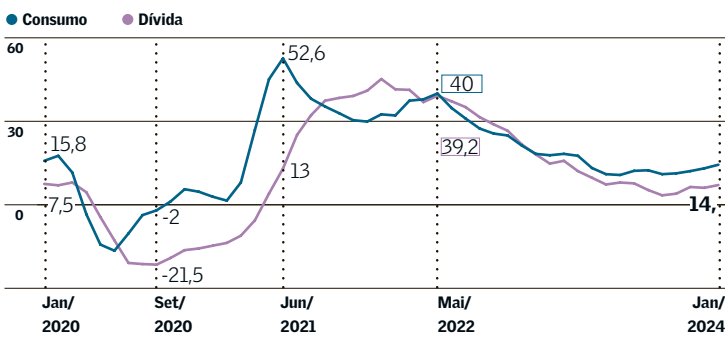
Ajuda ao consumo
Retomada do crédito é bom sinal para atividade em 2024

Variação de novas concessões de crédito livre à pessoa física, por categoria*
Em relação ao mesmo período do ano anterior - em %

Consumo | Dívida

60 | 30 | 0

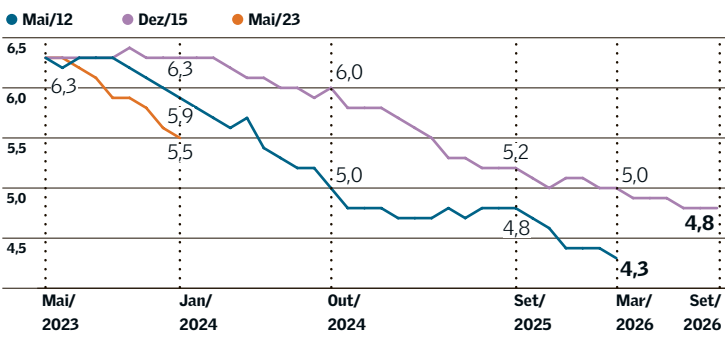
15,8 | 7,5 | -2 | -21,5 | 52,6 | 13 | 40 | 39,2 | 14,

Jan/ 2020 | Set/ 2020 | Jun/ 2021 | Mai/ 2022 | Jan/ 2024

Ciclos de queda da inadimplência desde cada pico
Reorganizados para data 0 = pico atual - em %

Mai/12 | Dez/15 | Mai/23

6,5 | 6,0 | 5,5 | 5,0 | 4,5

6,3 | 6,3 | 5,9 | 5,5 | 6,0 | 5,0 | 5,2 | 4,8 | 5,0 | 4,3 | 4,8

Mai/ 2023 | Jan/ 2024 | Out/ 2024 | Set/ 2025 | Mar/ 2026 | Set/ 2026

Fonte: PicPay *Consumo: aquisição de bens, cartão à vista e parcelado, arredamento; Dívida: cheque especial, crédito pessoal não consignado, parcelado e rotativo

> "Desafio será chegar ao ano eleitoral com alavancas gastas"
> *Igor Barenboim*

Além disso, os economistas do PicPay apontam como este ciclo de alívio na inadimplência tem sido mais rápido do que em outros momentos de aperto, como no fim de 2015. "Aquele foi um período bem mais complicado, o PIB caiu mais de 3%", lembra Caruso.

Em 2023, o PIB subiu 2,9% e, para 2024, a expectativa é que avance 1,85%, segundo a mediana das estimativas do Focus, pesquisa do Banco Central com agentes do mercado. Mas instituições financeiras têm elevado suas projeções, em parte, exatamente por causa dos sinais vindos do crédito.

O Itaú Unibanco incorporou uma perspectiva mais positiva para concessões de crédito, especialmente à pessoa física e habitacional, na sua última revisão de PIB para 2024, de 1,8% para 2%.

Segundo o BTG Pactual, dados de crédito de janeiro sinalizam que a aceleração projetada acontecerá mais cedo do que o esperado. O BTG projeta alta de 2,3% para o PIB do Brasil em 2024.

"O crédito nunca salva o PIB do Brasil, porque ele é pró-cíclico, ou seja, ele anda quando o PIB já começou a andar. Mas é um reforço, um propulsor para a atividade. Se a pessoa ia consumir 'x' sem crédito, com crédito ela pode consumir '2x'", explica Caruso.

A visão é bem melhor para este ano, por exemplo, no crédito ligado à aquisição de bens duráveis, como veículos, menciona Igor Cadilhac, economista do PicPay. "É difícil saber se o comportamento diante desse cenário macro melhor vai acabar melhorando a dívida, ou seja, até que ponto a pessoa vai, de fato, pagar", pondera Cadilhac. "Mas, hoje, o cenário parece animador."

Para fevereiro, pesquisa da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) a partir de dados consolidados dos principais bancos do país, indica um crescimento de 0,5% no saldo total da carteira de crédito, ante janeiro, liderado pelo crédito às famílias.

A LCA Consultores projeta um crescimento do saldo de crédito livre à pessoa física de 11% em 2024, de acordo com o analista Michael Burt. "O que embasa essa projeção, além da queda da Selic, é justamente um momento único do mercado de crédito, com muitas pessoas bancarizadas, com acesso a conta corrente e outros produtos", diz Burt.

Chama a atenção, segundo ele, que, apesar do ciclo recente de alta de juros, o nível de concessão às famílias continuou elevado em termos históricos. Para Burt, isso tem relação com o crescimento dos bancos digitais e o consequente acesso a novos produtos e vínculos bancários, como o cartão de crédito à vista. "A pessoa começa a operar com esse cartão e, depois, chega a outros produtos. Isso tem um impacto no consumo", afirma.

Burt pondera que, apesar de estar cedendo, a inadimplência da pessoa física ainda é elevada e, se houver qualquer frustração no cenário macro, como uma atividade crescendo menos ou uma inflação mais persistente e uma flexibilização monetária menor, essa inadimplência pode voltar a subir.

Igor Barenboim, economista-chefe da Reach Capital, espera um crescimento ao redor de 2% do PIB em 2024, sendo que cerca de 1% seria por contribuição do crédito.

O problema, diz, é que esse momento de "virada do ciclo de crédito" à pessoa física não está se estendendo às empresas. Isso diminui, por exemplo, as possibilidades de avanço do PIB potencial do Brasil, segundo Barenboim. Também não ajuda os investimentos.

O crédito ofertado em condições adequadas e utilizado com responsabilidade é uma "poderosa alavanca do crescimento econômico", pois permite aos agentes econômicos a realização no presente de seus projetos, destaca o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi) na sua carta mais recente.

"As condições creditícias do Brasil permaneceram pouco favoráveis a essa dinamização da atividade econômica ao longo da maior parte de 2023", diz. "No final do ano, contudo, houve sinais incipientes de melhora, que podem ganhar robustez", acrescenta.

Para o PIB de curto prazo, importa menos se o crédito que as famílias estão tomando é de boa ou má qualidade, diz Barenboim. "No fim, é gasto, vai financiar o consumo. Mas, a médio prazo, pode não ser algo incrível. E o desafio vai ser chegar ao ano eleitoral lá na frente com essas alavancas já meio gastas", afirma.

Brasil

Atividade econômica
Indicadores agregados

	fev/24	jan/24	dez/23	nov/23	out/23	set/23	ago/23	jul/23	jun/23	mai/23
Índice de atividade econômica - IBC-Br (%) (1)	-	0,60	0,82	0,10	0,05	0,03	-0,57	0,29	0,27	-1,83
Indústria (1)										
Produção física industrial (IBGE - %)										
Total	-	-1,6	1,6	0,6	0,0	0,2	0,5	-0,4	0,0	0,4
Indústria de transformação	-	-0,3	0,7	-0,1	0,2	-0,7	1,3	-0,4	-0,3	0,0
Indústrias extrativas	-	-6,3	3,2	3,4	-0,4	6,3	-4,8	-1,2	2,8	1,3
Bens de capital	-	5,2	-0,8	-1,4	-0,5	-2,2	5,4	-7,3	-2,4	4,6
Bens intermediários	-	-2,4	1,9	1,6	0,7	0,7	-0,4	-0,2	-0,2	-0,1
Bens de consumo	-	-1,5	1,2	-0,2	-0,8	-1,9	2,4	1,4	0,3	-0,6
Faturamento real (CNI - %)	-	-0,1	1,2	0,6	-0,1	-0,8	1,1	-2,6	1,8	-0,1
Horas trabalhadas na produção (CNI - %)	-	0,4	1,6	0,7	-0,3	-0,7	0,0	-0,4	0,0	0,6
Comércio										
Receita nominal de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	0,9	0,2	0,9	-0,1	0,8	0,6	0,9	0,8	-1,9
Volume de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	2,5	-1,4	0,2	-0,3	0,8	-0,2	0,9	0,0	-0,8
Serviços										
Receita nominal de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	2,7	-0,2	1,5	0,0	1,1	-0,4	0,4	0,3	0,1
Volume de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	0,7	0,7	0,5	-0,2	-0,1	-1,4	1,0	0,4	1,6
Mercado de trabalho										
Taxa de desocupação (Pnad/IBGE - em %)	7,8	7,6	7,4	7,5	7,6	7,7	7,8	7,9	8,0	8,3
Emprego industrial (CNI - %) (1)	-	0,3	-0,1	0,4	0,1	-0,1	-0,2	0,0	0,2	-0,2
Indicador Antecedente de Emprego - (FGV/IBRE) (1)(3)	0,3	0,9	2,3	0,0	-1,4	-0,5	-1,1	1,2	2,2	-0,4
Balança comercial (US$ milhões)										
Exportações	23.538	27.016	28.786	27.886	29.682	28.713	31.101	28.300	29.600	32.666
Importações	18.091	20.490	19.463	19.097	20.501	19.532	21.468	20.121	19.524	21.688
Saldo	5.447	6.527	9.323	8.789	9.181	9.182	9.633	8.179	10.077	10.978

Fontes: Banco Central, CNI, FGV, IBGE e SECEX/MDIC. Elaboração: Valor Data (1) Metodologia com ajuste sazonal. (2) Nova série com índice base 2014 = 100. (3) Var. em pts

Atualize suas contas
Variação dos indicadores no período

	Em %									Em R$	
Mês	TR (1)	Poupança (2)	Poupança (3)	TBF (1)	Selic (4)	TJLP	TLP	FGTS (5)	CUB/SP	UPC	Salário mínimo
set/22	0,1805	0,6814	0,6814	1,0020	1,07	0,5662	0,4670	0,4276	-0,06	23,67	1.212,00
out/22	0,1494	0,6501	0,6501	0,9506	1,02	0,6005	0,4702	0,3964	0,04	23,81	1.212,00
nov/22	0,1507	0,6515	0,6515	0,9519	1,02	0,5811	0,4614	0,3977	0,15	23,81	1.212,00
dez/22	0,2072	0,7082	0,7082	1,0489	1,12	0,6005	0,4670	0,4543	0,17	23,81	1.212,00
jan/23	0,2081	0,7091	0,7091	1,0398	1,12	0,6142	0,4812	0,4552	-0,06	23,93	1.302,00
fev/23	0,0830	0,5834	0,5834	0,8536	0,92	0,5546	0,4931	0,3298	0,00	23,93	1.302,00
mar/23	0,2392	0,7404	0,7404	1,0912	1,17	0,6142	0,4986	0,4864	-0,18	23,93	1.302,00
abr/23	0,0821	0,5825	0,5825	0,8527	0,92	0,5873	0,4907	0,3289	0,29	24,06	1.302,00
mai/23	0,2147	0,7158	0,7158	1,0465	1,12	0,6070	0,4812	0,4619	1,44	24,06	1.320,00
jun/23	0,1799	0,6808	0,6808	1,0014	1,07	0,5873	0,4622	0,4270	0,64	24,06	1.320,00
jul/23	0,1581	0,6589	0,6589	0,9694	1,07	0,5843	0,4464	0,4051	0,09	24,17	1.320,00
ago/23	0,2160	0,7171	0,7171	1,0578	1,14	0,5843	0,4321	0,4632	0,05	24,17	1.320,00
set/23	0,1130	0,6136	0,6136	0,9039	0,97	0,5654	0,4194	0,3599	-0,05	24,17	1.320,00
out/23	0,1056	0,6061	0,6061	0,8964	1,00	0,5478	0,4186	0,3525	-0,05	24,29	1.320,00
nov/23	0,0775	0,5779	0,5779	0,8481	0,92	0,5301	0,4337	0,3243	0,12	24,29	1.320,00
dez/23	0,0690	0,5693	0,5693	0,8395	0,89	0,5478	0,4519	0,3158	0,00	24,29	1.320,00
jan/24	0,0875	0,5879	0,5879	0,8582	0,97	0,5462	0,4551	0,3343	0,00	24,35	1.412,00
fev/24	0,0079	0,5079	0,5079	0,7380	0,80	0,5109	0,4456	0,2545	0,10	24,35	1.412,00
mar/24	0,0331	0,5333	0,5333	0,7733	0,83	0,5462	0,4400	0,2798	-	24,35	1.412,00
abr/24	-	-	-	-	0,89	0,5395	0,4456	-	-	24,38	1.412,00
2024	**0,13**	**1,64**	**1,64**	**2,39**	**3,53**	**2,16**	**1,80**	**0,87**	**0,10**	**0,37**	**6,97**
Em 12 meses*	**1,35**	**7,60**	**7,60**	**11,33**	**12,32**	**6,91**	**5,46**	**4,39**	**2,31**	**1,33**	**8,45**
2023	**1,76**	**8,04**	**8,04**	**12,01**	**13,04**	**7,15**	**5,65**	**4,81**	**2,31**	**2,02**	**8,91**

Fontes: Banco Central, CEF, Sinduscon e Ministério da Fazenda. Elaboração: Valor Data * Até o último mês de referência
(1) Taxa do período iniciado no 1º dia do mês. (2) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos até 03/05/12 (3) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012 (4) Taxa efetiva; para abril projetada. (5) Crédito no dia 10 do mês seguinte (TR + Juros de 3% ao ano)

Produção e investimento
Variação no período

Indicadores	4º Tri/23	3º Tri/23	2023	2022	2021	2020
PIB (R$ bilhões) *	2.831	2.741	10.856	10.080	9.012	7.610
PIB (US$ bilhões) **	574	561	2.176	1.952	1.670	1.476
Taxa de Variação Real (%)	0,0	0,0	2,9	3,0	4,8	-3,3
Agropecuária	-5,3	-5,6	15,1	-1,1	0,0	4,2
Indústria	1,3	0,6	1,6	1,5	5,0	-3,0
Serviços	0,3	0,3	2,4	4,3	4,8	-3,7
Formação Bruta de Capital Fixo (%)	0,9	-2,2	-3,0	1,1	12,9	-1,7
Investimento (% do PIB)	16,1	16,6	16,5	17,8	17,9	16,6

Fontes: IBGE e Banco Central. Elaboração: Valor Data
*** Valores correntes. ** Banco Central**

Contrib. previdenciária*
Empregados e avulsos**

Salário de contribuições em R$	Alíquotas em % (1)
Até 1.412,00	7,50
De 1.412,01 até 2.666,68	9,00
De 2.666,69 até 4.000,03	12,00
De 4.000,04 até 7.786,02	14,00
Empregador doméstico	8,00

Fonte: Previdência Social. Elaboração: Valor Data *Competência mar/24. **Inclusive empregado doméstico. (1) Para fins de recolhimento ao INSS

IR na fonte
Faixas de contribuição

Base de cálculo* em R$	Alíquota em %	Parcela a deduzir IR - em R$
Até 2.259,20	0,0	0,00
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15,0	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Fonte: Receita Federal. Elaboração: Valor Data
***Valor considera o desconto simplificado de R$ 564,80**
Obs. Desconto por dependente: R$ 189,59

Principais receitas tributárias
Valores em R$ bilhões

Discriminação	Janeiro-fevereiro 2024	Janeiro-fevereiro 2023	Var. %	fevereiro 2024	fevereiro 2023	Var. %
Receita Federal						
Imposto de renda total	**164,9**	**148,2**	**11,33**	**56,5**	**48,1**	**17,37**
Imposto de renda pessoa física	5,6	4,7	19,54	2,9	2,4	21,28
Imposto de renda pessoa jurídica	80,2	78,3	2,37	21,2	20,4	3,83
Imposto de renda retido na fonte	79,2	65,2	21,50	32,3	25,3	27,91
Imposto sobre produtos industrializados	11,9	9,8	22,12	5,5	4,3	29,39
Imposto sobre operações financeiras	10,3	10,1	2,31	5,2	4,7	10,72
Imposto de importação	10,3	8,9	16,36	4,8	3,9	22,26
Cide-combustíveis	0,5	0,0	-	0,2	0,0	-
Contribuição para Finsocial (Cofins)	64,9	52,5	23,51	30,5	23,9	27,67
CSLL	43,7	39,2	11,53	11,0	10,4	5,45
PIS/Pasep	18,2	15,1	20,57	8,6	6,9	23,94
Outras receitas	142,4	127,0	12,06	64,2	56,7	13,15
Total	**467,2**	**410,7**	**13,74**	**186,5**	**159,0**	**17,31**

	jan/24 Valor	jan/24 Var. %*	dez/23 Valor**	dez/23 Var. %*	jan/23 Valor	jan/23 Var. %*
ICMS - Brasil	**57,7**	**-11,42**	**65,1**	**5,44**	**56,2**	**-1,34**

	jan/24 Valor	jan/24 Var. %*	dez/23 Valor	dez/23 Var. %*	jan/23 Valor	jan/23 Var. %*
INSS	**51,7**	**-32,82**	**77,0**	**58,48**	**46,2**	**-33,50**

Fonte: Receita Federal, Previdência Social, Secretaria da Fazenda. Elaboração: Valor Data * sobre o mês anterior.

Inflação
Variação no período (em %)

			Acumulado em			Número índice			
	mar/24	fev/24	2024	2023	12 meses	mar/24	fev/24	dez/23	mar/23
IBGE									
IPCA	-	0,83	1,25	4,62	4,50	-	6.858,17	6.773,27	6.609,67
INPC	-	0,81	1,38	3,71	3,86	-	7.051,03	6.954,74	6.832,32
IPCA-15	0,36	0,78	1,46	4,72	4,14	6.742,72	6.718,53	6.645,93	6.474,42
IPCA-E	0,36	0,78	1,46	4,72	4,14	6.742,72	6.718,53	6.645,93	6.474,42
FGV									
IGP-DI	-	-0,41	-0,67	-3,30	-4,04	-	1.098,10	1.105,54	1.140,36
Núcleo do IPC-DI	-	0,42	0,79	3,48	3,63	-	-	-	-
IPA-DI	-	-0,76	-1,35	-5,92	-6,98	-	1.276,92	1.294,35	1.362,96
IPA-Agro	-	-1,02	-2,48	-11,34	-13,28	-	1.740,99	1.785,32	1.986,71
IPA-Ind.	-	-0,66	-0,93	-3,77	-4,47	-	1.084,36	1.094,53	1.128,55
IPC-DI	-	0,55	1,17	3,55	3,59	-	742,25	733,67	721,89
INCC-DI	-	0,13	0,40	3,49	3,39	-	1.092,69	1.088,31	1.060,12
IGP-M	-0,47	-0,52	-0,91	-3,18	-4,26	1.113,84	1.119,06	1.124,07	1.163,36
IPA-M	-0,77	-0,90	-1,75	-5,60	-7,05	1.310,88	1.321,06	1.334,20	1.410,30
IPC-M	0,29	0,53	1,41	3,40	3,14	726,53	724,46	716,46	704,38
INCC-M	0,24	0,20	0,68	3,32	3,29	1.093,50	1.090,87	1.086,15	1.058,65
IGP-10	-0,17	-0,65	-0,40	-3,56	-4,05	1.138,81	1.140,76	1.143,35	1.186,93
IPA-10	-0,40	-1,08	-1,06	-6,02	-6,77	1.352,24	1.357,71	1.366,78	1.450,40
IPC-10	0,48	0,62	1,56	3,43	3,50	732,11	728,64	720,87	707,37
INCC-10	0,27	0,10	0,76	3,04	3,21	1.078,34	1.075,47	1.070,21	1.044,81
FIPE									
IPC	-	0,46	0,92	3,15	3,00	-	681,45	675,27	664,14

Obs.: IPCA-E no 1º trimestre = 1,46%, IGP-M 2ª prévia mar/24 -0,31% e IPC-FIPE 3ª quadrissemana mar/24 0,38%
Fontes: FGV, IBGE e FIPE. Elaboração: Valor Data

Imposto de Renda Pessoa Física
Pagamento das quotas - 2023

		No prazo legal		
Quota	Vencimento	Valor da quota (Campo 7 do DARF)	Valor dos juros (Campo 9 do DARF)	Valor total (Campo 10 do DARF)
1ª ou única	31/05/23	Valor da declaração	-	Campo 7
2ª	30/06/23		1,00%	
3ª	31/07/23		2,07%	+
4ª	31/08/23		3,14%	Campo 8
5ª	29/09/23		4,28%	
6ª	31/10/23		5,25%	+
7ª	30/11/23		6,25%	Campo 9
8ª	28/12/23		7,17%	

Pagamento com atraso

Multa (campo 08) - sobre o valor do campo 7 aplicar 0,33% por dia de atraso, a partir do primeiro dia após o vencimento até o limite de 20%; Juros (campo 09) - aplicar os juros equivalentes à taxa Selic acumulada mensalmente, calculados a partir de junho/23 até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês de pagamento; Total (campo 10) - informar a soma dos valores dos campos 7, 8 e 9. Fonte: Receita Federal do Brasil. Elaboração: Valor Data

Mais informações: valor.globo.com/valor-data/, ibge.gov.br e fipe.org.br

Dívida e necessidades de financiamento
Valores em R$ bilhões - no setor público

Dívida líquida do setor público	jan/24 Valor	jan/24 % do PIB	dez/23 Valor	dez/23 % do PIB	jan/23 Valor	jan/23 % do PIB
Dívida líquida total	**6.565,1**	**59,99**	**6.612,8**	**60,84**	**5.613,9**	**55,21**
(-) Ajuste patrimonial + privatização	-37,0	-0,34	-36,4	-0,34	5,0	0,05
(-) Ajuste metodológico s/ dívida*	-749,0	-6,84	-724,1	-6,66	-750,3	-7,38
Dívida fiscal líquida	**7.351,1**	**67,17**	**7.373,4**	**67,83**	**6.359,2**	**62,54**
Divisão entre dívida interna e externa						
Dívida interna líquida	7.219,4	65,97	7.271,3	66,89	6.298,7	61,95
Dívida externa líquida	-654,3	-5,98	-658,5	-6,06	-684,9	-6,74
Divisão entre as esferas do governo						
Governo Federal e Banco Central	5.619,3	51,35	5.657,3	52,04	4.711,3	46,34
Governos Estaduais	842,3	7,70	852,4	7,84	805,4	7,92
Governos Municipais	54,0	0,49	55,6	0,51	40,0	0,39
Empresas Estatais	49,6	0,45	47,4	0,44	57,1	0,56

Necessidades de financiamento do setor público - Fluxos acumulados em 12 meses	jan/24 Valor	jan/24 % do PIB	dez/23 Valor	dez/23 % do PIB	jan/23 Valor	jan/23 % do PIB
Total nominal	**991,9**	**9,06**	**967,4**	**8,90**	**497,8**	**4,90**
Governo Federal**	818,0	7,48	813,6	7,48	438,8	4,32
Banco Central	86,3	0,79	65,5	0,60	39,4	0,39
Governo regional	80,4	0,73	80,7	0,74	14,3	0,14
Total primário	**246,0**	**2,25**	**249,1**	**2,29**	**-123,2**	**-1,21**
Governo Federal	-44,4	-0,41	-42,1	-0,39	-319,4	-3,14
Banco Central	0,6	0,01	0,5	0,00	0,4	0,00
Governo regional	-18,4	-0,17	-17,7	-0,16	-66,7	-0,66

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data * Interna e externa. Inclui INSS. Obs.: Sem Petrobras e Eletrobras.**

Resultado fiscal do governo central
Valores em R$ bilhões a preços de fevereiro*

Discriminação	Janeiro-fevereiro 2023	Janeiro-fevereiro 2022	Var. %	fevereiro 2024	fevereiro 2023	Var. %
Receita total	**470,7**	**431,7**	**9,05**	**189,4**	**160,4**	**18,05**
Receita Adm. Pela RFB**	320,7	288,6	11,11	120,3	101,3	18,81
Arrecadaçao Líquida para o RGPS	100,1	94,8	5,61	47,9	46,1	4,01
Receitas Não Adm. Pela RFB	49,9	48,3	3,47	21,1	13,0	61,77
Transferências a Estados e Municípios	**98,5**	**91,6**	**7,52**	**56,9**	**53,0**	**7,29**
Receita líquida total	**372,2**	**340,1**	**9,45**	**132,5**	**107,4**	**23,36**
Despesa Total	**350,6**	**299,4**	**17,12**	**190,9**	**149,8**	**27,42**
Benefícios Precidenciários	140,7	134,1	4,92	71,7	68,1	5,41
Pessoal e Encargos Sociais	59,6	57,5	3,63	28,4	27,5	3,45
Outras Despesas Obrigatórias	78,7	43,8	79,68	51,6	21,0	145,60
Despesas Poder Exec. Sujeitas à Prog. Financeira	71,5	63,9	12,00	39,2	33,3	17,60
Resul. Primário do Gov. Central (1)	**21,6**	**40,7**	**-46,94**	**-58,4**	**-42,4**	**37,71**

Discriminação	jan/24 Valor	jan/24 Var. %	dez/23 Valor	dez/23 Var. %	jan/23 Valor	jan/23 Var. %
Ajustes metodológicos	0,8	-	-8,8	6.700,09	1,5	1.114,22
Discrepância estatística	0,0	-	-2,7	331,80	-1,0	-
Result. Primário do Gov. Central (2)	**81,3**	**-**	**-129,1**	**225,75**	**83,7**	**1.186,19**
Juros Noniminais	**-71,6**	**30,46**	**-54,9**	**54,05**	**-46,5**	**-13,44**
Result. Nominal do Gov. Central	**9,7**	**-**	**-184,0**	**144,44**	**37,1**	**-**

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: Valor Data
*** Deflator: IPCA ** Somando Incentivos fiscais (1) Acima da linha. (2) Abaixo da linha**

CONTEÚDO PATROCINADO POR

Pacto Global Rede Brasil | AMBIÇÃO 2030 INCENTIVADO POR ambipar GROUP | AYA EARTH PARTNERS Human prosperity empowered by nature

Pacto Global da ONU e AYA Earth Partners realizam maior evento de sustentabilidade corporativa do país

Mais de mil lideranças empresariais são esperadas no Fórum Ambição 2030

Começa nesta terça-feira, 2 de abril, a terceira edição do Fórum Ambição 2030, promovida pelo Pacto Global da ONU — Rede Brasil e pela AYA Earth Partners, com apoio da Ambipar, no Hotel Rosewood São Paulo e no AYA Hub. Nos dias 2 e 3 de abril, a maior agenda da sustentabilidade corporativa brasileira discute o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em meio ao enfrentamento de desafios globais urgentes.

Plenária principal do Fórum Ambição 2030 no ano de 2023

"A terceira edição do Fórum Ambição 2030 acontece em um momento muito propício, em que o mundo enfrenta severos efeitos das mudanças climáticas e volta suas atenções ao Brasil, pelo papel de destaque do país, que está na presidência temporária do G20. O país também vai sediar a reunião da Cúpula dos Líderes, no Rio de Janeiro, em novembro; e se prepara para receber a COP30, o maior evento relacionado ao clima do mundo, em 2025, em Belém do Pará", contextualiza Carlo Pereira, CEO do Pacto Global da ONU — Rede Brasil.

Já a cofundadora da AYA Earth Partners, Patricia Ellen, destaca que este é um ano especial, já que o mundo olha para o Brasil em busca de soluções inovadoras.

Paul Polman discursa durante Fórum Ambição 2030 no ano de 2023

"Estamos extremamente honrados em correalizar o Fórum Ambição 2030 junto ao Pacto Global da ONU, articulando painéis voltados para sistemas alimentares sustentáveis, economia circular, mobilidade urbana e cidades regenerativas. Esta é uma oportunidade única para fortalecermos ainda mais nossas parcerias, compartilharmos melhores práticas e inspirarmos uns aos outros a agir de forma mais responsável e consciente. Juntos, podemos construir um modelo de desenvolvimento econômico inclusivo e sustentável, que gere impacto positivo e prosperidade não só para as pessoas, mas também para a natureza e para a economia", declara Patricia Ellen.

O fórum vai reunir um público recorde, superior a mil pessoas, entre lideranças empresariais, sociedade civil e autoridades governamentais, para debates que norteiam a plataforma Ambição 2030, iniciativa do Pacto Global que busca mobilizar empresas e organizações brasileiras para que assumam compromissos e ações em direção aos ODS.

A plataforma é apresentada por meio de dez "Movimentos", iniciativas digitais para endereçar as principais questões ambientais, sociais e corporativas, que registram um crescimento contínuo.

A proposta da edição 2024 do fórum é proporcionar inspiração, informação e amplificar o engajamento das empresas brasileiras com as pautas de sustentabilidade. O evento contará com a presença de nomes como do holandês Paul Polman, líder empresarial, ativista do clima e das igualdades, e da influenciadora digital e empresária do setor de cosméticos Bianca Andrade, a Boca Rosa, que comandarão as masterclasses exclusivas para 150 líderes empresariais no dia 2.

Paul Polman também estará no dia 3, cuja programação engloba, na parte da manhã, uma arena central de discussões, com a participação de *keynote speakers*, e, na parte da tarde, salas de dinâmicas, simultâneas, sobre meio ambiente, anticorrupção, direitos humanos e COP30, comunicação e a Sala AYA. A arena de discussões terá as jornalistas Joyce Ribeiro e Sônia Bridi como entrevistadoras, e a empresária Maite Schneider, fundadora da Transempregos, como mestre de cerimônias. No mesmo dia, acontece o Talk SDG Pioneers, com convidados e organizações reconhecidas pelas suas ações em ESG.

O Fórum Ambição 2030 tem ainda como parceiros: Aegea, Ambev, 99 Táxi, CBA, LIVE!, BASF, Real Wood e Rosewood São Paulo; como parceiros institucionais do evento: Amigos do Bem, IBGC e ICE, e o **Valor** como mídia parceira.

Acompanhe a transmissão do evento, no dia 3 de abril

PRODUZIDO POR G.lab GLAB.GLOBO.COM

Ambiente Dois projetos brasileiros foram escolhidos pelo mecanismo criado na COP 15, em Montreal

Caatinga e terras indígenas receberão recursos do fundo global de biodiversidade

Daniela Chiaretti
De São Paulo

Dois projetos brasileiros estão entre os quatro primeiros do novo fundo global de biodiversidade criado há um ano e decidido na conferência das Nações Unidas para a Biodiversidade, a COP 15, no Canadá, em 2022. Um deles pretende ampliar a conservação da Caatinga e o segundo, apoiar povos indígenas. Os dois somam US$ 19 milhões.

Os quatro projetos chegam US$ 40 milhões em doações via Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF). O GEF é administrado pelo Banco Mundial, com governança independente. Além do Brasil há um projeto aprovado no México (de US$ 18 milhões) e outro no Gabão (de US$ 1,5 milhão).

Uma das propostas brasileiras pretende garantir o uso sustentável da biodiversidade em terras indígenas. Os recursos, de US$ 9,8 milhões, vêm do GEF para o Funbio, o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade. O outro projeto, de US$ 9,77 milhões, quer melhorar a gestão de unidades de conservação na Caatinga e os recursos vão para o Funbio e o WWF.

"A Caatinga, como o Cerrado, foi o bioma brasileiro com menos focos nos esforços de proteção nacionais e internacionais", diz Claude Gascon, diretor de estratégia e operações do Fundo Global para o Meio Ambiente, o GEF. "Os dois projetos colocam foco na biodiversidade na Caatinga e na Amazônia, mas terão impacto imenso na proteção do clima e irão apoiar povos indígenas e comunidades", segue.

O novo fundo foi aprovado em reunião do conselho do GEF em junho, no Brasil. O fundo da biodiversidade foi formado para financiar as metas do Marco Global da Biodiversidade de Kunming-Montreal, uma decisão tão importante para conter a perda de espécies e ecossistemas no mundo como o Acordo de Paris foi para o clima.

"Pela primeira vez na história dos fundos ambientais globais, um ano depois da decisão de criar o fundo conseguimos colocá-lo de pé e em menos de um ano da criação, temos recursos saindo para os países", diz Gascon. O Global Biodiversity Framework Fund (GBFF), ou Fundo do Marco Global para a Biodiversidade, pretende mobilizar recursos de fontes públicas, privadas e filantrópicas.

O fundo começou com US$ 230 milhões de recursos do Canadá, Reino Unido, Alemanha, Japão, Espanha e Luxemburgo. A ideia é acelerar investimentos em conservação, proteger ecossistemas e espécies de incêndios, inundações e desmatamento, por exemplo. Pelo menos 20% dos recursos do GBFF devem apoiar iniciativas de povos indígenas relacionadas à preservação. Também priorizará pequenas ilhas e países menos desenvolvidos, que devem receber um terço dos recursos do GBFF.

GEF/DIVULGAÇÃO

Claude Gascon: "O Brasil lidera com projetos para a Caatinga e terras indígenas"

> "Os dois projetos se encaixam na visão do Plano de Transição Ecológica"

Gascon está no Brasil para participar de duas reuniões do G20, uma do grupo de trabalho de Finanças Sustentáveis e a outra da Força-Tarefa do clima. "O GEF é convidado pelo Ministério da Fazenda para participar dos dois comitês", diz. "A razão é que o GEF é o mecanismo que vem financiando investimentos de clima, entre outros, para países em desenvolvimento", segue. O GEF apoia as convenções da ONU de clima, biodiversidade e desertificação. "Os dois projetos aprovados e outros, do GEF, se encaixam na visão do Plano de Transição Ecológica do Brasil".

O Marco Global da Biodiversidade tem 23 metas. Uma das mais famosas é a que diz que o mundo deve preservar 30% de áreas terrestres e 30% de regiões costeiras e marinhas em 2030. O debate pelo novo fundo foi controverso na COP de Montreal. Os países em desenvolvimento, inclusive o Brasil, queriam um fundo próprio para a biodiversidade, com recursos dos países ricos aos em desenvolvimento, de US$ 100 bilhões ao ano. O acordo final, contudo, foi de instalar um fundo específico sob o GEF, para ser mais rápido e eficiente.

O atual orçamento do GEF, de 2022 a 2026, é de US$ 5,33 bilhões, um aumento de 30% sobre o período anterior. "No GEF buscamos integrar recursos em projetos que beneficiem clima, biodiversidade e terras", diz Gascon. "Proteger a biodiversidade em florestas tropicais também reduz as emissões de carbono, mantém a qualidade dos solos, preserva serviços ecossistêmicos de água e polinização, entre outros, além de proteger o ecossistema e as espécies", diz ele.

Lula não mexe com o passado e nem com o futuro

Bruno Carazza

Não haveria tanto problema na decisão de Lula em não querer condenar os 60 anos do golpe militar se houvesse um comprometimento de seu governo com o futuro da relação do Estado com as Forças Armadas.

Ao longo da história, a influência dos militares sobre a política gerou uma série de benefícios e proteções que levaram parte da cúpula do Exército, da Marinha e da Aeronáutica a fecharem com o governo Bolsonaro e, posteriormente, a se apegarem à possibilidade de uma nova virada de mesa autoritária antes da posse de Lula e, uma semana depois, na invasão dos prédios da Praça dos Três Poderes em 8 de janeiro.

Se Lula não está disposto a remexer as feridas do passado, tampouco se mostra empenhado com medidas saneadoras para enquadrar os militares num verdadeiro regime republicano. Oportunidades de ações não faltam.

No início do mês o ministro Carlos Augusto Amaral Oliveira, do Superior Tribunal Militar (STM), posicionou-se pela absolvição de oito militares que haviam sido condenados em primeira instância pelos assassinatos do músico Evaldo Rosa dos Santos e do catador de material reciclável Luciano de Macedo.

Na tarde do dia 8 de abril de 2019, um domingo, Evaldo seguia com a sua família para um chá de bebê quando seu automóvel foi alvejado por nada menos que 62 tiros de fuzil e pistola disparados por doze militares que faziam uma operação de patrulhamento do Exército na área da vila militar de Guadalupe, Zona Norte do Rio.

O músico morreu na hora e seu sogro, que estava no banco do passageiro, foi ferido, mas sobreviveu. O catador de latinhas Luciano, que passava pelo local e tentou ajudar, foi morto pelos 257 disparos feitos pelos militares.

Mesmo diante do excesso de evidências sobre a responsabilidade dos militares envolvidos numa ação desproporcional que resultou na morte de dois inocentes, o relator do processo no STM opinou pela absolvição dos réus por falta de provas. Não por acaso, o ministro Amaral Oliveira é egresso das Forças Armadas (tenente-brigadeiro da Aeronáutica).

A Justiça Militar é um órgão anacrônico do Poder Judiciário que não tem mais razão de existir — a não ser para garantir a impunidade de integrantes das Forças Armadas. O Brasil é um dos poucos países da América Latina a ter um foro exclusivo para os militares, com predominância de fardados no plenário de seu órgão máximo: dos 15 membros do STM, 10 são provenientes das Forças Armadas (4 do Exército, 3 da Marinha e 3 da Aeronáutica) e apenas 5 são civis.

Casos como o da provável absolvição dos militares que mataram Evaldo e Luciano (o julgamento foi suspenso após pedido de vistas da ministra Maria Elizabeth Rocha) estão se tornando cada vez mais comuns desde que a Lei Complementar 136/2010 conferiu à Justiça Militar a competência para julgar crimes cometidos durante operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO). Desde então, a certeza de ser julgado por seus pares tem servido de estímulo ao uso excessivo da violência militar em ações nas favelas e bairros pobres.

Além de corporativista, a Justiça Militar é cara. Em 2022 apenas o STM custou aos cofres públicos R$ 600 milhões, o que significa que cada processo em análise consome, ao ano, uma média de R$ 162,5 mil com a estrutura de pessoal, equipamentos, material de consumo e serviços terceirizados.

E já que estamos tratando de impactos fiscais, ainda está para surgir um presidente da República que tenha a coragem de atacar as imensas distorções presentes no regime previdenciário dos militares da União. O chamado Sistema de Proteção Social das Forças Armadas é fortemente subfinanciado por seus integrantes. De um total de R$ 56,8 bilhões de despesas com aposentadorias e pensões em 2022, apenas R$ 8,8 bilhões foram cobertos pelas contribuições pagas pelos militares da ativa, reservistas e pensionistas.

O rombo de quase R$ 48 bilhões gerado pela previdência dos militares representou, em 2022, 13% de todo o déficit previdenciário brasileiro, composto ainda pelo INSS e regime dos servidores públicos civis. A grande distorção, porém, reside no número de beneficiários dos sistemas: enquanto os aposentados e pensionistas do setor privado são 30,4 milhões (95,9% do total), a previdência dos militares beneficia apenas 166 mil militares da reserva e 353 mil pensionistas (1,6% do total).

Esse déficit de R$ 48 bilhões da previdência dos militares é coberto pelo pagamento de tributos cobrados de todos os brasileiros — razão pela qual seria fundamental incluir as Forças Armadas numa ampla reforma da previdência. Em 2019 até se cogitou algum aperto nas contas, com a elevação da idade mínima para a reforma e a elevação da alíquota de contribuição para o sistema. No entanto, Bolsonaro praticamente anulou os ganhos fiscais com a aprovação de um generoso pacote de benefícios para os militares da ativa (Lei 13.954/2019).

Lula justificou sua ordem expressa de cancelar atos que relembrem as vítimas do governo militar argumentando que não quer remoer o passado e que é preciso "tocar o país para a frente".

Ao não querer se indispor com os militares em simples atos simbólicos, ele também deixa claro que não moverá uma palha para corrigir problemas que comprometem o nosso futuro, como o corporativismo judicial contra a violência militar ou o déficit crônico da previdência das Forças Armadas.

Bruno Carazza é professor associado da Fundação Dom Cabral e autor de "Dinheiro, Eleições e Poder: as engrenagens do sistema político brasileiro" (Companhia das Letras). Escreve às segundas-feiras
E-mail bruno.carazza@gmail.com

Poderes Adversários se movimentam esperando uma eventual derrota e uma nova eleição ao Senado

TRE-PR julga cassação de mandato de Moro

Julia Lindner e Caetano Tonet
De Brasília

Personagem central da Operação Lava-Jato, o ex-juiz federal Sergio Moro (União-PR) passou de responsável por conduzir inquéritos contra algumas das principais autoridades do país a alvo da Justiça Eleitoral em um processo que pode lhe tirar o cargo de senador por suposto abuso de poder econômico. Moro tem se movimentado nos bastidores, a despeito da imagem de parlamentar de pouco traquejo político. Nos últimos meses, buscou uma aproximação com o presidente em exercício do União Brasil, Antonio de Rueda, e o restante da cúpula do partido. Garantiu espaço como suplente na nova Executiva Nacional da legenda, que, apesar de ter três ministros na Esplanada, oficialmente não faz parte da base aliada do governo Lula e pode lançar candidato na eleição presidencial de 2026.

Rueda já deixou claro a aliados que não poupará esforços e garantirá toda a estrutura necessária para manter o mandato do parlamentar. Na visão da cúpula do União, que vive uma feroz disputa de poder, ainda que o processo de Moro chegue ao Tribunal Superior Eleitoral, como é esperado, a atual formação da Corte tende a ser favorável ao senador e a mantê-lo na função. Em caso de derrota, caberia ainda, em tese, recurso ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Procurado, Moro não respondeu aos pedidos de entrevista. O processo de cassação de seu mandato, apresentado pelo PL e pelo PT, está no Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Paraná. O senador é acusado de fazer gastos excessivos antes do início da campanha eleitoral de 2022, quando se apresentava como pré-candidato à Presidência da República. Ele nega.

O julgamento começa nesta segunda-feira, 1º de abril, e muitos adversários já se movimentam esperando uma eventual derrota na última instância, que resultaria em uma nova eleição para preencher a eventual vaga aberta no Senado. Entre os possíveis postulantes está a presidente do PT, deputada Gleisi Hoffmann (PR), uma das maiores críticas de Moro por sua atuação na Lava-Jato. Ela foi alvo da operação, mas todas as denúncias foram rejeitadas.

O pessimismo em relação ao caso de Moro entre parte da classe política aumentou após outro símbolo da Lava-Jato, o ex-procurador Deltan Dallagnol, eleito deputado federal pelo Paraná, perder o mandato no TSE no ano passado por ter deixado a carreira de procurador da República enquanto respondia a reclamações disciplinares e sindicâncias no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Para integrantes do União Brasil, o destino de Deltan pode ter influenciado nessa recente movimentação de Moro e na tentativa de evitar um isolamento. O senador participa regularmente das reuniões de bancada e tem se mantido atuante, relatam correligionários.

Moro não se opôs nem mesmo quando o União aceitou ocupar três pastas no governo, mas, em caráter reservado, pediu que a sigla adotasse independência em seus posicionamentos — o partido tem feito isso para não complicar a situação eleitoral de integrantes especialmente do Sul e Centro-Oeste do país.

Como senador, Moro assumiu a postura de oposição ao presidente Lula, a quem sentenciou, em 2018, a mais de 12 anos de prisão, o que impediu o petista de disputar a eleição. No mesmo ano, em novembro, Moro deixou a carreira de magistrado e aceitou o cargo de ministro da Justiça no governo do então presidente Jair Bolsonaro (PL), que venceu Fernando Haddad (PT), substituto de Lula, no segundo turno.

O movimento alimentou as críticas de que a operação, embora tenha revelado um dos maiores esquemas de corrupção do mundo em sua época, havia sido influenciada por questões políticas. Mas sua permanência no governo Bolsonaro não durou muito.

A saída foi traumática. Ele pediu demissão em 2020 alegando ter sofrido pressão para fazer mudanças na Polícia Federal (PF). Já Bolsonaro acusou-o de condicionar a troca no comando da PF à sua indicação para o Supremo Tribunal Federal. Moro negou a acusação de imediato.

Em 2022, no entanto, após uma tentativa frustrada de disputar a Presidência — embalada pela popularidade à época, ainda em decorrência da Lava-Jato —, Moro optou por pleitear uma vaga no Senado.

EDILSON RODRIGUES/AGÊNCIA SENADO

Moro: um dos principais personagens da Lava-Jato agora é alvo de um processo que pode lhe tirar o mandato de senador

> "O que falta é traquejo político, ele tem que aprender a navegar [pela política]"
> *Plínio Valério*

Primeiro, tentou concorrer por São Paulo. No entanto, a Justiça Eleitoral rejeitou a transferência de domicílio eleitoral após concluir que ele não mantinha vínculo com o Estado. Restou-lhe disputar a vaga pelo Paraná, o que acabou levando-o a uma outra ruptura em sua trajetória política.

Ao desistir da disputa à Presidência, ele rompeu com o Podemos, seu partido à época, e até mesmo com seus padrinhos políticos: o então senador Alvaro Dias, que tentava se reeleger ao Senado no Paraná — e acabou derrotado por Moro — e o senador Oriovisto Guimarães (Podemos-PR). Defensores de Moro e da Lava-Jato, os dois se consideraram traídos e evitam falar com o ex-juiz até hoje.

Agora, no Senado, Moro mantém alinhamento às pautas da oposição, especialmente em temas ligados ao STF. Ele defendeu, por exemplo, a proposta de emenda à Constituição (PEC) que limita as decisões monocráticas de ministros da Corte.

"O que essa PEC faz é apenas resgatar algo antigo, que é a competência do Congresso em discutir as regras que regem o processo e julgamento do Poder Judiciário, e aqui o faz no sentido muito claro de aprimoramento sem em nenhum momento o Congresso se sobrepor às competências do Supremo Tribunal Federal ou às decisões do Supremo Tribunal Federal", declarou Moro durante a votação.

Em 2016, porém, foi justamente uma decisão monocrática do ministro Gilmar Mendes que suspendeu a nomeação de Lula como ministro da Casa Civil da então presidente Dilma Rousseff e benefício o então juiz federal Sergio Moro.

No ano passado, a primeira indicação de Lula para o STF colocou Moro frente a frente com um velho conhecido dos tempos de Lava-Jato. O presidente escolheu Cristiano Zanin, advogado responsável por sua defesa nos processos da operação e por levantar a suspeição de Moro. O ex-juiz da Lava-Jato perguntou ao indicado se ele se declararia suspeito diante de matérias envolvendo a Lava-Jato.

"No livro de vossa excelência, o senhor chega a fazer afirmações que os processos teriam objetivos políticos e geopolíticos. Diante desse juízo de valor, vossa excelência se afastaria do STF de qualquer causa relacionada à Operação Lava-Jato?", perguntou o senador. Zanin respondeu que estaria impedido de julgar casos em que atuou no passado, mas evitou se comprometer em relação a processos futuros.

"Com relação à suspeição e impedimento, como já disse anteriormente, as regras objetivas, elas podem desde logo ser tratadas. Se aprovado for por este Senado, eu não poderia vir a julgar. Por outro lado, questões futuras e processos futuros, é necessário, para análise de suspeição ou não, analisar os fatos. O simples fato de colocar uma etiqueta no processo é um critério do ponto de vista jurídico", disse Zanin.

Na segunda indicação de Lula ao Supremo, desta vez o ministro Flávio Dino, Moro protagonizou momentos mais descontraídos com o escolhido pelo presidente da República. Antes da sabatina, Moro e Dino tiveram um encontro reservado, longe dos holofotes. Já publicamente, eles apareceram em uma foto na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aos risos, que gerou forte repercussão nas redes sociais.

Questionado sobre a imagem, Moro respondeu que, apesar de ter "diferenças profundas" com o governo Lula, não iria perder a "civilidade". Os dois se conhecem desde o tempo de magistratura.

Depois do episódio, aliados do ex-juiz o repreenderam e disseram que ele precisa ter mais malícia na política. "Eu falei para o Moro: 'Esse mundo aqui não é o teu, você tem que aprender'. Não é ser desonesto, nada disso. O que está faltando a ele é traquejo político, ele tem que aprender a navegar [pela política]", disse o senador Plínio Valério (PSDB-AM).

Um outro congressista disse a Moro que não cumprimentou Dino publicamente, embora tivesse acabado de recebê-lo em seu gabinete de forma reservada.

Recentemente, Moro negociou com o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), uma alteração no projeto que endurece as regras do mercado de ouro. Moro pediu para que fosse retirado o artigo que proibia a comercialização do minério extraído de terras indígenas. Wagner, então, intercedeu junto ao senador Jorge Kajuru (PSB-GO), relator da matéria, para que o trecho fosse suprimido.

Em uma emenda, Moro alegou que a vedação total da comercialização do ouro em terras indígenas impediria que "a população indígena possa dispor sobre sua própria terra, desde que com autorização legal". Ele queria incluir a possibilidade "com autorização legal, independente do estágio de demarcação". "A medida trará mais segurança jurídica para a exploração do ouro em territórios indígenas", justificou o ex-juiz. A sugestão do senador paranaense, entretanto, foi rejeitada por ser inconstitucional.

Líder do União Brasil no Senado, Efraim Filho (União-PB) diz que o correligionário é um parlamentar participativo. "É atuante nos debates, nas comissões, mas tem o posicionamento dele. Sempre foi muito transparente conosco, inclusive quando votou contrário à orientação do partido", pontuou.

Recentemente, durante discussão sobre um projeto que pretendia pôr fim às saídas temporárias de presidiários, Moro foi responsável por uma emenda que garantiu a manutenção do benefício para aqueles inscritos em cursos profissionalizantes ou nos ensinos médio e superior.

Em outra situação, ainda neste ano, Moro apoiou uma sessão de debates na Casa sobre a obrigatoriedade de vacinação contra covid-19 em crianças, em virtude de inclusão da vacina no Programa Nacional de Imunização (PNI).

O líder da oposição no Senado, Rogério Marinho (PL-RN), vê com naturalidade a resistência de parlamentares ligados ao presidente Lula a Moro. "Passa até pelo presidente Lula que textualmente falou que pretende como missão de vida se vingar daqueles que o prenderam. Sem dúvida nenhuma o grupo mais ligado ao governo tem resistência à presença do ministro Sergio Moro", declarou Marinho.

Vice-líder do governo, o senador Jorge Kajuru (PSB-GO) integrava o "Muda Senado", formado por entusiastas da Lava-Jato, mas hoje diz que reviu a sua posição. Outro ex-membro do grupo, o senador Alessandro Vieira (MDB-SE), que agora faz parte da base aliada, considera que a migração de Moro para a política é um "processo natural", porque qualquer cidadão pode fazer isso. Na visão dele, no entanto, o ex-juiz errou ao deixar a magistratura para assumir cargo na gestão Bolsonaro.

"A escolha feita foi de risco e teve parte da responsabilidade para a derrocada da Operação Lava-Jato, porque ele [Moro] não escolhe entrar para a política pela porta democrática do voto, ele vem para ser um assessor do Bolsonaro. E ele mesmo acaba se arrependendo e saindo", avalia Vieira, que atuou como delegado e também se elegeu em 2018 com a bandeira de combate à corrupção. "A partir do momento que ele vai para a seara político-eleitoral e é eleito, há de se respeitar a opção do povo paranaense."

Já o senador Eduardo Girão (Novo-CE) diz que há muita resistência em relação a Moro, mas que a convivência entre todos é "cordial". "Muitos colegas que talvez tivessem essa animosidade já repensaram, já viram ali no dia a dia que é uma pessoa com boas intenções, um idealista. Esse contato foi importante para desfazer certas imagens do imaginário dos políticos", opinou Girão.

Mais recentemente, contudo, uma notícia surpreendeu a classe política. Sua mulher, a deputada Rosângela Moro (União), que foi eleita deputada federal por São Paulo em 2022, transferiu seu domicílio eleitoral para o Paraná. O plano de ela eventualmente disputar a cadeira do marido enquanto representa outro Estado na Câmara já é questionado na Justiça. Rosângela Moro recusou-se a responder o **Valor**.

Congresso Líder do União Brasil tenta se aproximar de partido, que reage e reafirma pré-candidatura à presidência da Câmara

Elmar Nascimento encontra Temer e busca apoio do MDB

Raphael Di Cunto
De Brasília

Um dos favoritos na disputa pela presidência da Câmara, o deputado Elmar Nascimento (União-BA) tem atuado para se aproximar de líderes do MDB e obter apoio do partido — um dos principais da base governista — para sua candidatura. Nascimento viajou recentemente a São Paulo para se reunir com o ex-presidente Michel Temer e ao Pará, onde se encontrou com o governador Helder Barbalho.

O movimento, contudo, causou reação negativa no partido, pelo menos num primeiro momento. Líder da bancada do MDB na Câmara, e um dos cotados para concorrer à presidência da Casa, o deputado Isnaldo Bulhões (AL) refutou a aproximação. "O MDB terá candidato próprio", respondeu ao **Valor**. O ex-presidente do Senado e atual deputado Eunício Oliveira (CE) também tenta se viabilizar, mas tem menos apoio na bancada.

A eleição ocorrerá apenas em 1º de fevereiro de 2025, mas já mobiliza os bastidores da Câmara. O **Valor** apurou que o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), procurou os principais candidatos após o recesso parlamentar para reforçar que não quer uma antecipação da disputa, para não esvaziar seu último ano de mandato. Lira também garantiu nessas conversas que ainda não escolheu o seu candidato, apesar dos rumores de favoritismo de Nascimento pela proximidade com ele, e que todos na sua base de apoio têm chances, mas o nome só será escolhido a partir de novembro, após as eleições municipais.

Apesar da orientação de Lira, os potenciais candidatos já se movimentam nos bastidores para ampliar sua rede de apoios e sair na frente na disputa. Um aliado de Nascimento conta que ele iniciará uma estratégia de viajar para todos os Estados e se reunir com os governadores ainda neste ano — roteiro que geralmente ocorre apenas em janeiro, já durante a "campanha oficial" para o cargo de presidente.

Foi nesse contexto que ele se encontrou há algumas semanas com Helder Barbalho, hoje um dos dois principais líderes do MDB. À frente de uma bancada federal de nove deputados, a maior da sigla, e responsável pela indicação do ministro das Cidades, Barbalho recebeu o deputado num evento do governo federal no Pará junto com os dois ministros do União Brasil, Juscelino Filho (Comunicações) e Celso Sabino (Turismo) — este último, deputado licenciado pelo Pará.

Nascimento confirma o encontro e o jantar, mas disse que participaram também outros ministros, como Marina Silva (Meio Ambiente) e Silvio Almeida (Direitos Humanos), e negou que tenha tratado da eleição da Câmara. Procurado, Barbalho não comentou. Um aliado do governador diz que o encontro não envolveu uma negociação direta por espaços ou de troca de apoios e que foi mais um gesto de aproximação entre os dois, quando discutiram "cenários" sobre a política nacional.

> Pré-candidato do União Brasil planeja visitar todos os Estados ainda neste ano

Esse aliado de Helder lembra que o MDB tem candidato, pelo menos por enquanto, e que é cedo para fazer qualquer gesto de retirada de candidatura, principalmente num contexto de guerra interna dentro do União Brasil. Bulhões é considerado na Câmara um candidato "vetado" por Lira pela ligação com o senador Renan Calheiros (MDB-AL), mas esse emedebista acredita que uma composição é improvável, embora não impossível, se Renan e Lira fizerem as pazes e selarem aliança para disputarem na mesma chapa as duas vagas na eleição do Senado de 2026.

Dias depois de encontrar Helder no Pará, Nascimento viajou a São Paulo para se reunir com o ex-presidente Michel Temer, que por anos foi presidente nacional do MDB e figura influente nos rumos do partido. Ao **Valor**, o líder do União Brasil negou o encontro com Temer, disse que a eleição da Câmara está muito longe e que seria "uma gafe e um erro" procurar para apoiá-lo um partido que tem pré-candidato.

Temer, contudo, confirmou o encontro por meio de sua assessoria. Disse que tiveram uma "boa conversa" e destacou que, assim como muitos outros parlamentares, Elmar Nascimento sempre o auxiliou quando ele era presidente. Orientou ainda que ele procurasse o presidente do MDB, deputado Baleia Rossi (SP), e Bulhões para conversar sobre a eleição.

CRISTIANO MARIZ/O GLOBO — 10/5/2023

Elmar Nascimento vai iniciar estratégia de viajar para todos os Estados e se reunir com os governadores ainda neste ano

ALLOS

ALLOS S.A.

CNPJ nº 05.878.397/0001-32 - NIRE 33.3.003.325-11
Companhia Aberta

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam os Senhores Acionistas da Allos S.A. ("Companhia") convidados a participarem da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada às 15:00h do dia 30 de abril de 2024 ("AGOE"), de modo exclusivamente digital, por meio de plataforma digital abaixo indicada, em linha com o parágrafo único do artigo 121 e artigo 124, §2-A, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações") e com a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), sem prejuízo do direito de voto à distância, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes e do parecer do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(ii)** Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(iii)** Eleger os membros do Conselho de Administração; **(iv)** Aprovar a remuneração global anual da Administração para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2024; e **Em Assembleia Geral Extraordinária: (v)** Retificar a remuneração global anual da Administração referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. **Informações Gerais:** Encontram-se à disposição dos Acionistas, na sede da Companhia, os documentos previstos no artigo 133 da Lei das Sociedades por Ações, sendo que aqueles indicados nos incisos I, II e III de referido artigo foram disponibilizados no website de RI da Companhia em 20 de março de 2024 e serão publicados em 28 de março de 2024 no jornal "Valor Econômico", nos termos do artigo 133, §3º, e do artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações. A AGOE será realizada exclusivamente de modo digital, razão pela qual a participação do Acionista somente poderá ser: **(i)** via Plataforma (conforme abaixo definido), pessoalmente ou por procurador devidamente constituído, nos termos do artigo 28, §§2º e 3º da Resolução CVM 81, caso em que o Acionista poderá: **(a)** simplesmente participar da AGOE, tenha ou não enviado o Boletim (conforme abaixo definido); ou **(b)** participar e votar na AGOE, observando-se que, quanto ao Acionista que já tenha enviado o Boletim e queira votar na AGOE, todas as instruções de voto recebidas por meio de Boletim serão desconsideradas; ou **(ii)** via boletim de voto a distância ("Boletim"), sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida para a votação a distância constam abaixo e no Boletim, que pode ser acessado nos websites da Companhia (https://ri.allos.co/), da CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br) e da B3 (http://www.b3.com.br) na rede mundial de computadores. **Participação por meio da Plataforma Digital:** Os Acionistas que optarem por participar virtualmente da AGOE, por meio da plataforma digital de assembleias virtuais ALFM Easy Voting ("Plataforma"), deverão se cadastrar obrigatoriamente até 12:00h (meio-dia) do dia **29 de abril de 2024** (inclusive), através do link de cadastro https://easyvoting.alfm.adv.br/acionista.wpconsentimento.aspx?CtxW0jdnQS4JAgUx1hIBxTh6QcTACLS0fuGnbjrZ87PyFItxQnK5f_9EzakTk07J (Link de Cadastro"), fornecendo os seguintes documentos: **(i)** Acionistas Pessoas Físicas: documento de identificação com foto (RG, RNE, CNH ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas); **(ii)** Acionistas Pessoas Jurídicas: cópia do último estatuto ou contrato social consolidado válido e cópia da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto dos representantes legais; e **(iii)** Fundos de Investimento: cópia do último regulamento consolidado do fundo, cópia do estatuto ou contrato social válido de seu administrador ou gestor, conforme o caso, além da cópia da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração). O Acionista ou seu representante legal será admitido na AGOE desde que apresente os documentos que comprovem sua identidade. Os Acionistas deverão fornecer também o comprovante da titularidade das ações de emissão da Companhia, expedido por instituição financeira escrituradora e/ou agente de custódia com até 5 (cinco) dias de antecedência da data de apresentação. Para informações mais detalhadas sobre o procedimento de cadastro e acesso à Plataforma da AGOE, vide Manual para Participação na AGOE disponibilizado nas páginas eletrônicas da Companhia (https://ri.allos.co/), da CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br) e da B3 (http://www.b3.com.br) na rede mundial de computadores. O Acionista que desejar ser representado por procurador deverá apresentar o respectivo instrumento de mandato, com poderes especiais e documentos comprobatórios dos poderes dos signatários, com as firmas devidamente reconhecidas, ou, alternativamente, com assinatura digital, por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ("ICP- Brasil"), ou com assinatura eletrônica certificada por outros meios que comprovem a autoria e integridade do documento e dos signatários, nos termos da legislação aplicável. Além disso, deve ser enviada cópia do comprovante de identidade do mandatário, sendo certo que, nos termos do art. 126, § 1º da Lei 6.404/1976, o procurador deverá ter sido constituído há menos de 1 ano. Procurações e atos societários oriundos do exterior deverão ser encaminhados para a Companhia juntamente com a respectiva notarização, consularização e tradução juramentada para o português e registrada em cartório de títulos e documentos. No caso de documentos emitidos por países signatários da Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos ("Convenção da Apostila"), de 5 de outubro de 1961, a legalização diplomática ou consular deverá ser mandatoriamente substituída pela aposição de apostila, nos termos da Resolução do Conselho Nacional de Justiça n° 228, de 22 de junho de 2016. Os Acionistas que não se cadastrarem no Link de Cadastro e/ou não enviarem os documentos obrigatórios para sua participação através do Link de Cadastro até 12:00h (meio-dia) do dia **29 de abril de 2024** (inclusive), não poderão participar da AGOE. **Participação por meio de Boletim de Voto a Distância:** A Companhia adotará o voto à distância na realização da AGOE, nos termos da Resolução CVM 81, possibilitando que o Acionista exerça o seu direito de voto: **(i)** através da transmissão de instruções de preenchimento do Boletim de Voto a Distância, **(i.a)** ao seu agente de custódia que preste esse serviço, caso as ações estejam depositadas em depositário central, ou **(i.b)** ao Itaú Corretora de Valores S.A., agente escriturador das ações de emissão da Companhia, caso as ações não estejam depositadas em depositário central; ou, ainda, **(ii)** por meio do envio do Boletim de Voto a Distância diretamente à Companhia. Para informações adicionais acerca do exercício do voto à distância, recomendamos aos Acionistas que consultem o Manual para Participação na AGOE, Proposta da Administração e Boletins de Voto a Distância disponibilizados nas páginas eletrônicas da Companhia (https://ri.allos.co/), da CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (http://www.b3.com.br) na rede mundial de computadores. Encontram-se à disposição dos Acionistas, na sede social e nas páginas eletrônicas da Companhia (https://ri.allos.co/), da CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br) e da B3 (http://www.b3.com.br) na rede mundial de computadores, os documentos e informações relevantes para o exercício do direito de voto pelos Acionistas.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2024

ALLOS S.A. - Renato Feitosa Rique - Presidente do Conselho de Administração

Bradespar

Bradespar S.A.

CNPJ nº 03.847.461/0001-92 – NIRE 35.300.178.360
Companhia Aberta

Assembleia Geral Ordinária

Convidamos os senhores acionistas desta Sociedade a participarem da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no próximo dia 29 de abril de 2024, às 16h, **de modo exclusivamente digital**, a fim de deliberarem sobre as seguintes propostas:

1. tomar as contas dos administradores e examinar, discutir e votar as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social findo em 31.12.2023;
2. destinar o lucro líquido do exercício de 2023 e a distribuição de dividendos;
3. definir o número de integrantes do Conselho de Administração;
4. eleger, observadas as disposições dos Artigos 141 e 147 da Lei nº 6.404/76, e do Anexo K da Resolução CVM nº 80/22, os membros do Conselho de Administração, sendo necessário, nos termos da Resolução CVM nº 70/22, o requerimento de acionistas titulares de, no mínimo, 5% (cinco por cento) do capital votante para que seja adotado o processo de voto múltiplo;
5. eleger os membros do Conselho Fiscal, observadas as disposições dos Artigos 161 e 162 da Lei nº 6.404/76;
6. fixar a remuneração global dos Administradores para o exercício de 2024 e a verba para custear Plano de Previdência; e
7. fixar a remuneração dos membros do Conselho Fiscal para o exercício de 2024.

Participação na Assembleia: os acionistas, seus representantes legais ou procuradores poderão participar da Assembleia por quaisquer das formas abaixo:

I. **Voto a Distância:** enviando o respectivo Boletim:

✓ ao escriturador das ações da Sociedade, por meio da Rede de Agências Bradesco;

✓ aos seus agentes de custódia que prestem esse serviço, no caso dos acionistas titulares de ações depositadas em depositário central;

✓ diretamente à Sociedade, para o *e-mail* assembleias@bradespar.com.br, não sendo necessário o envio posterior da via física.

Para informações adicionais, observar as regras previstas na Resolução CVM nº 81/22 e os procedimentos descritos no Boletim de Voto a Distância disponibilizado pela Sociedade, bem como neste Manual para Participação na Assembleia (Manual).

II. **Participação e voto durante a realização da Assembleia por sistema eletrônico:** As orientações, dados e senha para conexão serão enviados aos Acionistas que, até o dia 27.4.2024, inclusive, tiverem efetuado o seu pré-cadastro por meio do LINK abaixo, bem como o *upload* dos documentos de identificação e/ou de representação, como detalhado no Manual.

https://easyvoting.alfm.adv.br/acionista.wpconsentimento.aspx?CtxW0jdnQS4JAgUx1hIBxTh6QcTACLS0fuGnbjrZ87N-58j2ooP3isgc3TpTeWNh

- Conforme previsto no Parágrafo 3º do Artigo 6º da Resolução CVM nº 81/22, não poderão participar da Assembleia os acionistas que não se credenciarem até a data acima mencionada, por meio do pré-cadastro no *link* acima indicado.
- A Sociedade ressalta que não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à Assembleia, uma vez que ela será realizada de modo exclusivamente digital.

Nos termos do Artigo 126 da Lei nº 6.404/76, e alterações posteriores, para participar e deliberar na Assembleia, o acionista deve observar que:

- além do documento de identidade e dos documentos societários e de representação (no caso dos acionistas pessoas jurídicas), deve apresentar, também, no momento do envio de pedido de credenciamento para participação, comprovante de titularidade das ações de emissão da Sociedade, expedido pelo custodiante, sendo que, para o titular de ações escriturais custodiadas no Bradesco, fica dispensada a apresentação do citado comprovante;
- o acionista poderá ser representado por procurador, constituído há menos de um ano, desde que esse seja acionista ou administrador da Sociedade, advogado ou instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar seus condôminos, observado que os acionistas pessoas jurídicas poderão ser representados conforme seus estatutos/contratos sociais;
- antes do encaminhamento à Bradespar, os documentos societários e de representação das pessoas jurídicas e fundos de investimentos lavrados em língua estrangeira deverão ser traduzidos para a língua portuguesa. As respectivas traduções deverão ser registradas no Registro de Títulos e Documentos (não será necessária a tradução juramentada);
- os documentos de identificação e representação do acionista, o comprovante de titularidade das ações e o eventual instrumento de mandato deverão ser enviados, em conjunto com o pedido de credenciamento para participar da Assembleia, até o dia 27.4.2024, inclusive, por meio de *upload* no *link* https://easyvoting.alfm.adv.br/acionista.wpconsentimento.aspx?CtxW0jdnQS4JAgUx1hIBxTh6QcTACLS0fuGnbjrZ87N-58j2ooP3isgc3TpTeWNh
- a Companhia ressalta que, conforme estabelece os Parágrafos 4º a 6º do Artigo 141 da Lei nº 6.404/76 e o item 7.2.8. do Ofício Circular/Anual-2024-CVM/SEP, o acionista que pretender participar do processo de eleição em separado para o Conselho de Administração deverá encaminhar o comprovante da titularidade ininterrupta da participação acionária durante o período de 3 (três) meses, no mínimo, imediatamente anterior à realização da assembleia (29 de abril de 2024), pois essa verificação será feita diretamente pela Sociedade e pelo agente escriturador das ações de sua emissão. Essa providência fica dispensada na hipótese de envio do boletim de voto à distância ao escriturador das ações de emissão da Sociedade e aos agentes de custódia que prestem esse serviço.

Documentos à disposição dos acionistas: todos os documentos legais e informações adicionais necessários para análise e exercício do direito de voto estão à disposição dos acionistas nos *sites*: **da Bradespar:** www.bradespar.com.br - Informações aos Investidores - Fatos-Relevantes; **da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão:** http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-variavel/empresas-listadas.htm; **da Comissão de Valores Mobiliários (CVM):** Busca de Cia. Aberta (cvm.gov.br). Eventuais esclarecimentos poderão ser obtidos por intermédio do *e-mail* assembleias@bradespar.com.br ou no *site* www.bradespar.com.br - Atendimento - Fale com RI.

São Paulo, SP, 27 de março de 2024

Luiz Carlos Trabuco Cappi
Presidente do Conselho de Administração

BRAP
B3 LISTED N1

ITAG B3

XBBDC

INÊS 249

GRUPO CASASBAHIA

GRUPO CASAS BAHIA S.A.

CNPJ/MF nº 33.041.260/0652-90 - **Companhia Aberta**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os Senhores Acionistas do **GRUPO CASAS BAHIA S.A.** ("Companhia") a se reunirem nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária ("AGOE"), a serem realizadas no dia 30 de abril de 2024, às 11h00, de modo exclusivamente digital, com participação por meio de sistema eletrônico ou por meio dos mecanismos de votação à distância, sem a possibilidade de comparecimento presencial, para examinar, discutir e votar sobre a seguinte matérias constantes da ordem do dia: **(A) Em Assembleia Geral Ordinária:** (1) a) tomar as contas dos administradores; (b) examinar, discutir e aprovar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (2) a) determinar o número efetivo de membros do Conselho de Administração a serem eleitos; (b) determinar se os candidatos indicados para ocupar o Conselho de Administração são independentes; e (c) eleger os membros do Conselho de Administração; e (3) fixar a remuneração global anual dos membros da Administração da Companhia para o exercício de 2024. **(B) Em Assembleia Geral Extraordinária:** (1) alterar o *caput* do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia a fim de atualizar a redação estatutária sobre a composição do capital social, de forma a refletir o aumento de capital decorrente de exercício de bônus de subscrição, averbado pelo Conselho de Administração em 19 de fevereiro de 2024; (2) Alterar o *caput* do artigo 6º do Estatuto Social da Companhia, a fim de compatibilizar o limite do capital autorizado da Companhia em decorrência do grupamento de ações aprovado na assembleia geral extraordinária realizada em 27 de novembro de 2023; e (3) consolidar o Estatuto Social da Companhia, de forma a refletir as alterações indicadas nos itens (1) e (2) acima. **Informações Gerais:** A participação do acionista ou de procurador devidamente constituído (observado o disposto no art. 126 da Lei das Sociedades por Ações) poderá ser de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma eletrônica "Zoom" ou por meio dos mecanismos de votação a distância, sem a possibilidade de comparecimento físico. **A Companhia realizará a AGOE de modo exclusivamente digital, por meio de sistema eletrônico, sem a possibilidade de comparecimento físico.** Para todos os fins legais, a presente reunião será considerada como realizada na sede da Companhia, conforme disposto no art. 5º, III, §3º da Resolução CVM nº 81/22. Participação pessoal ou representado por procurador. Nos termos do art. 6º, §3º, da Resolução CVM nº 81/22, os acionistas que desejarem participar da AGOE deverão se cadastrar e enviar os documentos necessários por meio do endereço eletrônico: https://qicentral.com.br/m/agoe-casas-bahia-2024, impreterivelmente, até 2 (dois) dias antes da data da AGOE - isto é, **até o dia 28 de abril de 2024**. Após receber os documentos e confirmar a sua validade e completude, a Companhia credenciará o acionista para participar da AGOE via plataforma digital e enviará as instruções detalhadas para a sua utilização, bem como o link de acesso. **Somente poderão participar da AGOE os acionistas devidamente credenciados, em conformidade com o prazo e os procedimentos indicados acima.** A plataforma digital a ser disponibilizada pela Companhia para acesso e participação na AGOE será o aplicativo de reuniões virtuais Zoom. Mais informações sobre as funcionalidades dessa plataforma podem ser encontradas em https://zoom.us. A Companhia recomenda que os acionistas se familiarizem previamente com o uso da plataforma Zoom, bem como garantam a compatibilidade de seus respectivos dispositivos eletrônicos para a utilização da plataforma. Adicionalmente, a Companhia solicita a tais acionistas que, no dia da AGOE, acessem a plataforma Zoom com, no mínimo, 30 (trinta) minutos de antecedência do horário previsto para o seu início, a fim de permitir a validação do acesso de todos os acionistas credenciados. Por meio da plataforma Zoom, os acionistas credenciados poderão discutir e votar os itens da ordem do dia, tendo acesso com vídeo e áudio à sala virtual em que será realizada a AGOE. A Companhia não se responsabiliza por quaisquer problemas operacionais ou de conexão que o acionista venha a enfrentar, bem como por quaisquer eventuais outras questões alheias à Companhia que venham a dificultar ou impossibilitar a participação do acionista na AGOE por meio eletrônico. Caso o acionista que tenha solicitado devidamente sua participação por meio eletrônico não receba o e-mail com instruções para acesso à plataforma digital até as 14h00 do dia 29 de abril de 2024, deverá entrar em contato através dos e-mails **ri@grupocasasbahia.com.br** e **juridico.societario@viavarejo.com.br**, até no máximo às 18h00 do dia 29 de abril de 2024, a fim de que lhe sejam reenviadas suas respectivas instruções para acesso. Aos acionistas que se farão representar por meio de procuração outorgada para o fim específico de participar em assembleias, a Companhia dispensará o reconhecimento de firma e/ou a consularização ou apostilamento dos instrumentos de procuração outorgados pelos acionistas a seus respectivos representantes. Ressaltamos, contudo, que os documentos que não sejam lavrados em português deverão ser acompanhados da respectiva tradução. Requeremos, ainda, aos senhores acionistas que serão representados por meio de procuração, o envio do instrumento de mandato outorgado na forma da lei, **em formato digital**, por meio do endereço eletrônico: https://qicentral.com.br/m/agoe-casas-bahia-2024, até o dia 28 de abril de 2024. Participação por meio de votação a distância. A Companhia, atendendo às normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), em especial a Resolução CVM nº 81/22, assegurará aos acionistas a possibilidade de exercerem seu voto a distância na AGOE. O acionista que optar por exercer seu direito de voto a distância poderá: (i) transmitir as instruções de voto diretamente pelas instituições e/ou corretoras que mantêm suas posições em custódia, caso estas disponibilizem esses serviços; (ii) transmitir as instruções de voto diretamente ao escriturador das ações da Companhia, qual seja, o Itaú Corretora de Valores S.A., conforme instruções estabelecidas no manual de participação da AGOE; ou (iii) preencher o boletim de voto a distância disponível nos endereços indicados abaixo e enviá-lo diretamente à Companhia, conforme instruções contidas no manual de participação da AGOE. Para mais informações, observar as regras previstas na Resolução CVM nº 81/22, no manual para participação na AGOE e no boletim de voto a distância disponibilizado pela Companhia nos endereços indicados abaixo. Voto Múltiplo. Em atendimento ao artigo 5º da Resolução CVM nº 81/22, a Companhia informa que o percentual mínimo do capital votante para requisição da adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração é de 5% (cinco por cento) devendo essa faculdade ser exercida pelos acionistas em até 48 (quarenta e oito) horas antes da AGOE, nos termos do parágrafo 1º do artigo 141 da Lei das Sociedades por Ações. Documentos relacionados à AGOE. Conforme determinado pela Resolução CVM nº 81/22, encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia, na página de relações de investidores da Companhia <ri.grupocasasbahia.com.br> e na página da Comissão de Valores Mobiliários <www.cvm.gov.br>, o manual de participação na assembleia e proposta da administração, os boletins de voto a distância e os demais documentos relacionados às matérias constantes na ordem do dia da AGOE. São Paulo, 28 de março de 2024.

Renato Carvalho do Nascimento
Presidente do Conselho de Administração

B3 BRASIL BOLSA BALCÃO

B3 S.A. - BRASIL, BOLSA, BALCÃO

Companhia Aberta
CNPJ nº 09.346.601/0001-25 - NIRE 35.300.351.452

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam os Senhores(as) Acionistas da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3" ou "Companhia") convocados(as) a se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária a serem realizadas, cumulativamente, no dia 25 de abril de 2024, às 11h00, **de modo exclusivamente digital, conforme detalhado mais adiante** ("Assembleias"), sendo consideradas como realizadas, para os fins da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), na sede social da Companhia, localizada na Praça Antonio Prado, nº 48, 7º andar, Centro, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e cuja ordem do dia será a seguinte: **I - Em Assembleia Geral Ordinária:** (1) Deliberar sobre as contas dos administradores e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023; (2) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31/12/2023; (3) Deliberar sobre a remuneração global dos administradores para o exercício de 2024; (4) Na hipótese de haver pedido de instalação do Conselho Fiscal, eleger os respectivos membros; e (5) Na hipótese de haver eleição do Conselho Fiscal, fixar a sua remuneração. **II - Em Assembleia Geral Extraordinária:** (1) Deliberar sobre as seguintes alterações do Estatuto Social da B3, conforme detalhadas na Proposta da Administração divulgada ao mercado: **a. Bloco A - Objeto Social. A.1.** Adequar a descrição das atividades à regulamentação vigente (incisos II, V, IX e § único (f) do Art. 3º). **A.2.** Adequar a abrangência dos serviços de dados (inciso VIII do Art. 3º). **A.3.** Adequar o escopo de serviços de leilões (inciso X do Art. 3º). **A.4.** Ampliar o rol de reguladores da Companhia (inciso XIII do Art. 3º). **b. Bloco B - Capital Social. B.1.** Registrar o cancelamento de ações aprovado pelo Conselho de Administração em 07/12/23, passando o capital social de 5.819.000.000 para 5.646.500.000 ações ordinárias ("caput" do Art. 5º). **c. Bloco C - Transferência de Competências da Diretoria Colegiada para o Presidente. C.1.** Alterar o dispositivo ao refletir processo de sucessão de membros da Diretoria (Art. 29, (b)). **C.2.** Atribuir ao Presidente a competência para propor ao Comitê de Governança e Indicação as atribuições de todos os Diretores, e não somente daqueles que se reportam diretamente a ele (alteração dos Arts. 35 (b) e 49, § único (e), e exclusão do artigo inciso (b) do Art. 37 e do artigo inciso (f) do § único do Art. 49). **C.3.** Transferir ao Presidente a competência para informar à CVM sobre eventos que afetem os mercados administrados pela B3, bem como de enviar relatórios relativos às operações realizadas e/ou registradas nos ambientes administrados pela Companhia (transferência dos antigos incisos (g) e (h) do §1º do Art. 37 para os incisos (k) e (l) do Art. 35). **d. Bloco D - Política Corporativa de Alçadas. D.1.** Incluir referência à Política Corporativa de Alçadas a ser aprovada pelo Conselho de Administração, relacionada a determinadas competências da Diretoria Colegiada estabelecidas no Art. 37, para que possam ser compartilhadas com Diretores da Companhia cujas atribuições tenham pertinência técnica com os respectivos temas. O objetivo da Política é promover maior agilidade na tomada de decisões e mais robustez à estrutura de governança da Companhia (alteração dos incisos (e), (g), (h), (m), (n) e (q)). **e. Bloco E - Aprovação de Emissão de Debêntures pela Diretoria Colegiada. E.1.** Autorizar a Diretoria Colegiada a aprovar a emissão de debêntures não conversíveis em montante inferior ao Valor de Referência, nos termos previstos no §1º do Artigo 59 da Lei das S.A., alterado pela Lei nº 14.711/2023 (inclusão do inciso (f) no Art. 37). **f. Bloco F - Competências do CA. F.1.** Esclarecer que as atribuições do Conselho de Administração compreendem, inclusive, aquelas estabelecidas na regulamentação vigente e no Regimento Interno ("caput" do Art. 29). **g. Bloco G - Competências da DC. G.1.** Incluir o inciso (u) do Art. 37 para refletir no Estatuto a competência da Diretoria Colegiada no âmbito da Política de Transações com Partes Relacionadas. **h. Bloco H - Competências do CEO. H.1.** Ajustar o dispositivo para melhor qualificar a estrutura organizacional aprovada pelo Presidente (Art. 35, inciso (e)). **H.2.** Adequar a redação à Resolução CVM nº 135/22 (Art. 35, incisos (i) e (j)). **H.3.** Atribuir ao Presidente a competência para aprovar os Regimentos dos Comitês que criar para o assessorar (Art. 35, §3º). **i. Bloco I - Outros Ajustes. I.1.** Funcionamento da Assembleia. Ajustar o §6º do Art. 12 para compatibilizar com a redação da Lei das S.A. (art. 125). **I.2.** Remuneração da Administração. Ajustar o § único do Art. 17 para esclarecer que cabe ao Conselho de Administração distribuir entre seus membros a remuneração do órgão aprovada pela Assembleia. **I.3.** Composição do Conselho de Administração. Ajustar o §4º (d) do Art. 22 para esclarecer que as hipóteses ali previstas são exemplificativas; e o §9º do Art. 22 para incluir definição de "Conselheiro(a) Vinculado(a)". **I.4.** Substituição/Vacância na Diretoria Colegiada. Ajustar os Arts. 40, 41 e 42 para esclarecer que os critérios de substituição se referem tanto às funções exercidas pelos Diretores Executivos da Companhia, bem como às funções como membros da Diretoria Colegiada. **I.5.** Representação da Companhia. Excluir o §1º do Art. 43 para simplificação do texto; ajustar o § único, inciso (a), para contemplar outros tipos societários; ajustar o § único, inciso (b), e o Art. 44, para contemplar poderes "et extra" à cláusula ad judicia; e ajustar o § único, inciso (c), para abranger, inclusive, entidades privadas. **I.6.** Competência do Comitê de Produtos e de Precificação. Ajustar o Art. 50, § único, para incluir a possibilidade de se estabelecer outras competências por meio do Regimento Interno. **I.7.** Ajustes formais. Outros ajustes formais de redação (inclusive para melhor compreensão de dispositivos), ajustes ortográficos, de referências cruzadas, de numeração e de gênero, conforme detalhados na Proposta da Administração. (2) Consolidar o Estatuto Social da Companhia de forma a refletir as alterações acima indicadas. Encontram-se à disposição dos(as) Senhores(as) Acionistas, na sede social da Companhia, no site de Relações com Investidores da B3 (b3.com.br/ri), e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), o boletim de voto a distância, bem como a Proposta da Administração ("Proposta da Administração") contemplando: (i) a proposta de destinação do resultado relativo ao exercício social encerrado em 31/12/2023; (ii) a proposta de remuneração dos administradores para o exercício de 2024; (iii) as propostas de chapa para compor o Conselho Fiscal e de remuneração dos referidos membros, para a hipótese de haver pedido válido de instalação do órgão; (iv) quadro comparativo com as propostas de alteração do Estatuto Social da Companhia e suas justificativas; (v) versão consolidada do Estatuto Social; e (vi) demais informações requeridas pelas Resoluções da CVM nº 80 e 81, incluindo todas as orientações e instruções para participação nas Assembleias. Adicionalmente, também se encontram à disposição dos(as) Senhores(as) Acionistas, nos endereços eletrônicos indicados acima: (i) o relatório da administração; (ii) as demonstrações financeiras; (iii) o relatório dos auditores independentes; (iv) o parecer do Conselho Fiscal; e (v) o relatório do Comitê de Auditoria, estes publicados em 23/02/2024 no jornal "Valor Econômico" nos termos da regulamentação aplicável. Informações Gerais sobre a participação nas Assembleias: A participação do(a) Acionista nas Assembleias poderá se dar por meio do sistema eletrônico disponibilizado pela Companhia ou via boletim de voto a distância. As orientações detalhadas acerca da documentação[1] exigida para a participação do(a) Acionista nas Assembleias constam da Proposta da Administração. Informações Adicionais sobre a participação nas Assembleias: **SISTEMA ELETRÔNICO:** os(as) Acionistas que tenham interesse em participar das Assembleias por meio de sistema eletrônico deverão fazê-lo por meio da plataforma Microsoft Teams, sendo que as orientações e os dados para conexão no ambiente eletrônico serão enviados aos(às) Acionistas ou, se for o caso, seus representantes legais ou procuradores, que manifestarem o seu interesse em participar das Assembleias por meio do e-mail ri@b3.com.br **até o dia 23/4/2024**, enviando também neste e-mail os documentos necessários para sua participação nas Assembleias nos termos detalhados na Proposta da Administração. O sistema eletrônico permitirá que os(as) Acionistas cadastrados no prazo supramencionado participem, se manifestem e votem nas Assembleias sem que se façam presentes fisicamente, nos termos estabelecidos pela Resolução CVM 81. As regras e orientações detalhadas, bem como os procedimentos e informações adicionais para a participação do(a) Acionista nas Assembleias por meio do sistema eletrônico de participação constam na Proposta da Administração disponível nos sites de Relações com Investidores da Companhia (b3.com.br/ri) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br). **BOLETIM DE VOTO A DISTÂNCIA**: os(as) Acionistas que optarem por votar por meio de boletins de voto a distância (sendo um para a Assembleia Geral Ordinária e um para a Assembleia Geral Extraordinária) deverão enviá-los, nos termos da Resolução CVM 81/22, por meio dos agentes de custódia dos Acionistas ou do escriturador das ações de emissão da Companhia ou, ainda, diretamente à Companhia, **até o dia 18/4/2024**, conforme as orientações constantes na Proposta da Administração. Para o envio dos boletins assinados diretamente à Companhia solicitamos a utilização do correio eletrônico ri@b3.com.br, não havendo necessidade de envio posterior da via física. Eventuais dúvidas sobre o presente Edital de Convocação poderão ser enviadas para a Diretoria de Relações com Investidores da B3, por meio do correio eletrônico ri@b3.com.br.

São Paulo, 25 de março de 2024
Antonio Carlos Quintella
Presidente do Conselho de Administração

[1] **Documentação**: (A) Pessoas Físicas: (i) documento de identidade com foto do acionista; ou, se for o caso, documento de identidade de seu procurador e a respectiva procuração. (B) Pessoas Jurídicas: (i) último Estatuto/Contrato Social consolidado; (ii) documento de identidade com foto do representante legal/procurador e documentos societários/ procurações que comprovem seus poderes de representação legal; (C) Fundos de Investimento: (i) último regulamento consolidado; (ii) Estatuto/ Contrato social do gestor do Fundo, (iii) documento de identidade com foto do representante legal/ procurador e documentos societários que comprovem seus poderes de representação legal. Acesse a Proposta da Administração para mais informações.

YDUQS PARTICIPAÇÕES S.A.
Companhia Aberta
CNPJ n.º 08.807.432/0001-10 – NIRE 33.300.282.050 – Código CVM n.º 02101-6

Edital de Convocação. Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 26 de abril de 2024 às 14h. YDUQS PARTICIPAÇÕES S.A. ("Companhia"), nos termos do art. 124 da Lei nº 6.404/1976, conforme alterada ("Lei das S.A.") e dos artigos 4º e 6º da Resolução CVM nº 81/2022 ("RCVM 81"), vem, por meio deste edital, convocar a **Assembleia Geral Ordinária** ("AGO"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 26 de abril de 2024, às 14h, na sede da Companhia, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Av. Venezuela, nº 43, 6º andar, Bairro Saúde, CEP 20081-311, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: (i) as demonstrações financeiras acompanhadas do relatório dos auditores independentes, do parecer do Conselho Fiscal e do parecer do Comitê de Auditoria e Finanças, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (ii) o relatório da administração e as contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (iii) a proposta da administração para a destinação do resultado da Companhia relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (iv) a fixação do número de membros que irão compor o Conselho de Administração da Companhia no próximo mandato; (v) a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia; (vi) a instalação do Conselho Fiscal; (vii) a fixação do número de membros que irão compor o Conselho Fiscal no próximo mandato; (viii) a eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal da Companhia; e (ix) a fixação da remuneração global anual dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal para o exercício social de 2024. Nos termos do art. 126 da Lei das S.A., e do artigo 11 do estatuto social da Companhia, para participar da AGO os acionistas ou seus representantes deverão apresentar à Companhia, em até 2 (dois) dias úteis antecedentes à data da AGO, por meio do endereço eletrônico juridico.societario@yduqs.com.br, cópias dos seguintes documentos: (i) documento de identidade válido com foto; (ii) conforme o caso, instrumento de mandato e/ou documentos que comprovem os poderes do representante legal do acionista, observados os requisitos da Lei das S.A.; e (iii) conforme o caso, extrato de ações custodiadas datado de até 5 (cinco) dias da data marcada para realização da AGO. Em se tratando de acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, por sua vez, solicita-se cópia do extrato contendo sua respectiva participação acionária, emitido em até 2 (dois) dias úteis antecedentes à data da AGO. Serão aceitos os seguintes documentos de identidade válidos com foto: Registro Geral (RG), Registro Nacional de Estrangeiro (RNE), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da administração pública. No caso de acionista pessoa jurídica, além do documento de identidade com foto de representante legal, deverão ser apresentadas cópias (i) do estatuto social ou do contrato social atualizado; e (ii) do ato que investe o representante de poderes bastantes. No caso de acionista fundo de investimento, além do documento de identidade com foto do representante legal, deverão ser apresentadas cópias (i) do último regulamento consolidado do fundo; (ii) do estatuto ou contrato social do seu administrador, bem como (iii) dos documentos societários que comprovem os poderes de representação. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do art. 126, § 1º, da Lei das S.A. Em cumprimento ao disposto no art. 654, §1º e §2º, da Lei nº 10.406/2002 ("Código Civil"), a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante, sendo admitida assinatura digital, por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil. As pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na AGO por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no art. 126, §1º, da Lei das S.A. As pessoas jurídicas acionistas da Companhia, por sua vez, poderão ser representadas na AGO por meio de seus representantes legais ou por meio de mandatário nomeado consoante seus atos constitutivos, de acordo com os atos constitutivos da sociedade e com as regras do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administradora da Companhia, acionista ou advogado, conforme orientação do Ofício Circular Anual 2024-CVM/SEP. A Companhia não exigirá notarização ou consularização dos documentos apresentados por seus acionistas ou representantes. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na AGO encontram-se à disposição dos acionistas na sede e no site de relações com investidores da Companhia (https://www.yduqs.com.br/), e foram enviados à CVM (http://www.gov.br/cvm) e à B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (http://www.b3.com.br). Rio de Janeiro, 26 de março de 2024.
Juan Pablo Zucchini - Presidente do Conselho de Administração.

SANTOS BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 02.762.121/0001-04 - NIRE 35.300.35.005-7
Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária

A **Santos Brasil Participações S.A.** ("SBPAR" ou "Companhia") localizada na Cidade e Estado de São Paulo na Rua Joaquim Floriano, nº 413, 10º andar, conjuntos 101 e 102, Edifício Result Corporate Plaza (RCP), Itaim Bibi, CEP 04534-011, vem, pela presente, convocar os senhores Acionistas para se reunirem em **Assembleia Geral Ordinária** ("AGO") a ser realizada no dia **25 de abril de 2024, às 10 horas**, sob a forma exclusivamente digital, através da Plataforma VIRTUAL *ALFM EASY VOTING*, em conformidade com o disposto na Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, ("Resolução CVM 81"), a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31.12.2023; **(ii)** deliberar sobre a proposta da administração de destinação do resultado do exercício e a distribuição de dividendos; **(iii)** deliberar sobre o número de membros e eleger os membros do Conselho de Administração; **(iv)** instalar o Conselho Fiscal, deliberar sobre o número de membros e eleger os membros do Conselho Fiscal; e **(v)** deliberar, conforme o disposto no artigo 23 do Estatuto Social da Companhia, sobre o valor global da remuneração dos administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício de 2024.

A participação do acionista somente poderá ser: (a) via boletim de voto a distância ("Boletim"), sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida para a votação a distância constam do Boletim, que poderá ser acessado na Proposta de Administração e Manual de Participação da Companhia; e (b) via Plataforma Virtual *ALFM EASY VOTING*, pessoalmente ou por procurador devidamente constituído nos termos do artigo 28, §§2º e 3º da Resolução CVM 81, caso em que o acionista poderá: (i) simplesmente participar da AGO, tenha ou não enviado o Boletim; ou (ii) participar e votar na AGO, observando-se que, quanto ao acionista que já tenha enviado o Boletim e que, caso queira, vote na AGO, todas as instruções de voto recebidas por meio de Boletim serão desconsideradas. Adicionalmente, os Acionistas, por si, seus representantes legais ou procuradores devidamente constituídos, que optarem por participar virtualmente da AGO, por meio da plataforma eletrônica, deverão se cadastrar obrigatoriamente até 2 (dois) dias antes da AGO (i.e., até 10 horas do dia 23 de abril de 2024), solicitando suas credenciais de acesso à Plataforma Digital, por meio do link de cadastro (https://easyvoting.alfm.adv.br/acionista.wpconsentimento.aspx?...), fornecendo a documentação e informações indicadas na tabela abaixo e presentes no manual do Acionista divulgado pela Companhia na Proposta da Administração em 25/03/2024, a documentação e informações enviadas por meio do link de cadastro até 10 horas do dia 23 de abril de 2024 serão validadas pela Companhia e o acionista receberá, em até 24 horas antes da Assembleia (i.e., até 10 horas do dia 24 de abril de 2024), um acesso pessoal e intransferível para sua participação virtual na AGO. Documentos e informações exigidos para participação na AGO: a. Para pessoas naturais: (i) documento de identidade - e (ii) extrato de posição acionária emitido pelo custodiante em até 2 dias úteis anteriores à data da realização da Assembleia. b. Para pessoas jurídicas: (i) Cópia do estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e (ii) Extrato de posição acionária emitido pelo custodiante em até 2 dias úteis anteriores à data da realização da Assembleia. c. Para fundos de investimentos: (i) Cópia do regulamento do fundo, estatuto social ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e (ii) Extrato de posição acionária emitido pelo custodiante em até 2 dias úteis anteriores à data de realização da Assembleia. O Acionista que desejar participar por meio de procurador, além dos documentos descritos na tabela acima, deverá também, na forma do artigo 126 da Lei nº 6.404/76 e demais disposições legais aplicáveis. O Acionista representado por procurador deverá exibir os instrumentos de mandato no mesmo prazo e observada a mesma mecânica prevista para os comprovantes de titularidade de ações de emissão da Companhia. O Acionista que não se cadastrar e/ou não enviar os documentos obrigatórios para sua participação através do link de cadastro até 10 horas do dia 23 de abril de 2024, não poderá participar da AGO. Nos termos do Artigo 141 da Lei 6.404/76 e do Artigo 3º da Resolução CVM nº 70/22, o percentual mínimo de participação necessária para requisição da adoção do voto múltiplo é de 5% (cinco por cento) do capital votante da Companhia, sendo que o requerimento deve ser apresentado à Companhia em até 48 horas antes da realização da Assembleia (i.e., até 10 horas do dia 23 de abril de 2024). Informações detalhadas sobre as regras e procedimentos para participação e/ou votação à distância na Assembleia Geral Ordinária, inclusive orientações sobre acesso à Plataforma Digital e para envio do Boletim de Voto a Distância, constando da Proposta da Administração da Companhia e demais documentos, a serem disponibilizados nos websites da CVM (www.cvm.gov.br), da Companhia (ri.santosbrasil.com.br) e da B3 (www.b3.com.br), no dia 25 de março de 2024, conforme artigo 10 da Resolução CVM 81, respeitando-o prazo de 1 (mês) antecedente à realização da Assembleia. São Paulo, 25 de março de 2024. **Santos Brasil Participações S.A. - Veronica Valente Dantas.**

JBS

JBS S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 02.916.265/0001-60 - NIRE 35.300.330.587

Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

JBS S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Marginal Direita do Tietê, nº 500, Bloco I, 3º Andar, Vila Jaguara, CEP 05118-100, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.330.587, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia sob o nº 02.916.265/0001-60, registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") como companhia aberta categoria "A", sob o código 02057-5 ("Companhia" ou "JBS"), vem pelo presente, nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), e dos artigos 4º, 5º e 6º da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81/2022"), convocar os senhores acionistas para se reunirem no dia 26 de abril de 2024, às 10h00, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE"), a ser realizada de forma presencial, no Auditório localizado no Bloco 2, Térreo, da sede da Companhia, a fim de examinar, discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **Em Assembleia Geral Ordinária: 1.** Deliberar sobre as demonstrações financeiras e relatório anual da administração relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. **2.** Deliberar sobre a proposta de destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. **3.** Deliberar sobre o número de membros que irão compor o Conselho Fiscal para o próximo mandato. **4.** Eleger os membros efetivos do Conselho Fiscal da Companhia e os seus respectivos suplentes. **5.** Deliberar sobre a fixação do montante global da remuneração anual dos administradores, dos membros do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia para o exercício social de 2024. **Em Assembleia Geral Extraordinária: 1.** Deliberar sobre a ratificação da eleição de três membros do Conselho de Administração, nos termos do artigo 150 da Lei das S.A e de acordo com o parágrafo 5º do art. 16 do Estatuto Social da Companhia. **2.** Deliberar sobre os procedimentos para eleição dos membros do Conselho de Administração como membros independentes. **3.** Deliberar sobre o aumento do número de membros que irão compor o Conselho de Administração da Companhia para o mandato até a assembleia geral ordinária a ser realizada em 2025, de 9 (nove) para 11 (onze) membros. **4.** Eleger 2 (dois) novos membros efetivos do Conselho de Administração da Companhia. **5.** Deliberar sobre a ratificação, no instrumento de protocolo e justificação de incorporação, pela Companhia, da Midtown Participações Ltda. ("Incorporação"), de informações relacionadas aos imóveis transferidos para a Companhia no âmbito da Incorporação e ratificar todas as demais disposições estabelecidas no referido instrumento. **6.** Deliberar sobre a alteração do artigo 16, parágrafo 1º do Estatuto Social para atualizar o prazo mínimo de convocação da Assembleia Geral da JBS. **7.** Autorizar a Diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários ou convenientes à efetivação e implementação das deliberações aprovadas. **Informações Gerais:** Nos termos do artigo 10, parágrafo 4º, do Estatuto Social da JBS, e conforme o artigo 126 da Lei das S.A., para participar da AGOE, por si, seus representantes legais ou procuradores, os senhores acionistas deverão apresentar os seguintes documentos: **(i)** documento hábil de identidade do acionista ou do seu representante; **(ii)** comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou, no caso de ações participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente, na forma do artigo 126 da Lei das S.A.; **(iii)** documentos que comprovem os poderes do representante do acionista pessoa jurídica ou do gestor ou administrador no caso de fundos de investimento; e **(iv)** instrumento de procuração, devidamente regularizado na forma da lei, na hipótese de representação do acionista ("Documentos"). Solicita-se aos senhores acionistas que os Documentos sejam enviados através do endereço eletrônico https://assembleia.ten.com.br/460498236, ou ao e-mail ri@jbs.com.br, preferencialmente, com até 72 (setenta e duas) horas de antecedência da realização da AGOE, observado que os acionistas que comparecerem presencialmente à AGOE poderão dela participar e votar se estiverem munidos dos documentos de representação exigidos, ainda que tenham deixado de enviá-los previamente à Companhia. Sem prejuízo da possibilidade de participação presencial na AGOE, os acionistas também poderão participar da assembleia mediante envio de instruções de voto (i) aos seus respectivos agentes de custódia, (ii) ao escriturador das ações da Companhia ou **(iii)** diretamente à JBS (a) por meio do cadastramento das orientações de voto a distância diretamente no link https://assembleia.ten.com.br/460498236, na aba específica "BVD", ou **(b)** por meio do envio do BVD preenchido ao endereço eletrônico ri@jbs.com.br, em todos os casos, na forma das orientações adicionais, desde que estes sejam recebidos por meio das entidades indicadas nos itens (i), (ii) e **(iii) até 7 (sete) dias antes da realização da AGOE (ou seja, até 19 de abril de 2024)**. O envio do boletim de voto a distância ao custodiante ou ao escriturador deverá observar as regras e procedimentos aplicáveis indicados por estes prestadores de serviços. Nesta AGOE, como forma de facilitar a participação dos seus acionistas, a JBS aceitará instrumentos de mandato, boletins de voto a distância, e demais Documentos sem reconhecimento de firma, legalização e/ou apostilamento, sendo certo que as procurações lavradas em língua estrangeira, antes de seu encaminhamento à Companhia, devem ser vertidas para o português. Para cadastrar previamente (i) os Documentos, no caso de participação presencial na AGOE, ou **(ii)** as instruções de voto a distância diretamente na plataforma digital, o acionista ou seu procurador deverá: • Acessar o endereço eletrônico https://assembleia.ten.com.br/460498236; • Cadastrar-se na Plataforma, enviando os Documentos e, se for o caso, as instruções de voto a distância. Tanto acionistas, quanto procuradores, assim que efetuarem os cadastros, receberão um e-mail informando que a Companhia irá avaliar a solicitação de cadastro. Em caso de aprovação, os acionistas e procuradores receberão a confirmação do cadastro por e-mail. Em caso de rejeição, receberão um e-mail explicando o motivo da rejeição e, se for o caso, orientando como podem fazer a regularização de cadastro. O procurador terá um ambiente, "Painel de Representantes", que também é acessado por meio do endereço eletrônico indicado acima. Nesse ambiente, ele poderá acompanhar a situação da aprovação de cada representado, bem como atualizar os Documentos ao acessar com o login e senha previamente cadastrado. Sem prejuízo do cadastramento das instruções de voto a distância na Plataforma Digital acima, a Companhia reitera que os boletins de voto a distância acompanhados dos Documentos também poderão ser enviados à Companhia, (i) em vias físicas para o seguinte endereço: Avenida Marginal Direita do Tietê, nº 500, Bloco II, 3º andar, Vila Jaguara, CEP 05118-100, São Paulo/SP, Brasil, ou (ii) em vias digitalizadas para o endereço ri@jbs.com.br. Para orientações adicionais, deve-se observar as regras previstas na Resolução CVM 81/2022 e os procedimentos descritos no BVD disponibilizado pela Companhia. Os documentos e informações mencionados neste edital e os demais previstos no artigo 133 da Lei das S.A. e na Resolução CVM 81/2022 foram apresentados à CVM por meio do Módulo IPE do Sistema Empresas.NET, nos termos do artigo 7º da Resolução CVM 81/2022, e encontram-se à disposição dos senhores acionistas na sede social da Companhia, no website de Relações com Investidores da Companhia (www.jbs.com.br/ri), e nos websites da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br).

São Paulo, 26 de março de 2024
Jeremiah Alphonsus O'Callaghan
Presidente do Conselho de Administração

NORTEC QUÍMICA S.A.
CNPJ 29.950.060/0001-57 - NIRE Nº 3330027095-7

Aviso aos Acionistas. Comunicamos aos Srs. Acionistas da Nortec Química S.A. ("Companhia"), nos termos do artigo 133, da Lei n.º 6.404/76, e do art. 10° da Resolução CVM 81/22, que os documentos e informações relacionados às matérias objeto da ordem do dia da AGO da Cia., a ser realizada no dia 30.04.2024, encontram-se à disposição dos Acionistas na sede da Companhia, na Rua Dezessete, nº 200, A, B, C, D - Distrito Industrial - Bairro Mantiquira, Cidade de Duque de Caxias/RJ, podendo ser obtidos também na página da Comissão de Valores Mobiliários (http://www.cvm.gov.br). Duque de Caxias, 28/03/2024. Marcelo Capanema Mansur, Diretor Presidente e de Relações com Investidores.

GAFISA S.A.

CNPJ/MF nº 01.545.826/0001-07 - NIRE 35.300.147.952
Companhia Aberta

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam convocados os acionistas da **GAFISA S.A.** ("Companhia") (B3: GFSA3), na forma do artigo 132 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária ("AGO"), a ser realizada, em primeira convocação, em 26 de abril de 2024, às 17:00 horas, **de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma "Ten Meetings"**, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; e **(ii)** Fixar a remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2024. **Informações Gerais: Documentos à disposição dos acionistas.** Todos os documentos e informações relacionados às matérias referidas acima, inclusive a Proposta da Administração e boletim de voto à distância ("BVD"), encontram-se à disposição dos acionistas na sede e no *website* da Companhia (ri.gafisa.com.br), e nos sites da B3 (http://www.b3.com.br/pt_br/) e da CVM (http://www.cvm.gov.br/). **Informações gerais sobre a participação na AGO.** Poderão participar da Assembleia os acionistas ou seus representantes, nos termos da lei, mediante (i) envio prévio do BVD ou (ii) acesso à Plataforma "Ten Meetings". Para participar da AGO por meio da Plataforma "Ten Meetings", os Senhores Acionistas deverão solicitar acesso à AGO por meio do preenchimento de um cadastro na plataforma digital, no endereço eletrônico: https://www.tenmeetings.com.br/assembleia/portal/?id=79D7ACF06CD0, realizando o upload dos seguintes documentos: (i) original ou cópia autenticada do documento de identidade (Carteira de Identidade Registro Geral (RG), da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), do passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular); (ii) comprovante expedido pela instituição financeira prestadora dos serviços de escrituração das ações da Companhia; (iii) na hipótese de representação do acionista, original ou cópia autenticada do instrumento de outorga de poderes de representação, devidamente regularizado na forma da lei; e (iv) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente. Cada representante da acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia simples dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente: (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) participar da AGO como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro represente a acionista pessoa jurídica. No que diz respeito a fundos de investimento, a representação dos cotistas na AGO caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo, além dos documentos societários acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar cópia simples do regulamento do fundo, devidamente registrado no órgão competente. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 126 da Lei das S.A.. Em cumprimento ao disposto nos parágrafos primeiro e segundo do artigo 654 da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002 ("Código Civil"), a procuração deverá conter a indicação do lugar onde foi passada, a qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e a extensão dos poderes conferidos. As pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na AGO por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no parágrafo primeiro do artigo 126 da Lei das S.A.. As pessoas jurídicas acionistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado (Processo CVM RJ2014/3578, julgado em 4 de novembro de 2014). Os documentos dos acionistas expedidos no exterior devem conter reconhecimento das firmas dos signatários por Tabelião Público, ser apostilados ou, caso o país de emissão do documento não seja signatário da Convenção de Haia (Convenção da Apostila), devem ser legalizados em Consulado Brasileiro, traduzidos por tradutor juramentado matriculado na Junta Comercial, e registrados no Registro de Títulos e Documentos. A solicitação de acesso e os documentos mencionados acima deverão ser enviados pelo acionista por meio da Plataforma "Ten Meetings", para sua habilitação na Assembleia, **até o dia 24 de abril de 2024, às 17:00 horas. Nos termos do art. 6º, §3º da Resolução CVM 81/22, será admitido o acesso à Plataforma "Ten Meetings" para a AGO apenas ao acionista e/ou seus representantes ou procuradores que se credenciarem, com o envio da documentação devida, dentro do prazo.** As credenciais de acesso são pessoais e intransferíveis, não podendo ser compartilhadas. Informamos que a AGO será gravada, nos termos do artigo 28, §1º, inciso II da Resolução CVM 81 e que a Companhia não se responsabilizará por qualquer problema operacional ou de conexão que o participante venha a enfrentar, bem como por qualquer outro evento ou situação que não esteja sob o controle da Companhia que possa dificultar ou impossibilitar a sua participação na Assembleia. Sem prejuízo da possibilidade de participação na AGO por meio da Plataforma "Ten Meetings", a Companhia incentiva que o acionista exerça seu direito de voto por meio do BVD. Neste caso, até o dia **19 de abril de 2024 (inclusive)**, os acionistas deverão transmitir instruções de voto, entregando o respectivo BVD: (i) ao escriturador das ações da Companhia; (ii) aos seus agentes de custódia que prestem esse serviço, no caso dos acionistas titulares de ações depositadas em depositário central; ou (iii) diretamente à Companhia, acompanhado da documentação necessária. Informações adicionais sobre a participação na AGO estão descritas na Proposta da Administração e no BVD disponibilizado pela Companhia, que podem ser acessados no website da Companhia (ri.gafisa.com.br), e nos sites da B3 (http://www.b3.com.br/pt_br/) e da CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br) e, ainda, no Manual da Plataforma para Participantes, disponível na Plataforma "Ten Meetings" (https://www.tenmeetings.com.br/assembleia/portal/?id=79D7ACF06CD0). Informações adicionais sobre a participação na AGO por meio do BVD estão descritos no próprio BVD disponibilizado pela Companhia e na Proposta da Administração, que podem ser acessados no *website* da Companhia (ri.gafisa.com.br), e nos sites da B3 (http://www.b3.com.br/pt_br/) e da CVM (http://www.cvm.gov.br).

São Paulo, 27 de março de 2024
GAFISA S.A.
Eduardo Larangeira Jácome - Presidente do Conselho de Administração

CPFL ENERGIA

CPFL Energia S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF 02.429.144/0001-93 - NIRE 35.300.186.133

Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária - Edital de Convocação

Ficam convocados os Senhores Acionistas da **CPFL Energia S.A.** ("CPFL Energia", "Companhia"), na forma prevista no artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), para se reunirem nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária ("Assembleias") a serem realizadas no dia 26 de abril de 2024, às 10h00, exclusivamente de modo digital, por meio da Plataforma Digital da *Ten Meetings* ("Plataforma Digital"), para analisar e votar sobre a seguinte agenda: **I - Em Assembleia Geral Ordinária: a.** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas dos pareceres dos auditores independentes e do Conselho Fiscal, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **b.** Aprovar a proposta de destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e a distribuição de dividendos a serem pagos até 31 de dezembro de 2024, nos termos do artigo 205, parágrafo 3º, da Lei 6.404/76; **c.** Deliberar acerca da independência da candidata para o cargo de membro do Conselho de Administração; **d.** Eleger membro independente do Conselho de Administração; **e.** Eleger os membros do Conselho Fiscal; e **f.** Fixar o montante global da remuneração dos administradores da Companhia e dos membros do Conselho Fiscal no período de maio de 2024 a abril de 2025. **II - Em Assembleia Geral Extraordinária: a.** Aprovar os termos e condições do Protocolo e Justificação da Cisão Parcial da CPFL Geração de Energia S.A., conforme descrito na Proposta da Administração divulgada nesta data; **b.** Ratificar a nomeação e contratação de Empresa Especializada, conforme descrito na Proposta da Administração divulgada nesta data; **c.** Aprovar o Laudo de Avaliação preparado pela Empresa Especializada, conforme descrito na Proposta da Administração divulgada nesta data; **d.** Aprovar a incorporação do acervo líquido cindido em decorrência da Cisão Parcial, conforme descrito na Proposta da Administração divulgada nesta data, e em conformidade com os termos do Protocolo e Justificação; **e.** Autorizar a Administração da Companhia a praticar todos os atos necessários à implementação da Cisão Parcial. **f.** Aprovar a alteração do Estatuto Social da Companhia, conforme descrito na Proposta da Administração divulgada nesta data; **g.** Aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia; e **h.** Ratificar a remuneração global paga aos administradores da Companhia e aos membros do Conselho Fiscal no período de maio de 2023 a abril de 2024. **Informações Gerais: 1.** Os acionistas poderão participar das Assembleias, que serão realizadas no dia 26 de abril de 2024, às 10h00, de forma exclusivamente digital, nos termos da Resolução da CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"): (i) por meio da Plataforma Digital da *Ten Meetings*, pessoalmente ou por meio de procurador, conforme detalhado abaixo; ou (ii) por meio de envio do boletim de voto a distância ("Boletim de Voto a Distância"), nos termos da Resolução CVM 81. Para todos os fins legais, as Assembleias serão consideradas como realizadas na sede da Companhia, conforme disposto no artigo 5º, III, parágrafo 3º, da Resolução CVM 81. **2.** O acionista que desejar participar e votar nas Assembleias por meio da Plataforma Digital da *Ten Meetings* deverá realizar seu cadastro com, no mínimo, 48 horas de antecedência (isto é, até às 10h00, horário de Brasília, do dia 24 de abril de 2024) através do endereço eletrônico **https://assembleia.ten.com.br/307117862**. Para realizar o cadastro, o acionista deverá identificar-se, comprovando a titularidade de ações de emissão da Companhia, conforme registro no Livro de Registro de Ações Escriturais da instituição financeira depositária das ações - Banco do Brasil S.A. e, se for o caso, de seu representante legal que comparecerá às Assembleias, incluindo seus nomes completos e seus CPF/MF ou CNPJ/MF, conforme o caso, e telefone e endereço de e-mail do solicitante, bem como demais documentos necessários para participação nas Assembleias, conforme detalhado no Manual das Assembleias. **3.** Os acionistas que não realizarem o cadastro na forma e prazo previstos acima não estarão aptos a participar e/ou votar nas Assembleias por meio da Plataforma Digital da *Ten Meetings*. **4.** Após a realização do cadastro pelo acionista, a Companhia verificará a regularidade dos documentos enviados, e caso seja necessário, solicitará complementação da documentação. Após o cadastro ser aprovado, o acionista será liberado para participação digital na data e horário das Assembleias, através da Plataforma Digital da *Ten Meetings*, sendo que o registro da presença do acionista via sistema eletrônico somente se dará mediante este acesso. É recomendado ao acionista que se conecte com no mínimo 30 minutos de antecedência, pois não será permitido a entrada após o início das Assembleias. **5.** Na hipótese de o acionista não conseguir realizar seu cadastro na plataforma com até 24 horas de antecedência do horário de início das Assembleias, ou caso o status do seu cadastro ainda não conste como "cadastro aprovado" após a validação dos documentos enviados, o acionista deverá entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores, por meio do e-mail assembleias@cpfl.com.br ou telefone +55 (19) 3756-8458. **6.** A Companhia destaca, ainda, que as informações e orientações para acesso à Plataforma Digital da *Ten Meetings*, incluindo, mas não se limitando a, senha de acesso, são únicas e intransferíveis, assumindo o acionista (ou seu respectivo procurador, conforme o caso) integral responsabilidade sobre a posse e sigilo das informações e orientações que lhe forem transmitidas pela Companhia nos termos do Manual divulgado nesta data. **7.** A Companhia ressalta que será de responsabilidade exclusiva do acionista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização da Plataforma Digital da *Ten Meetings*. A Companhia não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou de manutenção de conexão e de utilização da Plataforma Digital *Ten Meetings* que não estejam sob controle da Companhia. **8.** A participação por meio da Plataforma Digital da *Ten Meetings* conjugará áudio e imagem e os participantes deverão manter as suas câmeras ligadas durante o curso das Assembleias com o intuito de assegurar a autenticidade das comunicações. **9.** Nos termos da Resolução CVM 81, serão considerados presentes nas Assembleias os acionistas cujos Boletins de Voto a Distância tenham sido considerados válidos pela Companhia ou os acionistas que tenham registrado sua presença, na ocorrência das Assembleias, no sistema eletrônico de participação a distância, de acordo com as orientações acima. A Companhia ressalta que não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente às Assembleias, uma vez que elas serão realizadas exclusivamente de modo digital. Para todos os fins legais, as Assembleias serão consideradas como realizadas na sede da Companhia, conforme disposto no artigo 5º, III, parágrafo 3º, da Resolução CVM 81. **10.** Conforme previsto na Resolução CVM 81, serão desconsideradas todas as instruções de voto recebidas por meio de Boletim de Voto a Distância para os acionistas que as tenham enviado e optem por manifestar seu voto durante as Assembleias via Plataforma Digital. **11**. Poderão participar das Assembleias os acionistas titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia, desde que estejam registrados no Livro de Registro de Ações Escriturais da instituição financeira depositária das ações - Banco do Brasil S.A., e portando os seguintes documentos: **(i)** pessoa física - documento de identificação com foto; **(ii)** pessoa jurídica - cópia simples do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); e **(iii)** acionista constituído sob a forma de Fundo de Investimento - cópia simples do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador, além da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração); bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is). **12.** É facultado a qualquer acionista constituir procurador para participar das Assembleias e votar em seu nome. Na hipótese de representação, o acionista deverá realizar o cadastro do procurador dentro do ambiente da Plataforma Digital da *Ten Meetings* e adicionar os seguintes documentos: **(i)** instrumento de mandato (procuração), com poderes especiais para representação nas Assembleias; **(ii)** Estatuto Social ou Contrato Social e ata de eleição dos administradores, caso o acionista seja uma pessoa jurídica; e **(iii)** documento de identificação com foto do(a) procurador(a). **13.** A Companhia aceitará cópia simples de procurações outorgadas no Brasil sem reconhecimento de firma em cartório e dispensará as formalidades para procurações outorgadas no exterior, mantendo-se, no entanto, a necessidade de tradução para a língua portuguesa por tradutor juramentado. **14.** As procurações, nos termos do parágrafo 1º, do artigo 126, da Lei das S.A., somente poderão ser outorgadas a pessoas que atendam, pelo menos, a um dos seguintes requisitos: **(i)** ser acionista ou administrador da Companhia, **(ii)** ser advogado ou **(iii)** ser instituição financeira. Para os acionistas que são pessoas jurídicas, conforme entendimento proferido pelo Colegiado da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), na reunião realizada em 4 de novembro de 2014 (Processo CVM RJ2014/3578), não há a necessidade de o mandatário ser **(i)** acionista ou administrador da Companhia, **(ii)** advogado ou **(iii)** instituição financeira. **15.** Nos termos da Resolução CVM 81, a Companhia adotou o sistema de votação a distância, permitindo que os acionistas participem das Assembleias mediante o preenchimento e a entrega dos respectivos Boletins de Voto a Distância aos agentes de custódia, ao escriturador das ações da Companhia ou diretamente à Companhia, de acordo com as instruções da Proposta da Administração. Para mais informações, observar as regras previstas na Resolução CVM 81, no Manual e nos Boletins de Voto a Distância disponibilizados pela Companhia nos endereços indicados abaixo. **16.** Nos termos do artigo 135, parágrafo 3º, da Lei das S.A. e em cumprimento ao disposto no artigo 7º e seguintes da Resolução CVM 81, todos os documentos pertinentes às matérias a serem deliberadas nas Assembleias encontram-se à disposição dos acionistas, a partir desta data, na sede social da Companhia, no seu website de relações com investidores (www.cpfl.com.br), bem como nos websites da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br). Campinas, 26 de Março de 2024. **Daobiao Chen -** Presidente do Conselho de Administração.

Guerra Netanyahu, antes de operar uma hérnia, diz que não cederá à apelos do exterior por trégua em Gaza ou a protestos domésticos

Sob pressão interna e externa, premiê de Israel vai a cirurgia

Agências internacionais

Sob intensa pressão externa por um cessar-fogo na Faixa de Gaza, o premiê de Israel, Benjamin Netanyahu, teve de enfrentar no fim de semana uma série de protestos domésticos — realizados tanto por opositores da gestão de sua guerra contra o Hamas originados tanto na oposição quanto de aliados religiosos de sua coalizão. Antes de internar-se para submeter-se a uma cirurgia de hérnia, porém, Netanyahu disse ontem que não cederia a nenhuma dessas demandas.

O premiê, de 74 anos, deu poucos detalhes sobre a cirurgia.

Em meio a uma das jornadas mais mortíferas do conflito com o grupo terrorista Hamas na Faixa de Gaza — com cerca de 80 mortos em 24 horas de ataque entre sábado e ontem —, o premiê reiterou que não seguirá com os planos de atacar Rafah, no sul do enclave, onde se refugiam cerca de 1,2 milhão de palestinos. Os EUA e seus aliados têm feito apelos a Israel para que desista da planejada ofensiva em Rafah, acate um cessar-fogo de pelo menos seis semanas, permita a entrada de ajuda por terra a civis e negocie a libertação dos reféns em poder do Hamas desde os ataques do grupo ao território israelense de 7 de outubro, que deixaram 1,2 mil mortos. Mais de 32 mil pessoas morreram em Gaza, segundo as autoridades locais.

Grupos de manifestantes que exigem do governo israelense uma trégua para a libertação dos 130 reféns voltaram a protestar ontem — pelo segundo dia consecutivo, na frente da Knesset, o Parlamento israelense. O protesto foi o maior desde o início da guerra.

A popularidade de Netanyahu, que já estava em baixa antes da guerra contra o Hamas, em razão de uma polêmica reforma do Judiciário que o governo pretendia implementar. O apoio de grupos religiosos e de extrema direita tem mantido a sido o pilar que manti-do a coalizão no poder.

Mas também esse suporte tem sido ameaçado, diante da pressão de grupos militares e civis para que religiosos ultraortodoxos passem a prestar o serviço militar, como qualquer outro cidadão israelense. Até agora, jovens dessas comunidades religiosas têm sido isentos servir às forças armadas. Partidos aliados a Netanyahu ligados aos ultraortodoxos ameaçam abandonar a coalizão, caso os religiosos tenham de se apresentar ao exército.

O Banco de Israel renovou ontem um alerta sobre danos para a economia do país caso mais homens judeus ultraortodoxos não se juntem às forças armadas do país. Em seu relatório anual de 2023, o banco central disse que a guerra de Israel contra o grupo islâmico palestino reforçou a necessidade de mais contingente para as forças armadas e se tornou um fardo para a economia devido à falta de recrutas e reservistas.

A guerra, segundo o banco, afeta a produtividade econômica dos soldados. "À medida que o fardo do serviço militar é dividido entre um número maior de soldados, o impacto econômico sobre cada um deles diminui, bem como o impacto agregado sobre a economia", afirmou o Banco de Israel. "A expansão do círculo de contingente militar para incluir a população ultraortodoxa tornará, portanto, possível responder às crescentes necessidades de defesa, ao mesmo tempo que modera o impacto no pessoal e na economia."

Parte do governo de Netanyahu tem defendido a necessidade de se encontrar uma forma de acabar com as isenções dos judeus ultraortodoxos, que datam da fundação de Israel em 1948. Mas a decisão teve reação negativa dos partidos judeus ultraortodoxos e criou uma ruptura na coalizão.

O Banco de Israel disse que o setor ultraortodoxo representa agora 7% da economia, mas representará 25% dentro de 40 anos. Apenas 55% dos homens ultraortodoxos trabalham e, caso esta tendência continue, Israel perderá seis pontos percentuais do Produto Interno Bruto até 2065.

Ao mesmo tempo em que intensificava os ataques aéreos na Faixa de Gaza, Israel enviou ontem ao Egito uma delegação para acompanhar as negociações de uma troca de reféns por prisioneiros palestinos que cumprem pena em prisões israelenses.

A trégua pretendida pelo Ocidente e aprovada na semana passada — com a inédita abstenção dos EUA em uma matéria desfavorável a Israel — foi totalmente descartada por Netanyahu. "Nada nem ninguém vai impedir nossa operação contra o Hamas em Rafah", disse o premiê, pouco antes de seguir para o hospital.

Netanyahu disse que se submeterá à anestesia geral para a cirurgia — que se realizaria ontem à noite mesmo. Ele não fez previsões sobre quanto tempo permaneceria internado, mas disse esperar recuperação "rápida e completa".

LEO CORREA/AP

Manifestantes na frente do Parlamento com cartaz crítico a Netanyahu

55% dos ultraortodoxos têm trabalho

Oposição a Erdogan vence eleições nas duas maiores cidades turcas

ALI UNAL/AP

Candidatos de oposição ao presidente turco, o islâmico conservador Recep Tayyip Erdogan, venceram ontem as eleições locais nas duas maiores cidades da Turquia. O prefeito de Istambul, o social-democrata Ekrem Imamoglu, se reelegeu, vencendo o candidato de Erdogan, Murat Kurum. Em Ancara, a capital do país, o prefeito Mansur Yavas, também social-democrata, tinha mais de 20 pontos de vantagem sobre seu adversário apoiado por Erdogan, após a apuração de quase a totalidade dos votos. Erdogan reconheceu a derrota e disse que seu partido, o AKP, precisa ouvir "a mensagem vinda das urnas". Na foto, Yavas (no centro) durante votação em Ancara.

Kremlin usa terror para acirrar clima anti-Kiev

Anastasia Stognei
Financial Times, de Tbilisi (Geórgia)

Anna e seu filho adolescente em cadeira de rodas levaram apenas cerca de 17 minutos para escapar do segundo andar da casa de shows de Moscou depois de ouvir os primeiros tiros de fuzis e pegar um táxi para casa. Poucas horas depois, ela não tinha dúvidas sobre quem era o culpado por um dos ataques terroristas mais mortíferos da história moderna da Rússia.

"Os terroristas estavam fugindo para a Ucrânia, por isso parece ter sido a Ucrânia", disse Anna, uma corretora de seguros de 41 anos. "Eles precisavam de algo para desviar a atenção das linhas de frente. E as mortes de russos, mesmo daqueles que não estão diretamente envolvidos na guerra, incluindo crianças, sempre foram motivo de alegria para patriotas ucranianos."

A sua resposta ao ataque islâmico de 22 de março à Crocus City Hall, em Moscovo – que matou mais de 140 pessoas e deixou cerca de 180 feridas — ilustra como o Kremlin aproveitou a oportunidade para usar o massacre como ferramenta de propaganda na sua guerra contra a Ucrânia. Pesquisas realizadas logo após o ataque mostram que a maioria dos russos crê que Kiev estava por trás dele.

Anna disse que não assiste TV e só lê canais do Telegram em que "confia". Ela repete a mensagem exata que os meios de propaganda russos — desde a mídia estatal até blogueiros pró-guerra do Telegram – espalharam logo após os primeiros relatos do massacre.

Apesar de o Estado Islâmico ter assumido a autoria do atentado, o presidente Vladimir Putin disse na segunda-feira que o ataque se enquadrava numa estratégia mais ampla de agressão por parte do "regime neonazista de Kiev", alegando que os terroristas estavam a fugindo em direção à fronteira ucraniana. Moscou não admitiu quaisquer falhas no seu aparelho de inteligência e segurança. Desde então, funcionários de Putin também culparam os EUA e o Reino Unido por supostamente apoiarem a Ucrânia na conspiração.

Muitos russos entrevistados após o ataque deram crédito à teoria da Ucrânia. Mais de 50% culparam líderes ucranianos e apenas cerca de 27% apontaram para o EI, de acordo com dados de sondagens da OpenMinds, um instituto de pesquisas online anglo-ucraniano que partilhou os seus resultados com o FT. Outros 6% culparam o "Ocidente coletivo", nomeadamente EUA e Reino Unido.

Anna disse que estava "muito feliz" pelos suspeitos terem sido capturados. "Assisti várias vezes aos vídeos da prisão deles e senti uma raiva terrível dentro de mim. Quando leio que alguém sente pena deles, que foram espancados e não conseguiram advogado, quero mandá-los para as ruínas da Crocus ou para os parentes daqueles que morreram lá", disse.

O massacre intensificou os apelos políticos na Rússia para reativar a pena de morte, que está sob moratória desde 1996. Dmitry Medvedev, ex-presidente da Rússia e atualmente vice-presidente do conselho de segurança do país, foi o primeiro a apelar a "execuções totais de terroristas". "Devemos matá-los. E nós faremos", escreveu ele no Telegram.

Ana concorda com ele. "Só vou me acalmar de verdade quando souber que os terroristas estão mortos", disse ela. "Espero que eles sejam executados."

50% culpam Ucrânia por ataque a show

Incertezas afastam investimentos

Variação anual da formação bruta de capital na Colômbia em %

2013: 7,8 | 2017: -3,2 | 2021*: 11,6 | 2023*: -24,8 | 2024**: 3

Fonte: Departamento Administrativo Nacional de Estatística (Dane) * dados preliminares**Projeção da Fedesarrollo

Falta de reformas na Colômbia abala investimentos

Pedro Borg
De São Paulo

O ambiente de incerteza gerado pela paralisação da agenda de reformas do presidente esquerdista Gustavo Petro e a crescente tensão entre seu governo e o Congresso derrubou o investimento na Colômbia no ano passado. Isso resultou em uma forte desaceleração da economia no fim de 2023 e a perspectiva para este ano é desafiadora, uma vez que o governo Petro precisa atrair investimentos para reativar o crescimento econômico, segundo analistas.

A formação bruta de capital, uma medida de investimento, caiu 24,8% na Colômbia no ano passado em comparação com 2022, o pior resultado em 16 anos, segundo dados do Departamento Administrativo Nacional de Estatística (Dane). O ambiente de incerteza deve manter os investidores afastados do país, com o think tank colombiano Fedesarrollo projetando um aumento de apenas 3% no investimento este ano.

"É necessário desbloquear imediatamente as reformas que estão em tramitação no Congresso, seja arquivando-as, aprovando-as ou modificando-as, mas é essencial acabar com a incerteza sobre as regras do jogo em setores como saúde, previdência e trabalho", explica Oliver Pardo, diretor do Observatório Fiscal da Colômbia.

Depois de aprovar uma reforma fiscal em 2022, o presidente Petro propôs no ano passado uma série de reformas, desde a do sistema de saúde, passando pela reforma trabalhista, da previdência e política.

Mas Petro viu sua ambiciosa agenda de mudanças emperrar após uma série de escândalos que resultaram na demissão de ministros e da implosão de sua frágil coalizão com partidos tradicionais de centro e da direita no Congresso. Sua Presidência sofreu um golpe adicional em agosto, quando seu filho mais velho, Nicolás, reconheceu que a campanha presidencial de 2022 de Petro recebeu doação de um traficante de drogas.

Toda essa turbulência derrubou o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) no segundo semestre e levou o país a fechar 2023 com uma expansão de apenas 0,6% no ano, cerca de metade do que se previa inicialmente. Esse fraco resultado também provocou uma revisão para baixo das projeções para este ano.

"O crescimento neste ano não será alto devido ao ano passado, quando houve um estancamento da atividade produtiva", disse Luis Fernando Mejia, diretor-executivo da Fedesarrollo, que cortou a previsão de alta do PIB de 1,8% para 1,5% em 2024. "O governo está diante de vários desafios. A reativação da atividade econômica é o primeiro, e está relacionada ao comportamento dos investimentos", acrescentou.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) reduziu sua previsão de crescimento do país de 2% para 1,3%, enquanto o governo Petro prevê um crescimento de 1,5%.

Em um esforço para melhorar a sua popularidade, em torno de 30%, e tentar superar a resistência no Congresso às suas reformas, Petro propôs em março a convocação de uma assembleia constituinte, que para especialistas dificilmente sairá do papel uma vez que também depende da aprovação do Legislativo.

Mas não foram só as propostas de Petro que afugentaram os novos investimentos. Pardo, do Observatório Fiscal da Colômbia, apontou também para incertezas em relação ao orçamento para execução de obras públicas.

"Houve muitas preocupações no início do ano sobre o financiamento de obras realizadas pelo setor privado e contratadas pelo Estado, pois o governo não colocou no orçamento de 2024 os recursos previstos para estas obras que já estavam em andamento. Essa incerteza fez com que setores — como o de infraestrutura — ficassem paralisados em termos de investimentos", disse Pardo.

A infraestrutura colombiana é outro ponto de preocupação, uma vez que é visto pelos especialistas como uma das grandes travas ao crescimento futuro do país. A situação é mais acentuada no setor de energia, onde a Colômbia vive um dilema: de um lado o governo diz que não irá mais investir na exploração de hidrocarbonetos, mas os estudos apontam que a Colômbia deverá sofrer com déficit energético entre 2025 e 2030.

"Se tudo continuar como está, prevemos um déficit de oferta já em 2030. A Colômbia não terá capacidade de produção interna nem capacidade de importar para suprir demanda", disse Vinicius Moraes, pesquisador em assuntos de energia para a América Latina da Wood Mackenzie.

A perspectiva de escassez energética já toma a atenção de membros do governo, com a Controladoria-Geral da União citando a possibilidade de apagões no país já neste ano e prevendo uma alta nas tarifas de energia entre 15% e 20% em 2024. Nos últimos três anos, o preço das tarifas de energia do país subiram em média 43%, aumentando os custos de produção e investimentos do país.

Curtas

Blindados para a Ucrânia

A França enviará centenas de veículos blindados para a Ucrânia ainda este ano, como parte de um novo pacote de assistência militar para Kiev. O anúncio foi feito pelo ministro da Defesa francês, Sébastien Lecornu, que não precisou o número de veículos. "Para manter uma frente de batalha tão extensa, o exército ucraniano precisa, por exemplo, dos nossos veículos blindados de transporte de pessoal. É absolutamente vital para a mobilidade das tropas", disse, acrescentando que os veículos são "antigos, mas ainda operacionais".

Ameaça a Milei

O presidente argentino, Javier Milei, disse ontem ter recebido ameaças de morte. As mensagens intimidatórias foram veiculadas pelo presidente nas redes sociais logo após um ex-guarda-costas de sua irmã, Karina, ter sido baleado, aparentemente em uma tentativa de assalto. A ameaça vem acompanhada de uma imagem em que um homem com o rosto de Milei aparece pendurado pelos pés e outra frase: "O barulho será o túmulo do fascismo". A polícia argentina investiga o caso.

INÊS 249

Valor ECONÔMICO

Governo reabre a caixa de Pandora das dívidas estaduais

Mais de duas décadas depois da primeira consolidação das dívidas estaduais, feita entre 1997 e 1999, os Estados tentam conseguir escapar das condições de pagamento, revistas várias vezes. A taxa de juros e o indexador foram modificados em condições favoráveis e os prazos de pagamento foram alongados. Entretanto, após todo esse tempo, a situação financeira dos Estados e municípios não melhorou — não a de todos, mas sobretudo a de alguns dos principais devedores. A última avaliação sobre sustentabilidade fiscal feita pelo Tesouro apontou deterioração em 21 dos 27 entes federados. Agora, mesmo com a economia crescendo 3% nos últimos dois anos, governadores do Sul e do Sudeste voltaram à carga reivindicando eliminar juros e abater parte do estoque de débitos. O governo Lula aceitou reabrir a discussão, primeiro passo para que os Estados possam obter novas vantagens após não conseguir manter suas contas em equilíbrio.

O governo Lula aceitou por vários motivos. O primeiro deles é que tem interesse em fazer a economia crescer a qualquer preço. Os Estados foram contemplados neste governo com mudança dos critérios de capacidade de pagamento, e o crédito a eles subiu para R$ 43,3 bilhões em 2023 (mais 142% em relação a 2022) e deve aumentar no corrente exercício para R$ 75 bilhões.

Um outro motivo, igualmente importante, que parece estar orientando o governo é a necessidade de ampliar sua base de apoio aplacando descontentamentos variados. Foi assim com a PEC do deputado Marcello Crivella, ao abrir mão de impostos para as igrejas para agradar aos evangélicos, e pode ser assim agora com os Estados.

Governos petistas não têm problemas em reestruturar dívidas estaduais. Foi na gestão de Dilma Rousseff, em 2014, que foi feita a primeira revisão de indexador e juros dos débitos de Estados e municípios, quando se trocou a correção de IGP-DI mais 6% a 7,5% de juros para IPCA mais 4%, até o limite da taxa Selic. Na revisão, o governo concedeu desconto do saldo devedor equivalente à diferença entre a dívida inicial corrigida pelos critérios anteriores e a correção pela Selic até 1 de janeiro de 2013, mais vantajosa. A medida reduziu o estoque em 12% e em R$ 25 bilhões a dívida da prefeitura de São Paulo, comandada então por Fernando Haddad, hoje ministro da Fazenda.

Em 2016, o prazo de pagamento, decorridos 16 anos, foi alongado por mais 30, e com redução temporária de 40% das parcelas. Havia condições: privatização, proibição da concessão de incentivos fiscais, congelamento de aumentos salariais etc. Todas as restrições caíram na votação na Câmara em 20 de dezembro.

No governo Temer foi criado o Programa de Recuperação Fiscal, para os Estados que não conseguiam pagar suas dívidas. Os alvos eram Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, três dos maiores devedores — o campeão das dívidas era e é São Paulo, que mantém as contas em dia. Rio e Rio Grande do Sul ganharam 9 anos para atingir o equilíbrio fiscal, desde que optassem por ajustes, que não fizeram. O Rio foi o primeiro Estado a aderir e não cumpriu nenhum desses compromissos. Minas não fez ajuste fiscal e prepara um programa de reequilíbrio até hoje. O único a fazer tentativa séria foi o Rio Grande do Sul, na gestão do governador Eduardo Leite.

O sinal verde para nova rediscussão das dívidas estaduais abriu espaço para as propostas complexas de sempre. Os Estados do Sul e do Sudeste (SP, MG, RJ e RS), com dívidas somadas de R$ 660 bilhões, ou 90% do total dos passivos estaduais de R$ 740 bilhões, querem substituir a correção de IPCA mais 4% de juros por 3% ao ano apenas. A taxa de juros paga nos títulos do Tesouro, custo pelo qual a União se endivida, está em torno de 11%, ou IPCA mais 6%. Logo, os governadores querem juros negativos, um incentivo a que se endividem mais e aguardem a próxima renegociação. Além disso, querem abatimento de 15% no estoque da dívida, algo como R$ 90 bilhões. A conta recairá sobre o Tesouro, que já cobriu R$ 64,4 bilhões de créditos não honrados pelos Estados com seu aval, de 2016 a 2023.

Minoritário no Congresso, o governo não deveria abrir um flanco tão importante como o da renegociação das dívidas dos Estados. A contraproposta oficial é de redução da dívida e dos juros, em 5 anos, associada a investimentos no ensino técnico, um objetivo meritório, que não resolve a questão. Minas, Rio e Rio Grande do Sul, alguns dos Estados mais ricos do país, gastam mais do que arrecadam. Sem uma contenção de despesas, ficarão de novo sem caixa. É possível que concordem com as contrapropostas, mas vão querer algo a mais, como insinuou o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, possível candidato ao governo de Minas, interessado em uma solução.

É curioso que a primeira contraproposta oficial não envolva cortes e sim mais gastos, filosofia semelhante à do novo regime fiscal. Os maiores devedores deveriam ter um programa à parte, com condições estritas de ajuste, sob pena de qualquer vantagem sem custos a eles ter de ser estendida aos bons pagadores — um retrocesso e tanto.

GRUPO GLOBO

Conselho de Administração
Presidente: João Roberto Marinho

Vice-presidentes:
José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

Valor ECONÔMICO
é uma publicação da Editora Globo S/A

Diretor Geral: Frederic Zoghaib Kachar

Diretora de Redação: Maria Fernanda Delmas
Princípios editoriais do Grupo Globo: http://glo.bo/pri_edit

Editor-executivo de Opinião
José Roberto Campos
(jose.campos@valor.com.br)
Editores-executivos
Catherine Vieira
(catherine.vieira@valor.com.br)
Fernando Torres
(fernando.torres@valor.com.br)
Robinson Borges
(robinson.borges@valor.com.br)
Sergio Lamucci
(sergio.lamucci@valor.com.br)
Zinia Baeta
(zinia.baeta@valor.com.br)
Sucursal de Brasília
Fernando Exman
(fernando.exman@valor.com.br)
Sucursal do Rio
Francisco Góes
(francisco.goes@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Política e Internacional
Fernanda Godoy
(fernanda.godoy@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Finanças
Talita Moreira
(talita.moreira@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Empresas
Mônica Scaramuzzo
(monica.scaramuzzo@valor.com.br)
Editora de Tendências & Tecnologia
Cynthia Malta
(cynthia.malta@valor.com.br)
Editor de Brasil
Eduardo Belo
(eduardo.belo@valor.com.br)
Editor de Agronegócios
Patrick Cruz
patrick.cruz@valor.com.br

Editor de S.A.
Nelson Niero
(nelson.niero@valor.com.br)
Editora de Carreira
Stela Campos
(stela.campos@valor.com.br)
Editor de Cultura
Hilton Hida
(hilton.hida@valor.com.br)
Editor de Legislação & Tributos
Arthur Carlos Rosa
(arthur.rosa@valor.com.br)
Editora Visual Multiplataformas
Luciana Alencar
(luciana.alencar@valor.com.br)
Editora Valor Online
Paula Cleto
(paula.cleto@valor.com.br)
Editora Valor PRO
Roberta Costa
roberta.costa@valor.com.br
Coordenador Valor Data
William Volpato
(william.volpato@valor.com.br)
Editora de Projetos Especiais
Célia Rosemblum(celia.rosemblum@valor.com.br)
Repórteres Especiais
Adriana Mattos
(adriana.mattos@valor.com.br)
Alex Ribeiro (Brasília)
(alex.ribeiro@tvalor.com.br)
César Felício
(cesar.felicio@valor.com.br)
Daniela Chiaretti
(daniela.chiaretti@valor.com.br)
Fernanda Guimarães
(fernanda.guimaraes@valor.com.br)
João Luiz Rosa
(joao.rosa@valor.com.br)
Lu Aiko Otta
(lu.aiko@valor.com.br)
Marcos de Moura e Souza
(marcos.souza@valor.com.br)
Maria Cristina Fernandes
(mcristina.fernandes@valor.com.br)
Marli Olmos
(marli.olmos@valor.com.br)
Correspondente internacional
Assis Moreira (Genebra)
(assis.moreira@valor.com.br)
Correspondentes nacionais
Cibelle Bouças (Belo Horizonte)
(cibelle.boucas@valor.com.br)
Marina Falcão (Recife)
(marina.falcao@valor.com.br)

VALOR INVESTE
Editora: Daniele Camba
(daniele.camba@valor.com.br)

PIPELINE
Editora: Maria Luíza Filgueiras
(maria.filgueiras@valor.com.br)

VALOR INTERNATIONAL
Editor: Samuel Rodrigues
(samuel.rodrigues@valor.com.br)

NOVA GLOBO RURAL
Editor-executivo:
Cassiano Ribeiro
cassianor@edglobo.com.br

Valor PRO / Diretor de Negócios Digitais Tarcísio J. Beceveli Jr. (tarcisio.junior@valor.com.br)
Para assinar o serviço em tempo real Valor PRO: falecom@valor.com.br ou 0800-003-1232

Filiado ao IVC (Instituto Verificador de Comunicação) e à ANJ (Associação Nacional de Jornais)
Valor Econômico Av. 9 de Julho, 5229 – Jd. Paulista – CEP 01407-907 – São Paulo - SP. **Telefone** 0 xx 11 3767 1000

Departamentos de Publicidade Impressa e On-line
SP: Telefone 0 xx 11 3767-7955, **RJ** 0 xx 21 3521 1414, **DF** 0 xx 61 3717 3333.
Legal SP 0 xx 3767 1323
Redação 0 xx 11 3767 1000. **Endereço eletrônico** www.valor.com.br
Sucursal de Brasília SCN Quadra 05 Bloco A-50 – Brasília Shopping – Torre Sul – sala 301 – 3º andar – Asa Norte – Brasília/DF - CEP 70715-900
Sucursal do Rio de Janeiro Rua Marques de Pombal, 25 – Nível 2 – Bairro: Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20230-240

Publicidade - Outros Estados
BA/SE/PB/PE e Região Norte Canal Chetto Comun. e Rep. Tel./Fax: (71) 3043-2205
MG/ES - Sat Propaganda Tel./Fax: (31) 3264-5463/3264-5441
PR - SEC - Soluções Estratégicas em Comercialização Tel./Fax: (41) 3019-3717
RS - HRM Representações Tel./Fax: (51) 3231-6287 / 3219-6613
SC - Marcucci & Gondran Associados Tel./Fax: (48) 3333-8497 / 3333-8497

Para contratação de assinatura e atendimento ao assinante, entre em contato pelos canais: Call center: **0800 7018888**, whatsapp e telegram: **(21) 4002 5300.** Portal do assinante: **portaldoassinante.com.br.** Para assinaturas corporativas e-mail: **corporate@valor.com.br**
Aviso: o assinante que quiser a suspensão da entrega de seu jornal deve fazer esse pedido à central de atendimento com 48 horas de antecedência

Preço de nova assinatura anual (impresso + digital) para as regiões Sul e Sudeste: **R$ 1.738,80 ou R$ 144,90 mensais.** Demais localidades, consultar o Atendimento ao Assinante. **Tel: 0800 7018888.** Carga tributária aproximada: 3,65%

CARBON FREE

Segmento assumiu papel crescente na oferta de crédito de longo prazo no Brasil. Por **Maílson da Nobrega**

Mercado de capitais: uma revolução silenciosa

AHMAD ARDITY/PIXABAY

Duas potências econômicas mundiais surgiram na Europa nos séculos XVIII e XIX: Holanda e Inglaterra, respectivamente. A primeira beneficiou-se de uma revolução na indústria naval, que lhe permitiu dominar o comércio mundial; a segunda ascendeu graças à Revolução Industrial. O êxito desses países tem, entre outras, uma causa comum, qual seja uma revolução em seus mercados de crédito e de capitais, em boa parte devido à proteção dos direitos de propriedade e ao respeito a contratos, garantidos por um Judiciário independente.

O economista americano Ross Levine, no artigo "Financial Development and Economic Growth" (1996), afirmou que "a evolução dos mercados financeiros e de suas instituições constitui uma parte indissociável do processo de crescimento". "A Revolução Industrial teve que esperar a revolução financeira", afirmou.

Em outro artigo ("Finance, Growth, and Inequality"), de 2021, Levine assinalou que "o desenvolvimento financeiro acelera o crescimento, pois aumenta a eficiência na alocação de recursos, apoia a mudança tecnológica e reduz disparidades de renda". O professor Carlos Antônio Rocca analisou esse trabalho no artigo "Funcionalidade do Sistema Financeiro e Crescimento Econômico" (Cemec, 2022). Destacou trecho no qual Levine assevera que "a evidência preponderante é a de que o desenvolvimento financeiro acelera o crescimento econômico, não por aumentar a taxa de poupança, mas por elevar a eficiência econômica da alocação de recursos e por apoiar a mudança tecnológica".

No Brasil, a revolução financeira demorou a chegar, inibida pela presença dominante do Banco do Brasil e pela desconfiança da classe política sobre os bancos privados. Mauá fundou o segundo Banco do Brasil (o atual é o terceiro), mas inúmeras pressões o levaram a transferir o controle para o governo.

Até os anos 1960, as operações das instituições financeiras privadas se limitavam a descontar notas promissórias e duplicatas de curtíssimo prazo. O crédito para investimentos existia apenas no Banco do Brasil com reembolso em cinco anos. Empréstimos de maior prazo surgiram com a criação do BNDES (1952).

A partir do Plano Real (1994), o Banco Central e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) criaram inovações institucionais que promoveram a redução de assimetrias de informação, a melhor execução de garantias, o incentivo à digitalização e outras que propiciaram o nascimento de um vigoroso mercado de dívida corporativa.

A estabilidade macroeconômica deteve e reverteu fugas de capital para o exterior e para ativos imobiliários, típicos de ambientes de descontrole da inflação. A expansão da poupança financeira ampliou consideravelmente o mercado de gestão de recursos. Segundo a Anbima, funcionam hoje cerca de 31 mil fundos de investimento, afora family offices e instituições de previdência privada. Boa parte de seus estrategistas e analistas ostentam títulos de MBA e de cursos de grau semelhante nos Estados Unidos e na Europa. A qualidade e a sofisticação de seus trabalhos se equiparam às dos melhores do mundo.

Segundo o estudo do prof. Rocca, "em setembro de 2022, cerca de 80% dos recursos de dívida têm sua alocação feita pelo mercado, em operações de crédito livre e de dívida corporativa, contra 61% em 2016". Os recursos foram direcionando "para as empresas que oferecem melhores perspectivas de crescimento, viabilidade financeira e rentabilidade".

Há muitos efeitos positivos dessa revolução, que não tem paralelo na América Latina. O mercado de capitais assumiu papel crescente na oferta de crédito de longo prazo, em operações com prazos de até 15 anos. Conheço depoimentos de executivos atestando que as negociações com as instituições do mercado de capitais tem nível profissional semelhante e rapidez maior do que as realizadas com o BNDES. Não que o banco oficial seja menos eficiente. Suas maiores exigências podem ser explicadas pela característica de organização estatal, que é sujeita à fiscalização do Tribunal de Contas da União.

Essa nova e auspiciosa realidade tende a melhorar nos próximos anos. Em 2023, segundo cálculos do prof. Rocca, o crédito via títulos de dívida corporativa (42,4%) já supera o obtido em bancos (37%). Os restantes 20,6% provieram do BNDES e de outras fontes. Nos Estados Unidos, o financiamento via mercado de capitais equivale a 80% do total.

Curiosamente, essa revolução no mercado de crédito ainda é pouco percebida. Muitos ainda imaginam que o mercado de capitais tem a ver apenas com ações e bolsas de valores. Mesmo que em menor grau, ainda se houve quem acuse os bancos privados de não se interessar pela concessão de crédito de longo prazo, mas é assim em todo o mundo. O crédito de longo prazo é essencialmente tarefa do mercado de capitais. Até recentemente, os bancos brasileiros captavam basicamente depósitos à vista. A prudência não recomendava sua utilização em empréstimos de longo prazo.

No livro "Making Sense of China's Economy", a economista chinesa Tao Wang mostra que a preferência de seus compatriotas por aplicar recursos em imóveis se explica em grande parte pela ausência de um mercado de capitais que ofereça melhores alternativas de investimento. Pesquisa do Banco do Povo da China indicou que 96% das famílias urbanas possuem imóveis residenciais e muitas têm mais de uma unidade. A média é de 1,5 imóvel por família.

Tudo indica que a evolução do mercado de capitais brasileiro reduzirá crescentemente a relevância do BNDES como fonte de crédito de longo prazo, a não ser quando houver subsídios ou nos casos que demandem maior período de reembolso. Isso abre ao banco oficial a oportunidade de alianças com o mercado de capitais para ampliar a oferta de crédito de longo prazo e para dedicar-se crescentemente a apoiar pequenas e médias empresas, onde existem falhas de mercado que justificam sua existência.

A revolução financeira chegou de vez ao Brasil. O país e a economia agradecem.

Maílson da Nobrega é ex-ministro da Fazenda e sócio da Tendências Consultoria

Opinião

A modificação da Lei Falimentar

Jairo Saddi

Aprovado em 26 de março último, na Câmara dos Deputados, o PL 03/24, com versão final assinada pela relatora, deputada Dani Cunha (União-RJ), vai ao Senado Federal (PL 3-B/2024). Devemos torcer para que o debate que não houve, ainda que tramitasse em regime de urgência, agora aconteça de forma ampla e democrática sobre tema de tamanha importância: a modificação da Lei Falimentar.

Muito já se discutiu sobre alguns de seus temas centrais, como o gestor fiduciário como substituto do administrador judicial no processo falimentar, sua nomeação, remuneração, o âmbito de seu mandato e suas competências, especialmente para alienação de bens da massa. É necessário um debate muito maior das vantagens e desvantagens de cada um dos seus pontos, despido, porém, de paixões e interesses, para que o processo falimentar seja realmente mais eficiente e sem bordões sonoros, mas vazios, de moralidade e justiça.

O primeiro aspecto que precisa ser enfrentado é quanto ao Fisco. Além de provisões abstratas, há, no substitutivo aprovado, a mudança na Lei das Transações (Lei 13.988/20) para aplicar descontos máximos aos créditos devidos ao Fisco e considerados sem controvérsia no âmbito de processos de recuperação judicial, liquidação judicial ou extrajudicial e falência e também às sociedades em recuperação extrajudicial. Aqui, deve prevalecer desconto de 65% do valor total dos créditos objeto da transação ou de 70% se for microempresa ou empresa de pequeno porte, quando a dívida ativa decorrer de processo administrativo encerrado ou de ação judicial transitada em julgado; possibilidade de uso de direitos creditórios contra a União (como precatórios cedidos por terceiros) para antecipar a liquidação do crédito e abater do total apurado; uso de prejuízo fiscal e de base negativa da CSLL para abater 70% do saldo remanescente da dívida após aplicados os descontos.

Em outras palavras, apesar de o Fisco ter privilégio no recebimento dos créditos, há descontos automáticos, o que torna o pagamento de impostos algo remotamente obrigatório, já que se institucionaliza o calote com base no esdrúxulo princípio de que é o credor que deverá informar ao devedor o cálculo com o maior desconto possível, que poderia ser obtido em programas de incentivo à regularização ou transação tributária vigentes.

Um dos temas não explicitados no projeto é o fim dos processos falimentares e, como tudo, falências deveriam ter um fim. Atualmente, há extinção das obrigações do falido, pelo artigo 158 da Lei 11.101/05, que afirma que estas serão extintas ao término do processo de falência somente com o pagamento integral dos créditos, ou mediante o pagamento de mais de 50% dos créditos quirografários, exaustão de ativos e, neste caso, depois do decurso do prazo de cinco anos contados do encerramento da falência, caso o falido não tenha sido condenado por crime falimentar, ou dez anos, se tiver havido condenação.

Há uma estranha proposta de regra de transição em que, para as falências ou recuperações judiciais em curso, e em falências com processos de menos de três anos, o administrador ficará na função até se completar esse tempo. Naquelas com mais de três anos e menos de seis anos de processo, a assembleia de credores deverá decidir pela continuidade ou não do administrador pelo período restante até seis anos.

Finalmente, para aqueles processos com mais de seis anos e ainda em andamento, o juiz deverá nomear novo administrador. Já se sabe que simplesmente não existem AJs ou gestores fiduciários disponíveis para a quantidade de falências, como apontou Eronides Aparecido Rodrigues dos Santos ("Urgência, debate e democracia: dilema do PL 03/24 sobre falências empresariais", Conjur, 26/03), que descreve que o impacto direto na substituição dos administradores judiciais, só em SP, em levantamento feito com dados públicos disponíveis no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), chegará a 646% se o PL for aprovado pelo Senado.

É necessário debate muito maior, despido de paixões e interesses, para que processo falimentar seja mais eficiente

É preciso modernizar o processo falimentar. Desde o Decreto 917/1890, a Lei 2.024/1908, o Decreto-Lei 7.661/1945 e a atual Lei 11.101/2005, discute-se o poder sobre o processo falimentar, se do Estado ou do Credor, em movimentos pendulares, ora para um lado, ora para o outro, como agora. O Prof. Nelson Abrão, sobre o último diploma de 1945, listava as principais características inovadoras então: (a) a impontualidade como caracterizadora da falência e os chamados atos falimentares, a exemplo do Direito inglês; (b) a supressão da concordata amigável, admitida só a judicial; (c) a conceituação dos crimes falimentares e (d) a escolha de um até três síndicos, conforme o valor da massa, entre os maiores credores. A reforma da Lei em 2005 voltou o pêndulo em muitas dessas matérias.

Oliver Hart, Prêmio Nobel de Economia em 2016, afirmou que podem ser estabelecidas três metas principais concernentes a bons procedimentos falimentares: (a) ceteris paribus, um bom procedimento falimentar deve resultar numa solução ex post eficiente; (b) um bom procedimento falimentar deve preservar os efeitos vinculantes das dívidas e penalizar os administradores e acionistas causadores do problema aos credores nas várias fases do processo; (c) um bom procedimento falimentar deve oferecer, no entanto, incentivos, de modo que, ao preservar as prioridades relativas, conte com o apoio dos acionistas e dos trabalhadores, ou, ao menos, que os interessados não atrapalhem uma solução em que, ao término do processo, haja mais ganhadores do que perdedores. É o que uma boa reforma deve buscar.

Jairo Saddi é advogado em São Paulo e escreve mensalmente às segundas-feiras.

Movimento é economicamente benéfico para os anfitriões no longo prazo. Por **Anne Krueger**

Os EUA precisam de mais imigração

Diante do número sem precedentes de migrantes e de pessoas em busca de asilo empenhados em entrar nos Estados Unidos através de sua fronteira ao sul, a imigração tem ocupado as mentes dos eleitores americanos antes das eleições presidenciais de novembro. Paradoxalmente, esse debate ganha força justo no momento em que o desempenho econômico do país supera o de outras economias desenvolvidas, graças, em parte, ao crescimento impulsionado pela imigração.

A economia japonesa deveria servir como uma história de alerta sobre os riscos de opor-se à imigração. Depois de crescer a passos acelerados na esteira do fim da Segunda Guerra Mundial, a população japonesa chegou a um teto de 128,1 milhões de pessoas em 2010. No início de 2024, havia caído para 124 milhões, e a previsão é que continue em declínio, para um total inferior a 100 milhões de pessoas, em 2055.

Parte da estagnação econômica do Japão desde a década de 1990 pode ser atribuída a seus problemas demográficos, uma vez que a população em idade economicamente ativa diminuiu de 86,8 milhões, em 1993, para 81,5 milhões, em 2010. Embora de início contrário à imigração, o Japão acabou por adotar vários incentivos para encorajá-la. As medidas, porém, têm gerado resultados apenas modestos, e a população do país continua a encolher.

O Japão não é o único. Vários países desenvolvidos e em desenvolvimento, incluindo a China, também estão às voltas com populações em declínio. Recentemente, na Coreia do Sul, o presidente da Assembleia Nacional descreveu o baixo índice de natalidade do país como uma "crise nacional". A população em idade ativa da União Europeia encolherá 20% até 2050, segundo projeções. Até na África, o único continente com previsão de forte crescimento populacional neste século, o ritmo de aumento deve desacelerar.

Por sua vez, nos EUA, de acordo com a projeção "principal" para a imigração do Departamento do Censo, a população em idade ativa no país aumentará apenas 2% até 2035. Em contraste, em um cenário de "imigração zero", a força de trabalho americana recuaria 5%, com a população dos EUA encolhendo 32% até 2100.

Uma população e uma força de trabalho em declínio podem prejudicar o crescimento ao redirecionar para a substituição dos trabalhadores investimentos que de outra forma seriam usados em novos bens de capital e impulsionariam a produtividade

Uma população e uma força de trabalho em declínio podem prejudicar o crescimento econômico ao redirecionar para a substituição dos trabalhadores investimentos que de outra forma seriam usados em novos bens de capital e impulsionar a produtividade do trabalhador. Além disso, as qualificações educacionais médias das novas pessoas entrando na força de trabalho superam as das que se aposentam, indicando que os aposentados tendem a ter menos grau de ensino e capacitação do que os novos entrantes na mão de obra. Quando há menos pessoas entrando no mercado de trabalho do que pessoas se aposentando, a produtividade pode ser afetada negativamente. Nesse cenário, a demanda por cuidados de saúde e pensões cresce mais rápido do que a população em geral.

Embora o número de trabalhadores nascidos nos EUA tenha diminuído desde 2019, a força de trabalho total cresceu 2%, graças à imigração. O Gabinete de Orçamento do Congresso dos EUA estima que altas taxas de imigração poderiam adicionar 0,2 ponto percentual ao crescimento anual médio do Produto Interno Bruto (PIB) ao longo dos próximos dez anos.

Infelizmente, a imigração está se tornando cada vez mais impopular justamente quando seus efeitos econômicos estão se tornando mais importantes. Os imigrantes, que costumam chegar ainda jovens, trazem habilidades intermediárias essenciais que são necessárias para setores como os de saúde, construção e hotelaria. Além disso, enfermeiras e trabalhadores da construção civil não são apenas cruciais para substituir idosos aposentados; também incrementam a produtividade de profissionais de alta qualificação, como médicos, engenheiros e educadores. Portanto, receber mais imigrantes poderia impulsionar o crescimento da produção nos EUA.

Em meio ao histórico baixo desemprego e à persistente escassez de mão de obra nos EUA, é ridículo afirmar que os migrantes estão "roubando" empregos americanos. Da mesma forma, há poucas evidências sustentando a alegação populista de extrema direita de que os imigrantes têm mais probabilidade de cometer crimes. Ao contrário, estudos têm mostrado repetidamente que os imigrantes tendem a honrar mais a lei do que os americanos nascidos no país.

Apesar de possíveis efeitos desestabilizadores de curto prazo, a imigração é economicamente benéfica para os países anfitriões no longo prazo. Em vez de se envolver em debates improdutivos sobre os efeitos adversos da imigração, os debates de políticas públicas nos EUA deveriam se concentrar em determinar qual seria seu volume ideal, garantir a legalidade, fomentar uma integração sem percalços e elevar a produtividade. Além disso, as autoridades deveriam explorar maneiras de promover o crescimento da economia e de elevar os níveis de renda nos países de origem dos migrantes e solicitantes de asilo.

Mesmo os níveis atuais de imigração podem não ser suficientes para compensar o declínio populacional dos EUA, dado que o índice de fertilidade do país caiu de 2,1 nascimentos por mulher ao longo de sua vida, em 2007, para 1,64, em 2020. Para manter o tamanho atual da força de trabalho dos EUA, o país precisaria receber 1,6 milhão de imigrantes — o equivalente a 0,5% de sua população — por ano. Sem imigração, a população e a força de trabalho diminuiriam cerca de 0,5% ao ano.

À medida que mais países reconhecem a necessidade premente de incrementar suas forças de trabalho nativas hoje em declínio, a competição para atrair imigrantes apenas irá se intensificar. Para evitar um período de estagnação econômica no estilo da japonesa, o debate político nos países desenvolvidos precisa ser redirecionado para facilitar a entrada legal e adotar de políticas de imigração mais eficazes. *(Tradução de Sabino Ahumada)*

Anne O. Krueger, ex-economista-chefe do Banco Mundial e ex-primeira diretora-gerente adjunta do Fundo Monetário Internacional (FMI), é professora sênior de pesquisas de economia internacional na Escola de Estudos Internacionais Avançados, da Universidade John Hopkins, e pesquisadora sênior do Centro de Desenvolvimento Internacional da Universidade de Stanford.

Frase do dia

"O poder é apenas civil, constituído por três ramos ungidos pela soberania popular, direta ou indiretamente."

De Flávio Dino, ministro do STF, ao julgar ção que trata dos limites constitucionais da atuação das Forças Armadas

Cartas de Leitores

60 anos do golpe

Passados 60 anos do golpe militar que durante mais de duas décadas dominou o poder, é preciso refletir as causas e os efeitos desse momento histórico complicado que vivemos. Este período tenebroso foi o segundo do tipo vivenciado em nossa história republicana, posto que, na década de 30 a 45 do século passado, tivemos momento similar da era ditatorial de Vargas.

Embora tenhamos tido, nesses dois períodos, avanços na economia, pois foram épocas em que o mundo também vivenciou tais positivas realidades, precisamos ter consciência que tais ditaduras foram responsáveis por grandes problemas, cujos efeitos danosos até agora ainda enfrentamos. Por tudo isso, temos de ter consciência de que ditadura nunca mais.

José de Anchieta Nobre de Almeida
josenobredalmeida@gmail.com

Lula e Maduro

Tardiamente, Lula se manifesta a respeito da candidatura de oposição vetada por Maduro. Por não querer contrariar seu ídolo, o presidente se complicou vendo a queda na sua popularidade. Na tentativa de resgatar a confiança de seu povo, faz um aceno tentando mostrar que é contra a decisão de Maduro de inviabilizar qualquer pessoa que ameace o seu poder. Lula não se dignou a criticar Maduro por exclui Maria Corina e Corina Yoris do páreo. Soa falso e hipócrita qualquer manobra para consertar um erro que sabia que estava praticando: apoiar um ditador. Agora, o cidadão conhece o presidente deste país. Quando está nas alturas, ignora quem pensa diferente. Quando a popularidade cai, calça a sandália da humildade. Isso ainda funciona em pleno século 21? O tempo dirá.

Izabel Avallone
izabelavallone@gmail.com

Brasil no G7

Aos poucos, o Brasil vai reconquistando seu devido lugar diante das organizações mundiais. O caso mais recente é o convite para participar da reunião de ministros das Relações Exteriores do G7, grupo dos sete países mais industrializados do mundo, que será realizada na Itália em abril.

Jorge de Jesus Longato
longatojorge@gmail.com

Reforma e produtividade

Muito se tem alardeado a respeito do aumento de produtividade esperado com a reforma tributária. Recomendo cautela aos entusiasmados. Em primeiro lugar, pessoalmente, só acredito na implementação da reforma no dia seguinte à sua implementação. Isso porque ainda existem inúmeras arestas afiadas a serem arredondadas e os obstáculos nesta trajetória não são triviais. Em segundo lugar, qualquer pequeno ganho em produtividade será jogado no ralo como resultado do colossal aumento na carga tributária. Ou seja, uma enorme barulheira política e nenhum resultado efetivo para o país. Um clássico candango.

Oscar Thompson
oscarthompson@hotmail.com

Correspondências para Av. 9 de Julho, 5229 - Jardim Paulista - CEP 01407-907 - São Paulo - SP, ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

INÊS 249

Especial

Cenário Na maior parte de suas vidas, chineses tinham segurança de que contavam com uma economia em expansão, mas mau momento econômico mudou o quadro

Era de incertezas leva classe média a perder confiança no futuro da China

Cao Li
Dow Jones Newswires

Há três anos, tudo parecia encaminhado para Blake Xu. O empresário de 33 anos e sua família tinham montado uma carteira de propriedades durante a onda de expansão imobiliária da China. Ele e a mulher esperavam o primeiro filho. Também tinham acabado de vender um apartamento e aplicado metade do dinheiro em ações.

Desde então, o mercado imobiliário entrou em um longo período de queda, o índice referencial de ações chinesas CSI 300 perdeu cerca de 35% do valor e a economia se tornou cada vez mais vulnerável, passando a sofrer com a confiança anêmica do consumidor, os fracos investimentos do setor privado e um desemprego altíssimo entre os jovens.

Xu já retirou quase todo o dinheiro do mercado de ações chinês. Sua próxima saída pode ser da própria China.

"Não sabemos como projetar o futuro", diz Xu, que vive em Xangai. "Quando nosso filho crescer um pouco mais, pretendemos enviá-lo ao exterior e, talvez, irmos nós também."

Durante a maior parte de suas vidas, a nova geração de cidadãos da classe média da China deu como garantido que podia contar com uma economia em forte expansão. Agora, contudo, a depressão do mercado imobiliário, a queda no mercado acionário e o mau momento econômico generalizado a têm forçado a confrontar-se com uma dolorosa pergunta: Será que os anos da onda de alto crescimento da China se acabaram para sempre?

Os cidadãos chineses têm gastado menos, economizado mais e evitado investimentos de grande risco. A poupança interna no país chegou a US$ 19,83 trilhões em fevereiro, a maior já registrada, segundo dados do banco central. A confiança do consumidor está perto de seu nível mais baixo em décadas.

A crescente sensação de nervosismo entre os moradores de regiões urbanas na China e os trabalhadores de colarinho branco poderia ser um grande problema para Pequim. Há anos, o governo chinês obtém sua legitimidade da reputação de uma gestão econômica sólida.

Agora, essa reputação parece cada vez mais duvidosa.

Estratégia de saída. Hugo Chen, 30 anos, nasceu durante os estágios iniciais da impressionante transformação econômica da China, que veio após o ex-líder Deng Xiaoping ter recuado nos piores excessos do maoísmo e aberto as portas do país ao comércio internacional.

Chen foi criado na próspera cidade litorânea de Shenzhen e fez mestrado no Reino Unido. Voltou para a China em 2017 para trabalhar em finanças e, assim como muitos cidadãos chineses, decidiu investir no mercado de ações. Também comprou títulos de dívida e investiu em produtos de seguro.

Em 2023, contudo, ele tomou uma difícil decisão: chega de apostas nas ações chinesas.

Chen, um executivo de banco de investimento, havia trabalhado antes ajudando a gerenciar o dinheiro de uma firma de seguros. Ele sabia mais do que a maioria sobre investimentos — e a China não aparentava mais ser um lugar sensato para investir dinheiro.

BLOOMBERG

Chineses em frente a prédio em construção: mercado imobiliário paralisado causa apreensão de investidores principalmente em centros urbanos do país

No fim de 2023, o índice CSI 300 chegou ao terceiro ano consecutivo de quedas. Ainda pior, as ações nos EUA, no Japão e em outros lugares haviam decolado. Aquele deveria ser o século da China, mas a economia e o mercado de ações estavam perdendo terreno para os de outros países.

"Ficar pobre é uma coisa. Ficar pobre enquanto os outros ficam ricos é outra", diz Chen.

Ele transferiu a maior parte de seus investimentos para fundos que compram ações dos EUA.

A China tem mais de 220 milhões de investidores individuais, de forma que as oscilações do mercado de ações podem ter grande impacto na psique nacional. Antes do declínio, esses pequenos investidores haviam conquistado a reputação de não ter medo de apostar. Depois da queda dos últimos anos, encolheram suas apostas e se voltaram cada vez mais para ativos considerados seguros, como os fundos do mercado monetário.

O setor imobiliário abalou ainda mais a confiança. O que começou, há cerca de três anos, como uma tentativa do governo federal de domar o endividamento excessivo do setor, se transformou em uma longa crise e levou dezenas de incorporadoras imobiliárias à beira da quebra, afetando as fundações de um dos principais propulsores de crescimento do país.

Em fevereiro, o preço dos imóveis usados nas cidades mais desenvolvidas da China caiu 6,3%, em comparação ao mesmo mês de 2023 — a maior queda anual já registrada.

Xu, o empresário, vendeu uma segunda propriedade, um negócio que descreveu como extremamente doloroso. No entanto, ele não se arrepende: o dinheiro lhe dará a flexibilidade que precisa para deixar o país caso a situação piore, diz ele.

"Emocionalmente, torço pelo melhor para este país", disse Xu. "No entanto, se esta equipe de líderes permanecer por mais tempo, para ser franco, preciso ter uma estratégia de saída, pois a perspectiva é preocupante."

> "Ficar pobre é uma coisa. Mas ficar pobre quando os outros ficam ricos é outra"
> *Hugo Chen*

É precisamente esse tipo de sentimento que deixa as autoridades em Pequim inquietas. Embora o governo chinês mantenha um controle rígido sobre o poder, também é extremamente suscetível ao humor da população.

A população chinesa tem um histórico de manifestações públicas de descontentamento, o que inclui protestos públicos contra bancos e empresas. Pequim tolera certo grau de descontentamento, desde que seus cidadãos sigam um princípio primordial: não culpar o governo central.

No entanto, algumas pessoas no país, de fato, culpam o governo federal pelos atuais problemas econômicos, citando as reviravoltas das políticas em relação às empresas de internet, de ensino privado e do setor imobiliário, assim como a abordagem rigorosa demais para conter a covid-19, que provocou danos duradouros à confiança no país.

A mudança para um quadro de baixo investimento e alta poupança tem alimentado um ciclo vicioso, no qual o tombo da economia corrói os níveis de confiança, que, por sua vez, agravam o mau momento econômico, segundo Yasheng Huang, professor de economia internacional e gestão da MIT Sloan School of Management e pesquisador no Wilson Center.

"Quando uma sociedade se assenta sobre uma determinada psicologia, não é fácil sair dela", afirma o acadêmico.

Da esperança ao medo. Scarlett Hu, de 37 anos, lembra-se de como foi sua volta à China em 2014. Ela acabara de retornar de estudos no exterior e conseguiu um emprego no segmento de bens de luxo, em Xangai.

"Naquela época, todos estavam cheios de esperança. Havia esse sentimento promissor no entorno", diz Hu. "Quando saíamos para relaxar após o trabalho, acreditávamos que o futuro seria melhor, por isso 'vamos nos divertir hoje'."

Hu comprou um apartamento em Xangai em 2017 e começou a apostar em fundos mútuos, que investem no mercado de ações, em 2020, antes do nascimento do filho. Ela esperava que o dinheiro a ajudasse a pagar o ensino dele. Na época, parecia ser uma boa aposta: o mercado imobiliário estava em alta, e as ações se aproximavam de sua maior pontuação histórica, celebradas pelos otimistas meios de comunicação estatais chineses.

Hoje, o apartamento dela perdeu 15% do valor e sua carteira de fundos mútuos acumula desvalorização de 35%.

"Agora, falamos sobre planos concretos e medidas para garantir um futuro mais seguro, com o foco em formas de aumentar nossa sensação de segurança. Você não sente mais esse tipo de ambição", diz ela.

O governo chinês tomou medidas para enfrentar a recessão, como a flexibilização das regras de crédito para empresas imobiliárias afetadas, a redução do custo de captação e a promessa de solucionar os problemas de endividamento dos governos regionais. No entanto, Pequim parece relutar em adotar o tipo de estímulo direto aplicado pelos governos ocidentais durante a pandemia, quando pagamentos diretos aos consumidores ajudaram a recolocar os gastos deles nos trilhos.

No início de março, o primeiro-ministro da China, Li Qiang, disse que o governo tinha como meta um crescimento em torno a 5% para 2024, e sinais recentes de melhora têm sido detectados.

Ainda assim, economistas acham que Pequim sofrerá para atingir essa meta de crescimento, e algumas pessoas na China temem que a situação esteja prestes a piorar.

Uma analista de ações de 40 anos que mora em Pequim disse ter perdido o emprego em agosto, quando a firma de consultoria para a qual trabalhava fechou as portas. Ela tem dois filhos para cuidar, a renda do marido é instável e ela se prepara para mais dores financeiras no futuro.

"Todo mundo vem dizendo que este ano ainda poderia ser o melhor dos próximos dez anos, então devemos estar preparados para um longo período de dificuldades", afirma a analista.

Atividade industrial sinaliza recuperação

Jonathan Cheng
Dow Jones Newswires, de Pequim

O vasto setor industrial da China regressou à expansão em março, após cinco meses de declínio, somando-se aos sinais de uma recuperação, à medida que uma recente série de medidas de estímulo começa a fazer efeito.

Um indicador oficial da atividade industrial da China subiu para 50,8, ante 49,1 em fevereiro, informou ontem o Departamento Nacional de Estatísticas do país, superando a previsão de 50 feita por economistas consultados pela Dow Jones. O nível 50 separa expansão de contração.

A leitura otimista surge depois de um conjunto de indicadores para o período de Janeiro a Fevereiro mostrar que a segunda maior economia do mundo começou o ano numa base sólida, liderada pelo setor industrial, com as exportações a superarem as expectativas e os lucros industriais a regressarem ao crescimento.

Embora a recente série de dados positivos ajude a aliviar a pressão imediata sobre os líderes da China, que recentemente estabeleceram uma meta de crescimento de cerca de 5% para o ano, muitos economistas dizem que as autoridades ainda precisam implementar mais apoio político para atingir esse objetivo relativamente elevado. A prolongada crise imobiliária não mostrou sinais de atingir o fundo do poço e é provável que as pressões deflacionistas persistam.

No mais recente sinal de angústia no setor imobiliário, a problemática gigante imobiliária Country Garden Holdings disse na quinta-feira, num anúncio surpresa, que perderá o prazo para apresentar os resultados anuais e precisa de mais tempo para avaliar a sua situação financeira.

Entretanto, outro líder da indústria, a China Vanke, com sede em Shenzhen, viu o seu lucro líquido cair 46% no ano passado, a maior queda desde sua entrada na bolsa em 1991. "Durante o período de expansão excessiva, alguns julgamentos de investimento foram excessivamente otimistas e levará algum tempo para que esses projetos sejam digeridos", disse o desenvolvedor em comunicado à bolsa de valores na quinta-feira.

Os líderes da China estão preocupados com as recentes medidas de flexibilização da política monetária levarem a uma liquidez excessiva. O Banco Popular da China está proibido de comprar diretamente obrigações do tesouro no mercado primário e, em geral, absteve-se de tais compras nos mercados secundários.

Rodovias
Leilões retornam em abril com R$ 9 bilhões em investimentos previstos
B3

Estratégia
Companhia das Letras define logística para crescer no Nordeste, conta Luciana Borges, diretora comercial B6

Imóveis
Companhias de coworking vivem retomada após crise provocada pela covid-19 B6

Agronegócio
Marfrig planeja investir R$ 2 bi para ampliar seu rebanho no Brasil B9

Petróleo Fornecedora surgiu em outubro após joint-venture entre SLB, Aker e Subsea

OneSubsea mira 25% da receita no Brasil

Kariny Leal
Do Rio

A fornecedora de tecnologias e equipamentos submarinos OneSubsea espera que o Brasil suba dos atuais 20% do faturamento global para 25% em três anos. A companhia, que não revela a sua receita anual, foi criada em outubro como fruto da joint-venture entre a SLB (70%), a Aker Solutions (20%) e a Subsea7 (10%), e tem sedes em Oslo, na Noruega, e em Houston, no Estado americano do Texas. O potencial de sinergia estimado no novo negócio é de mais de US$ 100 milhões por ano a médio prazo.

Em sua primeira visita ao Brasil como presidente da companhia, o norueguês Mads Hjelmeland afirmou ao **Valor** que o país tem importância estratégica para a OneSubsea.

Antes de assumir o controle da nova empresa, Hjelmeland era diretor de sistemas de produção submarina da SLB. A OneSubsea tem 11 mil funcionários em 16 países, sendo 3.200 no Brasil, onde a empresa tem unidades de produção em São José dos Pinhais (PR) e Taubaté (SP) e unidades de serviço em Rio das Ostras (RJ) e Macaé (RJ).

Hjelmeland diz que a produção no Brasil é importante pela relevância do mercado de petróleo e gás, o que leva a OneSubsea a adquirir conhecimentos para desenvolver aqui soluções para outros países: "Nós desenvolvemos novas capacidades aqui que não ficam só no mercado brasileiro. Aqui adquirimos o conhecimento e exportamos para o resto do mundo."

O presidente cita como exemplo a produção de um equipamento utilizado para monitorar e controlar a produção de um poço submarino, conhecido como árvore de natal molhada, produzido nas instalações brasileiras da empresa e que será utilizado em um projeto da Chevron no Golfo do México. A instalação está programada para abril deste ano e representa um marco significativo para a indústria, destaca. A companhia produz árvores de natal no Brasil e exporta para países do Golfo do México e do Mar do Norte. Cerca de 800 árvores de natal produzidas pela OneSubsea e pela Aker já foram entregues para a Petrobras para serem usadas no pré-sal.

20%
é quanto o Brasil representa hoje na receita da empresa

Entre as motivações no horizonte da companhia está o desenvolvimento de novas fronteiras de petróleo, como a Margem Equatorial e o oeste do continente africano. No caso da região brasileira, Hjelmeland tem boas perspectivas: "A Margem Equatorial é um prospecto animador. É uma das áreas que temos interesse em colaborar em parceria com a Petrobras. Temos olhado como aumentar o nível de investimentos em pessoas para atender a essas necessidades de novas frentes e de novas energias."

Ao citar "novas energias", o presidente da OneSubsea se refere a geração de energia eólica, em terra (onshore) e em alto-mar (offshore). "Ainda é cedo, mas é um mercado que temos muito interesse. Temos esperança, mas a transição energética é complexa."

Hjelmeland afirma que a empresa tem apostado em se posicionar no Brasil para dar suporte às petroleiras no atual ciclo de alta do setor de óleo e gás, sem deixar de olhar para os demais mercados: "Estamos animados com o mercado brasileiro em 2024 e, depois disso, é um lugar que seguiremos em trajetória de aumento das atividades. Estamos nos posicionando para conseguir dar suporte às expectativas dos projetos no Brasil, colaborando em prospecções com a Petrobras e em outros 'players'. É um dos mercados mais atrativos do nosso portfólio."

Quanto ao mercado na África, Hjelmeland afirma que há indicativos claros de que a atividade por lá está em recuperação: "O oeste do continente africano já foi historicamente ativo, mas houve uma desaceleração recente, que afetou de formas diferentes cada um dos países, e agora vemos a atividade retornando."

As expectativas da OneSubsea se confirmam pelas projeções do mercado. Segundo o Citi, os países que não são parte dos acordos de produção da Organização dos Países Exportadores de Petróleo e seus aliados (Opep+) devem se destacar no aumento de produção da commodity nos anos de 2024 e 2025. Segundo o banco, em relatório de 17 de março, a produção de petróleo do Brasil deve aumentar cerca de 400 mil barris por dia em 2024 e cerca de 200 mil em 2025 com impulso dos campos do pré-sal.

Mads Hjelmeland cita as dificuldades da cadeia de fornecimento do setor de petróleo e gás como um sinal de alerta. A própria Petrobras, por exemplo, mencionou em diferentes ocasiões a dificuldade de contratação de plataformas que produzem e estocam petróleo (FPSO, na sigla em inglês) por conta do ciclo de alta, que tem elevado a demanda das petroleiras.

"Existem desafios típicos que surgem em tempos de ciclo de alta do setor de petróleo e gás no mundo, como esse da cadeia de fornecimento", afirma o executivo. "Agora, especialmente, o mercado de fabricação de FPSOs tem apresentado dificuldades de atender a demanda. Mas precisamos ter em mente que ainda vivemos consequências dos tempos da pandemia, que impactou a indústria e as pessoas no geral, além de outras questões da geopolítica global que também afetam o setor e o transporte de bens, impondo desafios na execução dos projetos."

LEO PINHEIRO/VALOR

"Aqui adquirimos conhecimento e exportamos para o resto do mundo"
Mads Hjelmeland

INÊS 249

Benefícios Ações visam minimizar os custos com plano de saúde, que hoje chegam a representar 20% da folha de pagamento nas organizações

Companhias optam por prevenção na área de saúde e bem-estar

Adriana Fonseca
Para o Valor, de São Paulo

Diante da elevação dos gastos com planos de saúde, empresas estão se empenhando em criar ações de bem-estar e de gestão da saúde para os funcionários, em uma tentativa de amenizar esse impacto, com redução do sinistro e do risco da apólice. Se em 2021 o gasto das organizações com os planos de saúde girava entre 5% e 10% da folha de pagamento, em 2023 essa parcela ficou entre 10% e 20%, segundo dados da Aon, consultoria em benefícios.

Nesse sentido, a telemedicina é um dos destaques da Pesquisa de Benefícios 2023 da Aon, que contou com a participação de 929 empresas, de mais de 30 setores, sendo metade delas (50,6%) multinacionais e 61% com mais de 500 funcionários. A maioria (78,7%) está localizada no sudeste do Brasil. Esta é a 14ª edição da pesquisa.

O levantamento indica que 86,3% das empresas pesquisadas oferecem serviço de telemedicina aos seus empregados, um aumento de 13,4 pontos percentuais em relação ao mapeamento de 2021. A pandemia teve impacto nesse incremento — já que o serviço foi amplamente utilizado e mostrou sua qualidade — e também a jornada educativa que as empresas vêm fazendo com seus funcionários em relação ao uso dos benefícios de saúde. "A maioria das idas ao pronto-socorro, que é a porta de entrada ao sistema de saúde, é uma utilização que não precisaria ser no PS. As pessoas aprenderam que a tecnologia traz bom atendimento e um custo evitado [da ida ao pronto-socorro], que é mais alto, gera exames adicionais e medicamentos", explica Leonardo Coelho, vice-presidente de saúde e talento para a Aon no Brasil. "Muitas vezes o médico consegue identificar a situação na telemedicina e prescrever a medicação virtualmente."

Segundo o especialista, as empresas têm demandado o desenho de uma solução [de gestão de saúde] integrada à cultura da organização. Para cada setor, a aplicação tem particularidades, e deve estar alinhada às diferentes populações que habitam aquela empresa.

A oferta da telemedicina, bem como de toda as ações de saúde e bem-estar que as empresas estão propondo como uma medida de saúde preventiva, só é eficaz quando há uma comunicação educativa adequada, que explica quando fazer uso de cada um dos benefícios, inclusive do pronto-socorro. Segundo a pesquisa, a oferta de telemedicina pelas empresas se dá em parceria com o plano de saúde na maior parte dos casos (74,9%) ou com um fornecedor terceiro (20,8%). Entre os serviços prestados nesse tipo de atendimento estão tanto cuidados eletivos como atendimentos de urgência e emergência.

O uso da telepsicologia, crescente nas organizações, também entra nessa frente de gestão de saúde e bem-estar. "A saúde mental é outra preocupação dos RHs atualmente", afirma Coelho. A pesquisa mostra que houve aumento de 33,6 pontos percentuais na oferta de programas de saúde mental entre 2021 e 2023. No levantamento mais recente, 73% dizem oferecer algo nessa área. "O investimento em saúde mental é resultado da observação da força de trabalho", avalia Coelho.

Dados do Ministério da Previdência Social mostram que, em 2023, foram concedidos 288.865 benefícios por incapacidade devido a transtornos mentais e comportamentais no Brasil. Esse número contempla os benefícios por incapacidade temporária (antigo auxílio-doença) e os benefícios por incapacidade permanente (antiga aposentadoria por invalidez). Em 2022, foram 209.124 e em 2021, 200.244. Coelho acredita que hoje não é mais tão tabu falar de saúde mental nas empresas. "Essa barreira foi rompida", diz. "E esse é o maior impacto pós pandemia."

Além disso, 47,5% das empresas oferecem algum tipo de subsídio para incentivar seus empregados a terem hábitos ou práticas saudáveis. Entre eles, aplicativos esportivos ou de bem-estar, inscrição em eventos esportivos e atividades de mindfulness.

> "É importante oferecer uma gama variada de benefícios para atender diferentes grupos"
> *Antonio Catharino*

De todo modo, Coelho explica que não adianta sair ofertando uma série de benefícios de forma aleatória na empresa. "Não é simples desenvolver um programa que tenha realmente impacto na organização", afirma. "É algo que tem que ser construído com base em inteligência de dados. É sobre usar dados de utilização, da saúde ocupacional, dos planos de saúde, para traçar o plano de ação."

Segundo ele, "a complexidade do cenário de saúde reforça a necessidade de análises detalhadas desses dados para facilitar o acesso à assistência médica e promover a saúde e o bem-estar, convergindo em uma estratégia mais sustentável para os benefícios de saúde."

A pesquisa também procurou entender como está a oferta de flexibilidade pelas empresas — ponto relevante para atração e retenção de profissionais. Com coleta de dados entre maio e julho de 2023, o levantamento mostra que, naquele momento, 83,4% das empresas estavam atuando no formato híbrido, sendo que uma parcela reduzida (13,1% do total de empresas pesquisadas) permitia o híbrido com livre decisão de dias remotos pelos funcionários. O levantamento indicou que 32,5% das empresas pretendiam revisar sua política de trabalho no próximo ano.

Coelho comenta que o modelo de trabalho híbrido ou remoto sempre foi visto como um benefício pelos profissionais. O que mudou, de antes da pandemia para hoje, é que essa escolha, agora, é também uma estratégia das empresas para atração e retenção de talentos. O modelo de gestão por entregas — e não monitorado por horas trabalhadas —, relevante para os formatos a distância, é uma realidade em somente 9,8% das empresas pesquisadas.

O mapeamento da Aon sinaliza que, além de possibilitar a flexibilidade de localidades, o trabalho remoto permite que as empresas busquem talentos fora do país — o que 25,2% já fazem —, e isso vem alterando as tendências das relações de trabalho e influenciando nos modelos de contrato. Sendo assim, 14,6% já possuem contratos em modelo "part-time" (a tempo parcial) e 6,9% consideram implementá-lo futuramente. Uma pequena parcela de 1,8% iniciou o modelo de contrato de "job sharing", que é quando um mesmo cargo é ocupado por dois profissionais, reduzindo a jornada de trabalho normalmente, e 4,9% já o consideram para implementação futura. Nesse cenário, Coelho faz um questionamento: "Os gestores estão preparados para a nova força de trabalho? Não só o remoto, mas construir uma jornada estratégica para as pessoas onde flexibilidade e remoto entram."

Uma outra pesquisa, feita pela Serasa Experian ao analisar dados de 1,5 mil pessoas que estão atualmente empregadas ou em busca de emprego no Brasil, mostra que para 46,4% a oferta de um pacote atrativo de benefícios é um item muito importante para concordar com uma proposta de trabalho. Em segundo lugar aparece o item práticas que promovem o equilíbrio entre a vida pessoal e profissional (35,1%) e, depois, estabilidade e plano de carreira (34,9%), em terceiro. Autonomia para tomar decisões (22,6%) ficou em quarto e bônus e remuneração variável (21,8%) em quinto. Completam a lista a possibilidade de trabalho híbrido ou remoto (21,3%), a possibilidade de aprender a trabalhar com tecnologias, inovação e metodologia de trabalho (17,4%) e transporte facilitado até a empresa ou estacionamento gratuito (13,6%).

O levantamento também identificou que, entre os benefícios oferecidos pelas empresas, a maioria dos entrevistados valoriza mais os atrelados à saúde (84%), que englobam convênio médico e odontológico, descontos em academias, entre outros. Alimentação (74%) veio em seguida e contempla vale refeição, vale alimentação, cesta básica e refeitório na empresa, por exemplo. O benefício financeiro, que reúne previdência privada corporativa e parceria com empresas de crédito consignado, entre outros, aparece como relevante para 46% dos participantes.

Quando perguntados sobre a relevância das atividades oferecidas pela empresa em que trabalham ou gostariam de trabalhar, os respondentes escolheram ações para a preservação da saúde mental como a mais importante e a flexibilidade de horário em segundo lugar. "Os dados mostram a diversidade de necessidades e prioridades dos profissionais brasileiros e destacam a importância de oferecer uma gama variada de benefícios para atender a diferentes grupos e promover o bem-estar de maneira abrangente", comenta Antonio Catharino, diretor de recursos humanos da Serasa Experian.

GABRIEL REIS/VALOR

Leonardo Coelho, vice-presidente da Aon, diz que iniciativas só têm sucesso quando acompanhadas de comunicação eficaz

Cesta de benefícios

O que as empresas estão ofertando aos seus funcionários - em %

Modelos de trabalho	
Híbrido	70,3
Híbrido com livre decisão de dias remotos pelos colaboradores	13,1
Outros formatos	4,8
Totalmente remoto	4
Totalmente presencial	3
Livre escolha de modelo de trabalho	2,4
Majoritariamente remoto, com dias pontuais dedicados à integração, reuniões de equipe etc.	2,2
Semana de 4 dias	0,2
Outras flexibilidades de trabalho	
Horário flexível	68,4
Trabalho remoto ou híbrido de qualquer localidade	57
Liberdade de horário/agenda	44,2
Modelo de gestão por entregas (não monitorado por horas trabalhadas)	9,8
Jornada de trabalho reduzida	8,2
Trabalho assíncrono	5,4
Lista de benefícios	
Assistência médica	98,4
Alimentação (vale refeição, vale alimentação, refeitório, cesta básica etc)	92,8
Assistência odontológica	92,5
Educação e desenvolvimento	59,7
Gestão de saúde e qualidade de vida (descontos em academia, programas de saúde mental etc)	55,2
Previdência privada	50,5
Empréstimo financeiro	49,6
Automóvel corporativo	45
Participação nos lucros e resultados	31,1
Bônus por tempo de serviço	22,8

"Fonte: Pesquisa de Benefícios 2023 AON, com 929 empresas participantes

---

Qual é a origem da produtividade no trabalho?

Banda Executiva

Sofia Esteves

Recentemente, o **Valor** publicou uma reportagem sobre a popularização do uso de "smart drugs" em empresas brasileiras — se você ainda não leu, vale a pena. São medicamentos utilizados por pessoas saudáveis para aumentar a produtividade no trabalho.

Para além das implicações na saúde e da discussão ética de se usar "smart drugs", fiquei pensando em uma questão anterior a tudo isso: qual é a origem da produtividade?

A busca pelo aumento da eficiência humana não é nova no mundo do trabalho. Na verdade, existem registros bem antigos de pesquisas sobre como melhorar a produtividade nas empresas. Um exemplo é o conhecido experimento de Hawthorne, feito entre 1927 e 1933.

Na época, um grupo de pesquisadores da Universidade Harvard queria identificar o impacto da intensidade da luz no desempenho das pessoas em uma fábrica da Western Electric Company, em Chicago, nos Estados Unidos. Para isso, foi selecionado um grupo que passou a trabalhar em um ambiente com uma iluminação maior. O resultado? O rendimento aumentou.

Só que o desempenho desse grupo também se mostrou positivo quando a intensidade da luz foi reduzida. Intrigada, a equipe pesquisadora testou outra variável: quando as pessoas recebiam benefícios, como lanches e intervalos de descanso, a produtividade subia. Porém, da mesma forma que no caso da variação da intensidade da luz, o desempenho continuava positivo quando elas deixavam de receber aqueles "agrados".

Diante desses resultados, uma das conclusões da equipe que conduziu a pesquisa foi que não eram necessariamente os fatores externos que contribuíam para a melhora da performance, mas o que eles provocavam naquele grupo. No caso, um sentimento de valorização.

É que, dado que a empresa era grande, com mais de 20 mil pessoas, quem foi escolhido para integrar o pequeno grupo de seis a doze pessoas e participar do estudo se sentiu muito especial. Mais do que isso, foi gerado um sentimento de pertencimento, o que, por sua vez, se refletiu positivamente no trabalho — mesmo quando a intensidade da luz mudava, por exemplo.

Lembrei dessa história ao ler sobre "smart drugs" porque ela ilustra bem a importância de entendermos a fundo os fatores que impulsionam a produtividade. Não é que um salário justo, benefícios atraentes e bom ambiente de trabalho não sejam relevantes para quem trabalha na sua organização. O ponto é que, ao falarmos sobre desempenho, precisamos investigar e analisar o que está por trás dele.

Da mesma forma, é preciso investigar o que leva alguém a recorrer a medicamentos para melhorar a performance. O que está por trás disso? O que o uso indiscriminado e generalizado de "smart drugs" revela sobre a pessoa e a empresa?

No relatório do ano passado sobre a pesquisa Carreira dos Sonhos, abordamos, dentre outros temas, a necessidade de ser realizada uma boa reforma no ambiente de trabalho. Não raras vezes, esse espaço — físico ou simbólico — acaba sendo fonte de estresse e pressão desmedida, em vez de inspirar e motivar as pessoas. Inclusive, constatamos com tristeza que só 53% das pessoas respondentes consideraram que a liderança da sua empresa cultiva forte moral e cultura de equipe.

Cenários como esse servem de alerta para que nós, enquanto líderes, paremos um momento para refletir sobre o estado atual da nossa empresa e se esta precisa ou não de uma boa reforma no ambiente de trabalho. Isso porque, além do apoio para lidarem com saúde mental, as pessoas esperam que as organizações revejam a cultura tóxica. Na verdade, que esse tipo de ambiente não exista.

Para que essa transformação ocorra, é importante que sejam discutidas questões como essa da origem da produtividade e, se for o caso, que sejam operadas mudanças dentro de casa, tanto na gestão do clima quanto na forma de trabalhar — tecnologias como a inteligência artificial estão aí para nos ajudar a otimizar o uso do tempo.

Claro que as pessoas também têm responsabilidade sobre a sua performance e que uma baixa produtividade não necessariamente é consequência de um ambiente tóxico ou de uma liderança desumana. Cabe a cada indivíduo também fazer uma autoanálise sobre o seu desempenho profissional.

Contudo, para compreendermos a realidade e traçarmos planos eficientes, precisamos ir além da superfície da questão e investigar em profundidade o que está por trás de resultados de trabalho abaixo do esperado. É levantar dúvidas, ir além das respostas fáceis e óbvias.

Ficar cara a cara com determinadas perguntas nem sempre é fácil, mas encará-las é o único caminho para uma resolução. Por isso, eu deixo aqui uma questão: afinal, o que faz com que tantas pessoas recorram a um medicamento para melhorar a produtividade?

Sofia Esteves é presidente do conselho da Cia de Talentos

NORTEC QUÍMICA S/A

CNPJ-MF 29.950.060/0001–57

AVISO: 1. As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras individuais completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. 2. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: https://www.diariocomercial.com.br/publicidadelegal; https://nortecquimica.com.br; https://www.cvm.gov.br; https://www.b3.com.br.

RELATÓRIO DA DIRETORIA: Srs acionistas: Dando cumprimento as disposições legais e societárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis da Sociedade, bem como as notas explicativas, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, do exercício encerrado em 31/12/2023.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		**177.398**	**169.477**
Caixa e equivalentes de caixa	7	40.778	12.794
Aplicações financeiras	8	–	24.971
Contas a receber	9	32.920	36.852
Estoques	10	89.629	82.340
Impostos a recuperar	11	12.112	8.985
Outros ativos circulantes		1.959	3.535
Não circulante		**153.978**	**118.802**
Aplicações financeiras	8	3.750	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	1.110	1.534
Outros ativos não circulantes		917	64
Imobilizado	12	148.201	117.204
Total do ativo		**331.376**	**288.279**

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		**43.385**	**39.807**
Fornecedores	13	21.845	21.158
Empréstimos e financiamentos	14	6.181	4.549
Obrigações sociais e trabalhistas	16	4.751	4.543
Obrigações fiscais	17	2.810	1.469
Dividendos a pagar	20	7.555	6.661
Outros passivos circulantes		243	1.427
Não circulante		**55.579**	**41.949**
Empréstimos e financiamentos	14	53.662	40.154
Provisão para contingências	18	–	71
Benefício pós-emprego	26	1.917	1.724
Patrimônio líquido	20	**232.412**	**206.523**
Capital social		89.230	89.230
Reserva de retenção de lucros		143.246	117.293
Outros resultados abrangentes		(64)	–
Total do passivo e patrimônio líquido		**331.376**	**288.279**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Receitas Operacionais Líquidas	22	224.730	226.344
Custos dos produtos vendidos	23	(163.723)	(172.824)
Lucro bruto		**61.007**	**53.520**
Receitas (Despesas) Operacionais			
Despesas com Vendas	24	(1.543)	(1.542)
Despesas Gerais e Administrativas	24	(34.294)	(35.035)
Outras despesas (receitas) operacionais	24	6.814	8.768
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras		**31.984**	**25.711**
Resultado financeiro	25		
Receitas financeiras		5.295	4.732
Despesas financeiras		(3.965)	(2.461)
Variação cambial líquida		1.148	1.910
Receitas (despesas) financeiras líquidas		**2.478**	**4.181**
Resultado antes dos impostos		**34.462**	**29.892**
Imposto de renda e contribuição social corrente	21	–	(2.581)
Imposto de renda e contribuição social diferido	19	(425)	2.053
Lucro líquido do exercício		**34.037**	**29.364**
Resultado por ação			
Resultado por ação - básico e diluído (em R$)	29	2,8657	2,4723

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	**34.037**	**29.364**
Outros resultados abrangentes:		
Mensuração de obrigações de benefícios a empregados - Plano de Saúde	(64)	–
Total do resultado abrangente do exercício	**33.973**	**29.364**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva Legal	Reserva Incentivos Fiscais	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Outros Resultados abrangentes	Total Patrimônio Líquido
Saldo em 1º/01/2022		**89.230**	**11.206**	**17.540**	**66.157**	–	–	**184.133**
Transf. das reservas de lucros p/ reservas de incentivos fiscais		–	–	47.316	(47.316)	–	–	–
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	29.364	–	29.364
Reserva legal		–	1.468	–	–	(1.468)	–	–
Reserva de incentivos fiscais (ICMS – Convênio 10/2002)		–	–	18.099	–	(18.099)	–	–
Juros sobre capital próprio		–	–	–	–	(1.474)	–	(1.474)
Dividendos mínimos obrigatórios		–	–	–	–	(5.500)	–	(5.500)
Constituição de reservas		–	–	–	2.823	(2.823)	–	–
Saldo em 31/12/2022	20	**89.230**	**12.674**	**82.955**	**21.664**	–	–	**206.523**
Saldo em 1º/01/2023	20	**89.230**	**12.674**	**82.955**	**21.664**	–	–	**206.523**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	34.037	–	34.037
– Mensuração de obrigações de benefícios a empregados – Plano de Saúde		–	–	–	–	–	(64)	(64)
Reserva legal		–	1.702	–	–	(1.702)	–	–
Reserva de incentivos fiscais (ICMS – Convênio 10/2002)		–	–	21.878	–	(21.879)	–	–
Dividendos mínimos obrigatórios		–	–	–	–	(1.084)	–	(1.084)
Juros sobre capital próprio a pagar		–	–	–	–	(7.000)	–	(7.000)
Constituição de reservas		–	–	–	2.373	(2.373)	–	–
Saldo em 31/12/2023	20	**89.230**	**14.376**	**104.833**	**24.037**	–	**(64)**	**232.412**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Resultado antes dos impostos		34.462	29.892
Ajustes:			
Depreciação	12	9.787	5.605
Constituição/(Reversão) para perda nos Estoques	10	2.172	876
(Reversão) para contingência trabalhista	18	(71)	71
Provisão de PCLD	9	(85)	31
Juros sobre empréstimos	14	2.823	1.121
Benefício pós-emprego		129	1.724
Outros		(8)	(10)
Variações em:			
Contas a receber		4.017	21.759
Estoques		(9.460)	(24.616)
Impostos a recuperar (i)		(3.127)	(1.156)
Outros ativos		722	(512)
Fornecedores		687	(1.411)
Obrigações sociais e trabalhistas		208	417
Obrigações fiscais		3.604	(782)
Outros passivos		(1.067)	(2.412)
Pagamento de Impostos (IRPJ/CSLL)		(3.218)	(1.043)
(i) Líquido do Pagamento de Impostos (IRPJ/CSLL)			
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**41.575**	**29.554**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de Imobilizado	12	(39.351)	(24.576)
Aplicações financeiras		21.221	(12.218)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento		**(18.130)**	**(36.794)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimos e financiamentos	14	20.117	3.856
Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos	14	(4.161)	(2.199)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	14	(4.756)	(3.845)
Pagamento de Dividendos e JCP	20	(6.661)	(7.903)
Caixa líquido obtido/(consumido) nas atividades de financiamento		**4.539**	**(10.091)**
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		**27.984**	**(17.331)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7	12.794	30.125
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		40.778	12.794
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		**27.984**	**(17.331)**

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO - Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas	**246.813**	**252.894**
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	239.745	243.831
Outras receitas	7.068	9.063
Insumos adquiridos de terceiros (inclui os valores dos impostos – ICMS, IPI, PIS e COFINS)		
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(104.598)	(119.900)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(33.108)	(34.749)
Valor adicionado bruto	**109.107**	**98.245**
Depreciação e amortização	**(9.787)**	**(5.605)**
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	**99.320**	**92.640**
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	5.493	4.945
Variação cambial ativa	5.786	9.969
Outros	–	–
Valor adicionado total a distribuir	**110.599**	**107.554**
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	25.371	25.617
Benefícios	11.674	13.046
FGTS	2.572	2.135
	39.617	40.798
Impostos, taxas e contribuições		
Federal	12.883	12.379
Estadual	13.622	13.408
Municipal	14	3
	26.519	25.790
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	3.967	2.460
Aluguéis	1.821	1.082
Variação cambial passiva	4.638	8.059
	10.426	11.601
Remuneração de capitais próprios		
Juros sobre capital próprio	7.000	5.500
Dividendos	1.084	1.474
Lucros retidos	25.953	22.391
	34.037	29.365
Valor Adicionado total distribuído	**110.599**	**107.554**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma).* **1. Contexto operacional:** As atividades da Nortec Química S.A. ("Nortec" ou "Companhia") compreendem basicamente a industrialização, comercialização, importação e exportação de produtos químicos e farmoquímicos [illegible] ... tivas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. **4.1. Vida útil dos bens do imobilizado:** A Companhia considera que o valor contábil líquido do ativo imobilizado não excede ao seu valor recuperável. As vidas úteis definidas para os bens do ativo imobilizado foram definidas nos laudos técnicos emitidos por engenheiros externos, e revisados a cada três anos ou quando ocorrer algum evento que possa indicar mudança significativa de vida útil. **4.2. Provisão para contingências:** As provisões são reconhecidas quando: i) a Companhia tem, uma obrigação presente ou formalizada como resultado de eventos já ocorridos; ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, e iii) o valor puder ser mensurado com segurança. As provisões são mensuradas a valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. As contingências são analisadas pela Administração, fundamentada na sua avaliação, em conjunto com seus assessores jurídicos. **4.3. Tratamentos fiscais incertos e contingências relacionadas:** A Companhia mantém discussões administrativas e judiciais com as autoridades fiscais no Brasil, relacionadas a certas posições fiscais adotadas na apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido (IRPJ/CSLL), e demais impostos sobre a receita, folha e créditos sobre custos e despesas. Cada uma dessas frentes é analisada em conjunto pela Administração, assessores jurídicos externos e pela auditoria externa e a depender do prognóstico, podem ser reconhecidas no resultado da Companhia. A principal diretriz é de conservadorismo, fazendo com que os ganhos sejam reconhecidos somente após a efetiva aferição do benefício econômico e, eventualmente, em ações consideradas de ganho mais incerto, baseados principalmente nos prognósticos dos assessores externos, podem ensejar um reconhecimento de passivo contingente. **4.4. Provisão para PCLD:** A provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa é fundamentada em análise dos créditos, que leva em consideração a perda esperada e os riscos envolvidos em cada operação, e é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber. **4.5. Provisão para perdas de estoques:** As provisões para perda de estoque de baixa rotatividade ou obsoletos, ou aquelas constituídas para ajustar ao valor de mercado, são analisadas periodicamente e contabilizadas quando aplicável. **4.6. Impostos, contribuições e tributos:** Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo e da complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, bem como os tributos diferidos, são registrados com base nas diferenças temporárias entre as bases contábeis e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente e os aspectos mencionados na nota explicativa 20. **5. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações: 5.1. Alterações adotadas pela Companhia:** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023: **• Alteração ao IAS 1/CPC 26(R1) e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis:** A alteração do termo "políticas contábeis significativas" para "políticas contábeis materiais". A alteração também define o que é "informação de política contábil material", explica como identificá-las e esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. O "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements", também alterado, fornece orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. **• Alteração ao IAS8/CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:** a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. **• Alteração ao IAS 12/CPC 32 - Tributos sobre o Lucro:** a alteração requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exige o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. As alterações mencionadas acima não produziram impactos materiais nas demonstrações financeiras da Companhia. **6. Resumo das principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas contábeis foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, exceto quando diferentemente demonstrado. **6.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de 90 dias ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. **6.2. Contas a receber de clientes:** Estão apresentadas pelo valor de realização, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data dos balanços. A provisão para perdas com créditos é fundamentada em análise dos créditos, que leva em consideração a perda esperada e os riscos envolvidos em cada operação, e é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber. **6.3. Receita operacional:** A receita operacional é reconhecida quando (i) as obrigações de desempenho são satisfeitas, ou seja, quando a Companhia transfere o controle de um produto para um cliente, (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo na gestão dos produtos vendidos, e (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. Adicionalmente, é necessário que as especificações técnicas requeridas em contrato que são estabelecidas por padrões globais, e que tem referência no manual farmacêutico (Farmacopéia), procedimento usual neste segmento de negócio sejam satisfeitas. A Companhia emite um certificado de análise que consta todos os testes, resultados e as especificações de acordo com as referências descritas no parâmetro Global. Ao término do processo de análise dos produtos, pelo departamento de controle de qualidade, os produtos são liberados para o faturamento. O parágrafo B84 do CPC47 estabelece esta previsibilidade como prática aceitável no reconhecimento de vendas. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações, conforme nota explicativa 21. **6.4. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As principais receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem (i) receita de juros de aplicação financeira, (ii) despesa de juros de empréstimos e (iii) ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros. A receita e despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. **6.5. Subvenções para investimento:** A Companhia tem incentivos fiscais de ICMS concedidos pelos governos estaduais do Rio de Janeiro através do Convênio ICMS nº 10/2002, a Companhia é beneficiária da isenção do ICMS nas operações com medicamento destinado ao tratamento dos portadores do vírus da AIDS. O referido benefício encontra-se de acordo com os termos da Lei Complementar nº 24/75, uma vez que foi concedido através de convênio celebrado entre Estados e o Distrito Federal. Com fundamento na Lei Complementar nº 160/2017, os governos estaduais celebraram o Convênio ICMS 190/2017, remitindo e anistiando os créditos tributários do ICMS decorrentes dos benefícios fiscais deste imposto, instituídos por legislação estadual publicada até 8 de agosto de 2017, desde que referidos poderes tributantes cumpram determinadas exigências, nos prazos determinados. O valor da subvenção para investimento será excluído da base de apuração do Lucro Real (IRPJ e CSLL), de acordo com o artigo 30 da Lei nº 12.973/14, também não pode ser distribuído aos acionistas como dividendos, motivo pelo qual o valor anual do benefício foi transferido da rubrica de Reservas de Lucros para Reservas de Incentivos Fiscais, no patrimônio líquido. Esta reserva somente pode ser utilizada para incorporar-se ao capital social ou para absorção de prejuízos. **6.6. Moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do período. As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado no período em que ocorrerem. **6.7. Custos dos empréstimos:** Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado financeiro do exercício em que são incorridos. **6.8. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** [illegible] ... ajustada. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. As perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **6.11. Estoques:** Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo médio de produção ou preço médio de aquisição e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio de aquisição. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda. As provisões para perda de estoque de baixa rotatividade ou obsoletos, ou aquelas constituídas para ajustar ao valor de mercado, são analisadas periodicamente e contabilizadas quando aplicável. **6.12. Fornecedores:** São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário e quando aplicável, essas obrigações são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **6.13. Provisões:** As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. **6.14. Benefícios a empregados pós emprego (Plano de Saúde):** A Companhia concede aos empregados benefícios como seguro de vida, seguro saúde e odontológico, participação nos lucros, dentre outros, os quais respeitam o regime de competência em sua contabilização, sendo cessados ao término do vínculo empregatício com a Companhia. Os benefícios pós-emprego existentes referem-se ao plano de assistência médica. O custo do serviço corrente e os juros de apropriação do valor presente do passivo são reconhecidos na demonstração do resultado e os ganhos e perdas atuariais gerados pela remensuração do passivo, as atualizações atuariais são mantidas no patrimônio líquido (resultado abrangente). O reconhecimento destes benefícios se dá pela forma disposta pela Deliberação CVM nº 695, de 13/12/2012, que aprovou o Pronunciamento CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados. **6.15. Instrumentos financeiros:** A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e pelo custo amortizado. A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos na categoria "passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado". ***6.15.1. Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento:*** A Companhia determina a classificação dos seus instrumentos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando se torna parte das disposições contratuais do instrumento, que são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo montante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. ***6.15.2. Ativos e passivos financeiros não derivativos - mensuração:*** *Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:* Os instrumentos financeiros mantidos pela Companhia são mensurados ao valor justo por meio do resultado com base tanto no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros quanto nas características de fluxo de caixa contratual do instrumento financeiro. Os instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. *Instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado:* Os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado, são mantidos pela Companhia para gerar fluxos de caixas contratuais decorrentes do valor principal e juros, quando aplicável aos ativos financeiros, menos qualquer redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. **7. Patrimônio líquido: a. Capital social:** Em 31 de dezembro de 2023, o capital social autorizado, subscrito e integralizado da Companhia é de R$ 89.230 (R$ 89.230 em 31 de dezembro de 2022) e está representado e dividido entre seus acionistas conforme abaixo:

Participação societária em 31 de dezembro de 2023	Número de Ações Ordinárias	Número de Ações Preferenciais	%	Total
Acionistas controladores	9.145.594	–	77	9.145.594
Alta Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior - FIP Alta	2.613.028	118.773	23	2.731.801
	11.758.622	**118.773**	**100**	**11.877.395**

Participação Societária em 31 de dezembro de 2022	Número de Ações Ordinárias	Número de Ações Preferenciais	%	Total
Acionista controlador e demais acionistas	9.145.594	–	77	9.145.594
Alta Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior - FIP Alta	2.613.028	118.773	23	2.731.801
	11.758.622	**118.773**	**100**	**11.877.395**

Instrumento Particular de Outorga de Opções de Compra e de Venda de Ações e Outra Avenças: Conforme notificado para o mercado no dia 11 de janeiro de 2024, o acionista FIP Alta exerceu uma opção de venda que detinha contra os Acionistas Fundadores da Nortec Química, da qual a Companhia é solidária, referente à 20% de participação societária na Empresa. Nos termos acordados, a data limite para o pagamento é até o dia 08 de maio de 2024 e o valor será equivalente ao menor entre (i) R$ 32.000.000,00 (trinta e dois milhões de reais); e (ii) o montante efetivamente desembolsado pelo FIP Alta, a título de "Pagamento à Vista", nos exatos termos do Contrato de Compra e Venda - BNDESPAR, corrigido pela variação positiva do IPCA desde esta data até a data do efetivo pagamento do preço de exercício da Opção de Venda." ***Ações ordinárias:*** Todas as ações têm os mesmos direitos com relação aos ativos líquidos residuais da Companhia. Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão o direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia. ***Ações preferenciais:*** Cada ação preferencial nominativa, escritural, conversível e sem valor nominal de emissão da Companhia terá direito a um voto nas assembleias gerais da Companhia. Os titulares de Ações Preferenciais Conversíveis, que possuem prioridade na distribuição de dividendos cumulativos, terão o direito de receber tais dividendos à conta das reservas de capital da Companhia, para os fins do artigo 17, §6º da Lei das Sociedades por Ações. A totalidade das Ações Preferenciais Conversíveis será obrigatória e automaticamente conversível em ações ordinárias de emissão da Companhia, à razão de 1 (uma) Ação Preferencial Conversível para 1 (uma) ação ordinária de emissão da Companhia, na data em que todos os dividendos forem efetivamente recebidos pelos titulares das Ações Preferenciais Conversíveis (ver item (b) a seguir). A conversão das Ações Preferenciais Conversíveis aqui prevista será feita (a) pela Companhia, de ofício; ou (b) mediante solicitação escrita dos detentores das Ações Preferenciais Conversíveis. **b. Dividendos:** Conforme determina o estatuto social da Companhia deve distribuir aos seus acionistas, a título de dividendo mínimo obrigatório relativo a cada exercício fiscal findo em 31 de dezembro, uma quantia não inferior a 25% do resultado do exercício, ajustado na forma da lei 6.404/76. Consta no artigo 7º do Estatuto da Companhia alterado na data de 20 de maio de 2021 o pagamento preferencial a título de dividendos nas datas de 15 de maio de 2022, no valor de R$ 1.255, 15 de maio de 2023, no valor de R$ 2.288, e 15 de maio de 2024, no valor de R$ 2.288. Os pagamentos devem ser corrigidos a partir da data de 20 de maio de 2021 até o último dia anterior ao pagamento dos dividendos, à taxa de 1,5 % ao ano com base em um ano calendário de 252 dias úteis, composto com a TLP, mais o montante equivalente a 5% da receita líquida obtida pela Companhia com a comercialização do produto Fumarato de Tenofovir, nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021 e 2022 e no exercício social a findar em 31 de dezembro de 2023, com os pagamentos nas datas mencionadas acima, limitado ao valor de R$ 2.000. Os dividendos mínimos e preferenciais foram calculados e propostos para distribuição conforme detalhado abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	34.037	29.364
Constituição da reserva legal - 5%	(1.702)	(1.468)
Constituição de reserva incentivos fiscais (ICMS - Convênio 10/2002)	(21.878)	(18.099)
Base de cálculo	**10.457**	**9.797**
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	2.614	2.449
Dividendos adicionais	5.470	4.525
Total de dividendos a distribuir	**8.084**	**6.974**
Percentual do lucro líquido	**24%**	**24%**
A pagar como dividendos - preferenciais	382	754
A pagar como juros sobre o capital próprio	2.463	2.811
Dividendos e juros sobre capital próprio - preferenciais	**2.845**	**3.565**
A pagar como dividendos - Mínimo e adicional	702	721
A pagar como juros sobre capital próprio - Mínimo e adicional	4.537	2.688
Dividendos e juros sobre capital próprio - ordinárias	**5.239**	**3.409**
Total de dividendos a pagar (A)	**1.084**	**1.474**
Total de juros sobre capital próprio a pagar (B)	**7.000**	**5.500**
Juros sobre capital próprio	7.000	5.500
Imposto de renda - Juros sobre capital próprio	(529)	(314)
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar (A+B)	**7.555**	**6.661**

A administração da Companhia aprovou, em AGE, realizada no dia 29 de dezembro de 2023, a distribuição de Proventos na forma de Juros sobre o Capital Próprio no valor de R$ 7.000, respeitando as legislações pertinentes. ***c. Natureza e propósito das reservas: Reserva Legal:*** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. ***Reserva de Incentivos Fiscais:*** Os efeitos desse cálculo são registrados no resultado do exercício como "deduções de vendas" e no encerramento do exercício é transferido do lucro destinado para a reserva de incentivos fiscais (patrimônio líquido) no montante de R$ 21.879 em 31 de dezembro de 2023. ***Reserva de retenção de lucros:*** É constituída com a finalidade de assegurar a disponibilidade de recursos próprios para o desenvolvimento dos negócios sociais e destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital para projeto de expansão da planta fabril da Companhia. De acordo com o art. 199 da Lei nº 6.404/76, alterado pela Lei nº 11.638/07, estabelece que o somatório das Reservas de Lucros, exceto as Reservas de Contingências, Incentivos fiscais e Lucros a Realizar, não poderá ser superior ao montante do Capital Social. **8. Imposto de renda e contribuição social:** Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal combinada:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	34.462	29.892
Efeito na base do IRPJ e da CSLL sobre:		
Adições (exclusões):		
Despesas não dedutíveis	3.457	2.447
Provisão de Perdas com Estoque	2.657	874
Provisão para contingências	–	71
Provisão para PCLD	1.006	980
Participações de Dirigentes	–	–
Provisão C/Benefícios Pós Emprego	129	1.724
Exclusões:		
Reversão de Provisão de Perdas com Estoque	(1.604)	(2.023)
Reversão de Contingências	(71)	–
Reversão de PCLD	(1.091)	(949)
Juros sobre o capital próprio	(7.000)	(5.500)
Incentivos Fiscais	(21.879)	(18.099)
Receita de Correção Monetária S/Indébito Tributário	(1.992)	(1.124)
Receita de Ressarcimento oriunda de Benefícios Fiscais (Sub. Investimento)	(5.014)	(5.948)
Dispêndios C/Pesquisa e Desenvolvimento Lei do Bem nº 11.196/2005 Art.19	(667)	–
Outros	(2.393)	(4.129)
Lucro tributável	–	(1.784)
Imposto de renda e da contribuição social - 34%	–	–
Outros	–	–
Imposto de renda e contribuição social correntes	–	2.581
Imposto de renda e contribuição social diferidos	425	(2.053)
Alíquota efetiva	–	9%

9. Instrumentos financeiros: 9.1. Gestão de risco de capital: A Companhia administra seu capital, para assegurar que ela possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido, composto pelos (empréstimos detalhados na nota explicativa 14), deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, divido pelo patrimônio líquido da Companhia (que inclui capital emitido, reservas, lucros acumulados), conforme apresentado nas Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido. O índice de alavancagem em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 está demonstrado a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Total dos empréstimos (Nota 14)	59.843	44.703
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	(40.778)	(12.794)
Menos: aplicações financeiras (Nota 8)	(3.750)	(24.971)
Dívida líquida (A)	15.315	6.938
Total do patrimônio líquido (B)	232.412	206.523
Total do capital (A + B)	247.727	213.461
Índice de alavancagem financeira – %	6,18%	3,25%

9.2. Categorias de instrumentos financeiros

Ativos financeiros	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Mensurados ao custo amortizado		
Caixa e equivalente de caixa	40.778	12.794
Aplicações financeiras	3.750	24.971
Contas a receber	32.920	36.852
Passivos financeiros		
Mensurados ao custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	59.843	44.703
Fornecedores	21.845	21.158

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. **9.3. Objetivos da administração dos riscos financeiros:** O Departamento de Tesouraria Corporativa da Companhia coordena o acesso aos mercados financeiros domésticos e estrangeiros, monitora e administra os riscos financeiros relacionados às operações da Companhia. Esses riscos incluem o risco de mercado (inclusive risco de moeda, risco de taxa de juros e outros riscos de preços), o risco de crédito e o risco de liquidez. **9.4. Riscos de mercado:** Por meio de suas atividades, a Companhia fica exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de câmbio e nas taxas de juros. A Administração entende que esse risco é inerente ao perfil das operações da Companhia e ela opera equacionando de forma adequada esse risco. Logo, a Administração não usa instrumentos financeiros derivativos para administrar sua exposição aos riscos relacionados às taxas de câmbio e de juros, nem tampouco se utiliza de derivativos ou outros ativos de risco com caráter especulativo. As exposições ao risco de mercado são mensuradas em bases contínuas e acompanhadas pela Administração. **9.5. Gestão de risco de taxa de câmbio:** A Companhia faz algumas transações em moeda estrangeira; consequentemente, surgem exposições às variações nas taxas de câmbio. As exposições aos riscos de taxa de câmbio são administradas de acordo com os parâmetros estabelecidos pelas políticas aprovadas. Os resultados estão suscetíveis de sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente o dólar norte-americano. Em 2023, o dólar norte-americano sofreu uma desvalorização de 7,21% frente ao real (2022 - desvalorização de 7,39%). **9.6. Gestão do risco de taxa de juros:** ***Ativos financeiros:*** Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras no valor de R$ 44.528 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 37.765 em 31 de dezembro de 2022) são mantidos, substancialmente, em fundos de investimento e aplicações em títulos privados, emitidos por instituições financeiras de primeira linha. O risco de taxa de juros vinculados aos ativos decorre da possibilidade de ocorrerem queda nessas taxas e, consequentemente, na remuneração desses ativos. ***Passivos financeiros:*** A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros, uma vez que obtém empréstimos com taxas de juros estabelecidas nos contratos conforme mencionado na nota 14 no valor de R$ 59.843 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 44.703 em 31 de dezembro de 2022). Entretanto, as taxas obtidas nos financiamentos são baixas e os prazos de amortização são longos, comparadas a outras formas de financiamento existentes no mercado. Além disso, a Companhia tem uma Política conservadora em relação ao caixa e equivalentes de caixa, operando com saldos elevados para mitigação de risco. Como mencionado acima, este caixa e aplicações, também estão expostos (positivamente) à variação nas taxas de juros. Dessa forma, esse risco é atenuado. **9.7. Análise de sensibilidade:** a Companhia possui caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, adiantamento a fornecedores, seguro transporte e contas a pagar em moeda estrangeira além de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos atrelados a outros índices. Na elaboração da análise de sensibilidade, foram consideradas as curvas de mercado da B3 S.A. para o dólar norte-americano e as informações projetadas pelo BNDES para os seguintes índices TJLP, TLP e CDI, considerando as seguintes premissas: Definição de um cenário provável do comportamento do risco que é referenciada por fonte externa independente (Cenário Provável). Definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário Possível e Cenário Remoto, respectivamente). Em 31 de dezembro de 2023, a análise de sensibilidade dos principais ativos e passivos financeiros, expostos às variações de taxas de juros, taxas de câmbio e aos índices inflacionários, e os seus respectivos impactos no resultado do exercício, estão demonstrados para o período de 90 dias, quando deverão ser apresentadas as próximas informações trimestrais contendo tal análise. ***Riscos de taxa de juros:*** A Companhia está exposta a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações financeiras e empréstimos, cujos saldos em 31 de dezembro de 2022 e o efeito dos juros sobre as aplicações financeiras e sobre os financiamentos são apresentados abaixo:

Operação		Saldo contábil em 31/12/2023	Cenário provável de rendimento sobre aplicações e juros sobre empréstimos (a)	Ganho ou perda (b) – (a)	Cenário possível 25% (b)	Ganho ou perda (c) – (a)	Cenário remoto 50% (c)
				Efeitos dos juros sobre aplicações financeiras e sobre os financiamentos			
Aplicações Financeiras	CDI	3.750	380	678	1.057	889	1.269
Fundos de Investimentos (Caixa e Equivalentes de Caixa)	CDI	40.778	4.129	1.032	5.161	2.065	6.193
Empréstimos e Financiamentos	TJLP +/– *spread*	(6.628)	(398)	5.895	5.497	6.994	(310)
Empréstimos e Financiamentos	IPCA + *spread*	(34.171)	(3.076)	(1.249)	(4.325)	(2.114)	(5.190)
Empréstimos e Financiamentos	TR + *spread*	–	–	–	–	–	–
Total		**3.729**	**1.035**	**6.356**	**7.390**	**7.834**	**1.962**

A Selic utilizada no cenário provável foi a média entre a Selic vigente em 01/01/2024 e a projeção do Focus da primeira semana de janeiro para o fim de 2024. Nos cenários possível e remoto, esse valor foi acrescido de 25% e 50%, respectivamente. Para o IPCA, foi usada a mesma lógica. O cenário provável considera a média entre o IPCA acumulado nos últimos 12 meses em dezembro de 2023 (fonte: IBGE) e a projeção do Focus da primeira semana de janeiro para o fim de 2024. Para a TJLP, foi usada a média entre a taxa vigente no primeiro trimestre de 2024 e uma taxa estimada a partir de uma correlação entre esta e a Selic, feita pela administração, baseado em dados históricos, dado que não há projeção no Focus, ou em outra fonte confiável. ***Riscos de taxa de câmbio:*** Considerando as exposições cambiais descritas na tabela de exposição cambial mencionada na nota 25.7, a análise de sensibilidade quanto à posição em aberto de 31 de dezembro de 2023:

Operações Cambiais		Saldo contábil em 31/12/2023	Cenário provável (a)	Ganho ou perda (b) – (a)	Cenário possível 25% (b)	Ganho ou perda (c) – (a)	Cenário remoto 50% (c)
Caixa e equivalente de caixa (contratos de câmbio de clientes estrangeiros)	Dólar/Real	11.791	12.226	3.057	15.283	6.113	18.339
Contas a receber de clientes estrangeiros	Dólar/Real	2.853	2.958	740	3.698	1.479	4.437
Adiantamento a fornecedores	Dólar/Real	557	578	144	722	289	866
Seguro Transporte	Dólar/Real	(39)	(40)	(10)	(51)	(20)	(61)
Fornecedores estrangeiros	Dólar/Real	(16.011)	(16.602)	(4.150)	(20.752)	(8.301)	(24.903)
Total		**(849)**	**(880)**	**(219)**	**(1.100)**	**(440)**	**(1.322)**

O cenário provável considera a taxa de câmbio projetada pelo Focus da primeira semana de janeiro de 2024 para o fim do ano. **9.8. Gestão de risco de crédito:** O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. A Administração adota a política de apenas negociar com contrapartes que possuam capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência. A Companhia utiliza informações financeiras disponíveis publicamente e seus próprios registros para avaliar seus principais clientes, além de contratar uma empresa independente especializada em análise de crédito. A exposição da Companhia e as avaliações de crédito de suas contrapartes são continuamente monitoradas. A exposição do crédito é controlada pelos limites das contrapartes, que são revisados e aprovados pela Administração. O saldo de contas a receber de clientes no montante de R$ 32.920 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 36.853 em 31 de dezembro de 2022), sendo a maior parte proveniente dos dez maiores clientes da Companhia, com os quais tem uma relação comercial de longa data, com histórico sólido de adimplência de suas obrigações financeiras. As demais contas a receber de clientes estão compostas por um grande número de clientes em diferentes áreas geográficas. Uma avaliação contínua do crédito é realizada na condição financeira das contas a receber. Para fazer face a possíveis perdas com créditos de liquidação duvidosa, é avaliada a necessidade de constituir-se provisão para créditos de liquidação duvidosa para a cobertura desse risco. A Companhia não está exposta ao risco de crédito com relação a garantias financeiras concedidas a bancos. Adicionalmente, a Companhia não detém nenhuma garantia ou outras garantias de crédito para cobrir seus riscos de crédito associados aos seus ativos financeiros. As operações com instituições financeiras (caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras), no valor de R$ 44.528 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 37.765 em 31 de dezembro de 2022), são distribuídas em instituições de primeira linha, evitando risco de concentração. O risco de crédito das aplicações financeiras é avaliado através do estabelecimento de limites máximos de aplicação nas contrapartes, considerando os "*ratings*" publicados pelos principais agências de risco internacionais para cada uma destas contrapartes. **9.9. Gestão de risco de liquidez:** A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Diretoria Financeira. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias para captação de empréstimos que julgue adequadas, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. A Companhia possui linhas de crédito não utilizadas à disposição para reduzir ainda mais o risco de liquidez. **10. Resultado por ação:** A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, nos montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido	34.037	29.364
Quantidade de ações em circulação - média ponderada (em milhares)	11.877	11.877
Resultado por ação (básico e diluído)	2,8657	2,4723

11. Resultado por segmento: A Receita da Companhia se deve inteiramente à pesquisa e desenvolvimento, fabricação e comercialização de produtos farmoquímicos, sendo assim, os resultados apresentados nas demonstrações financeiras são totalmente atribuíveis à este segmento. **12. Eventos Subsequentes: • Instrumento Particular de Outorga de Opções de Compra e de Venda de Ações e Outra Avenças.** Conforme mencionado na nota 19, no dia 08 de janeiro de 2024, o acionista FIP Alta exerceu uma opção de venda que detinha contra os Acionistas Fundadores da Nortec Química, da qual a Companhia é solidária, referente à 20% de participação societária na Empresa. Nos termos acordados, a data limite para o pagamento é até o dia 08 de maio de 2024 e o valor será equivalente ao menor entre (i) R$ 32.000.000,00 (trinta e dois milhões de reais); e (ii) o montante efetivamente desembolsado pelo FIP Alta, a título de "Pagamento à Vista", nos exatos termos do Contrato de Compra e Venda - BNDESPAR, corrigido pela variação positiva do IPCA desde esta data até a data do efetivo pagamento do preço de exercício da Opção de Venda." Este valor será pago pela Companhia, por meio de um financiamento bancário que se encontra em fase avançada de negociação.

A DIRETORIA

Marco Antônio Souza Medeiros - Contador CRC - RJ 084.090/O-7 - CPF 009.526.197-41

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas Nortec Química S.A.. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Nortec Química S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria:** Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Porque é um PAA: Reconhecimento da receita de vendas (Notas 6.3 e 21):** As receitas da Companhia derivam essencialmente da comercialização de produtos farmoquímicos, que geralmente são reconhecidas no momento em que ocorre a transferência do controle sobre o ativo ao cliente. O processo de reconhecimento das receitas de vendas da Companhia requer controles da administração para análise e monitoramento, a cada transação, do prazo de entrega dos produtos para os clientes, momento esse em que ocorre a transferência do controle dos produtos comercializados ao cliente, bem como requer a necessidade de manutenção de rotinas para identificar e mensurar as vendas faturadas e não entregues no final do exercício. Devido à relevância das transações de vendas no contexto das demonstrações financeiras e da necessidade de controles para determinar o momento adequado para o reconhecimento da receita, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e discussão do processo de reconhecimento de receita, incluindo os critérios definidos pela administração para determinação do prazo de entrega dos produtos dos clientes, que é utilizado para monitoramento e cálculo do ajuste do corte das vendas no final do exercício. Analisamos, em base amostral, transações de vendas ocorridas antes e depois da data de encerramento do exercício, de maneira a observar se a receita foi reconhecida na competência correta. Também inspecionamos os respectivos comprovantes de entrega dos produtos aos clientes, a fim de confrontar o prazo efetivo da entrega com o prazo médio estimado pela Companhia em seu ajuste de corte das vendas. Efetuamos leitura das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras. Consideramos que os critérios adotados pela administração para o reconhecimento da receita no correto período de competência, são razoáveis e consistentes com as informações e documentos apresentados. **Outros assuntos: Demonstração do Valor Adicionado:** A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Rio de Janeiro, 28 de março de 2024. PricewaterhouseCoopers - Auditores Independentes Ltda. - CRC 2SP000160/F-5; Cáren Henriete Macohin - Contadora CRC 1PR038429/O-3 "T" SC.

SANEPAR — PARANÁ GOVERNO DO ESTADO

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ – SANEPAR
COMPANHIA ABERTA
REGISTRO CVM 01862-7 - CNPJ/MF 76.484.013/0001-45
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA
60ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Data: 29 de abril de 2024
Horário: 14h00
Local: Sede social da Companhia, na Rua Engenheiros Rebouças, 1.376, em Curitiba/PR.
Ficam os Senhores Acionistas convocados, para se reunir em Assembleia Geral Ordinária em 29 de abril de 2024, às 14h00, na sede social da Companhia, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia:
Item 1 – Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis referente ao exercício encerrado em 31/12/2023;
Item 2 – Destinação dos Lucros, conforme proposta da Administração;
Item 3 – Fixação do montante global da remuneração da Administração, do Conselho Fiscal e Comitês Estatutários, a saber Comitê de Auditoria Estatutário, Comitê de Elegibilidade e Comitê Técnico, conforme proposta da Administração;
Item 4 – Destituição de membros do Conselho Fiscal;
Item 5 – Eleição de membros do Conselho Fiscal;
Item 6 – Eleição dos membros do Conselho de Administração.
Participação do Acionista
A participação do acionista poderá ser pessoal ou por procurador devidamente constituído.
Acionista Presente
O acionista que desejar participar da Assembleia Geral deverá se apresentar, preferencialmente, com 30 minutos de antecedência do horário indicado no Edital de Convocação, portando os seguintes documentos:
(a) para pessoas físicas: documento de identidade (RG, RNE, RNM, CNH ou carteira de classe profissional oficialmente reconhecida);
(b) para pessoas jurídicas: último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e - documento de identidade com foto do representante legal;
(c) para fundos de investimento: último regulamento consolidado do fundo; - estatuto social; e - documento de identidade com foto do representante legal.
Para todos, comprovante da qualidade de acionista da Companhia, expedido por instituição financeira depositária, por agente de custódia ou por posição acionária emitida pela Sanepar.
Acionista Representado por Procurador
O acionista que não puder comparecer e desejar participar da Assembleia Geral poderá constituir procurador com poderes para representá-lo.
Conforme previsto na Lei das Sociedades Anônimas (Lei nº 6.404, de 15.12.1976, parágrafo 1º do art. 126), o acionista pode ser representado na Assembleia Geral por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado; na companhia aberta, o procurador pode, ainda, ser instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar os condôminos.
Nesse sentido os documentos necessários são:
- Instrumento de mandato (procuração) com poderes especiais para representação na Assembleia Geral da Sanepar, com reconhecimento de firma do outorgante (acionista) na forma prevista na Lei 6.404/76, ou por assinatura digital qualificada – com certificação digital emitida por Autoridade Certificadora, sendo apenas esse o formato aceito para procurações encaminhadas por meio digital.
- Estatuto Social ou Contrato Social e instrumento de eleição/designação dos administradores no caso de o outorgante ser pessoa jurídica; e
- Comprovante de titularidade das ações de emissão da Companhia, expedido pela instituição depositária e/ou custodiante ou posição acionária emitida pela Sanepar.
Acionista Estrangeiro Presente à Assembleia
O acionista estrangeiro deverá apresentar a mesma documentação que o acionista brasileiro, ressalvado que os documentos deverão ser notarizados e traduzidos, observado o Decreto Nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016.
Obs.: A Assembleia Geral será realizada na língua oficial do País.
Boletim de Voto a Distância - BVD:
Com o objetivo de cumprir a regulamentação a participação de seus acionistas, a Sanepar adotará o sistema de votação a distância nos termos da Resolução CVM nº 81/2022, a qual regulamentou os artigos 121 e 127 da Lei 6.404/1976, permitindo que seus acionistas enviem boletins de voto a distância por meio de seus respectivos agentes de custódia, escriturador, ou diretamente à Companhia, conforme as seguintes orientações:
O acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância poderá: (i) transmitir as instruções de preenchimento para seus respectivos custodiantes; ou (ii) para o agente escriturador das ações de emissão da Companhia; ou (iii) preencher e enviar o Boletim diretamente à Companhia, conforme orientações abaixo:
(i) Exercício de voto por meio dos agentes de custódia
O acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância por intermédio de seu respectivo agente de custódia da Companhia deverá transmitir as suas instruções de voto observando as regras determinadas por estes, o qual encaminhará referidas manifestações de voto à Central Depositária da B3. Os acionistas deverão entrar em contato com os seus respectivos agentes de custódia, para verificar os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto via boletim, bem como os documentos e informações exigidos para tanto.
(ii) Exercício de voto por meio do agente escriturador
O acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância por intermédio de seu respectivo agente escriturador das ações de emissão da Companhia deverá transmitir as suas instruções de voto observando as regras determinadas por este, o qual encaminhará referidas manifestações de voto à Companhia. Os acionistas deverão entrar em contato com o seu respectivo agente escriturador das ações de emissão da Companhia para verificar os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto via boletim, bem como os documentos e informações exigidos para tanto.
Instituição contratada pela Companhia para prestar serviço de escrituração de valores mobiliários:
Banco Bradesco S.A.
Núcleo Cidade de Deus - Prédio Amarelo, S/Nº
06029-900 - Osasco – SP
Atendimento a acionistas:
Telefone: 0800-7011616
E-mail: **dac.acecustodia@bradesco.com.br**
(iii) Exercício do voto diretamente à Companhia - O acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância poderá fazê-lo diretamente à Companhia por meio do endereço eletrônico bvd@sanepar.com.br, encaminhando:
(i) Boletim de voto a distância devidamente preenchido, rubricado e assinado; e
(ii) cópia autenticada dos seguintes documentos:
(a) para pessoas físicas: - documento de identidade com foto do acionista;
(b) para pessoas jurídicas: - último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e - documento de identidade com foto do representante legal;
(c) para fundos de investimento: - último regulamento consolidado do fundo; - estatuto social; e - documento de identidade com foto do representante legal.
Alternativamente, o acionista poderá encaminha-lo fisicamente, bem como a documentação pertinente à sede social da Sanepar, situada na Rua Engenheiros Rebouças nº 1376, Curitiba, PR, CEP 80215-900, A/C Gerência de Governança - GGOV, observado o prazo limite.
Quando do envio do boletim diretamente à Companhia: Caso a Companhia verifique que o boletim não esteja em sua última versão ou se o boletim não foi correta e integralmente preenchido, observadas as questões pertinentes a cada tipo de ação, ou devidamente acompanhado dos documentos descritos no item (ii), o Boletim será desconsiderado e o acionista informado da necessidade de retificação por meio do endereço de e-mail "bvd@sanepar.com.br".
Ainda neste sentido, a responsabilidade do envio do boletim de voto a distância e do recebimento em tempo (D-7 => 22/04/2024) para Assembleia cabe ao acionista da Companhia. Por fim, a data limite (D-7 => 22/04/2024) para o acionista votar pode variar conforme calendário de fim de semana e feriados.
Do Encaminhamento de Documentação de Representação
Com vistas a agilizar os trabalhos, solicita-se que os documentos requeridos nos itens acima, que permitem a participação ou representação do acionista na Assembleia, sejam encaminhados, preferencialmente, com 72 horas de antecedência da data designada para a realização da Assembleia, por meio do endereço eletrônico **secretaria.governanca@sanepar.com.br** com o Assunto: **60ª Assembleia Geral Ordinária**, ou fisicamente para:
Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR,
A/C Gerência de Governança - GGOV
Rua Engenheiros Rebouças, 1376, Bairro Rebouças
Curitiba, Paraná
CEP 80215-900
A responsabilidade do envio de qualquer documentação e do recebimento em tempo para Assembleia cabe ao acionista da Companhia.
No entanto, vale destacar que, nos termos do §2º do artigo 5º da Resolução CVM nº 81/2022, o acionista que comparecer à Assembleia munido dos documentos exigidos pode participar e votar, ainda que tenha deixado de depositá-lo previamente, conforme solicitado pela Companhia.
Permanecem à disposição dos acionistas, na página de Relações com Investidores da Companhia (http://ri.sanepar.com.br) e na página da CVM (www.cvm.gov.br), os documentos pertinentes às matérias a serem debatidas na AGO, conforme ordem do dia acima, em atenção ao disposto na Resolução CVM nº 81 de 29 de março de 2022 e na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Curitiba, 27 de março de 2024.
Eduardo Francisco Sciarra
Presidente interino do Conselho de Administração

abrasca — SAPR B3 LISTED N2

Infraestrutura Licitações da BR-040 e da PPP do Lote Litoral Paulista têm potencial para gerar, juntas, R$ 9 bilhões de investimentos

Leilão de rodovias em abril vai testar potencial do mercado

Taís Hirata
De São Paulo

O mercado de concessões de rodovias terá um teste importante em abril, quando deverão ser realizados dois leilões relevantes, com obras estimadas em R$ 9 bilhões. No dia 11, está prevista a licitação federal da BR-040, entre Belo Horizonte e Juiz de Fora (MG) e, no dia 16, o governo de São Paulo planeja leiloar a PPP (Parceria Público-Privada) do Lote Litoral Paulista.

O setor de rodovias enfrenta dúvidas sobre o interesse de investidores pelos novos projetos em estruturação. O mercado encerrou 2023 em alerta, após o cancelamento do leilão da BR-381 em Minas Gerais, em novembro, pela falta de propostas. Porém, a avaliação de analistas é que aquele era um projeto especialmente desafiador e problemático, e que o cenário não deverá se repetir nos leilões de abril. A previsão é que as duas licitações atraiam ofertas, mas há incerteza sobre o nível da concorrência.

"O mercado está difícil, mas a BR-381 é um ponto fora da curva. O trecho sul da BR-040 é atrativo, mais de nove empresas fizeram visitas. É um ativo com retorno interessante, volume de tráfego bom", afirma Marcos Ganut, sócio-diretor da Alvarez & Marsal.

Ele também aponta desafios no projeto, pelo perfil da rodovia, com fluxo alto de caminhões, o que demanda gastos de manutenção elevados. "Mas o balanço entre obra, custos operacionais e risco de tráfego é positivo."

A concessão da BR-040 vai da capital mineira a Juiz de Fora e prevê R$ 5 bilhões em obras, além de custos operacionais estimados em R$ 3,53 bilhões, nos 30 anos de contrato. Na disputa, vencerá quem oferecer o maior desconto sobre a tarifa de pedágio.

Entre os potenciais interessados no leilão, são citadas companhias como CCR, Pátria, EPR (Equipav e Perfin), Ecorodovias, além de empresas de construção.

O leilão também é emblemático porque traz uma solução parcial ao imbróglio da relicitação da Via040, concessão da Invepar que deu errado e está sendo devolvida ao governo, para que seja entregue a um novo operador.

A Invepar tenta devolver a concessão desde 2017, mas só em 2020 conseguiu firmar o contrato de relicitação. Naquele momento, a expectativa era que o novo leilão fosse feito até 2022, mas houve uma série de atrasos, até que, em 2023, a Justiça teve que garantir que a Invepar seguiria operando a via até a relicitação. O leilão, porém, não resolve totalmente o problema: ainda faltará relicitar outro trecho da Via040, de Belo Horizonte a Goiás.

Apesar de o projeto estar ligado à relicitação, a avaliação é que isso não traz risco jurídico ao leilão porque os processos foram desvinculados pelo desenho do edital, aponta Lucas Sant'anna, sócio do Machado Meyer.

O segundo leilão de abril, da PPP do Lote Litoral Paulista, também passou por idas e vindas nos últimos anos, mas a expectativa é que agora será bem sucedido. "São trechos que a iniciativa privada já conhece e estuda há muito tempo. Deve haver interessados", avalia Sant'anna.

> "Pode haver um excesso de lotes no calendário de licitações"
> *Rodrigo Campos*

Na PPP, que prevê R$ 4,3 bilhões em obras, parte dos recursos virão do Estado, que pagará anualmente uma contraprestação à concessionária de, no máximo, R$ 199 milhões por ano. No leilão, vencerá quem oferecer o maior desconto sobre esse montante. Existe ainda a possibilidade de interessados oferecerem deságio de 100%, zerando a contraprestação. Neste caso, a disputa passa a ser pela maior outorga.

O projeto do Litoral Paulista foi iniciado pelo governo paulista na gestão passada, que não conseguiu tirar o leilão do papel devido à resistência da prefeitura de Mogi das Cruzes, pela qual passa o trecho licitado. A solução dada pela nova equipe foi transformar o contrato em uma PPP, o que permitiu uma tarifa de pedágio menor e reduziu as críticas.

Um dos grupos que analisa a licitação é Ecorodovias. A empresa tem especial interesse no projeto porque já opera o sistema Anchieta-Imigrantes, que liga a capital ao litoral paulista e cuja demanda concorre em parte com rodovias do novo lote. A avaliação no mercado é que a companhia pode querer garantir a hegemonia no trajeto. Outras companhias como CCR, EPR e Starboard (que estreou no setor em 2023, com a vitória no leilão do Rodoanel Norte) também são apontadas como possíveis concorrentes.

Procurada, a Ecorodovias diz que acompanha "com interesse os programas de concessões anunciados pelos governos federais e estaduais para avaliar oportunidades". A CCR afirma que "analisa todas as oportunidades nas três plataformas em que atua, com seletividade". A EPR diz que "tem como disciplina avaliar as oportunidades do setor". A Starboard e o Pátria não comentam.

Apesar da expectativa de sucesso nos leilões em abril, entre analistas a perspectiva é que o cenário para os leilões de rodovias em 2024 será difícil, devido ao volume de novas concessões em estruturação pelos governos.

"Pode haver um excesso de lotes no calendário de licitações. Por um lado, há uma multiplicidade de perfis de projetos, o que pode atrair entrantes. Mas há preocupação de que os grupos do setor não consigam dar conta de tantas licitações. Os leilões de abril serão um bom termômetro", avalia Rodrigo Campos, sócio do Vernalha Pereira Advogados.

Na visão de Ganut, hoje o cenário para a atração de novos investidores a concessões de rodovias não é otimista. "Está difícil. Ainda que os fundamentos econômicos do país estejam bem, a atratividade para o investidor é limitada. Um problema é o retorno dos projetos em dólar. Além disso, nos últimos anos vivemos mudanças de regras, isso ainda traz incerteza", afirma.

Próximas licitações

Mercado de rodovias terá dois leilões em abril

1
Data do leilão: 11 de abril
Modalidade: Concessão plena
Investimento previsto (capex): R$ 5 bilhões
Extensão: 232,1 km
Prazo: 30 anos

2
Data do leilão: 16 de abril
Modalidade: Parceria Público-Privada
Investimento previsto (capex): R$ 4,3 bilhões
Extensão: 213 km
Prazo: 30 anos

Fontes: Ministério dos Transportes, Secretaria de Parcerias de Investimentos do governo de São Paulo

Na celulose, curto prazo é bom e o médio pode ser ainda melhor

Análise

Stella Fontes
De São Paulo

Os preços da celulose de fibra curta vêm surpreendendo mês a mês, a ponto de mais um reajuste ser esperado para maio, na contramão do que analistas e os próprios produtores projetavam para essa época de 2024. Mas se o curto prazo está melhor do que o previsto, mesmo sendo inevitável alguma volatilidade com o início de operação do Projeto Cerrado, da Suzano, os anos de 2026 e 2027 vão se apresentando como um período potencialmente ainda mais promissor em termos de preços para a matéria-prima.

Com capacidade instalada de 2,55 milhões de toneladas por ano de celulose de eucalipto, Cerrado vai começar a produzir até o fim de junho. A expectativa é de vendas de 700 mil toneladas ainda em 2024, volume que corresponde a menos da metade do crescimento orgânico da demanda global de celulose em um ano, de 1,5 milhão a 2 milhões de toneladas. É a maior linha única do mundo e, após sua partida, não há previsão de novo degrau na oferta, da mesma proporção, ao menos até 2028.

Depois da nova fábrica da Suzano, que somente em 2025 deve alcançar ritmo pleno de operação, haverá a inauguração de novas capacidades. Mas nenhuma, ao menos que tenha se tornado pública até o momento, tem o mesmo porte de Cerrado. Nessa linha, o próximo grande projeto é Sucuriú, da chilena Arauco, também em Mato Grosso do Sul, com 2,5 milhões de toneladas por ano e partida programada para o primeiro trimestre de 2028.

É bastante provável que novas linhas entrem em operação na China nesse meio tempo. Contudo, quando o assunto é o país asiático, nunca há certeza total sobre volumes futuros ou investimentos em curso. Ainda em 2024, a Shandong Huatai Paper deve partir uma linha de 700 mil toneladas anuais. A informação é pública.

Contudo, em um relatório de 15 de março, analistas do Bank of America (BofA) apontaram que, durante a tentativa de implementação do reajuste de US$ 30 por tonelada anunciado para o mercado asiático em março, compradores estariam mais resistentes, citando 6 milhões de toneladas adicionais que chegarão ao mercado até o fim de 2024, entre Brasil e China.

Considerando-se os volumes de Suzano e Shandong, haveria, portanto, mais 2,75 milhões de toneladas a caminho. Não é impossível, mas até o momento esse volume adicional mencionado não foi suficiente para barrar reajustes. Da mesma forma, mesmo que sejam de fato 6 milhões de toneladas a mais, somadas em projetos pulverizados, o volume de fechamentos de capacidade de fibra branqueada, de alto custo, segue surpreendendo e desequilibrando a relação entre oferta e demanda.

Desde o início do ano passado até fevereiro, 2,6 milhões de toneladas de celulose branqueada, de fibra curta e longa, foram retiradas de operação. Embora o grosso seja de fibra longa, o impacto sobre a fibra curta é quase imediato, com migração do consumo para a matéria-prima que está mais disponível.

Os preços correntes confirmam essa tendência. Segundo a StoneX, que negocia contratos de derivativos na norueguesa Norexeco, única bolsa de futuros especializada em papel e celulose no mundo, na última semana, enquanto a fibra longa recuou cerca de US$ 3 por tonelada no mercado físico europeu, segundo do índice Foex PIX da Fastmarkets, a fibra curta não variou. Na China, a fibra longa avançou US$ 7 e a fibra curta saltou US$ 29, confirmando que o reajuste para março foi aplicado.

Já os derivativos de fibra curta (BHKP) na Europa registraram aumento de US$ 29 ao longo da curva futura entre maio e dezembro, com preço referencial dos contratos com vencimento no terceiro trimestre de US$ 1,244 mil por tonelada, e de US$ 1,170 mil por tonelada no quarto trimestre, conforme a StoneX.

Os valores futuros estão ligeiramente abaixo dos US$ 1,380 mil do preço de referência reajustado para abril (alta de US$ 80 por tonelada), anunciado pela Suzano. E sobre os preços de referência, há incidência de descontos.

Logo, numa primeira leitura, o mercado não trabalha com correção acentuada ainda em 2024. Talvez em 2025 possa haver uma queda mais importante. Mas em 2026 e 2027, sem oferta adicional expressiva e mantido o ritmo de fechamento de capacidades de alto custo e o crescimento orgânico da procura mundial pela matéria-prima, o aperto entre oferta e demanda seguirá ditando o rumo dos preços, para cima.

US$ 1,38 mil é o preço de referência para abril

BANCO PACCAR S.A.
CNPJ/MF 28.517.628/0001-88 - NIRE 41300297746
ATA DE REUNIÃO DE DIRETORIA REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2024

1. DATA, HORA e LOCAL DA REUNIÃO: Realizada aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de março de 2024, às 10:00 horas, na sede social do Banco PACCAR S.A. ("Banco"), na cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná, na Avenida Senador Flavio Carvalho Guimarães, nº 6.000, 2º andar – parte, Bairro Boa Vista, CEP 84.072-190. 2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Dispensada a convocação diante da presença da totalidade dos membros da Diretoria. 3. MESA: Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Anderson Haiducki e secretariados pelo Sr. Neudo Pessoa de Mello Junior. 4. ORDEM DO DIA: Deliberar sobre (A) a realização, pelo Banco, de sua 1ª (primeira) emissão de letras financeiras ("Letras Financeiras"), nos termos da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, conforme alterada, da Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 5.007, de 24 de março de 2022 ("Resolução CMN 5.007"), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, a qual será objeto de distribuição pública não sujeita a registro perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), nos termos da Resolução da CVM nº 8, de 14 de outubro de 2020, conforme alterada ("Resolução CVM 8", "Emissão" e "Oferta", respectivamente); (B) uma vez aprovada a realização da Oferta, a autorização à Diretoria do Banco para (i) discutir, negociar e definir os termos e condições da Oferta, inclusive aqueles que não foram expressamente aprovados por meio desta reunião de Diretoria do Banco; (ii) celebrar todos os documentos e seus eventuais aditamentos e praticar todos os atos necessários à realização da Oferta; (iii) contratar (1) os coordenadores da Oferta, que deverão ser instituições financeiras devidamente constituídas e em funcionamento de acordo com a legislação e regulamentação em vigor, estando devidamente autorizadas a atuar no sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenadores", sendo a instituição intermediária líder o "Coordenador Líder") e (2) os demais prestadores de serviços necessários à implementação da Emissão e da Oferta, incluindo, conforme o caso, a instituição prestadora de serviços de escrituração das Letras Financeiras, o agente de letras, os assessores legais, as entidades de registro e liquidação, as agências de rating, entre outros, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos contratos de prestação de serviços; e (iv) independentemente de qualquer aprovação posterior, aditar os documentos da Oferta (1) em virtude da necessidade de atendimento às exigências da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão – Segmento Balcão B3 ("B3"), da CVM, da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA"), das câmaras de liquidação onde as Letras Financeiras estejam depositadas para negociação ou em consequência de normas legais regulamentares; (2) para correção de erros grosseiros, tais como, de digitação ou aritméticos; (3) para atualização dos dados cadastrais das partes, tais como alteração na razão social, endereço, telefone, páginas na internet, entre outros, se necessário; e/ou (4) para refletir o cancelamento de Letras Financeiras eventualmente não subscritas e integralizadas ou para prever a emissão de nova série de Letras Financeiras que por questões operacionais (não atribuíveis ao Banco) ou por ausência de integralização por investidor que houver apresentado ordem de investimento, com as mesmas características das Letras Financeiras cuja integralização não tiver ocorrido, ajustando-se, conforme aplicável, o prazo de vencimento e o Valor Nominal Unitário, sendo que todo o volume da(s) nova(s) série(s) deverá ser subscrito e integralizado em uma mesma data, conforme item 5.(xiii) abaixo; e (C) a ratificação de todos os atos já praticados pela Diretoria do Banco relacionados às matérias acima. 5. DISCUSSÕES E DELIBERAÇÕES: Os Diretores deliberaram e, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, aprovaram o quanto segue: A. a realização da 1ª (primeira) emissão de letras financeiras ("Letras Financeiras") para distribuição pública não sujeita a registro na CVM, de acordo com os seguintes principais termos e condições: (i) Número da Emissão: as Letras Financeiras representam a 1ª (primeira) emissão pública de letras financeiras do Banco; (ii) Séries: a Emissão será realizada em série única; (iii) Valor Total da Emissão: o valor total da Emissão será de até R$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), na Data de Emissão (conforme abaixo definida), conforme definido no âmbito do Procedimento de Bookbuilding, observado que o volume final de colocação das Letras Financeiras será previsto no "Instrumento Particular de Emissão de Letras Financeiras da Primeira Emissão do Banco PACCAR S.A." ("Instrumento de Emissão"), e que o montante mínimo da oferta será equivalente, na Data de Emissão, a R$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) ("Montante Mínimo da Oferta") (conforme definido no Instrumento de Emissão); (iv) Valor Nominal Unitário: as Letras Financeiras terão valor nominal unitário de R$50.000,00 (cinquenta mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário"); (v) Quantidade: serão emitidas até 10.000 (dez mil) Letras Financeiras, observado que o número de Letras Financeiras emitido será definido de acordo com a demanda pelas Letras Financeiras, a ser apurado no Procedimento de Bookbuilding, observado o Montante Mínimo da Oferta; (vi) Forma e Escrituração: as Letras Financeiras serão emitidas sob a forma escritural. A escrituração das Letras Financeiras será realizada pelo próprio Banco; (vii) Espécie: as Letras Financeiras serão da espécie quirografária, não contando com quaisquer garantias, sejam reais ou fidejussórias; (viii) Conversibilidade: as Letras Financeiras não serão conversíveis em ações de emissão do Banco; (ix) Depósito para Distribuição e Negociação: (a) Depósito para distribuição. As Letras Financeiras serão depositadas para distribuição no mercado primário por meio de sistema operacionalizado e administrado pela B3, sendo a distribuição das Letras Financeiras liquidada financeiramente por meio da B3; e (b) Depósito para negociação e custódia eletrônica. As Letras Financeiras serão depositadas para negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações das Letras Financeiras liquidadas financeiramente por meio da B3 e as Letras Financeiras custodiadas eletronicamente na B3; (x) Data de Emissão: para todos os efeitos legais, a data de emissão das Letras Financeiras será aquela definida no Instrumento de Emissão ("Data de Emissão"); (xi) Prazo e Data de Vencimento: ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Letras Financeiras, nos termos previstos no Instrumento de Emissão e depois de implementada a Condição Suspensiva de Exigibilidade de Vencimento Antecipado (conforme definida no Instrumento de Emissão), o prazo das Letras Financeiras será de 24 (vinte e quatro) meses e 10 (dez) dias contados da Data de Emissão ("Data de Vencimento das Letras Financeiras"); (xii) Coleta de Intenções de Investimento (Procedimento de Bookbuilding): será adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento, a ser organizado pelos Coordenadores, sem lotes mínimos ou máximos, para a definição, em conjunto com o Banco: (a) do valor total da Emissão, observado o Montante Mínimo da Oferta; (b) da quantidade total de Letras Financeiras objeto da Emissão; e (c) da sobretaxa ou spread aplicável à Remuneração (conforme definido no Instrumento de Emissão) ("Procedimento de Bookbuilding"). (xiii) Prazo Máximo da Oferta. A subscrição das Letras Financeiras de nova série de Letras Financeiras pelos investidores deverá ser realizada no prazo máximo de 10 (dez) dias contados da primeira data da integralização. Caso ao final do prazo máximo de subscrição das Letras Financeiras objeto da Oferta, as Letras Financeiras não tiverem sido totalmente subscritas e integralizadas: (a) os Coordenadores não se responsabilizarão pelo saldo não integralizado, caso em que: (i) o Banco deverá cancelar as Letras Financeiras não integralizadas; e (ii) as Partes realizarão o aditamento ao Instrumento de Emissão e atualização do DIE-LF para prever a quantidade de Letras Financeiras efetivamente subscritas e integralizadas; ou (b) por questões operacionais (não atribuíveis ao Banco), ou por ausência de integralização por investidor que houver apresentado ordem de investimento, os Coordenadores não se responsabilizarão pelo saldo não integralizado, caso em que as Partes poderão realizar, se assim aprovado pelos Coordenadores, o aditamento ao Instrumento de Emissão e atualização do DIE-LF, sem necessidade de assembleia geral de Titulares de Letras Financeiras, para prever a emissão de nova série de Letras Financeiras e integralização em uma só data, com as mesmas características das Letras Financeiras cuja integralização não tiver ocorrido, ajustando-se, conforme aplicável, o prazo de vencimento e/ou o valor nominal unitário; (xiv) Juros Remuneratórios das Letras Financeiras: sobre o Valor Nominal Unitário de cada uma das Letras Financeiras incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis – assim entendidos como qualquer dia que não seja feriado declarado nacional, sábado ou domingo ("Dia Útil"), calculadas e divulgadas diariamente pela B3, no informativo diário disponível em sua página na Internet (http://www.b3.com.br) ("Taxa DI"), acrescida exponencialmente de uma sobretaxa ou spread a ser definido de acordo com o Procedimento de Bookbuilding, limitada a 1,05% (um inteiro e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração"). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis, por Dias Úteis decorridos, incidente sobre o Valor Nominal Unitário das Letras Financeiras, desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento; (xv) Pagamento da Remuneração das Letras Financeiras: sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Letras Financeiras, nos termos previstos no Instrumento de Emissão e depois de implementada a Condição Suspensiva de Exigibilidade de Vencimento Antecipado, a Remuneração das Letras Financeiras será paga em uma única parcela, devida na Data de Vencimento; (xvi) Atualização do Valor Nominal Unitário das Letras Financeiras: o Valor Nominal Unitário das Letras Financeiras não será atualizado monetariamente; (xvii) Resgate Antecipado Facultativo: nos termos do artigo 5º da Resolução CMN 5.007, é vedado o resgate, total ou parcial, das Letras Financeiras, antes da Data de Vencimento exceto para fins de imediata troca por outras letras financeiras de emissão do Banco, nas hipóteses e condições previstas pela regulamentação do CMN. É vedada a amortização antecipada das Letras Financeiras. (xviii) Aquisição Facultativa: O Banco poderá, a qualquer tempo, adquirir Letras Financeiras, desde que por meio da B3, para efeito de permanência em tesouraria e venda posterior, no montante de até 5% (cinco por cento) do valor contábil das Letras Financeiras emitidas, conforme disposto no inciso I do artigo 10º da Resolução CMN 5.007. Nos termos do artigo 10º, parágrafo primeiro, da Resolução CMN 5.007, o valor contábil deve ser apurado na data da recompra sem dedução do saldo das Letras Financeiras em tesouraria. Devem ser consideradas, para fins da verificação do cumprimento do limite de que trata esta Cláusula, as Letras Financeiras adquiridas por entidades integrantes do conglomerado prudencial do Banco, nos termos da Resolução nº 4.950, de 30 de setembro de 2021, do BACEN, e demais entidades submetidas ao controle direto ou indireto do Banco, nos termos do artigo 10º, parágrafo segundo, incisos I e II, da Resolução CMN 5.007. As Letras Financeiras objeto desse procedimento poderão: (i) permanecer em tesouraria do Banco; ou (ii) ser recolocadas no mercado, observadas as restrições impostas pela Resolução CMN 5.007. As Letras Financeiras, se recolocadas no mercado, farão jus aos direitos das demais Letras Financeiras, inclusive à Remuneração, conforme aplicável; (xix) Colocação: as Letras Financeiras serão objeto de oferta de distribuição pública, nos termos da Resolução CVM 8 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à Oferta, sob o regime de melhores esforços de distribuição, com relação à totalidade das Letras Financeiras, nos termos do "Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública Sob o Regime de Melhores Esforços de Colocação de Letras Financeiras, da Primeira Emissão do Banco PACCAR S.A." ("Contrato de Distribuição"), com a intermediação dos Coordenadores; (xx) Eventos de Crédito e Vencimento Antecipado: os eventos de crédito e de vencimento antecipado das obrigações das Letras Financeiras serão definidos no Instrumento de Emissão e fixados conforme condições usuais de mercado para operações da mesma espécie da Oferta; (xxi) Repactuação Programada: não haverá repactuação programada; e (xxii) Destinação dos Recursos: os recursos líquidos obtidos pelo Banco com a Emissão serão integralmente utilizados para fins corporativos gerais do Banco. B. autorizar a Diretoria do Banco para (i) discutir, negociar e definir os termos e condições dos documentos da Oferta, inclusive aqueles que não foram expressamente aprovados por meio desta reunião de Diretoria do Banco, desde que com eles não conflitem; (ii) celebrar todos os documentos e seus eventuais aditamentos, independentemente de qualquer aprovação, incluindo, aditamento (a) em virtude da necessidade de atendimento às exigências da B3, da CVM, da ANBIMA, das câmaras de liquidação onde as Letras Financeiras estejam depositadas para negociação ou em consequência de normas legais regulamentares; (b) para correção de erros grosseiros, tais como, de digitação ou aritméticos; (c) para atualização dos dados cadastrais das partes, tais como alteração na razão social, endereço, telefone, páginas na internet, entre outros, se necessário; e/ou (d) para refletir o cancelamento de Letras Financeiras eventualmente não subscritas e integralizadas, por questões operacionais (não atribuíveis ao Banco) ou por ausência de integralização por investidor que houver apresentado ordem de investimento, ou para prever a emissão de nova(s) série(s) de Letras Financeiras com as mesmas características das Letras Financeiras cuja integralização não tiver ocorrido, ajustando-se, conforme aplicável, o prazo de vencimento e o Valor Nominal Unitário, sendo que todo o volume da(s) nova(s) série(s) deverá ser subscrito e integralizado em uma mesma data, conforme item 5.(xii) acima ; (iii) praticar todos os atos necessários à realização da Oferta; e (iv) contratar (a) os Coordenadores e (b) os demais prestadores de serviços necessários à implementação da Emissão e da Oferta, incluindo, conforme o caso, a instituição prestadora de serviços de escrituração das Letras Financeiras, o agente de letras financeiras, os assessores legais, as entidades de registro e liquidação, as agências de rating, entre outros, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos contratos de prestação de serviços; e C. ratificar todos os atos já praticados pela Diretoria do Banco relacionados às matérias deliberadas acima. 6. ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA: Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a Reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada.

Anderson Haiducki – Presidente; Neudo P. de Mello Junior – Secretário.
Diretores: Neudo Pessoa de Mello Junior, Alessandra Brito Fujioka e Anderson Haiducki.
Ponta Grossa, 25 de março de 2024.
Confere com a original lavrada em livro próprio.

Logística Grupo montou centro de distribuição em Pernambuco e vai adotar o transporte de cabotagem entre os portos de Santos e de Suape

Companhia das Letras investe para acelerar entregas no Nordeste

João Luiz Rosa
De São Paulo

Em um país com o tamanho do Brasil, vencer distâncias é sempre um desafio de logística. Para acelerar a distribuição de seus livros no Nordeste, o grupo Companhia das Letras, uma das maiores editoras do país, criou uma estratégia que contempla duas iniciativas de porte: a primeira é a abertura de um centro de distribuição em Jaboatão dos Guararapes, na região metropolitana do Recife; a outra é um acordo inédito pelo qual será usada navegação de cabotagem para reduzir o preço do frete, um dos principais empecilhos à expansão das vendas na região.

O projeto está em gestação há bastante tempo. As discussões começaram antes da pandemia, mas tiveram de ser suspensas por causa da covid-19. Foram retomadas há um ano, quando começaram os preparativos para as mudanças.

A expectativa da Companhia das Letras é de crescimento de 20% da receita na região em dois anos, mas o potencial de negócios pode ser muito maior. "Essa é uma possibilidade inexplorada de atingir um faturamento significativo", diz Luciana Borges, diretora comercial do grupo. "É um tiro no escuro, mas um tiro certeiro."

O centro de distribuição do grupo em Guarulhos, na região metropolitana de São Paulo, ocupa uma área de 3 mil metros quadrados e tem capacidade para armazenar 9 milhões de exemplares. O de Pernambuco, que será aberto oficialmente na quarta-feira (3), tem capacidade para 1,5 milhão de volumes. Por enquanto, a taxa de ocupação é de 20%.

"O mercado de livros ainda está muito concentrado no Sudeste, onde existe uma malha logística mais forte. Nas outras regiões temos um grande desafio", diz João Lapenna, gerente de logística da Companhia das Letras.

Na era digital, tempo se tornou essencial, principalmente entre o público mais jovem, que foi acostumado com a velocidade da internet e não gosta de esperar. Quem é livreiro no Nordeste sabe que esse é um desafio enorme porque leva 20 dias para receber uma encomenda, o suficiente para um leitor ansioso desistir da compra.

Como o custo do frete é muito alto, as livrarias, principalmente as de pequeno porte, preferem esperar para ter um valor razoável de pedidos antes de fazer a encomenda. Pagar o frete por poucos exemplares não vale a pena. No caso da Companhia das Letras, o pedido mínimo é de R$ 2,5 mil. "A livraria tem de ir juntando cada pedido até atingir essa soma", explica Borges.

Com o novo centro de distribuição, diz a executiva, o prazo vai encurtar em 13 dias, indo de 20 para 7. O principal ganho está na chamada "última milha", a parte final da entrega, diz Lapenna. O intervalo, que varia entre 7 e 8 dias, será reduzido para 24 horas.

> "O mercado de livros ainda está muito concentrado no Sudeste"
> *João Lapenna*

A mudança aumenta o apelo de venda das obras de catálogo, que somam mais de 8 mil títulos na Companhia das Letras. Por causa das dificuldades de logística, muitas livrarias preferem se concentrar em lançamentos ou nos livros mais vendidos, os "best-sellers". Os demais títulos são deixados de lado. A perspectiva é de que esse cenário mude com a entrega mais rápida e o custo menor. "Não se trata só de atender à demanda existente, mas de criar novas oportunidades", afirma Lapenna.

Jaboatão dos Guararapes fica perto tanto da capital pernambucana quanto do Porto de Suape, localizado entre os municípios de Ipojuca e Cabo de Santo Agostinho, também na Grande Recife. A Companhia das Letras fechou um acordo com a Transpo Express, de transporte e logística, para levar a maior parte das encomendas por cabotagem, nome dado à navegação entre portos do mesmo país.

Os livros saem de Guarulhos, com direção ao Porto de Santos. De lá, seguem em um contêiner próprio até Suape, de onde são transportados para o novo centro e distribuídos às livrarias.

As primeiras remessas feitas até agora mostram que a navegação de cabotagem pode reduzir em 40% o valor nominal pago. Não só porque o transporte marítimo é mais barato que o rodoviário, mas porque o modelo favorece a compra por atacado, com a negociação em bloco pelas livrarias e a diluição do valor da carga.

GABRIEL REIS/VALOR

Luciana Borges, diretora comercial: "Queremos espalhar a palavra por mais lugares e para isso a logística é fundamental"

Além disso, diz Lapenna, há ganhos ambientais. Com os navios, as emissões de carbono serão reduzidas em 70% em comparação com os caminhões.

Com 31 anos de atuação, a Transpo Express, parceira no projeto, se dedica exclusivamente aos livros há 17 anos. Além da matriz em São Paulo, a companhia tem cinco filiais. "Somos uma continuidade das editoras. Separamos, embalamos e fazemos os livros chegarem ao cliente final", diz Mariana Martins, CEO da empresa. Além do transporte, a companhia vai operar o novo centro de distribuição.

A Companhia das Letras, que foi criada em 1986 por Luiz Schwarcz e Lilia Moritz Schwarz, tornou-se um grupo em 2015 e hoje reúne 21 selos diferentes, incluindo Alfaguara, Companhia das Letrinhas, Objetiva, Paralela e Zahar, além da marca que leva o nome do grupo. Duas frentes nas quais a empresa quer avançar são os livros infantis e educacionais. A proposta é reforçar a leitura entre crianças e adolescentes para garantir uma geração de leitores adultos no futuro. "Queremos espalhar a palavra por mais lugares e para isso a logística é fundamental", diz Borges.

Em 2022, a Companhia das Letras adquiriu 70% da Editora JBC, que edita mangás, os populares quadrinhos japoneses. Com a distribuição local, o plano é disseminar os mangás onde ainda é difícil encontrá-los.

No caso dos livros educacionais, chama a atenção a posição do Nordeste no mais recente Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), medido pelo governo federal e divulgado em 2022, relativo a 2021. Segundo o levantamento, 97 das cem melhores escolas públicas de ensino fundamental (do 1º ao 5º ano) estão no Nordeste — 87 ficam no Ceará e as demais em Alagoas e Pernambuco.

> **8 mil**
> **títulos estão no catálogo do grupo**

O projeto, ressalta Borges, é de médio e longo prazos. A princípio, a estratégia é atender livrarias, distribuidoras e e-commerce. Ao todo, existem cerca de 330 pontos de venda no Nordeste. Mas também está nos planos, em fases posteriores, fortalecer o atendimento de escolas e órgãos de governo locais. No Nordeste, apenas a Bahia continuará a receber as remessas de São Paulo porque isso faz mais sentido do ponto de vista logístico.

A atenção aos escritores da região é outro ponto importante, diz Borges. Um censo feito periodicamente pela Companhia das Letras mostra que de 12% a 15% dos autores publicados pelo grupo nasceram em algum Estado do Nordeste. A distribuição local vai favorecer a realização de lançamentos e eventos literários na região. "Este é um caminho sem volta", afirma a executiva.

Com trabalho híbrido, coworking retoma otimismo

Imóveis

Ana Luiza Tieghi
De São Paulo

A flexibilidade oferecida pelos escritórios de coworking sempre foi chamariz para clientes, mas esse modelo de negócio quase desapareceu na pandemia. Agora, com os escritórios novamente cheios, mas com funcionários que sabem ser possível trabalhar de outros locais, o setor volta a ficar otimista.

Segundo a consultoria imobiliária SiiLA, a ocupação desses espaços está em torno de 85% a 90% na cidade de São Paulo. No modelo tradicional de operação, os coworkings alugam prédios corporativos, ou andares nesses prédios, e sublocam para um ou vários usuários. A área ocupada por coworkings na cidade era de 247 mil m² ao fim de 2023, de acordo com a SiiLA, queda de 1,5% em um ano, mas evolução sobre os 40 mil m² de 2016.

Rede com 4 mil m² de coworkings em São Paulo, Campinas e Lisboa, a Eureka aposta nos "escritórios virtuais" para elevar a receita sem precisar incrementar preços ou se expandir geograficamente — por enquanto.

Como conta a sócia-fundadora Fanny Moral, negócios que funcionam de forma remota, mas não querem ter seu endereço associado a uma residência, usam o prédio do coworking na avenida Paulista como destino para correspondência. Esse mesmo prédio tem 100 empresas como clientes, virtuais e presenciais.

A empresa, fundada por ela e seu marido, Daniel Moral, começou em uma garagem de menos de 100 m², na Chácara Klabin, há mais de uma década. "O conceito foi ser espaço de trabalho dentro de um bairro", diz Daniel.

Eles tinham acabado de abrir unidades em Campinas e Lisboa, e queimado o caixa acumulado, quando a pandemia começou e o trabalho remoto se impôs. "Fizemos um escritório de guerra em casa, todo dia alguém ligava e cancelava", lembra Fanny.

JOYCE CURY/DIVULGAÇÃO

WeWork trabalha na readequação de custos, diz a CEO no Brasil, Bruna Neves

Ainda com encargos desse período, os sócios afirmam que 2024 é o primeiro ano desde a pandemia em que sentem a mesma empolgação de antes de 2020. Daniel participa de um grupo de WhatsApp com outros 200 proprietários de coworking e relata o mesmo sentimento. "Antes era todo mundo se lamentando, agora tem empresa nova chegando, as pessoas perguntam onde comprar cadeira".

> **90%**
> **é a ocupação média dos negócios em SP**

A WeWork, um dos maiores "players" do segmento no país, com 200 mil m² de escritórios, está com ocupação entre 75% e 80%, afirma a CEO do negócio no Brasil, Bruna Neves.

A empresa viu clientes devolverem espaços durante a pandemia e teve que criar novas frentes de venda, como um passe para que funcionários de uma empresa usem qualquer unidade da rede e um marketplace que reúne outras marcas de coworking.

Ainda há acomodação entre os clientes, conta Neves. Quem antes precisava de 800 cadeiras, por exemplo, pode preferir ter só 400 lugares fixos, mas compartilhados entre os funcionários. "Há um medo latente de pagar por espaço ocioso", diz Neves.

A empresa viu ainda o custo de sua operação crescer mais do que o preço que cobra dos clientes, já que os contratos de locação são reajustados pelo IGP-M, que chegou a subir 37% ao ano na pandemia. "Temos feito um trabalho muito forte de adequação de custo para tornar o negócio mais rentável", afirma, o que inclui estudos para diminuir a área locada em algumas regiões, como a Zona Sul de São Paulo. A ideia da WeWork, no entanto, é continuar com a presença em 32 edifícios no Brasil. Também passou a rentabilizar os finais de semana, abrindo os espaços para eventos.

A WeWork da América Latina é uma joint-venture com o SoftBank. Neves afirma que a região não foi afetada pelo pedido de recuperação judicial da WeWork americana, feito em novembro.

As empresas de coworking disputam espaço com outras modalidades de negócio que veem nessa atividade um complemento de receita. Giancarlo Nicastro, CEO da SiiLA, lembra que é comum ter espaços para trabalho em shoppings e que até estádios de futebol oferecem o modelo, como o Allianz Parque, em São Paulo, e o Mané Garrincha, em Brasília. Essa concorrência já foi pior, no entanto. "Até restaurantes operavam à tarde como coworking, mas a crise fez uma limpeza dos aventureiros e os profissionais do mercado", diz.

Outra concorrência é com companhias tradicionais de locação de escritório, que começaram a copiar o modelo de entrega de lajes já mobiliadas e prontas para usar. "Sofremos muito com concorrência de escritório tradicional, pronto, na região Sul [de São Paulo]", afirma Neves. Ela faz a ressalva de que essas empresas estão locando escritórios prontos porque tiveram muitas devoluções. Com a retomada da ocupação, a expectativa da WeWork é que essa concorrência diminua.

A Go Work, rede paulistana com 12 prédios, fechou acordo com um fundo para transformar unidades não-residenciais (NRs) e fachadas ativas de prédios novos em escritórios. A entrega de unidades NR na cidade será intensa neste ano. A visão é que o destino mais comum para elas, a locação por temporada, não será suficiente para todo o estoque.

"As incorporadoras têm que buscar parceiros de diversas modalidades para ocupar os espaços", diz Fernando Bottura, fundador e CEO da companhia, que funciona sob a holding Go Offices Latam.

Hoje, 60% da receita da companhia vem da vertical Go Corporate, que prepara escritórios sob medida para empresas, sem compartilhamento com outros negócios. "Monto o prédio para uma grande corporação e quando ela sai, fraciono-o em espaços menores", diz Bottura, o que facilita a retomada da ocupação.

Se antes a empresa era procurada mais por companhias de tecnologia, Bottura afirma que negócios "1.0" têm sido cada vez mais frequentes, como seguradoras e escritórios de advocacia.

Além da sublocação, os coworkings podem fazer sociedade com os proprietários dos prédios, para dividir investimentos e riscos, algo que os fundadores da Eureka contam que gostariam de fazer. É um modelo que a Go Work utiliza. A empresa já tentou uma terceira modalidade, para adquirir os prédios. "Temos um CRI (Certificado de Recebíveis Imobiliários) que fizemos para isso, mas hoje não é vantajoso, porque a taxa de juros ainda está alta", diz Bottura.

Segundo os dados da SiiLA, a região com maior concentração de coworkings em São Paulo é, de longe, a Paulista, com 53 mil m². A Berrini vem em seguida, com 36,8 mil m². Para Nicastro, esse modelo de ocupação é "útil" para a realidade econômica do Brasil, com frequentes altos e baixos.

Metais e Petróleo
Comparativos de preços

	Cotações					Var. até a última data indicada - em %				Cotação em 12 meses	
Metais não-ferrosos - US$/ton. (1)	**28/03/24**	**Há uma semana**	**Fim de fevereiro**	**2023**	**Há um ano**	**Semana**	**Mês**	**Ano**	**12 meses**	**Menor**	**Maior**
Alumínio high grade											
Disponível	2.270,0	2.264,0	2.163,0	2.335,5	2.315,0	0,27	4,95	-2,80	-1,94	2.068,5	2.410,0
Três meses	2.311,0	2.312,0	2.207,0	2.382,0	2.361,0	-0,04	4,71	-2,98	-2,12	2.123,0	2.431,0
Alumínio secundário (liga)											
Disponível	1.820,0	1.820,0	1.820,0	1.550,0	1.960,0	0,00	0,00	17,42	-7,14	1.450,0	2.035,0
Três meses	1.820,0	1.820,0	1.820,0	1.550,0	2.007,0	0,00	0,00	17,42	-9,32	1.503,0	2.035,0
Chumbo											
Disponível	1.965,0	2.031,0	2.067,0	2.031,0	2.156,0	-3,25	-4,93	-3,25	-8,86	1.965,0	2.314,0
Três meses	2.005,5	2.073,0	2.066,0	2.068,0	2.141,0	-3,26	-2,93	-3,02	-6,33	1.991,0	2.284,5
Cobre grade A											
Disponível	8.729,0	8.873,5	8.389,0	8.476,0	8.934,0	-1,63	4,05	2,98	-2,29	7.812,5	9.082,0
Três meses	8.835,0	8.988,0	8.475,0	8.580,0	8.949,0	-1,70	4,25	2,97	-1,27	7.890,0	9.086,0
Estanho high grade											
Disponível	27.650,0	27.700,0	26.375,0	25.175,0	26.050,0	-0,18	4,83	9,83	6,14	22.910,0	29.450,0
Três meses	27.600,0	27.800,0	26.530,0	25.500,0	25.900,0	-0,72	4,03	8,24	6,56	23.275,0	29.450,0
Níquel											
Disponível	16.530,0	17.430,0	17.435,0	16.300,0	23.600,0	-5,16	-5,19	1,41	-29,96	15.620,0	25.540,0
Três meses	16.740,0	17.625,0	17.725,0	16.570,0	23.885,0	-5,02	-5,56	1,03	-29,91	15.880,0	25.775,0
Zinco special high grade											
Disponível	2.391,0	2.501,0	2.382,0	2.640,5	2.937,0	-4,40	0,38	-9,45	-18,59	2.224,0	3.035,0
Três meses	2.434,0	2.547,0	2.422,0	2.654,0	2.907,0	-4,44	0,50	-8,29	-16,27	2.236,5	2.991,0
Petróleo - US/barril (2)	**28/03/24**	**Há uma semana**	**Fim de fevereiro**	**2023**	**Há um ano**	**Semana**	**Mês**	**Ano**	**12 meses**	**Menor**	**Maior**
WTI - mercado futuro	82,42	80,64	77,45	71,84	73,34	2,21	6,42	14,73	12,38	67,29	91,30
Brent - mercado futuro	87,00	85,24	81,91	76,91	78,14	2,06	6,21	13,12	11,34	71,82	94,36

Fontes: LME e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. (1) Métrica. (2) Segunda posição

Tecnologia A empresa planeja expansão na Virgínia e no Oregon e abrir novas áreas em Mississippi, Arábia Saudita e Malásia

Amazon vai investir US$ 148 bi na operação de centros de dados

Bloomberg, de Nova York

A Amazon planeja investir US$ 148 bilhões, nos próximos 15 anos, em centros de dados, o que dá à gigante da computação em nuvem o poder de fogo para lidar com uma esperada explosão na demanda por aplicativos de inteligência artificial (IA) e outros serviços digitais.

A onda de gastos é uma demonstração de força enquanto a empresa busca manter seu controle no mercado de serviços em nuvem, onde detém cerca de duas vezes a participação do segundo colocado, a Microsoft.

O crescimento das vendas na Amazon Web Services (AWS) desacelerou para um nível recorde no ano passado à medida que os clientes empresariais cortavam custos e atrasavam projetos de modernização. Agora, os gastos estão começando a aumentar novamente, e a Amazon está interessada em garantir terrenos e infraestrutura elétrica para suas instalações que consomem muita energia.

"Estamos expandindo a capacidade de forma bastante significativa", disse Kevin Miller, vice-presidente da AWS, que supervisiona os "data centers" da empresa.

Nos últimos dois anos, de acordo com um cálculo da Bloomberg, a Amazon comprometeu-se a gastar US$ 148 bilhões para construir e operar centros de dados em todo o mundo.

A empresa planeja expandir suas estruturas de servidores (ou "fazenda de servidores", no jargão do setor) já instaladas no norte da Virgínia e no Oregon (EUA), bem como avançar para novos distritos, incluindo Mississippi, Arábia Saudita e Malásia.

O investimento planejado da Amazon em "fazendas de servidores" supera os compromissos já anunciados da Microsoft e do Google (controlado pela Alphabet), embora nenhuma das empresas divulgue gastos relacionados a centros de dados de forma tão consistente quanto a Amazon.

Em meio a cortes de custos mais amplos na Amazon, os gastos de capital da AWS em data centers diminuíram 2% em 2023, pela primeira vez, mesmo com a Microsoft aumentando seus próprios gastos em mais de 50%, de acordo com a empresa de pesquisas Dell'Oro Group. Mas o diretor financeiro da Amazon disse, no mês passado, que as despesas de capital aumentariam este ano para apoiar o crescimento da AWS, incluindo projetos relacionados à IA.

> O investimento da Amazon supera os planos já anunciados das concorrentes Microsoft e Google

Grande parte da expansão dos "data centers" da Amazon busca atender a um aumento na demanda por serviços corporativos, como armazenamento de arquivos e bancos de dados. Mas as instalações, juntamente com chips avançados e caros, também fornecerão o enorme poder de computação necessário para um esperado boom na IA generativa.

A Microsoft, investidora e parceira próxima da OpenAI, e o Google são amplamente vistos como líderes na comercialização de softwares de IA capazes de gerar textos e informações. Mas a Amazon está construindo suas próprias ferramentas para rivalizar com o ChatGPT, da OpenAI, e fez parcerias com outras empresas para potencializar serviços de IA em seus servidores e colher dezenas de bilhões de dólares em receitas relacionadas à IA.

A AWS colocou suas primeiras "fazendas de servidores" na Virgínia, nos arredores da região metropolitana de Washington. Sede do principal ponto de troca de tráfego da internet, a área continua sendo um centro crucial para streaming de vídeo e dados corporativos e governamentais.

Mais tarde, a Amazon abriu data centers na zona rural do leste do Oregon, aproveitando a energia hidrelétrica barata e amplos incentivos fiscais. Desde então, Virgínia e Oregon receberam cerca de quatro em cada cinco dólares que a AWS gasta em infraestrutura nos EUA. A Amazon planeja gastar dezenas de bilhões a mais nesses Estados, mas está cada vez mais difícil garantir eletricidade lá.

Os "data centers" exigem muita energia e sua crescente onipresença está pressionando as empresas de serviços públicos. Durante alguns meses em 2022, a Dominion Energy, que alimenta o "data center" em Virgínia, não conseguiu acompanhar a demanda, interrompendo o fornecimento.

A Amazon está sendo criativa. Em fevereiro, disse que gastaria cerca de US$ 10 bilhões em dois campi de centro de dados no Mississippi. No início deste mês, o operador de uma usina nuclear de 40 anos no rio Susquehanna, na Pensilvânia, disse que a AWS concordou em gastar US$ 650 milhões para comprar um campus de "data center" conectado à instalação.

Em Round Rock, Texas, a AWS obteve, recentemente, uma aprovação de zoneamento para construir um centro de dados e uma subestação elétrica próximos a um depósito de entrega em um pedaço de um antigo rancho que a empresa adquiriu no auge da pandemia de covid-19. Se o projeto prosseguir, será a primeira vez que a empresa colocará tais instalações no mesmo terreno.

Enquanto a demanda aumenta, a Amazon e outras empresas enfrentam oposição crescente a seus "data centers". Grande parte da animosidade atual está na Virgínia, onde os residentes reclamam do zumbido incessante das "fazendas de servidores".

Os defensores das energias renováveis dizem que a pressa para construir novas instalações deu nova vida a antigas centrais alimentadas por combustíveis fósseis que aquecem o planeta, e estimula a construção de novas.

No Mississippi, por exemplo, a Amazon pagará para ajudar a concessionária local a construir parques solares, mas a empresa também operará os data centers com uma nova usina de energia a gás natural que provavelmente funcionará por décadas.

Nos últimos anos, a Amazon tem sido a maior compradora corporativa de energia renovável do mundo, como parte de um compromisso de abastecer todas as suas operações com eletricidade renovável até 2025. Mas esses projetos podem estar longe de seus "data centers", uma incompatibilidade entre oferta e demanda que atormenta a fragmentada e envelhecida rede elétrica dos EUA.

Miller, chefe de data centers da Amazon, disse que a empresa continua avaliando projetos de energia limpa além dos parques eólicos e solares, incluindo armazenamento de baterias e energia nuclear, que podem substituir centrais de combustíveis fósseis.

BRIAN KAISER/BLOOMBERG

Os investimentos da Amazon em centros de dados, como este em Ohio (EUA), preparam a empresa para a demanda crescente por serviços de inteligência artificial

IA deve acelerar expansão de 'data centers' no Brasil

Daniela Braun
De São Paulo

A adoção de ferramentas de inteligência artificial (IA) é uma alavanca importante para a demanda por serviços de computação em nuvem suportados por centros de dados — estruturas físicas equipadas com servidores e computadores robustos, capazes de armazenar grande quantidade de dados. No Brasil, esse movimento já está acontecendo e deve ganhar tração nos próximos anos.

A receita dos data centers no Brasil cresceu, em média, 12% no ano passado ante 2022, "mas há conglomerados que reportaram resultados bastante superiores, ultrapassando 30%", diz Luiz Monteiro, analista sênior da consultoria IDC Brasil.

Aplicações de IA entraram na agenda das empresas brasileiras. "O maior uso de IA e 'machine learning' [aprendizado de máquina] aceleram a demanda por mais espaço em data centers".

A consultoria alemã Statista projeta que a receita de serviços de data centers no Brasil some US$ 4,97 bilhões neste ano, chegando a US$ 6,54 bilhões em 2028, uma taxa de crescimento anual composta de 7,10%.

A expansão dos centros dados também exige mais consumo de energia, necessária para fazer funcionar os servidores e computadores que trabalham sem parar. O consumo de energia dedicado a servidos de dados prestados pelos data centers, no país, alcançará 142,54 Megawatts (MW) em 2024. E deve chegar a 1,205 Gigawatt (GW) em 2029, projeta a empresa de pesquisas indiana Mordor Intelligence. A consultoria prevê 1,4 milhão de metros quadrados de área construída dedicada a data centers no Brasil até 2029.

No mundo, os gastos com serviços de data centers devem superar US$ 261,3 bilhões em 2024, um avanço de 7,5% em relação ao valor investido em 2023, informa a consultoria Gartner. Em 2023, foram US$ 243,1 bilhões, com avanço de 7,1%, em base anual.

O aumento no uso da IA também vai exigir equipamentos dentro dos data centers com alta capacidade de processamento — e vão consumir ainda mais energia do que os equipamentos tradicionais, observa o especialista do IDC. Isso leva à busca por centros de dados com melhor eficiência energética.

"As novas tecnologias acabam por aumentar a necessidade de utilização de racks [equipamentos onde são empilhados os computadores] com tecnologias como o 'liquid cooling' [resfriamento líquido] e outras, num planeta com necessidade de eficiência energética e soluções sustentáveis por parte dos data centers", diz Monteiro.

O sistema de refrigeração de computadores à água, conhecido como "liquid cooling" ou "water cooling", em inglês, promete ser mais eficiente do que o sistema de ventilação para manter a temperatura ideal dos componentes.

A busca por energia renovável para abastecer os data centers é um desafio para os planos de expansão das gigantes da computação em nuvem. As empresas têm sido alvo de críticas de ambientalistas por usarem energia gerada por insumo fósseis. A Amazon tem sido a maior compradora corporativa de energia renovável do mundo, como parte de um compromisso de abastecer todas as suas operações com eletricidade renovável até 2025, reduzindo centrais de combustíveis fósseis. Mas tanto ela quanto as rivais ainda dependem, para responder à demanda em alta, de energias poluentes.

12%
é quanto cresceu a receita em 2023

Marketing A maior fabricante de bebidas do país estudou as 'big techs' e abriu espaço para a inovação

Como a Ambev busca o 'erro da descoberta'

Claudia Penteado
Para o Valor, do Rio

Manter o marketing próximo das decisões estratégicas da Ambev é missão importante de Daniel Wakswaser, vice-presidente de marketing da Ambev, fabricante de mais de 50 marcas de bebidas como cerveja, suco, água e refrigerante. Para ele, "o grande objetivo do marketing é ajudar a companhia a crescer de maneira sustentável no longo prazo" e isso significa inovar, abrir espaço para erros.

"Para ser inovador e criativo, é preciso passar pelo erro", diz o executivo, apontando que "o que se quer maximizar é o erro da descoberta". Ele conta que nos últimos três anos, as tentativas, erros e acertos acabaram gerando mais vendas — 20% da receita de 2023 veio de produtos que não existiam há três anos. Colocar produtos novos no mercado caminha ao lado da decisão de oferecer um portfólio premium de cerveja, o carro-chefe da companhia.

No mundo — e no Brasil também — o consumo da cerveja comum vem encolhendo. No ano passado, o volume de vendas da Ambev caiu 1%, em relação a 2022. Mas a cerveja premium mostra tendência oposta. Desde 2019 o volume do portfólio premium de cerveja da Ambev cresceu mais de 200%. A seguir, os principais trechos da entrevista:

Valor: *Você está há 16 anos na Ambev, e atuou também na AB Inbev, nos Estados Unidos e na Inglaterra. Qual é o papel que o marketing exerce nas decisões estratégicas da empresa?*

Daniel Wakswaser: A primeira coisa muito importante para se entender é que o marketing é uma área de negócio. Acho que às vezes o próprio marketing não percebe isso. O marketing é uma fusão única entre arte, ciência e disciplina. Pelo menos esse é o jeito que a gente pensa aqui na Ambev. O grande objetivo do marketing é ajudar a companhia a crescer de maneira sustentável no longo prazo. E essa palavra "sustentável" é importante. E o jeito de fazer isso é através de muita empatia em entender os consumidores, ter bastante ciência de dados para ouvir as pessoas, e usar a criatividade, a inovação, a conexão de ideias diferentes de maneira disciplinada para transformar em negócio. Estamos no melhor ano de resultado de volume de receita da nossa história, e 20% da nossa receita vem de inovação, de produtos que não existiam há três anos atrás. Ser o anunciante de Cannes do ano, duas vezes seguidas, pela primeira vez em 70 anos de Cannes, é espetacular. Mas se isso estivesse desconectado dessa receita, da força das nossas marcas, do peso da inovação, aí viraria algo sem valor.

Valor: *Houve uma batalha interna para buscar o equilíbrio, especialmente no quesito criatividade?*

Wakswaser: Quando eu entrei, em 2008, não falávamos muito de criatividade. Demorou bastante tempo. Lá pelos anos de 2016 e 2017, depois de estudar anunciantes como Microsoft, Apple, Unilever, Nike, ganhamos o apoio dos nossos CEO's e iniciamos um movimento na companhia como um todo. Abrimos espaço para o erro. Para ser inovador e criativo, é preciso passar pelo erro. Estudando muito, chegamos à conclusão de que há três tipos de erro: o erro do descaso, o erro do descuido e o erro da descoberta. O erro do descaso e do descuido você não quer ter nunca. O descuido, infelizmente, às vezes acontece, mas você quer minimizar. O que se quer maximizar é o erro da descoberta. Lançar o chope Brahma em lata, que a gente vem tentando há 20 anos, veio através do empoderamento da descoberta, da inovação, de errar. Para que isso funcione, é preciso criar uma cultura de alto alinhamento e de alta autonomia.

Valor: *Como a inteligência artificial tem agregado valor e ajudado na coleta de dados, na eficiência e na criatividade?*

Wakswaser: A inteligência artificial ainda está muito na infância, mas temos certeza de que vai ser revolucionária. Já está em toda a mídia programática, onde [colocar] cada peça de mídia, para qual "cluster" [grupo de consumidores]. É usada nas peças que chamamos de "bottom funnel", que são as peças de conversão digital [representa a última etapa pela qual o cliente passa antes de fechar a compra]. No uso de imagens, a IA também traz economia e eficiência. Também temos usado muito inteligência artificial no processo de planejamento estratégico, trazendo referências, insumos. A IA ainda é muito ruim em dar ideias criativas. Não consigo ver a IA substituindo, hoje, a parte criativa e inovadora, porque ela se baseia muito em coisas que já aconteceram e ainda não é sofisticada o suficiente. O módulo de IA da Microsoft chama-se Copilot, e essa é a sua melhor definição. A IA vai ser um grande copiloto. Fora do marketing, usamos ainda mais: há muita gente aprendendo a usá-la no time de tecnologia, e a IA que turbina hoje o BEES, um dos maiores aplicativos de B2B do mundo, que nos conecta a quase um milhão de pontos de venda, fazendo pedidos de produtos da Ambev. A IA também está no Zé Delivery, nosso aplicativo de entregas, nos dizendo o que oferecer aos nossos consumidores, com base nos hábitos de compra durante a semana, nos fins de semana. Isso é feito de maneira muito granular, com um algoritmo extremamente sofisticado. E não é futuro, é presente.

DIVULGAÇÃO

Daniel Wakswaser, vice-presidente de marketing da Ambev: 'O marketing é uma fusão única entre arte, ciência e disciplina'

Valor: *Qual é hoje o papel da inovação nos planos e nos resultados da empresa? Em que categorias você estão inovando mais?*

Wakswaser: Criatividade, inovação e tecnologia têm sido os grandes pilares de transformação da Ambev nos últimos cinco anos. E como somos uma empresa com muitos processos, fomos muito disciplinados em fazer inovação. Porque a inovação, quando é mal feita em uma empresa do tamanho da Ambev, nos primeiros anos pode ser um sucesso, mas pode morrer no quinto. Entre acertos e erros, houve coisas que funcionaram e coisas que não, mas na média, está funcionando: 20% da receita proveniente de produtos novos é um número astronômico, né? Ele vem de produtos e embalagens que não existiam há 5 anos. Exemplos são a Brahma Duplo Malte, que a gente lançou e completamente transformou o mercado. A alemã Spaten, que trouxemos para o Brasil, um super sucesso. Dentro da tendência de saúde e sustentabilidade, lançamos a Stella Pure Gold, com 17% menos calorias, e sem glúten. Também estamos crescendo muito no mercado de zero [álcool], com a Bud Zero e a Corona Cero, uma categoria gigantesca, mas que no Brasil representa menos de 1%. Mas há lugares no mundo em que ela representa de 5% a 10% como EUA, Espanha, alguns mercados da Europa são fortes. Também lançamos Beats Tropical, que foi um grande sucesso no Carnaval. Trouxemos para o Brasil a Mikes Hard Lemonade, um drink pronto de vodca e suco de limão, que também tem crescido bastante. Lançamos o novo Guaraná Zero. Enfim, a inovação é muito importante, gostamos do fato de que o nosso "share" em inovações é maior do que o nosso "share" no total do mercado. É o efeito "Benjamin Button" [personagem do conto de F. Scott Fitzgerald que nasce velho e vai ficando mais jovem com o passar do tempo], porque se o meu "share" das coisas novas é maior do que o meu "share" das coisas atuais, a minha empresa está rejuvenescendo, se conectando com as tendências, se aproximando do consumidor.

> "20% da receita proveniente de produtos novos é um número astronômico"
> *Daniel Wakswaser*

Valor: *Como foi 2023?*

Wakswaser: O nosso volume se manteve praticamente estável, com uma queda de 1% em 2023 em relação a 2022, que foi uma base de comparação forte, considerando que o ano anterior foi de Copa do Mundo. A receita cresceu porque realizamos a execução disciplinada da nossa estratégia comercial, com um mix positivo de marcas e melhora da rentabilidade, com destaque para as cervejas premium e super premium, que cresceram cerca de 25% lideradas por Corona, Spaten e Original, com melhorias nos indicadores de saúde das marcas e ganho de participação de mercado, de acordo com nossas estimativas. Eu diria que 2023 foi um ano espetacular para a Ambev no Brasil. Nossas inovações se consolidaram. Tivemos um recorde em marketing e inovações. Criativamente, talvez tenha sido o melhor ano da nossa história. Ganhamos muitos prêmios, o Zé Delivery cresceu muito, o BEES [loja on-line para varejistas de bebidas] trouxe mais pessoas e bares pra dentro. A satisfação dos clientes chegou a patamares históricos.

Valor: *O setor cervejeiro vem encolhendo em volume, em várias partes do mundo. Inovar em outros segmentos e investir em marcas premium tem sido o caminho?*

Wakswaser: Desde 2019 os nossos volumes totais de cerveja cresceram mais de 11 milhões de hectolitros, o que é maior do que o crescimento da indústria aqui no Brasil. Ou seja, 100% do crescimento da indústria cervejeira brasileira veio da Ambev. Sobre o nosso portfólio, nós atendendo às demandas de brasileiros e brasileiras nas mais diversas ocasiões de consumo. Temos bases sólidas para continuar liderando o nosso crescimento dentro do segmento premium, para seguir com marcas centenárias como Brahma, Skol e o Guaraná, e temos a missão de continuar sendo uma referência de criatividade, de inovação, de gestão, de resultado de negócio. O trabalho nunca está completo. Estamos sempre de olho em novos players surgindo, em novas categorias. Nosso objetivo é ter um portfólio plural e rico: de cerveja, de drinques prontos, de refrigerante, de outras bebidas para satisfazer diferentes paladares.

Valor: *Há uma visão geral de que os anunciantes querem cada vez mais por menos. O que espera de uma agência de publicidade?*

Wakswaser: Esse é um assunto muito importante, temos muito orgulho de manter relações muito longevas com as nossas agências. E esse é o modelo, de intimidade e de confiança, em que eu acredito. A Africa está com a gente desde a fundação da Africa e da criação da Ambev. A Gut está com a gente desde a sua fundação, assim como a Soko e a CPB. A AKQA está conosco há mais de cinco anos. Não fazemos muitas concorrências, não ficamos trocando de agência, não desistimos delas, e pedimos para que elas não desistam da gente. Em alguns momentos brigamos produtivamente, discutindo, discordando, mas nos respeitando, nos empoderando. A criatividade só floresce na intimidade e na confiança. Se a agência tem medo de perder a conta, fará um trabalho "subótimo", porque vai trabalhar com medo. Dito isso, eu espero que as agências cada vez mais consigam se manter conectadas aos consumidores que representam as nossas marcas. Precisam ter um corpo de diversidade, precisam se modernizar, entender o papel da inteligência artificial na transformação do negócio deles, ser mais eficientes. Porque há uma briga por eficiência para transformar o que denominamos "non-working dollars" [dinheiro gasto em atividades que não estão diretamente relacionadas à criação ou veiculação de publicidade e promoções de marketing] em "working dollars" [dinheiro gasto para aumentar a visibilidade das marcas e as vendas]. Eu preciso disso. E nossas agências têm embarcado com a gente nessa jornada de eficiência. Preciso que eles entendam do meu negócio. E a gente precisa entender o negócio deles.

Unilever dá adeus à Kibon e ao ativismo da Ben & Jerry's

Análise

Guilherme Ravache
Para o Valor, de São Paulo

É difícil encontrar uma pessoa triste com um sorvete nas mãos. Mas esse parece ser o caso da Unilever. Um dos maiores anunciantes do mercado global de publicidade, a empresa vai se desfazer de sua operação de sorvetes até o fim de 2025.

Dona de marcas como Magnum, Ben & Jerry's e Kibon, a Unilever está no negócio de sorvetes há mais de 100 anos e tem cinco das dez marcas mais vendidas no mundo, faturando US$ 8,6 bilhões no ano passado.

Segundo a Unilever, a operação de sorvetes poderá dar origem a uma nova empresa listada na bolsa, ou ser vendida em partes. Na visão de analistas como Bruno Monteyne, da gestora AllianceBernstein, a Unilever tentou buscar compradores, mas não encontrou interessados em pagar o preço desejado pela companhia.

Não é segredo que os investidores da Unilever há tempos andam insatisfeitos com a companhia, que tem tido um desempenho em bolsa abaixo de seus pares nos últimos anos. Neste ano, as ações da Procter & Gamble alcançaram uma alta superior a 10%, comparado a pouco mais de 3% da Unilever. Nos últimos 10 anos, os papéis da Procter & Gamble superam a Unilever com um alta anualizada de mais de 10%, enquanto a Unilever sobe 5%, segundo dados da PortfolioLab.

Segundo relatório do Barclays, o sorvete tem sido "diluidor" no desempenho histórico da Unilever. Os analistas sugerem que a cisão é mais um passo para a companhia mudar seu portfólio mais em direção a HPC (cuidados pessoais e domésticos).

Ou seja, terminada a liquidação dos sorvetes, o próximo alvo poderá ser a divisão de alimentos da companhia, que inclui marcas como Hellmann's e Knorr, com margens menores em comparação a outros produtos da empresa.

A separação das áreas de alimentos e negócios de cuidados domésticos e pessoais é um desejo que cresceu rapidamente entre os investidores da Unilever à medida que os resultados da companhia desapontaram.

Os investidores comemoraram a notícia da separação da área de sorvetes, que veio acompanhada pela notícia de 7.500 cortes de funcionários e US$ 870 milhões de "economias" em três anos. No dia do anúncio, as ações da companhia subiram mais de 3%.

Questionada sobre o fato de o CEO Hein Schumacher no ano passado ter destacado aos acionistas que ter um propósito não era relevante para algumas marcas, e se isso teria relação com a venda da área de sorvetes, a Unilever negou.

"Esta decisão da companhia está diretamente relacionada às medidas de aceleração do seu Plano de Ação de Crescimento (GAP, sigla em inglês)", disse, por meio de nota, Suelma Rosa, diretora executiva de reputação e assuntos corporativos da Unilever Brasil & América Latina. "Sobre propósito, para a Unilever, ele precisa ser tão legítimo quanto relevante e, por isso, ele continua sendo uma parte muito importante na proposta de algumas de nossas marcas".

> O próximo alvo da reforma do portfólio pode ser a área que inclui marcas como Hellmann's e Knorr

A executiva diz ainda que "Dove e Hellmann's, por exemplo, têm propósitos socioambientais bastante claros como parte essencial de sua estratégia de marketing e posicionamento perante os consumidores – no Brasil e no mundo. Estas e outras marcas serão incentivadas a continuar desenvolvendo seu propósito como algo essencial para sua presença no mercado. No entanto, para que a proposta de valor seja clara e efetiva, ela precisa ter uma conexão genuína entre marca, produto e consumidor — o que não funciona indiscriminadamente para 100% de nosso portfólio".

Ao se desfazer da área de sorvetes a Unilever também se livrará de um problema crescente. Comprada há mais de 24 anos pela Unilever, a Ben & Jerry's já foi considerada uma joia da coroa das marcas da gigante. Notória por vendas e lucros crescentes, nos últimos anos a Ben & Jerry's tornou-se mais conhecida por seu ativismo e conflitos com a Unilever.

Após a invasão de Israel pelo Hamas e o início da guerra, Anuradha Mittal, presidente do conselho independente da Ben & Jerry's, criticou a campanha de Israel em Gaza. Mittal, que lidera o "think-tank" progressista Oakland Institute, expressou apoio à Palestina em várias postagens nas redes sociais.

O Centro Simon Wiesenthal, organização judaica de direitos humanos, pediu boicote à Ben & Jerry's em resposta às declarações de Mittal. O investidor ativista Nelson Peltz, membro dos conselhos da Unilever e do Centro Wiesenthal, discordou publicamente das declarações políticas da Ben & Jerry's. Peltz posteriormente renunciou ao conselho do Centro Simon Wiesenthal.

Para os críticos, a Ben & Jerry's seria um exemplo de marca "super-woke" ou sorvete da esquerda-radical.

Questionada se os problemas com a Ben&Jerry's pesaram na venda, Rosa afirma: "Este movimento não é sobre Ben & Jerry's. Trata-se da separação da divisão de sorvetes e do lançamento de um importante programa de produtividade da companhia globalmente. A empresa está confiante no potencial de crescimento de todas as suas marcas de sorvetes com essa nova estrutura independente".

Outro ponto sensível da Ben & Jerry's e seus pares é que os sorvetes são um pesadelo ambiental e de logística. Tudo precisa estar sempre gelado, consumindo altas quantidades de energia. Atualmente, as marcas de sorvete da Unilever respondem por cerca de 10% das emissões de gases de efeito estufa da empresa. Um número que todas as grandes corporações estão sendo pressionadas para reduzir.

A venda da operação de sorvetes só deve ser concluída no final de 2025. Desse modo, a expectativa é de que qualquer mudança, mesmo uma separação ou venda da área de alimentos, só aconteça após uma definição mais clara do destino da operação de sorvetes.

Se Schumacher conseguir provar que o problema da Unilever são sorvetes e alimentos em geral, seus pares não poderão ignorar. Então os rumos das gigantes de consumo e do setor de nutrição devem ser redefinidos.

Já na área de marketing a Unilever é referência em campanhas e construção de marcas. Também é um dos maiores anunciantes do mundo. Se os seus bilhões em marketing forem para outro lugar, o natural é que o ecossistema a acompanhe.

Por fim, observar a Ben & Jerry's também será um exercício importante. Afinal, em um mundo cada vez mais polarizado, faz sentido uma marca escolher um lado? A Unilever parece apostar que não.

Estratégia Abates de animais de criações da empresa correspondem a 10% do total; meta da companhia é elevar fatia para 25%, como já ocorre em sua operação nos EUA

Marfrig investirá até R$ 2 bilhões para ampliar seu rebanho próprio no Brasil

Cleyton Vilarino
De São Paulo

A Marfrig pretende investir entre R$ 1,5 bilhão e R$ 2 bilhões na compra de gado para que os animais criados e engordados pela própria empresa passem a representar 25% de seu volume total de abates. Esse percentual é similar ao que já se alcançou na National Beef, subsidiária da companhia nos Estados Unidos.

Atualmente, os animais criados em fazendas da família do empresário Marcos Molina, controlador da Marfrig, correspondem a 5% do total de abates da companhia. Se consideradas as plantas que não foram vendidas à Minerva, o percentual de gado próprio da Marfrig no Brasil chega a 10% — em agosto do ano passado, em um acordo de R$ 7,5 bilhões, a companhia vendeu à Minerva 16 unidades de abate de bovinos e ovinos nos mercados argentino, uruguaio e chileno, além do brasileiro.

"Com o abate próprio, você consegue ter um controle maior da cadeia de produção do que quando fica só no spot [*mercado à vista*]. A National Beef, com o U.S Premium Beef, que tem 25%, consegue ter mais estabilidade e qualidade no produto", disse Molina durante teleconferência com analistas, na quinta-feira (28/3).

A companhia não informou em quanto tempo quer que o gado próprio passe a responder por 25% do total de abates no país, mas o empresário avalia que o cenário atual, em que o preço do boi gordo está em baixa, é favorável ao investimento. "Há dois anos, um bezerro custava R$ 3,2 mil, e a arroba do boi chegou a R$ 420. Hoje, um bezerro sai por R$ 1,6 mil, e a arroba do boi está em R$ 220. O momento [*para o desembolso*] é melhor", destacou Molina. Segundo ele, a conclusão da venda de ativos para a Minerva deve assegurar o capital para o aporte.

Com o novo modelo, a empresa espera reduzir a ociosidade de suas plantas de abate, alcançando uma taxa de utilização do parque fabril de mais de 90%, e aumentar os níveis de rastreabilidade da cadeia. A Marfrig persegue a meta de rastrear 100% do gado que abate, em todos os biomas, até 2025.

"Isso também pode ajudar o Brasil a abrir muito mais mercados, como [*fez*] o Uruguai, que tem rastreabilidade completa e tem hoje 15 mercados a mais que o Brasil", disse Molina. No ano passado, a empresa abateu 5,1 mil animais por dia nas unidades na América do Sul que não entraram no acordo com a Minerva (quatro plantas no Brasil, quatro na Argentina e três no Uruguai). A companhia projeta 7,6 mil abates diários em 2024 e 8,4 mil no ano que vem.

A Marfrig registrou lucro líquido de R$ 12 milhões no quarto trimestre do ano passado, um resultado melhor que o do mesmo período de 2022, quando a empresa teve perda líquida de R$ 628 milhões. Mas, no ano de 2023, a companhia acumulou prejuízo de R$ 1,52 bilhão.

SILVIA COSTANTI / VALOR

"Com o abate próprio se tem mais controle sobre a produção" *Marcos Molina*

valor.com.br

Balanço (1)
Lucro da Granja Faria cresceu 20% em 2023
O lucro líquido da Granja Faria, uma das maiores empresas de ovos do país, cresceu 20% em 2023, para R$ 204,5 milhões. A receita líquida subiu 56,4%, a R$ 1,86 bilhão.
valor.com.br/agro

Balanço (2)
Heringer teve perda de R$ 361 milhões
A Fertilizantes Heringer teve perda líquida de R$ 24,6 milhões no quarto trimestre. No ano de 2023, o prejuízo foi de R$ 361 milhões.
valor.com.br/agro

Políticas
Renegociação de dívidas já tem aval
O Conselho Monetário Nacional (CMN) autorizou a renegociação de dívidas de produtores prejudicados pelo clima e queda de preços.
valor.com.br/agro

Movimento falimentar

Falências Decretadas

Empresa: **Cp & M Informática Ltda. ME -** CNPJ: 10.286.564/0001-96 - Endereço: Rua Marechal Deodoro, 2622 - Administrador Judicial: Cck Administração Empresarial Ltda., Representada Pelo Dr. Carlos César Koch - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de Curitiba/PR

Empresa: **Mh Turismo e Viagens Ltda. -** CNPJ: 36.222.531/0001-76 - Endereço: Travessa Gilmar Cezar Piekarski, 268, Bairro Tatuquara - Administrador Judicial: Dr. Marcos Moreira - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de Curitiba/PR

Recuperação Judicial Deferida

Empresa: **Agrobrasilchemical Indústria e Comércio Ltda. -** CNPJ: 18.773.359/0001-67 - Endereço: Rodovia Br 376, S/nº, Lote 290 A/r2, Km 212, Gleba Patrimônio, Mandaguari/pr - Administrador Judicial: Dra. Elenês Domingos Campos - Vara/Comarca: Vara Cível de Mandaguari/PR

Empresa: **M. P. da Silva Beloti ME -** CNPJ: 53.943.097/0001-32 - Endereço: Fazenda Santa Maria Iii, Bairro Brasil, Vila Rica/mt - Administrador Judicial: Dr. Pedro Cerutti de Lacerda - Vara/Comarca: 4a Vara de Rondonópolis/MT

Empresa: **M. V. Beloti ME -** CNPJ: 53.944.995/0001-05 - Endereço: Fazenda Santa Maria Iv, Bairro Brasil, Vila Rica/mt - Administrador Judicial: Dr. Pedro Cerutti de Lacerda - Vara/Comarca: 4a Vara de Rondonópolis/MT

Empresa: **Pec Plano de Expansão Comercial em Informática Ltda. -** CNPJ: 12.110.833/0001-94 - Endereço: Av. Juscelino Kubitschek, 1977, Sala 05, Bairro Vila Ipiranga - Administrador Judicial: Dra. Kelly Cristina Bombonatto - Vara/Comarca: 2a Vara de Londrina/PR

Empresa: **Urban Obras e Comércio Ltda. -** CNPJ: 18.131.889/0001-01 - Endereço: Av. Copacabana, 268, Sala 2407, 24º Andar, Edifício Trend Tower, Dezoito do Forte Empresarial, Alphaville, Barueri/sp - Administrador Judicial: Arj Administração e Consultoria Empresarial, Representada Pelo Dr. Fabio Rodrigues Garcia - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem da 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP

Empresa: **V. Beloti ME -** CNPJ: 53.944.718/0001-00 - Endereço: Fazenda Santa Maria Ii, Bairro Brasil, Vila Rica/mt - Administrador Judicial: Dr. Pedro Cerutti de Lacerda - Vara/Comarca: 4a Vara de Rondonópolis/MT

Empresa: **V. H. Beloti ME -** CNPJ: 53.942.597/0001-50 - Endereço: Fazenda Santa Maria I, Bairro Brasil, Vila Rica/mt - Administrador Judicial: Dr. Pedro Cerutti de Lacerda - Vara/Comarca: 4a Vara de Rondonópolis/MT

Cumprimento de Recuperação Judicial

Empresa: **Amefil Participações e Comércio Agropastoril S/A -** CNPJ: 81.039.687/0001-70 - Endereço: Av. Cerro Azul, 572, Sobreloja 06, Zona 2 - Vara/Comarca: 4a Vara de Maringá/PR - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Belmec Indústria Mecânica Ltda. -** CNPJ: 03.075.581/0001-19 - Endereço: Rua Manoel Francisco da Costa, 5735, Galpão 01, Bairro João Pessoa - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Jaraguá do Sul/SC - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Cativa Beneficiamentos Têxteis Ltda. -** CNPJ: 10.467.099/0001-90 - Endereço: Rodovia Br 4790, Km 96, S/nº, Bairro Ribeirão do Bode, Apiúna/sc - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Jaraguá do Sul/SC - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Cativa Ms Têxtil Ltda. -** CNPJ: 10.289.232/0001-65 - Endereço: Av. Solum Padilha, S/nº, Loteamento Polo Industrial, Campo Grande/ms - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Jaraguá do Sul/SC - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Cativa Têxtil Indústria e Comércio Ltda. -** CNPJ: 80.959.513/0001-63 - Endereço: Rua Hermann Ehlert, 320, Centro - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Jaraguá do Sul/SC - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Comércio de Combustíveis Pastorello Ltda. -** CNPJ: 79.964.177/0001-68 - Endereço: Rodovia Br 158, Km 0,532, Centro, Pato Branco/pr - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de Curitiba/PR - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Conduta Indústria e Comércio de Malhas Ltda. -** CNPJ: 04.302.276/0001-85 - Endereço: Rua Casemiro de Abreu, 375, Centro, Mafra/sc - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Jaraguá do Sul/SC - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Fenixpar Participações S/A -** CNPJ: 09.911.601/0001-20 - Endereço: Rua Alfredo Hoge, 114, Sala A, Centro - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Jaraguá do Sul/SC - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Gp Distribuidora de Combustíveis S/a, Nome Fantasia Gp Combustíveis -** CNPJ: 03.609.381/0001-07 - Endereço: Rua Lídia Camargo Zampieri, 1438, Sala 03, Bairro Tindiquera - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de Curitiba/PR - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Hemfil Participações e Comércio de Produtos Agropastoril S/A -** CNPJ: 81.039.133/0001-73 - Endereço: Rua Vitório Balani, 396, Zona 5 - Vara/Comarca: 4a Vara de Maringá/PR - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Iguatemy Participações e Comércio Agropastoril Ltda. -** CNPJ: 80.382.344/0001-41 - Endereço: Av. Getúlio Vargas, 266, 5º Andar, Sala 506, Centro - Vara/Comarca: 4a Vara de Maringá/PR - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Imef Participações e Comércio de Produtos Agropastoril Ltda. -** CNPJ: 76.755.040/0001-05 - Endereço: Lote 134, Gleba Rib. Maringá, S/nº, Zona 7 - Vara/Comarca: 4a Vara de Maringá/PR - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **J. L. Participações e Comércio Agropastoril S/A -** CNPJ: 78.906.369/0001-55 - Endereço: Av. Curitiba, 339, Zona 4 - Vara/Comarca: 4a Vara de Maringá/PR - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Maximino Pastorello & Companhia Ltda. -** CNPJ: 73.818.767/0001-04 - Endereço: Rodovia Br 158, Km 0,510, Bairro Industrial, Pato Branco/pr - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de Curitiba/PR - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Participações e Agropecuária M. M. Ltda. -** CNPJ: 81.044.661/0001-10 - Endereço: Av. Marcelo Messias Busiquia, 847, Sala 05, Parque Industrial - Vara/Comarca: 4a Vara de Maringá/PR - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Santa Terezinha Participações S/A -** CNPJ: 79.109.237/0001-65 - Endereço: Av. Marcelo Messias Busiquia, 847, Escritório, Parque Industrial - Vara/Comarca: 4a Vara de Maringá/PR - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Usaciga Açúcar, Álcool e Energia Elétrica S/A -** CNPJ: 75.031.633/0001-66 - Endereço: Rodovia Pr 082, Km 307 + 770 Metros, S/nº, Zona Rural, Cidade Gaucha/pr - Vara/Comarca: 4a Vara de Maringá/PR - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Usina de Açúcar Santa Terezinha Ltda. -** CNPJ: 75.717.355/0001-03 - Endereço: Av. Pioneiro Victório Marcon, 693, Parque Industrial Ii - Vara/Comarca: 4a Vara de Maringá/PR - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Usina Rio Paraná S/A -** CNPJ: 07.743.689/0001-93 - Endereço: Rodovia Br 163, S/nº, Km 57, Zona Rural, Eldorado/ms - Vara/Comarca: 4a Vara de Maringá/PR - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Hoje, excepcionalmente, deixamos de publicar a **Agenda tributária**.

Agronegócios

Por GLOBORURAL

Cenários Ainda que o país empreste seu nome à semente, é a Bolívia que, desde o início dos anos 2000, lidera as exportações do produto

Brasil tenta retomar espaço nos embarques de castanha

Cleyton Vilarino
De São Paulo

DIVULGAÇÃO

Coletores de castanhas: boas práticas têm ajudado a abrir mercados e a aumentar o valor pago aos trabalhadores

O nome popular é castanha-do-brasil, mas é a Bolívia que lidera as exportações da semente no mundo. A situação, paradoxal, estabeleceu-se no início dos anos 2000, mas, agora, tem provocado a reação do segmento, que se organiza para retomar o protagonismo que os brasileiros perderam para o vizinho.

O declínio da produção nacional de castanha-do-pará (ou castanha-do-brasil, como a semente também é conhecida) e restrições sanitárias foram dois dos principais responsáveis pela queda dos embarques. Como parte dos esforços para o Brasil recuperar seu espaço, o Instituto de Desenvolvimento da Amazônia (Idesam) ouviu 27 organizações que atuam nas cadeias da castanha e do cacau na região amazônica para mapear iniciativas que enfrentem problemas que as duas culturas têm em comum.

"Faz 25 anos que o problema da castanha aconteceu, e a gente não solucionou em escala, mas alguns atores da cadeia estão resolvendo com boas práticas, tecnologia e acesso a políticas públicas", afirma Carlos Koury, diretor de inovação em bioeconomia do Idesam. "O movimento é tanto dos exportadores, que estão mais atentos aos protocolos sanitários dos países importadores, quanto da área de pesquisa, que tem desenvolvido tecnologias que permitem aumentar esse controle".

Uma das iniciativas é a da Abufarí Produtos Amazônicos, que nasceu em 2019 em Tapauá (AM) com a ideia de profissionalizar a coleta da castanha. A empresa passou a oferecer treinamento a seus fornecedores, e, a partir disso, eles começaram a adotar medidas simples, mas que fazem toda a diferença na qualidade final do produto. Com as mudanças, o valor que esses fornecedores recebem pela matéria prima é de 15% a 20% maior que o do que se pratica no mercado, afirma Leonardo Baldissera, diretor da empresa.

O extrativista Gildevan Amorim, de 40 anos, conta que, no passado, chegou a deixar de coletar castanhas por causa do baixo preço que os atravessadores estavam oferecendo. A parceria com a Abufarí melhorou o quadro, segundo ele. "Passamos a ter um tratamento que a gente não tinha", diz ele.

Além do preço, também as condições de trabalho melhoraram, segundo os coletores. Eles recebem equipamento de proteção individual da empresa e, com a instalação de estruturas de lona junto a cada castanheira, já não precisam mais acampar na floresta durante o período de coleta.

Todos os esforços são para reduzir o nível de intoxicação do produto por aflatoxinas, substâncias que se desenvolvem em castanhas e nozes mal-conservadas e que representa um risco à saúde humana. "Criamos um programa de boas práticas na parte da coleta para isolar ao máximo o fruto da umidade, que é de onde vem a toxina. A partir do momento em que ele cai, o produtor tem 15 dias para recolher", conta Baldissera.

Foi justamente a aflatoxina que passou a bloquear o acesso do Brasil aos principais mercados consumidores da União Europeia. Desde 1998, o bloco veta a importação de produtos com níveis de aflatoxinas, o que atingiu em cheio a cadeia extrativista nacional.

O trabalho tem dado resultado. Desde 2023, a Abufarí já conseguiu exportar 30 toneladas de castanha, que seguiram para países como Estados Unidos, Colômbia, Panamá, Israel e, mais recentemente, Argélia. A meta da empresa para este ano é triplicar esse volume. "Com o aquecimento global e a necessidade de conservação na Amazônia, existe um interesse crescente do consumidor europeu pelo que vem da Amazônia. Neste ano, a ideia é acelerar esse processo", completa Baldissera.

20%
foi a alta do preço pago a coletores

EUA e União Europeia são mercados prioritários

De São Paulo

Envolvida desde o início do ano em esforços para melhorar a reputação da castanha brasileira no mercado internacional, a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil) tem como objetivo fazer com que o Brasil volte a destinar 50% das suas exportações para mercados que são consumidores finais do produto, como Estados Unidos e União Europeia. Hoje, metade das exportações brasileiras tem Bolívia e Peru como destino.

"Em 1997, cerca de 85% da castanha que o Brasil exportava ia para Estados Unidos e Europa, mas hoje eles consomem 30% da nossa exportação, e 50% vão para Bolívia e Peru", diz o gerente de agronegócio da ApexBrasil, André Müller. "É evidente que a maior parte da castanha do Brasil que vai para a Bolívia não é para consumo dos bolivianos, e sim para a exportação".

No mercado de castanha descascada (já minimamente beneficiada, portanto), o Brasil é o quarto maior exportador, atrás de Alemanha, Peru e Bolívia. Quando se considera o produto bruto, com casca, o país lidera as exportações: em 2022, os embarques brasileiros somaram 8,5 mil toneladas e os bolivianos, 1,9 mil tonelada.

Segundo Müller, além da questão sanitária, o Brasil perdeu espaço no mercado internacional em virtude do declínio da produção nacional. O volume, que era de 50 mil toneladas na década de 1970, foi de 38 mil toneladas em 2022.

Na opinião do conselheiro para mercados internacionais da Cooperativa dos Agricultores do Vale do Amanhecer (Coopavam), Johann Wolfgang Schneider, a Bolívia trabalhou para criar a fama de sua castanha. "Eles têm uma estrutura de custo mais barata porque têm mais volume, são mais organizados e têm capital de giro para financiar o processo", afirma. A cooperativa tem acessado mercados importantes desde 2019 e exportou 80 toneladas no ano passado. *(CV)*

Frigoríficos
Marfrig planeja investir até R$ 2 bilhões para ampliar seu rebanho próprio no Brasil
B9

Alta da cotação do cacau em 12 meses chega a 75%

Commodities

Paulo Santos e José Florentino
De São Paulo

Em março, o cacau foi mais uma vez o principal destaque entre as commodities agrícolas negociadas no mercado internacional. Com o agravamento da crise de oferta, as cotações da amêndoa renovaram suas máximas históricas na bolsa de Nova York.

O preço dos contratos de segunda posição de entrega subiu 32,5% em relação a fevereiro, para US$ 7.472,40 a tonelada, em média, segundo o **Valor Data**. Com o desempenho, a cotação já soma 18 meses de alta seguidos. O mês de setembro de 2022 foi o último em que os preços médios caíram.

A safra 2023/24 deverá mesmo ter déficit, o terceiro seguido, no balanço de oferta e demanda de cacau, segundo a Organização Internacional do Cacau (ICCO, na sigla em inglês). A entidade calcula que o déficit na temporada será de 374 mil toneladas.

Questões operacionais nas indústrias na Costa do Marfim, país que lidera a produção de cacau do mundo, também ofereceram sustentação às cotações. Segundo Leonardo Rossetti, analista de inteligência de mercado da StoneX, os relatos são de que processadoras estariam interrompendo as atividades, seja por falta de produto ou porque o preço já é considerado impraticável.

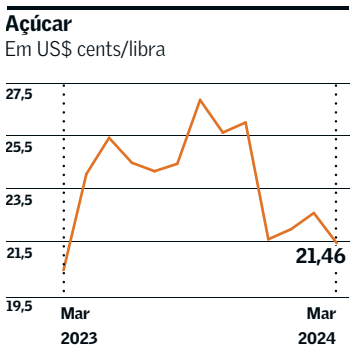
Na bolsa de Chicago, como resultado de correções técnicas, soja e milho encerraram o mês em alta. O preço médio da soja subiu 1,3%, para US$ 11,9183 o bushel, e o do milho, 1,4%, para US$ 4,4221.

O trigo, em contrapartida, caiu 5,7% em março, a US$ 5,5351 o bushel. A ampla oferta de trigo da Rússia, o maior exportador global, e a fraca demanda pelo cereal dos Estados Unidos impediram qualquer chance de reação dos preços.

valor.com.br
Leia a íntegra da matéria sobre o desempenho das commodities em valor.com.br/agro

Commodities agrícolas

Cotações médias* nas bolsas de Nova York e Chicago

Açúcar — Em US$ cents/libra
Eixo: 27,5; 25,5; 23,5; 21,5; 19,5 — Mar 2023 a Mar 2024 — último valor: 21,46

Variações		
-5,03%	-0,67%	4,99%
Mar/24	No ano	12 meses

Café — Em US$ cents/libra
Eixo: 190; 182; 174; 166; 158; 150 — Mar 2023 a Mar 2024 — último valor: 185,07

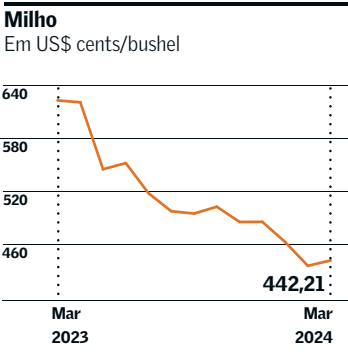
Variações		
-0,43%	-1,16%	4,72%
Mar/24	No ano	12 meses

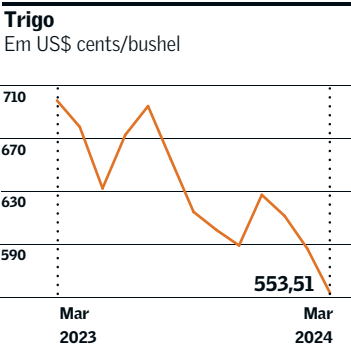
Cacau — Em US$/tonelada
Eixo: 7.400; 6.400; 5.400; 4.400; 3.400; 2.400 — Mar 2023 a Mar 2024 — último valor: 7.472

Variações		
32,52%	77,27%	159,33%
Mar/24	No ano	12 meses

Soja — Em US$ cents/bushel
Eixo: 1.550; 1.464; 1.378; 1.292; 1.206 — Mar 2023 a Mar 2024 — último valor: 1.191,83

Variações		
1,28%	-10,01%	-19,10%
Mar/24	No ano	12 meses

Milho — Em US$ cents/bushel
Eixo: 640; 580; 520; 460 — Mar 2023 a Mar 2024 — último valor: 442,21

Variações		
1,40%	-9,00%	-29,08%
Mar/24	No ano	12 meses

Trigo — Em US$ cents/bushel
Eixo: 710; 670; 630; 590 — Mar 2023 a Mar 2024 — último valor: 553,51

Variações		
-5,72%	-11,81%	-20,81%
Mar/24	No ano	12 meses

Fonte: Dow Jones Newswires. Elaboração: Valor Data. * Mercado futuro, segunda posição

Tecnologia
Boletos com Pix, chamados de 'bolepix', ganham espaço, diz Furiato, da Nuclea C5

Fintechs
Open Co volta a captar e prevê recuperação após dois anos de encolhimento C5

Renda fixa
Gestores buscam ganhar com diferencial de taxas de dívida no Brasil e exterior C8

Bancos
Crise imobiliária comercial põe em risco instituições de menor porte nos EUA C2

Finanças

Mercados Taxa de longo prazo voltou ao nível em que estava em agosto, no início do ciclo de cortes

Juro longo sobe a 11% apesar de queda da Selic

Augusto Decker e Victor Rezende
De São Paulo

Embora a Selic tenha caído três pontos percentuais desde agosto e esteja agora em 10,75%, a dinâmica das taxas de juros de longo prazo tem sido bem diferente. O estresse nos Treasuries, títulos do Tesouro americano, tem afetado em cheio contratos de DI de vencimentos mais longos. Desde o início do ano, estes voltaram a subir e alcançaram novamente a casa dos 11%, mesmo nível do início do ciclo de flexibilização monetária.

Os vetores externos se unem à percepção do mercado de que a taxa de juros pode ter de ser maior em prazos longos no Brasil, à medida que a atividade econômica tem dado sinais renovados de força, com um mercado de trabalho aquecido. Juros de longo prazo em níveis elevados dificultam em especial uma retomada mais forte do investimento, pois são eles, mais do que a Selic diretamente, que influenciam as taxas de captações das empresas para projetos.

Desde o início do ano, a taxa do DI para janeiro de 2033 subiu de 10,37% para 11,04%, movimento que guarda correlação de 79% com o salto da T-note de dez anos, que passou de 3,881% para 4,205%. O movimento dos Treasuries veio na esteira de uma reprecificação nas expectativas de cortes de juros pelo Federal Reserve (Fed, banco central americano). Com as surpresas nos dados de atividade e inflação nos EUA, o mercado passou a trabalhar com preços que sugerem taxas altas por mais tempo, o que teve reflexos claros nos juros locais.

"No ano passado, o mercado tinha quase certeza de que o Fed cortaria os juros em março e, agora, existe uma precificação dividida, com perspectiva de início em junho ou julho. Os dados robustos de atividade e a resiliência da inflação americana causaram essa reprecificação da trajetória de política monetária", diz o estrategista-chefe da Warren Investimentos, Sérgio Goldenstein.

Na visão do sócio e CIO da Parcitas Investimentos, Marcelo Ferman, o fato de o aperto monetário global não ter se traduzido, até agora, em uma desaceleração econômica mais forte suscita discussões sobre um possível aumento do juro neutro, aquele que não estimula nem contrai a atividade. "Como já passou tempo suficiente, o mercado começa a se perguntar o motivo de a economia não desacelerar. Do ponto de vista macro, a forma de trazer senso a isso é imaginar que, talvez, o juro neutro possa estar mais alto."

Esse debate, de acordo com Ferman, vale para os EUA e, também, para o Brasil. "Vai passando o tempo e o mercado vai reprecificando isso", diz. E um segundo pilar que ajuda a explicar a alta dos juros longos vem, na visão do executivo, dos reflexos de um possível juro neutro americano mais alto na taxa de equilíbrio local. "Se existe uma reprecificação da ponta longa da curva de juros americana, isso tem impactos na curva de juros brasileira. No nosso cálculo sobre o nível do juro neutro no Brasil, precisamos levar em conta o juro de equilíbrio externo", justifica.

Ferman também cita fatores domésticos ao avaliar o comportamento dos juros longos, mas aponta que têm um peso menor no momento. "O país tem suas jabuticabas. Temos, pela frente, uma transição no comando do Banco Central que gera incerteza e pode ser difícil. Isso leva o mercado a exigir mais prêmio. Além disso, temos nossas questões fiscais, que são complicadas. Muitos países também enfrentam essa dificuldade, mas no Brasil esse problema nos persegue há algum tempo e temos visto o governo gastando muito. Isso não nos ajuda a ter juros mais baixos no longo prazo."

Goldenstein, da Warren, diz que o forte desempenho da atividade econômica neste início de ano no Brasil também contribui para ajustes no mercado de juros, com a sensação de taxas mais altas no longo prazo. "Existem dados robustos de consumo das famílias e do mercado de trabalho no Brasil, e o Banco Central levantou um sinal amarelo em relação à resiliência da inflação de serviços. Num cenário com dados mais fortes, surpresas de inflação de serviços e de mercado de trabalho, uma Selic maior passou a ser incorporada."

O estrategista nota que a curva de juros, que chegou a incorporar uma taxa Selic de 9% ao fim do ciclo de cortes, agora precifica o juro básico em 9,75%. "A precificação da curva de juros é a Selic esperada mais o prêmio de risco. Houve uma contração na parte longa há alguns meses, mas, na medida em que a precificação esperada para a Selic subiu mais recentemente, contaminou o restante da curva. Aconteceu uma combinação dos dois fatores: evolução da taxa do Treasury e reprecificação para cima da Selic 'terminal' esperada."

Nesse sentido, Denis Ferrari, gestor de renda fixa da Kinea Investimentos, destaca o aumento da inclinação da curva de juros. Enquanto as taxas curtas subiram de 0,2 a 0,3 ponto percentual desde o início do ano, os juros longos tiveram alta mais intensa, de 0,7 a 0,8 ponto. "Dado o movimento recente do BC, era esperado que a curva perdesse inclinação", diz.

Em geral, quando autoridades monetárias adotam um tom mais duro ("hawkish"), a tendência é que os juros de curto prazo subam e as taxas longas caiam ou não subam com tanta intensidade. Na lógica do mercado, medidas mais duras no curto prazo podem gerar alívio na taxa em prazos longos.

Na visão da Kinea, a Selic deve terminar o ciclo de cortes atual em 9,5%, com uma postura mais dura a ser adotada pelo BC, diante da força da atividade e do mercado de trabalho e da inflação de serviços subjacentes. "Se estivermos certos e o BC parar o ciclo mais cedo, a probabilidade de ele voltar a elevar os juros mais à frente é menor. Mas isso não tem se refletido nos preços. Hoje, se eu tivesse que ter uma posição em juro local, alocaria nessa parte mais longa da curva. A inclinação é muito grande e o prêmio deveria ser menor", diz.

O gestor nota ainda que há prêmios implícitos nos juros mais longos diante das incertezas domésticas. Ele cita como exemplo a possibilidade de mudança da meta de superávit primário de 0,5% do PIB em 2025. "Não é um número crível e terá de ser revisado em algum momento. A meta de 2024, de resultado zero, ganhou sobrevida, mas, em algum momento, também será alterada."

Além disso, de acordo com Ferrari, há um prêmio de risco "natural" devido ao atraso no ciclo de flexibilização monetária do Fed. "Se o ciclo atrasa, é ruim para todos os emergentes. Talvez o juro longo pudesse ser mais baixo, mas seria preciso combinar com o Fed."

CAROL CARQUEJEIRO/VALOR

"Nossa questão fiscal não nos ajuda a ter juros mais baixos no longo prazo"
Marcelo Ferman

De volta a 11%
Juro de longo prazo (DI jan/33) - em %

12,5
12,0
11,5
11,0
10,5
10,0
12,13
11,04
10,83
10,29
1/Ago 2023
3/Out 2023
27/Dez 2023
28/Mar 2024

Fonte: Valor PRO e B3

Chance de taxa cair a 9% ou menos 'está ficando para trás', diz Kinea

Victor Rezende
De São Paulo

Se já no fim do ano passado parecia difícil para o Banco Central (BC) reduzir a Selic para um nível abaixo de 9%, o cenário neste início de ano tem indicado que, cada vez mais, a chance de a taxa de juros visitar um patamar bem mais baixo "está ficando para trás". "Com atividade econômica e mercado de trabalho muito fortes; talvez, no máximo, três cortes de juros nos Estados Unidos; e pressões na inflação de serviços, parece ser complicado para o BC entregar uma taxa tão baixa quanto se esperava", afirma Denis Ferrari, gestor de renda fixa da Kinea Investimentos.

Em sua carta referente a março, antecipada ao **Valor**, a Kinea avalia o que esperar para a reta final do mandato de seis anos de Roberto Campos Neto à frente da autoridade monetária e, na visão da gestora, uma taxa de 9% no fim do atual ciclo de flexibilização "nos parece irrealista no momento". "O cenário mais provável nos parece um corte adicional de 0,5 ponto [em maio], seguido de ajustes menores, com taxa 'terminal' esperada na casa de 9,5%."

O cenário projetado pela gestora contrasta com o consenso dos economistas de mercado, que indica uma Selic de 9% neste ano, de acordo com o Boletim Focus. A curva de juros, contudo, sofreu ajuste relevante desde o início do ano e embute nos preços, no momento, uma Selic em torno de 9,75% no fim do ciclo de cortes.

Os motivos para o viés mais cauteloso vêm, sobretudo, do forte desempenho da atividade econômica e de temores quanto à possibilidade de um diferencial de juros muito baixo. Na carta, a Kinea aponta que seu "tracking" para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do primeiro trimestre já mostra um número em torno de 0,9%, o que indicaria um nível de atividade bem mais forte que o esperado. "E essa atividade mais forte também é representada por um forte crescimento da renda real e um surpreendente desempenho do mercado de trabalho."

A Kinea nota, contudo, que a consequência de uma atividade mais resiliente e de um mercado de trabalho forte "tem sido uma reversão de tendência de queda dos núcleos inflacionários, particularmente no setor de serviços". Se o conjunto com atividade, inflação e mercado de trabalho resilientes no Brasil já seria suficiente para uma prudência maior com a trajetória de queda dos juros, na visão da Kinea esse cenário se mostra ainda mais desafiador diante da revisão nas perspectivas de cortes nas taxas de juros nos EUA, o que reduz o diferencial de juros a níveis historicamente baixos.

"Não basta uma crença em uma variável muito incerta — como os juros neutros — para pré-determinar um ciclo de juros em piloto automático. Se a economia se mostra resiliente a uma taxa de juros ainda elevada, talvez esse próprio equilíbrio tenha mudado", avalia a gestora na carta de março.

Na visão de Ferrari, os juros de curto prazo no mercado já parecem ter precificado esse cenário. A Kinea, no momento, não tem posições em juros locais no Brasil e tem preferido alocar mais na renda fixa internacional. "Temos convicção maior sobre cortes de juros nas economias maduras. Mas vale a pena ficar tomado [apostar na alta das taxas] no Brasil hoje? Acho que não. Não é o caso de ficar 'tomado', mas também não é o caso de ter grandes exposições. Não vejo uma assimetria muito positiva hoje."

9,5%
é a Selic esperada pela casa neste ano

INÊS 249

Ibovespa
Em pontos

127.071 — 128.106 — alta de **0,33%**
8/mar/24 — 28/mar/24

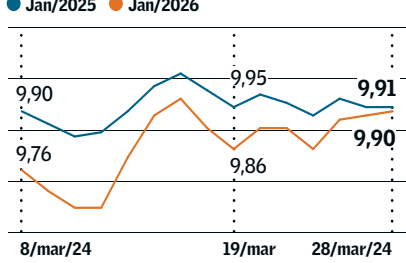
Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Bolsas internacionais
Variações no dia 28/mar/24 - em %

Índice	%
Dow Jones	0,12
S&P 500	0,11
Euronext 100	0,10
DAX	0,08
CAC-40	0,01
Nikkei-225*	0,50
SSE Composite*	1,01

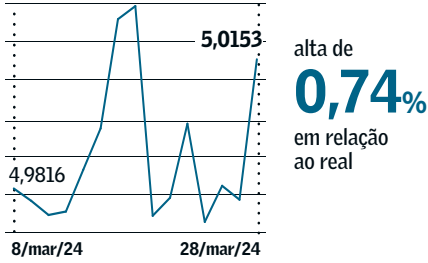
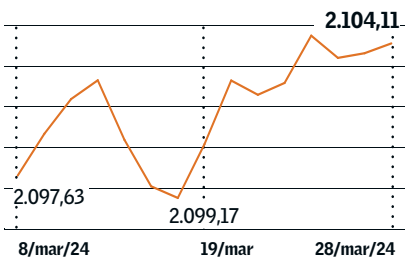
* no dia 29/mar/24

Juros
DI-Over futuro - em % ao ano
Jan/2025 Jan/2026

9,90 — 9,76 — 9,95 — 9,86 — 9,91 — 9,90
8/mar/24 — 19/mar — 28/mar/24

Dólar comercial
Cotação de venda - em R$/US$

4,9816 — 5,0153 — alta de **0,74%** em relação ao real
8/mar/24 — 28/mar/24

Índice de Renda Fixa Valor
Base = 100 em 31/12/99

2.097,63 — 2.099,17 — 2.104,11
8/mar/24 — 19/mar — 28/mar/24

Mercados Analistas veem problema restrito a instituições de menor porte e descartam risco sistêmico e grandes repercussões

Crise do setor imobiliário comercial deixa bancos na berlinda nos EUA

Gabriel Caldeira
De São Paulo

A crise no setor imobiliário comercial dos Estados Unidos (CRE, na sigla em inglês), deflagrada pelo esvaziamento de escritórios com a pandemia de covid-19, representa mais um risco à saúde dos bancos regionais americanos um ano após a turbulência que provocou o fechamento do Silicon Valley Bank (SVB) e doSignature Bank. Instituições financeiras de médio e pequeno portes são as mais afetadas, e os bancos com maior exposição ao CRE poder rumar à falência à medida que vencer o prazo para o pagamento de empréstimos das incorporadoras imobiliárias endividadas.

Na avaliação de analistas ouvidos pelo **Valor**, a ampla liquidez do sistema financeiro casada com a baixa exposição ao CRE entre os grandes bancos e a atual solidez da economia americana deve mitigar as repercussões macroeconômicas. Assim, a resposta dos mercados ainda é incerta, já que os investidores podem fazer vista grossa ao tema ou especular acerca de um eventual risco sistêmico com as prováveis falências de bancos menores.

"Sim, há uma chance [de uma nova minicrise bancária]. O estresse no sistema bancário não acabou, mas é improvável que se transforme em algo que represente um risco sistêmico para o sistema financeiro como um todo", avalia Ryan Sweet, economista-chefe para EUA da Oxford Economics.

Segundo Sweet, os bancos regionais americanos — aqueles com ativos entre US$ 10 bilhões a US$ 100 bilhões — devem seguir pressionados nos próximos anos, o que levará a novas quebras e aquisições neste segmento do setor financeiro. "A boa notícia é que não há muitas evidências de que os problemas entre os bancos regionais estejam afetando negativamente os bancos de médio e grande porte", diz Sweet.

A opinião do economista é similar à visão do presidente do Federal Reserve (Fed, banco central americano), Jerome Powell. "Esse é um problema no qual estaremos trabalhando por mais anos, tenho certeza. Haverá falências de bancos, mas não dos grandes bancos", afirmou Powell em sua última sabatina com membros do Congresso americano.

JEENAH MOON/BLOOMBERG

Edifício de escritório perde contratos de locação na Park Avenue, em NY

O estopim para as preocupações renovadas do mercado com o setor de CRE veio com a apresentação do balanço do New York Community Bancorp (NYCB) em fevereiro. O banco, que em 2022 havia comprado o Flagstar Bank, adquiriu parte dos ativos do falido Signature Bank. Com um balanço de ativos maior, o NYCB teve de se adequar a regras mais rígidas dos bancos de grande porte dos Estados Unidos e, assim, ter uma reserva maior para provisões. Com isso, a alta exposição do banco ao CRE o obrigou a cortar dividendos a investidores e buscar uma injeção de capital, que veio no começo de março, com um resgate de cerca de US$ 1 bilhão de outras entidades do setor privado.

"A falência do SVB foi uma grande surpresa negativa. O mercado não estava preparado e foram feitas muitas comparações com a crise financeira de 2007 e 2008. O evento do NYCB, por outro lado, foi um choque que durou dois ou três dias. Os investidores perceberam que não havia um novo problema", diz Markus Allenspach, chefe de pesquisa em renda fixa do banco suíço Julius Baer.

O profissional destaca que a exposição dos chamados bancos comunitários dos Estados Unidos (com menos de US$ 10 bilhões em ativos) ao CRE é, em média, de cerca de 35% do balanço de ativos, enquanto a dos bancos regionais é de menos de 20%.

Para o executivo, a crise do CRE é um problema exclusivo dos pequenos bancos americanos, e por isso os investidores podem e devem ignorar o evento. "O mercado entende que este não é um grande problema agora. Eu diria que o mercado vai se livrar disso com relativa facilidade", avalia Allenspach.

Sweet, da Oxford, tem opinião menos otimista. Embora concorde que a crise do CRE ainda não dá sinais de que vai afetar a atividade e o sistema financeiro como um todo, ele pondera que os investidores podem acabar se assustando com seguidas falências de bancos de menor porte e o estresse entre os bancos regionais, levando a um período de oscilações nos mercados.

"Os bancos falham o tempo todo. Ainda assim, as falências de bancos podem abalar o sentimento dos investidores, pois podem fazer com que eles comecem a apostar na próxima instituição que sofrerá pressão ou falirá."

A correção brusca de preços no setor de CRE ainda não terminou, de acordo com Abigail Rosenbaum, diretora associada e especialista em setor imobiliário da Oxford Economics. Segundo ela, os preços dos escritórios terão caído quase 30% até o fim do ano em relação ao pico de 2019.

Ao mesmo tempo, a perspectiva de que os juros nos Estados Unidos não vão cair tanto diante de uma economia forte e uma inflação ainda resiliente é mais um risco de baixa ao setor. "Há um pouco de dificuldade para os investidores se sentirem confortáveis com os preços, devido ao ambiente de altas taxas de juros e à incerteza", comenta.

Ela, porém, ressalta que é importante não abordar o setor de CRE como uma coisa só. Se a correção dos preços de escritórios é "similar ao da crise financeira de 2007 e 2008", empreendimentos imobiliários multifamiliares e imóveis do setor varejista passam por momentos distintos. Rosenbaum destaca o consumo americano forte que não dá sinais de desaquecimento, o que tende a aumentar a demanda por empreendimentos no varejo. Já Allenspach pontua que a demanda no CRE como um todo pode melhorar caso os escritórios desocupados sejam convertidos em apartamentos residenciais.

O economista do Julius avalia ainda que é improvável que a exposição dos pequenos bancos americanos às imobiliárias endividadas leve a um esgotamento do crédito para pequenos empreendedores. "Poderia haver uma pequena crise se os bancos apertarem as condições de crédito, mas eu não vejo um problema material para a economia dos Estados Unidos. Mesmo o Fed está bastante tranquilo quanto a isso."

> "Estresse no sistema bancário não acabou, mas é improvável risco sistêmico"
> *Ryan Sweet*

Wall Street mantém intacta narrativa de rali para abril

Isabelle Lee
Bloomberg

Um desaquecimento no indicador de inflação preferido do Federal Reserve (Fed, banco central americano) no mês passado, juntamente com uma recuperação nos gastos das famílias, não serviu para mudar o consenso de Wall Street que levou as ações a níveis recordes no primeiro trimestre.

Os indicadores, divulgados com os mercados fechados na sexta-feira, sustentam a avaliação de que, embora a inflação tenha arrefecido, permanece mais elevada do que o Fed gostaria, limitando a margem para cortes nos juros. Ao mesmo tempo, tranquilizam os analistas de que a economia continua indo bem após a campanha de alta dos juros.

"Resumindo: não vejo isso fazendo nada para mudar a narrativa do Fed ou do mercado neste momento", disse Steve Sosnick, estrategista-chefe da Interactive Brokers.

O presidente do Fed, Jerome Powell, disse que os dados de sexta vieram conforme esperava, embora tenha reconhecido que a leitura não foi tão boa quanto a de 2023. "Essa leitura veio mais baixo, mas não tão baixo quanto a maioria das boas leituras que obtivemos no segundo semestre do ano passado; mas é mais parecido com o que queremos."

Os dados surgem após um trimestre excelente para as ações, conforme os investidores apostaram que o Fed conseguiria fazer um "pouso suave" na economia. Com uma alta de 10% no trimestre, o índice S&P 500 quebrou recorde 22 vezes este ano, levando os preços das ações dos EUA até US$ 4 trilhões. O boom fez alguns analistas se preocuparem com o aquecimento excessivo do mercado. Na sexta, os rendimentos dos Treasuries de dois anos, mais sensíveis à política monetária, subiram cinco pontos para 4,62%.

Uma parte preocupante do relatório de sexta foi a incompatibilidade entre gastos e receitas, disse Sosnick. Embora o aumento dos gastos impulsione a economia no curto prazo, é insustentável gastar mais e ganhar menos. Os gastos pessoais reais aumentaram 0,4% no mês passado, acima das estimativas de 0,1%.

Para Dan Suzuki, vice-diretor de investimentos da Richard Bernstein Advisors, os dados vieram mistos, por isso ele não espera uma mudança significativa na narrativa sobre a inflação e o Fed. "A história continua a ser a de que a moderação constante da inflação estagnou", disse.

Já para Marvin Loh, macroestrategista da State Street, as leituras da inflação parecem alinhadas. "Os números não são suficientemente baixos para dar ao Fed o conforto de que a meta de 2% será alcançada confortavelmente, mas existe um limiar baixo para iniciar o processo de normalização neste verão."

0,4%
foi a alta de gasto pessoal, acima de 0,1% do consenso

Gestores contratam detetives para investigar empresas

Laura Benitez e Silas Brown
Bloomberg

A confiança dos investidores nos ativos do mercado de empresas de capital fechado atingiu uma tal profundidade que alguns estão resolvendo o problema por conta própria.

Mais gestores de recursos estão contratando detetives corporativos particulares para obter informações relevantes que os ajudem a saber mais sobre as empresas para as quais emprestam ou em que investem. Também buscam informações sobre como o valor das garantias subjacentes foi calculado, de acordo com Jason Wright, diretor administrativo de crimes financeiros e risco da K2 Integrity, empresa de investigação corporativa, cofundada por Jules e Jeremy Kroll.

O crédito para essas empresas se tornou uma das indústrias de crescimento mais rápido de Wall Street, mais que triplicando de tamanho na última década, para US$ 1,7 trilhão, à medida que os gestores de recursos buscavam investimentos que prometiam retornos elevados, bem como proteção contra perdas com marcação a mercado.

Historicamente celebrado por proporcionar ganhos estáveis, mesmo quando os valores mobiliários negociados estão cambaleando, o segmento agora está sendo visto como um problema. Os investidores se preocupam com o fato de que esses ativos não sofreram a precificação dos mercados e talvez possam não refletir com precisão os riscos.

"Há muito critério usado pelos gestores dessas carteiras. As maiores questões a que estamos respondendo agora são sobre a recuperação desses ativos com um todo e quanto pode ser retomado", afirmou Wright. "Qual é o verdadeiro valor da dívida aqui?"

Em fevereiro, a Bloomberg News informou que, em alguns casos, os mesmos empréstimos estavam tendo marcação a mercado de forma totalmente diferente dependendo da carteira em que se encontravam. As enormes variações nos preços também assustam reguladores, preocupados com o fato de que a falta de consenso poder esconder mais dificuldades debaixo do tapete.

Uma tendência crescente nos mercados de empresas de capital fechado tem sido o surgimento das chamadas companhias de desenvolvimento de negócios, essencialmente fundos de private equity que investem em pequenas e médias empresas e frequentemente negociados publicamente. A procura por empresas de desenvolvimento de negócios (BDCs, na sigla inglês) não negociadas publicamente, bem como de outros veículos fechados e sem tanta liquidez, nos quais o dinheiro muda de mãos conforme decisão dos gestores, também disparou nos últimos anos.

As empresas de desenvolvimento de negócios têm aproximadamente 40% de todo o crédito privado implantado na América do Norte, de acordo com um estudo de janeiro publicado pelo Barclays. Isso representa ativos sob gestão de cerca de US$ 315 bilhões, segundo Corry Short, estrategista do Barclays, coautor do relatório.

"O interesse nos mercados de empresas fechadas de forma mais ampla e a forma como as companhias de desenvolvimento de negócios fazem a marcação dos seus ativos têm atraído o interesse dos clientes ultimamente", disse Wright. "Agora temos grandes fundos perguntando se esses 'valuations' nos mercados privados e nas carteiras de crédito foram testadas e como podemos testá-las?"

Os BDCs também investem em empresas em dificuldades. Estão abertos a investidores de varejo e estão se tornando cada vez mais populares entre fundos de pensão, seguradoras e family offices, bem como outras instituições globais.

É verdade que um número cada vez maior de credores contrata especialistas em "valuations" terceirizados para analisar as suas marcações, além de os fundos serem auditados rotineiramente. No entanto, dados recentes sobre captação de recursos pelos fundos mostram que foi retirada uma enorme vantagem do crédito privado, estimulando alguns BDCs a começarem a cortar as taxas de administração para manter a entrada de capital.

Alguns investidores estão dando um passo além e apostando diretamente contra BDCs para ganhar com eventuais perdas futuras desses veículos. Houve US$ 439 milhões em operações de venda a descoberto contra esses fundos, um aumento de 37% ano a ano, de acordo com dados da S3 Partners, empresa de análise financeira.

"Em alguns casos extremos, vemos casos em que as condições dos empréstimos são boas demais para ser verdade", disse Wright. "Quando investigado, verifica-se que a garantia prometida aos investidores para empréstimos foi, na verdade, dada a terceiros. Às vezes, várias vezes", diz.

Entre os negócios em andamento que chamam atenção estão o da mineradora de criptomoedas Bitdeer Technologies Group, que está em negociações com gestoras de crédito para conseguir US$ 100 milhões em financiamento.

A Stone Point Capital Markets liderou um empréstimo de US$ 475 milhões para uma empresa do próprio portfólio chamada Higginbotham Insurance Agency. Liderou também um financiamento garantido em notas seniores da SafeGuard, composto por um empréstimo a prazo de US$ 1,235 bilhão e outro de US$ 75 milhões.

Os gestores de crédito voltado a empresas de capital fechado estão fazendo significativamente mais negócios na área dos combustíveis fósseis do que há alguns anos, à medida que preenchem um vácuo deixado pelos bancos que abandonaram ativos que representam um risco climático muito grande.

O Encore Group USA, que faz parte do portfólio da Blackstone, busca levantar US$ 500 milhões com emissão de ações, enquanto negocia com o Goldman Sachs uma forma de rolar empréstimos com vencimento em até dois anos.

Blackstone e KKR participaram da rodada de investimento de mais de US$ 500 milhões na empresa de engenharia STV Group. Já a Centerview Partners manteve negociações com credores para refinanciar uma dívida pendente do fornecedor de rodas Superior Industries International.

Diferentes bancos e credores estão competindo para organizar um pacote de dívida de cerca de € 1,8 bilhão para financiar a potencial aquisição do Apleona Group. A Electrical Components, que faz parte do portfólio da Cerberus, manteve discussões com empresas de crédito para um novo empréstimo que refinanciaria sua dívida.

40%
é a fatia no crédito a empresa fechada dos BDCs

FERTILIZANTES HERINGER

FERTILIZANTES HERINGER S.A. - CNPJ/MF 22.266.175/0001-88 - Companhia Aberta de Capital Autorizado

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto Operacional

A Fertilizantes Heringer S.A. ("Heringer" ou "Companhia"), com sede no município de Paulínia no estado de São Paulo, tem como atividade preponderante a industrialização e a comercialização de fertilizantes, possuindo no total 15 unidades de mistura, distribuídas nas regiões Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e Sul do Brasil.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia operava com 13 unidades de armazenamento, mistura e distribuição (Viana/ES, Manhuaçu, Iguatama e Três Corações/MG, Candeias/BA, Ourinhos, Paulinia1 e Paulinia2/SP, Catalão e Rio Verde/GO, Dourados/MS, Rosário do Catete/SE e Rio Grande/RS), adicionalmente permanece com 2 unidades hibernadas (Porto Alegre/RS e Paranaguá/PR).

Ressalta-se que, no Paraná, além de uma unidade de mistura, a Companhia possui também uma unidade de produção de ácido sulfúrico e uma unidade de produção de superfosfato simples ("SSP").

Em 28 de março de 2022, a Companhia recebeu comunicação da sua acionista controladora Heringer Participações Ltda. ("Controladora Direta"), juntamente de seus sócios, informando sobre o fechamento da operação ("Fechamento") contemplada no Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças ("Contrato de Compra e Venda"), firmado entre, de um lado, Dalton Dias Heringer, Eny de Miranda Heringer, Dalton Carlos Heringer e Juliana Heringer Rezende ("Vendedores") e, de outro lado, Eurochem Comércio de Produtos Químicos Ltda. ("Compradora"), tendo como partes intervenientes-anuentes a Companhia, a Fertilizantes Tocantins S.A. (FTO) e a Controladora Direta, sociedade (i) cujas quotas são detidas inteiramente pelos Vendedores e (ii) que é titular de 27.728.139 ações ordinárias nominativas equivalentes a 51,48% do capital social total e votante da Companhia ("Ações Heringer").

A Compradora faz parte do Grupo EuroChem Group AG ("EuroChem") um dos líderes globais em produção de fertilizantes e uma das três empresas do mundo com capacidade de fabricação dos três grupos de nutrientes primários: nitrogênio, fosfatos e potássio. O fechamento da Operação fortalece ainda mais a capacidade de produção e distribuição do Grupo no Brasil, um dos mercados mais importantes de nutrientes para cultivo do mundo.

Em continuidade ao processo de aquisição da totalidade das ações da Heringer, sua controladora indireta (Eurochem Comércio de Produtos Químicos Ltda. "ofertante"), realizou em 27 de junho de 2023 , leilão de oferta pública e, como resultado do leilão, a ofertante adquiriu 15.345.607 ações, representativas de aproximadamente 28,50% do total de ações ordinárias de emissão da Companhia, sendo que, 19% eram ações negociadas no free float, e o percentual de 9,5% das ações alienadas pela sociedade PCS Sales (Canada) INC. para ofertante. Cada ação foi adquirida pelo preço de R$ 14,99 (quatorze reais e noventa e nove centavos), totalizando o valor de R$ 230.031. Após a liquidação financeira das aquisições realizadas no leilão, que ocorreu em 29 de junho de 2023, remanesceram em circulação 10.783.538 ações ordinárias de emissão da Companhia, que representam aproximadamente 20,02% de seu capital social. Assim, após a liquidação financeira da oferta, a ofertante passou a ser titular, direta e indiretamente, de 43.073.746 ações de emissão da Companhia, representativas de aproximadamente 79,98% do capital social total da Fertilizantes Heringer. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia detinha 10,02% de suas ações no free float.

As ações ordinárias de emissão da Companhia são negociadas no segmento especial da B3, denominado Novo Mercado, sob o código de negociação FHER3.

1.1 Recuperação judicial

Em 4 de fevereiro de 2019, a Companhia ajuizou o pedido de recuperação judicial ("RJ"). Em 28 de novembro de 2019, a Administração da Companhia apresentou, nos autos do processo, após adequações, a segunda versão do plano de recuperação judicial, que foi aprovado em Assembléia Geral de Credores realizada em 3 de dezembro de 2019, e homologado pelo juízo recuperacional em 14 de fevereiro de 2020, com publicação em 19 de fevereiro de 2020.

O relatório protocolado pelo administrador judicial, referente ao mês de novembro de 2023, não reporta qualquer descumprimento do Plano de Recuperação Judicial por parte da Recuperanda. Registra o Relatório que, até 19 de outubro de 2023, foram pagos aos credores da Recuperação Judicial o montante de R$ 61 milhões.

Em 22 de março de 2022, o Douto Juíz da 2ª Vara Cível da Comarca de Paulínia proferiu sentença encerrando a Recuperação Judicial em razão do (i) decurso do prazo de 2 (dois) anos contados da concessão de sua Recuperação Judicial; e (ii) cumprimento das obrigações assumidas no âmbito do plano aprovado. Em face da sentença que encerrou a Recuperação Judicial quatro credores interpuseram recurso de apelação, os quais estavam pendentes de julgamento pelo TJSP, até a data a data base desta demonstração financeira.

Em 05 de março de 2024, através de acordão emitido pelo Tribunal de Justiça do estado de São Paulo, houve o indeferimento do pleito de dois credores, assim como, informação de desistência dos outros dois credores que requeriam pela não encerramento da recuperação judicial da Companhia, conforme Nota 27.

1.2 Continuidade operacional

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia.

A Administração da Companhia entende que as linhas de crédito que a mesma possui junto a diversas instituições financeiras e a geração de recursos durante o ano em curso, são suficientes para manutenção do negócio. Vale ressaltar que a partir de 31 de março de 2022, a Companhia passou a ser controlada por uma empresa global e produtora de fertilizantes, conforme nota explicativa 1 e, tal fato, reforça a continuidade operacional.

Com o advento da Recuperação Judicial homologada em 14 de fevereiro de 2020 e reflexos de reestruturação da sua dívida, a Companhia obteve então uma nova estrutura de capital onde parte significativa de suas dívidas passou a ser de longo prazo, classificada no passivo não circulante, como resultado no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta capital circulante líquido positivo no montante de R$ 232.002 (R$ 789.089 em 31 de dezembro de 2022). Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta prejuízo acumulado de R$ 614.610 (R$ 254.211 em 31 de dezembro de 2022), tendo apresentado ainda patrimônio líquido positivo no montante de R$ 7.517 (R$ 368.520 em 31 de dezembro de 2022).

1.3 Conflito Rússia – Ucrânia

Como é de conhecimento público, desde o dia 24 de fevereiro de 2022 a Rússia iniciou ofensiva contra a Ucrânia, gerando assim um clima de incertezas. Também como é de conhecimento público a Rússia é um importante fornecedor de fertilizantes básicos e, tal fato, trouxe a possibilidade de escassez de fertilizantes o que resultou em uma forte especulação nos preços.

A Administração da Companhia sabendo da relevância do tema em suas operações, vem acompanhando os desdobramentos e eventuais impactos à suas operações. Todavia, vale salientar que a escassez de fertilizantes não se materializou e, contrariando as expectativas, tivemos um forte fluxo de entrada de fertilizantes no Brasil e, também, um forte recuo nos preços, tanto internacional como no mercado local.

A Administração continuará monitorando a evolução e desenvolvimentos do conflito e seus impactos sobre as operações da Companhia, clientes e fornecedores. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possui ativos ou passivos materiais expostos junto aos países envolvidos no conflito, portanto nenhum impacto contábil relevante foi identificado até a data de autorização para emissão dessas informações financeiras.

5. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma: (i) matérias-primas e embalagens - custo médio das compras, usando-se o método da média ponderada móvel; e (ii) custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração - compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas, sempre considerando a capacidade operacional normal.

As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Matérias-primas e embalagens	1.098.587	1.228.064
Almoxarifado	23.620	15.491
Importações em andamento	20.259	210.549
Provisão para ajuste a valor de mercado (i)	(2.095)	(2.017)
Provisão de obsolescência / marcação a mercado dos preços de estoques (ii)	(69.656)	(5.430)
	1.070.715	**1.446.657**

(i) Refere-se à provisão para resíduos de matérias-primas, cujo custo médio em estoque estava superior ao valor de realização.

(ii) Refere-se substancialmente a registro de marcação a mercado dos preços de estoques, considerando a realização a menor das margens de vendas.

O custo dos estoques reconhecido no resultado e incluído em "Custos dos produtos vendidos" totalizaram R$ 5.110.957 (R$ 5.280.047 em 31 de dezembro de 2022) conforme Nota 19.

6. Tributos a recuperar

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS (i) / (ii)	194.725	179.235
Imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços - ICMS (ii)	34.802	55.048
Imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços – ICMS exclusão base PIS e COFINS (i)	13.030	12.378
Programa de Integração Social - PIS (i) / (ii)	43.453	42.140
IRRF sobre instrumentos financeiros derivativos	340	427
Créditos Tributários adquiridos (iii)	42.911	40.983
Provisão para perda de créditos tributários – ICMS (ii)	(500)	(1.820)
Provisão para perda de créditos tributários - PIS/COFINS	(875)	-
	327.886	**328.391**
Circulante	156.768	156.419
Não circulante	171.118	171.972
	327.886	**328.391**

(i) O saldo do PIS e COFINS a recuperar R$ 251.208 (R$ 233.753 em dezembro de 2022) decorre da apropriação de créditos fiscais, quando da aquisição de insumos, em monta superior aos débitos destas mesmas contribuições federais, sobretudo em função de que a maior parte dos produtos fabricados e vendidos pela Companhia é tributada à alíquota 0 (zero) pelo PIS e pela COFINS, nos termos da legislação de referência. A Companhia, por meio de formulários específicos, solicita periodicamente que estes créditos sejam ressarcidos e/ou compensados com débitos tributários federais também administrados pela Receita Federal do Brasil ("RFB").

Em 31 de dezembro de 2023, o montante de R$ 38.974 (R$ 21.997 em dezembro 2022) encontrava-se sob verificação por parte da RFB, aguardando análise do agente fiscal, o montante de R$ 199.204 (R$ 199.251 em 31 de dezembro de 2022) encontrava-se em discussão com a própria RFB e/ ou no âmbito do Conselho de Administração de Recursos Fiscais ("CARF"). Adicionalmente o montante de R$ 13.030 (R$ 12.378 dezembro 2022) refere-se ao reconhecimento do indébito tributário decorrente do processo de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, conforme item (iii) abaixo.

A mencionada discussão é travada no âmbito da RFB e do CARF e se refere a glosas de créditos fiscais apresentadas pela RFB no decorrer da análise dos pedidos de ressarcimento e/ ou compensação dos aludidos valores. Essas glosas decorrem, sobremaneira, da apropriação de créditos sobre gastos relacionados com a contratação de:

(1) Serviços portuários, necessários ao desembaraço e nacionalização dos insumos importados;
(2) Serviço de transporte na aquisição, transferência de produtos sujeitos à alíquota zero; e
(3) Serviço de transporte municipal.

Em relação aos temas listados, a Companhia possui *legal opinion* de assessor jurídico externo abordando os aspectos legais, doutrinários e jurisprudenciais relacionados ao regime não cumulativo das aludidas contribuições, onde se conclui que os valores em discussão possuem probabilidade de perda remota, frente ao posicionamento dos tribunais superiores favoráveis à Companhia.

(ii) Serão utilizados na aquisição de insumos para produção ou venda para terceiros, além da utilização nas operações normais da Companhia. A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2023, aprovação para transferências de créditos junto à autoridade estadual de São Paulo no montante de R$ 1.515 (R$ 33.206 em 31 de dezembro de 2022). Em decorrência da expectativa da administração em proceder com a venda dos créditos de ICMS a terceiros, uma provisão no montante R$ 500 foi registrada sobre os créditos aprovados e em processo de aprovação.

(iii) Em fevereiro de 2003, a Companhia adquiriu créditos tributários decorrentes de indébito tributário federal. Para a operação foi firmado contrato de cessão dos créditos, objeto de averbação no Registro de Títulos e Documentos e, também, foi solicitada e deferida pela Vara Federal a substituição do polo ativo, decisão esta que, quanto a este ponto, também já transitou em julgado.

Em 31 de dezembro de 2023 o montante de R$ 42.911 (R$ 40.983 em 31 de dezembro de 2022) refere-se à atualização monetária dos créditos tributários pelo IPCA-E, o qual a Companhia aguarda a requisição de pagamento junto à União Federal.

7. Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Imposto de renda e contribuição social diferidos ("impostos diferidos") relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são também reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros.

Dados a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada.

O Imposto de renda e a Contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e bases negativas da Contribuição social, na extensão que sua realização seja provável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado.

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do período, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

a. Composição do imposto de renda e contribuição social a recuperar

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Imposto de renda a recuperar	100.095	103.113
Contribuição social a recuperar	18.700	21.474
	118.795	**124.587**
Circulante	72.918	102.268
Não circulante	45.877	22.319
	118.795	**124.587**

Os saldos decorrem de antecipações realizadas por meio de Perdcomps – Pedidos de Ressarcimento de PIS e COFINS, e também IR fonte sobre rendas de aplicações financeiras.

Serão recuperados parte nas operações da Companhia e parte por meio de pedidos de restituição, no valor total corrigido pela taxa Selic até 31 de dezembro de 2023 de R$ 118.795 (R$ 124.587 em 31 de dezembro de 2022), protocolados na Receita Federal do Brasil entre abril de 2009 e dezembro de 2022, bem como por meio de pedidos de compensação com outros tributos administrados pela Receita Federal do Brasil.

Não incidência de IRPJ e CSLL sobre atualização monetária e juros oriundos de indébitos tributários. Em 4 de agosto de 2021, a Companhia ingressou com Mandado de Segurança buscando assegurar o direito de não tributar, pelo IRPJ e pela CSLL, os valores reconhecidos como receita a título de atualização monetária (SELIC) incidentes sobre a recuperação de tributos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia procedeu com o registro dos valores pertinentes aos indébitos tributários referente aos exercícios de 2016 a fevereiro de 2022, devidamente atualizado monetariamente no montante de R$ 9.311. Tal montante está classificado no ativo não circulante.

Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, os saldos de ativos e passivos fiscais diferidos estavam compostos como segue:

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Ativo:		
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	341.293	339.321
Diferenças temporárias:		
Ajuste a valor justo - Instrumentos financeiros ativos	5.611	5.364
Provisão para comissões sobre vendas	1.189	1.919
Provisão para contingências	24.821	21.154
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.804	-
Ajuste a valor presente	10.219	8.206
Provisão para perda sobre estoques, obsolescência e ajuste ao valor de mercado	23.683	1.846
Provisão para perdas na realização de bens destinados à venda	251	251
Provisão impairment – CPC01	4.904	-
Provisão para créditos tributários	467	619
Provisão para baixa de créditos	5.311	3.299
Provisão rateio de importação	4.578	2.632
Ajuste da receita por permuta de matéria-prima (iv)	157.863	94.850
Variacao cambial passiva a realizar	861	861
Outras diferenças temporárias	600	598
	583.455	**480.920**
Passivo:		
Ajuste a valor presente	(901)	(205)
Ajuste a valor justo (i)	(352.048)	(368.298)
Reversão de Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(1.692)
Ganhos sobre alienação de imobilizado	-	(3.587)
Imobilizado - custo atribuído (ii)	(24.480)	(23.621)
Ajuste do custo por permuta de matéria-prima (iv)	(157.773)	(94.786)
Variação cambial ativa a realizar (iii)	(54.185)	(24.817)
Outras	(5.096)	(5.804)
	(594.483)	**(522.810)**
Líquido	**(11.028)**	**(41.890)**

(i) Refere-se aos tributos diferidos calculados sobre o ajuste a valor justo decorrente da reestruturação da dívida conforme descrito na Nota 13.

(ii) Refere-se aos tributos diferidos calculados sobre o custo atribuído ao ativo imobilizado decorrente da contabilização do seu valor justo na adoção inicial do CPC 27.

(iii) Para o exercício 2023 e 2022, a companhia adotou o regime de apuração para variações cambiais via caixa, uma vez que, o passivo financeiro registrado em outra moeda, corresponde a saldos inscritos na recuperação judicial, ao qual não está previsto desembolso no exercício corrente, conforme Plano de Recuperação Judicial da companhia.

(iv) Refere-se aos tributos diferidos calculados sobre o ajuste da receita bruta em contrapartida o

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Eurochem Trading GMBH	182	82
Eurochem Trading Middle East DMCC	162	-
Fertilizantes Tocantins S.A (i)	141.953	102.027
OCP SA	522	563
SAFTCO S.A	153	165
JFC V-Jorf Fert. Company S.A.	172	185
OCP Fertilizantes S.A	21	21
	143.165	**103.947**
Demais Contas a receber		
Eurochem Comercio de Produtos Químicos	3.571	-
Fertilizantes Tocantins S.A	18.082	-
Salitre Fertilizantes Ltda.	5.869	-
Heringer Participações Ltda.	219	-
	27.741	-

(i) As contas a receber com partes relacionadas, referem-se substancialmente a processo de industrialização que a Companhia realiza para Fertilizantes Tocantins S.A., nas unidades de Candeias/BA, Catalão e Rio Verde/GO. Vale salientar que as contas a receber estão diretamente relacionadas as contas a pagar devidamente registrado no passivo circulante.

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Passivo Circulante Fornecedores		
Corrigo Fertilizers fz-lcc	144.563	233.115
Eurochem Comercio de Produtos Químicos	595	595
Eurochem Group AG	4.865	-
Eurochem Trading GMBH	20.026	313.638
Eurochem Trading Middle East DMCC	624.471	-
Fertilizantes Tocantins S.A	320.369	369.836
JFC V-Jorf Fert. Company S.A.	-	1
OCP Fertilizantes	6.487	123
OCP SA	222.871	240.198
	1.344.247	**1.157.506**
Fornecedores - RJ		
Canpotex Limited	-	161
Eurochem Comercio de Produtos Químicos	513	600
OCP	236	285
OCP Fertilizantes Ltda.	-	1.080
SAFTCO	44	53
	793	**2.179**
Empréstimos – RJ		
Eurochem Comércio e Produtos Químicos	59.660	3.573
	59.660	**3.573**
Demais Contas a pagar		
Eurochem Comercio de Produtos Químicos	2.083	-
Fertilizantes Tocantins S.A	53.226	-
Salitre Fertilizantes Ltda	1.077	-
Heringer Participações Ltda	-	-
	56.386	-
Passivo não circulante		
Fornecedores - RJ		
Canpotex Limited	-	6.074
Eurochem Comercio de Produtos Químicos	19.973	22.629
OCP	9.195	10.756
OCP Fertilizantes Ltda.	-	50.966
SAFTCO	1.696	1.983
	30.864	**92.408**
Empréstimos – RJ		
Eurochem Comércio e Produtos Químicos	7.223	70.617
	7.223	**70.617**
Resultado		
Outras receitas operacionais		
OCP	9	10
Despesas financeiras	**9**	**10**
Juros Recuperação judicial	(4.891)	(20.067)
	(4.891)	**(20.067)**

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Compras		
Corrigo fertilizers fz-lcc	-	338.061
Eurochem Group AG	-	581.036
Eurochem Trading GMBH	-	816.334
Eurochem Trading Middle East DMCC	349.890	-
Fertilizantes Tocantins S.A	156.719	520.475
OCP S.A	-	1.515
OCP Fertilizantes Ltda	15.611	13.885
JFC V-Jorf Fert.Company	-	-
	522.220	**2.271.306**

Em dezembro de 2016, a Companhia aprovou o aditamento ao Contrato com a Canpotex (controlada da PCS), por meio do qual a Companhia e a Canpotex acordam determinados prazos de pagamento referentes ao fornecimento de produtos e determinam juros remuneratórios.

A Companhia também aprovou a celebração de Contrato com a OCP, por meio do qual a Companhia obtém linha de crédito, relacionada ao contrato comercial de fornecimento de compra e venda de fertilizantes fosfatados bem como determina juros remuneratórios. Por esses contratos há garantias prestadas em relação a contas a pagar envolvendo partes relacionadas.

No tocante às garantias que recaíram sobre os imóveis, as mesmas permanecem inalteradas.

A companhia realiza a devida analise de preço de transferência e como resultado, a Companhia incorreu em um ajuste em sua base de prejuízos fiscais no montante de R$ 17 milhões. Nenhuma despesa foi reconhecida no ano ou no ano anterior para dívidas incobráveis ou de recuperação duvidosa em relação aos valores devidos por partes relacionadas.

Remuneração do pessoal chave da Administração

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o total da remuneração, do pessoal chave, da administração foi como segue:

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Salários e encargos	2.267	2.928
Honorários dos administradores	1.604	1.573
Participação nos resultados	-	538
Plano de previdência	-	149
Indenizações rescisórias	1.188	1.493
Outros	111	56
	5.170	**6.737**

10. Imobilizado

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada e/ ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Esse custo foi ajustado para refletir o custo atribuído de terrenos, edificações e máquinas e equipamentos na data de transição para IFRS/ CPCs. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas apresentadas abaixo. Terrenos não são depreciados.

	Nominal	Média ponderada
Edifícios e construções	De 1,5 a 50	0,28
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	De 4 a 50	13,20
Outros	De 10 a 50	16,96

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada período, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

	Terrenos	Edifícios e construções	Máquinas e equipamentos e instalações industriais	Outros	Imobilizações em andamento	Total
Em 31 de dezembro de 2021	**66.340**	**277.590**	**62.778**	**(17.249)**	**74.441**	**463.900**
Aquisições	-	-	1.235	3.026	60.919	65.180
Baixas	-	(344)	(3.106)	(290)	(987)	(4.727)
Depreciação	-	(12.285)	(16.972)	(2.041)	-	(31.298)
Transferências	-	38.627	91.806	(38.536)	(91.897)	-
Impairment - Serviços onerosos de manutenção	-	(5.989)	(16.619)	(79)	(18.176)	(40.863)
Em 31 de dezembro de 2022	**66.340**	**297.599**	**119.122**	**(55.169)**	**24.300**	**452.192**
Aquisições	-	46	756	21.787	132.553	155.142
Baixas	-	(50)	(777)	(15.727)	(1.011)	(17.565)
Depreciação	-	(14.193)	(26.623)	(3.419)	-	(44.235)
Transferências	-	28.814	83.309	10.232	(122.355)	-
Impairment – CPC01	-	-	(14.424)	-	-	(14.424)
Em 31 de dezembro de 2023	**66.340**	**312.216**	**161.363**	**(42.296)**	**33.487**	**531.110**
Saldo em 31 de dezembro de 2022						
Custo	66.340	416.528	410.579	37.434	24.300	955.181
Depreciação	-	(118.929)	(291.457)	(92.603)	-	(502.989)
Valor residual líquido	66.340	297.599	119.122	(55.169)	24.300	452.192

imóvel em questão.

Com relação às edificações e benfeitorias, foi considerado o custo de reprodução ou de substituição de construções similares, conforme projeto ou custos padrões oficiais com apuração de variáveis de acréscimos ou decréscimos, além das respectivas depreciações, considerando o estado de conservação em que se encontraram durante as vistorias técnicas.

Para a determinação do valor da edificação foram considerados os materiais empregados, padrão construtivo e suas características específicas. Todas as informações contidas nos laudos de avaliação estão em conformidade com a NBR 14.653 da ABNT.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia procedeu com o teste de impairment – CPC01 – Redução ao valor recuperável pelo método de alienação a valor justo, deduzindo as despesas para alienação como fretes e comissões, ao qual constatou-se um impairment sobre a classe de máquinas e equipamentos no montante de R$ 14.424.

16. Patrimônio Líquido

a. Capital social

O capital social da Companhia é compreendido integralmente por ações ordinárias, sem valor nominal. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções, quando aplicável, são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração está autorizado a aumentar o capital social até o limite de R$ 800.000.

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é no valor de R$ 585.518 está representado por 53.857.284 ações.

b. Ajuste de avaliação patrimonial

O ajuste de avaliação patrimonial é composto pelo valor do custo atribuído (*deemed cost*) de terrenos e edificações que foram registrados na data de transição para CPCs e IFRS.

c. Destinação dos resultados e reservas de lucros - incentivos fiscais

Em 31 de dezembro de 2023, o montante que seria destinado à reserva de lucros - Incentivos fiscais, no valor de R$ 4.500, foi utilizado para absorção de prejuízos acumulados. Esses incentivos fiscais são utilizados para absorção de prejuízos acumulados desde 31 de dezembro de 2008.

Até 31 de dezembro de 2023, os montantes anuais de incentivos fiscais que foram utilizados em sua totalidade para absorção de prejuízos acumulados. Destacamos abaixo, a movimentação dos saldos incorridos.

	2008 a 2018	2019	2020	2021	2022	2023	Total
PSDI (i)	217.417	87	-	2.782	2.616	2.144	225.046
Desenvolve (ii)	17.405	1.499	4.741	9.606	2.796	2.507	38.554
Outros incentivos recebidos	6.685	-	-	-	-	-	6.685
	241.507	**1.586**	**4.741**	**12.388**	**5.412**	**4.651**	**270.285**

Benefício fiscal de redução de ICMS:

(i) Concedido à Companhia em dezembro de 2003 por participar do Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial - PSDI - Governo do Estado de Sergipe, que goza de benefício fiscal correspondente à redução de 92% do valor do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) apurado na unidade fabril de Rosário do Catete - SE. O programa tem vencimento em 26 de dezembro de 2028.

(ii) Concedido à Companhia em novembro de 2014 por participar do Programa Desenvolve - Governo do Estado da Bahia, que goza de benefício fiscal correspondente à redução de 90% do valor do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) apurado na unidade fabril de Candeias - BA. O programa tem vencimento em 31 de outubro de 2026.

Os benefícios são registrados diretamente no resultado do exercício e posteriormente transferido da conta "Lucros acumulados" para "Reserva de lucros de incentivos fiscais". Essas reservas podem ser utilizadas apenas para aumento de capital ou absorção de prejuízos. Na hipótese de absorção de prejuízos, o montante absorvido deve ser posteriormente restaurado, na própria conta da reserva, na medida em que houver lucros líquidos disponíveis, de modo a evitar possíveis contingências tributárias, pois essa reserva não pode ser distribuída aos sócios sob pena da perda dos egmentos. Não há saldo de reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido pois há prejuízos acumulados.

18. Receita operacional líquida

A Companhia segue a estrutura conceitual da norma para reconhecimento da receita que é baseada no modelo de cinco etapas: (i) identificação de contratos com clientes; (ii) identificação de obrigações de desempenho nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

A receita é reconhecida quando não há mais obrigação de desempenho para ser atendida pela Companhia, portanto, quando o controle dos produtos são transferidos ao cliente, ou seja, para casos de vendas FOB ("Free on Board"), a receita é reconhecida no momento em que o comprador retira, com transportes próprios, o produto nas unidades da Companhia; para casos de venda CIF ("Cost, Insurance and Freight"), a receita é reconhecida somente após entrega da mercadoria no local estabelecido pelo cliente, e este tem a capacidade de determinar o seu uso e obter substancialmente todos os benefícios do produto.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Vendas brutas de produtos	5.487.397	5.798.066
(-) Deduções da receita bruta de vendas:		
Perda esperada nos recebimentos das vendas	(678)	(535)
Devoluções das vendas	(21.032)	(18.756)
Impostos sobre as vendas	(134.669)	(109.053)
Incentivos fiscais ICMS (PSDI)	2.144	2.616
Incentivos fiscais ICMS (Desenvolve)	2.507	2.796
	5.335.669	**5.675.134**

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia apresenta a seguinte distribuição regional da receita operacional:

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Regiões		
Sudeste	3.013.510	3.649.983
Nordeste	1.027.336	916.652
Centro-Oeste	913.295	895.405
Sul	368.423	112.603
Norte	13.105	100.491
	5.335.669	**5.675.134**

Saldos de contrato

A tabela a seguir fornece informações sobre os passivos de contratos com clientes.

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Passivos de contrato	150.698	140.233
	150.698	**140.233**

Os passivos de contratos referem-se principalmente ao adiantamento da contraprestação recebida dos clientes pela aquisição de fertilizantes, para a qual a receita é reconhecida ao longo do tempo. Isso será reconhecido como receita à medida que a obrigação de performance sejam satisfeitas, o que é atendido quando o cliente obtém o controle do produto.

19. Custo e despesas por natureza

Os gastos relativos a frete de compras de matérias-primas e materiais auxiliares são apropriados aos custos dos estoques e posteriormente ao custo dos produtos vendidos quando da venda destes. As despesas com frete relacionadas à entrega do produto, bem como as despesas com comissão sobre vendas são registradas como despesas comerciais, quando incorridas.

Demais custos são apurados em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Matérias-primas e materiais de produção	5.110.957	5.280.047
Despesas com pessoal (Nota 23)	211.096	143.292
Despesas com transporte	126.221	84.604
Despesas comerciais	39.401	39.597
Depreciação e amortização	47.456	31.617
Participação nos resultados (Nota 23)	17.205	6.189
Despesas com consultorias	4.711	6.648
Despesas com publicidade	712	217
Arrendamentos mercantis operacionais	960	386
Outros gastos	150.220	105.537
	5.708.939	**5.698.134**
Classificados como:		
Custos dos produtos vendidos	5.327.169	5.432.077
Despesas com vendas	216.135	174.144
Despesas gerais e administrativas	165.635	91.913
	5.708.939	**5.698.134**

Composição da Diretoria

Gustavo Bastide Horbach
Diretor Financeiro, Diretor de Relações com Investidores, Diretor Administrativo e de Controladoria (interino)

Responsável Técnico

Robson Cordeiro Ferreira de Freitas
Contador - CRC 1SP296422-O-9

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução Normativa CVM 480/09, o Diretor Geral e os Diretores da Companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis e com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes. **Composição da Diretoria:** Gustavo Bastide Horbach - Diretor-Presidente, Diretor Financeiro, Diretor de Relações com Investidores e Diretor de Controladoria (interino).

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução Normativa CVM 480/09, o Diretor Geral e os Diretores da Companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis e com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes. **Composição da Diretoria:** Gustavo Bastide Horbach - Diretor-Presidente, Diretor Financeiro, Diretor de Relações com Investidores e Diretor de Controladoria (interino).

Tecnologia Uso da modalidade, que tem sido chamada por nomes como 'bolix', 'bolepix' ou 'bolecode', tem crescido gradativamente

Pix dá novo fôlego a boleto como opção de pagamento de contas

Fernanda Guimarães e Mariana Ribeiro
De São Paulo

Aos poucos alguns boletos de cobrança, como de energia ou água, começaram a chegar às residências dos clientes com um QR Code ao lado do código de barras, abrindo a possibilidade para o pagamento via Pix, meio de pagamento que rapidamente foi incorporado em transações entre pessoas físicas. A modalidade, que recebeu diversos apelidos — "bolix", "bolepix", "bolecode" —, vem crescendo gradativamente, embora ainda represente uma fatia pequena no total de cobranças.

Por ora, sua adoção esbarra em algumas limitações, como a relevância do dinheiro físico no pagamento de boletos. Parte dos consumidores também prefere manter o pagamento da forma habitual, inclusive pelo uso do débito direto autorizado (DDA), que direciona o usuário para uma jornada de pagamento tradicional. Há ainda alguma resistência das próprias instituições financeiras em abrir mão do "float" — ou seja, do que ganham no intervalo entre receber o dinheiro do pagador e repassá-lo ao recebedor.

Apesar dos entraves, o ganho de mercado é dado como inevitável frente às inovações. Assim, o mercado espera que o uso do instrumento continue em alta, principalmente quando chegar de forma mais disseminada a outras cobranças, como aos boletos de mensalidades escolares e de aluguel.

"O bolepix me parece uma ideia para melhorar o boleto e dar uma sobrevida. Um instrumento com mais velocidade, com simplicidade, segurança e baixo custo, com evidente modernização do meio de pagamento, tende a substituir o antigo", diz o especialista em meios de pagamento e sócio-fundador da Colink, Edson Santos.

Esses boletos híbridos começaram a ser implementados como uma iniciativa do próprio mercado. Dada a expansão, em julho do ano passado, sua adoção começou a ser acompanhada pela Nuclea, responsável pelo registro e liquidação dos boletos. De acordo com a empresa, 42 milhões de boletos foram pagos via Pix de julho do ano passado até 19 de março. Isso representa só 1,5% do total de liquidações no mesmo período.

Tais dados, no entanto, podem estar subnotificados, explica Rodrigo Furiato, vice-presidente de negócios da Nuclea. Isso porque os bancos ainda estão se adaptando à nova forma de reportar as informações. A empresa não tem dados sobre quantos boletos já foram emitidos como "bolepix", mas, de acordo com dados coletados pelo **Valor** com instituições emissoras do instrumento, quando as duas opções estão presentes, até 25% dos pagamentos são feitos via Pix.

Na média, nas cobranças híbridas, aqueles que optam pelo Pix chega a 15%, segundo o diretor de "cash management" do Bradesco, Antonio Daissuke. Esse percentual, contudo, não é homogêneo: entre os que recebem fatura do setor de telecomunicações, por exemplo — as contas de celular e internet — a fatia de quem escolhe o QR Code chega a 25%. Isso porque esses clientes são mais afeitos ao digital, segundo o executivo. No interior do país, no outro extremo, a fatia fica em torno de 5%. A participação fica ainda menor na população idosa, que paga os boletos em agências ou em correspondentes bancários.

Na fintech Efí, 94% dos boletos já são emitidos como "bolix". Desses, 23% foram pagos por meio do Pix no ano passado, ante 9% em 2022. Segundo o CEO da empresa, Evanil Paula, foi necessário um movimento de educação do cliente em relação à modalidade após o lançamento, mas hoje já houve uma adaptação e a adoção é cada vez maior. Como exemplo, a Caixa disse que, durante as inscrições para o concurso do banco, foram emitidos mais de 1 milhão de boletos híbridos e a liquidação por Pix representou cerca de 40% do total.

"A introdução do Pix dá mais versatilidade ao boleto e aumenta sua capacidade de liquidação no mesmo dia do pagamento", diz Furiato, da Nuclea. No pagamento via código de barras, o processo completo até a disponibilização dos recursos ao beneficiário pode levar alguns dias, mas o instrumento passou por melhorias recentemente para aumentar sua competitividade. Desde 15 de março, os boletos pagos até as 13h30 passaram a ter liquidação interbancária no mesmo dia — antes isso ocorria no dia seguinte. Já o repasse dos recursos ao cobrador depende do contrato com a sua instituição financeira.

No caso do Pix, a disponibilização dos recursos, ao menos em tese, deve ser imediata. Apesar disso, há uma discussão no mercado sobre se o prazo negociado entre banco e cliente poderia ser seguido nesse caso, afirma Furiato. "Pelo arranjo do Pix, deveria ser imediato, mas esse é um ponto que gera alguma polêmica."

Segundo especialistas, o espaço de crescimento do pagamento via Pix é grande e ajudará a renovar os boletos, que tem por trás questões culturais importantes e é considerado um comprovante de adimplência. Além disso, é um produto que foi criado também olhando para a população desbancarizada, já que pode ser pago em qualquer instituição financeira ou até mesmo em lotéricas e no caixa de alguns supermercados.

Daissuke, do Bradesco, diz que o banco está preparado para colocar em todos os boletos emitidos o QR Code, mas que essa não tem sido a opção dos clientes. "A empresa precisa fazer uma mudança em sua estrutura de emissão, que é fácil, mas eles afirmam que não precisam porque o cliente não está pedindo", explica. O executivo afirma que o custo é menor para a empresa no recebimento via Pix, mas que isso só será capturado de fato quando essa mudança for integral — em todos os boletos emitidos pela empresa. Até o momento nenhuma companhia decidiu eliminar o código de barras de suas cobranças. Para as transações B2B, ou seja, entre companhias, a mudança poderá ser mais lenta, visto que muitas vezes as estruturas de pagamentos estão conectadas via o código de barras, acrescenta.

O especialista em inovação financeira e sócio da Spiralem, Bruno Diniz, afirma que a substituição do pagamento do boleto via código de barras pelo QR Code do Pix vai ocorrer à medida que o cliente enxergue mais conveniência, o que poderá ocorrer por meio de incentivos pela escolha, como um desconto ou acúmulo de pontos. Ele lembra que os bancos já têm trabalhado para tornar o boleto mais competitivo, com a redução do prazo de compensação, por exemplo. Para ele, isso foi fundamental para manter o meio de pagamento vivo em tempos de celeridade no prazo de entrega de produtos comprados on-line.

E existe ainda outro fator relevante que vai manter a força do boleto. O diretor do Bradesco lembra que em muitas indústrias ele também é um instrumento de crédito, por meio dos recebíveis. A mudança do peso deverá chegar com o Pix automático, que está programado para ser lançado em outubro deste ano. Quando essa possibilidade se abrir, o cliente poderá optar que a cobrança seja debitada de sua conta de forma recorrente. Para Santos, da Colink, o mercado irá se adaptar com a chegada do Pix automático e é de se esperar o desenvolvimento de algumas soluções, como a antecipação de recebíveis.

GABRIEL REIS/VALOR

"A introdução do Pix dá mais versatilidade ao boleto"
Rodrigo Furiato

Fintech Open Co quer voltar a crescer após dois anos difíceis

Álvaro Campos
De São Paulo

Uma das primeira fintechs de crédito do Brasil, a Geru já passou por diversos momentos do contexto macroeconômico. Em 2020, quando sofreu com a pandemia e viu que o cenário tinha mudado em definitivo, se fundiu com a antiga rival Rebel e criou a holding Open Co. Em 2023, com a nova turbulência trazida pela Selic elevada e inadimplência em alta, se uniu com a BizCapital e entrou no segmento de pessoa jurídica. Agora, espera voltar a crescer em 2024 após dois anos difíceis.

A Open Co não abre detalhes da sua carteira de crédito ativa ou da base de clientes. Revela apenas que, desde sua fundação, já analisou crédito para 9 milhões de pessoas e 2 milhões de pequenas e médias empresas (PMEs), concedendo mais de R$ 5 bilhões em dez anos. O grupo tem uma licença de sociedade de crédito direto (SCD), mas atua principalmente estruturando fundos de investimentos em direitos creditórios (FIDCs). Já levantou 15 deles, sendo que cinco estão ativos e dois ainda originando crédito. O mais recente, lançado há algumas semanas, começou com R$ 50 milhões.

Sandro Reiss, CEO da Open Co, afirma que a captação de R$ 50 milhões é só o início. "Criamos esse FIDC para reativar a concessão de crédito para PMEs. Ele começou pequeno, mas deve crescer. Tivemos dois anos de decrescimento, então tem uma demanda reprimida. Até por isso PMEs deve crescer mais que PF", comenta. Segundo ele, o cenário atual é mais favorável, com projeção de estabilidade macroeconômica para os próximos anos, além de juros em queda e desalavancagem de famílias e empresas. "As tendências de longo prazo são favoráveis. Esse ambiente positivo só não é ainda totalmente uma realidade porque a desalavancagem leva algum tempo".

Ele explica que a Open Co já teve a escala necessária para ser lucrativa e agora trabalha para retomar esse patamar. Não se trata de saber onde encontrar o cliente e como servi-lo com o custo adequado. Isso já foi resolvido. A questão é encontrar a alavancagem ideal, com custo de capital condizente. "O risco de não ter oportunidades de crescimento rentáveis é praticamente zero. O foco está muito mais na questão de como financiar. O mercado de funding melhorou, mas a oferta ainda é limitada".

O CEO diz que uma eventual nova rodada de aporte vai depender do ritmo de crescimento e da oferta de funding. A fintech já atingiu o "breakeven" duas vezes ao longo de sua história, mas depois voltou para o vermelho, e agora quer chegar a essa marca novamente em 2024.

R$ 5 bi
são o crédito concedido desde a fundação

Balanço Banco, que no mês passado comprou Voiter e Will Bank, projeta dobrar resultado este ano

Master tem lucro de R$ 532 milhões em 2023

Álvaro Campos
De São Paulo

O Banco Master obteve lucro recorde em 2023, de R$ 532 milhões, 152% a mais do que em 2022, com uma rentabilidade (ROE) de 29%. A instituição, que no mês passado anunciou a compra do Voiter (antigo Indusval) e do Will Bank, prevê dobrar o resultado este ano, para cerca de R$ 1 bilhão, chegando a um patrimônio líquido (PL) de R$ 5 bilhões em dezembro.

O Master atingiu R$ 5,452 bilhões em receitas de intermediação financeira, com expansão de 96%. "Este crescimento comprova que estamos no caminho certo, com evolução sustentável que estamos demonstrando ano a ano", afirma Daniel Vorcaro, presidente do Banco Master. Os ativos de crédito no grupo chegaram a R$ 24,456 bilhões, alta de 90%.

"Estamos confiantes na nossa estratégia de crescimento", afirma Augusto Lima, CEO do Banco Master, que vai concentrar as operações de varejo. No mês passado, o grupo anunciou uma reorganização societária, com Vorcaro como sócio majoritário e Lima na sociedade da operação de varejo, enquanto Maurício Quadrado ficará como minoritário da vertical de atacado, que será concentrada no que hoje é o Voiter.

Vorcaro explica que, no acordo com o Voiter, o atual controlador, Roberto Barbosa, se comprometeu a fazer um aporte de R$ 400 milhões antes da venda. Assim, a aquisição deve trazer para o Master um patrimônio de R$ 840 milhões. Já no caso do Will, o Master comprou a financeira, e não a instituição de pagamento, que era a líder do grupo. Essa operação deve trazer mais R$ 200 milhões de PL. Com o resultado de R$ 1 bilhão projetado para este ano e mais um aporte de R$ 400 milhões que os controladores farão, o patrimônio do Master, atualmente de R$ 2,382 bilhões, chegaria a R$ 5 bilhões.

O Master já tinha uma licença de banco após adquirir o Vipal, mas Vorcaro diz que a instituição não era totalmente operacional e que o grupo vinha montando a estrutura. Com o Voiter, e seus sistemas, processos e "backend", o Master acelera essas implementações. "O Voiter está totalmente sanado, todos os ativos que precisavam ser baixados a prejuízo já foram, as provisões foram feitas. Ele dava prejuízo porque não estava mais fazendo crédito. A partir do momento que 'plugamos' algumas operações ali, passou a dar lucro".

No caso do Will, a marca deve ser mantida operando separadamente e passará por uma modernização. A família Piana, que fundou a instituição, vendeu toda sua participação, assim como a gestora Atmos. A XP segue como acionista e o CEO Felipe Felix também continua na instituição. Com forte atuação no Nordeste, em especial em baixa renda, a operação do Will tem grande sinergia com o negócio de varejo do Master, que é bastante concentrado no cartão de benefícios consignado CredCesta.

"O Will tem 6 milhões de clientes de banco digital, e o nosso CredCesta tem 3,5 milhões de usuários, a maioria deles sem conta. A sobreposição de base entre os dois é de 2%, então há uma sinergia muito forte. O Will atingiu o 'breakeven' em agosto, é uma operação muito redonda, as safras de crédito já estão dando resultado. Temos um potencial de 'cross-sell' enorme, de outros produtos de crédito, seguro, diversos serviços. Sem falar na possibilidade de um funding mais barato", explica.

Vorcaro diz que 2024 deve ser positivo do ponto de vista macroeconômico, com queda de juros e atividade firme, apesar de incertezas no cenário internacional. Ele aponta que diversos investimentos feitos sob a estrutura do banco de atacado estão maturando e, a depender da eventual abertura de uma janela de oportunidade, poderiam ir a mercado. "É algo que pode dar liquidez e resultado para o banco, mas talvez não ocorra este ano, fique para 2025. De qualquer forma, nossas projeções de resultado já não contam com isso".

Finanças Indicadores

IMA - Índices de Mercado Anbima

Em 28/03/24

Índice	Referência	Valor do índice	Var. no dia %	Var. no mês %	Var. no ano %
IRF-M	1*	15.579,5089670	0,04	0,84	2,46
IRF-M	1+**	20.214,7044100	0,02	0,43	1,37
IRF-M	Total	18.243,9353320	0,02	0,54	1,68
IMA-B	5***	9.161,3082840	0,08	0,77	2,06
IMA-B	5+****	11.429,7497280	-0,08	-0,55	-1,51
IMA-B	Total	9.924,4778030	0,00	0,08	0,18
IMA-S	Total	6.562,2960110	0,04	0,86	2,69
IMA-Geral	Total	8.079,8398440	0,02	0,52	1,64

Fonte: Anbima. Elaboração: Valor Data. * Prazo menor ou igual a 1 ano ** Prazo maior que 1 ano *** Prazo menor ou igual a 5 anos **** Prazo maior que 5 anos

Crédito

Taxas - em % no período

Linhas - pessoa jurídica	14/03	13/03	Há 1 semana	No fim de fevereiro	Há 1 mês	Há 12 meses
Capital de giro pré até 365 dias - a.a.	30,19	31,68	31,87	29,19	33,85	33,57
Capital de giro pré sup. 365 dias - a.a.	27,16	26,20	24,93	23,72	27,19	27,99
Conta garantida pré - a.a.	50,62	55,62	47,37	42,54	40,03	51,20
Desconto de duplicata pré - a.a.	24,04	23,53	25,79	24,46	25,36	27,83
Vendor pré - a.a.	16,17	16,24	16,93	15,88	17,34	18,92
Capital de giro flut. até 365 dias - a.a.	16,08	17,26	17,76	17,00	19,72	20,07
Capital de giro flut. sup. 365 dias - a.a.	16,97	17,37	17,69	15,91	15,50	19,52
Conta garantida pós - a.a.	26,28	25,69	24,74	24,86	24,90	27,95
ACC pós - a.a.	8,83	8,76	8,57	9,05	8,20	8,20
Factoring - a.m.	3,34	3,34	3,35	3,33	3,35	3,66

Fontes: Banco Central, Anfac e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Juros externos

Empréstimos - em % ao ano

	28/03/24	27/03/24	Há 1 semana	No fim de fevereiro	Há 1 mês	Há 12 meses
SOFR - empréstimos interbancários em dólar *						
Atual	-	5,3300	5,3100	5,3200	5,3100	4,8400
1 mês	-	5,3224	5,3204	5,3200	5,3203	4,6019
3 meses	-	5,3506	5,3530	5,3576	5,3578	4,4905
6 meses	-	5,3888	5,3885	5,3878	5,3878	4,0599
€STR - empréstimos interbancários em euro **						
Atual	-	3,9060	3,9080	3,8870	3,9050	2,8940
1 mês	-	3,9121	3,9119	3,9138	3,9138	2,5090
3 meses	-	3,9239	3,9232	3,9227	3,9227	2,2061
6 meses	-	3,9414	3,9413	3,9107	3,9059	1,6809
1 ano	-	3,6709	3,6524	3,5628	3,5572	0,6528
Euribor ***						
1 mês	3,855	3,835	3,848	3,865	3,855	2,904
3 meses	3,892	3,908	3,926	3,937	3,952	2,990
6 meses	3,851	3,862	3,902	3,908	3,918	3,269
1 ano	3,669	3,684	3,735	3,749	3,735	3,542
Taxas referenciais no mercado norte-americano						
Prime Rate	8,50	8,50	8,50	8,50	8,50	8,00
Federal Funds	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,00
Taxa de Desconto	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,00
T-Bill (1 mês)	5,36	5,36	5,36	5,41	5,39	4,15
T-Bill (3 meses)	5,36	5,36	5,37	5,37	5,38	4,70
T-Bill (6 meses)	5,33	5,31	5,30	5,32	5,31	4,85
T-Note (2 anos)	4,64	4,57	4,63	4,63	4,70	4,08
T-Note (5 anos)	4,23	4,19	4,24	4,26	4,31	3,67
T-Note (10 anos)	4,21	4,19	4,26	4,26	4,31	3,57
T-Bond (30 anos)	4,35	4,35	4,43	4,38	4,43	3,77

Fontes: ECB, EMMI, FRBNY e Valor PRO. Elaboração: Valor Data * Taxa baseada em transações de empréstimos overnight garantidos por títulos do Tesouro EUA. ** A taxa reflete os custos de empréstimos overnight sem garantia. ***Taxas da BBA e da Federação Bancária da União Europeia

Evolução das aplicações financeiras

Rentabilidade no período em %

Renda Fixa	abr/24	fev/24	Mês jan/24	dez/23	nov/23	out/23	Acumulado Ano*	Acumulado 12 meses**
Selic	0,83	0,80	0,97	0,89	0,92	1,00	2,62	12,35
CDI	0,83	0,80	0,97	0,89	0,92	1,00	2,62	12,35
CDB (1)	0,75	0,75	0,78	0,85	0,98	0,99	2,30	10,72
Poupança (2)	0,53	0,51	0,59	0,57	0,58	0,61	1,64	7,60
Poupança (3)	0,53	0,51	0,59	0,57	0,58	0,61	1,64	7,60
IRF-M	0,54	0,46	0,67	1,48	2,47	0,37	1,68	14,03
IMA-B	0,08	0,55	-0,45	2,75	2,62	-0,66	0,18	11,81
IMA-S	0,86	0,82	0,99	0,92	0,91	0,96	2,69	12,58
Renda Variável								
Ibovespa	-0,71	0,99	-4,79	5,38	12,54	-2,94	-4,53	25,74
Índice Small Cap	2,15	0,47	-6,55	7,05	12,46	-7,40	-4,09	24,13
IBrX 50	-0,81	0,91	-4,15	5,31	12,01	-2,99	-4,06	24,88
ISE	1,21	1,99	-4,96	6,04	15,06	-6,61	-1,90	26,03
IMOB	1,10	1,27	-8,46	8,69	14,85	-6,09	-6,28	41,74
IDIV	-1,20	0,91	-3,51	6,90	10,70	-3,15	-3,81	27,20
IFIX	1,43	0,79	0,67	4,25	0,66	-1,97	2,92	23,44
Dólar Ptax (BC)	0,26	0,60	2,32	-1,91	-2,41	1,00	3,20	-1,66
Dólar Comercial (mercado)	0,86	0,71	1,75	-1,28	-2,49	0,28	3,35	-1,06
Euro (BC) (4)	0,07	0,25	0,54	-0,63	0,75	0,85	0,87	-2,29
Euro Comercial (mercado) (4)	0,71	0,38	-0,34	0,32	0,36	0,37	0,75	-1,60
Ouro B3	10,65	1,64	7,39	-0,98	-2,85	-0,99	20,77	8,20
Inflação								
IPCA	0,21	0,83	0,42	0,56	0,28	0,24	1,47	3,98
IGP-M	-0,47	-0,52	0,74	0,59	0,50	0,37	-0,91	-4,26

Fontes: Anbima, Bacen, B3, Focus, FGV, IBGE e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. * Rendimento até o dia 28/mar/24. ** Até mar/24. (1) rendimento bruto do 1º dia útil do mês (2) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos até 03/05/12. (3) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos a partir de 04/05/12. (4) Variação sobre o Real. (5) expectativa de 0,21% para o mês de março

Fundos de Investimento

Análise diária da indústria - em 25/03/24

Categorias	Patrimônio líquido R$ milhões (1)	Rentabilidade nominal - % no dia	no mês	em 2024	em 12 meses	Estimativa da captação líquida - R$ milhões no dia	no mês	no ano	em 12 meses
Renda Fixa	3.354.795,90					-14.806,09	18.720,20	133.053,07	52.238,73
RF Indexados (2)	155.335,79	0,07	0,41	1,44	10,65	-108,50	709,44	2.359,10	-2.147,66
RF Duração Baixa Soberano (2)	644.876,65	0,04	0,66	2,32	11,63	-7.526,37	-12.018,73	22.671,93	6.042,37
RF Duração Baixa Grau de Invest. (2)	802.643,17	0,04	0,76	2,67	13,11	-4.018,49	9.629,07	28.731,84	8.064,18
RF Duração Média Grau de Invest. (2)	106.250,02	0,05	0,05	2,64	12,47	23,77	3.151,02	4.199,89	9.481,06
RF Duração Alta Grau de Invest. (2)	167.111,96	0,04	0,59	2,34	9,36	22,99	-3,65	-1.876,82	-5.856,34
RF Duração Livre Soberano (2)	231.582,48	0,05	0,63	2,14	11,44	662,94	-1.348,44	9.305,39	-7.413,90
RF Duração Livre Grau de Invest. (2)	681.541,38	0,04	0,67	2,37	12,15	-2.144,88	7.820,25	22.654,08	-19.219,52
RF Duração Livre Crédito Livre (2)	301.200,95	0,05	0,70	2,66	14,29	198,70	7.814,78	23.943,49	74.697,76
Ações	619.368,68					-169,69	-1.110,91	-2.337,10	22.833,41
Ações Indexados (2)	10.778,97	-0,06	-1,52	-5,26	27,95	25,31	594,73	812,55	-1.174,33
Ações Índice Ativo (2)	35.159,50	-0,08	-0,91	-4,07	27,97	-26,63	20,83	-1.205,82	-3.185,29
Ações Livre	226.657,93	-0,19	0,59	-1,01	31,99	-139,93	-768,17	-887,05	-15.295,72
Fechados de Ações	125.995,54	-0,25	0,37	-2,18	9,07	1,01	35,47	-979,89	29.167,10
Multimercados	1.655.821,50					-1.746,96	-6.444,45	-27.628,63	-172.593,82
Multimercados Macro	167.061,74	-0,04	0,73	0,99	8,60	-412,47	-2.476,81	-9.257,44	-44.190,00
Multimercados Livre	619.829,27	-0,01	0,66	1,18	10,83	-699,10	1.147,58	2.522,92	-47.728,14
Multimercados Juros e Moedas	54.831,82	0,05	0,71	2,47	12,51	52,08	-528,93	-1.678,38	-12.632,61
Multimercados Invest. no Exterior (2)	734.602,20	-0,04	0,67	1,15	10,86	-762,80	-5.228,69	-20.011,94	-60.399,18
Cambial	5.440,42	-0,52	0,52	3,90	0,53	-4,22	-348,48	-710,71	-1.428,04
Previdência	1.396.583,92					429,06	3.472,68	9.405,50	35.156,36
ETF	43.110,89					72,93	291,11	-2.113,91	-498,51
Demais Tipos	1.961.110,64					-1.441,30	6.087,75	31.189,00	29.424,92
Total Fundos de Investimentos	**7.075.121,31**					**-16.224,96**	**14.580,15**	**109.668,22**	**-64.291,87**
Total Fundos Estruturados (3)	**1.544.359,33**					**-1.761,11**	**-5.834,79**	**-6.116,41**	**88.686,24**
Total Fundos Off Shore (4)	**47.439,24**					-	-	-	-
Total Geral	**8.666.919,88**					**-17.986,06**	**8.745,36**	**103.551,81**	**24.394,37**

Fonte: ANBIMA. (1) PL e captação líquida de cada tipo exclui os Fundos em Cotas, evitando dupla contagem. (2) Para os tipos que iniciaram em 01/10/2015, as rentabilidades do ano e 12 meses foram estimadas com base na amostra atual de fundos. (3) FIDC, FII, FIP e FMIEE. (4) PL dos tipos imobiliários e Off-Shore referentes ao mês de fevereiro de 2024 * Rentabilidade sem período completo.Obs.: Fundos de Investimentos regidos pela ICVM 555/14, ICVM 522/12, ICVM 409/04, ICVM 359/02 e ICVM 141/91. Dados sujeitos a retificação em razão da representatividade da amostra ou cadastramento de novos fundos. PL de cada tipo considera, adicionalmente, a estimativa dos fundos que não informaram o PL na data de emissão do relatório

Custo do dinheiro

Em % no período

Taxas referenciais	28/03/24	27/03/24	Há 1 semana	No fim de fevereiro	Há 1 mês	Há 12 meses
Selic - meta ao ano	10,75	10,75	10,75	11,25	11,25	13,75
Selic - taxa over ao ano	10,65	10,65	10,65	11,15	11,15	13,65
Selic - taxa over ao mês	1,2050	1,2050	1,2050	1,2587	1,2587	1,5236
Selic - taxa efetiva ao ano	11,00	11,00	11,00	11,15	11,15	13,65
Selic - taxa efetiva ao mês	0,8317	0,8317	0,8317	0,8002	0,8002	1,1747
CDI - taxa over ao ano	10,65	10,65	10,65	11,15	11,15	13,65
CDI - taxa over ao mês	1,2050	1,2050	1,2050	1,2587	1,2587	1,5236
CDI - taxa efetiva ao ano	11,00	11,00	11,00	11,15	11,15	13,65
CDI - taxa efetiva ao mês	0,8317	0,8317	0,8317	0,8002	0,8002	1,1747
CDB Pré - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	12,74
CDB Pré - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	1,0044
CDB Pós - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	12,23
CDB Pós - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9662
Taxa de juros de referência - B3						
TJ3 - 3 meses (em % ao ano)	10,36	10,37	10,42	10,68	10,71	13,61
TJ6 - 6 meses (em % ao ano)	10,05	10,05	10,09	10,26	10,27	13,39
Taxas referenciais de Swap - B3						
DI x Pré-30 - taxa efetiva ao ano	10,66	10,65	10,65	11,02	11,03	13,65
DI x Pré-60 - taxa efetiva ao ano	10,50	10,50	10,54	10,84	10,86	13,64
DI x Pré-90 - taxa efetiva ao ano	10,37	10,38	10,41	10,67	10,70	13,63
DI x Pré-120 - taxa efetiva ao ano	10,25	10,25	10,28	10,52	10,55	13,59
DI x Pré-180 - taxa efetiva ao ano	10,06	10,06	10,10	10,27	10,27	13,45
DI x Pré-360 - taxa efetiva ao ano	9,85	9,85	9,87	9,89	9,90	12,86

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Mercado futuro

Em 28/03/24

DI de 1 dia	PU de ajuste	Taxa efetiva - em % ao ano	Contratos negociados	Cotação - em % ao ano Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em abr/24	99.959,85	10,650	115.418	10,646	10,650	10,646
Vencimento em mai/24	99.079,93	10,658	158.089	10,654	10,658	10,658
Vencimento em jun/24	98.275,04	10,479	1.325	10,478	10,486	10,480
Vencimento em jul/24	97.529,09	10,353	231.788	10,350	10,355	10,350
Vencimento em ago/24	96.693,33	10,230	1.192	10,225	10,235	10,230
Vencimento em set/24	95.918,29	10,114	1.500	10,110	10,115	10,115
Vencimento em out/24	95.182,48	10,044	143.950	10,040	10,055	10,050
Vencimento em nov/24	94.379,12	9,997	96	10,000	10,010	10,000
Vencimento em dez/24	93.725,63	9,959	551	9,960	9,970	9,960
Vencimento em jan/25	93.016,20	9,914	537.026	9,900	9,930	9,920
Vencimento em fev/25	92.273,24	9,884	329	9,885	9,905	9,885
Dólar comercial	**Ajuste do dia**	**Var. no dia em %**	**Contratos negociados**	**Cotação - R$/US$ 1.000,00 Mínimo**	**Máximo**	**Último**
Vencimento em abr/24	4.996,20	0,37	8.880	4.987,00	5.004,00	4.996,50
Vencimento em mai/24	5.023,69	0,60	337.425	4.995,50	5.039,00	5.037,00
Vencimento em jun/24	5.036,36	0,61	3.930	5.033,50	5.033,50	5.033,50
Vencimento em jul/24	5.050,21	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em ago/24	5.066,35	-	0	0,00	0,00	0,00
Euro	**Ajuste do dia**	**Var. no dia em %**	**Contratos negociados**	**Cotação - R$/€ 1.000,00 Mínimo**	**Máximo**	**Último**
Vencimento em abr/24	5.395,90	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em mai/24	5.426,65	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em jun/24	5.448,52	-	0	0,00	0,00	0,00
Ibovespa	**Ajuste do dia**	**Var. no dia em %**	**Contratos negociados**	**Cotação - pontos do índice Mínimo**	**Máximo**	**Último**
Vencimento em abr/24	128.794	0,32	67.135	127.820	129.010	128.705
Vencimento em jun/24	130.525	-	0	0	0	0
Vencimento em ago/24	132.364	-	0	0	0	0

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Indicadores do mercado

Em 28/03/24

Indicador	Compra	Venda	Variações % No dia	No mês	No ano	12 meses
Dólar (Ptax - BC) - (R$/US$)	4,9956	4,9962	0,21	0,26	3,20	-3,42
Dólar Comercial (mercado) - (R$/US$)	5,0147	5,0153	0,74	0,86	3,35	-2,89
Dólar Turismo (R$/US$)	5,0281	5,2081	0,50	0,67	3,18	-2,94
Euro (BC) - (R$/€)	5,3952	5,3979	0,05	0,07	0,87	-3,80
Euro Comercial (mercado) - (R$/€)	5,4095	5,4101	0,36	0,71	0,75	-3,40
Euro Turismo (R$/€)	5,4606	5,6406	0,27	0,55	0,60	-3,32
Euro (BC) - (US$/€)	1,0800	1,0804	-0,17	-0,18	-2,26	-0,39
Ouro*						
B3 (R$/g)[1] [2]	-	343,000	3,31	10,65	20,77	5,57
Nova York (US$/onça troy)[1]	-	2.231,91	1,89	9,19	8,07	13,19
Londres (US$/onça troy)[1]	-	2.207,00	0,68	8,57	7,01	13,19

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. [1] Última cotação. [2] Contrato = 250g

Índices de ações Valor-Coppead

Em pontos

Índice	28/03/24	27/03/24	No fim de fev/24	No fim de dez/23	Variação - em % dia	mês	Ano
Valor-Coppead Performance	171.154,28	170.736,92	170.385,01	173.997,89	0,24	0,45	-1,63
Valor-Coppead Mínima Variância	96.143,88	96.340,77	93.731,77	93.533,91	-0,20	2,57	2,79

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Captações de recursos no exterior

Últimas operações realizadas no mercado internacional *

Emissor/Tomador	Data de liquidação	Data do vencimento	Prazo meses	Valor US$ milhões	Cupom/Custo em %	Retorno em %	Spread pontos-base **
República Federativa do Brasil	29/01/24	13/05/54	364	2.250	7,125	7,15	282,0
3R Petroleum	05/02/24	05/02/31	84	500	9,75	-	-
Ambipar (1)	06/02/24	06/02/31	84	750	9,875	-	-
Raízen (1)	mar/24	mar/34	120	1.000	6,45	-	-
Raízen (1)	mar/24	mar/54	360	500	6,95	-	-
Banco do Brasil (1)	mar/24	mar/31	84	750	6,3	-	-
Votorantim Cimentos (2)	02/04/24	02/04/34	120	500	5,75	5,896	-

Fontes: Instituições e agências internacionais. Elaboração: Valor Data. * Atualizada em 28/03/24. ** Sobre o título do Tesouro americano de mesmo prazo. (1) Títulos sustentáveis (green bonds). (2) Desenvolvimento sustentável (sustainability linked bond)

ADR - Índices

Em 28/03/24

Índice	28/03/24	27/03/24	Em 29/02/24	Em 29/12/23	Em 28/03/23	Variação - em % dia	mês	ano	12 meses
S&P BNY	177,78	177,91	172,27	165,54	147,98	-0,07	3,20	7,40	20,13
S&P BNY Emergentes	327,04	326,72	321,84	312,75	287,87	0,10	1,62	4,57	13,61
S&P BNY América Latina	215,02	214,62	215,09	225,28	182,04	0,19	-0,03	-4,56	18,12
S&P BNY Brasil	214,40	213,94	220,63	232,95	178,22	0,21	-2,82	-7,96	20,30
S&P BNY México	342,11	341,37	321,75	331,67	301,07	0,22	6,33	3,15	13,63
S&P BNY Argentina	211,50	215,64	184,49	178,27	115,22	-1,92	14,64	18,64	83,56
S&P BNY Chile	147,40	145,74	148,91	162,12	176,70	1,13	-1,01	-9,08	-16,59
S&P BNY Índia	2.755,62	2.729,22	2.775,31	2.923,01	2.709,72	0,97	-0,71	-5,73	1,69
S&P BNY Ásia	206,96	207,14	202,61	189,60	172,09	-0,09	2,14	9,15	20,26
S&P BNY China	306,36	305,36	314,11	336,11	356,05	0,33	-2,47	-8,85	-13,96
S&P BNY Rússia	-	-	470,68	355,94	271,02	-	-4,95	25,69	65,07
S&P BNY Turquia	23,46	22,97	24,35	22,45	18,77	2,12	-3,66	4,47	24,97

Fonte: S&P BNY Mellon. Elaboração: Valor Data

TR, Poupança e TBF

Variações % no período

Período	TR	Poupança *	Poupança **	TBF
11/03 a 11/04	0,1062	0,6067	0,6067	0,8270
12/03 a 12/04	0,1130	0,6136	0,6136	0,8238
13/03 a 13/04	0,1100	0,6106	0,6106	0,8208
14/03 a 14/04	0,0821	0,5825	0,5825	0,7827
15/03 a 15/04	0,0519	0,5522	0,5522	0,7423
16/03 a 16/04	0,0501	0,5504	0,5504	0,7404
17/03 a 17/04	0,0759	0,5763	0,5763	0,7764
18/03 a 18/04	0,1017	0,6022	0,6022	0,8124
19/03 a 19/04	0,0985	0,5990	0,5990	0,8092
20/03 a 20/04	0,0935	0,5940	0,5940	0,8042
21/03 a 21/04	0,0628	0,5631	0,5631	0,7632
22/03 a 22/04	0,0340	0,5342	0,5342	0,7242
23/03 a 23/04	0,0514	0,5517	0,5517	0,7217
24/03 a 24/04	0,0869	0,5873	0,5873	0,7575
25/03 a 25/04	0,1125	0,6131	0,6131	0,7933
26/03 a 26/04	0,1100	0,6106	0,6106	0,7907
27/03 a 27/04	0,1061	0,6066	0,6066	0,7868

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. * Depósitos até 03/05/12 ** Depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012

B3 - Brasil, Bolsa, Balcão

Índices de ações em 28/03/24

	Índice	No dia	No mês	No ano	Em 12 meses
Variação % em reais					
Ibovespa	128.106	0,33	-0,71	-4,53	26,61
IBrX	54.027	0,35	-0,73	-4,29	26,02
IBrX 50	21.315	0,42	-0,81	-4,06	25,70
IEE	88.654	-0,37	-2,79	-6,64	19,88
SMLL	2.257	0,28	2,15	-4,09	24,02
ISE	3.692	-0,15	1,21	-1,90	26,40
IMOB	947	-0,03	1,10	-6,28	41,40
IDIV	8.728	0,21	-1,20	-3,81	28,51
IFIX	3.408	0,38	1,43	2,92	23,32
Variação % em dólares					
Ibovespa	25.641	0,11	-0,96	-7,49	31,09
IBrX	10.814	0,13	-0,99	-7,26	30,49
IBrX 50	4.266	0,20	-1,07	-7,04	30,15
IEE	17.744	-0,58	-3,04	-9,53	24,13
SMLL	452	0,07	1,89	-7,06	28,42
ISE	739	-0,36	0,95	-4,94	30,88
IMOB	190	-0,24	0,84	-9,18	46,42
IDIV	1.747	0,00	-1,46	-6,79	33,06
IFIX	682	0,16	1,17	-0,27	27,69

Fontes: B3, Banco Central e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Prêmio de risco do EMBI+*

Spread em pontos base **

País	Spread 28/03/24	Spread 27/03/24	Variação - em pontos No dia	No mês	No ano
Geral	294	300	-6,0	-26,0	-51,0
África do Sul	379	382	-3,0	9,0	53,0
Argentina	1.452	1.437	15,0	-250,0	-455,0
Brasil	210	205	5,0	2,0	15,0
Colômbia	269	268	1,0	-11,0	4,0
Filipinas	80	81	-1,0	1,0	22,0
México	168	170	-2,0	-5,0	1,0
Peru	106	105	1,0	-3,0	4,0
Turquia	267	275	-8,0	-12,0	-9,0
Venezuela	18.123	22.246	-4.123,0	-992,0	-5.969,0

Fonte: JP Morgan. Elaboração: Valor Data. *Calculado pelo JP Morgan. **Sobre o título do tesouro americano

Reservas internacionais

Liquidez Internacional *, em US$ milhões

Fim de período		Diário	
jul/23	345.476	18/03/24	353.373
ago/23	344.177	19/03/24	353.569
set/23	340.324	20/03/24	353.879
out/23	340.247	21/03/24	354.373
nov/23	348.406	22/03/24	354.536
dez/23	355.034	25/03/24	354.428
jan/24	353.563	26/03/24	354.374
fev/24	352.705	27/03/24	354.899

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. *Agrega, aos valores do conceito Caixa, haveres como títulos de exportação e outros de médio e longo prazos

Índice de Renda Fixa Valor

Base = 100 em 31/12/99

	28/03/24	27/03/24	26/03/24	25/03/24	22/03/24	21/03/24
Índice	2.104,11	2.103,63	2.103,40	2.104,49	2.102,17	2.101,59
Var. no dia	0,02%	0,01%	-0,05%	0,11%	0,03%	-0,03%
Var. no mês	0,56%	0,54%	0,53%	0,58%	0,47%	0,44%
Var. no ano	1,88%	1,86%	1,85%	1,90%	1,79%	1,76%

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Câmbio

Em 28/03/24

Moeda	Em US$ * Compra	Em US$ * Venda	Em R$ ** Compra	Em R$ ** Venda
Baht (Tailândia)	36,4300	36,4600	0,13700	0,13710
Balboa (Panamá)	1,0000	1,0000	4,9956	4,9962
Bolívar Soberano (Venezuela)	36,1989	36,2896	0,1377000	0,1380000
Boliviano (Bolívia)	6,8600	6,9800	0,7157	0,7283
Colon (Costa Rica)	498,0000	503,0000	0,009932	0,010030
Coroa (Dinamarca)	6,9056	6,9061	0,7234	0,7235
Coroa (Islândia)	139,0100	139,3400	0,03585	0,03594
Coroa (Noruega)	10,8404	10,8434	0,4607	0,4609
Coroa (Rep. Tcheca)	23,4100	23,4200	0,2133	0,2134
Coroa (Suécia)	10,6886	10,6914	0,4673	0,4674
Dinar (Argélia)	134,4618	135,0518	0,03699	0,03716
Dinar (Kuwait)	0,3076	0,3077	16,2353	16,2425
Dinar (Líbia)	4,8271	4,8494	1,0301	1,0350
Direitos Especiais de Saque ***	1,3234	1,3234	6,6112	6,6120
Dirham (Emirados Árabes Unidos)	3,6721	3,6723	1,3603	1,3606
Dirham (Marrocos)	10,1169	10,1219	0,4935	0,4938
Dólar (Austrália)***	0,6523	0,6525	3,2586	3,2600
Dólar (Bahamas)	1,0000	1,0000	4,9956	4,9962
Dólar (Belize)	1,9982	2,0332	2,4570	2,5004
Dólar (Canadá)	1,3531	1,3532	3,6917	3,6924
Dólar (Cayman)	0,8250	0,8350	5,9828	6,0560
Dólar (Cingapura)	1,3496	1,3497	3,7013	3,7020
Dólar (EUA)	1,0000	1,0000	4,9956	4,9962
Dólar (Hong Kong)	7,8264	7,8266	0,6383	0,6384
Dólar (Nova Zelândia)***	0,5980	0,5983	2,9874	2,9892
Dólar (Trinidad e Tobago)	6,7601	6,8260	0,7318	0,7391
Euro (Comunidade Européia)***	1,0800	1,0804	5,3952	5,3979
Florim (Antilhas Holandesas)	1,7845	1,8200	2,7448	2,7998
Franco (Suíça)	0,9006	0,9007	5,5464	5,5476
Guarani (Paraguai)	7373,0000	7414,0000	0,0006738	0,0006776
Hryvnia (Ucrânia)	39,1000	39,4000	0,1268	0,1278
Iene (Japão)	151,3400	151,3500	0,03301	0,03301
Lev (Bulgária)	1,8107	1,8115	2,7577	2,7593
Libra (Egito)	47,3500	47,4500	0,1053	0,1055
Libra (Líbano)	89500,0000	89900,0000	0,000056	0,000056
Libra (Síria)	13000,0000	13003,0000	0,00038	0,00038
Libra Esterlina (Grã Bretanha)***	1,2630	1,2634	6,3094	6,3122
Naira (Nigéria)	1415,0000	1425,0000	0,00351	0,00353
Lira (Turquia)	32,2490	32,4520	0,1539	0,1549
Novo Dólar (Taiwan)	31,9600	31,9900	0,15620	0,15630
Novo Sol (Peru)	3,7170	3,7240	1,3415	1,3441
Peso (Argentina)	857,4900	857,5200	0,00583	0,00583
Peso (Chile)	980,0500	981,6500	0,005089	0,005098
Peso (Colômbia)	3861,2200	3869,2800	0,001291	0,001294
Peso (Cuba)	24,0000	24,0000	0,2082	0,2082
Peso (Filipinas)	56,1920	56,2120	0,08887	0,08891
Peso (México)	16,6124	16,6229	0,3005	0,3008
Peso (Rep. Dominicana)	58,9500	59,7000	0,08368	0,08475
Peso (Uruguai)	37,5500	37,5800	0,13290	0,13310
Rande (África do Sul)	18,9454	18,9505	0,2636	0,2637
Rial (Arábia Saudita)	3,7504	3,7506	1,3319	1,3322
Rial (Irã)	42000,0000	42105,0000	0,0001186	0,0001190
Ringgit (Malásia)	4,7300	4,7360	1,0548	1,0563
Rublo (Rússia)	92,3230	92,8260	0,05382	0,05412
Rúpia (Índia)	83,3540	83,4090	0,05989	0,05994
Rúpia (Indonésia)	15850,0000	15860,0000	0,0003150	0,0003152
Rúpia (Paquistão)	277,5000	278,5000	0,01794	0,01800
Shekel (Israel)	3,6667	3,6707	1,3609	1,3626
Won (Coréia do Sul)	1348,9400	1349,2400	0,003703	0,003704
Yuan Renminbi (China)	7,2262	7,2278	0,6912	0,6914
Zloty (Polônia)	3,9878	3,9890	1,2523	1,2529
	Cotações Ouro Spot (2)	**Cotações Paridade (3)**	**Em R$(1) Compra**	**Em R$(1) Venda**
Dólar Ouro	2216,29	0,01403	356,0656	356,1083

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Valor Data
* Cotações em unidades monetárias por dólar. ** Cotações em reais por unidade monetária. *** Moedas do tipo B (cotadas em dólar por unidade monetária). (1) Por grama. (2) US$ por onça. (3) Grama por US$. Observações: As taxas acima deverão ser utilizadas somente para coberturas específicas de acordo com a legislação vigente. As contratações acima referidas devem ser realizadas junto às regionais de câmbio do Rio e de São Paulo. O lote mínimo operacional, exclusivamente para efeito das operações contratadas junto à mesa de operações do Banco Central em Brasília, foi fixado para hoje em US$ 1.000.000. Nota: em 29/03/10, o Banco Central do Brasil passou a divulgar, para a maior parte das moedas presentes na tabela, as cotações com até quatro casas decimais, padronizando-as aos parâmetros internacionais

Bolsas de valores internacionais

País	Cidade	Índice	29/03/24	28/03/24	Variações % No dia	No mês	No ano	Em 12 meses	Em 12 meses Menor índice	Em 12 meses Maior índice
Américas										
EUA	Nova York	Dow Jones	Feriado	39.807,37	-	2,08	5,62	21,67	32.417,59	39.807,37
EUA	Nova York	Nasdaq-100	Feriado	18.254,69	-	1,17	8,49	42,10	12.725,11	18.339,44
EUA	Nova York	Nasdaq Composite	Feriado	16.379,46	-	1,79	9,11	37,34	11.799,16	16.428,82
EUA	Nova York	S&P 500	Feriado	5.254,35	-	3,10	10,16	30,45	4.027,81	5.254,35
Canadá	Toronto	S&P/TSX	Feriado	22.167,03	-	3,76	5,77	11,74	18.737,39	22.167,03
México	Cidade do México	IPC	Feriado	Feriado	-	3,53	-0,03	6,47	48.197,88	58.711,87
Colômbia	Bogotá	COLCAP	Feriado	Feriado	-	4,62	11,53	19,06	1.046,70	1.332,98
Venezuela	Caracas	IBVC	Feriado	Feriado	-	12,49	-3,83	91,54	28.114,73	63.455,81
Chile	Santiago	IPSA	Feriado	6.643,76	-	3,01	7,20	25,03	5.226,93	6.643,76
Peru	Lima	S&P/BVL General	Feriado	Feriado	-	0,48	9,27	29,47	21.161,78	29.727,98
Argentina	Buenos Aires	Merval	Feriado	Feriado	-	19,59	30,52	387,14	245.716,17	1.316.204,44
Europa, Oriente Médio e África										
Euro	-	Euronext 100	Feriado	1.526,34	-	4,60	9,37	14,11	3.425,66	4.057,14
Alemanha	Frankfurt	DAX-30	Feriado	18.492,49	-	4,61	10,39	20,64	14.687,41	18.492,49
França	Paris	CAC-40	Feriado	8.205,81	-	3,51	8,78	14,18	6.795,38	8.205,81
Itália	Milão	FTSE MIB	Feriado	34.750,35	-	6,66	14,49	29,96	26.051,33	34.759,69
Bélgica	Bruxelas	BEL-20	Feriado	3.845,63	-	5,03	3,72	2,69	3.290,68	3.849,52
Dinamarca	Copenhague	OMX 20	Feriado	Feriado	-	5,34	16,90	34,23	1.962,58	2.751,08
Espanha	Madri	IBEX-35	Feriado	11.074,60	-	10,73	9,63	22,09	8.918,30	11.111,30
Grécia	Atenas	ASE General	Feriado	1.422,35	-	-0,17	9,99	38,01	1.030,65	1.434,87
Holanda	Amsterdã	AEX	Feriado	881,78	-	3,93	12,07	18,27	714,05	881,78
Hungria	Budapeste	BUX	Feriado	65.384,60	-	-0,84	7,86	54,45	41.603,82	66.455,07
Polônia	Varsóvia	WIG	Feriado	82.745,58	-	0,98	5,46	44,73	57.173,15	83.265,56
Portugal	Lisboa	PSI-20	Feriado	6.280,50	-	1,99	-1,81	6,43	5.729,40	6.609,90
Rússia	Moscou	RTS*	1.136,96	1.128,26	0,77	0,86	4,94	13,18	967,11	1.154,39
Suécia	Estocolmo	OMX	Feriado	2.518,27	-	2,67	5,01	17,16	2.049,65	2.550,50
Suíça	Zurique	SMI	Feriado	11.730,43	-	2,55	5,32	7,00	10.323,71	11.790,46
Turquia	Istambul	BIST 100	9.142,40	9.079,97	0,69	-0,56	22,39	84,95	4.400,76	9.374,20
Israel	Tel Aviv	TA-125	-	2.033,36	-	2,64	8,40	18,20	1.608,42	2.040,82
África do Sul	Joanesburgo	All Share	Feriado	74.535,99	-	2,48	-3,07	-2,54	69.451,97	79.294,76
Ásia e Pacífico										
Japão	Tóquio	Nikkei-225	40.369,44	40.168,07	0,50	3,07	20,63	44,78	27.472,63	40.888,43
Austrália	Sidney	All Ordinaries	Feriado	8.153,70	-	2,44	4,14	12,68	6.960,20	8.153,70
China	Shenzhen	SZSE Composite	1.747,61	1.732,61	0,87	2,38	-4,91	-16,91	1.433,10	2.158,41
China	Xangai	SSE Composite	3.041,17	3.010,66	1,01	0,86	2,23	-6,14	2.702,19	3.395,00
Coréia do Sul	Seul	KOSPI	2.746,63	2.745,82	0,03	3,95	3,44	12,39	2.277,99	2.757,09
Hong Kong	Hong Kong	Hang Seng	Feriado	16.541,42	-	0,18	-2,97	-18,08	14.961,18	20.782,45
Índia	Bombaim	S&P BSE Sensex	Feriado	73.651,35	-	1,59	1,95	27,07	57.960,09	74.119,39
Indonésia	Jacarta	JCI	Feriado	7.288,81	-	-0,37	0,22	6,57	6.618,92	7.433,32
Tailândia	Bangcoc	SET	1.377,94	1.370,34	0,55	0,53	-2,68	-14,44	1.356,54	1.610,52
Taiwan	Taipé	TAIEX	20.294,45	20.146,55	0,73	7,00	13,18	28,69	15.370,73	20.294,45

Fontes: Valor PRO, Bolsas de Bangcoc, Bogotá, Bombaim, Budapeste, Istambul, Jacarta, Joanesburgo, Lima, Madrid, Moscou e Zurique. Elaboração: Valor Data
* Índice expresso em dólares

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CREDZ - CNPJ nº 24.761.946/0001-39 - **FATO RELEVANTE - OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários para o exercício profissional de administração de carteiras de valores mobiliários, na categoria de administrador fiduciário, nos termos do Ato Declaratório CVM nº 6.696, de 21 de fevereiro de 2002, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 3.434, bloco 7, sala 201, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91 ("**Administradora**"), na qualidade de administradora do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CREDZ**, inscrito no CNPJ sob o nº 24.761.946/0001-39 ("**Fundo**"), vem divulgar ao mercado que convocou uma assembleia geral extraordinária do Fundo, a ser realizada, de forma não presencial, por meio de consulta formal, para deliberar sobre: **(a)** a adesão, pelo Fundo, ao "Acordo de Transação" celebrado entre a DM Participações S.A., a DM Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, a DMCard Instituição de Pagamento S.A., a DMCORE Holding Financeira S.A., a CREDZ S.A. Instituição de Pagamento e outros em 18 de março de 2024; conforme aditado em 22 de março de 2024 e em 28 de março de 2024 ("**Acordo de Transação**"); e **(b)** a liquidação antecipada do Fundo, condicionada ao fechamento da transação descrita no Acordo de Transação. A Administradora permanece à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários, por meio do endereço eletrônico: ger1.fundos@oliveiratrust.com.br. Rio de Janeiro, 29 de março de 2024. **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

AMBEV S.A.

CNPJ nº 07.526.557/0001-00 - NIRE 35.300.368.941

Edital de Convocação

Ficam convidados os acionistas da Ambev S.A. ("Companhia") para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE"), a serem realizadas cumulativamente, no dia 30 de abril de 2024, às 14:00 horas, **de modo exclusivamente digital** por meio da plataforma digital *Ten Meetings* ("Plataforma Digital"), a ser tida como realizada, para fins do artigo 5º, §2º, inciso I, §3º, e artigo 28, §§2º e 3º, da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81/22"), na sua sede social, a fim de decidir sobre a seguinte ordem do dia: (a) Em Assembleia Geral Ordinária: (i) tomar e aprovar as contas dos administradores e examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (ii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (iii) eleger os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal para mandato de 1 ano, que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2025; (iv) fixar a remuneração global dos administradores para o exercício de 2024; e (v) fixar a remuneração dos membros do Conselho Fiscal para o exercício de 2024. (b) Em Assembleia Geral Extraordinária: (vi) reformar o estatuto social da Companhia para: (a) alterar o *caput* do artigo 5, de modo a refletir os aumentos de capital aprovados pelo Conselho de Administração, dentro do limite do capital autorizado, até a data da AGOE; (b) retificar o artigo 15, §5º, inciso "h", para a inclusão da palavra "não", deixando expresso que, para a configuração de independência dos membros do Conselho de Administração da Companhia, estes não poderão ter fundado a Companhia e ter influência significativa sobre esta; (c) alterar os artigos 22, 32 e 33, e excluir o artigo 34, para reformular a composição da Diretoria da Companhia, renomear e redistribuir as competências de determinados cargos; (d) renumerar os atuais artigos 34 a 46 do estatuto social da Companhia; e (vii) consolidar o estatuto social da Companhia. **Informações Gerais: 1.** Os seguintes documentos foram publicados em 29 de fevereiro de 2024 no jornal "Valor Econômico": (i) relatório anual da administração; (ii) demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (iii) relatório do parecer dos auditores independentes; e (iv) parecer do Conselho Fiscal. **2.** Os documentos e informações referidos no item anterior e os demais previstos na Resolução CVM nº 81/22 foram apresentados à Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") por meio do Sistema Empresas.Net, nos termos do artigo 7º de referida norma, e encontram-se à disposição dos senhores acionistas na sede social da Companhia, no seu site de Relações com Investidores (ri.ambev.com.br) e nos sites da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br) e da CVM (https://www.gov.br/cvm). **3.** A AGOE será realizada de modo exclusivamente digital, por meio da Plataforma Digital, nos termos da Resolução CVM nº 81/22 e em conformidade com as instruções detalhadas neste Edital de Convocação ("Edital") e no Manual das Assembleias ("Manual") divulgados pela Companhia. **4.** Observados os procedimentos descritos neste Edital e no Manual, os acionistas que optarem por participar da AGOE deverão, até o dia **28 de abril de 2024, às 14:00h de Brasília** (conforme prazo previsto no art. 6º, §3, da Resolução CVM nº 81/22), acessar o endereço eletrônico https://assembleia.ten.com.br/139020370, preencher o seu cadastro e anexar os documentos abaixo discriminados, comprovando a sua qualidade de acionista ou de representante de acionista, conforme aplicável, necessários para fins de habilitação para participação na AGOE ("Cadastro"): (i) extrato comprovando a participação acionária, emitido pela instituição custodiante, para os acionistas participantes da Custódia Fungível de Ações Nominativas da B3; e (ii) cópias digitalizadas dos seguintes documentos: • Acionistas Pessoas Físicas: documento de identidade com foto do acionista; • Acionistas Pessoas Jurídicas: **(a)** último estatuto social ou contrato social consolidado, conforme o caso; **(b)** demais documentos que comprovem os poderes do(s) representante(s) legal(is) do acionista, nos termos de seu estatuto ou contrato social, incluindo, sem limitação, ata de eleição de conselheiros, diretores, procurações, dentre outros; e **(c)** documento de identidade com foto do(s) representante(s) legal(is); • Fundos de Investimentos: **(a)** último regulamento consolidado do fundo; **(b)** estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo; **(c)** demais documentos que comprovem os poderes do(s) representante(s) legal(is) do gestor ou administrador do fundo, conforme o caso; e **(d)** documento de identidade com foto do(s) representante(s) legal(is). **5.** A Plataforma Digital permitirá que os acionistas cadastrados no prazo supramencionado participem, se manifestem e votem na AGOE, nos termos estabelecidos pela Resolução CVM nº 81/22. As regras e orientações detalhadas, bem como os procedimentos e informações adicionais para a participação do acionista na AGOE por meio da Plataforma Digital constam do Manual. Após receber os documentos pela Plataforma Digital e confirmar a sua validade e completude do Cadastro, a Companhia credenciará o acionista (ou seu representante, conforme o caso) para participar da AGOE via Plataforma Digital. Somente poderão participar da AGOE os acionistas devidamente credenciados, em conformidade com o prazo e os procedimentos indicados acima. **6.** Os acionistas poderão exercer o direito de voto por meio de: (i) boletim de voto a distância, com envio de instrução de voto previamente à realização da AGOE; ou (ii) participação via Plataforma Digital, no momento da realização da AGOE. Aos acionistas que optarem por votar por meio do boletim de voto a distância deverão enviá-lo, nos termos da Resolução CVM nº 81/22: 1) ao escriturador das ações de emissão da Companhia; 2) aos seus agentes de custódia que prestem esse serviço, no caso dos acionistas titulares de ações depositadas em depositário central; ou 3) diretamente à Companhia. Para informações adicionais, o acionista deve observar as regras previstas no artigo 27 da Resolução CVM nº 81/22 e os procedimentos descritos no Manual. A participação na AGOE estará restrita aos acionistas, seus representantes ou procuradores, conforme o caso, que se credenciarem nos termos descritos no item 4 deste Edital e conforme as instruções contidas no Manual, e que ingressarem na AGOE, via Plataforma Digital, até 13h59 do dia 30 de abril de 2024.

São Paulo, 28 de março de 2024

Michel Dimitrios Doukeris - Presidente do Conselho de Administração

IRB-Brasil Resseguros S.A.

IRB(Re) 85 anos

CNPJ: 33.376.989/0001-91 - NIRE: 333.0030917-9

Edital de Convocação

Ficam convocados os Senhores Acionistas do IRB-BRASIL RESSEGUROS S.A. ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia"), a ser realizada no dia 30 de abril de 2024, às 10 horas, de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma "Ten Meetings", a fim de deliberar acerca das seguintes matérias: **1. Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) tomar as contas dos Administradores da Companhia; (ii) examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), conforme regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários, acompanhadas do Relatório Anual da Administração e dos Pareceres dos Auditores Independentes, do Comitê de Auditoria e do Conselho Fiscal da Companhia; (iii) ratificar a aprovação das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas em conformidade com as normas contábeis adotadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, acompanhadas do Relatório da Administração e dos Pareceres dos Auditores Independentes, do Comitê de Auditoria e do Conselho Fiscal da Companhia, conforme deliberação tomada na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 28 de março de 2024; (iv) fixação do número de assentos do Conselho Fiscal para o próximo mandato; e (v) eleger os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal. **2. Em Assembleia Geral Extraordinária:** (i) fixar o limite de valor da remuneração anual global dos Administradores e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia, para o período de abril de 2024 a março de 2025. O detalhamento das deliberações propostas, e das regras e dos procedimentos sobre como os acionistas poderão participar e votar a distância na referida Assembleia (incluindo instruções para acesso e utilização do sistema eletrônico de participação e votação a distância pelos acionistas e instruções gerais para preenchimento e envio do boletim de voto a distância) encontram-se na Proposta da Administração divulgada nesta data pela Companhia. Instruções Gerais: A Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, por meio de sistema eletrônico de participação a distância ("Plataforma Digital"). Os acionistas que desejarem participar na Assembleia via Plataforma Digital, deverão acessar o endereço https://assembleia.ten.com.br/019017467, preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na Assembleia, com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data da Assembleia (ou seja, até o dia 28 de abril de 2024, inclusive) ("Cadastro"). Após a aprovação do Cadastro pela Companhia, o acionista poderá acessar a Plataforma Digital utilizando o login e senha individuais escolhidos no Cadastro. A solicitação de Cadastro necessariamente deverá (i) conter a identificação do acionista e, se for o caso, de seu representante legal que comparecerá à Assembleia, incluindo seus nomes completos e seus CPF ou CNPJ, conforme o caso, e telefone e endereço de e-mail do solicitante; e (ii) ser acompanhada dos documentos necessários para participação na Assembleia, conforme abaixo indicado:

Documentação a ser encaminhada à Companhia	Pessoa Física	Pessoa Jurídica	Fundo de Investimentos
Comprovante de titularidade das suas ações emitido por central depositária ou pelo agente escriturador	X	X	X
CPF e documento de identidade com foto do acionista ou de seu representante legal [(1)]	X	X	X
Contrato Social ou Estatuto Social consolidado e atualizado [(2)]	-	X	X
Documento hábil que comprove a outorga de poderes, inclusive de representação, se for o caso [(2)]	X [(3)]	X	X
Regulamento consolidado e atualizado do fundo	-	-	X

[(1)] Documento de identidade aceitos: RG, RNE, CNH, Passaporte e carteira de registro profissional oficialmente reconhecida; [(2)] Para fundos de investimentos, documentos do gestor e/ou administrador, observada a política de voto. [(3)] No caso de representação por procurador. No caso de procurador ou representante legal, deverá realizar o Cadastro com seus dados no endereço https://assembleia.ten.com.br/019017467. No mesmo ato, o procurador ou representante legal deverá realizar, na Plataforma Digital, o Cadastro de cada acionista que irá representar e anexar os respectivos documentos de comprovação da condição de acionista e de representação, conforme detalhado acima. O procurador ou representante legal receberá e-mail individual sobre a situação de habilitação de cada acionista registrado em seu Cadastro e providenciará, se necessário, a complementação de documentos nos termos e prazos requeridos pela Companhia. O procurador ou representante legal que porventura represente mais de um acionista somente poderá votar na Assembleia pelos acionistas que tiverem sua habilitação confirmada pela Companhia. Validada a sua condição e a regularidade dos documentos pela Companhia após o Cadastro, o acionista (ou seu procurador, conforme o caso) poderá acessar a Plataforma Digital, utilizando o login e a senha individual de acesso que foram escolhidos no Cadastro, os quais autorizam apenas um único acesso simultâneo na Assembleia. A Companhia ainda informa que, até 2 (duas) horas antes do horário de início da Assembleia, será enviado um lembrete acerca da realização da Assembleia, que não conterá os dados de login e de senha individual para acesso à Assembleia. Caso o acionista (ou seu procurador, conforme o caso) não receba as instruções de acesso, deverá entrar em contato com a área de Relações com Investidores, por meio do e-mail gri@irbre.com, com até 1 (uma) hora de antecedência do horário de início da Assembleia, para que seja prestado o suporte necessário. Não poderão participar da Assembleia os acionistas que não efetuarem o Cadastro e/ou não informarem a ausência do recebimento das instruções de acesso à Assembleia na forma e prazos previstos acima. Os acionistas se comprometem a: (i) utilizar os convites individuais única e exclusivamente para o acompanhamento remoto da Assembleia, (ii) não transferir ou divulgar, no todo ou em parte, os convites individuais a qualquer terceiro, acionista ou não, sendo o convite intransferível, e (iii) não gravar ou reproduzir, no todo ou em parte, nem tampouco transferir, a qualquer terceiro, acionista ou não, o conteúdo ou qualquer informação transmitida por meio virtual durante a realização da Assembleia. A Companhia solicita que o acesso à Plataforma Digital ocorra por videoconferência (modalidade em que acionista poderá assistir a Assembleia e se manifestar por voz e com vídeo) a fim de assegurar a autenticidade das comunicações, exceto se o acionista for instado, por qualquer motivo, a desligar a funcionalidade de vídeo da Plataforma Digital. Solicita, ainda, com o objetivo de manter o bom andamento da Assembleia, que os acionistas respeitem eventual tempo máximo que poderá ser estabelecido pela Companhia para a manifestação do respectivo acionista após a sua solicitação de manifestação e a abertura do áudio pela Companhia. Na data da Assembleia, o acesso à Plataforma Digital estará disponível a partir de 30 (trinta) minutos antes e até o horário de início dos trabalhos da Assembleia, sendo que o registro da presença do acionista via Plataforma Digital somente se dará mediante o acesso ao sistema, conforme instruções e nos horários aqui indicados. A Companhia recomenda que os acionistas acessem a Plataforma Digital com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) minutos do início da Assembleia a fim de evitar eventuais problemas operacionais, e permitir a validação do acesso e participação de todos os acionistas. Para acessar a Plataforma Digital, são necessários: (i) computador com câmera e áudio que possam ser habilitados; e (ii) conexão de acesso à internet de no mínimo 1mb (banda mínima de 700kbps). O acesso por videoconferência deverá ser feito, preferencialmente, por meio do navegador Google Chrome ou Microsoft Edge, observado que o navegador Safari do Sistema IOS não é compatível com a Plataforma Digital. Além disso, também é recomendável que o acionista desconecte qualquer VPN ou plataforma que eventualmente utilize sua câmera antes de acessar a Plataforma Digital. Caso haja qualquer dificuldade de acesso, o acionista deverá entrar em contato pelo e-mail gri@irbre.com. Em cumprimento ao artigo 28, §1º, II, da Resolução CVM nº 81/22, a Companhia informa que gravará a Assembleia, sendo, no entanto, proibida a sua gravação ou transmissão, no todo ou em parte, por acionistas que acessem a Plataforma Digital para participar e, conforme o caso, votar na Assembleia. A Companhia não se responsabiliza por problemas operacionais ou de conexão que os acionistas venham a enfrentar, ou quaisquer outras situações que não estejam sob o controle da Companhia (e.g., instabilidade na conexão do acionista com a internet ou incompatibilidade do equipamento do acionista com a Plataforma Digital) que dificultem ou impossibilitem a participação de um acionista na Assembleia. Os acionistas que participarem da Assembleia via Plataforma Digital, de acordo com as instruções acima, serão considerados presentes à Assembleia, e assinantes da respectiva ata e do livro de presença, nos termos do art. 47, III, da Resolução CVM nº 81/2022. Nos termos da Resolução CVM nº 81/2022, a Companhia adotará, também, o sistema de votação a distância mediante a entrega dos respectivos boletins de voto a distância diretamente à Companhia, aos agentes custodiantes ou à instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia, Itaú Corretora de Valores S.A., de acordo com as instruções contidas na Proposta da Administração, conforme modelos dos boletins de voto a distância disponibilizados pela Companhia. A Companhia informa que se encontram a disposição dos Senhores Acionistas, na sua sede social, no seu site de Relações com Investidores (http://ri.irbre.com/), bem como nos sites da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.gov.br/cvm), o presente Edital de Convocação e a Proposta da Administração, que contém as informações requeridas pela Resolução CVM nº 80/2022 e pela Resolução CVM nº 81/2022 sobre as matérias a serem examinadas e discutidas na Assembleia. Os eventuais documentos ou propostas, declarações de voto, protestos ou dissidências sobre as matérias a serem deliberadas deverão ser apresentadas no dia da Assembleia, por escrito à Mesa da Assembleia, que, para esse fim, será representada pelo(a) Secretário(a) da Assembleia. Rio de Janeiro, RJ, 1° de abril de 2024. **Presidente do Conselho de Administração**, Maurício Quintella Malta Lessa.

INVESTCO S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 00.644.907/0001-93 - NIRE 17.300.000.914

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam convidados os acionistas da **INVESTCO S.A.** ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia de **29 de abril de 2024**, às **11:00 horas**, por meio exclusivamente digital, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: ***(i)*** Tomar as contas da administração, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; ***(ii)*** Deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido e a distribuição de dividendos referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023; e ***(iii)*** Fixar a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2024. Informações Gerais: Conforme autorizado pelo artigo 121, parágrafo único, da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades Anônimas"), a Assembleia Geral Ordinária será realizada de modo exclusivamente digital, podendo os acionistas participar e votar por meio do sistema eletrônico a ser disponibilizado pela Companhia, por si, por seus representantes legais ou procuradores, desde que comprovada a titularidades das ações. As orientações e procedimentos aplicáveis as regras para participação por sistema eletrônico, bem como as demais instruções relativas à AGO estão detalhadas na Proposta da Administração que se encontra disponível na sede social da Companhia, no seu site de relações com investidores (https://ri.edp.com.br/pt-br/informacoes-financeiras/arquivos-cvm-investco/), bem como no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br). Miracema do Tocantins/TO, 29 de março de 2024. **João Manuel Veríssimo Marques da Cruz -** Presidente do Conselho de Administração.

Eldorado Brasil Celulose S.A.

CNPJ/MF nº 07.401.436/0002-12 - NIRE 35.300.444.728

Companhia Aberta - Categoria B

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Ficam os Senhores Acionistas da Eldorado Brasil Celulose S.A. ("Companhia") convocados, na forma do Artigo 23, Parágrafo 1º, do Estatuto Social da Companhia, para se reunirem no dia 30 de abril de 2024, às 10h, em Assembleia Geral Ordinária ("Assembleia"), na sede social da Companhia, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Marginal Direita do Tietê, nº 500, Vila Jaguara, CEP 05118-100, para deliberar sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia: 1. Deliberar sobre as contas dos administradores relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; 2. Examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e do parecer do Conselho Fiscal, bem como do relatório anual da administração; 3. Deliberar sobre o orçamento de capital da Companhia, nos termos do art. 196 da Lei nº 6.404/1976; 4. Deliberar sobre a proposta de destinação do resultado da Companhia relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; 5. Eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia; e 6. Eleger os membros do Conselho Fiscal da Companhia. Informações Gerais: O relatório anual da administração, as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e do parecer do Conselho Fiscal da Companhia, foram publicados no jornal "Valor Econômico" e divulgados no site da Companhia e da Comissão de Valores Mobiliários em 13 de março de 2024; o restante do material pertinente à ordem do dia da Assembleia foi enviado aos Senhores Acionistas por e-mail e colocados à disposição de V.Sas. na sede social da Companhia. Por fim, ressaltamos que os Senhores Acionistas da Companhia podem ser representados na Assembleia por procurador devidamente constituído, observados os termos do Artigo 126, §1º, da Lei nº 6.404/1976. A regularidade dos documentos de representação apresentados será verificada antes do início da Assembleia.

São Paulo, 29 de março de 2024

Aguinaldo Gomes Ramos Filho - Presidente do Conselho de Administração

TUPY S.A.

TUPY3 NOVO MERCADO BM&FBOVESPA

CNPJ/ME nº 84.683.374/0003-00 - NIRE: 42.3.0001628-4

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Convocamos os acionistas da TUPY S.A. ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE") no dia **30 de abril de 2024** às **15h00**, em primeira convocação, de modo exclusivamente digital, por meio de plataforma eletrônica de vídeo conferência, para o fim de discutir e deliberar sobre a seguinte ORDEM DO DIA: **1. Assembleia Geral Ordinária:** *1.1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; 1.2. Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; 1.3. Eleger os membros titulares e suplentes do Conselho Fiscal; e 1.4. Fixar a remuneração anual dos Administradores, do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário e do Conselho Fiscal.* **2. Assembleia Geral Extraordinária:** *2.1. Deliberar sobre a capitalização do excedente da reserva de lucros no valor de R$ 256.050.239,96 no Capital Social da Companhia e a consequente alteração do caput do artigo 5º do Estatuto Social.* **INFORMAÇÕES GERAIS: a)** O Manual de AGOE contendo, inclusive, a Proposta da Administração relativa às matérias acima, encontra-se à disposição dos interessados na Rua Albano Schmidt, nº 3.400, Bairro Boa Vista, em Joinville/SC, e nos *websites* da B3 S.A. – Brasil, Bolsa Balcão (www.b3.com.br), da CVM (www.cvm.gov.br) e da Companhia (www.tupy.com.br/ri), em conformidade com as disposições legais atinentes. **b)** Os acionistas poderão exercer seu direito de voto nas matérias constantes da ordem do dia, por meio de boletim de voto a distância, que deverá ser entregue com até 7 (sete) dias de antecedência da data da assembleia: **(a)** diretamente à Companhia, via e-mail ou link de acesso: https://assembleia.ten.com.br/621105179 ("**Link de Acesso**"), ou **(b)** por transmissão de instruções de preenchimento para prestadores de serviço aptos a prestar serviços de coleta e transmissão de instruções de preenchimento do boletim de voto a distância, a saber (i) ao custodiante do acionista, caso as ações estejam depositadas em depositário central; ou (ii) ao Banco Bradesco S.A., instituição financeira contratada pela Companhia para prestação dos serviços de escrituração de valores mobiliários, caso as ações não estejam depositadas em depositário central. **c)** Para adoção deste método de voto, os acionistas deverão observar as regras e procedimentos estabelecidos pelo escriturador ou pelos respectivos agentes de custódia, conforme o caso, para recebimento das instruções de preenchimento do boletim de voto a distância, bem como os meios utilizados por tais instituições para comunicação com os acionistas a respeito do recebimento das instruções de preenchimento de voto, da suficiência de tais instruções e, se for o caso, da necessidade de retificação ou reenvio das instruções. Caso o acionista opte pelo envio do boletim de voto à distância diretamente à Companhia, deverá observar as regras e procedimentos descritos no Manual de AGOE. **d)** Com o propósito de agilizar os trabalhos para realização da AGOE, pedimos aos Acionistas, por si, seus representantes legais ou procuradores devidamente constituídos, que optarem por participar da AGOE, para se cadastrarem até às 23h59 do dia 28 de abril de 2024, por meio do **Link de Acesso**, fornecendo a documentação e informações indicadas abaixo. **e)** Os documentos e informações enviados por meio do **Link de Acesso** na forma acima serão validados pela Companhia e o participante receberá, até às 23h59min (horário de Brasília/DF - Brasil) do dia 29 de abril de 2024, um acesso pessoal e intransferível para sua participação virtual na AGOE. **f)** Os acionistas que não se cadastrarem no **Link de Acesso** e/ou não enviarem os documentos obrigatórios para sua participação por meio do **Link de Acesso** até às 23h59 do dia 28 de abril de 2024, não poderão participar da AGOE. **g)** Em atendimento ao disposto no art. 6º da Resolução CVM nº 81/2022 e art. 126, §1º da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S/A"), para serem admitidos na AGOE, os acionistas deverão apresentar, por meio do **Link de Acesso**, os comprovantes de sua condição de acionista, mediante apresentação (*upload*) da via original ou cópia autenticada: (i) de comprovante fornecido pela instituição financeira escrituradora ou entidade custodiante, evidenciando a condição de titular das ações; (ii) de documento de identidade contendo foto, no caso dos acionistas pessoas físicas; (iii) de cópia do estatuto/contrato social, em caso de acionista pessoa jurídica, bem como a cópia das atas de eleição dos seus administradores, devidamente registrados no órgão competente, ou regulamento no caso de fundos de investimento; e (iv) dos documentos que comprovem os poderes de representação, conforme aplicável. **h)** Os acionistas constituídos sob a forma de fundos de investimento, para serem admitidos na AGOE, deverão apresentar à Companhia original ou cópia autenticada: (1) do regulamento do fundo de investimento; e (2) dos atos societários do ad-

INÊS 249

Renda fixa Rendimentos caíram no 1º trimestre e, em média, estão 0,3 ponto percentual abaixo de seus equivalentes no mercado local, diz estudo

Demanda alta provoca queda de taxa de título brasileiro no exterior

Liane Thedim
Do Rio

Uma mudança nas alocações de grandes fundos estrangeiros vem puxando para baixo os "spreads" (diferença entre as taxas pagas pelo título e sua referência) dos papéis emitidos por empresas brasileiras no exterior. Estudo do BTG Pactual mostra que os rendimentos caíram 0,2 ponto percentual no primeiro trimestre e, em média, estão 0,3 ponto de seus equivalentes no mercado local, que, por sua vez, passaram por um forte aperto nos últimos meses, com taxas em níveis pré-pandemia. Segundo o relatório, dos 22 "bonds" avaliados, somente cinco estão com retorno acima do verificado internamente. Entre os demais 17, depois de convertidos para real, a diferença para seus correspondentes no país chega a 1,47 ponto percentual, caso do papel da Usiminas com vencimento em 2026.

Segundo Thomas Tenyi, autor do estudo, desde que os títulos do Tesouro americano com vencimento em dez anos atingiram o pico, no último trimestre do ano passado, as taxas se estabilizaram e os olhos se voltaram aos mercados emergentes, o que contribuiu para um fechamento maior dos "spreads" do que o visto no mercado doméstico. "Quando o investidor estrangeiro sai dos títulos 'high grade' [de baixo risco] americanos, ele vai olhar os de classificação 'high yield' [de maior risco e retorno] ou os emergentes. Como os spreads dos 'high yield' dos Estados Unidos também diminuíram muito, os emergentes ficaram mais atraentes", afirma.

Com a Rússia fora do jogo e a China enfrentando desafios em sua economia, o Brasil se sobressaiu. Eduardo Alhadeff, sócio e gestor de crédito da Ibiuna Investimentos, explica que o movimento começou em novembro e ganhou força a partir da metade de janeiro, mas, ao contrário do que se poderia esperar, a demanda não vem de fundos dedicados a mercados emergentes. Segundo ele, o grosso das compras é feito por fundos estrangeiros em geral. "Se compararmos as taxas dos títulos brasileiros no exterior com as de empresas similares dos mercados desenvolvidos, do mesmo setor e rating, a distância ficou grande. Esse prêmio a capturar leva os gestores a alocarem nos papéis de emergentes mesmo que não façam parte de sua estratégia padrão."

O executivo dá como exemplo a mais recente emissão brasileira no exterior, a da Votorantim, que captou na semana passada US$ 500 milhões com vencimento em 2034, sendo que a demanda teria chegado a US$ 4 bilhões. O spread sobre os títulos americanos, previsto inicialmente em 2 pontos, ficou em 1,7 ponto. "Cerca de 70% das ordens de compra vieram desse tipo de investidor." De acordo com Alhadeff, os fundos dedicados a emergentes acabam não tendo grande interesse por essas operações porque, frente a outras economias em desenvolvimento, o "spread" brasileiro está baixo.

"Nossos fundos buscam esse diferencial entre spreads de papéis de mesmo risco no mercado local e no exterior", comenta Vivian Lee, também sócia e gestora da estratégia de crédito da Ibiuna. No crédito doméstico, afirma, a estratégia vem sendo reduzir o risco da carteira. Desde janeiro, as mudanças regulatórias do setor espremeram as taxas em 0,5 ponto em média. E, no mercado externo, Alhadeff explica que o tamanho das posições está menor, já que o retorno abaixo da média histórica significa um colchão de segurança também baixo.

"Está difícil vislumbrar uma variável que faça os mercados piorarem muito. Não tenho mapeado algo que possa causar problemas, e são justamente os fatores surpresa que marcam preço. Se eu tivesse uma visão mais precisa, estaria com mais risco do que tenho hoje."

Até março, o volume captado por empresas brasileiras no exterior chega a US$ 10 bilhões, e a estimativa é que supere US$ 20 bilhões no ano, 30% acima do registrado em 2023. As operações vistas com mais frequência têm ficado entre US$ 400 milhões e US$ 1 bilhão. "É um cenário que chama a atenção para a oportunidade. Se tem dívida vencendo, por exemplo, vale rolar. O mercado offshore dá prazo e profundidade, com prazos de sete a dez anos que só agora começam a ser vistos com mais frequência no Brasil", diz Tenyi.

CAROL CARQUEJEIRO/VALOR

"Nossos fundos buscam esse diferencial no mercado local e no exterior" *Vivian Lee*

O total brasileiro a vencer em 2024 é de US$ 3,4 bilhões, conforme dados do J.P. Morgan. Parte dos recursos obtidos pela Votorantim será usada para recomprar papéis que venceriam em 2027.

Outra empresa que já aproveitou a janela do início deste ano foi a Ambipar, levantando US$ 750 milhões em sua estreia no exterior com títulos verdes de sete anos. A intenção inicial era obter US$ 500 milhões, mas a companhia aumentou a operação diante da demanda, que totalizou US$ 1,75 bilhão. No fim de fevereiro, a Raízen Energia emitiu "bonds" com prazo de 10 e 30 anos, sendo que para a mais longa a demanda chegou a 7,7 vezes o valor ofertado. Além das duas empresas, Tesouro Nacional, Cosan, Azul, CSN, FS e 3R Petroleum fizeram operações no mercado americano.

Tenyi aponta algumas distorções, principalmente em títulos emitidos recentemente, como 3R e a própria Ambipar, assim como em papéis mais antigos, como da Stone, Cemig e Eletrobras. "Mas há apetite por emissões novas, porque está entrando dinheiro em fundos estrangeiros que têm exposição a mercados emergentes."

Outros exemplos do relatório são os "bonds' da Braskem com vencimento em 2028, cujo retorno está 1,27 pontos percentual abaixo do oferecido pelas debêntures locais com vencimento parecido; os da BRF com vencimento em 2026 (1,07 ponto); os da CSN com vencimento em 2028 (1,07 pontos abaixo); os da PetroRio de 2026 (1 ponto menor quando convertidos); e os da Rede D'Or com vencimento em 2028 (0,67 ponto menor).

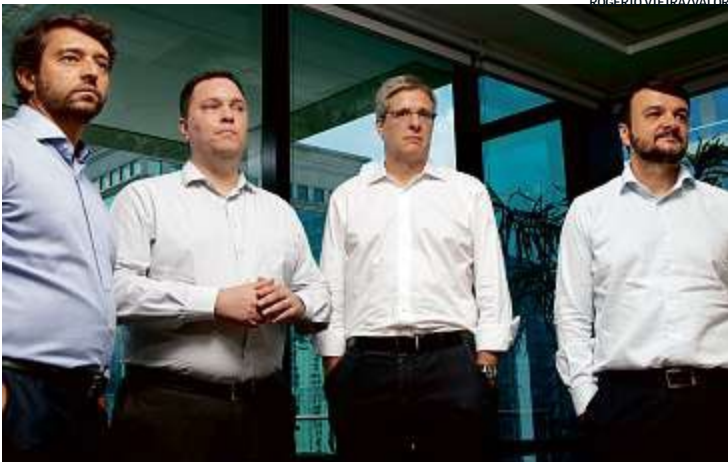
Asset1 tenta voltar a crescer com fundo de renda fixa

Do Rio

Enquanto o mundo se trancava em casa, em abril de 2020, a Asset1 abriu as portas, fundada por Marcello Siniscalchi, Marcelo Fatio e Bruno Carvalho, todos ex-Itaú, e Luís Fernando Cezario, ex-Goldman Sachs. Com os estímulos que vieram depois, seu carro-chefe, o multimercado A1 Hedge, teve boa entrada no mercado e chegou a ter R$ 3 bilhões no início de 2022. Mas, com a puxada dos juros, que trouxe dois anos de sucessivos resgates para a categoria, o patrimônio do fundo caiu a R$ 1 bilhão em 2023. O desempenho ficou bem abaixo do CDI e foi de 8,02% no ano passado.

Agora, a gestora busca recuperar desempenho e captação. Segundo Fatio, uma evolução "passo a passo" com o A1 e uma nova vertente de crescimento: seu primeiro fundo de renda fixa.

O executivo espera um movimento de retorno para os multimercados como consequência do afrouxamento monetário no Brasil, mas diz que, para isso acontecer, é preciso que a Selic chegue a um patamar abaixo de 10% ao ano. "O primeiro movimento de volta costuma ser para multimercados e o segundo, para os [fundos] de ações. Já estamos vendo alguma mobilização nesse sentido no varejo e também de alguns alocadores."

O A1 tem três grupos principais de investidores: fundos de fundos, multi e single family offices e varejo, e o estilo da gestão é conhecido como "macro trading", pelo qual os gestores avaliam cenários de médio e longo prazos, mas mantêm atuação tática observando influências que podem mexer nos preços a curto prazo.

ROGERIO VIEIRA/VALOR

Carvalho, Cezario, Fatio e Siniscalchi (esq. para dir.): forte demanda por renda fixa

Para Carvalho, 2024 terá desempenho melhor que o do ano passado, já que o mundo está prestes a iniciar um processo de corte de juros nas maiores economias. Ele afirma que a Europa deve começar a reduzir sua taxa em junho, antes dos Estados Unidos e com mais força. Por isso, diz que será um "ciclo de afrouxamento monetário com cautela", já que não será um movimento sincronizado. "Estamos navegando para tentar acertar a mudança de direção, e a expectativa é que, quando o processo se materializar, a gente tenha um ano melhor do que ano passado."

No Brasil, a previsão da gestora é de que a Selic chegue perto de 9% no fim do ciclo. "Depois disso, o Banco Central deveria parar para observar o efeito dos ajustes na economia, que já está reagindo a impulsos fiscais recentes, como a antecipação do pagamento de R$ 30 bilhões em precatórios federais", avalia Cezario, também economista-chefe da Asset1, da qual o Itaú tem fatia de 15%. Além disso, há a preocupação com o diferencial de juros para os Estados Unidos, o que pode levar o BC a ser mais conservador no afrouxamento monetário.

Nesse caldeirão, o cenário de curto prazo, diz Fatio, ainda é de predominância de produtos mais conservadores de renda fixa, motivo pelo qual decidiram lançar o novo fundo, derivado da estratégia no segmento que compõe o A1. "Identificamos que a demanda por renda fixa vai continuar forte, e nosso multimercado tem um bom histórico na classe", afirma Siniscalchi. O fundo não tem crédito privado, para permitir que seja de altíssima liquidez, com resgate em D+1. Oferecido na plataforma da XP, a ideia é investir em juros nominais, reais e inflação no Brasil e no exterior, com foco no mercado doméstico. Tanto o A1 quanto o novo fundo de renda fixa têm opções no perfil de previdência privada. *(LT)*

O que é resiliência financeira?

Consultório financeiro

O que significa ter resiliência financeira? Por que isso é importante?

Hellen Vidal, CFP, responde:

Resiliência financeira é a capacidade de resistir, lidar e se recuperar de dificuldades financeiras. É um processo que se dá a longo prazo e que pode ser desenvolvido por meio de planejamento financeiro, controle de gastos, redução do endividamento e investimento.

O planejamento financeiro é o primeiro passo para a resiliência financeira. Ele consiste em definir metas financeiras, analisar a situação atual e traçar um plano para alcançá-las.

O planejamento financeiro ajuda a identificar os gastos desnecessários, que podem ser reduzidos para aumentar a reserva de emergência.

O controle de gastos é fundamental para a resiliência financeira. Ele consiste em acompanhar os gastos mensais, categorizando-os de acordo com sua importância. O controle de gastos ajuda a identificar padrões de consumo e a tomar decisões mais conscientes sobre como gastar o dinheiro.

A redução do endividamento é essencial para a resiliência financeira. O endividamento pode comprometer a renda mensal e dificultar a recuperação de problemas financeiros para reduzir o endividamento, é importante priorizar o pagamento das dívidas com juros mais altos.

O investimento é uma forma de aumentar a reserva de emergência e de gerar renda passiva. A reserva de emergência é uma quantia de dinheiro que deve ser suficiente para cobrir as despesas básicas por pelo menos três meses. A renda passiva é uma fonte de renda que não depende do trabalho.

Algumas dicas para desenvolver a resiliência financeira são: faça um planejamento financeiro; controle os gastos; reduza o endividamento; invista e tenha uma mentalidade positiva.

Exemplos de como a resiliência financeira pode ajudar:

- Uma pessoa que tem uma reserva de emergência pode se sentir mais segura em caso de perda de emprego ou de outros imprevistos financeiros.
- Uma pessoa que não está endividada com crédito de curto prazo (exemplo: cartão de crédito e cheque especial) possui maior tranquilidade em uma situação de crise.
- Uma pessoa que investe tem a oportunidade de aumentar seu patrimônio e gerar renda passiva, o que pode ajudar a reduzir a dependência de uma única fonte de renda.

A resiliência financeira também é importante para a pessoa aproveitar oportunidades de aprendizado e de experiências. Quando você é resiliente, você está mais preparado para enfrentar desafios e sair deles mais forte.

Investir é uma parte importante da construção de resiliência financeira. Ao investir, você está colocando seu dinheiro para trabalhar para você, o que pode ajudá-lo a alcançar seus objetivos financeiros.

Uma opção de investimento é o CDB, que é um título de renda fixa emitido por bancos que oferece uma taxa de juros prefixada ou pós-fixada. É considerado um investimento seguro, pois conta com a garantia do Fundo Garantidor de Créditos (FGC) para valores de até R$ 250 mil por CPF e por instituição financeira.

Vale destacar também que os títulos públicos são uma opção de investimento segura e acessível para todos os perfis de investidores. Eles podem ser uma boa alternativa para quem busca proteger seu patrimônio e gerar renda passiva.

A resiliência financeira é uma habilidade importante para qualquer pessoa. Ela pode ajudar a proteger o patrimônio, a alcançar metas financeiras e a viver com mais tranquilidade.

Hellen Vidal é planejadora financeira pessoal e possui a certificação CFP (Certified Financial Planner), concedida pela Planejar - Associação Brasileira de Planejamento Financeiro.
E-mail: hellenvgui@hotmail.com

Supremo
Ministros devem retomar revisão da vida toda e "quebra" de sentenças definitivas
valor.globo.com/legislacao

Opinião Jurídica
Repercussões tributárias do Acordo Paulista
E2

Tributário
Câmara da AGU pretende editar solução de consulta
valor.globo.com/legislacao

Fiscal Decisão unânime foi proferida pelos desembargadores da 13ª Câmara de Direito Público do TJSP

Tribunal garante a contribuinte direito de gerir livremente créditos de ICMS

Marcela Villar
De São Paulo

O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) deixou como opcional para a Cobreflex, empresa produtora de fios e cabos elétricos, transferir créditos de ICMS gerados com o envio de mercadorias entre Estados. A decisão é da 13ª Câmara de Direito Público.

Esse passou a ser um pleito das empresas após a publicação, no ano de 2023, de normas federais e estaduais para obrigar a transferência de créditos no deslocamento interestadual de mercadorias entre estabelecimentos de um mesmo contribuinte, o que limitaria, segundo advogados, a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) na ADC 49 — ação de impacto bilionário para o varejo.

Em abril de 2021, os ministros invalidaram a cobrança de ICMS nessas operações de transferência interestadual de mercadorias. Porém, não definiram como ficaria o uso do estoque de créditos do imposto estadual.

Dois anos depois, em abril de 2023, houve a modulação do entendimento para que a determinação valesse a partir deste ano. Também ficou definido que os Estados deveriam disciplinar o uso dos créditos acumulados. Se isso não ocorresse, os contribuintes ficariam liberados para fazer as transferências sem qualquer ressalva ou limitação. Só que as regulamentações, dizem advogados, restringiram o que ficou decidido pelos ministros.

No julgamento, a 13ª Câmara de Direito Público do TJSP afastou a aplicação do Convênio 178 do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), da Lei Complementar nº 204/2023 e do Decreto nº 68.243/2023, editado pelo Estado de São Paulo. Os desembargadores concederam liminar para a Cobreflex "apropriar-se do crédito referente ao ICMS, de forma facultativa, nas operações de mera transferência entre unidades de sua titularidade".

Os desembargadores reverteram decisão anterior desfavorável à empresa. Levaram em conta os argumentos da isonomia tributária, livre iniciativa, segurança jurídica e a natureza não cumulativa do ICMS para conceder o mandado de segurança. Votaram as desembargadoras Flora Maria Nesi Tossi Silva, Isabel Cogan e o desembargador Borelli Thomaz, relator do processo (processo nº 2038251-19.2024.8.26.0000).

É uma das primeiras decisões de turma sobre o assunto, já que as contestações na Justiça são recentes. Há pelo menos seis liminares favoráveis aos contribuintes, concedidas em São Paulo, Ribeiro Preto (SP) e no Distrito Federal.

Mas há também uma decisão monocrática da própria 13ª Câmara de Direito Público, do desembargador Djalma Lofrano Filho, contrária ao contribuinte. Ele cassou liminar para determinar que fossem cumpridas as regulamentações atuais.

Lofrano Filho acatou a tese da Procuradoria Geral do Estado (PGE-SP) de que o governo obedeceu a decisão do Supremo. "Cumpriu a orientação emanada do STF no sentido de determinar que os Estados deveriam legislar sobre a questão dos créditos de ICMS entre estabelecimentos do mesmo contribuinte dentro do prazo fixado" (processo nº 3001876-02.2024.8.26.0000).

Segundo ele, o STF "não estabeleceu sobre o destino dos créditos relativos às operações anteriores ao ano de 2024, permitindo que tal regulamentação ficasse a cargo dos Estados". Por isso, "não há como descumprir as normas estaduais que regulamentam o creditamento do ICMS, à luz do decidido pelo STF", completou. Ele deu o efeito suspensivo para a Fazenda até o recurso ser julgado pela turma.

> "Os argumentos apresentados pelo contribuintes são muito fortes"
> *Fernanda Tarsitano*

SILVIA ZAMBONI/VALOR

Guilherme Tostes: "Estão tornando obrigatória a transferência, o que, no nosso entender, não foi o que o STF determinou"

Na liminar cassada, a juíza Simone Gomes Rodrigues Casoretti havia afastado os efeitos do convênio, da lei complementar e do decreto. No entendimento dela, os dispositivos legais "implicam, na verdade, a instituição de fato gerador sobre a transferência de mercadorias entre estabelecimentos da mesma titularidade, em total contradição com o que foi decidido pelo STF".

Em nota ao **Valor**, a PGE-SP afirma que, "em vista da presunção de constitucionalidade, eventual afastamento das normas demandará a observância do princípio da reserva de plenário". E acrescenta que o "julgamento da ADC 49 não determinou para quem vai o crédito, apenas orientou a regulamentação do tema pelos Estados".

Para Guilherme Tostes, sócio do Bichara Advogados, que conseguiu liminar a favor de uma empresa, "há uma desvirtuação de toda a jurisprudência histórica dos tribunais" com as regulamentações. "Estão tornando obrigatória a transferência, o que, no nosso entender, não foi o que o STF determinou na ADC 49. Há algumas passagens nos votos dos ministros falando sobre a faculdade de transferência."

Ele indica que o decreto de São Paulo inovou ainda mais porque tornou a transferência dos créditos para operações interestaduais obrigatória, mas opcional nas movimentações internas. "Acaba gerando um conflito com a Constituição Federal que veda o tratamento tributário distinto a depender da origem ou destino da operação. É mais um argumento que evidencia uma inconstitucionalidade dessa sistemática", afirma.

A advogada Fernanda Tarsitano, sócia do Martinelli Advogados, diz que ainda é cedo para dizer como deve se consolidar a jurisprudência no TJSP. "É um tema muito recente e ainda deve amadurecer no tribunal. Mas os argumentos dos contribuintes são muito fortes. O pano de fundo da discussão sempre foi favorável, de não tributar a transferência de mercadorias do mesmo contribuinte", afirma ela, que também obteve liminar favorável para um cliente.

Fernanda explica que o interessante é a transferência ser opcional. "As empresas têm situações muito particulares. Para umas, pode ser que faça sentido manter os créditos na origem, para outras, no destino. Se tornar obrigatório, pode ser muito ruim para a operação de algumas, pois gera acúmulo de crédito no destino." A gestão dos créditos, acrescenta, é ainda mais importante com a reforma tributária aprovada, que muda todo o sistema e estabelece um período de transição para o uso desse estoque de créditos.

O advogado Ricardo de Holanda Janesch, sócio da Roit, empresa que usa inteligência artificial para soluções tributárias, tem 38 processos sobre o tema, a maioria de clientes do agronegócio. Ela diz que a diferença nas alíquotas de ICMS entre um Estado e outro e benefícios fiscais podem dificultar o uso dos créditos.

"A empresa vai ter que se valer de manobras para o estoque não ficar parado, sem eficiência", afirma. Por isso, acrescenta, a importância das liminares, "que asseguram a segurança jurídica, em um cenário em que nem todos os Estados regulamentarem o uso dos créditos".

Procurada, a Cobreflex não quis se manifestar.

Destaque

Atraso de voo

A 14ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) modificou sentença da Comarca de Ribeirão das Neves, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, e condenou uma empresa aérea a indenizar uma passageira em R$ 6 mil, por danos morais, devido ao cancelamento do voo e à demora de mais de 15 horas para ser realocada em outra aeronave. A cliente pretendia viajar de Belo Horizonte para Porto de Galinhas, no Recife, em 6 de setembro de 2020. O voo estava marcado para as 12h30, com chegada ao destino às 15h05. Em julho do mesmo ano, porém, a consumidora foi comunicada de que a reserva tinha sido alterada e o voo remarcado para as 18h05 do mesmo dia. Como isso representaria a perda de um dia das férias e de uma das diárias no hotel, já pagas, ela entrou em contato com a companhia, que lhe ofereceu um voo que sairia da capital mineira às 6h05 do mesmo dia (6 de setembro), com escala em Campinas (SP) e chegada a Recife às 11h. Apesar dos inconvenientes, a consumidora aceitou a proposta. Entretanto, após o embarque dos passageiros, todos foram obrigados a sair da aeronave, sob o argumento de que o voo havia sido cancelado. A cliente só conseguiu viajar às 21h40 (com informações do TJMG).

PGFN pode voltar a fechar acordos sobre PLR

Beatriz Olivon
De Brasília

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) estuda a possibilidade de reabrir a negociação (transação tributária) de dívidas relacionadas a processos administrativos e judiciais sobre programas de participação nos lucros e resultados (PLR). Porém, descarta a discussão de acordos sobre a tese da "quebra" de sentenças definitivas — a chamada "coisa julgada".

Essas foram as respostas dadas em pedidos de contribuintes apresentados em reunião do Comitê Tributário da Câmara de Promoção de Segurança Jurídica no Ambiente de Negócios (Sejan) da Advocacia-Geral da União (AGU), realizada na terça-feira. A reabertura do edital de transação sobre PLR foi solicitada pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

Esse foi o tema da primeira transação no contencioso tributário aberta pela PGFN. Porém, não houve muita adesão. Na época, contribuintes não se sentiram estimulados porque teriam que desistir de todos os processos sobre o assunto. Agora, seria possível reabrir as discussões sem essa exigência, conforme as alterações trazidas para a transação em 2020 pela Lei nº 13.988.

"De lá para cá ocorreram aperfeiçoamentos. Havia um problema na época. A transação do PLR não era tão atrativa porque a empresa tinha que renunciar passado e futuro", afirmou na sessão o representante da Febraban, Guilherme Crispim da Silva.

O setor considera relevante que a Receita Federal esclareça alguns pontos que acabam sendo levados à discussão em processos sobre PLR no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). Entre eles, a definição de metas claras e objetivas, a abrangência dos sindicatos e se seria necessário haver negociação com todos os sindicatos.

"Essa questão [de um novo edital de PLR] vem sendo estudada pela Fazenda Nacional, especialmente pelo contexto. O edital de PLR foi o primeiro sobre tese do contencioso, em um processo inicial de transação", afirmou a procuradora-geral adjunta de Estratégia e Representação Judicial, Lana Borges Câmara. Ela lembrou, no encontro, que a Lei nº 13.988 amplia o número de prestações, traz descontos maiores e a previsão de não incidência de tributação sobre descontos.

Já o pedido sobre a tese da "relativização da coisa julgada", apresentado pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), foi refutado. A PGFN não vê a possibilidade de fechar acordos em uma discussão em que ela saiu vitoriosa no Supremo Tribunal Federal (STF). Os ministros decidiram que um entendimento posterior da Corte deve ser aplicado mesmo em casos finalizados— com trânsito em julgado.

Na reunião, a procuradora lembrou que já foi julgado um recurso e há novo pedido de imposição de limite temporal (modulação) – pautado para a sessão desta quarta-feira. "A transação é um instituto de concessões recíprocas. Nós não enxergamos possibilidade de fazer transações sobre teses em que a Fazenda Nacional vem se saindo vitoriosa", afirmou ela, admitindo, porém, que é possível discutir os impactos da coisa julgada em um caso específico, por meio de um negócio jurídico processual — negociação direta.

A procuradora destacou que se a PGFN começar a transacionar em casos em que saiu vitoriosa, corre o risco de incorrer em renúncia fiscal. Outras entidades como a Febraban, acrescentou, já fizeram pedidos semelhantes.

DIOGO ZACARIAS/MF

> "Não há possibilidade de fazermos transações sobre teses que vencemos"
> *Lana Borges Câmara*

"Temos vários outros temas para utilizar como objeto de transação no contencioso. Nesse caso, existem projetos de lei para dar a volta nesse julgado do STF. Temos trabalhado no Congresso Nacional de forma firme contra essas propostas", disse.

A advogada Larissa Longo, representando a Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF), sugeriu que a PGFN leve em consideração o Anexo de Riscos Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias na definição de novos temas de teses para transação. A entidade não chegou a propor nenhum tema específico, mas sugere que sejam considerados temas relacionados a PIS e Cofins, tributos responsáveis por 70% das demandas que constam no anexo.

Em resposta, a procuradora afirmou que a PGFN tem se orientando pelo anexo. E sinalizou que a procuradoria poderá passar a considerar o documento como critério objetivo na definição de teses para novas transações tributárias.

A procuradora estima que hoje existem mais de 300 discussões distintas envolvendo PIS e Cofins. Mas apenas 13 dessas teses estão listadas no Anexo de Riscos Fiscais — somam aproximadamente R$ 1,1 trilhão.

Repercussões tributárias do Acordo Paulista

Opinião Jurídica

Aislane Vuono

Com o objetivo de propor caminhos para a quitação de débitos inscritos em dívida ativa e atribuir mais eficiência a seu sistema fiscal, no dia 31 de janeiro, o governo do Estado de São Paulo lançou oficialmente o Acordo Paulista, programa estadual que tem como finalidade facilitar o pagamento de dívidas tributárias acumuladas pelos contribuintes do Estado.

Criada pela Procuradoria Geral de São Paulo (PGE-SP), a resolução permite o parcelamento de débitos em até 145 meses, além de possibilitar descontos — com o limite de até 65% do valor transacionado — nas multas e juros relacionados ao pagamento de dívidas tributárias consideradas de difícil recuperação.

Dito isso, o programa conta com uma base contextual interessante e potenciais benefícios que merecem um olhar mais acurado do mercado e das organizações, as quais podem encontrar no Acordo Paulista uma rota valiosa dentro de seus processos de reestruturação financeira, reequilíbrio de caixa e fiscal. Entre especialistas tributários, o entendimento predominante é de que o programa carrega uma boa perspectiva de benefícios ao contribuinte, claro, com um olhar atento a melhorias bem-vindas e revisões pontuais.

De início, é válido observar que o estabelecimento do Acordo Paulista revogou os artigos 41 a 56 da Lei Estadual nº 17.293/2020, referente a transação de créditos de natureza tributária ou não tributária, criada com o objetivo de definir medidas voltadas ao ajuste fiscal e trazer equilíbrio às contas públicas.

A Lei Estadual nº 17.293/2020 autorizava, como base, um desconto de 30% do crédito devido e a divisão em parcelas de até 60 meses — com condições específicas para empresas dependendo de seu porte.

Dentro desse contexto, a Lei Estadual nº 17.843/2023 que criou o Acordo Paulista, em sua essência, traz consigo um aperfeiçoamento aos instrumentos de ajuste fiscal do cofre público paulista, otimizando ainda a solução de disputas e ampliando o programa de transação de créditos tributários no Estado de São Paulo.

É interessante notar que a iniciativa paulista segue uma movimentação já apresentada pela União em âmbito federal por meio da edição da Lei Federal nº 13.988/2020, como produto da conversão da Medida Provisória nº 899/2019 (MP do Contribuinte Legal) — a qual seguiu a autorização nacional para transacionar créditos fiscais, publicada no Código Tributário Nacional (CTN), em seu artigo 156, inciso III, presentes na Lei nº 5.172/1966.

Dentre as mudanças e novidades estabelecidas pelo Acordo Paulista, merecem destaque sobretudo as concessões que remetem às transações relacionadas à cobrança de créditos estatais, como, por exemplo, a autorização para ampliar descontos em multas, juros e demais acréscimos legais relativos a créditos entendidos como irrecuperáveis ou de difícil recuperação, com teto de até 65% do total do valor transacionado. Tratando-se de pessoa física, microempresas, empresas de pequeno porte e empresas em processo de recuperação judicial, o teto é de 70%.

Também há a possibilidade de autorização de compensação de até 75% do valor da dívida após os descontos, que incluem dívida principal, multas e juros remanescentes, com precatórios ou com créditos acumulados e de ressarcimento do ICMS, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços, também na modalidade de substituição tributária (ICMS-ST).

Vale mencionar, ainda, o aumento dos prazos de parcelamento das dívidas para 120 meses. Para microempresas, pessoas físicas, empresas de pequeno porte e empresas em recuperação judicial, o prazo é de 145 meses.

Para além desses pontos, a legislação também passa a diferenciar modalidades de transação, de modo a criar mais oportunidades para a celebração de acordos entre devedores e credores.

Os ganhos do Acordo Paulista são também estruturais. De acordo com estimativas apresentadas pela Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, espera-se que o programa aumente a arrecadação estadual em R$ 700 milhões ainda em 2024; até R$ 1,5 bilhão em 2025 e aproximadamente R$ 2,2 bilhões em 2026.

Ainda conforme informações da PGE-SP, a dívida ativa do Estado reúne valores acima de R$ 7 milhões em débitos de tributos como ICMS, ITCMD (Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação) e IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores), totalizando aproximadamente R$ 408 bilhões. O objetivo é de que pelo menos R$ 160 bilhões desse valor possam ser regularizados por meio do Acordo Paulista.

No dia 7 de fevereiro deste ano, a PGE-SP publicou o Edital nº 01/2024 do Acordo, direcionado a contribuintes com débitos de ICMS inscritos em dívida ativa, e a Resolução PGE nº 06/2024, que disciplina a transação terminativa de litígios relacionados a créditos de natureza tributária e não tributária, inscritos em dívida ativa.

Assim, com o início efetivo do programa, há uma expectativa do Fisco estadual e do governo paulista de que o programa contribua com o estímulo ao crescimento e desenvolvimento do ambiente de negócios da região. No começo de fevereiro, não por acaso, visando divulgar o Acordo Paulista e jogar luz a possíveis dúvidas sobre o tema, a Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, junto ao Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp), formalizou uma série de encontros pelo Estado, manifestando expectativas e levando o programa aos principais polos econômicos paulistas.

Certamente, o Acordo Paulista é também uma oportunidade para empresas atentas aos caminhos que se abrem para as suas estratégias de planejamento tributário e buscar apoio especializado pode agilizar essa rota, sem dúvidas, benéfica para o mercado.

Aislane Vuono é sócia especialista em Consultoria e Planejamento Tributário e Fiscal no Ferreira & Vuono Advogados e especialista em Direito Tributário, com MBA em Gestão Tributária.

NotreDame Intermédica

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

CNPJ nº 44.649.812/0001-38

ANS nº 359017

Grupo NotreDame Intermédica

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Notre Dame Intermédica Saúde S.A. é uma das maiores companhias de planos de saúde do Brasil e uma das mais importantes empresas do Grupo Hapvida Notredame Intermédica, ao qual faz parte. Com sede em São Paulo - SP, o Grupo atua majoritariamente no sul e sudeste do país para o segmento saúde e atuação nacional para segmento de odontologia. O Grupo Hapvida Notredame Intermédica possui uma rede de hospitais e clínicas que tem um modelo verticalizado, combinando oferta de planos de saúde com atendimento realizado preferencialmente em rede própria, constituindo um grande diferencial para os seus beneficiários. A cultura do Grupo Hapvida Notredame Intermédica valoriza a excelência operacional, o controle de custos, a inovação e, sobretudo, a qualidade assistencial.

Encerramos 2023, com a marca de 6,6 milhões de clientes, sendo 3,4 milhões em planos médico hospitalares e 3,1 milhões em planos odontológicos.

Capacidade financeira

A Companhia e suas controladas finalizaram o exercício de 2023 com R$ 3 bilhões em caixa (R$ 1,5 bilhão em 2022) sendo parte em disponível e parte em aplicações financeiras (aplicações livres R$ 1,6 bilhão e R$ 1,4 bilhão em aplicações garantidoras de provisões técnicas).

A Companhia e suas controladas possuem intenção e capacidade de manter até o vencimento todos os títulos classificados na categoria de mantidos até o vencimento.

A Operadora dispõe e tem capacidade financeira suficiente para cumprir as obrigações, junto a ANS e seus fornecedores.

Performance de resultado

Nossa receita líquida anual alcançou R$ 13,3 bilhões em 2023 (R$ 11,9 bilhões em 2022), um crescimento de 10,9% em comparação com o exercício anterior.

Os eventos indenizáveis totalizaram R$ 10,4 bilhões em 2023 (R$ 9,9 bilhões em 2022), apresentando um aumento de 4,9% em comparação com o exercício anterior.

As despesas administrativas totalizaram R$ 1,3 bilhão em 2023 (R$ 1,2 bilhão em 2022), apresentando um crescimento de 3,5% em comparação com o exercício anterior.

As despesas comerciais totalizaram R$ 778 milhões em 2023 (R$ 756 milhões em 2022), apresentando um aumento de 2,8% em comparação com o exercício anterior.

O resultado financeiro totalizou R$ 86 milhões em 2023 (R$ (103) milhões em 2022), apresentando um aumento de 220,3% em comparação com o exercício anterior. . Essa melhora no resultado financeiro foi decorrente da redução dos juros financeiros incorridos das debêntures, empréstimos e financiamentos e a redução atualização monetária passiva. Em contrapartida, a receita de aplicações financeiras aumentou 107% devido ao fluxo de caixa operacional.

O lucro líquido totalizou R$ 437 milhões em 2023 em comparação ao prejuízo líquido de R$ (237) milhões em 2022. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas apresentaram um crescimento no lucro bruto de 59,8%. Seu resultado financeiro teve uma redução 183,1% e o resultado patrimonial apresentou um crescimento de R$ 93,1 milhões , passando de R$ (0,7 mil) para R$ 92,4 milhões.

Em função do exposto acima, a Administração entende que os resultados operacionais estão em linha com a estratégia do Grupo Hapvida NotreDame Intermédica. Apresentamos a seguir a avaliação sobre as principais rubricas que compõem a medição EBITDA (*earnings before interest, taxes, depreciation and amortization*), através do qual é possível avaliar o quanto a Companhia e suas controladas estão gerando com suas atividades operacionais e sendo eficiente/competitiva na gestão do seu negócio principal, não incluindo movimentações ligadas às atividades de investimento e financiamento, bem como tributos sobre o lucro.

Em milhares de R$

	2023	2022	2023 vs 2022
Ebit	649,4	(492,8)	1.142,2
Depreciação e amortização	290,6	321,4	(30,8)
EBITDA	**940,0**	**(171,4)**	**1111,4**
Margem Ebitda	7,1%	(1,4%)	118,2% p.p.

Política de destinação de lucros

A política de reinvestimento de lucros e distribuições está de acordo com a Lei nº 6.404/76 (Sociedade por Ações).

Investimentos em sociedades controladas

No exercício de 2023, a Companhia investiu R$ 935.654.000 (em 2022 R$ 251.720.000) em sociedades controladas. Este investimento foi utilizado principalmente para adequação do fluxo de centros médicos e hospitalares

Declaração de não ocorrência

Para fins de atendimento ao disposto no inciso III do art. 11 da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, comunicamos a não ocorrência, no período indicado abaixo, de propostas, transações ou operações passíveis de serem comunicadas ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF.

Considerações finais

A Companhia e suas controladas e o Grupo Hapvida Notre Dame Intermédica do qual faz parte, tem usado toda a experiência em gestão médico-hospitalar para minimizar possíveis impactos em suas operações e continuar cuidando dos clientes e colaboradores com o acolhimento de sempre.

A Administração da Companhia e suas controladas reiteram que confia no seu modelo de negócio e está certa de que todas as conquistas de 2023 são frutos de um trabalho em conjunto de pessoas engajadas e inspiradas. A todos os colaboradores, prestadores médicos e odontológicos, parceiros de negócios, demais *stakeholders* e, principalmente, aos clientes que fizeram parte de cada uma dessas conquistas, a Administração agradece!

Administração

DECLARAÇÃO

A Notre Dame Intermédica Saúde S.A. submete a apreciação dos investidores e do público em geral as Demonstrações Financeiras resumidas, acompanhadas do relatório de auditoria emitido pelos auditores independentes referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 e a declaração dos diretores da Companhia.

De acordo com as alterações do artigo no 289, incisos I e II, da Lei 6.404/76, introduzidas pela Lei nº 13.818/2019, com vigência a partir de 1 de janeiro de 2022, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) divulgou o Parecer de Orientação de 20 de dezembro de 2021, que define os requisitos de publicação a serem observados nas demonstrações financeiras resumidas. A Companhia optou por divulgar em jornal as suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 de forma resumida e apresenta o seguinte aviso:

1) As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

2) As demonstrações financeiras completas auditadas, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos:

- https://valor.globo.com/valor-ri/
- https://www/gndi.com.br/demonstrativos-financeiros

BALANÇOS PATRIMONIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Controladora 31 de dezembro de 2023	Controladora 31 de dezembro de 2022 (Reapresentado)	Controladora 1 de janeiro de 2022 (Reapresentado)	Consolidado 31 de dezembro de 2023	Consolidado 31 de dezembro de 2022 (Reapresentado)	Consolidado 1 de janeiro de 2022 (Reapresentado)
Ativo							
Circulante		**3.156.171**	**1.960.984**	**1.937.573**	**3.799.215**	**2.478.190**	**2.600.930**
Disponível	6	145.791	65.307	191.882	184.013	93.762	322.058
Realizável		**3.010.380**	**1.895.677**	**1.745.691**	**3.615.202**	**2.384.428**	**2.278.872**
Aplicações financeiras	7	**2.249.191**	**802.828**	**818.087**	**2.702.098**	**1.081.767**	**1.126.736**
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		998.205	793.195	702.403	1.391.190	1.053.057	895.323
Aplicações livres		1.250.986	9.633	115.684	1.310.908	28.710	231.413
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	8	**360.479**	**385.179**	**227.520**	**412.728**	**457.754**	**256.628**
Contraprestações pecuniárias a receber		344.007	383.626	219.557	390.631	454.241	240.871
Participação de Beneficiários em Eventos/Sinistros Indenizáveis		–	285	5.831	5.622	1.868	9.671
Operadoras de planos de assistência à saúde		15.044	379	2.132	15.047	746	2.524
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		1.428	889	–	1.428	899	3.562
Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da Operadora	8	3.984	199.282	215.734	11.719	247.745	310.994
Despesas de comercialização diferidas	9	169.243	213.703	251.626	178.301	240.078	260.982
Créditos tributários e previdenciários	10	108.890	84.328	69.907	155.689	117.496	107.837
Bens e títulos a receber	11	110.657	206.488	159.230	146.698	235.555	211.533
Despesas antecipadas		7.936	3.869	3.587	7.969	4.033	4.162
Não circulante		**11.117.551**	**10.421.371**	**9.116.755**	**11.073.333**	**10.575.481**	**8.990.461**
Realizável a longo prazo		**3.161.237**	**2.809.283**	**2.093.897**	**3.882.912**	**2.975.267**	**2.192.455**
Aplicações financeiras		**157.318**	**116.468**	**103.742**	**157.319**	**116.468**	**103.742**
Aplicações livres	7	157.318	116.468	103.742	157.319	116.468	103.742
Títulos e créditos a receber	12	38.147	27.773	18.202	43.720	27.976	18.361
Despesas de comercialização diferidas	9	345.319	294.046	210.812	345.319	294.046	210.812
Ativo fiscal diferido	13	1.032.472	963.300	571.614	1.140.271	1.048.235	604.005
Depósitos judiciais e fiscais	14	1.134.546	976.637	764.724	1.235.299	1.046.957	821.379
Outros créditos a receber e direitos a longo prazo	15	453.435	431.059	424.803	960.984	441.585	434.156
Investimentos	16	**3.244.250**	**2.753.044**	**3.018.270**	**1.278**	**1.278**	**(364)**
Participações societárias pelo método de equivalência patrimonial		**3.244.239**	**2.753.033**	**3.018.259**	**5**	**5**	**(1.810)**
Participações societárias - Operadora de planos de assistência à saúde		563.092	860.914	973.956	–	–	8
Participações societárias em rede assistencial		1.290.256	642.739	916.636	–	–	(1.779)
Participações em outras sociedades		1.390.891	1.249.380	1.127.667	5	5	(39)
Outros Investimentos		11	11	11	1.273	1.273	1.446
Imobilizado	17	**2.037.480**	**2.378.769**	**1.795.835**	**2.537.748**	**2.874.157**	**2.323.410**
Imóveis de uso próprio		**592.953**	**1.229.952**	**1.064.211**	**717.531**	**1.323.011**	**1.224.261**
Imóveis - Hospitalares/Odontológicos		586.141	1.112.288	1.044.366	692.468	1.188.781	1.204.416
Imóveis - Não Hospitalares/Odontológicos		6.812	117.664	19.845	25.063	134.230	19.845
Imobilizado de uso próprio		**303.324**	**327.430**	**327.389**	**371.558**	**383.256**	**390.751**
Imobilizado - Hospitalares/Odontológicos		244.219	260.295	274.595	273.614	311.446	332.253
Imobilizado - Não Hospitalares/Odontológicos		59.105	67.135	52.794	97.944	71.810	58.498
Imobilizações em curso		111.829	181.997	298.680	158.965	269.749	374.069
Outras imobilizações		1.029.374	639.390	105.555	1.289.694	898.141	334.329
Intangível	18	**2.674.584**	**2.480.275**	**2.208.753**	**4.651.395**	**4.724.779**	**4.474.960**
Total do ativo		**14.273.722**	**12.382.355**	**11.054.328**	**14.872.548**	**13.053.671**	**11.591.391**

	Notas	Controladora 31 de dezembro de 2023	Controladora 31 de dezembro de 2022 (Reapresentado)	Controladora 1 de janeiro de 2022 (Reapresentado)	Consolidado 31 de dezembro de 2023	Consolidado 31 de dezembro de 2022 (Reapresentado)	Consolidado 1 de janeiro de 2022 (Reapresentado)
Passivo							
Circulante		**2.678.413**	**2.701.812**	**2.038.189**	**3.176.792**	**3.184.232**	**2.465.549**
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	19	**1.532.218**	**1.516.677**	**1.185.481**	**1.901.720**	**1.834.696**	**1.403.170**
Provisão de contraprestações		**274.878**	**268.885**	**164.658**	**318.277**	**295.982**	**189.063**
Provisão de contraprestação não ganha - PPCNG		274.181	267.893	163.518	317.554	294.959	187.892
Provisão para remissão		697	992	1.140	723	1.023	1.171
Provisão para eventos a liquidar para SUS		192.961	162.852	162.180	281.401	231.256	200.905
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais		529.739	511.201	420.266	613.942	581.798	469.846
Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA)		534.640	573.739	438.377	688.100	725.660	543.192
Outras provisões técnicas		–	–	–	–	–	164
Débitos de operações de assistência à saúde		**28.581**	**33.242**	**32.228**	**30.781**	**38.677**	**38.049**
Contraprestações/prêmios a restituir		975	969	766	975	978	767
Receita antecipada de contraprestações/prêmios		12.308	19.572	15.936	12.674	22.114	18.553
Comercialização sobre operações		15.089	11.248	15.446	16.281	13.964	18.285
Operadoras de planos de assistência à saúde		209	1.453	80	851	1.621	444
Débitos com operações de assistência à saúde não relacionadas com plano de saúde da Operadora		3.235	2.797	4.550	4.861	4.676	16.459
Provisões		**–**	**1.780**	**1.619**	**5.879**	**7.615**	**15.214**
Provisões para imposto de renda e contribuição social		–	1.780	1.619	5.879	7.615	15.214
Tributos e encargos sociais a recolher	20	164.667	117.443	89.639	193.533	142.125	118.603
Empréstimos e financiamentos a pagar	21	286.883	375.430	303.701	286.883	375.902	332.743
Débitos diversos	22	662.829	654.443	420.971	753.135	780.541	541.311
Não circulante		**3.741.822**	**3.318.620**	**2.952.288**	**3.842.548**	**3.506.611**	**3.059.874**
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	**19**	**869.416**	**816.496**	**616.158**	**907.801**	**844.308**	**640.269**
Provisão de prêmios/contraprestações		712	769	984	1.167	1.246	1.478
Provisão de eventos a liquidar para SUS		868.704	815.727	615.174	906.634	843.062	638.791
Provisões		**1.264.872**	**1.173.504**	**940.059**	**1.405.277**	**1.307.888**	**1.067.234**
Provisões para tributos diferidos	13	663.904	514.105	358.459	665.196	514.265	360.918
Provisões para ações judiciais	23	600.968	659.399	581.600	740.081	793.623	706.316
Tributos e encargos sociais a recolher	**20**	**78.948**	**31.577**	**36.947**	**94.862**	**57.153**	**45.269**
Parcelamento de tributos e contribuições		78.948	31.577	36.947	94.862	57.153	45.269
Empréstimos e financiamentos a pagar	21	242.064	516.150	1.018.520	242.064	516.150	1.059.902
Débitos diversos	22	1.286.522	780.893	340.604	1.192.544	781.112	247.200
Patrimônio líquido	24	**7.853.487**	**6.361.923**	**6.063.851**	**7.853.208**	**6.362.828**	**6.065.968**
Capital social		5.638.225	4.818.225	3.857.225	5.639.118	4.818.225	3.857.225
Adiantamento para futuro aumento de capital		617.400	80.000	–	616.507	80.000	
Reservas:		**1.597.862**	**1.463.698**	**2.206.626**	**1.597.862**	**1.463.698**	**2.206.626**
Reservas de capital		46.928	46.928	46.928	46.928	46.928	46.928
Reserva legal		182.647	160.754	160.754	182.647	160.754	160.754
Reservas de lucros		1.368.287	1.256.016	1.998.944	1.368.287	1.256.016	1.998.944
Participação de não controlador		–	–	–	(279)	905	2.117
Total do passivo e do patrimônio líquido		**14.273.722**	**12.382.355**	**11.054.328**	**14.872.548**	**13.053.671**	**11.591.391**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO DIRETO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora 31 de dezembro de 2023	Controladora 31 de dezembro de 2022	Consolidado 31 de dezembro de 2023	Consolidado 31 de dezembro de 2022
Atividades operacionais				
Recebimento de plano de saúde	12.176.247	10.571.106	13.693.746	12.056.280
Resgate de aplicações financeiras	10.129.684	5.888.495	10.761.241	6.742.978
Recebimento de juros de aplicações financeiras	283.665	115.960	308.271	123.575
Outros recebimentos operacionais	2.221.694	1.468.987	2.950.158	2.232.291
Pagamento a fornecedores/prestadores de serviços de saúde	(8.335.689)	(7.156.352)	(9.797.718)	(8.606.051)
Pagamento de comissões	(596.503)	(580.094)	(679.749)	(691.705)
Pagamento de pessoal	(1.004.974)	(893.841)	(1.144.071)	(1.061.384)
Pagamento de pró-labore	(4.974)	(22.775)	(4.974)	(22.790)
Pagamento de serviços de terceiros	(1.333.591)	(1.513.978)	(1.356.754)	(1.556.807)
Pagamento de tributos	(1.188.972)	(1.000.611)	(1.365.585)	(1.182.514)
Pagamento de contingências (cíveis/trabalhistas/tributárias)	(150.100)	(153.354)	(193.756)	(183.205)
Pagamento de aluguel	(137.428)	(68.317)	(137.915)	(69.217)
Pagamento de promoção/publicidade	(13.836)	(22.640)	(13.836)	(23.354)
Aplicações financeiras	(11.331.883)	(5.879.620)	(12.097.852)	(6.560.700)
Outros pagamentos operacionais	(1.238.945)	(681.617)	(1.916.789)	(1.348.628)
Caixa líquido das atividades operacionais	**(525.605)**	**71.349**	**(995.583)**	**(151.231)**
Atividades de investimentos				
Recebimento de venda de ativo imobilizado - hospitalar	967.000	–	967.160	–
Recebimento de venda de ativo imobilizado - outros	–	500	–	627
Recebimento de dividendos	77	30.000	5.402	30.000
Outros recebimentos das atividades de investimento	–	–	1.197.954	8.168
Pagamento de aquisição de ativo imobilizado - hospitalar	(37.347)	(142.659)	(37.347)	(159.945)
Pagamento de aquisição de ativo imobilizado - outros	(22.386)	(92.285)	(46.417)	(102.805)
Pagamento relativos ao ativo intangível	(29.537)	–	(29.537)	–
Outros pagamentos das atividades de investimentos	(935.654)	(231.120)	(1.697.956)	(260.343)
Caixa líquido das atividades de investimentos	**(57.847)**	**(446.777)**	**359.259**	**(491.511)**
Atividades de financiamentos				
Integralização de capital em dinheiro	740.000	1.040.000	827.000	1.266.720
Recebimento de empréstimos/financiamentos	260.000	321.260	284.000	321.440
Outros recebimentos da atividade de financiamento	404.899	–	404.899	1.350
Pagamento de juros - empréstimos/financiamentos/*leasing*	(99.036)	(231.493)	(99.036)	(231.721)
Pagamento de amortização - empréstimos/financiamentos/*leasing*	(587.927)	(642.490)	(588.284)	(702.913)
Pagamento de participação de resultados	–	(239.424)	–	(239.425)
Outros pagamentos das atividades de financiamentos	(54.000)	–	(102.004)	(1.005)
Caixa líquido das atividades de financiamentos	**663.936**	**248.853**	**726.575**	**414.446**
Variação de caixa e equivalentes de caixa	**80.484**	**(126.575)**	**90.251**	**(228.296)**
Caixa - saldo inicial	65.307	191.882	93.762	322.058
Caixa - saldo final	145.791	65.307	184.013	93.762
	80.484	**(126.575)**	**90.251**	**(228.296)**
Ativos livres no início do exercício	191.408	115.684	238.940	231.413
Ativos livres no final do exercício	1.554.095	9.633	1.652.240	28.710
Aumento/(diminuição) nas aplicações financeiras - recursos livres	**1.362.687**	**(106.051)**	**1.413.300**	**(202.703)**
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício	**437.853**	**(236.478)**	**438.693**	**(236.784)**
Depreciação e amortização	222.000	234.394	290.644	168.076
Receitas com aplicações financeiras	(283.664)	(109.363)	(326.080)	(153.300)
Ajuste a mercado sobre aplicações financeiras	(1.351)	(5.378)	(1.352)	(5.378)
Despesa com variação cambial	(15.083)	(474)	(15.042)	(433)
Perdas com créditos de liquidação duvidosa	122.939	48.450	197.094	166.015
Perda efetiva com crédito de liquidação duvidosa	141.623	82.259	226.987	91.972
Provisão de glosa sobre serviços médicos	(3.043)	(3.648)	674	–
Amortização despesas de comercialização diferida	329.941	367.116	376.057	404.413
Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido	219.932	(206.905)	212.379	(263.200)
Atualização monetária depósito judicial	(90.499)	(76.861)	(90.883)	(76.889)
Atualização monetária contingência	(60.973)	(60.879)	(71.114)	(60.879)
Equivalência patrimonial	217.606	155.089	–	–
Ajuste a valor presente	–	(38.020)	–	193
Variação provisões técnicas	(39.451)	134.999	(37.939)	134.999
Provisões para ações judiciais	132.528	108.601	108.396	108.601
Juros sobre debêntures e custos de captação	62.232	93.794	62.232	93.794
Juros sobre empréstimos e financiamentos	17.182	28.568	17.182	35.485
Juros sobre arrendamentos	100.761	–	108.515	
Baixa de imobilizado/intangível	1.070	29.196	40.977	–
Baixa de direito de uso e arrendamento	(4.654)	–	(5.586)	34.312
Sale&Leaseback - retroarrendamentos	(862.705)	–	(858.990)	
Instrumentos financeiros derivativos	34.085	–	34.085	
Outros	447.775	(61.573)	411.040	(38.988)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(125.066)	–	(169.898)	–
(Aumento)/redução dos ativos operacionais	(1.666.949)	(1.126.087)	(2.025.644)	(1.131.592)
Aumento/(redução) dos passivos operacionais	140.306	714.549	81.990	449.267
Caixa gerado nas atividades operacionais	**(525.605)**	**71.349**	**(995.583)**	**(280.316)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE SETEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto prejuízo por ação, expresso em reais)

	Notas	Controladora Exercício findo em 31 de dezembro de 2023	Controladora Exercício findo em 31 de dezembro de 2022	Consolidado Exercício findo em 31 de dezembro de 2023	Consolidado Exercício findo em 31 de dezembro de 2022
Contraprestações efetivas de plano de assistência à saúde		**12.007.507**	**10.506.863**	**13.320.842**	**11.870.620**
Receitas com operações de assistência à saúde		**12.400.370**	**10.797.225**	**13.748.809**	**12.193.644**
Contraprestações líquidas	25	12.362.405	10.834.474	13.721.582	12.230.876
Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde		37.965	(37.249)	27.227	(37.232)
(–) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora		(392.863)	(290.362)	(427.967)	(323.024)
Eventos indenizáveis líquidos	26	**(9.491.410)**	**(9.112.471)**	**(10.379.322)**	**(9.880.546)**
Eventos conhecidos ou avisados		(9.530.509)	(8.977.110)	(10.416.882)	(9.702.348)
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)		39.099	(135.361)	37.560	(178.198)
Resultado das operações com planos de assistência à saúde		**2.516.097**	**1.394.392**	**2.941.520**	**1.990.074**
Outras receitas operacionais de planos de assistência à saúde		22.434	6.206	28.348	9.946
Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	27	**645.730**	**687.821**	**870.641**	**912.898**
Receitas com operações de assistência médico-hospitalar		602.303	685.243	800.483	901.594
Outras receitas operacionais		43.427	2.578	70.158	11.304
(–) Tributos diretos de outras atividades de assistência à saúde		(41.135)	(45.465)	(77.706)	(87.815)
Outras despesas operacionais com planos de assistência à saúde		**(211.504)**	**(106.455)**	**(330.815)**	**(177.297)**
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde	28	(142.269)	(83.005)	(259.938)	(142.133)
Provisão para perdas sobre créditos		(69.235)	(23.450)	(70.877)	(35.164)
Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com plano de saúde da operadora	29	(456.062)	(447.483)	(957.482)	(1.099.401)
Resultado bruto		**2.475.560**	**1.489.016**	**2.474.506**	**1.548.405**
Despesas de comercialização	30	(689.390)	(676.048)	(777.678)	(755.869)
Despesas administrativas	31	(1.066.713)	(958.206)	(1.225.055)	(1.182.121)
Resultado financeiro líquido	32	**46.332**	**(125.164)**	**85.217**	**(102.520)**
Receitas financeiras		480.011	266.185	540.992	321.345
Despesas financeiras		(433.679)	(391.349)	(455.775)	(423.865)
Resultado patrimonial		**(108.004)**	**(172.981)**	**92.407**	**(735)**
Receita patrimonial		858.499	63.271	782.933	1.447
Despesa patrimonial		(966.503)	(236.252)	(690.526)	(2.182)
Resultado antes dos impostos e participações		**657.785**	**(443.383)**	**649.397**	**(492.840)**
Imposto de renda	13	(104.237)	–	(114.629)	(5.138)
Contribuição social	13	(35.067)	–	(38.854)	(2.007)
Impostos diferidos	13	(80.628)	206.905	(58.896)	263.507
Resultado líquido do exercício		**437.853**	**(236.478)**	**437.018**	**(236.478)**
Atribuível aos acionistas:					
Controladores		437.853	(236.478)	437.853	(236.478)
Não controladores		–	–	(835)	(306)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora 31 de dezembro de 2023	Controladora 31 de dezembro de 2022	Consolidado 31 de dezembro de 2023	Consolidado 31 de dezembro de 2022
Resultado líquido do exercício	437.853	(236.478)	437.018	(236.784)
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–
Resultado abrangente do exercício	**437.853**	**(236.478)**	**437.018**	**(236.784)**
Atribuível aos acionistas:				
Controladores	437.853	(236.478)	437.853	(236.478)
Não controladores	–	–	(835)	(306)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reservas de capital	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Lucros a realizar	Lucros acumulados	Total	Participação de não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**3.857.225**	**–**	**46.928**	**160.754**	**1.998.944**	**–**	**6.063.851**	**2.117**	**6.065.968**
Aumento de capital		961.000	–	–	–	–	–	**961.000**	–	**961.000**
Adiantamento para futuro aumento de capital		–	80.000	–	–	–	–	**80.000**	–	**80.000**
Combinação de negócios - Hapvida		–	–	–	–	–	(19.757)	**(19.757)**	–	**(19.757)**
Juros sobre capital próprio		–	–	–	–	–	(453.250)	**(453.250)**	–	**(453.250)**
Alteração na participação societária de controladas		–	–	–	–	–	(878)	**(878)**	–	**(878)**
Prejuízo do exercício		–	–	–	–	–	(236.478)	**(236.478)**	(306)	**(236.784)**
Adoção inicial IFRS 16		–	–	–	–	–	(32.565)	**(32.565)**	–	**(32.565)**
Transferência para reserva de lucros a realizar		–	–	–	–	(742.928)	742.928	**–**	–	**–**
Participação de não controladores		–	–	–	–	–	–	**–**	(906)	**(906)**
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**4.818.225**	**80.000**	**46.928**	**160.754**	**1.256.016**	**–**	**6.361.923**	**905**	**6.362.828**
Aumento de capital	24	820.000	(80.000)	–	–	–	–	**740.000**	–	**740.000**
Adiantamento para futuro aumento de capital		–	617.400	–	–	–	–	**617.400**	–	**617.400**
Juros sobre capital próprio	24	–	–	–	–	–	(250.000)	**(250.000)**	–	**(250.000)**
Distribuição de dividendos		–	–	–	–	(54.000)	–	**(54.000)**		**(54.000)**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	437.853	**437.853**	840	**438.693**
Ganho/(Perda) na participação societária de controladas	17	–	–	–	–	–	311	**311**	–	**311**
Constituição de reserva legal		–	–	–	21.893	–	(21.893)	**–**	–	**–**
Transferência para reserva de lucros a realizar		–	–	–	–	166.271	(166.271)	**–**	–	**–**
Participação de não controladores		–	–	–	–	–	–	**–**	(2.024)	**(2.024)**
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**5.638.225**	**617.400**	**46.928**	**182.647**	**1.368.287**	**–**	**7.853.487**	**(279)**	**7.853.208**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias financeiras individuais e consolidadas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A **Notre Dame Intermédica Saúde S.A.** ("Companhia" ou "Operadora"), constituída na forma de sociedade por ações, domiciliada no Brasil e com sede em São Paulo na Avenida Paulista, nº 867 - Bela Vista, Estado de São Paulo. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia abrangem a Companhia e suas controladas. A Companhia foi constituída em 24 de janeiro de 1968 e tem como objeto social: (a) a prestação continuada de serviços na forma de Plano Privado de Assistência à Saúde, conforme previsto no inciso I, do artigo 1º, da Lei 9.656, de 3 de setembro de 1998; (b) a prestação de serviços nos campos da medicina, odontologia, hospitalar, e de medicina social e ocupacional, abrangendo a operação de hospitais e centros clínicos próprios; e (c) participação como sócia, acionista ou quotista no capital de outras sociedades.

A Companhia é controladora direta e indireta de entidades de capital fechado, reguladas ou não pela Agência Nacional de Saúde - ANS e tem por objeto social a prestação de serviços hospitalares nos campos de medicina, odontologia e hospitalar, abrangendo a operação de hospitais, laboratórios e centros clínicos próprios e atividades afins, conexas e correlatas.

A composição acionária da Companhia é apresentada conforme disposto a seguir:

Sócio	Quantidade de Ações	(%) Participação
BCBF Participações S.A.	4.244.635.111	100,00%

A Administração avaliou a capacidade da Companhia e suas controladas de continuarem operando normalmente e está convencida de que possuem recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração em 28 de março de 2024.

2. OUTROS ASSUNTOS

2.1 Riscos atrelados às mudanças climáticas

A Companhia e suas controladas promoveram um estudo de riscos e oportunidades climáticas considerando os horizontes temporais de 2030 e 2050, avaliando os principais riscos físicos associados ao aquecimento global e os efeitos das mudanças climáticas no aumento da demanda por serviços de saúde, considerando o curto, médio e longo prazo, objetivando obter melhor compreensão e informações técnicas para auxiliar a tomada de decisão em planos de adaptação às mudanças climáticas.

Entre os aspectos identificados no estudo, destaca-se os possíveis impactos de eventos climáticos extremos nas unidades e instalações e os desdobramentos da mudança do clima na saúde das populações e na busca por atendimento médico.

A Companhia e suas controladas trabalham para mitigar os riscos à integridade física das unidades, levando em consideração no planejamento de obras e reformas a ocorrência de tempestades, inundações, ciclones e granizo.

Em determinados casos, é avaliada ainda a possibilidade de mudança de endereço de um ativo diante da impossibilidade de adequação da infraestrutura para um atendimento dentro dos padrões de segurança e qualidade estabelecidos. Além disso, as apólices de seguros da Companhia e suas controladas incluem cobertura para eventos extremos.

Além disso, o aumento de casos de doenças respiratórias decorrentes da queda de temperatura ou aumento da poluição, doenças cardiovasculares pelo aumento da temperatura e doenças limitadas a certas áreas geográficas (como a dengue, cujo vetor está relacionado ao acúmulo de água e pode ser impactado pelo regime de chuvas) são monitorados de forma recorrente pela Companhia e suas controladas.

Por fim, são realizados investimentos constantes na diversificação geográfica das unidades assistenciais, em programas de medicina preventiva e em ações educativas e de conscientização nos canais de comunicação.

Até 31 de dezembro de 2023, não foram identificados pela Administração da Companhia impactos relevantes decorrentes de riscos atrelados a mudanças climáticas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, no que tange a: i) *impairment* de ativos não financeiros; ii) instrumentos financeiros; iii) Provisões e passivos contingentes; iv) mensurações de valor justo; v) impostos diferidos; vi) julgamentos e estimativas relevantes; ou de quaisquer outros impactos.

2.2 Reforma tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") no 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares ("LC"), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias.

O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC.

Haverá um período de transição de 2024 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2023.

continua →★

NotreDame Intermédica

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

CNPJ nº 44.649.812/0001-38

ANS nº 359017

Grupo NotreDame Intermédica

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.3 Esclarecimento sobre o ofício nº 13/2024/CVM/SEP/GEA-2

Conforme divulgado no Fato Relevante de 19 de janeiro de 2024, a Companhia esclarece que recebeu notificação do Ministério Público do Estado de São Paulo a respeito de procedimento civil que apura questões relacionadas a coberturas assistenciais e ao cumprimento de decisões judiciais. A Companhia informa que apresentou os esclarecimentos pertinentes e acompanhará o trâmite do procedimento.

3. ENTIDADES CONTROLADAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem as seguintes controladas diretas e indiretas da Companhia:

			Participação societária			
			31 de dezembro de 2023		31 de dezembro de 2022	
	Atividade principal	Data de aquisição	Direta	Indireta	Direta	Indireta
São Lucas Saúde S.A.	Plano de saúde	23/01/2020	100,00%	–	100,00%	–
São Lucas Serviços Médicos Ltda.	Saúde	23/01/2020	99,99%	0,01%	–	100,00%
Hospital São Lucas S.A.	Saúde	23/01/2020	0,78%	86,97%	–	87.07%
SMV Serviços Médicos Ltda.	Saúde	24/08/2020	1,40%	97,90%	1,40%	97,90%
Hospital e Maternidade Santa Mônica S.A.	Saúde	24/08/2020	99,94%	–	99.89%	–
INCORD - Instituto de Neurologia e de Coração de Divinópolis Ltda.	Laboratorial	24/08/2020	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
Bioimagem Diagnósticos por Imagem e Laboratório de Análises Clínicas Ltda.	Laboratorial	24/08/2020	73,47%	22,86%	73,47%	22,86%
Lifecenter Sistema de Saúde S.A.	Saúde	20/01/2021	–	100,00%	–	100,00%
Bio Saúde Serviços Médicos Ltda.	Plano de saúde	31/03/2021	100,00%	–	100,00%	–
Notre Dame Intermédica Minas Gerais Ltda.	Holding	13/04/2021	100,00%	–	100,00%	–
Notre Dame Intermédica Minas Gerais Saúde S.A.	Plano de saúde	13/04/2021	–	99,95%	–	99.78%
IMESA - Instituto de Medicina Especializada Alfenas S.A.	Saúde	04/08/2021	99,77%	–	99.74%	–
Hospital Varginha S.A.	Saúde	04/08/2021	99,87%	–	54,37%	45,19%
Casa de Saúde e Maternidade Santa Martha S.A.	Saúde	01/10/2021	100,00%	–	100,00%	–
Hospital do Coração Duque de Caxias Ltda.	Saúde	10/02/2022	100,00%	–	100,00%	–

4. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

4.1 Declaração de conformidade

(a) Demonstrações individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), as quais abrangem os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendados pela ANS, inclusive seguindo os critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela Resolução Normativa - RN no 528, de 29 de abril de 2022.

A Administração considera que a Companhia e suas controladas possuem recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras individuais foram preparadas com base no princípio da continuidade.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens, que são mensurados a valor justo a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo;
- Aplicações financeiras mensuradas a valor justo por meio do resultado; e
- Pagamentos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados pelo valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.3.

4.2 Conversão de moeda estrangeira

Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado na rubrica "Resultado financeiro".

4.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas e estão em conformidade com a Resolução Normativa RN nº 528/2022. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(a) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativas nº 05 -** Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos. Determinação do valor justo de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos.
- **Nota explicativa nº 08 -** Provisão para perda do valor recuperável do contas a receber. Reconhecimento e mensuração da provisão ao valor recuperável do contas a receber de clientes.
- **Nota explicativa nº 13 -** Imposto de renda e contribuição social diferidos. Realização e disponibilidade de lucro tributável futura contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizadas.
- **Nota explicativa nº 18 -** Intangível. Teste de eventuais perdas (*impairment*) no ágio. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas e projeções orçamentárias aprovadas pela administração.
- **Nota explicativa nº 19 -** Provisões técnicas de operações de assistência à saúde. Avaliação de passivos.
- **Nota explicativa nº 22 -** Arrendamentos a pagar e *Sale&Leaseback*. A Companhia e suas controladas não têm condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato. A taxa incremental sobre empréstimo do arrendamento é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. *Sale&Leaseback*: a determinação de ganho e perda na operação, baseado no valor justo dos ativos vendidos.
- **Nota explicativa nº 23 -** Provisões para ações judiciais. A Companhia e/ou suas controladas são partes em demandas administrativas e judiciais de naturezas trabalhista, tributária, cível e regulatória, na qual constitui provisões contábeis em relação às demandas com probabilidade de perda provável. A avaliação da probabilidade de perda é realizada através da avaliação de evidências disponíveis, hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no detalhamento jurídico, bem como as opiniões de seus consultores jurídicos.

(i) Incertezas sobre premissas e estimativas

As estimativas e premissas são revisadas de maneira continua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que são efetuadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possam resultar em um resultado real diferente do estimado estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 08 -** Provisão para perda do valor recuperável do contas a receber. Reconhecimento e mensuração da provisão ao valor recuperável do contas a receber de clientes.
- **Nota explicativa nº 09 -** Despesas de comercialização diferidas. Identificação do tempo médio de duração dos contratos para determinar o prazo de diferimento das comissões e, consequentemente, sua apropriação ao resultado contábil do exercício.
- **Nota explicativa nº 13 -** Imposto de renda e contribuição social. Realização e disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.
- **Nota explicativa nº 17 -** Revisão da vida útil econômica de bens do ativo imobilizado. Determinação da vida útil estimada dos bens e, consequentemente, da taxa de depreciação a ser utilizada nos cálculos e registro contábeis no resultado do exercício.
- **Nota explicativa nº 18 -** Determinação da vida útil estimada dos ativos intangíveis e, consequentemente, da taxa de amortização a ser utilizada nos cálculos e registro contábeis no resultado do período. Teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio; principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento.
- **Nota explicativa nº 19 -** Provisões técnicas de operações de assistência à saúde. Reconhecimento e mensuração de passivos de seguro.
- **Nota explicativa nº 23 -** Provisões para ações judiciais. Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas para determinar o valor e a probabilidade da saída de recursos.

(c) Mensuração a valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia e suas controladas estabeleceram uma estrutura de controle para mensuração do valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, que discute as estratégias para estabelecer a composição da carteira de investimentos no Comitê de Finanças.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos estabelecidos das normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas utilizam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia e suas controladas reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período/exercício das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 05 -** Instrumentos financeiros.
- **Nota explicativa nº 21 -** Arrendamentos a pagar - Operação de *Sale&Leaseback*

4.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens, que são mensurados a valor justo a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- instrumentos financeiros derivativos;
- aplicações financeiras; e
- pagamentos contingentes assumidos em uma combinação de negócio.

4.5 Principais políticas contábeis

A Companhia e suas controladas aplicam as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação contrária.

4.5.1. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2023. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem as seguintes controladas diretas e indiretas da Companhia:

			Participação societária			
			31 de dezembro de			
			2023		2022	
	Atividade principal	Data de aquisição	Direta	Indireta	Direta	Indireta
São Lucas Saúde S.A.	Plano de saúde	23/01/2020	100,00%	–	100%	–
São Lucas Serviços Médicos Ltda.	Saúde	23/01/2020	99,99%	0,01%	–	100,00%
Hospital São Lucas S.A.	Saúde	23/01/2020	0,78%	86,97%	–	87,07%
SMV Serviços Médicos Ltda.	Saúde	24/08/2020	1,40%	97,90%	1,40%	97,90%
Hospital e Maternidade Santa Mônica S.A.	Saúde	24/08/2020	99,94%	–	99,86%	–
INCORD - Instituto de Neurologia e de Coração de Divinópolis Ltda.	Laboratorial	24/08/2020	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
Bioimagem Diagnósticos por Imagem e Laboratório de Análises Clínicas Ltda.	Laboratorial	24/08/2020	73,47%	22,86%	73,47%	22,86%
Lifecenter Sistema de Saúde S.A.	Saúde	20/01/2021	–	100,00%	–	100,00%
Bio Saúde Serviços Médicos Ltda.	Plano de saúde	31/03/2021	100,00%	–	100,00%	–
Notre Dame Intermédica Minas Gerais Ltda.	Holding	13/04/2021	100,00%	–	100,00%	–
Notre Dame Intermédica Minas Gerais Saúde S.A.	Plano de saúde	13/04/2021	–	99,95%	–	99,78%
IMESA - Instituto de Medicina Especializada Alfenas S.A.	Saúde	04/08/2021	99,77%	–	99,74%	–
Hospital Varginha S.A.	Saúde	04/08/2021	99,87%	–	54,37%	45,19%
Casa de Saúde e Maternidade Santa Martha S.A.	Saúde	01/10/2021	100,00%	–	100,00%	–
Hospital do Coração Duque de Caxias Ltda.	Saúde	10/02/2022	100,00%	–	100,00%	–

(i) Combinação de negócios

Combinações de negócios são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para Companhia. A contraprestação transferida é mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações preexistentes. Esses montantes são reconhecidos no resultado do exercício.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se o pagamento for classificado como instrumento patrimonial, então ele não é remensurado e a liquidação é registrada no patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório, e as alterações subsequentes ao valor justo, são reconhecidas no resultado do exercício.

(ii) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras das controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(iii) Participação de acionistas não controladores

A Companhia elegeu mensurar a participação de não controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição.

Mudanças na participação da Companhia em uma controlada que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

(iv) Perda de controle

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, a Companhia desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

(v) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações em intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

4.5.2. Reconhecimento de receitas e custos operacionais

A Companhia e suas controladas atuam no ramo de prestação de serviços de assistência à saúde e odontológica. Os serviços são vendidos em contratos separados, individual por cliente ou agrupados como um pacote de serviços. Para este, com planos de assistência à saúde, a Companhia adota como política para o reconhecimento de receita os critérios dispostos no CPC 47 - Contratos com clientes e a Resolução Normativa RN nº 528/2022.

(i) Reconhecimento de receitas operacionais

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido. A receita é contabilizada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

As receitas de contraprestações, na modalidade de preço pré-estabelecido, são apropriadas no resultado pelo montante correspondente ao período de cobertura do risco incorrido (*pro rata die*).

Nos casos em que a fatura é emitida antecipadamente em relação ao período de cobertura dos contratos com clientes, o valor dos contratos com os clientes é registrado na rubrica "Provisões técnicas de operações de assistência à saúde", no subitem "Provisão de contraprestação não ganha - PPCNG", conforme destacado na nota explicativa 19, classificada no passivo circulante.

As receitas pertinentes aos serviços prestados de assistência à saúde são contabilizadas pelo regime de competência.

(ii) Receitas de contratos com clientes

Os serviços são vendidos em contratos separados, individual por cliente ou agrupado como um pacote de serviços. Os planos de assistência à saúde e odontológicos são tratados de acordo com a política para o reconhecimento de receita os critérios dispostos no CPC 47 - Contratos com clientes.

(iii) Receitas de contraprestações

Os serviços de assistência à saúde e odontológica são realizados por meio de seus hospitais e rede credenciada. A Companhia e suas controladas avaliaram que os serviços são satisfeitos ao longo do tempo, dado que o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios prestados. As receitas com as contraprestações são apropriadas pelo valor correspondente ao rateio diário - *pro rata dia* - do período de cobertura individual de cada contrato, a partir do primeiro dia de cobertura.

(iv) Reconhecimento dos custos dos serviços prestados

Os custos com a operação da rede própria de atendimento são reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos. Os custos dos serviços prestados pela rede credenciada de atendimento (hospitais, laboratórios e clínicas) são contabilizados com base nas notificações que avisam a ocorrência dos eventos cobertos pelos planos.

4.5.3. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia e suas controladas compreendem:

- Receita de juros;
- Despesas de juros;
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros;
- Ganhos/perdas líquidos de instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado; e
- Perdas por redução ao valor recuperável (e reversões) sobre investimentos em títulos de dívida contabilizados ao custo amortizado.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A Companhia e suas controladas classificam dividendos e juros sobre capital próprio pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento.

A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- Valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- Ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

4.5.4. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, na extensão em que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e
- Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial do ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Não foram realizadas reduções aos ativos fiscais diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia e suas controladas esperam recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

***(iii)** Implementação global das regras do modelo "Pilar Dois" da OCDE*

Em dezembro de 2021, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico ("OCDE") divulgou as regras do modelo Pilar Dois objetivando uma reforma da tributação corporativa internacional de forma a garantir que grupos econômicos multinacionais dentro do escopo dessas regras paguem imposto sobre o lucro mínimo efetivo à taxa de 15%. A alíquota efetiva de impostos sobre o lucro de cada país, calculada nesse modelo, foi denominada "GloBE *effective tax rate*" ou alíquota efetiva GloBE. Essas regras deverão ser aprovadas pela legislação local de cada país, sendo que alguns já promulgaram novas leis ou estão em processo de discussão e aprovação. A aplicação das regras e a determinação do impacto serão provavelmente muito complexos, o que coloca uma série de desafios práticos.

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações de escopo ao IAS 12, "Tributos sobre o Lucro" para permitir isenção temporária na contabilização de impostos diferidos decorrentes de legislação promulgada ou substancialmente promulgada da implementação do Pilar Dois da OCDE.

Até a presente data, o Brasil ainda não endossou as regras do modelo Pilar Dois em sua legislação local. A Companhia e suas controladas esperam não ser materialmente afetadas por essas regras.

4.5.5. Imobilizado

Os itens que compõem o imobilizado são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamentos para projetos de construção de longo prazo se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, conforme apresentado a seguir:

Grupo do ativo imobilizado	Vida útil	Taxa média anual de depreciação - % a.a.
Terrenos e imóveis	25 a 50 anos	2%
Veículos	1 a 10 anos	17%
Instalações	5 a 10 anos	14%
Máquinas e equipamentos	1 a 25 anos	14%
Móveis e utensílios	1 a 15 anos	10%
Equipamentos de computação	1 a 15 anos	25%

A Companhia e suas controladas revisam o valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação no encerramento de cada exercício e os ajustam de forma prospectiva, quando for o caso.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

4.5.6. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo dos ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável, se houver. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida e indefinida.

Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizados por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação às perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

	Vida útil (anos)
Aquisição da carteira de plano de saúde	2 a 13 anos
Sistema de computadores	20% a.a.
Ágio adquirido por combinação de negócios	Indefinida
Ativos intangíveis	7 anos
Outros ativos intangíveis	Indefinida

Um ativo é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

4.5.7. Despesas de comercialização diferidas

Representados por comissões pagas pela comercialização de planos coletivos e individuais reconhecidas ao resultado pelo prazo médio estimado de permanência dos beneficiários na carteira de clientes. Os indicadores de permanência de clientes são apurados a partir da observação do tempo médio ponderado compreendido entre a data de contratação do plano e a data em que se efetiva o cancelamento de tais contratos. Apenas as despesas de comercialização referentes aos contratos ativos permanecem diferidas, ou seja, quando um contrato é cancelado no transcorrer do período de vigência de diferimento, o saldo residual remanescente é integralmente reconhecido como despesa do período em que o cancelamento for realizado.

4.5.8. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao Custo amortizado; ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia e suas controladas podem optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em Outros Resultados Abrangentes ("ORA"). Essa escolha é realizada através da análise de cada investimento, individualmente.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia e suas controladas realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira, pois isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Objetiva identificar se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia e suas controladas;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e suas controladas.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros ao custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou ainda na qual a Companhia e suas controladas nem transferem nem mantêm substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro, bem como não retêm o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia e suas controladas realizam transações em que transferem ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantêm todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia e suas controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenham a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

4.5.9. Informações por segmento

A Companhia e suas controladas atuam no setor de saúde suplementar e direcionam sua estratégia à prestação dos serviços de forma verticalizada, em que o atendimento ao beneficiário é prioritariamente realizado em rede própria de atendimento, e proporciona assistências médica e odontológica, operando em apenas um segmento operacional, cujos resultados operacionais e financeiros são regularmente revistos pelo Conselho de Administração de forma agregada, sobre a qual conduz sua tomada de decisões.

Embora a Companhia e suas controladas tenham em sua estrutura diversos hospitais, clínicas e outras unidades de atendimento, eles funcionam como executores dos serviços demandados pelos clientes dos planos de saúde e odontológicos das operadoras pertencentes à Companhia e suas controladas, dentro do modelo integrado de verticalização, no qual o objetivo final é maximizar a geração de valor consolidado (operadora de planos de saúde/odontológica + unidades de atendimento médico) para seus acionistas.

A Administração determinou que a Diretoria Estatutária é representada pelo *Chief Operating Decision Maker* (CODM). Este recebe e analisa informações sobre os resultados operacionais e financeiros do negócio e toma as decisões estratégicas, uso de tecnologias e estratégias de marketing para diferentes produtos e serviços de forma centralizada. Toda a receita da Companhia e suas controladas são derivadas de clientes localizados geograficamente no Brasil e não há concentração de vendas por contrato de clientes. Além disso, todos os ativos circulantes da Companhia e suas controladas estão localizados no Brasil. Os resultados não flutuam com base na sazonalidade.

continua

→ continuação

NotreDame Intermédica

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

CNPJ nº 44.649.812/0001-38

ANS nº 359017

Grupo NotreDame Intermédica

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.5.10. Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins.
Para efeitos de demonstrações financeiras individuais e consolidados, os saldos bancários a descoberto são incluídos como componentes de caixa e equivalentes de caixa em decorrência da alta liquidez em curto espaço de tempo, compondo integralmente na gestão de caixa da Companhia e de suas controladas.
4.5.11. Perda de recuperabilidade sobre créditos
A Companhia constitui provisão para perdas de recuperabilidade sobre créditos por meio da metodologia de apuração utilizada em estrito acordo com a Resolução Normativa - RN 528/22.
A perda de recuperabilidade sobre créditos relacionados com planos de saúde é constituída sobre os créditos vencidos há mais de 60 dias para os contratos de pessoas física (planos individuais) e há mais de 90 dias para os contratos com pessoa jurídica (planos coletivos e corporativos), salvo casos específicos avaliados individualmente pela Administração.
Para os créditos não relacionados com planos de saúde, é constituída perda de recuperabilidade de créditos para saldos vencidos acima de 90 dias, salvo casos específicos avaliados individualmente pela Administração.
4.5.12. Ajuste a valor presente de ativos e passivos
Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e, em certos casos, implícita, nos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia e suas controladas concluíram que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.
4.5.13. Investimentos - controladas
A participação societária que a Companhia possui em suas controladas é avaliada pelo método de equivalência patrimonial e está registrada na rubrica "Resultado de equivalência patrimonial" na demonstração do resultado.
As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação que as da Companhia. Quando necessário, são realizados ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as políticas contábeis da Companhia.
4.5.14. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros
A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.
Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis nesse sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos nesse modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.
A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e nesses orçamentos financeiros detalhados, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nessas previsões e nesses orçamentos geralmente abrangem o período de 5 anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano.
A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda.
Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado.
O teste de redução do valor recuperável do ágio é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil tenha se deteriorado.
A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa a qual o ágio esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: (a) reduzindo o valor contábil do ágio alocado à unidade geradora de caixa; e (b) a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo.
Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.
4.5.15. Provisões
Provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), como consequência de um evento passado, uma indicação provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia e suas controladas esperam que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.
Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos tributos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.
(i) Provisão para ações judiciais
A Companhia e suas controladas são parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.
(ii) Contratos onerosos
Se a Companhia e suas controladas possuem um contrato que é oneroso, a obrigação presente do contrato é reconhecida e mensurada como uma provisão. No entanto, antes que uma provisão separada para um contrato oneroso seja estabelecida, a Companhia e suas controladas reconhecem qualquer perda por redução ao valor recuperável que tenha ocorrido em ativos dedicados a esse contrato.
Um contrato oneroso como um contrato em que os custos inevitáveis de satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se espera que sejam recebidos ao longo do mesmo contrato. Os custos inevitáveis do contrato refletem o menor custo líquido de sair do contrato e este é determinado com base:
• No custo de cumprir o contrato; ou
• No custo de qualquer compensação ou de penalidades provenientes do não cumprimento dos contratos; dos dois, o menor.
O custo para cumprir um contrato compreende os custos diretamente relacionados ao contrato (por exemplo, custos incrementais) e uma alocação de outros custos diretamente associados às atividades do contrato.
(iii) Provisões técnicas de operações de assistência à saúde
Constituídas de acordo com Resoluções Normativas emitidas pela ANS, essas provisões são representadas pela:
a) *Provisão de prêmio contraprestação não ganha (PPCNG (Resolução Normativa RN 393/2015, RN 442/2018 e RN 472/2021))*: é calculada *pro rata die*, com base nos prêmios dos planos de saúde e odontológicos, representando o valor cobrado pela operadora proporcional aos dias ainda não transcorridos dentro do próprio mês em que a vigência de cobertura do risco foi iniciada em benefício do cliente.
b) *Provisão de eventos e sinistros a liquidar para o SUS (Sistema Único de Saúde)*: é calculada a partir das notificações enviadas pelo SUS, representando a restituição das despesas em eventual atendimento de seus beneficiários que já foram efetivamente cobradas, uma estimativa de futuras notificações de cobranças que estão em processo de análise, calculadas conforme decisão judicial obtida pela Companhia para adoção de metodologia própria.
c) *Provisão para eventos a liquidar*: é constituída com base nos avisos de sinistros recebidos até a data do balanço, incluindo os sinistros judiciais e custos relacionados atualizados monetariamente.
d) *Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA) (Resolução Normativa RN 393/2015, RN 442/2018 e RN 476/2021)*: é calculada atuarialmente a partir da estimativa dos sinistros já ocorridos e ainda não avisados, com base em triângulos de *run-off* mensais, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros avisados nos últimos 12 meses, dos futuros pagamentos de eventos relacionados com ocorrências anteriores à data-base de cálculo, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência.
e) *Provisão para eventos ocorridos e não avisados para SUS (PEONA-SUS)*: é calculada a partir da estimativa do montante de eventos/sinistros originados no Sistema Único de Saúde (SUS), que tenham ocorrido e que não tenham sido avisados. O montante calculado é informado, mensalmente, no sítio institucional da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), sendo adotada, pela Companhia, a contabilização de 12/24 avos do montante, tal como permitido pela Resolução Normativa da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) nº 528/22.
f) *Provisão para remissão (Resolução Normativa RN 393/2015)*: é constituída para os beneficiários que ficarem isentos dos pagamentos das contraprestações em um determinado período conforme cobertura prevista em contrato.
g) Provisão de Insuficiência de Contraprestações (PIC (Resolução Normativa RN 442/2018)): para os seguros de saúde, tem como objetivo apurar a insuficiência de contraprestações/prêmios para a cobertura dos eventos/sinistros a ocorrer. A provisão é calculada a partir de metodologia definida no anexo VII da resolução normativa 393, para as operadoras que não possuem metodologia atuarial própria. Para o cálculo leva-se em consideração: (i) o FIC (Fator de Insuficiência de Contraprestações), obtido através da soma dos eventos indenizáveis, acrescidos das despesas administrativas totais e de comercialização com a dedução dos totais de multas administrativas, divididos pela soma de contraprestações efetivas; (ii) A base de cálculo da provisão será o somatório das contraprestações efetivas dos 12 meses, incluindo a competência do cálculo; (iii) todos os contratos médico-hospitalares na modalidade de preço preestabelecido, contemplando as segmentações individual, coletivo por adesão e coletivo empresarial.
4.5.16. Arrendamentos
No início de um contrato, a Companhia e suas controladas avaliam se um contrato é ou contém um arrendamento. A Companhia e suas controladas avaliam se os contratos celebrados são ou contém elementos de arrendamentos, e reconhece os direitos de uso dos ativos arrendados e passivo para fluxo futuro dos contratos celebrados, são eles aqueles que transmitem o direito de controlar e obter os benefícios sobre o uso de ativo identificado por um período em troca de contraprestação.
A Companhia e suas controladas reconhecem um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.
O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado por determinadas remensurações do passivo de arrendamento.
O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros incremental calculada pela Companhia e suas controladas. A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo diferido de uso em ambiente econômico similar.
A Companhia e suas controladas são arrendatárias de diversos ativos, incluindo imóveis, equipamentos hospitalares e equipamentos de TI.
O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, há alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, a Companhia e suas controladas alteram sua avaliação se exercerão uma opção de compra, extensão ou rescisão, há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.
Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.
Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor
A Companhia e suas controladas aplicam a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.
4.5.17. Obrigações com benefícios de longo prazo pós-emprego a funcionários
A Companhia concede a certos executivos o benefício de assistência à saúde pós-emprego. O custeio dos benefícios concedidos pelos planos de benefícios definidos é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o método do crédito unitário projetado.
Mensurações compreendendo ganhos e perdas atuariais, o efeito do limite dos ativos, excluindo os juros líquidos, e o retorno sobre ativos do plano, excluindo juros líquidos, são reconhecidos imediatamente no balanço patrimonial, com correspondentes débitos ou créditos retidos por meio de outros resultados abrangentes no período em que ocorra. As mensurações não são reclassificadas no resultado em períodos subsequentes.
Os custos de serviços passados são reconhecidos no resultado nas seguintes datas, a que ocorrer primeiro:
• A data de alteração do plano ou redução significativa da expectativa do tempo de serviços; e
• A data em que a Companhia reconhece os custos relacionados com reestruturação.
Os juros líquidos são calculados aplicando-se a taxa de desconto ao ativo ou passivo do benefício definido líquido. A Companhia reconhece as seguintes variações nas obrigações de benefício definido líquido em despesas administrativas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do resultado.
Os participantes do plano de benefícios pós-emprego se restringem a certos executivos da Companhia e suas controladas.
4.5.18. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio
A Companhia e suas controladas reconhecem um passivo para pagamento de dividendos quando essa distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da empresa ou, ainda, quando previsto em Lei. Conforme legislação societária vigente, uma distribuição é autorizada quando aprovada pelos acionistas e o montante correspondente é diretamente reconhecido no patrimônio líquido. A legislação societária estabelece ainda o requerimento de pagamento de um dividendo mínimo obrigatório, após efetuados os ajustes ao lucro auferido no exercício e destinação das reservas também previstas no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.
A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no Estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas.
4.5.19. Teste de adequação de passivos (TAP)
A Companhia e suas controladas elaboram o Teste de Adequação de Passivos (TAP) para todos os contratos vigentes a cada data de balanço e que estão vigentes na data de execução do teste. Este teste é elaborado anualmente e revisado trimestralmente, considerando estimativas correntes de fluxos de caixa futuro, utilizando a data-base referência de clientes ativos, sem novos entrantes. A metodologia projeta entradas e saídas de recursos financeiros, considerando os reajustes técnicos e financeiros, alteração de valor por mudança de faixa etária, variação nos custos assistenciais, despesas administrativas e comerciais, retornos dos investimentos e valor do dinheiro no tempo utilizando a taxa de desconto Estruturas a Termo das Taxas de Juros livres de risco (ETTJ).
O Teste de Adequação de Passivos realizados foi segregado para as carteiras de planos individuais, coletivos empresariais e coletivos por adesão.
O teste efetuado de adequação de passivos não demonstrou insuficiência.
Caso seja identificada qualquer insuficiência, a Companhia e suas controladas registram a perda imediatamente como uma despesa no resultado do exercício, primeiramente reduzindo os custos de aquisição até o limite de zero e depois constituindo provisões adicionais aos passivos já registrados na data do teste.
4.6 Alterações de novas normas que ainda não estão em vigor
Novas normas ou alterações de normas e interpretações serão aplicáveis quando referendadas pela ANS.
CPC 50 - Contratos de seguros
Com a emissão do CPC 50, em substituição ao CPC 11 - Contratos de Seguro, que estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguros dentro do escopo da norma. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade.
A Companhia e suas controladas estão avaliando a efetiva aplicabilidade da referida Norma, considerando a sua estratégia de negócios amparada na "verticalização" de suas operações, o que a torna, essencialmente prestadora de serviço de assistência à saúde.
Esta norma é vigente a partir 1º de janeiro de 2023 e a data de transição 1º de janeiro de 2022, sendo que os efeitos de transição impactam diretamente a rubrica de Lucros Acumulados no Patrimônio Líquido.
4.7 Segmentos operacionais
A Companhia e suas controladas atuam no setor de saúde suplementar e direcionam sua estratégia à prestação dos serviços de forma verticalizada, em que o atendimento ao beneficiário é prioritariamente realizado em rede própria de atendimento, e proporciona assistências médica e odontológica, operando em apenas um segmento operacional, cujos resultados operacionais e financeiros são regularmente revistos pelo Conselho de Administração de forma agregada, sobre a qual conduz sua tomada de decisões.
Embora a Companhia e suas controladas tenham em sua estrutura diversos hospitais, clínicas e outras unidades de atendimento, estes funcionam como executores dos serviços demandados pelos clientes dos planos de saúde e odontológicos das operadoras pertencentes à Companhia, dentro do modelo integrado de verticalização, no qual o objetivo final é maximizar a geração de valor consolidado (operadora de planos de saúde/odontológica + unidades de atendimento médico) para seus acionistas.
O Conselho de Administração determinou que a Diretoria Estatutária é representada pelo *Chief Executive Officer* (CEO). Este recebe e analisa informações sobre os resultados operacionais e financeiros do negócio e toma as decisões estratégicas, uso de tecnologias e estratégias de marketing para diferentes produtos e serviços de forma centralizada. Toda a receita da Companhia e suas controladas é derivada de clientes localizados geograficamente no Brasil e não há concentração de vendas por contrato de clientes. Além disso, todos os ativos circulantes da Companhia e suas controladas estão localizados no Brasil.
4.8 Reapresentação das demonstrações financeiras
A Companhia está reapresentando, para melhor comparabilidade e apresentação, as demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, emitidas em 31 de março de 2023. As alterações são as seguintes:
Balanço patrimonial (controladora e consolidado)
(i) Reclassificação da rubrica "Bens e títulos a receber" para rubrica "Tributos e encargos sociais a recolher". no montante de R$ 639.624 em 31 de dezembro de 2022 e R$ 498.412 em 1º de janeiro de 2022. Para melhor apresentação da rubrica ISS a pagar, a Companhia efetuou reclassificação do ativo relacionado a esta rubrica, pois este refere-se a pagamento em consignação do referido imposto, porém não está relacionado a um processo judicial. Por uma questão operacional da Prefeitura Municipal de São Paulo, não é possível efetuar o recolhimento com os abatimentos relacionados ao segmento de saúde.
(ii) Reclassificação da rubrica "Outros créditos a receber e direitos a longo prazo" para rubrica "Débitos diversos" no montante de R$ 655.977 em 31 de dezembro de 2022 e R$ 615.436 em 1º de janeiro de 2022. Para melhor apresentação das obrigações contratuais, a Companhia efetuou reclassificação dos ativos relacionados a esta rubrica em decorrência dos instrumentos particulares de compra e venda de ações/quotas e outras avenças, gastos referentes aos períodos anteriores à assinatura do contrato serão de responsabilidade dos antigos acionistas/quotistas e, portanto, esses valores serão reembolsados ou descontados da parcela retida a pagar.
(iii) Reclassificação da rubrica "Imobilizado" para rubrica "Intangível" no montante de R$ 72.304 em 31 de dezembro de 2022. A Companhia efetuou a reclassificação dos projetos de softwares que estavam registrados inicialmente como "Imobilizado em andamento" para "Outros ativos intangíveis" para melhor apresentação.
(iv) Para uma melhor apresentação e interpretação das informações relacionadas à rubrica de Arrendamentos a pagar e a fim de refletir melhor o quanto a Companhia e suas controladas possuem de obrigações a pagar no curto prazo, foram efetuadas pela Companhia e suas controladas as reclassificações entre curto e longo prazo no balanço patrimonial no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 no montante de R$ 51.778.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 (controladora e consolidado)

			Controladora
	31 de dezembro de 2022 (Publicado)	Ajustes	31 de dezembro de 2022 (Reapresentado)
Ativo			
Circulante	**2.600.608**	**(639.624)**	**1.960.984**
Disponível	65.307	–	65.307
Realizável	**2.535.301**	**(639.624)**	**1.895.677**
Aplicações financeiras	**802.828**	**–**	**802.828**
Aplicações garantidoras de provisões técnicas	793.195	–	793.195
Aplicações livres	9.633	–	9.633
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	**385.179**	**–**	**385.179**
Contraprestações pecuniárias a receber	383.626	–	383.626
Participação de beneficiários em eventos/sinistros indenizáveis	285	–	285
Operadoras de planos de assistência à saúde	379	–	379
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde	889	–	889
Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	199.282	–	199.282
Despesas de comercialização diferidas	213.703	–	213.703
Créditos tributários e previdenciários	84.328	–	84.328
Bens e títulos a receber (i)	846.112	(639.624)	206.488
Despesas antecipadas	3.869	–	3.869
Não circulante	**11.087.248**	**(665.877)**	**10.421.371**
Realizável a longo prazo	**3.475.160**	**(665.877)**	**2.809.283**
Aplicações financeiras	**116.468**	**–**	**116.468**
Aplicações livres	116.468	–	116.468
Títulos e créditos a receber	27.773	–	27.773
Despesas de comercialização diferidas	294.046	–	294.046
Ativos fiscal diferido	963.300	–	963.300
Depósitos judiciais e fiscais	976.637	–	976.637
Outros créditos a receber e direitos a longo prazo (ii)	1.096.936	(665.877)	431.059
Investimentos	**2.753.044**	**–**	**2.753.044**
Participações societárias pelo método de equivalência patrimonial	**2.753.033**	**–**	**2.753.033**
Participações societárias - operadoras de planos de assistência à saúde	860.914	–	860.914
Participações societárias em rede assistencial	642.739	–	642.739
Participações em outras sociedades	1.249.380	–	1.249.380
Outros investimentos	11	–	11
Imobilizado	**2.451.073**	**(72.304)**	**2.378.769**
Imóveis de uso próprio	**1.229.952**	**–**	**1.229.952**
Imóveis - Hospitalares/Odontológicos	1.112.288	–	1.112.288
Imóveis - Não Hospitalares/Odontológicos	117.664	–	117.664
Imobilizado de uso próprio	**327.430**	**–**	**327.430**
Imobilizado - Hospitalares/Odontológicos	260.295	–	260.295
Imobilizado - Não Hospitalares/Odontológicos	67.135	–	67.135
Imobilizações em curso	254.301	(72.304)	181.997
Outras imobilizações	163.938	–	163.938
Direito de uso	475.452	–	475.452
Intangível	**2.407.971**	**72.304**	**2.480.275**
Total do ativo	**13.687.856**	**(1.305.501)**	**12.382.355**

			Controladora
	31 de dezembro de 2022 (Publicado)	Ajustes	31 de dezembro de 2022 (Reapresentado)
Passivo			
Circulante	**3.289.658**	**(587.846)**	**2.701.812**
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	**1.516.677**	**–**	**1.516.677**
Provisões de contraprestações	**268.885**	**–**	**268.885**
Provisão de contraprestação não ganha (PPCNG)	267.893	–	267.893
Provisão para remissão	992	–	992
Provisão de eventos a liquidar para SUS	162.852	–	162.852
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais	511.201	–	511.201
Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	573.739	–	573.739
Débitos de operações de assistência à saúde	**33.242**	**–**	**33.242**
Contraprestações/prêmios a restituir	969	–	969
Receita antecipada de contraprestações/prêmios	19.572	–	19.572
Comercialização sobre operações	11.248	–	11.248
Operadoras de planos de assistência à saúde	1.453	–	1.453
Débitos com operações de assistência à saúde não relacionadas com plano de saúde de Operadora	2.797	–	2.797
Provisões	**1.780**	**–**	**1.780**
Provisões para imposto de renda e contribuição social	1.780	–	1.780
Tributos e encargos sociais a recolher (i)	757.067	(639.624)	117.443
Empréstimos e financiamentos a pagar	375.430	–	375.430
Débitos diversos	602.665	51.778	654.443
Não circulante	**4.036.275**	**(717.655)**	**3.318.620**
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	**816.496**	**–**	**816.496**
Provisão para remissão	769	–	769
Provisão de eventos a liquidar para SUS	815.727	–	815.727
Provisões	**1.173.504**	**–**	**1.173.504**
Provisões para tributos diferidos	514.105	–	514.105
Provisões para ações judiciais	659.399	–	659.399
Tributos e encargos sociais a recolher	**31.577**	**–**	**31.577**
Parcelamento de tributos e contribuições	31.577	–	31.577
Empréstimos e financiamentos a pagar	516.150	–	516.150
Débitos diversos (ii)	1.498.548	717.655	780.893
Patrimônio líquido	**6.361.923**	**–**	**6.361.923**
Capital social	4.818.225	–	4.818.225
Adiantamento para futuro aumento de capital	80.000	–	80.000
Reservas:	**1.463.698**	**–**	**1.463.698**
Reserva de capital	46.928	–	46.928
Reserva legal	160.754	–	160.754
Reserva de lucros	1.256.016	–	1.256.016
Total do passivo e patrimônio líquido	**13.687.856**	**(1.305.501)**	**12.382.355**

			Consolidado
	31 de dezembro de 2022 (Publicado)	Ajustes	31 de dezembro de 2022 (Reapresentado)
Ativo			
Circulante	**3.117.813**	**(639.624)**	**2.478.189**
Disponível	93.762	–	93.762
Realizável	**3.024.051**	**(639.624)**	**2.384.427**
Aplicações financeiras	**1.081.767**	**–**	**1.081.767**
Aplicações garantidoras de provisões técnicas	1.053.057	–	1.053.057
Aplicações livres	28.710	–	28.710
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	**457.754**	**–**	**457.754**
Contraprestações pecuniárias a receber	454.241	–	454.241
Participação de beneficiários em eventos/sinistros indenizáveis	1.868	–	1.868
Operadoras de planos de assistência à saúde	746	–	746
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde	899	–	899
Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	247.745	–	247.745
Despesas de comercialização diferidas	240.078	–	240.078
Créditos tributários e previdenciários	117.496	–	117.496
Bens e títulos a receber (i)	875.179	(639.624)	235.555
Despesas antecipadas	4.032	–	4.032
Não circulante	**11.241.359**	**(665.877)**	**10.575.482**
Realizável a longo prazo	**3.641.145**	**(665.877)**	**2.975.268**
Aplicações financeiras	**116.468**	**–**	**116.468**
Aplicações livres	116.468	–	116.468
Títulos e créditos a receber	27.976	–	27.976
Despesas de comercialização diferidas	294.046	–	294.046
Ativos fiscal diferido	1.048.236	–	1.048.236
Depósitos judiciais e fiscais	1.046.957	–	1.046.957
Outros créditos a receber e direitos a longo prazo (ii)	1.107.462	(665.877)	441.585
Investimentos	**1.278**	**–**	**1.278**
Participações societárias pelo método de equivalência patrimonial	**5**	**–**	**5**
Participações societárias - operadoras de planos de assistência à saúde	–	–	–
Participações societárias em rede assistencial	–	–	–
Participações em outras sociedades	5	–	5
Outros investimentos	1.273	–	1.273
Imobilizado	**2.946.461**	**(72.304)**	**2.874.157**
Imóveis de uso próprio	**1.323.011**	**–**	**1.323.011**
Imóveis - Hospitalares/Odontológicos	1.188.781	–	1.188.781
Imóveis - Não Hospitalares/Odontológicos	134.230	–	134.230
Imobilizado de uso próprio	**383.256**	**–**	**383.256**
Imobilizado - Hospitalares/Odontológicos	311.447	–	311.447
Imobilizado - Não Hospitalares/Odontológicos	71.809	–	71.809
Imobilizações em curso	342.053	(72.304)	269.749
Outras imobilizações	355.577	–	355.577
Direito de uso	542.564	–	542.564
Intangível	**4.652.475**	72.304	**4.724.779**
Total do ativo	**14.359.172**	**(1.305.501)**	**13.053.671**

			Consolidado
	31 de dezembro de 2022 (Publicado)	Ajustes	31 de dezembro de 2022 (Reapresentado)
Passivo			
Circulante	**3.772.078**	**(587.846)**	**3.184.232**
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	**1.834.696**	**–**	**1.834.696**
Provisões de contraprestações	**295.982**	**–**	**295.982**
Provisão de contraprestação não ganha (PPCNG)	294.959	–	294.959
Provisão para remissão	1.023	–	1.023
Provisão de eventos a liquidar para SUS	231.256	–	231.256
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais	581.798	–	581.798
Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	725.660	–	725.660
Débitos de operações de assistência à saúde	**38.677**	**–**	**38.677**
Contraprestações/prêmios a restituir	978	–	978
Receita antecipada de contraprestações/prêmios	22.114	–	22.114
Comercialização sobre operações	13.964	–	13.964
Operadoras de planos de assistência à saúde	1.621	–	1.621
Débitos com operações de assistência à saúde não relacionadas com plano de saúde de Operadora	4.676	–	4.676
Provisões	**7.615**	**–**	**7.615**
Provisões para imposto de renda e contribuição social	7.615	–	7.615
Tributos e encargos sociais a recolher (i)	781.749	(639.624)	142.125
Empréstimos e financiamentos a pagar	375.902	–	375.902
Débitos diversos	728.763	51.778	780.541
Não circulante	**4.224.266**	**(717.655)**	**3.506.040**
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	**844.308**	**–**	**844.308**
Provisão para remissão	1.246	–	1.246
Provisão de eventos a liquidar para SUS	843.062	–	843.062
Provisões	**1.307.888**	**–**	**1.307.888**
Provisões para tributos diferidos	514.265	–	514.265
Provisões para ações judiciais	793.623	–	793.623
Tributos e encargos sociais a recolher	**57.153**	**–**	**57.153**
Parcelamento de tributos e contribuições	57.153	–	57.153
Empréstimos e financiamentos a pagar	516.150	–	516.150
Débitos diversos (ii)	1.498.767	(717.655)	781.112
Patrimônio líquido	**6.362.828**	**–**	**6.362.828**
Capital social	4.818.225	–	4.818.225
Adiantamento para futuro aumento de capital	80.000	–	80.000
Reservas:	**1.463.698**	**–**	**1.463.698**
Reserva de capital	46.928	–	46.928
Reserva legal	160.754	–	160.754
Reserva de lucros	1.256.016	–	1.256.016
Participação de não controlador	905	–	905
Total do passivo e patrimônio líquido	**14.359.172**	**(1.305.501)**	**13.053.671**

Demonstração do Fluxo de Caixa 31 de dezembro de 2022 (controladora e consolidado) - Caixa líquido operacional

			Controladora
	31 de dezembro de 2022	Ajustes	31 de dezembro de 2022
Prejuízo líquido do exercício	**(236.478)**	–	**(236.478)**
Depreciação e amortização	234.394	–	234.394
Receitas com aplicações financeiras	(109.363)	–	(109.363)
Ajuste a mercado sobre aplicações financeiras	(5.378)	–	(5.378)
Despesa com variação cambial	(474)	–	(474)
Perdas com créditos de liquidação duvidosa	48.450	–	48.450
Perda efetiva com crédito de liquidação duvidosa	82.259	–	82.259
Provisão de glosa sobre serviços médicos	(3.648)	–	(3.648)
Amortização despesas de comercialização diferida	367.116	–	367.116
Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido	(206.905)	–	(206.905)
Atualização monetária depósito judicial	(76.861)	–	(76.861)
Atualização monetária contingência	(60.879)	–	(60.879)
Equivalência patrimonial	155.089	–	155.089
Ajuste a valor presente	(38.020)	–	(38.020)
Variação provisões técnicas	134.999	–	134.999
Provisões para ações judiciais	108.601	–	108.601
Juros sobre debêntures e custos de captação	93.794	–	93.794
Juros sobre empréstimos e financiamentos	28.568	–	28.568
Baixa de intangível	–	–	–
Baixa de imobilizado	29.196	–	29.196
Outros	(61.573)	–	(61.573)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	–	–	–
Redução de ativos	(1.126.087)	263.586	(862.501)
Redução dos passivos	714.549	(191.653)	522.896
Caixa gerado nas atividades operacionais	**71.349**	**71.933**	**143.282**

continua →★

→ continuação

NotreDame Intermédica

Notre Dame Intermédica Saúde S.A.

CNPJ nº 44.649.812/0001-38

ANS nº 359017

Grupo NotreDame Intermédica

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

			Consolidado
	31 de dezembro de 2022	Ajustes	31 de dezembro de 2022
Prejuízo líquido do exercício	**(236.784)**	–	**(236.784)**
Depreciação e amortização	168.076	–	168.076
Receitas com aplicações financeiras	(153.300)	–	(153.300)
Ajuste a mercado sobre aplicações financeiras	(5.378)	–	(5.378)
Despesa com variação cambial	(433)	–	(433)
Perdas com créditos de liquidação duvidosa	166.015	–	166.015
Perda efetiva com crédito de liquidação duvidosa	91.972	–	91.972
Provisão de glosa sobre serviços médicos	–	–	–
Amortização despesas de comercialização diferida	404.413	–	404.413
Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido	(263.200)	–	(263.200)
Atualização monetária depósito judicial	(76.889)	–	(76.889)
Atualização monetária contingência	(60.879)	–	(60.879)
Equivalência patrimonial	–	–	–
Ajuste a valor presente	193	–	193
Variação provisões técnicas	134.999	–	134.999
Provisões para ações judiciais	108.601	–	108.601
Juros sobre debêntures e custos de captação	93.794	–	93.794
Juros sobre empréstimos e financiamentos	35.485	–	35.485
Baixa de intangível	–	–	–
Baixa de imobilizado	34.312	–	34.312
Outros	(38.988)	–	(38.988)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	–	–	–
Redução de ativos	(1.194.159)	62.567	(1.131.592)
Redução dos passivos	640.920	(191.653)	449.267
Caixa gerado nas atividades operacionais	**(151.230)**	**(129.086)**	**(280.316)**

Balanço patrimonial em 1 de janeiro de 2022 (controladora e consolidado)

			Controladora
	1 de janeiro de 2022 (Publicado)	Ajustes	1 de janeiro de 2022 (Reapresentado)
Ativo			
Circulante	**2.435.985**	**(498.412)**	**1.937.573**
Disponível	191.882	–	191.882
Realizável	**2.244.103**	**(498.412)**	**1.745.691**
Aplicações financeiras	**818.087**	–	**818.087**
Aplicações garantidoras de provisões técnicas	702.403	–	702.403
Aplicações livres	115.684	–	115.684
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	**227.520**	–	**227.520**
Contraprestações pecuniárias a receber	219.557	–	219.557
Participação de beneficiários em eventos/sinistros indenizáveis	5.831	–	5.831
Operadoras de planos de assistência à saúde	2.132	–	2.132
Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	215.734	–	215.734
Despesas de comercialização diferidas	251.626	–	251.626
Créditos tributários e previdenciários	69.907	–	69.907
Bens e títulos a receber (i)	657.642	(498.412)	159.230
Despesas antecipadas	3.587	–	3.587
Não circulante	**9.732.191**	**(615.436)**	**9.116.755**
Realizável a longo prazo	**2.709.333**	**(615.436)**	**2.093.897**
Aplicações financeiras	**103.742**	**–**	**103.742**
Aplicações livres	103.742	–	103.742
Títulos e créditos a receber	18.202	–	18.202
Despesas de comercialização diferidas	210.812	–	210.812
Ativos fiscal diferido	571.614	–	571.614
Depósitos judiciais e fiscais	764.724	–	764.724
Outros créditos a receber e direitos a longo prazo (ii)	1.040.239	(615.436)	424.803
Investimentos	**3.018.270**	**–**	**3.018.270**
Participações societárias pelo método de equivalência patrimonial	**3.018.259**	**–**	**3.018.259**
Participações societárias - operadoras de planos de assistência à saúde	973.956	–	973.956
Participações societárias em rede assistencial	916.636	–	916.636
Participações em outras sociedades	1.127.667	–	1.127.667
Outros investimentos	11	–	11
Imobilizado	**1.795.835**	**–**	**1.795.835**
Imóveis de uso próprio	**1.064.211**	**–**	**1.064.211**
Imóveis - Hospitalares/Odontológicos	1.044.366	–	1.044.366
Imóveis - Não Hospitalares/Odontológicos	19.845	–	19.845
Imobilizado de uso próprio	**327.389**	**–**	**327.389**
Imobilizado - Hospitalares/Odontológicos	274.595	–	274.595
Imobilizado - Não Hospitalares/Odontológicos	52.794	–	52.794
Imobilizações em curso	298.680	–	298.680
Outras imobilizações	105.555	–	105.555
Intangível	**2.208.753**	**–**	**2.208.753**
Total do ativo	**12.168.176**	**(1.113.848)**	**11.054.328**

			Controladora
	1 de janeiro de 2022 (Publicado)	Ajustes	1 de janeiro de 2022 (Reapresentado)
Passivo			
Circulante	**2.536.601**	**(498.412)**	**2.038.189**
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	**1.185.481**	**–**	**1.185.481**
Provisões de contraprestações	**164.658**	**–**	**164.658**
Provisão de contraprestação não ganha (PPCNG)	163.518	–	163.518
Provisão para remissão	1.140	–	1.140
Provisão de eventos a liquidar para SUS	162.180	–	162.180
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais	420.266	–	420.266
Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	438.377	–	438.377
Débitos de operações de assistência à saúde	**32.228**	**–**	**32.228**
Contraprestações/prêmios a restituir	766	–	766
Receita antecipada de contraprestações/prêmios	15.936	–	15.936
Comercialização sobre operações	15.446	–	15.446
Operadoras de planos de assistência à saúde	80	–	80
Débitos com operações de assistência à saúde não relacionadas com plano de saúde de Operadora	4.550	–	4.550
Provisões	**1.619**	**–**	**1.619**
Provisões para imposto de renda e contribuição social	1.619	–	1.619
Tributos e encargos sociais a recolher (i)	588.051	(498.412)	89.639
Empréstimos e financiamentos a pagar	303.701	–	303.701
Débitos diversos	420.971	–	420.971
		–	
Não circulante	**3.567.724**	**(615.436)**	**2.952.288**
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	**616.158**	**–**	**616.158**
Provisão para remissão	984	–	984
Provisão de eventos a liquidar para SUS	615.174	–	615.174
Provisões	**940.059**	**–**	**940.059**
Provisões para tributos diferidos	358.459	–	358.459
Provisões para ações judiciais	581.600	–	581.600
Tributos e encargos sociais a recolher	**36.947**	**–**	**36.947**
Parcelamento de tributos e contribuições	36.947	–	36.947
Empréstimos e financiamentos a pagar	1.018.520	–	1.018.520
Débitos diversos (ii)	956.040	(615.436)	340.604
		–	
Patrimônio líquido	**6.063.851**	**–**	**6.063.851**
Capital social	3.857.225	–	3.857.225
Reservas:	**2.206.626**	**–**	**2.206.626**
Reserva de capital	46.928	–	46.928
Reserva legal	160.754	–	160.754
Reserva de lucros	1.998.944	–	1.998.944
		–	
Total do passivo e patrimônio líquido	**12.168.176**	**–**	**11.054.328**

			Consolidado
	1 de janeiro de 2022 (Publicado)	Ajustes	1 de janeiro de 2022 (Reapresentado)
Ativo			
Circulante	**3.099.342**	**(498.412)**	**2.600.930**
Disponível	322.058	–	322.058
Realizável	**2.777.284**	**(498.412)**	**2.278.872**
Aplicações financeiras	**1.126.736**	–	**1.126.736**
Aplicações garantidoras de provisões técnicas	895.323	–	895.323
Aplicações livres	231.413	–	231.413
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	**256.628**	–	**256.628**
Contraprestações pecuniárias a receber	240.871	–	240.871
Participação de beneficiários em eventos/sinistros indenizáveis	9.671	–	9.671
Operadoras de planos de assistência à saúde	2.524	–	2.524
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde	3.562	–	3.562
Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	310.994	–	310.994
Despesas de comercialização diferidas	260.982	–	260.982
Créditos tributários e previdenciários	107.837	–	107.837
Bens e títulos a receber (i)	709.945	(498.412)	211.533
Despesas antecipadas	4.162	–	4.162
Não circulante	**9.605.897**	**(615.436)**	**8.990.461**
Realizável a longo prazo	**2.807.891**	**(615.436)**	**2.192.455**
Aplicações financeiras	**103.742**	–	**103.742**
Aplicações livres	103.742	–	103.742
Títulos e créditos a receber	18.361	–	18.361
Despesas de comercialização diferidas	210.812	–	210.812
Ativos fiscal diferido	604.005	–	604.005
Depósitos judiciais e fiscais	821.379	–	821.379
Outros créditos a receber e direitos a longo prazo (ii)	1.049.592	(615.436)	434.156
Investimentos	**(364)**	–	**(364)**
Participações societárias pelo método de equivalência patrimonial	**(1.810)**	–	**(1.810)**
Participações societárias - operadoras de planos de assistência à saúde	8	–	8
Participações societárias em rede assistencial	(1.779)	–	(1.779)
Participações em outras sociedades	(39)	–	(39)
Outros investimentos	1.446	–	1.446
Imobilizado	**2.323.410**	–	**2.323.410**
Imóveis de uso próprio	**1.224.261**	–	**1.224.261**
Imóveis - Hospitalares/Odontológicos	1.204.416	–	1.204.416
Imóveis - Não Hospitalares/Odontológicos	19.845	–	19.845
Imobilizado de uso próprio	**390.751**	–	**390.751**
Imobilizado - Hospitalares/Odontológicos	332.253	–	332.253
Imobilizado - Não Hospitalares/Odontológicos	58.498	–	58.498
Imobilizações em curso	374.069	–	374.069
Outras imobilizações	280.550	–	280.550
Direito de uso	53.779	–	53.779
Intangível	**4.474.960**	–	**4.474.960**
Total do ativo	**12.705.239**	**(1.113.848)**	**11.591.391**

			Consolidado
	1 de janeiro de 2022 (Publicado)	Ajustes	1 de janeiro de 2022 (Reapresentado)
Passivo			
Circulante	**2.963.961**	**(498.412)**	**2.465.549**
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	**1.403.170**	**–**	**1.403.170**
Provisões de contraprestações	**189.063**	**–**	**189.063**
Provisão de contraprestação não ganha (PPCNG)	187.892	–	187.892
Provisão para remissão	1.171	–	1.171
Provisão de eventos a liquidar para SUS	200.905	–	200.905
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais	469.846	–	469.846
Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	543.192	–	543.192
Outras provisões técnicas	164	–	164
Débitos de operações de assistência à saúde	**38.049**	–	**38.049**
Contraprestações/prêmios a restituir	767	–	767
Receita antecipada de contraprestações/prêmios	18.553	–	18.553
Comercialização sobre operações	18.285	–	18.285
Operadoras de planos de assistência à saúde	444	–	444
Débitos com operações de assistência à saúde não relacionadas com plano de saúde de Operadora	16.459	–	16.459
Provisões	**15.214**	–	**15.214**
Provisões para imposto de renda e contribuição social	15.214	–	15.214
Tributos e encargos sociais a recolher (i)	617.015	(498.412)	118.603
Empréstimos e financiamentos a pagar	332.743	–	332.743
Débitos diversos	541.311	–	541.311
		–	
Não circulante	**3.675.310**	**(615.436)**	**3.059.874**
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	**640.269**	**–**	**640.269**
Provisão para remissão	1.478	–	1.478
Provisão de eventos a liquidar para SUS	638.791	–	638.791
Provisões	**1.067.234**	–	**1.067.234**
Provisões para tributos diferidos	360.918	–	360.918
Provisões para ações judiciais	706.316	–	706.316
Tributos e encargos sociais a recolher	**45.269**	–	**45.269**
Parcelamento de tributos e contribuições	45.269	–	45.269
Empréstimos e financiamentos a pagar	1.059.902	–	1.059.902
Débitos diversos (ii)	862.636	(615.436)	247.200
		–	
Patrimônio líquido	**6.065.968**	–	**6.065.968**
Capital social	3.857.225	–	3.857.225
Reservas:	**2.206.626**	–	**2.206.626**
Reserva de capital	46.928	–	46.928
Reserva legal	160.754	–	160.754
Reserva de lucros	1.998.944	–	1.998.944
Participação de não controlador	2.117	–	2.117
Total do passivo e patrimônio líquido	**12.705.239**	**(1.113.848)**	**11.591.391**

5. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social é de R$ 5.638.225 (R$ 4.818.225 em 31 de dezembro de 2022), totalmente subscrito e integralizado, representado por 4.244.635.111 ações ordinárias, sem valor nominal (3.424.635.111 ações ordinárias, sem valor nominal em 31 de dezembro de 2022).

Ato societário	Qtde de ações	Valor da ação - R$	Aumento de capital - R$ mil
Assembleia Geral Extraordinária - 13 de janeiro de 2023	80.000.000	1,00	80.000
Assembleia Geral Extraordinária - 01 de março de 2023	740.000.000	1,00	740.000
	820.000.000		**820.000**

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a BCBF Participações S.A., controladora da Companhia, realizou um adiantamento para futuro aumento de capital no valor de R$ 393.000.

b) Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio.

No final do exercício é garantido aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 10% do lucro líquido do exercício conforme estatuto social da Companhia. A Companhia distribuiu, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o montante de R$ 250.000 a título de juros sobre o capital próprio (R$ 212.500 líquido de imposto de renda retido na fonte) e R$ 54.000 a título de dividendos. O montante total distribuído foi de R$ 304.000 referente a reserva de lucros de 2022.

6. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Distrato aquisição Sistema e Planos de Saúde Ltda. (Sistemas)

Em 5 de outubro de 2022, a Hapvida Participações e Investimentos S.A., controladora indireta da Companhia, comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que celebrou contrato de compra e venda de quotas e outras avenças para aquisição de 100% do capital votante da Sistemas e Planos de Saúde Ltda. (Sistemas)

Em 19 de outubro de 2023, as partes chegaram a um consenso, decidindo pelo não fechamento da operação, através da assinatura de um Instrumento particular de distrato e outras avenças.

7. EVENTOS SUBSEQUENTES

(i) Aumento de capital

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 2 de janeiro de 2024, o total registrado como adiantamento para futuro aumento de capital foi convertido em aumento de capital, passando de R$ 5.638.225 para R$ 6.031.225.

(ii) Reestruturação societária - Incorporação BCBF Participações S.A.

Em 28 de março de 2024, se tornaram vigentes os efeitos das deliberações aprovadas pelos acionistas, conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de março de 2024, sendo aprovado o Protocolo de Incorporação e Justificação para incorporação da controladora BCBF Participações S.A. pela controlada Notre Dame Intermédica Saúde S.A. O laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil da empresa incorporada foi emitido por empresa independente.

DIRETORIA

Jorge Fontoura Pinheiro Koren de Lima
Presidente e Vice-Presidente Comercial e Relacionamento

Luccas Augusto Nogueira Adib Antônio
Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores

CONTADOR

Gilson Ramos
Diretor de Controladoria - CRC SP-339585/O-9

ATUÁRIO

Wagner Diniz da Silva
Atuário - MIBA nº 1.541

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas **Notre Dame Intermédica Saúde S.A.**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Companhia Notre Dame Intermédica Saúde S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Notre Dame Intermédica Saúde S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Notre Dame Intermédica Saúde S.A. e da Notre Dame Intermédica Saúde S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 28 de março de 2024

pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Helena de Petribu Fraga Rocha
Contadora
CRC 1PE020549/O-6

PDG REALTY S.A. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES

Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ/MF 02.950.811/0001-89

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023

www.pdg.com.br

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, RESUMIDAS, DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais - R$)

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

	Controladora 31/12/23	Controladora 31/12/22	Consolidado 31/12/23	Consolidado 31/12/22
Valor Adicionado total a distribuir	**614.764**	**382.609**	**938.156**	**578.946**
Valor adicionado para distribuição				
Pessoal	7.348	5.926	38.609	32.629
Impostos taxas e contribuições	120.844	(344.044)	125.999	(331.682)
Remuneração do capital de terceiros	(637.921)	799.165	(345.846)	960.819
Remuneração do capital próprio	1.124.493	(78.438)	1.119.394	(82.820)
Distribuição do valor adicionado	**614.764**	**382.609**	**938.156**	**578.946**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social	Reservas de capital, Opções outorgadas e Ações em Tesouraria	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido	Participação dos não controladores	Patrimônio líquido consolidado
Saldos em 31/12/2021	**5.293.820**	**1.230.075**	**(11.674.334)**	**(5.150.439)**	**(61.409)**	**(5.211.848)**
Aumentos de Capital	409.722	-	-	**409.722**	-	**409.722**
Movimentação líquida de ações em tesouraria	-	(7.058)	-	**(7.058)**	-	**(7.058)**
Movimentação líquida de não controladores	-	-	-	-	1.336	**1.336**
Prejuízo do exercício	-	-	(78.438)	**(78.438)**	(4.382)	**(82.820)**
Saldos em 31/12/2022	**5.703.542**	**1.223.017**	**(11.752.772)**	**(4.826.213)**	**(64.455)**	**(4.890.668)**
Aumentos de Capital	**439.186**	-	-	**439.186**	-	**439.186**
Movimentação líquida de ações em tesouraria	-	12.828	-	**12.828**	-	**12.828**
Movimentação líquida de não controladores	-	-	-	-	(1.283)	**(1.283)**
Lucro do exercício	-	-	1.124.493	**1.124.493**	(5.099)	**1.119.394**
Saldos em 31/12/2023	**6.142.728**	**1.235.845**	**(10.628.279)**	**(3.249.706)**	**(70.837)**	**(3.320.543)**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)

	Controladora 31/12/23	Controladora 31/12/22	Consolidado 31/12/23	Consolidado 31/12/22
Atividades operacionais				
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	1.243.189	(424.700)	1.240.749	(422.760)
Ajuste para conciliar o resultado antes dos tributos	(1.294.312)	378.769	(1.367.283)	240.050
	(51.123)	**(45.931)**	**(126.534)**	**(182.710)**
Variação nos ativos e passivos	44.218	47.663	84.837	210.218
Juros e impostos pagos	(1.246)	(6.054)	(14.419)	(23.338)
Fluxo de caixa das atividades operacionais	**(8.151)**	**(4.322)**	**(56.116)**	**4.170**
Atividades de investimento e financiamento				
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	(21)	(154)	(1.869)	3.359
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	8.176	4.347	18.896	(693)
Fluxo de caixa das atividades de investimento e financiamento	**8.155**	**4.193**	**17.027**	**2.666**
Diminuição no caixa e equivalentes	**4**	**(129)**	**(39.089)**	**6.836**
Saldos de caixa e equivalentes:				
No início do exercício	245	374	91.722	84.886
No final do exercício	249	245	52.633	91.722
Diminuição no caixa e equivalentes	**4**	**(129)**	**(39.089)**	**6.836**

consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A Companhia declara que os julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas, bem como as principais políticas e práticas contábeis, adotadas na apresentação e preparação dessas demonstrações financeiras, são as divulgadas na Nota Explicativa nº 2 das demonstrações financeiras completas e auditadas de 31 de dezembro de 2023, divulgadas em endereço eletrônico (Nota explicativa nº 2). Portanto, essas demonstrações financeiras não incluem todas as notas e divulgações, sendo assim, as respectivas demonstrações devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras anuais individuais e consolidadas completas. Com base no julgamento e premissas adotadas pela Administração, acerca da relevância e de alterações que devem ser divulgadas em notas explicativas, essas demonstrações financeiras incluem notas explicativas selecionadas e não contemplam todas as notas explicativas apresentadas nas demonstrações financeiras anuais completas, conforme possibilita a Lei nº 13.818, de 24 de abril de 2019, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022. A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foi aprovada pelo Conselho de Administração e autorizada para arquivamento em 27 de março de 2024, seguindo recomendação do Comitê de Auditoria e do Conselho Fiscal. **2.2. Pronunciamentos contábeis novos ou revisados e seus impactos:** ***a. Já aplicáveis em 2023:*** O Grupo (PDG) observou certas normas e alterações que estavam válidas para exercícios anuais iniciados em 1º de janeiro de 2023 ou após. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estivessem vigentes. Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras do Grupo (PDG). ***b.*** **Novos pronunciamentos emitidos e ainda não adotados:** A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. Na opinião, preliminar da Administração, estas alterações não trarão impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido da Companhia. As normas e interpretações emitidas, mas não ainda em vigor até a data das demonstrações financeiras do Companhia, estão descritas a seguir: • CPC 02 (IAS 21) - Efeito das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis; • CPC 03/IAS 7 e CPC 40/IFRS 7 - Acordos de financiamento de fornecedores (Risco Sacado); • CPC 06 (IFRS 16) - Passivos de arrendamento em uma venda e leaseback; • CPC 26 (IAS 1) e CPC 23 (IAS 8) - Classificação do passivo em circulante ou não circulante e passivo não circulante com covenants; • CPC 36 e CPC 18 (IFRS 10 e IAS 28) - Venda ou contribuição de ativos entre um Investidor e sua associada ou joint venture. **3. Consolidação de controladas -** As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que o controle deixe de existir.

4. Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	Controladora 31/12/23	Controladora 31/12/22	Consolidado 31/12/23	Consolidado 31/12/22
Caixa e Bancos	**249**	**245**	**9.989**	**13.517**
Aplicações financeiras				
Fundos de investimento de renda fixa	-	-	2.707	3.166
Certificados de depósitos bancários (CDB)	-	-	39.937	75.039
Subtotal	**-**	**-**	**42.644**	**78.205**
Total caixa e equivalentes de caixa	**249**	**245**	**52.633**	**91.722**
Aplicações financeiras				
Certificados de depósitos bancários (CDB)	74	69	8.989	7.450
Total	**74**	**69**	**8.989**	**7.450**

5. Contas a receber de clientes

	Controladora 31/12/23	Controladora 31/12/22	Consolidado 31/12/23	Consolidado 31/12/22
Incorporação e venda de imóveis	7.718	9.202	708.551	875.974
(-) Provisão para risco de crédito	(4.973)	(5.836)	(558.173)	(652.595)
(-) Ajuste a valor presente	-	-	(258)	-
Total	**2.745**	**3.366**	**150.120**	**223.379**
Parcela circulante	2.717	3.307	130.220	190.704
Parcela não circulante	28	59	19.900	32.675
Total	**2.745**	**3.366**	**150.120**	**223.379**

6. Estoques de imóveis a comercializar

	Controladora 31/12/23	Controladora 31/12/22	Consolidado 31/12/23	Consolidado 31/12/22
Imóveis em construção	-	508	331.873	335.045
Imóveis concluídos	3.901	3.242	191.108	191.562
Terrenos para futuras incorporações	2.500	2.500	210.530	214.699
Provisão para distratos	-	127	93.046	133.134
Adiantamentos a fornecedores	66	10	873	3.311
Juros capitalizados	66	55	21.668	20.064
	6.533	**6.442**	**849.098**	**897.815**
Redução ao valor recuperável				
Imóveis em construção [1]	-	-	(332.504)	(52.460)
Imóveis concluídos	(1.215)	(1.215)	(24.658)	(22.070)
Unidades em pré-distrato	-	-	(15.571)	-
Terrenos para futuras incorporações	-	-	(113.290)	(116.508)
	(1.215)	**(1.215)**	**(486.023)**	**(191.038)**
Total	**5.318**	**5.227**	**363.075**	**706.777**
Parcela circulante	2.818	2.727	247.668	627.495
Parcela não circulante	2.500	2.500	115.407	79.282
Total	**5.318**	**5.227**	**363.075**	**706.777**

[1] A Companhia reavaliou o contexto que envolve a continuidade de suas obras paralisadas e concluiu, através de estudos internos, que é grande a incerteza sobre o retorno para os ativos envolvidos. A provisão de impairment foi registrada no montante de R$ 279.128 (2022: R$ 42.863) e foi registrada no resultado na rubrica de Outras despesas (receitas) operacionais, líquidas.

7. Bloqueios de valores em conta corrente - São originários de ações judiciais que emitem ordem às instituições financeiras para imediato bloqueio ou saque em contas do Grupo PDG. Os valores retirados da Companhia necessitam de identificação dos correspondentes processos, que originaram a ordem, e podem ser recuperados ou compensados quando tais ações são analisadas e concluídas.

	Controladora 31/12/23	Controladora 31/12/22	Consolidado 31/12/23	Consolidado 31/12/22
Trabalhistas	396	438	4.712	4.370
Tributárias	4	3	1.399	1.191
Cíveis	9.581	9.298	46.161	42.476
A identificar [1]	1.216	1.835	1.301	6.739
Total	**11.197**	**11.574**	**53.573**	**54.776**
Parcela Circulante	-	-	-	-
Parcela não circulante	11.197	11.574	53.573	54.776
Total	**11.197**	**11.574**	**53.573**	**54.776**

[1] Identificação do processo judicial em processo de análise junto a instituição financeira.

8. Investimentos - a. Informações sobre as controladas em 31 de dezembro de 2023 e 2022: As sociedades controladas têm como propósito específico a realização de empreendimentos imobiliários, relativos à comercialização de imóveis residenciais e comerciais. A movimentação dos investimentos na Companhia é assim demonstrada:

9. Imobilizado - O ativo imobilizado é segregado em classes bem definidas e estão relacionados às atividades operacionais. Há controles eficazes sobre os bens do ativo imobilizado que possibilitam a identificação de perdas e mudanças de estimativa de vida útil dos bens. A depreciação anual é calculada de forma linear, ao longo da vida útil dos ativos, a taxas que consideram a vida útil estimada dos bens.

10. Intangível - O saldo residual em 31 de dezembro de 2023, no montante de R$ 627 (2022: R$ 872), é consequência do desenvolvimento de sistemas, para reconhecimento facial e monitoramento de câmeras de segurança, utilizados por nossa unidade de negócio Vernyy. A expectativa de uso deste sistema foi estimada inicialmente em até 5 anos, podendo estender-se mediante as atualizações que possam ser implementadas ao longo de sua vida útil; os custos dos ativos estão classificados como "Direito de uso de software".

11. Transações e saldos com partes relacionadas - A Companhia possui as seguintes transações envolvendo partes relacionadas: **a. Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC):** A Companhia realiza aportes nas suas investidas, destinados principalmente para viabilizar a fase inicial dos empreendimentos. **b. Remuneração da administração:** O limite de remuneração global dos administradores da Companhia e membros do conselho fiscal, líquido de encargos sociais que sejam ônus da Companhia, para o ano de 2023, foi aprovado na AGO/E de 28 de abril de 2023. **c. Avais e garantias:** Prestadas nas operações de crédito imobiliário realizadas pelas sociedades investidas da Companhia, tendo por base os saldos a pagar e futuras liberações contratadas até esta data, e na proporção da participação que a Companhia possui no capital social de tais sociedades. **d. Saldos com partes relacionadas:** São provenientes de: (i) operações de mútuo, a receber ou a pagar, e conta corrente com parceiros nos empreendimentos. Foram efetuadas, principalmente, com o objetivo de viabilizar a fase inicial dos empreendimentos, em função das relações comerciais que são mantidas com as partes relacionadas para o desenvolvimento das atividades de incorporação e construção; (ii) operações de assunção de dívida a receber. Foram realizadas com as investidas integrantes do plano de recuperação judicial do Grupo (PDG), conforme previsto no plano e, como condição para viabilização de sua operacionalização; (iii) cessão de crédito a pagar. Foram realizadas com investidas, da Companhia, com o objetivo de viabilizar a operacionalização de aumentos de capital, da Companhia, nas suas controladas. Os saldos e as transações, de circulante e não circulante, com partes relacionadas estão demonstrados abaixo:

	Controladora 31/12/23	Controladora 31/12/22	Consolidado 31/12/23	Consolidado 31/12/22
Ativo				
Circulante:				
Contratos de mútuo	-	-	5.370	4.028
Não circulante:				
Contas correntes com parceiros nos empreendimentos	-	-	155	29.288
Assunção de dívidas a receber	2.624.065	1.875.397	1.144	1.336
	2.624.065	1.875.397	1.299	30.624
	2.624.065	**1.875.397**	**6.669**	**34.652**
Passivo				
Não circulante:				
Contas correntes com parceiros nos empreendimentos	636.332	555.374	14.820	41.704
Cessão de crédito	-	44.563	-	-
	636.332	**599.937**	**14.820**	**41.704**

12. Empréstimos e financiamentos - Os saldos são assim apresentados:

	Controladora 31/12/23	Controladora 31/12/22	Consolidado 31/12/23	Consolidado 31/12/22
Capital de Giro / SFI	130.414	373.061	130.414	541.264
SFH	40.888	-	66.702	373.061
	171.302	**373.061**	**197.116**	**914.325**
Parcela circulante	87.601	373.061	113.415	914.325
Parcela não circulante	83.701	-	83.701	-
Total	**171.302**	**373.061**	**197.116**	**914.325**

13. Cédulas de Crédito Bancário (CCBs), Debêntures a pagar e Coobrigação - Os saldos são assim apresentados:

	Controladora 31/12/23	Controladora 31/12/22	Consolidado 31/12/23	Consolidado 31/12/22
Obrigações por emissão de CCB/CRI	176.526	1.251.603	187.905	1.339.025
Debêntures	33.881	364.341	33.881	364.341
Coobrigação	-	-	4.953	3.452
	210.407	**1.615.944**	**226.739**	**1.706.818**
Parcela circulante	84.113	1.615.944	89.122	1.706.818
Parcela não circulante	126.294	-	137.617	-
Total	**210.407**	**1.615.944**	**226.739**	**1.706.818**

14. Obrigações com credores do plano de RJ - O pedido de Recuperação Judicial foi homologado em decisão proferida em 06/12/2017 e em 14 de outubro de 2021 o Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo proferiu sentença de encerramento do processo de recuperação judicial das Companhias e suas controladas ("Grupo (PDG)"). A este respeito, as Companhias esclarecem que os créditos concursais ainda não quitados e os créditos ilíquidos, cujo fato gerador seja anterior ao pedido de. Recuperação Judicial, permanecem sujeitos aos efeitos do Plano e do Aditamento e serão pagos de acordo com os prazos, termos e condições estabelecidos nesses instrumentos. **a. Opção de recebimento dos credores e apuração dos valores a pagar:** Com a homologação o Grupo (PDG) procedeu à centralização das dívidas na controladora, conforme condição definida no plano e, após as definições dos credores sobre as opções de liquidação de cada classe de dívida, apurou o valor correspondente dos valores a pagar para cada grupo de credores. **b. Valor justo da dívida com credores:** A Companhia mensurou o valor justo da sua dívida no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, época da entrada no programa de RJ, utilizando-se da técnica de valor presente. Com as alterações ocorridas e mudança de cenários, descritos na Nota Explicativa nº 1b, entre o início do programa de RJ e a saída da Companhia da classificação de empresa em situação de RJ, ao final de 2021, voltamos a atualizar o cálculo do valor justo sobre o saldo residual das dívidas concursais ao final do período findo em 31 de março de 2022. O saldo da dívida, incluindo os juros e amortizações, totalizou R$ 3.957.343 em 31 de dezembro de 2023. Após cálculo do ajuste a valor presente o saldo contábil totalizou R$ 1.223.268.

15. Obrigações por aquisição de imóveis - Referem-se a compromissos assumidos na compra de terrenos para incorporação de empreendimentos imobiliários.

16. Obrigações tributárias e tributos parcelados - A Instrução Normativa SRF nº 84/1979 (Atividade de Incorporação e Venda de Imóveis) permite que, para fins fiscais, a Companhia realize o pagamento do imposto à proporção do recebimento das vendas contratadas. Como resultado, é contabilizado o ativo ou o passivo de imposto diferido a recolher com base na diferença entre o lucro reconhecido nas Demonstrações Financeiras e o imposto corrente ("pagável"), de acordo com o regime de caixa. **a. Despesas com imposto de renda e contribuição social:** A maioria das SPEs é optante pelo regime de tributação do Lucro Presumido ou RET, no qual a base tributária é a receita de vendas dos empreendimentos, portanto, independentemente do resultado, existe uma tributação a alíquotas médias de 3,08% e 1,92%, respectivamente, sobre a receita de venda. **b. Ativos e passivos fiscais diferidos:** Os ativos e passivos fiscais diferidos de imposto de renda, a contribuição social sobre o lucro, o PIS e a COFINS diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais decorrentes de diferenças temporárias entre a base fiscal, que determina a tributação pelo regime de caixa, (Instrução Normativa SRF nº 84/1979) e a efetiva apropriação do lucro imobiliário, Nota Explicativa nº 2.4.5b, das demonstrações financeiras completas e auditadas.

i. Composição dos Passivos fiscais diferidos

Tributo	Controladora 31/12/23	Controladora 31/12/22	Consolidado 31/12/23	Consolidado 31/12/22
IRPJ	-	-	2.912	4.106
CSLL	-	-	1.569	2.224
IR e CS sobre AVJ	825.811	707.126	825.811	707.126
Subtotal	**825.811**	**707.126**	**830.292**	**713.456**
PIS e COFINS	699	689	9.367	11.832
Total	**826.510**	**707.815**	**839.659**	**725.288**
Parcela Circulante	699	689	13.848	18.162
Parcela não Circulante	825.811	707.126	825.811	707.126
Total	**826.510**	**707.815**	**839.659**	**725.288**

17. Operações com projetos imobiliários em desenvolvimento, adiantamentos de clientes e provisão para distratos a pagar - Em observância ao Ofício Circular Nº 02/2018 de 12 de dezembro de 2018, que trata sobre o reconhecimento de receita nos contratos de compra e venda de unidades imobiliárias não concluídas nas companhias brasileiras de capital aberto, apresentamos nas Demonstrações Financeiras completas as informações relacionadas com receitas a apropriar, custos a incorrer e distratos de unidades em construção.

18. Provisões para contingências diversas - As provisões para contingências apresentam saldos com expectativa de desembolso para processos judiciais, garantias após entrega de empreendimentos e multas por atrasos na entrega de empreendimentos. A composição é assim apresentada:

	Controladora 31/12/23	Controladora 31/12/22	Consolidado 31/12/23	Consolidado 31/12/22
Provisão para contingências jurídicas (a)	33.243	47.557	648.928	641.573
Garantia após entrega do empreendimento (b)	468	-	42.530	47.792
Multa por atraso na entrega do empreendimento (c)	-	-	171.052	146.641
Total	**33.711**	**47.557**	**862.510**	**836.006**
Parcela circulante	516	-	199.558	147.009
Parcela não circulante	33.195	47.557	662.952	688.997
Total	**33.711**	**47.557**	**862.510**	**836.006**

a. Provisão para contingências jurídicas: A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e demandas administrativas perante tribunais e órgãos governamentais de natureza civil, trabalhista e tributária, decorrentes do curso normal de seus negócios. **b. Provisão para garantia após entrega do empreendimento:** O montante da provisão para garantia representa a expectativa com possíveis gastos para manutenção de itens aplicados na construção dos empreendimentos entregues aos clientes da Companhia. **c. Provisão para multa por atraso na entrega do empreendimento:** O montante da provisão considera a expectativa com possíveis gastos por multas contratuais a clientes que tiveram suas unidades entregues após prazo contratual definido no momento inicial da venda.

19. Patrimônio líquido - a. Capital social: O capital social da Companhia, líquido das despesas com captação (R$ 52.308), está representado em 31 de dezembro de 2023, por 77.786.471 (setenta e sete milhões, setecentos e oitenta e seis mil, quatrocentos e setenta e uma) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, no valor total de R$ 6.142.728. **b. Ações em tesouraria:** São decorrentes das ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, emitidas por aumento do capital, totalmente subscritos e integralizados. As ações são mantidas em tesouraria até que os correspondentes credores omissos compareçam e forneçam as informações necessárias à Companhia para possibilitar a correspondente entrega das ações. **c. Lucro ou prejuízo por ação:** A seguir estão reconciliados os lucros ou prejuízos e a média ponderada das ações em circulação com os montantes usados para calcular o prejuízo por ação básico e diluído.

	Controladora e Consolidado 31/12/23	Controladora e Consolidado 31/12/22
Lucro (Prejuízo) por ação básico		
Lucro (Prejuízo) do período disponível para as ações ordinárias	1.124.493	(78.438)
Média ponderada das ações ordinárias em circulação	11.393	104.241
Lucro (Prejuízo) por ação (em R$) - básico	**98,70034**	**(0,75247)**
Lucro (Prejuízo) por ação diluído		
Lucro (Prejuízo) do período disponível para as ações ordinárias	1.124.493	(78.438)
Média ponderada das ações ordinárias em circulação	11.393	104.241
Lucro (Prejuízo) por ação (em R$) - diluído	**98,70034**	**(0,75247)**

20. Instrumentos financeiros - Adoção inicial do CPC 48 sobre Instrumentos financeiros: O CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros inclui novas regras referente a classificação e mensuração de ativos financeiros, redução ao valor recuperável e os novos princípios de contabilização de hedge. Na avaliação efetuada pela Companhia tais efeitos não são significativos nas nas demonstrações financeias. A Companhia não possui operações de hedge em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022. **a. Considerações sobre riscos em instrumentos financeiros: Risco de taxas de juros:** a Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes. **Análise de sensibilidade:** Conforme requerido pela Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia e suas controladas devem apresentar uma análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual ela esteja exposta na data de encerramento de cada exercício. Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia está exposta, na data-base de 31 de dezembro de 2023, foram definidos três cenários diferentes. Com base nos valores da TR, CDI e do IPCA vigentes em 31 de dezembro de 2023, foi definido o cenário provável para os próximos 12 meses e, a partir deste, calculadas as variações de 25% e 50% sobre CDI, TR e IPCA.

Operação	Risco	Risco sobre saldo em 31/12/2023	Cenário: Provável I	Cenário 25%	Cenário 50%
		385.021			
Taxa sujeita à variação	TR/ Juros + C. Monetária	333.998	42.036	52.545	63.054
Taxa sujeita à variação	TR/ Juros + C. Monetária	39.656	3.765	4.706	5.647
Taxa sujeita à variação	IPCA	11.367	1.263	1.579	1.895
Encargos financeiros projetados			**47.064**	**58.830**	**70.596**
Debêntures		**33.881**			
Taxa sujeita à variação	TR/ Juros + C. Monetária	3.381	445	556	667
Taxa sujeita à variação	TR/ Juros + C. Monetária	30.500	2.755	3.574	4.289
Encargos financeiros projetados			**3.200**	**4.130**	**4.956**

Gestão de capital: A gestão de capital é realizada para a manutenção de recursos em caixa compatíveis com as necessidades de desembolso para cobrir as obrigações, em consonância com o plano de negócios da Companhia. A Companhia administra o capital por meio de quocientes de alavancagem, que é a dívida líquida, menos dívidas para o apoio à produção, dividida pelo patrimônio consolidado. A Companhia inclui na dívida líquida os empréstimos e os financiamentos, exceto aqueles destinados ao financiamento/apoio à produção, concedidos nas condições do SFH, subtraindo caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. **Risco de liquidez:** A Companhia gerencia o risco de liquidez efetuando planejamento de fluxo de caixa e revisando mensalmente suas projeções de acordo com os fluxos realizados buscando sempre aumentar a assertividade e revalidação dos fluxos. **Risco cambial:** Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possuía dívidas ou valores a receber denominados em moeda estrangeira. Adicionalmente, nenhum dos custos relevantes da Companhia é denominado em moeda estrangeira. **Risco de crédito:** É o risco da contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com o cliente, o que pode levar a um prejuízo financeiro.

21. Gerenciamento de risco de negócio - A Companhia voltou a aplicar sua política de gerenciamento de risco de negócio no decorrer da implementação do seu plano de recuperação judicial. A política de gerenciamento de risco de negócio da Companhia compreende: a. Implementação do sistema de controle de risco; b. Sistema de controle de risco; c. Controle do risco de perdas; d. Controle da exposição máxima de caixa; e. Atuação em mercado com liquidez; f. Riscos operacionais.

22. Cobertura de seguros - A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices estão em vigor, e os prêmios foram devidamente pagos.

23. Pagamento baseado em ações - Segue a movimentação das opções de compras de ações da Companhia e percentual de diluição, dos atuais beneficiários, em caso de exercício integral das opções outorgadas:

ILP - Saldo das outorgas emitidas	3º emissão	Total ações em circulação	% Diluição apurado [1]
Saldo a exercer em 31/12/2021	**172.606**	**56.133.457**	**0,307%**
Saldo a exercer em 31/12/2022	**172.606**	**322.186.437**	**0,054%**
Grupamento de ações 100/1 - 02/2023	(170.880)	-	-
Saldo a exercer em 31/12/2023	**1.726**	**77.786.471**	**0,002%**

[1] Número de outorgas de ações a exercer + ações em circulação sobre total de ações em circulação

24. Informações por segmento - A Companhia revisou a forma de avaliação e resultados de seus negócios, de venda de unidades e prestação de serviços, entendendo que sua recente unidade de negócio de serviços não apresentou resultados relevantes que contribuíssem para apresentação das informações segregadas, por segmento, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

25. Receita operacional líquida - Segue a abertura da receita operacional líquida da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

	Controladora 31/12/23	Controladora 31/12/22	Consolidado 31/12/23	Consolidado 31/12/22
Vendas imobiliárias	89	714	94.000	206.172
(+/-) Provisão ou reversão de distratos	434	435	73.401	76.605
(-) Distratos incorridos	(434)	-	(73.132)	(143.816)
Receita de vendas imobiliárias	**89**	**1.149**	**94.269**	**138.961**
Outras receitas operacionais	4	-	6.777	1.951
Receita bruta	**93**	**1.149**	**101.046**	**140.912**
Deduções da receita	**(7)**	**(26)**	**(9.299)**	**(21.594)**
(-) Impostos (correntes e diferidos)	(7)	(25)	(32)	(3.479)
(-) Cancelamentos e descontos	-	(1)	(9.267)	(18.115)
Receita operacional líquida	**86**	**1.123**	**91.747**	**119.318**

26. Custos das unidades vendidas - Segue a abertura dos custos dos imóveis vendidos da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

	Controladora 31/12/23	Controladora 31/12/22	Consolidado 31/12/23	Consolidado 31/12/22
Custos das unidades vendidas	(40)	(901)	(50.329)	(125.590)
(+) Distratos incorridos	120	-	28.572	73.000
(+/-) Ajustes da provisão para distratos	(120)	(124)	(28.769)	(32.320)
Custo de vendas imobiliárias	**(40)**	**(1.025)**	**(50.526)**	**(84.910)**
Encargos (capitalizados) revertidos (Nota 6)	4	(58)	(2.800)	(3.021)
Custo dos imóveis vendidos	**(36)**	**(1.083)**	**(53.326)**	**(87.931)**

27. Despesas de vendas

	Controladora 31/12/23	Controladora 31/12/22	Consolidado 31/12/23	Consolidado 31/12/22
Propaganda, publicidade e demais	(420)	(838)	(2.913)	(2.836)
Comissões e premiações sobre vendas	(10)	-	(952)	(435)
Estande de vendas	-	-	(389)	(1)
Despesas com unidades prontas	(319)	(235)	(35.607)	(38.485)
Total	**(749)**	**(1.073)**	**(39.861)**	**(41.757)**

28. Despesas administrativas

	Controladora 31/12/23	Controladora 31/12/22	Consolidado 31/12/23	Consolidado 31/12/22
Salários, encargos e benefícios	-	-	(30.432)	(25.984)
Honorários da administração	(9.349)	(8.065)	(9.349)	(8.065)
Participação nos resultados	-	-	(2.924)	(2.566)
Salários e encargos	**(9.349)**	**(8.065)**	**(42.705)**	**(36.615)**
Honorários advocatícios e despesas judiciais	(7.167)	(1.295)	(7.827)	(1.368)
Manutenção de informática	(3.046)	(4.662)	(5.988)	(7.429)
Consultoria	(4.847)	(5.044)	(5.660)	(6.011)
Outros serviços	(59)	(6)	(619)	(690)
Prestação de Serviços	**(15.119)**	**(11.007)**	**(20.094)**	**(15.498)**
Viagens	(12)	(1)	(228)	(238)
Telecomunicações e internet	(30)	(25)	(50)	(26)
Aluguel e reforma de imóveis	(351)	(265)	(869)	(1.266)
Outras despesas	(3.232)	(4.537)	(4.391)	(5.491)
Outras despesas administrativas	**(3.625)**	**(4.828)**	**(5.538)**	**(7.021)**
Total	**(28.093)**	**(23.900)**	**(68.337)**	**(59.134)**

29. Outras despesas (receitas) operacionais, líquidas - Os ajustes registrados nesta rubrica tiveram como contrapartida as seguintes linhas patrimoniais nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	Controladora 31/12/23	Controladora 31/12/22	Consolidado 31/12/23	Consolidado 31/12/22
Disponibilidades	-	(637)	(833)	(498)
Contas a receber de clientes	189	(3.118)	29.585	28.651
Estoques [1]	(841)	(464)	(322.826)	11.716
Partes relacionadas	(1.237)	6.270	(22.800)	25.541
Outros créditos	11	166	4.214	1.601
Investimentos	-	(2.618)	1.499	2.929
Fornecedores a pagar	16.675	(3.883)	14.785	6.869
Impostos	(1.231)	10	(5.080)	1.470
Provisões/ reversões				
. Contingências jurídicas	6.522	(11.953)	(31.234)	1.919
. Multa por atraso de obra	-	-	(24.410)	(22.659)
Outras obrigações	(216)	(45.110)	8.883	(9.584)
Demais contas patrimoniais [2]	(113.813)	9.171	(113.229)	(38.147)
Total	**(93.941)**	**(52.166)**	**(461.446)**	**9.808**

[1] Contém, no consolidado de 2023, a provisão de perda sobre ativos das obras paralisadas, no montante de R$ 279.128. [2] Contem em 2023 despesas com reestruturação de dívida e processos judiciais, habilitados na RJ.

30. Resultado financeiro

	Controladora 31/12/23	Controladora 31/12/22	Consolidado 31/12/23	Consolidado 31/12/22
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicações financeiras	49	60	9.317	9.544
Variação monetária, juros e multas	2.477	675	16.782	4.807
Ajuste a valor justo (AVJ) [1]	17.412	224.972	17.412	224.972
Reversão líquida de juros *	1.311.341	-	1.311.341	-
Outras receitas financeiras [3]	19.957	354.792	72.464	357.945
	1.351.236	**580.499**	**1.427.316**	**597.268**
Despesas financeiras				
Juros de empréstimos	(255.254)	(342.417)	(490.848)	(472.032)
Despesas bancárias	(1)	(3)	(140)	(1.510)
Outras despesas financeiras [2]	(471)	(385)	(61.714)	(33.050)
Reversão líquida de juros *	544.367	-	544.367	-
Encargos sobre a dívida de RJ	(131.642)	(158.607)	(131.642)	(158.607)
Total de despesas financeiras	**156.999**	**(501.412)**	**(139.977)**	**(665.199)**
Ajuste de encargos na provisão de distratos (IFRS15)	7	-	5.426	3.133
AVJ sobre estimativa de habilitação RJ *	735.719	-	735.719	-
Ajuste a valor justo (AVJ) [1]	(254.453)	(297.488)	(254.453)	(297.488)
	638.272	**(798.900)**	**346.715**	**(959.554)**
Total do resultado financeiro	**1.989.508**	**(218.401)**	**1.774.031**	**(362.286)**

[1] Originário de novas habilitações/reversões de credores; [2] Contêm R$ 113.192, no consolidado, referente a efeitos de renegociações e distratos com clientes; [3] Contêm R$ 88.645, no consolidado, referente a renegociação com habilitação na RJ; * Efeito da reversão de encargos e AVJ na estimativa de habilitação de dívidas para RJ.

31. Transações que não afetaram o caixa

	Controladora 31/12/23	Controladora 31/12/22	Consolidado 31/12/23	Consolidado 31/12/22
Atividades Operacionais				
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	54.044	(1.722)	54.044	(1.704)
Contas a receber	-	-	(1.013)	-
Estoque de imóveis a comercializar	-	-	(7.614)	(3.458)
Conta corrente com parceiros nos empreendimentos	750.945	577.173	18.842	-
Adiantamentos de clientes	-	-	(3.200)	-
Obrigações fiscais e trabalhistas	-	-	-	-
Obrigações com credores do plano de recuperação judicial	300.432	152.083	300.432	114.717
Outras obrigações	18.609	194.223	18.609	265.113
	1.124.030	**921.757**	**380.100**	**374.668**
Caixa Líquido Atividades de Investimento				
(Aumento) de Part. em Coligadas e Controladas	-	(538.233)	(18.842)	-
	-	**(538.233)**	**(18.842)**	**-**
Atividades de financiamento				
Empréstimos e financiamentos	(685.546)	-	77.226	8.856
Aumento de capital social	(438.484)	(383.524)	(438.484)	(383.524)
	(1.124.030)	**(383.524)**	**(361.258)**	**(374.668)**
	(1.124.030)	**(921.757)**	**(380.100)**	**(374.668)**
Reconciliação com os eventos não caixa:				
Pagamento a credores concursais com dação de ativos	(10.814)	-	(10.814)	-
Amortização de SFH e outras obrigações com dação de ativos	-	-	(1.013)	-
Aumento de capital com capitalização de créditos concursais	438.484	383.524	438.484	383.524
Reclassificação contingências x RJ	18.609	1.408	18.609	38.774
Ajustes entre dívidas extraconcursal e concurrsal	645.832	(10.264)	(84.008)	(47.630)
Redução de Part. em Coligadas e Controladas	-	538.233	18.842	-
Cessão de dívida com partes relacionadas	31.919	8.856	-	-
Total	**1.124.030**	**921.757**	**380.100**	**374.668**

32. Auditores independentes - A Companhia informa que celebrou contrato de prestação de serviços de auditoria independente com a Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. ("GT"), para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados à suas demonstrações financeiras anuais individuais e consolidadas e revisões das suas Informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, a partir do primeiro trimestre de 2023.

33. Outras informações - A Companhia possui no seu estatuto social, no capítulo VIII e artigo 39, a definição quanto a conflitos comerciais.

34. Eventos subsequentes - 1. Em 06.02.2024, a 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça de São Paulo **negou provimento**, de três credores, relatados e discutidos nos autos de Apelação Cível nº 1016422-34.2017.8.26.0100, da Comarca de São Paulo. Destacamos a seguir o tema relacionado a credores extraconcursais: "........ Como disto, o MM. Sentenciante limitou-se a reproduz **a orientação jurisprudencial** nos casos análogos à presente recuperação judicial. Quer dizer, na hipótese em que os credores extraconcursais que pretendem abrir mão da extraconcursalidade de seu crédito para receber como credores concursais, poderão requerer a respectiva conversão; e, nos casos em que o fato gerador é anterior ao pedido recuperacional, **deverão se submeter às regras do plano de Recuperação Judicial**, exatamente nos moldes fixados na Lei n. 11.101/2005. ..." **2.** Em 30 de janeiro de 2024, foi encerrado o prazo de apresentação de proposta, fechada, para aquisição das Unidades Produtivas Isoladas (UPIs), conforme oferta pública de alienação judicial, publicada pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em 11 de dezembro de 2023. A oferta, em 30 de janeiro de 2024, não teve interessados e o processo competitivo para alienação de UPI foi homologado. Com a homologação foi determinada, pelo juiz, a expedição das cartas de arrematação onde as unidades serão averbadas em nome do credor. A operação realizada representará a amortização de R$ 70,5 milhões no cluster da CEF (Classe II -opção A1), por meio da dação de 315 unidades imobiliárias.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Natália Maria Fernandes Pires - Presidente do Conselho de Administração
Luiz Gustavo Figueiredo Pereira da Silva - Vice-Presidente do Conselho de Administração
Augusto Alves dos Reis Neto - Membro Efetivo do Conselho de Administração

DIRETORIA

Augusto Alves dos Reis Neto
Diretor Presidente/Diretor Vice-Presidente Financeiro e Diretor de Relações com Investidores
Roberto Giarelli - Diretor sem Designação Específica

CONTADOR

Sergio Gonzaga Lima - CRC 1SP 348221/O-4

PARECER DO CONSELHO FISCAL RESUMIDO

O Conselho Fiscal da PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações, no uso das suas atribuições legais, em reunião realizada em 26 de março de 2024, analisou o Relatório da Administração, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Com base nos exames efetuados e nos esclarecimentos prestados pela Administração e pelos auditores independentes (Grant Thornton Auditores Independentes Ltda), o Conselho Fiscal, por unanimidade de votos aprovou e concluiu que o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas devem ser submetidos e apreciados pelo Conselho de Administração da Companhia.

RELATÓRIO RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA NÃO ESTATUTÁRIO - ANO BASE 2023

PDG Reality S.A. Empreendimentos e Participações - **Introdução:** O Comitê de Auditoria Não Estatutário (Comitê ou CAI) da PDG Reality S.A. Empreendimentos e Participações (PDG ou Companhia) foi criado em 27 de abril de 2022, e vem exercendo e aprimorando suas funções desde então. De acordo com o que estabelece o seu Regimento Interno, aprovado pelo Conselho de Administração (CA) em 27 de abril de 2022, compete ao Comitê assessorar, instruir e aconselhar o CA sobre a qualidade das demonstrações financeiras e dos controles internos, visando a confiabilidade e integridade das informações para proteger a Companhia e todas as partes interessadas. Os membros do Comitê de Auditoria Não Estatutário da PDG Reality S.A. Empreendimentos e Participações, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regimento Interno do Comitê de Auditoria, procederam em 25 de março de 2024 à avaliação e análise das Demonstrações Financeiras, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e do relatório anual da Administração relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e, considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pela auditoria externa Grant Thornton Auditores Independentes Ltda., opinam, que esses documentos estão em condições de serem submetidos para apreciação do Conselho de Administração da Companhia e posterior encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas para deliberação, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

São Paulo, 25 de março de 2024.

Valdir Augusto de Assunção - Coordenador do Comitê de Auditoria; **Luiz Gustavo Figueiredo Pereira da Silva -** Membro do Comitê de Auditoria e do Conselho de Administração; **Wagner Brilhante -** Membro do Comitê de Auditoria.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 27 DA RESOLUÇÃO CVM nº 80/2022. Declaramos, na qualidade de diretores da PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Dr. Cardoso de Melo, n° 1.855, 6º andar, CEP 04548-005, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.950.811/0001-89 (Companhia), nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que revimos, discutimos e concordamos com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

São Paulo, 27 de março de 2024.

Augusto Alves dos Reis Neto - Diretor Presidente / Diretor Vice-Presidente Financeiro / Diretor de Relação com investidores; **Roberto Giarelli -** Diretor sem Designação Específica.

PDG COMPANHIA SECURITIZADORA

Companhia Aberta
CNPJ/MF 09.538.973/0001-53

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023

www.pdg.com.br

AVISO - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS EM ATENDIMENTO AO PARECER DE ORIENTAÇÃO CVM Nº 39, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2021

As demonstrações financeiras individuais a seguir são demonstrações financeiras resumidas, exceto se não evidenciadas desta forma, e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório da administração e relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: a) https://valor.globo.com; b) https://ri.pdg.com.br; c) https://www.gov.br/cvm/pt-br; d) https://www.b3.com.br/pt_br/

BALANÇOS PATRIMONIAIS RESUMIDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (EM MILHARES DE REAIS - R$)

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Ativo	Nota	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	2
Contas a receber	5.a	696	1.705
Tributos correntes a recuperar		185	717
Outros créditos		1.687	693
Total circulante		**2.568**	**3.117**
Não circulante			
Contas a receber em operações securitizadas	5.b	55.388	54.861
Imobilizado	7	11	18
Total não circulante		**55.399**	**54.879**
Total do ativo		**57.967**	**57.996**
Passivo e patrimônio líquido	**Nota**	**2023**	**2022**
Circulante			
Obrigações fiscais e trabalhistas		152	2
Fornecedores		504	1.731
Outras obrigações		9	8
Total do circulante		**665**	**1.741**
Não circulante			
Partes relacionadas	5.b	1.682	694
Contas a pagar em operações securitizadas	5.b	21.194	21.128
Provisões para contingências	7	39	39
Outras obrigações		4	11
Total do não circulante		**22.919**	**21.872**
Patrimônio líquido			
Capital social	9.a	37.380	37.380
Prejuízos acumulados		(2.997)	(2.997)
Total do patrimônio líquido		**34.383**	**34.383**
Total do passivo e patrimônio líquido		**57.967**	**57.996**

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

	Nota	2023	2022
Receita operacional líquida	11	691	-
Custos dos serviços prestados	12	(70)	-
Resultado bruto		**621**	-
Despesas e receitas operacionais			
Despesas gerais e administrativas		(78)	(201)
Despesas tributárias		(4)	(10)
Depreciações/ amortizações		(9)	(9)
Outras despesas/receitas operacionais		(406)	(153)
	13	(497)	(373)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		**124**	**(373)**
Receitas e despesas financeiras			
Receitas financeiras		25	65
Despesas financeiras		(1)	(3)
	14	24	62
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		**148**	**(311)**
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	8	(148)	-
		(148)	
Prejuízo do exercício		-	**(311)**
Quantidade de ações (em milhares)	9.c	36.292	36.292
Prejuízo por Ação (básico e diluído)		-	**(0,00857)**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

	2023	2022
Prejuízo do exercício	-	(311)
Total dos resultados abrangentes dos exercícios	-	**(311)**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)

	2023	2022
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	**148**	**(311)**
Provisão para contingências	-	1
Depreciação e Amortização	9	9
Outros	536	137
	693	**(164)**
Variações nos ativos e passivos		
Impostos a recuperar	483	308
Contas a receber em operações securitizadas	(527)	(600)
Obrigações fiscais e trabalhistas	(77)	(83)
Débitos com partes relacionadas	988	-
Contas a receber	1.009	-
Fornecedores	(1.227)	198
Contas a pagar em operações securitizadas	66	316
Outras movimentações	(1.408)	49
	(693)	**188**
Fluxo de caixa das atividades operacionais	-	**24**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Imobilizado	(2)	(24)
	(2)	**(24)**
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes	**(2)**	-
Saldos de caixa e equivalentes:		
No início do exercício	2	2
No final do exercício	-	2
Variação líquida do caixa no período	**(2)**	-

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

	2023	2022
Receitas		
Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	696	-
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	(70)	-
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	(78)	(201)
Outras	(406)	(153)
	(554)	**(354)**
Valor adicionado líquido produzido	**142**	**(354)**
Retenções		
Depreciação e Amortização	(9)	(9)
	(9)	**(9)**
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	25	65
Valor adicionado total a distribuir	**158**	**(298)**
Distribuição do valor adicionado		
Impostos, Taxas e Contribuições		
Impostos Federais	157	10
	157	**10**
Remuneração de Capital de Terceiros		
Despesas Bancárias	1	3
	1	**3**
Remuneração de Capital Próprio		
Prejuízo do exercício	-	(311)
Distribuição do valor adicionado	**158**	**(298)**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital Social Integralizado	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 2021	**37.380**	**(2.686)**	**34.694**
Prejuízo do exercício	-	(311)	(311)
Saldos em 2022	**37.380**	**(2.997)**	**34.383**
Prejuízo do exercício	-	-	-
Saldos em 2023	**37.380**	**(2.997)**	**34.383**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

1. Contexto operacional: a. Informações gerais: A sede social da PDG Companhia Securitizadora ("Companhia") está localizada na Avenida Doutor Cardoso de Melo, nº 1.855, 6º andar - na Cidade e Estado de São Paulo. A Companhia opera substancialmente com certificados de recebíveis de controladas de sua controladora integral, a PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações ("PDG"). **b. *Recuperação judicial:*** O plano de Recuperação Judicial ("RJ") da Companhia foi aprovado em 30 de novembro de 2017, homologado em 06 de dezembro de 2017, perante 1ª Vara de F. e Recuperações Judiciais, e encerrado em 14 de outubro de 2021, cumprindo ao disposto no artigo 157, 64º, da Lei nº 6.404/76. A Companhia informou aos acionistas e ao mercado que, naquela data, o Juiz da 1ª Vara de F. e Recuperações Judiciais proferiu sentença de encerramento do processo de recuperação judicial do Grupo (PDG). **c. *Continuidade operacional:*** A continuidade das operações da Companhia conforme inicialmente exposto nos autos do plano de RJ e comprovadamente mantida desde sua proposta, demonstra que o Grupo (PDG) reúne condições para superação da crise econômico-financeira vivenciada, sendo que a RJ se inseriu no contexto de uma série de medidas para buscar nosso efetivo soerguimento. **2. Apresentação das Demonstrações Financeiras e principais políticas contábeis:** As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório da administração e relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: a) https://valor.globo.com; b) https://ri.pdg.com.br; c) https://www.gov.br/cvm/pt-br; d) https://www.b3.com.br/pt_br/. **2.1. Base de preparação e apresentação:** As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o pressuposto da continuidade operacional da Companhia. Foi utilizado como base de valor o custo histórico. Consequentemente, as demonstrações financeiras foram preparadas utilizando-se políticas contábeis aplicáveis às empresas com continuidade de operação ("on a going-concern basis"), as quais não consideram quaisquer ajustes decorrentes de incertezas sobre a sua capacidade de operar de forma continuada. As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 27 de março de 2024. **2.2. Patrimônio Separado: Resolução CVM nº 60 - Regime dos certificados de recebíveis do agronegócio e recebíveis imobiliários:** A resolução normativa CMN nº 60 dispõe sobre as companhias securitizadoras de direitos creditórios registradas na CVM e revoga, entre outras, as Instruções CVM nº 414, de 30 de dezembro de 2004, entrando em vigor a partir do final do quarto trimestre de 2022. Esta resolução dispõe sobre a regulamentação de emissões públicas de títulos de securitização, apresentando mudanças significativas relativas ao aspectos que compõe o patrimônio separado, a nova norma muda o mercado de securitização ao passo que, além de dispor sobre um regime próprio e específico para as atividades das companhias securitizadoras, consolida em uma única norma as regras aplicáveis aos certificados de recebíveis imobiliários - CRI e aos certificados de recebíveis do agronegócio - CRA. Nesse contexto, destacamos o art. Art. 50 - § 1º dessa Resolução que, descreve que cada patrimônio separado é considerado uma entidade que reporta informações para fins de elaboração de demonstrações financeiras individuais, desde que a companhia securitizadora não tenha que consolidá-lo em suas demonstrações, conforme normas contábeis aplicáveis às sociedades anônimas. **3. Principais políticas contábeis: 3.1. Pronunciamentos contábeis novos ou revisados e seus impactos: *a. Já aplicáveis em 2023:*** O Grupo (PDG) observou certas normas e alterações que estavam válidas para exercícios anuais iniciados em 1º de janeiro de 2023 ou após. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estejam vigentes. As principais alterações foram relacionadas ao ciclo de melhorias nos pronunciamentos: • IFRS 17 - Contrato de Seguro; • Alterações equivalentes a revisão 20 do CPC: • IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante; • IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis; • IAS 8: Definição de estimativas contábeis; • IAS 12: Tributos diferidos sobre Ativos e Passivos originados de uma única transação. Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras do Grupo (PDG). ***b. Novos pronunciamentos emitidos e ainda não adotados:*** A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. Na opinião, preliminar da Administração, estas alterações não trarão impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido da Companhia. As normas e interpretações emitidas, mas não ainda em vigor até a data das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir: • CPC 02 (IAS 21) - Efeito das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis; • CPC 03/IAS 7 e CPC 40/IFRS 7 - Acordos de financiamento de fornecedores (Risco Sacado); • CPC 06 (IFRS 16) - Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback; • CPC 26 (IAS 1) e CPC 23 (IAS 8) - Classificação do passivo em circulante ou não circulante e passivo não circulante com covenants; • CPC 36 e CPC 18 (IFRS 10 e IAS 28) - Venda ou contribuição de ativos entre um Investidor e sua associada ou joint venture. **4. Caixa e equivalentes de caixa:** Referem-se a saldos bancários e aplicações financeiras.

	2023	2022
Aplicações financeiras	-	2
Total	-	**2**

5. Operações com partes relacionadas: Os valores são assim demonstrados:

	2023	2022
Ativo		
Contas a receber (5.a)	696	1.705
Contas a receber em operações securitizadas (5.b)	55.388	54.861
	56.084	**56.566**
Passivo		
Assunção de dívidas a pagar (5.b)	1.682	694
Contas a pagar em operações securitizadas (5.b)	21.194	21.128
	22.876	**21.822**
Total	**33.208**	**34.744**

6. Imobilizado: Direito de uso: A Companhia possui arrendamento do seu escritório sede como único elemento elegível à norma IFRS 16 (Direito de uso nos contratos de arrendamento), com prazo de 03 anos, iniciados em 20 de outubro de 2021, e atualização monetária anual pela variação positiva do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo. Os arrendamentos especificados na norma foram registrados como Ativo: Direito de uso ao valor presente, gerando inicialmente um aumento do ativo e passivo, bem como uma despesa mensal de amortização desde bem, juntamente com a despesa de juros. **7. Contingências Jurídicas:** A Companhia é parte em ações judiciais perante tribunais de natureza trabalhista, fiscal e cível, decorrentes do curso normal de seus negócios.

Natureza - Perda Provável	2023	2022
Fiscal	39	39
Total	**39**	**39**
Parcela não circulante	39	39
Total	**39**	**39**

8. Imposto de renda e contribuição social: Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou lucro tributável para imposto de renda e contribuição social, no montante de R$ 506. (em 2022, não apresentou lucro tributável). **9. Patrimônio líquido: a. Capital social:** Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social totalmente subscrito e integralizado, era de R$ 37.380. O capital social está representado por 36.292.213 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R$1,00 (hum Real). **b. Dividendos mínimos obrigatórios e destinação do lucro líquido do exercício:** De acordo com o estatuto social da Companhia o lucro líquido do exercício, quando disponível, após a dedução de participação dos administradores até o limite máximo legal e após a compensação de eventuais prejuízos acumulados, tem a seguinte destinação: (i) 5% para a reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado; e (ii) 25% do saldo remanescente para pagamento de dividendos obrigatórios. **c. Resultado por ação:** A seguir estão reconciliados os lucros ou prejuízos e a média ponderada das ações em circulação com os montantes usados para calcular o prejuízo por ação básico e diluído.

	2023	2022
Prejuízo por Ação básico		
Prejuízo disponível para as ações ordinárias	-	(311)
Média ponderada das ações ordinárias em circulação	36.292	36.292
Prejuízo do exercício por ação (em R$) - básico	-	**(0,00857)**

	2023	2022
Prejuízo por Ação diluído		
Prejuízo disponível para as ações ordinárias	-	(311)
Média ponderada das ações ordinárias em circulação	36.292	36.292
Prejuízo do período por ação (em R$) - diluído	-	**(0,00857)**

10. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos: Análise dos instrumentos financeiros: A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Companhia não operou com derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. Em atendimento ao disposto na Instrução Normativa CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia confirma não estar exposta a instrumentos financeiros não evidenciados nas suas demonstrações financeiras.

11. Receita operacional líquida:

	2023	2022
Receita bruta de serviços prestados	696	-
(-) Deduções da receita	(5)	-
Resultado bruto	**691**	-

12. Custos dos serviços prestados:

	2023	2022
Serviços de terceiros	(69)	-
Aluguel e condomínio	(1)	-
Total	**(70)**	-

13. Despesas operacionais:

	2023	2022
Gastos com publicação	(14)	(15)
Outras despesas administrativas	(64)	(186)
	(78)	**(201)**
Despesas tributárias	(4)	(10)
Depreciação/ amortização	(9)	(9)
Outras receitas e despesas¹	(406)	(153)
	(419)	**(172)**
Total	**(497)**	**(373)**

¹ Conforme R$ 185 referente a baixa de créditos tributários prescritos; R$ 186 referente a baixa de valores bloqueados judicialmente.

14. Resultado financeiro:

	2023	2022
Receitas Financeiras		
Variação monetária, juros e multas	25	65
	25	**65**
Despesas Financeiras		
Despesas bancárias	(1)	(3)
	(1)	**(3)**
Total	**24**	**62**

15. Cobertura de seguros: A Companhia não possui seguros contratados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. **16. Auditores independentes:** A Companhia informa que celebrou contrato de prestação de serviços de auditoria independente com a Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. ("GT"), para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados à suas Demonstrações Financeiras anuais e revisões das suas informações contábeis intermediárias, a partir do primeiro trimestre de 2023. Não há outros serviços prestados em 2023 pela ("GT") à Companhia.

DECLARAÇÃO, RESUMIDA, DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaramos, na qualidade de diretores da PDG COMPANHIA SECURITIZADORA, nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que revimos, discutimos e concordamos com as Demonstrações Financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

São Paulo, 27 de março de 2024.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE RESUMIDO

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi divulgado pelos auditores independentes um parecer, sem modificações, com data de emissão em 27 de março de 2024. As demonstrações financeiras individuais foram auditadas pela Grant Thornton Auditores Independentes Ltda e estão à disposição, na íntegra, na sede da Companhia e nos seguintes endereços eletrônicos: a) https://valor.globo.com; b) https://ri.pdg.com.br; c) https://www.gov.br/cvm/pt-br; d) https://www.b3.com.br/pt_br/

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Renato Barboza - Presidente | **Caio Augusto Bento** - Vice-Presidente | **Augusto Alves dos Reis Neto** - Conselheiro

DIRETORIA

Augusto Alves dos Reis Neto - Diretor Presidente, Diretor de Relações com Investidores e Diretor de Securitização | **Roberto Giarelli** - Diretor de Compliance

CONTADOR

Sergio Gonzaga Lima - CRC 1SP 348221/O-4

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

CNPJ/MF nº 76.627.504/0001-06 - NIRE 41 3 0029559 0

Companhia Aberta

AVISO AOS ACIONISTAS

Em cumprimento ao disposto no artigo 133 da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores, a Administração da Inepar S.A. Indústria e Construções – Em Recuperação Judicial ("Companhia") comunica que os documentos a que se referem os incisos I a IV do referido artigo, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2023, encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas na sede da Companhia, na Alameda Dr. Carlos de Carvalho nº 373, Cjto. 1101, 11º Andar, Centro, Cep 80410-180, em Curitiba, Estado do Paraná. Curitiba, 29 de março de 2024. **A DIRETORIA**

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 113ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 14I0138240) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO EM 09 DE ABRIL DE 2024

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 113ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 113ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., celebrado em 29 de setembro de 2014 ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se em segunda convocação no dia **09 de abril de 2024**, às **11:00 horas**, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** A retenção, pela Emissora, do valor de até R$ 6.458,23 (seis mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais e vinte e três centavos) dos recursos integrantes do Patrimônio Separado ("Valor da Retenção"), a ser descontado da próxima parcela de amortização e Juros Remuneratórios ("PMT") a ser paga aos Titulares dos CRI em 15 de abril de 2024, conforme Fluxo de Amortização e Juros dos CRI constante do Anexo II ao Termo de Securitização, para fazer frente às despesas a serem incorridas pelo Patrimônio Separado com a contratação de escritório de advocacia especializado em modalidade *"Built to Suit"* ("Escritório"), que deverá elaborar parecer jurídico para compor a defesa dos interesses dos Titulares dos CRI no âmbito do procedimento de arbitragem contratual nº 27160/RLS, movido pela Vibra Energia S.A. junto à Corte Internacional de Arbitragem para discutir as condições contratuais do Contrato Atípico de Locação ("Procedimento Arbitral"), sendo certo que, caso aprovada a presente matéria, o Valor da Retenção, não pago aos Titulares dos CRI a título de PMT, será incorporado ao saldo devedor dos CRI. As propostas de honorários recebidas pela Emissora e que fundamentam o Valor da Retenção constam no Anexo II à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com), no website da CVM e que constarão como anexo à ata da Assembleia. A escolha do Escritório será feita pela Emissora, em observância aos seus deveres regulatórios e fiduciários e de defesa dos interesses dos Titulares dos CRI, sendo certo que a informação acerca de tal escolha será divulgada pela Emissora por meio de Comunicado ao Mercado; **(ii)** A concessão de prazo adicional de 90 (noventa) dias a contar da aprovação em Assembleia, para envio, pela Devedora à Emissora e ao Agente Fiduciário, dos documentos constantes na lista, que constará como Anexo III à Proposta de Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM, e que constará também como anexo à ata da Assembleia ("Documentos Pendentes"); **(iii)** Caso aprovada a matéria constante no item (ii) da Ordem do Dia, e caso a Devedora não envie os Documentos Pendentes no prazo concedido, a autorização para que a Emissora realize o registro dos Documentos Pendentes, conforme o caso, com a consequente retenção dos recursos necessários para o registro, a ser descontado da PMT subsequente ao decurso do prazo indicado no item (ii) da Ordem do Dia; e **(iv)** A autorização para que a Emissora realize, sempre que necessário, a retenção dos recursos integrantes do Patrimônio Separado para fazer frente ao pagamento de custas, despesas e honorários a serem incorridos para a defesa dos interesses dos Titulares dos CRI no âmbito do Procedimento Arbitral, sendo certo que, caso aprovada a presente matéria, os valores retidos e não pagos aos Titulares dos CRI a título de PMT, serão incorporados ao saldo devedor dos CRI, e as retenções serão previamente comunicadas, com 5 (cinco) dias de antecedência, aos Titulares dos CRI com cópia ao Agente Fiduciário, na forma da regulação vigente, mediante a realização de prestação de contas a ser elaborado pela Emissora, e divulgado em seu website (www.opeacapital.com) mensalmente. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 113ª Série da 1ª Emissão - IF 14I0138240), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direto de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos documentos da operação.

São Paulo, 01 de abril de 2024.

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

---

Varginha Energética S.A.

CNPJ nº 11.171.582/0001-95 - NIRE 35.300.499.964

Edital de Convocação para Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas da **Varginha Energética S.A.** ("Companhia"), na forma prevista no Art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), para se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária ("AGOE" ou "Assembleias") a serem realizadas no dia 10 de abril de 2024, às 16h00min de forma exclusivamente digital por meio da plataforma eletrônica *Microsoft Teams Meetings*, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias constantes das ordens do dia: **Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório de Administraçã e as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e **(ii)** aprovar a destinação do resultado apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. **Em Assembleia Geral Extraordinária: (i)** fixar o montante global anual da remuneração dos administradores. **Informações Gerais: 1.** Poderão participar da AGOE os Acionistas titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia, desde que estejam registrados no Livro de Registro de Ações e realizem solicitação de cadastramento pelo endereço eletrônico (corporategovernance@cpfl.com.br) com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência acompanhada dos seguintes documentos: (i) pessoa física - documento de identificação com foto; (ii) pessoa jurídica - cópia simples do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is). **2.** É facultado a qualquer Acionista constituir procurador para comparecer às AGOE e votar em seu nome. Na hipótese de representação, deverão ser apresentados os seguintes documentos pelo acionista por e-mail juntamente com os documentos para cadastramento prévio: (i) instrumento de mandato (procuração), com poderes especiais para representação nas AGOE; e (ii) indicação de endereço eletrônico para liberação de acesso e envio de instruções sobre utilização da plataforma. **3.** As procurações, nos termos do Parágrafo 1º, do Art. 126, da Lei das S.A., somente poderão ser outorgadas a pessoas que atendam, pelo menos, um dos seguintes requisitos: (i) ser acionista ou administrador da Companhia e (ii) ser advogado. **4.** As instruções para acesso e participação na AGOE serão oportunamente encaminhadas aos acionistas mediante conferência e regularidade dos documentos citados nos itens anteriores. **5.** Os acionistas que solicitarem e obtiverem senha para participação nas Assembleias deverão, para ter acesso à Plataforma Digital, confirmar eletronicamente que se comprometem a: (i) utilizar os convites individuais para acesso à Plataforma Digital única e exclusivamente para participação remota nas Assembleias; (ii) não transferir ou divulgar os convites individuais a qualquer terceiro (acionista ou não), sendo o convite intransferível; e (iii) não gravar ou reproduzir a qualquer terceiro (acionista ou não) o conteúdo ou qualquer informação transmitida por meio virtual durante a realização das Assembleias, sendo as Assembleias restrita aos acionistas participantes. **6.** Mais esclarecimentos acerca das matérias da ordem do dia, a serem deliberadas na AGOE, poderão ser solicitados diretamente à administração pelo e-mail corporategovernance@cpfl.com.br.

Campinas, 01 de abril de 2024

Francisco João Di Mase Galvão Junior - Diretor Executivo

COPA ENERGIA DISTRIBUIDORA DE GÁS S.A.

CNPJ/ME nº 03.237.583/0001-67 - NIRE 35.300.391.781

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 21/03/2024

1. Data, Hora e Local: Em 21/03/2024, às 17:30h, na sede social da **Copa Energia Distribuidora de Gás S.A.,** situada na cidade e Estado de SP, na Av. das Nações Unidas, 14.171, Torre C, 29º andar, cjs. 2901, 2902, 2903 e 2904, Condomínio Rochaverá Corporate *Towers,* CEP 04794-000 ("Companhia"). **2. Convocação e Presença:** Dispensada a publicação de anúncios de convocação, nos termos do art. 124,§4º, da Lei nº 6.404/76, conforme alterada de tempos em tempos ("Lei das S.A."), diante da presença dos acionistas representando 100% do capital social da Companhia, conforme assinaturas lançadas no Livro de Registro de Presença de Acionistas. Presentes os acionistas da Companhia em sua totalidade, administradores e representante do auditor independente. **3. Composição da Mesa:** Sr. Antonio Carlos Moreira Turqueto - *Presidente;* Sra. Bárbara Nogueira Gaspar - *Secretária.* **4. Ordem do Dia:** Deliberação acerca das ***(i)*** contas dos Administradores e Demonstrações Financeiras auditadas da Companhia, relativas ao exercício social findo em 31/12/2023, publicadas em 12/03/2024 no jornal "Valor Econômico"; ***(ii)*** respectiva destinação de resultados da Companhia; e ***(iii)*** remuneração global e anual dos administradores da Companhia. **5. Deliberações:** Colocadas as matérias em exame, foram aprovadas, por unanimidade de votos, sem quaisquer restrições e/ou ressalvas: ***(i)*** as contas da Administração, o Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Financeiras da Companhia, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2023, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente; ***(ii)*** a respectiva destinação de resultados da Companhia, tendo em vista o lucro líquido apurado no montante de R$ 523.273.606,42, da seguinte forma: **(a)** do saldo do lucro líquido apurado, destinar 5% desse lucro, equivalente a R$ 26.163.680,32, à Reserva Legal, nos termos do artigo 34, §1º, do Estatuto Social da Companhia; **(b)** 25% do lucro líquido ajustado, equivalente a R$ 143.813.014,35, ao pagamento de juros sobre capital próprio imputados aos dividendos mínimos obrigatórios, que após deduzido o valor relativo ao Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF"), na forma da legislação aplicável, resultou o montante líquido de R$ 122.241.062,19; **(c)** o valor de R$ 56.186.985,65 a título de juros sobre o capital próprio, imputados aos dividendos adicionais propostos, que após deduzido o IRRF, na forma da legislação aplicável, resultando o montante líquido de R$ 47.758.937,80; **(d)** o valor de R$ 8.015.230,86, à Reserva de Incentivos Fiscais, do qual, R$ 280.561,50 referente à recuperação das depreciações de investimentos em ativo imobilizado realizados e restituídos à Companhia a título de benefício fiscal denominado "Reinvestimento", e R$ 7.734.669,36 obtidos sobre Lucro da Exploração de atividade incentivada, ambos realizados pela Companhia em projetos implantados na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), de acordo com o disposto nos artigos 626 e 668 do Regulamento do Imposto de Renda (Decreto 9.580/2018) e artigo 195-A da Lei das S.A.; **(e)** o saldo remanescente, equivalente a R$ 289.096.338,31, à Reserva de Retenção de Lucros, nos termos do artigo 34, §3º, do Estatuto Social da Companhia, e do artigo 196 da Lei das S.A., e neste valor, inclui-se R$ 1.643,07, referente à parcela realizada da Reserva de Reavaliação de Ativos em Coligadas; e ***(iii)*** aprovado o montante de até R$ 13.518.221,65 como limite global da remuneração anual dos administradores da Companhia durante o exercício social de 2024. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso, e como ninguém solicitou a palavra, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos do dia. São Paulo, 21/03/2024. **Mesa:** Sr. Antonio Carlos Moreira Turqueto - *Presidente;* Sra. Bárbara Nogueira Gaspar - *Secretária.* **Acionistas: MS Administração e Participações S.A. -** p. Antonio Carlos Moreira Turqueto; e **ITAÚSA S.A.** p. Frederico de Souza Queiroz Pascowitch e Maria Fernanda Ribas Caramuru. Certifico e dou fé que esta ata é uma cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. **Mesa: Antonio Carlos Moreira Turqueto -** *Presidente da Mesa.* **Bárbara Nogueira Gaspar -** *Secretária da Mesa.* **JUCESP** - 1.071.253/24-4 em 26/03/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 69ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 12J0037879) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO EM 10 DE ABRIL DE 2024

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 69ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 69ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., celebrado em 29 de outubro de 2012, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se em segunda convocação no dia **10 de abril de 2024**, às **11:00 horas**, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** A retenção, pela Emissora, do valor de até R$ 443.541,77 (quatrocentos e quarenta e três mil, quinhentos e quarenta e um reais e setenta e sete centavos) dos recursos integrantes do Patrimônio Separado ("Valor da Retenção"), a ser descontado da próxima parcela de amortização e Juros Remuneratórios ("PMT") a ser paga aos Titulares dos CRI em 15 de abril de 2024, conforme Fluxo de Amortização e Juros dos CRI constante do Anexo II ao Termo de Securitização, para fazer frente às despesas a serem incorridas pelo Patrimônio Separado com a contratação de escritório de advocacia especializado em modalidade *"Built to Suit"* ("Escritório"), que deverá elaborar parecer jurídico para compor a defesa dos interesses dos Titulares dos CRI no âmbito do procedimento de arbitragem contratual nº 27160/RLS, movido pela Vibra Energia S.A. junto à Corte Internacional de Arbitragem para discutir as condições contratuais do Contrato Atípico de Locação ("Procedimento Arbitral"), sendo certo que, caso aprovada a presente matéria, o Valor da Retenção, não pago aos Titulares dos CRI a título de PMT, será incorporado ao saldo devedor dos CRI. As propostas de honorários recebidas pela Emissora e que fundamentam o Valor da Retenção constam no Anexo II à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com), no website da CVM e que constarão como anexo à ata da Assembleia. A escolha do Escritório será feita pela Emissora, em observância aos seus deveres regulatórios e fiduciários e de defesa dos interesses dos Titulares dos CRI, sendo certo que a informação acerca de tal escolha será divulgada pela Emissora por meio de Comunicado ao Mercado; **(ii)** A concessão de prazo adicional de 90 (noventa) dias a contar da aprovação em Assembleia, para envio, pela Devedora à Emissora e ao Agente Fiduciário, dos documentos constantes na lista, que constará como Anexo III à Proposta de Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM, e que constará também como anexo à ata da Assembleia ("Documentos Pendentes"); **(iii)** Caso aprovada a matéria constante no item (ii) da Ordem do Dia, e caso a Devedora não envie os Documentos Pendentes no prazo concedido, a autorização para que a Emissora realize o registro dos Documentos Pendentes, com a consequente retenção dos recursos necessários para o registro, a ser descontado da PMT subsequente ao decurso do prazo indicado no item (ii) da Ordem do Dia; e **(iv)** A autorização para que a Emissora realize, sempre que necessário, a retenção dos recursos integrantes do Patrimônio Separado para fazer frente ao pagamento de custas, despesas e honorários a serem incorridos para a defesa dos interesses dos Titulares dos CRI no âmbito do Procedimento Arbitral, sendo certo que, caso aprovada a presente matéria, os valores retidos e não pagos aos Titulares dos CRI a título de PMT, serão incorporados ao saldo devedor dos CRI, e as retenções serão previamente comunicadas, com 5 (cinco) dias de antecedência, aos Titulares dos CRI com cópia ao Agente Fiduciário, na forma da regulação vigente, mediante a realização de prestação de contas a ser elaborado pela Emissora, e divulgado em seu website (www.opeacapital.com) mensalmente. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 69ª Série da 1ª Emissão - IF 12J0037879), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direto de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos documentos da operação.

São Paulo, 01 de abril de 2024.

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

---

COPA ENERGIA DISTRIBUIDORA DE GÁS S.A.

CNPJ/MF nº 03.237.583/0001-67 - NIRE 35.300.391.781

Ata da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração Realizada em 08/03/2024

Data, Hora e Local: 08/03/2024, às 17h, na sede social da **Copa Energia Distribuidora de Gás S.A.** ("Companhia"), situada na cidade e estado de SP, na Av. das Nações Unidas, 14.171, Torre C, 29º andar, cjs. 2901, 2902, 2903 e 2904, Condomínio Rochaverá Corporate Tower, CEP 04794-000. **Composição da Mesa: *Presidente*: Sr. Antonio Carlos Moreira Turqueto** e ***Secretária*: Sra. Bárbara Nogueira Gaspar. Convocação:** Convocação realizada nos termos da Cláusula 17, caput e §3º do Estatuto Social da Companhia, bem como Cláusula 5.2.6 do Acordo de Acionistas da Companhia. **Presença:** Presente os seguintes membros, os Srs.: Antonio Carlos Moreira Turqueto, Lavinia Rocha de Hollanda, Jairo Eduardo Loureiro Filho, Alfredo Egydio Setubal e Vicente Furletti Assis. **Ordem do Dia: (i)** Matéria Deliberativa: Manifestação à submissão, em foro de Assembleia Geral Ordinária, para a deliberação acerca das Demonstrações Financeiras, do Relatório da Administração e da proposta de destinação do resultado do exercício social findo em 31.12.2023 da Companhia. **Deliberação:** Dado início aos trabalhos do dia, o Sr. Presidente declarou instalada a Reunião do Conselho de Administração da Companhia e colocou a matéria da Ordem do Dia para exame, discussão e deliberação, conforme indicado acima. Foi aprovada, pela unanimidade dos presentes, sem quaisquer restrições ou ressalvas, o quanto segue: a submissão, em foro de Assembleia Geral Ordinária, para a deliberação acerca das Demonstrações Financeiras, do Relatório da Administração e da proposta de destinação do resultado do exercício social findo em 31.12.2023 da Companhia, tendo o Conselho de Administração se manifestado a favor da aprovação, pelos acionistas da Companhia, do material em questão, nos termos de análise prévia pelo Comitê de Auditoria da Companhia em reunião de 27.02.2024, e parecer favorável emitido na ocasião. O material foi devidamente apresentado e rubricado por todos os presentes, e arquivado na sede da Companhia. **Encerramento:** Nada mais havendo tratar, o Sr. Presidente ofereceu palavra a quem dela quisesse fazer uso, e como ninguém solicitou a palavra, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos do dia. SP, 08/03/2024. Mesa: Sr. Antonio Carlos Moreira Turqueto - Presidente; Sra. Bárbara Nogueira Gaspar - Secretária. Conselheiros: Antonio Carlos Moreira Turqueto, Lavinia Rocha de Hollanda, Jairo Eduardo Loureiro Filho, Alfredo Egydio Setubal, Vicente Furletti Assis. Certifico e dou fé que esta ata é uma cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. **Mesa:** Antonio Carlos Moreira Turqueto - *Presidente;* Bárbara Nogueira Gaspar - *Secretária;* **JUCESP** - 1.070.557/24-9 em 26/03/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

PDG REALTY S.A. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES

Companhia aberta
CNPJ/MF nº 02.950.811/0001-89 - NIRE 35.300.158.954| Código CVM 2047-8

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2024

PDG REALTY S.A. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES, ("Companhia"), vem, nos termos do art. 124 da Lei nº 6.404/1976 ("Lei das S.A.") e dos arts. 4º a 6º da Resolução CVM nº 81/2022 ("RCVM 81"), convocar a Assembleia Geral Ordinária ("AGO") a ser realizada, em primeira convocação, em **30 de abril de 2024, às 11:00 horas, de forma exclusivamente digital**, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: **(i)** as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas das respectivas notas explicativas, do relatório dos auditores independentes, do parecer do Conselho Fiscal, do relatório anual resumido e do parecer do Comitê de Auditoria Não Estatutário, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; **(ii)** o relatório da administração e as contas dos administradores referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; **(iii)** a proposta da administração para a destinação dos resultados relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; **(iv)** a fixação do número de membros do Conselho de Administração da Companhia; **(v)** a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia; **(vi)** a caracterização dos conselheiros independentes, nos termos do artigo 17 do Regulamento do Novo Mercado; **(vii)** a instalação do Conselho Fiscal da Companhia; **(viii)** a fixação do número de membros do Conselho Fiscal da Companhia; **(ix)** a eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal da Companhia; e **(x)** a fixação da remuneração global anual dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal para o exercício de 2024. **A documentação e as informações relativas às matérias a serem deliberadas na AGO, incluindo a Proposta da Administração contendo também informações complementares relativas à participação na AGO e ao acesso por sistema eletrônico, estão à disposição dos acionistas na sede e na página eletrônica da Companhia (https://ri.pdg.com.br/), assim como nas páginas eletrônicas da CVM (https://www.gov.br/cvm) e da B3 (https://www.b3.com.br). Solicitação de Acesso à AGO:** Os acionistas interessados em participar da AGO por meio de sistema eletrônico de votação a distância deverão enviar e-mail para o endereço ri@pdg.com.br, com até, no máximo, 2 (dois) dias antes da data de realização da AGO, ou seja, **até 28 de abril de 2024**, manifestando seu interesse em participar da AGO dessa forma e solicitando o *link* de acesso ao sistema ("Solicitação de Acesso"). A Solicitação de Acesso deverá (i) conter a identificação do acionista e, se for o caso, de seu representante legal que comparecerá à AGO, incluindo seus nomes completos e seus respectivos CPF ou CNPJ, conforme o caso, e telefone e endereço de e-mail; e (ii) ser acompanhada dos documentos necessários para participação na AGO, conforme detalhado abaixo e na Proposta da Administração. Mediante a validação das informações constantes das Solicitações de Acesso recebidas, a Companhia encaminhará, até 24 horas antes da AGO, convites individuais de participação à cada acionista solicitante com as instruções para registro e acesso à plataforma digital utilizada para a realização da AGO. Caso o acionista não receba as instruções de acesso com até 24 horas de antecedência do horário de início da AGO, deverá entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores, por meio do e-mail ri@pdg.com.br, com até 3 horas de antecedência do horário de início da AGO, para que seja prestado o suporte necessário. Os acionistas que enviarem uma Solicitação de Acesso deverão se comprometer a (i) utilizar os convites de forma individual única e exclusivamente para participação na AGO, (ii) não transferir ou divulgar, no todo ou em parte, os convites individuais a qualquer terceiro, acionista ou não, sendo o convite intransferível, e (iii) não gravar ou reproduzir, no todo ou em parte, nem tampouco transferir, a qualquer terceiro, acionista ou não, o conteúdo ou qualquer informação transmitida por meio virtual durante a realização da AGO. A participação por meio da plataforma digital conjugará áudio e imagem, e os acionistas que desejarem poderão manter as suas câmeras ligadas durante o curso da AGO com o intuito de assegurar a autenticidade das comunicações. Não poderão participar da AGO os acionistas que não enviarem a Solicitação de Acesso e/ou não reportarem a ausência do recebimento das instruções de acesso à AGO na forma e prazos previstos acima. A Companhia recomenda que os acionistas (i) façam testes e se familiarizem previamente com a plataforma digital para evitar a incompatibilidade dos seus equipamentos eletrônicos e/ou outros problemas com a sua utilização no dia da AGO; e (ii) acessem a plataforma digital com antecedência de, no mínimo, 30 minutos do início da AGO a fim de evitar eventuais problemas operacionais. A Companhia não se responsabiliza por qualquer problema operacional ou de conexão que o acionista venha a enfrentar, bem como por qualquer outro evento que possa dificultar ou impossibilitar a sua participação na AGO por meio da plataforma digital. A Companhia informa, ainda, que a AGO será gravada na íntegra, em cumprimento às determinações do Art. 28, §1º, II, da RCVM 81. **Documentos necessários para acesso na AGO:** Nos termos do art. 126 da Lei das S.A., os acionistas ou seus representantes deverão enviar à Companhia, além do comprovante atualizado da titularidade das ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de emissão da Companhia, expedido pelo agente escriturador da Companhia e/ou pela instituição de custódia com, no máximo, 3 (três) dias de antecedência da data de realização da AGO, os seguintes documentos: **(i)** Acionistas Pessoas Físicas: cópia simples do documento de identidade (Carteira de Identidade Registro Geral (RG), a Carteira Nacional de Habilitação (CNH), Registro Nacional Estrangeiro (RNE), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular); **(ii)** Acionistas Pessoas Jurídicas: cópia simples dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente (Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou Junta Comercial, conforme o caso): **(a)** contrato social ou estatuto social, conforme aplicável; **(b)** ato societário de eleição do administrador que **(b.i)** comparecer à AGO como representante da pessoa jurídica, ou **(b.ii)** outorgar procuração para que terceiro represente o acionista pessoa jurídica; e **(c)** a documentação mencionada no item (i) acima para o representante do acionista pessoa jurídica que comparecer à AGO e, caso aplicável, do administrador que houver outorgado procuração para que terceiro represente o acionista pessoa jurídica na AGO; ou **(iii)** Acionistas Fundos de Investimento: o representante da administradora ou da gestora do fundo, além dos documentos do representante que comparecer à AGO, conforme mencionados no item (i) acima, bem como os documentos societários mencionados no item (ii) acima relacionados à administradora ou à gestora, deverá apresentar cópia simples do regulamento do fundo. Adicionalmente, os acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas deverão apresentar o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente. Com relação à participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação para participação na AGO deverá ter sido realizada há menos de 1 ano, nos termos do artigo 126, parágrafo primeiro, da Lei das S.A. Adicionalmente, em cumprimento ao disposto no art. 654, §§1º e 2º, da Lei nº 10.406/2002 ("Código Civil"), a procuração deverá conter a indicação do lugar onde foi passada, a qualificação completa do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga com a designação e a extensão dos poderes conferidos, com reconhecimento de firma. A Companhia aceita, ainda, procurações assinadas eletronicamente com certificado digital autorizado pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras ("ICP-Brasil"). Vale destacar que **(i)** as pessoas naturais que forem Acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na AGO por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no art. 126, §1º, da Lei das S.A.; e **(ii)** as pessoas jurídicas que forem acionistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu Contrato Social ou Estatuto Social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, Acionista ou advogado (Proc. CVM nº RJ2014/3578, j. 04.11.2014). Os documentos dos Acionistas expedidos no exterior devem conter reconhecimento das firmas dos signatários por Tabelião Público, devem ser apostilados, ou, caso o país de emissão do documento não seja signatário da Convenção de Haia (Convenção da Apostila), ser legalizados em Consulado Brasileiro e, em ambos os casos, ser traduzidos por tradutor juramentado matriculado na Junta Comercial e registrados no Registro de Títulos e Documentos, nos termos da legislação em vigor. Para fins de melhor organização da AGO, a Companhia solicita o envio prévio dos documentos necessários para participação na AGO com antecedência de, no mínimo, 4 dias da data da realização da AGO, aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores, exclusivamente pelo e-mail ri@pdg.com.br. **Participação por meio de Boletim de Voto a Distância ("BVD"):** Nos termos da RCVM 81, serão considerados presentes à AGO os acionistas cujo BVD tenha sido considerado válido pela Companhia e/ou os acionistas que tenham registrado sua presença no sistema eletrônico de participação a distância, de acordo com as orientações acima. Para orientações e prazos sobre participação via BVD, solicitamos aos acionistas que consultem o BVD divulgado na página da Companhia (https://ri.pdg.com.br), na página da CVM (https://www.gov.br/cvm) e na página da B3 (https://www.b3.com.br) na rede mundial de computadores. **Informações Adicionais:** Cumpre ressaltar, ainda, que, conforme previsto no § 1º do art. 141 da Lei das S.A., no art. 5º da RCVM 81 e nos arts. 1º e 3º da Resolução CVM nº 70/22, é facultado aos acionistas titulares, individual ou conjuntamente, de ações representativas de, no mínimo, 5% do capital social com direito a voto requerer, por meio de notificação escrita entregue à Companhia até 48 horas antes da AGO, a adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração. No cálculo do percentual necessário para requerer a adoção do procedimento de voto múltiplo as ações de emissão da Companhia mantidas em tesouraria devem ser excluídas (Procs. CVM nº RJ2013/4386 e RJ2013/4607, j. 04.11.2014). Ressalta-se, por fim, que não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à AGO, uma vez que ela será realizada exclusivamente de modo digital.

São Paulo, 28 de março de 2024.

Natália Maria Fernandes Pires - Presidente do Conselho de Administração

Hewlett Packard Enterprise

HP Financial Services Arrendamento Mercantil S.A.

Sociedade Anônima de Capital Fechado
CNPJ/MF nº 97.406.706/0001-90
Internet – https://www.hpe.com/br/pt/services/hpe-financial-services/legal.html

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Em cumprimento às disposições estatutárias e legislação em vigor, submetemos à apreciação de V.Sas., os Balanços Patrimoniais, as Demonstrações do Resultado, as Demonstrações dos Resultados Abrangentes, as Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido e as Demonstrações dos Fluxos de Caixa relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, juntamente com o Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras.

Carteira de Arrendamento e Mercado arrendador
O mercado arrendador brasileiro apresentou um volume em dezembro de 2023 de novos negócios de R$ 747 milhões de reais (R$ 699 milhões de reais em dezembro de 2022). O valor presente da carteira de arrendamento no mercado em dezembro de 2023 apresentou um saldo de R$ 15.722 bilhões (R$ 15.214 bilhões em dezembro de 2022), segundo informações da ABEL – Associação Brasileira das Empresas de Leasing.
A carteira de arrendamento mercantil da HP Financial Services Arrendamento Mercantil S.A. ("Instituição") alcançou o montante, em 31 de dezembro de 2023, de R$ 1.568.494 mil (R$ 1.680.637 mil em dezembro de 2022), composta por contratos vinculados à variação cambial, certificados de depósitos interfinanceiros e taxas prefixadas, com prazos, normalmente, entre 24 e 60 meses. Alguns contratos de arrendamento mercantil dos equipamentos gráficos podem ultrapassar o prazo de 60 meses.

Fontes de Recursos
A Instituição faz suas captações de recursos diretamente do exterior, tendo como política manter o casamento de prazos e indexadores entre as operações ativas e passivas se utilizando de instrumentos financeiros derivativos, quando necessário.
A Instituição está estruturada e capitalizada acreditando na recuperação e crescimento da economia brasileira.

Capital Social e Patrimônio Líquido
Em 31 de dezembro de 2023 a companhia apresenta Capital Social o montante de R$ 617.652 mil, composto de 825.684.957 ações ordinárias e 1.001 ações preferenciais, nominativas, sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado, sendo seu acionista majoritário a HPFS Funding B.V.
Em dezembro de 2022 e em dezembro de 2021 a companhia apresentava Capital Social o montante de R$ 557.455 mil, composto de 762.591.072 ações ordinárias e 1.001 ações preferenciais, nominativas, sem valor nominal, está totalmente subscrito e integralizado, sendo seu acionista majoritário a HPFS Funding B.V.
Em 21 de dezembro de 2021, através da Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas deliberaram o pagamento de Juros sobre Capital Próprio calculados sobre o balanço intermediário de 30 de novembro de 2021 no valor bruto total de R$ 30.320 mil, com unânime aprovação pelos acionistas a aumentar o capital social da Companhia no valor líquido de R$ 25.772 mil após a dedução do valor do imposto de renda na fonte de R$ 4.548 mil. Submetido à aprovação ao Banco Central do Brasil, teve sua homologação em 04 de janeiro de 2023, passando o Capital Social para R$ 583.227 mil, com emissão de 28.321.158 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, com preço de emissão de R$ 0,91 por ações, ficando, o capital social, dividido em 790.912.230 ações ordinárias e 1.001 ações preferenciais classe A nominativas, sem valor nominal.
Em 22 de dezembro de 2022, através da Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas deliberaram o pagamento de Juros sobre Capital Próprio calculados sobre o balanço intermediário de 30 de novembro de 2022 no valor bruto total de R$ 40.500 mil, com unânime aprovação pelos acionistas a aumentar o capital social da Companhia no valor líquido de R$ 34.425 mil após a dedução do valor do imposto de renda na fonte de R$ 6.075 mil. Submetido à aprovação ao Banco Central do Brasil, teve sua homologação em 07 de agosto de 2023, passando o Capital Social para R$ 617.652 mil, com emissão de 34.772.727 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, com preço de emissão de R$ 0,99 por ações, ficando, o capital social, dividido em 825.684.957 ações ordinárias e 1.001 ações preferenciais classe A nominativas, sem valor nominal.
Em 19 de dezembro de 2023, através da Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas deliberaram o pagamento de Juros sobre Capital Próprio calculados sobre o balanço intermediário de 30 de novembro de 2023 no valor bruto total de R$ 50.400 mil. Os acionistas também aprovaram por unanimidade aumentar o capital social da Companhia no valor líquido de R$ 42.840 mil após a dedução do valor do imposto de renda na fonte de R$ 7.560 mil, submetido à, e aguardando aprovação do Banco Central do Brasil.
O Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2023 é de R$ 934.901 mil (31 de dezembro de 2022 – R$ 841.099 mil).
O cálculo dos juros sobre capital próprio gerou uma economia tributária de R$ 20.160 mil (25% de IRPJ e 20% de CSLL de acordo à MP 1.034 de março/2021).

Agradecimentos
Agradecemos aos clientes pela preferência, aos senhores acionistas pela confiança e apoio e aos funcionários e colaboradores pela dedicação e comprometimento de nossos objetivos e pelos resultados alcançados no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Barueri, 26 de Março de 2024.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

ATIVO

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		**798.749**	795.598
Disponibilidades	4	**48.036**	13.824
Operações de arrendamento mercantil		**707.679**	729.152
Arrendamento mercantil Financeiro		**707.646**	729.157
Saldo devedor financeiro de arrendamento mercantil	6	**731.415**	749.816
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco créditos de arrendamento mercantil	6d	**(23.769)**	(20.659)
Arrendamento mercantil operacional		**33**	(5)
Arrendamentos a receber – setor privado	6	**6.225**	12.379
Rendas a apropriar de arrendamentos a receber	6	**(6.099)**	(12.060)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco créditos de arrendamento mercantil	6d	**(93)**	(324)
Outros créditos		**42.562**	52.508
Ativo fiscal corrente	7	**39.374**	48.849
Diversos	7	**3.188**	3.659
Outros valores e bens		**472**	114
Bens não de uso próprio		**472**	114
Realizável a longo prazo		**835.123**	938.775
Operações de arrendamento mercantil		**804.033**	893.830
Arrendamento mercantil financeiro		**804.122**	893.927
Saldo devedor financeiro de arrendamento mercantil	6	**831.131**	919.255
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco créditos de arrendamento mercantil	6d	**(27.009)**	(25.328)
Arrendamento mercantil operacional		**(89)**	(97)
Arrendamentos a receber – setor privado	6	**3.473**	4.322
Rendas a apropriar de arrendamentos a receber	6	**(3.473)**	(4.322)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco créditos de arrendamento mercantil	6d	**(89)**	(97)
Outros créditos		**31.090**	44.945
Ativo fiscal diferido	8a	**31.066**	44.909
Diversos	7	**24**	36
Permanente	6	**5.822**	11.247
Imobilizado de arrendamnto operacional		**5.822**	11.247
Bens arrendados		**29.295**	43.893
Provisão para perdas de bens arrendados		**(7.354)**	(10.267)
Depreciações acumuladas		**(16.119)**	(22.379)
Total do ativo		**1.639.694**	1.745.620

PASSIVO

Passivo	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		**289.279**	327.383
Obrigações por empréstimos	10	**245.248**	267.908
Empréstimos no exterior		**245.248**	260.869
Empréstimos no país		–	7.039
Outras obrigações		**44.031**	59.475
Fiscais correntes	9a	**13.705**	31.262
Sociais e estatutárias	12d	**5.726**	6.630
Diversas	9e	**24.600**	13.600
Exigível a longo prazo		**415.514**	577.138
Obrigações por empréstimos	10	**326.690**	505.607
Empréstimos no exterior		**326.690**	505.607
Outras obrigações		**88.824**	71.531
Fiscais correntes		–	–
Fiscais diferidas	9a	**87.130**	71.340
Diversas	9d	**1.694**	191
Patrimônio líquido	12a	**934.901**	841.099
Capital social – de domiciliados no exterior		**617.652**	557.455
Capital a integralizar		**42.840**	60.197
Reservas de lucros		**274.409**	223.447
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.639.694**	1.745.620

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e 2º semestre de 2023 (Em milhares de reais)

	Notas	Capital Social	Capital a integralizar	Reservas de lucros – Legal	Reservas de lucros – Outras	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		557.455	25.772	25.641	126.099	–	734.967
Aumento de capital		–	–	–	–	–	–
Lucro líquido do período		–	–	–	–	116.313	116.313
Destinações:							
Reserva legal	12b	–	–	5.816	–	(5.816)	–
Dividendos propostos	12d	–	–	–	–	(6.630)	(6.630)
Reversão dos dividendos de exercícios anteriores	12d	–	–	–	–	2.524	2.524
Juros sobre capital próprio	12e	–	34.425	–	–	(40.500)	(6.075)
Aumento de capital a integralizar		–	–	–	–	–	–
Constituição de reservas de lucros – outras	12c	–	–	–	65.891	(65.891)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022		557.455	60.197	31.457	191.990	–	841.099
Aumento de capital	12a	60.197	(60.197)	–	–	–	–
Lucro líquido do período		–	–	–	–	100.458	100.458
Destinações:					–		
Reserva legal	12b	–	–	5.021	–	(5.021)	–
Dividendos propostos	12d	–	–	–	–	(5.726)	(5.726)
Reversão dos dividendos de exercícios anteriores	12d	–	–	–	–	6.630	6.630
Juros sobre capital próprio	12e	–	42.840	–	–	(50.400)	(7.560)
Constituição de reservas de lucros – outras	12c	–	–	–	45.941	(45.941)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**617.652**	**42.840**	**36.478**	**237.931**	–	**934.901**
Saldos em 30 de junho de 2023		**583.227**	**34.425**	**33.131**	**228.557**	–	**879.341**
Aumento de capital	12a	**34.425**	**(34.425)**	–	–	–	–
Lucro líquido do período		–	–	–	–	**66.935**	**66.935**
Destinações:					–		
Reserva legal	12b	–	–	**3.347**	–	**(3.347)**	–
Dividendos propostos	12d	–	–	–	–	**(3.814)**	**(3.814)**
Juros sobre capital próprio	12e	–	**42.840**	–	–	**(50.400)**	**(7.560)**
Constituição de reservas de lucros – outras	12c	–	–	–	**9.374**	**(9.374)**	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**617.652**	**42.840**	**36.478**	**237.931**	–	**934.901**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e 2º semestre de 2023
(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Notas	2º Semestre de 2023	Exercícios 31/12/2023	Exercícios 31/12/2022
Receitas da intermediação financeira	13a	**587.454**	**1.199.888**	1.077.447
Operações de arrendamento mercantil		**587.454**	**1.199.888**	1.077.447
Despesas da intermediação financeira	13b	**(487.622)**	**(1.012.736)**	(919.417)
Operações de empréstimos e repasses		**(29.920)**	**(62.889)**	(61.627)
Operações de arrendamento mercantil		**(458.445)**	**(937.695)**	(847.980)
(Provisão)/ Reversão para perdas esperadas associadas ao risco créditos de arrendamento mercantil	6d	**743**	**(12.152)**	(9.810)
Resultado de intermediação financeira		**99.832**	**187.152**	158.030
Outras receitas/ (despesas) operacionais		**(10.071)**	**(22.605)**	17.402
Despesas tributárias	15	**(14.040)**	**(28.038)**	(27.125)
Outras receitas operacionais	16a	**4.349**	**6.541**	45.809
Outras despesas operacionais	16b	**(380)**	**(1.108)**	(1.281)
Despesas de provisões	14	**(15.121)**	**(31.848)**	(37.480)
Rateio de despesas administrativas	18	**(10.246)**	**(21.770)**	(20.368)
Serviços prestados por terceiros		**(4.633)**	**(9.582)**	(16.610)
Outras despesas administrativas		**(243)**	**(496)**	(502)
Resultado operacional		**74.640**	**132.699**	137.952
Resultado não operacional	17	**3.152**	**5.601**	14.413
Resultado antes dos tributos e participações	19b	**77.792**	**138.300**	152.365
Tributos e participações sobre o lucro		**(10.857)**	**(37.842)**	(36.052)
Imposto de renda	19b	**11.378**	**–**	(11.778)
Contribuição social	19b	**2.698**	**(8.210)**	(15.828)
Ativo fiscal diferido	19a	**(24.933)**	**(29.632)**	(8.446)
Resultado líquido do semestre/exercícios		**66.935**	**100.458**	116.313
Resultado líquido por ação – R$		**0,08**	**0,12**	0,15

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	2º Semestre de 2023	Exercícios 31/12/2023	Exercícios 31/12/2022
Lucro Líquido no semestre/ exercícios	**66.935**	**100.458**	116.313
Total dos resultados abrangentes no semestre/ exercícios	**66.935**	**100.458**	116.313

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA MÉTODO INDIRETO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Notas	2º Semestre de 2023	Periodos 31/12/2023	Periodos 31/12/2022
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais				
Lucro Líquido dos Períodos		66.935	100.458	116.313
Ajustes para Reconciliar o Lucro Líquido ao Caixa Líquido Proveniente de (Aplicado em)		348.949	689.861	604.742
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6d	(743)	12.152	9.810
Imposto de renda e contribuição social diferidos – ativo e passivo		24.933	29.632	8.446
Provisão (Reversão) para Perdas em Bens não de Uso Próprio		34	153	(63)
Depreciações e Amortizações		375.955	753.153	687.728
Provisão (Reversão) para Perdas na Venda de Valor Residual		(2.325)	(2.913)	(11.472)
Variação cambial sobre empréstimos		14	(406)	(753)
Superveniência (insuficiência de depreciação)		(40.074)	(67.234)	(57.358)
Prejuízo (Lucro) na alienação de bens não de uso próprio		(2.866)	(5.462)	(14.663)
Prejuízo (Lucro) na alienação de Imobilizado de Uso e de Arrendamento		(6.012)	(29.248)	(16.933)
Provisão para Contigências		33	34	–
Lucro Líquido Ajustado		415.884	790.319	721.055
Variação de Ativos e Obrigações		(247)	4.400	(44.025)
Redução (Aumento) em Operações de Arrendamento Mercantil		(4.704)	(4.232)	(2.057)
Redução (Aumento) em Outros Créditos		32.573	9.958	(27.142)
Redução (Aumento) em Outros Valores		70	–	–
Baixa da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(3.642)	(7.599)	(48.448)
Aumento (Redução) em Outras Obrigações		(24.544)	6.273	33.622
Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais		415.637	794.719	677.030
Fluxo de caixa proveniente das atividades de Investimento:				
Alienação de Bens Não de Uso Próprio		2.754	4.951	14.873
Alienação de Imobilizado de Uso e de Arrendamento		34.320	92.383	199.001
Aquisição de Imobilizado de Uso e de Arrendamento		(267.405)	(632.604)	(964.207)
Redução (aumento) no diferimento de perdas de arrendamento		(6.803)	(17.409)	(18.112)
Caixa Líquido Aplicado em Atividades de Investimento		(237.134)	(552.679)	(768.445)
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamentos:				
Aumento (Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses		(152.031)	(201.172)	88.043
Juros sobre o Capital Próprio Bruto		(50.400)	(50.400)	(40.500)
Juros sobre o Capital Próprio Líquido do IR		42.840	42.840	34.425
Dividendos pagos e/ou provisionado		(3.815)	(5.726)	(6.629)
Reversão de Dividendos		–	6.630	2.524
Caixa gerado (apliado) nas atividades de financiamento		(163.406)	(207.828)	77.863
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa:		15.097	34.212	(13.552)
Caixa e equivalentes de caixa no Início do exercício/semestre		32.939	13.824	27.376
Caixa e equivalentes de caixa no Fim do exercício/semestre		48.036	48.036	13.824
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa		15.097	34.212	(13.552)
Composição de caixa e equivalentes de caixa				
Disponibiidades		48.036	48.036	13.824
Total		**48.036**	**48.036**	13.824

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais exceto quando de outra forma apresentado)

1. Contexto Operacional
A HP Financial Services Arrendamento Mercantil S.A. ("Instituição"), empresa do Grupo Hewlett Packard Enterprise ("Grupo HPE" ou "Grupo"), tem sede a Alameda Rio Negro, 750 – 1º andar – Barueri-SP – CEP 06454-000 e o seu acionista majoritário é a HPFS Funding B.V. O objetivo principal da Instituição é a prática de operações de arrendamento mercantil que são contratadas diretamente com os clientes corporativos da Hewlett Packard Enterprise Brasil S.A., por meio do fornecimento de máquinas e equipamentos de informática e soluções tecnológicas e com clientes usuários de microcomputadores e periféricos por meio do canal de distribuição dos produtos HPE.
Os contratos de arrendamento mercantil são efetuados a taxas pré-fixadas ou pós-fixadas. As operações com taxas pré-fixadas ou indexadas a variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI) são efetuadas com recursos próprios e com recursos de empréstimos contraídos diretamente do exterior, e as operações vinculadas à variação cambial, exclusivamente com recursos de empréstimos contraídos diretamente no exterior.
Caso o passivo circulante seja maior do que o ativo circulante, por política global de Tesouraria, a HP Financial Services Arrendamento Mercantil S.A. capta recursos para aplicar em suas operações de arrendamento diretamente da matriz no exterior onde as operações de empréstimos poderão ter seus vencimentos ajustados com base na contratação de novas operações ou extensão dos prazos das operações existentes ajustando dessa forma o fluxo de caixa.
As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de sociedades que atuam integradamente, e certas operações têm a intermediação de outras sociedades integrantes do Grupo HPE. Os benefícios dos serviços prestados entre as empresas do Grupo e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, por essas empresas.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09 e em conformidade com as Normas do Conselho Monetário do Brasil (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN) e estão sendo apresentadas de acordo com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). Durante o exercício de 2020, as alterações advindas da Resolução nº 4.818/20 do Conselho Monetário Nacional e da Resolução nº 02/20 do Banco Central do Brasil foram incluídas nas demonstrações financeiras. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade, Internacional Financial Reporting Standards (IFRS). As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; os saldos das operações de arrendamento mercantil financeiro foram apresentados pelo valor presente dos montantes totais a receber previstos em contrato e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.
Os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com os saldos do final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; incluindo a Demonstração do Resultado Abrangente.
As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.
Em decorrência do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, porém nem todos homologados pelo BACEN. Dessa forma, a Instituição na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos, já homologados pelo BACEN.
a) CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro – Resolução CMN nº 4.924/2021;
b) CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos – homologado pela Resolução CMN nº 4.924/2021;
c) CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações financeiras – homologado pela Resolução CMN nº 4.524/2016;
d) CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa – homologado pela Resolução CMN nº 4.818/2020;
e) CPC 04 (R1) – Ativo Intangível – homologado pela Resolução CMN nº 4.534/16;
f) CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas – homologado pela Resolução CMN nº 4.818/2020;
g) CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações – homologado pela Resolução BCB nº 3.989/2011;
h) CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – homologado pela Resolução CMN nº 4.924/2021;
i) CPC 24 – Evento Subsequente – homologado pela Resolução CMN nº 4.818/2021;
j) CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes – homologado pela Resolução CMN nº 3.823/2009;
k) CPC 27 – Ativo Imobilizado – homologado pela Resolução CMN nº 4.535/2016;
l) CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados – homologado pela Resolução CMN nº 4.424/2015;
m) CPC 41 – Resultado por Ação – Resolução CMN nº 4.818/2020 e Resolução BCB nº 2/2020;
n) CPC 46 – Mensuração ao valor justo – homologado pela Resolução CMN nº 4.924/2021.
o) CPC 47 – Reconhecimento de Receita de Contrato com Clientes – homologado pela Resolução CMN nº 4.924/2021.

3. Resumo das principais práticas contábeis
a. Rendas de arrendamento mercantil e apuração dos resultados
As rendas de arrendamento são registradas quando dos vencimentos das parcelas contratuais, conforme determinado pela Portaria MF-140/84, não observando o regime de competência.
As demais receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência, sendo que as de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear.
As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas, correspondentes ao período futuro, são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.
b. Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.818/2020 inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aplicação.
c. Operações de arrendamento mercantil e provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa
As operações de arrendamento mercantil são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantias, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis distintos, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo).
As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.
As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de arrendamento mercantil que já haviam sido baixadas contra a provisão, e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos.
d) Imobilizado de arrendamento
Substancialmente representado por equipamentos de informática sendo registrado pelo custo de aquisição.
a. Depreciação
A depreciação dos bens de imobilizado de uso é calculada pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos bens.
A depreciação dos bens do imobilizado de arrendamento é calculada pelo método linear, no prazo usual de vida útil, reduzido em 30% com amparo da Portaria nº 113/88 do Ministério da Fazenda, apenas quando o arrendatário for pessoa jurídica e o prazo do contrato de arrendamento mercantil for equivalente a no mínimo 40% do prazo de vida útil do bem arrendado. Essa depreciação é contabilizada a débito de despesas da intermediação financeira – operações de arrendamento mercantil.
b. Valores residuais garantidos
Os valores residuais garantidos, os quais representam as opções de compra a vencer, bem como suas respectivas atualizações, são registrados na rubrica de "Valores residuais a realizar", tendo como contrapartida a rubrica de "Valores residuais a balancear", NE6.
c. Ativos financeiros disponíveis para venda
Os ativos não financeiros estão representados basicamente por bens retornados de contratos de arrendamento mercantil que são registrados pelo menor valor, conforme Resolução CMN nº 4.747/2019, verificado entre a posição contábil ajustada e o pelo valor justo.

continua na próxima página . . .

Hewlett Packard Enterprise

HP Financial Services Arrendamento Mercantil S.A.

Sociedade Anônima de Capital Fechado
CNPJ/MF nº 97.406.706/0001-90
Internet – https://www.hpe.com/br/pt/services/hpe-financial-services/legal.html

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de reais exceto quando de outra forma apresentado)*

Os ativos não financeiros ficam disponíveis para venda e são contabilizados pelo valor contábil (valor do imobilizado dos bens arrendados deduzido das depreciações acumuladas). Devido ao prazo dos contratos de arrendamento mercantil, que variam de 36 a 60 meses, entendemos que não há divergências entre o valor justo e o valor registrado no ativo realizável.

d. Perdas de arrendamento a amortizar

Correspondem a perdas apuradas na venda de bens pelo valor residual dos contratos que são amortizados pelo respectivo prazo remanescente de vida útil dos bens arrendados. O saldo correspondente às perdas a amortizar, para efeito das demonstrações financeiras, está reclassificado para a rubrica de bens arrendados.

Superveniência ou insuficiência de depreciação

Na apuração do resultado do exercício é efetuado o cálculo do valor presente dos arrendamentos financeiros a receber, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato. O valor assim apurado é comparado com o saldo residual contábil dos bens arrendados em operações de arrendamento, registrando-se a diferença em insuficiência de depreciação, se negativa, ou superveniência de depreciação, se positiva. A superveniência de depreciação é registrada no resultado, na rubrica de "Operações de arrendamento mercantil", e a insuficiência de depreciação, quando apurada, é registrada também no resultado, como despesa, na rubrica de "Operações de arrendamento mercantil", tendo como contrapartida o registro em bens arrendados. O efeito do imposto de renda sobre essa diferença é diferido.

e. Imposto e contribuição sobre a renda

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R$ 240 no ano e a contribuição social foi calculada à alíquota de 15%, ambos calculados com base no lucro contábil ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente.

Os créditos tributários de imposto de renda foram calculados sobre adições e exclusões temporárias e prejuízo fiscal acumulado. Os créditos tributários de contribuição social foram calculados sobre adições e exclusões temporárias. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30%.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados na rubrica "Outros créditos – diversos", e as obrigações fiscais diferidas são registradas na rubrica "Outras obrigações – fiscais e previdenciárias", respectivamente no realizável e exigível a longo prazo.

f. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados em conformindade com os critéiros definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Ativos e Passivos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN 3.823/09 e Instrução Normativa BCB 319/22, conforme critérios descritos abaixo:

- Contingências ativas – não são reconhecidas nas demonstrações financeiras. Os direitos decorrentes são registrados somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não caibam mais recursos.
- Contingências passivas – são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação;
- Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.

g. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros – *(impairment)*

É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período.

Os valores dos ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*.

A Instituição realizou um estudo do valor recuperável de ativos, não sendo identificadas perdas por redução ao valor recuperável.

h. Operação de empréstimo e repasse

A Instituição financia suas operações de arrendamento mercantil com recursos próprios e com recursos captados diretamente de sua matriz no exterior, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 10. As taxas de juros praticadas nessas operações devem corresponder às taxas equivalentes às capitações realizadas no mercado interno. As operações de empréstimos são efetuadas nas moedas em que a Instituição necessite no momento de suas captações podendo ser em taxa pré-fixada ou indexadas ao Dólar, CDI ou em qualquer outra moeda ou indexador que atenda às necessidades da Instituição. Os pagamentos desses empréstimos podem ser efetuados em períodos regulares de juros e ou amortização de principal ou pagamento final pelo valor total da dívida de acordo com o fluxo pactuado em contrato.

i. Resultado por ação

O cálculo do resultado por ações é feito pela divisão do lucro pela quantidade de ações.

j. Partes relacionadas

As divulgações de informações sobre as partes relacionadas são efetuadas em consonância a Resolução CMN nº 4.818/2021, que determinou a adoção do Pronunciamento Técnico – CPC 05, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referente à divulgação de informações sobre as partes relacionadas.

Resultado não recorrente

Resultados não recorrentes são os resultados que estão relacionados com as atividades atípicas da instituição, resultados não habituais e que não estejam previstos para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Os resultados recorrentes correspondem às atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros. A empresa não apresentou resultados não recorrentes no exercício de 2023.

4. Caixa ou equivalente de caixa

Os saldos de caixa e equivalente de caixa são compostos por depósitos bancários, conforme abaixo apresentado:

	31/12/2023	31/12/2022
Disponibilidades		
Depósito à vista/conta corrente	48.036	13.824
Total de caixa e equivalente de caixa	48.036	13.824

5. Ajustes nas operações de arrendamento mercantil

Os registros contábeis da Instituição são mantidos conforme exigências legais. Os procedimentos adotados e sumarizados na Nota Explicativa nº 3, principalmente os itens "a" e "d", diferem das práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira, principalmente por não adotarem o regime de competência no registro das receitas e despesas relacionadas aos contratos de arrendamento mercantil. No sentido de considerar esses efeitos, de acordo com a Circular nº 1.429/1989 do BACEN, foi calculado o valor atual das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando um ajuste contábil no resultado e o consequente aumento ou redução no ativo permanente (superveniência ou insuficiência de depreciação). Este ajuste gerou um crédito (superveniência) no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 de R$ 67.234 (R$ 57.358 em dezembro de 2022).

Em decorrência do registro contábil desse ajuste, o lucro líquido e o patrimônio líquido estão apresentados de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira, porém as rubricas de ativo e resultado de arrendamento permanecem adequadamente apresentadas.

As operações de arrendamento mercantil são contratadas de acordo com a opção feita pelo arrendatário, com cláusulas de atualização pós-fixada ou com taxa de juros prefixada, tendo o arrendatário a opção contratual de compra do bem, renovação do arrendamento ou devolução ao final do contrato. A garantia dos arrendamentos a receber está suportada pelos próprios bens arrendados.

6. Operações de arrendamento mercantil

Os contratos de arrendamento operacional são registrados no imobilizado e depreciação acumulada; o valor vencido e não pago resulta do valor líquido registrado em arrendamentos a receber menos rendas a apropriar. Apresenta ainda a provisão de perdas para bens arrendados (impairment).)

O valor dos contratos de arrendamento mercantil financeiro é representado pelo seu respectivo valor presente, apurado com base na taxa interna de cada contrato.Esse valor, em atendimento às normas do BACEN, é apresentado em diversas rubricas patrimoniais.

Para ambas classificações, financeiro e operacional, o quadro abaixo demonstra as correspondentes rubricas de registros.

			31/12/2023
	Arrendamento operacional	Arrendamento financeiro	Total
Operações de arrendamentos a receber	**9.698**	**1.790.252**	**1.799.950**
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	**(9.572)**	**(1.777.202)**	**(1.786.774)**
Imobilizado de arrendamento	**29.295**	**3.076.037**	**3.105.332**
Depreciações acumuladas	**(16.119)**	**(1.838.699)**	**(1.854.818)**
Superveniência de depreciação	**–**	**348.518**	**348.518**
Provisão para perdas de bens arrendados	**(7.354)**	**–**	**(7.354)**
Perdas em arrendamentos a amortizar	**–**	**9.668**	**9.668**
Credores por antecipação do valor residual	**–**	**(46.028)**	**(46.028)**
Valor das Carteiras Operacional e Financeira	**5.948**	**1.562.546**	**1.568.494**

			31/12/2022
	Arrendamento operacional	Arrendamento financeiro	Total
Operações de arrendamentos a receber	16.701	1.936.147	1.952.848
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(16.382)	(1.927.521)	(1.943.903)
Imobilizado de arrendamento	43.893	3.031.925	3.075.818
Depreciações acumuladas	(22.379)	(1.640.023)	(1.662.402)
Superveniência de depreciação	–	285.361	285.361
Provisão para perdas de bens arrendados	(10.267)	–	(10.267)
Perdas em arrendamentos a amortizar	–	8.963	8.963
Credores por antecipação do valor residual	–	(25.781)	(25.781)
Valor das Carteiras Operacional e Financeira	11.566	1.669.071	1.680.637

a) Diversificação por vencimento – Arrendamento Financeiro

	31/12/2023	31/12/2022
Vencidos		
A partir de 15 dias	**9.344**	4.961
A vencer		
Até 3 meses	**224.255**	217.313
De 3 a 12 meses	**497.816**	527.542
De 1 a 3 anos	**715.603**	781.909
De 3 a 5 anos	**115.180**	137.165
Acima de 5 anos	**348**	181
	1.553.202	1.664.110
Total	**1.562.546**	1.669.071

b) Diversificação por segmento de mercado – Arrendamento Financeiro

	31/12/2023		31/12/2022	
	R$	% – Sobre Total	R$	% – Sobre total
Setor Público Federal				
Indústria	**5.244**	**0,334**	21.988	1,332
Setor Privado				
Rural	**404**	**0,003**	937	0,06
Indústria	**346.026**	**22,115**	340.795	20,442
Comércio	**340.879**	**21,882**	344.727	20,65
Instituição financeira	**20.827**	**1,333**	37.951	2,27
Serviços	**841.301**	**53,884**	910.606	54,656
Habitação	**7.865**	**0,550**	12.067	0,772
Total	**1.562.546**	**100,0**	1.669.071	100,0

c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Arrendamento Financeiro

Nos exercícios findos em 31 de dezembro 2023 e 2022, com base no valor presente dos contratos, os níveis de risco da carteira estavam assim compostos:

	31/12/2023					31/12/2022	
Nível de Risco	Curso Normal	Vencidas	Total da Carteira	Percentual de provisão	Provisão	Total da carteira	Provisão
AA	**99.790**	**–**	**99.790**	**–**	**–**	84.456	–
A	**519.575**	**222**	**519.797**	**0,5**	**2.599**	599.722	2.999
B	**570.026**	**516**	**570.542**	**1**	**5.706**	588.121	5.882
C	**239.321**	**661**	**239.982**	**3**	**7.199**	332.048	9.961
D	**80.273**	**2.540**	**82.813**	**10**	**8.281**	34.453	3.445
E	**28.119**	**2.092**	**30.211**	**30**	**9.063**	6.694	2.008
F	**2.539**	**125**	**2.664**	**50**	**1.332**	3.356	1.678
G	**496**	**2**	**498**	**70**	**349**	692	484
H	**13.063**	**3.186**	**16.249**	**100**	**16.249**	19.529	19.530
Total	**1.553.202**	**9.344**	**1.562.546**		**50.778**	1.669.071	45.987

d) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2º Semestre de 2023	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial (leasing financeiro)	55,048	**45.987**	84.246
Complemento (Reversão) de provisão	(725)	**12.289**	10.188
Baixas contra a provisão	(3.561)	**(7.498)**	(48.447)
Saldo final (leasing financeiro)	50.762	**50.778**	45.987

	2º Semestre de 2023	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial (leasing operacional)	297	**421**	799
Complemento (Reversão) de provisão	(18)	**(137)**	(378)
Baixa contra a provisão	(81)	**(102)**	–
Saldo final (leasing operacional)	198	**182**	421
Saldo final	50.960	**50.960**	46.408

O Crédito tributário de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre a provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre os contratos de arrendamento financeiro e arrendamento operacional é composto basicamente pela provisão existente de R$ 50.960 mil em 31 de dezembro de 2023 (R$ 46.408 mil em 31 de dezembro de 2022), acrescida dos créditos baixados para prejuízo, R$ 11.275 mil que ainda não atendem aos critérios de dedutibilidade estabelecidos pela Lei nº 9.430 parcialmente alterada pela Lei nº 13.097/2015.

e) Concentração por clientes – Arrendamento Financeiro

	31/12/2023		31/12/2022	
	R$	% – Sobre Total	R$	% – Sobre Total
Principal Devedor	**264.571**	**16,9**	281.918	16,9
20 devedores seguintes	**656.238**	**42,0**	667.984	40,0
30 devedores seguintes	**224.350**	**14,4**	244.804	14,7
50 devedores seguintes	**139.354**	**8,9**	155.359	9,3
Demais devedores	**278.033**	**17,8**	319.006	19,1
Total	**1.562.546**	**100,0**	1.669.071	100,0

f) Movimentação da provisão para perdas de bens arrendados

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	**10.267**	21.741
Constituições (Nota 13b)	**480**	–
(Reversões) (Nota 13b)	**(3.393)**	(11.474)
Saldo final	**7.354**	10.267

7. Outros Créditos

	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda a compensar	**39.374**	48.849
Devedores diversos – país	**3.188**	3.659
Outros	**24**	36
Total	**42.586**	52.544
Saldo de curto prazo	**42.562**	52.508
Saldo de longo prazo	**24**	36

8. Ativo fiscal diferido

Créditos Tributários – Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os créditos tributários apresentaram a seguinte movimentação:

a) Créditos tributários mutação

	Saldo em 31/12/2022	Constituição	Reversão/ Realização	Saldo em 31/12/2023
Créditos tributários de imposto de renda				
Provisão para perdas com bens de arrendamento operacional	2.567	–	(728)	**1.839**
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	24.777	–	(9.218)	**15.559**
Imposto de renda sobre BNDU	12	38	–	**50**
Passivo Contingente	28	–	(13)	**15**
Base negativa de imposto de renda (*)	–	3.125	–	**3.125**
Subtotal	27.384	3.163	(9.959)	**20.588**
Créditos tributários de contribuição social				
Provisão para perdas com bens de arrendamento operacional	1.643	–	(540)	**1.103**
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	15.857	–	(6.522)	**9.335**
Contribuição social sobre BNDU	8	23	–	**31**
Passivo Contingente	17	–	(8)	**9**
Subtotal	17.525	23	(7.070)	**10.478**
Total	44.909	3.186	(17.029)	**31.066**

(*) Em conformidade com a Resolução CMN 4.842 de 30/07/2020 o valor proveniente da Base Negativa não deve compor a projeção de expectativa de realização.

	Saldo em 31/12/2021	Constituição	Reversão/ Realização	Saldo em 31/12/2022
Créditos tributários de imposto de renda				
Provisão para perdas com bens de arrendamento operacional	5.435	–	(2.868)	2.567
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	23.697	1.080	–	24.777
Imposto de renda sobre BNDU	28	–	(16)	12
Passivo Contingente	8	20	–	28
Base negativa de imposto de renda	–	–	–	–
Subtotal	29.168	1.100	(2.884)	27.384
Créditos tributários de contribuição social				
Provisão para perdas com bens de arrendamento operacional	3.462	–	(1.819)	1.643
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	14.429	1.428	–	15.857
Contribuição social sobre BNDU	22	–	(14)	8
Passivo Contingente	6	11	–	17
Subtotal	17.919	1.439	(1.833)	17.525
Total	47.087	2.539	(4.717)	44.909

Com base no atual nível de capitalização e operações da Instituição, e considerando as expectativas de resultados futuros determinados com base em premissas que incorporam, entre outros fatores, a manutenção do nível de operações, o atual cenário econômico, e as expectativas futuras de taxas de juros, a Administração acredita que os créditos tributários, registrados em 31 de dezembro de 2023, tenham a sua realização futura da seguinte forma:

a. Crédito tributário – expectativa de realização

	2024	2025	2026	2027	2028	Total
Créditos tributários de imposto de renda						
Provisão para perdas com bens de arrendamento operacional	1.035	735	69	–	–	1.839
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	7.457	3.337	3.020	1.556	189	15.559
BNDU	50	–	–	–	–	50
Outros passivos contingents	15	–	–	–	–	15
	8.557	**4.072**	**3.089**	**1.556**	**189**	**17.463**
Valor presente	**7.761**	**3.349**	**2.304**	**1.053**	**116**	**14.583**

	2024	2025	2026	2027	2028	Total
Créditos tributários de contribuição social						
Provisão para perdas com bens de arrendamento operacional	937	125	41	–	–	1.103
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	4.474	2.002	1.812	934	113	9.335
BNDU	31	–	–	–	–	31
Outros passivos contingents	9	–	–	–	–	9
	5.451	**2.127**	**1.853**	**934**	**113**	**10.478**
Valor presente	**4.942**	**1.749**	**1.382**	**632**	**70**	**8.775**

Para fins de determinação do valor presente da realização futura estimada de créditos tributários em cada ano, foi adotada a taxa média de 10,111% ao ano, referente ao custo médio de captação da Instituição.

9. Outras obrigações

a) Fiscais

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão para imposto de renda	–	11.778
Provisão para contribuição social	8.210	15.828
Imposto de renda retido na fonte a recolher	64	76
PIS e COFINS	1.037	1.116
Imposto sobre serviços a recolher	4.394	4.372
Provisão para imposto de renda diferido (Nota 9b)	87.130	71.340
Provisão IRRF sobre Juros sobre Capital Próprio	–	6.075
Total	100.835	110.585
Saldo de curto prazo	13.705	39.245
Saldo de longo prazo	87.130	71.340

b) Provisão para imposto de renda diferido

As obrigações fiscais diferidas foram constituídas sobre o total de superveniência de depreciação apurado pela Instituição.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a provisão para impostos diferidos apresentou a seguinte movimentação:

	Saldo em 31/12/2022	Constituição	Reversão/ Realização	Saldo em 31/12/2023
Imposto de renda diferido sobre superveniência de depreciação (Nota 19 a)	71.340	15.790	–	87.130
Total	71.340	15.790	–	87.130

	Saldo em 31/12/2021	Constituição	Reversão/ Realização	Saldo em 31/12/2022
Imposto de renda diferido sobre superveniência de depreciação (Nota 19 a)	65.071	6.269	–	71.340
Total	65.071	6.269	–	71.340

As obrigações fiscais diferidas terão sua realização com base na fluência dos prazos e amortizações da carteira de arrendamento mercantil. Com base no atual nível de capitalização e operações da Instituição, e considerando as expectativas de resultados futuros determinados com base em premissas que incorporam, entre outros fatores, a manutenção do nível de operações, o atual cenário econômico, e as expectativas futuras de taxas de juros, a Administração acredita que as obrigações fiscais diferidas, registradas em 31 de dezembro de 2023, tenham a sua realização futura da seguinte forma:

c) Imposto de renda diferido – expectativa de realização

	2024	2025	2026	2027	2028	Total
Imposto de renda diferido superveniência de depreciação	40.312	30.071	12.243	4.130	374	87.130
	40.312	**30.071**	**12.243**	**4.130**	**374**	**87.130**
Valor Presente	**36.553**	**24.732**	**9.133**	**2.795**	**226**	**73.439**

Para fins de determinação do valor presente da realização futura estimada do imposto de renda diferido em cada ano, foi adotada a taxa média de 10,111% ao ano, referente ao custo médio de captação da Instituição.

d) Outras obrigações – diversas

	31/12/2023	31/12/2022
Obrigações por aquisição de bens e direitos	**16.527**	8.642
Provisão para pagamento a efetuar	**3.036**	2.883
Provisão para passivos contingentes	**62**	115
Outros credores	**6.669**	2.150
Total	**26.294**	13.790
Saldo de curto prazo	**24.600**	13.599
SaldoSaldo de longo prazo	**1.694**	191

10. Obrigações por Empréstimos

	Juros	Indexador	Vencimento	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos no País					
Bank of América	1.35% aa	**CDI**	16/01/2023	**–**	7.039
Empréstimos no exterior					
Compaq Trademark B.V.	4,54% a.a.	US$	17/06/2024	**3.242**	6.393
Compaq Trademark B.V.	9,718% a.a.	Pré-Fixado	15/09/2027	**568.696**	760.083
Subtotal – NE 18				**571.938**	766.476
Total				**571.938**	773.515
Saldo de curto prazo				**245.248**	267.908
Saldo de longo prazo				**326.690**	505.607

Em janeiro de 2023 foi totalmente liquidado o valor referente ao empréstimo de curto prazo com a instituição Bank of América no valor de R$ 7.039 mil.

11. Contingências

a) Contingências ativas

A HP Financial Arrendamento Mercantil, não possui ativo contigente reconhecido em seu balanço por não apresentar, atualmente, processos judiciais que gerem expectativa de ganhos futuros relevantes.

b) Contingências passivas

A HP Financial Services Arrendamento Mercantil, figura como ré em processos tributários e cíveis, decorrentes do curso de suas atividades.

			Provável
Movimentação	Cíveis	Tributárias	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	61	54	115
Reversão de provisões		(54)	(54)
Atualização	1		1
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**62**	**–**	**62**

			Possível
Movimentação	Cíveis	Tributárias	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	147	36.924	37.071
Adições	–	35.433	35.433
Reversão de provisões	(147)	(11.286)	(11.433)
Atualização	–	25	25
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**–**	**61.096**	**61.096**

Os principais processos da HP Financial Services Arrendamento Mercantil, estão classificados como perda possível em decorrência das incertezas geradas quando a seu desfecho e se referem ainda, a natureza tributária detalhados a seguir:

Ação de natureza tributária, com prognóstico de perda possível no valor de R$ 35.393 mil e se refere Autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil, em dezembro de 2023, objetivando a cobrança de IRPJ e CSLL relativos ao ano-calendário de 2018, acrescidos de multa de ofício, multa isolada e demais consectários legais, em razão do suposto aproveitamento de despesas financeiras não dedutíveis, decorrentes de alegada inobservância da regra restritiva prevista no artigo 25 da Lei nº 12.249/2010. Por entender improcedente o presente, HP Financial Services Arrendamento Mercantil SA, apresentou impugnação.

Ação de natureza tributária, com prognóstico de perda possível, no valor de R$ 24.989 mil, proferida pela Prefeitura do Município de Barueri em outubro de 2021, apontando supostos débitos sobre ISSQN referente ao anos de 2016 e 2017, referidos débitos tem como fundamento o julgamento da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental ("ADPF") nº 189, o referido dispositivo legal previa a não inclusão, na base de cálculo do ISS, dos tributos federais (IRPJ, CSLL, PIS e COFINS). Em novembro de 2021 a Empresa entrou com mandado de segurança, sendo proferida decisão liminar, suspendendo a exigibilidade dos débitos lançados. Tendo, em 29 de janeiro de 2024 a decisão de extinção dos débitos, entretanto em 31 de janeiro de 2024 o Exequente, apresentou manifestação requerendo a aplicação da remessa necessária ao presente caso. Em 06 de março de 2024, a HP Financial Services Arrendamento Mercantil, protocolou petição entendendo que tal pedido não deve ser acolhido em razão da ocorrência da prescrição/preclusão temporal.

Em 2022 a principal ação de natureza tributária, no valor, de R$ 11.286 mil se referia Auto de Infração lavrado pela Secretaria Municipal de Fazenda do Município do Rio de Janeiro com a finalidade de aplicar multa formal em razão da suposta não-emissão de documentos fiscais refletindo as operações de arrendamento mercantil praticadas pela HPFS entre os meses de setembro de 2002 e dezembro de 2004 teve seu cancelamento em 19/12/2023 conforme decisão publicada no diário oficial do Município do Rio de Janeiro, dando provimento ao recurso especial interposto pela Companhia, e desta forma não mais classificado como um processo de perda possível.

12. Patrimônio Líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social totalmente subscrito e integralizado no valor de R$ 617.652 (R$ 557.455 em 31 de dezembro de 2022) representado por 866.101.052 ações, sendo 866.100.051 ações ordinárias e 1.001 ações preferenciais, nominativas, sem valor nominal. Através das Assembléias Geral Extraordinarias, em 21 de dezembro de 2021 e 22 de dezembro de 2022, os acionistas deliberaram o pagamento de Juros sobre Capital Próprio, calculados sobre os balanços intermediários de 30 de novembro de 2021 e 2022, quando, também, por unanimidade de votos, aprovaram aumentar o capital social no valor líquido após a dedução do valor do imposto de renda conforme demonstrativo a seguir:

Juros sobre Capital Próprio	Assembleias	
	21/dez/21	22/dez/22
Valor Bruto	30.320	40.500
Imposto de Renda	(4.548)	(6.075)
Valor Líquido	25.772	34.425
Homologação Banco Central do Brasil	**04/jan/23**	**07/ago/23**

b) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício (semestre) social nos termos da legislação atual, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2023 a Instituição constituiu reserva legal de R$ 5.021 (R$ 5.816 em 31 de dezembro de 2022 e R$ 3.347 no segundo semestre de 2023).

c) Reserva de lucros

As reservas de lucros são as contas de reservas constituídas pela apropriação de lucros da Instituição, para atender a várias finalidades, sendo sua constituição efetivada por disposição da lei ou por proposta dos órgãos da Administração.

Em 31 de dezembro de 2023 a Instituição constituiu reserva de lucros de R$ 45.941 (R$ 65.891 em, 31 de dezembro de 2022 e R$ 9.374 no segundo semestre de 2023).

d) Dividendos

Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo obrigatório de 6% do lucro líquido anual ajustado (os dividendos são calculados e destinados semestralmente por conta das demonstrações financeiras semestrais) de acordo com o estatuto social.

	2º Semestre de 2023	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	**66.935**	**100.458**	116.313
Constituição de reserva legal (5%)	**3.347**	**5.021**	5.816
Base para cálculo dos dividendos	**63.588**	**95.436**	110.497
Constituição de dividendos (6%)	**3.814**	**5.726**	6.630

continua na próxima página . . .

Hewlett Packard Enterprise

HP Financial Services Arrendamento Mercantil S.A.

Sociedade Anônima de Capital Fechado
CNPJ/MF nº 97.406.706/0001-90
Internet – https://www.hpe.com/br/pt/services/hpe-financial-services/legal.html

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de reais exceto quando de outra forma apresentado)*

13. Receitas e (Despesas) de intermediação financeira

a. Receitas

	2º Semestre de 2023	31/12/2023	31/12/2022
Rendas de Arrendamento Mercantil	**455.254**	**908.717**	831.818
Superveniência de depreciação	**123.891**	**252.366**	227.126
Lucro na alienação de Imobilizado de Uso e de Arrendamento	**6.012**	**29.286**	17.079
Outras	**2.297**	**9.519**	1.424
	587.454	**1.199.888**	1.077.447

b. Despesas

	2º Semestre de 2023	31/12/2023	31/12/2022
Depreciação de bens arrendados	**(367.740)**	**(736.448)**	(671.033)
Insuficiência de depreciação	**(83.817)**	**(185.132)**	(169.767)
Empréstimos e repasses – Exterior (partes relacionadas)	**(29.920)**	**(62.675)**	(59.425)
Empréstimos e repasses – País	–	**(214)**	(2.202)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	**743**	**(12.152)**	(9.810)
Provisão (Reversão) para Perdas na Venda de Valor Residual	**2.325**	**2.913**	11.474
Amortização de perdas de arrendamento	**(8.216)**	**(16.705)**	(16.695)
Prejuízo na alienação de bens arrendados	–	**(38)**	(146)
Outras	**(997)**	**(2.285)**	(1.813)
	(487.622)	**(1.012.736)**	(919.417)

14. Despesas de provisões

	2º Semestre de 2023	31/12/2023	31/12/2022
Rateio de despesas administrativas (Nota 18)	(10.246)	(21.770)	(20.368)
Processamento de dados	(2.914)	(6.423)	(8.116)
Honorários advocatícios	(1.012)	(1.948)	(5.904)
Retorno de equipamentos e limpeza de dados	(707)	(1.210)	(2.591)
Outras	(242)	(497)	(501)
	(15.121)	**(31.848)**	**(37.480)**

15. Despesas tributárias

	2º Semestre de 2023	31/12/2023	31/12/2022
Tributos estaduais e municipais	**(18)**	**(61)**	(218)
Imposto sobre serviços	**(9.187)**	**(18.279)**	(16.868)
PIS/Cofins	**(4.835)**	**(9.698)**	(10.039)
	(14.040)	**(28.038)**	(27.125)

16. Outras receitas (despesas) operacionais

a. Outras receitas operacionais	2º Semestre de 2023	31/12/2023	31/12/2022
Multas e juros de mora sobre recebimentos em atraso	1.094	2.410	2.124
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	1.382	2.179	41.811
Juros Selic sobre antecipação de IRPJ e CSLL	1.605	1.678	1.408
Outras	268	274	466
	4.349	**6.541**	45.809
b. Outras despesas operacionais			
Multas e juros sobre impostos	–	–	(1)
Descontos concedidos	(338)	(808)	(1.101)
Diversos	(42)	(300)	(179)
	(380)	**(1.108)**	(1.281)

17. Resultado não operacional

	2º Semestre de 2023	31/12/2023	31/12/2022
Lucro (prejuízo) na alienação de valores e bens	**2.866**	**5.462**	14.663
Provisão (reversão) para perdas em BNDU	**182**	**88**	63
Outras (despesas) rendas não operacionais	**104**	**51**	(313)
	3.152	**5.601**	14.413

18. Transações com partes relacionadas e remuneração da Administração

Os saldos e resultados de operações com partes relacionadas, as quais são efetuadas com base em taxas e condições usuais de mercado, estão refletidos nas seguintes contas:

	31/12/2023	31/12/2022
Passivo		
Sociais e estatutárias – Dividendos	**5.726**	6.630
Obrigações por empréstimos		
Compaq Trademark B.V. (Nota 10)	**571.938**	766.476
Outras obrigações – HP Financial Services Brasil Ltda	**2.297**	2.085
Resultado		
Despesas com operações de empréstimos (*)		
Compaq Trademark B.V.	**(62.461)**	(59.425)
Despesas administrativas		
Rateio de despesas – HP Financial Services Brasil Ltda. (Nota 14)		
Despesas com pessoal corresponde a 86,44% do total do rateio.	**(21.770)**	(20.368)

(*) Inclui o resultado da variação cambial sobre as operações de empréstimos em moeda estrangeira.

Os administradores da Instituição são remunerados através do regime de Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), sendo que eles estão alocados, primariamente, na entidade HP Financial Services Brasil Ltda. Considerando salários e benefícios de curto prazo, os administradores receberam em no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 o valor de R$ 2.500 mil, dos quais repassados 80%, R$ 2.000 mil, à Arrendamento Mercantil SA, uma vez que esta apresenta maior demanda no negócio e requerimentos e reportes ao Banco Central do Brasil.

19. Imposto de Renda e Contribuição Social

a. Demonstrativo do imposto de renda e contribuição social

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
(Reversão) do crédito tributário diferido sobre provisão para perdas com bens de arrendamento operacional	8a	**(1.268)**	(4.687)
Constituição/(Reversão) do crédito tributário diferido sobre provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	8a	**(15.740)**	2.508
Constituição (realização) do crédito tributário diferido sobre BNDU	8a	**61**	(30)
Realização (Constituição) do imposto de renda diferido passivo sobre superveniência de depreciação	9b	**(15.790)**	(6.269)
Base negativa de imposto de renda	8a	**3.125**	–
Constituição/(Reversão) do crédito tributário diferido contingência passiva		**(20)**	32
Total ativo fiscal diferido		**(29.632)**	(8.446)
Apuração do imposto de renda – corrente (Nota 19.b)		–	(11.778)
Apuração da contribuição social – corrente (Nota 19.b)		**(8.210)**	(15.828)
		(37.842)	(36.052)

20. Cobertura de seguros (não auditado)

O seguro dos bens arrendados está incluso no custo do imobilizado de arrendamento, com cláusula de benefício em favor da arrendadora.

21. Resultado não recorrentes

Não foram identificados resultados não recorrentes no semestre e exercício findo em 31 de dezembro 2023.

Em dezembro de 2022, a HPFSAM apresentou uma receita não recorrente no valor de R$36.947 mil referente a um cliente, do segmento de óleo e gás, que teve seu saldo contábil de R$19.271 mil baixado para prejuízo em 2015 de acordo à Resolução CMN 2.682/99 artigo 7º. Sobre a perda registrada foi, em conformidade com o artigo 9º da Lei 9.430/96, aplicada a dedutibilidade aos cálculos dos impostos PIS, COFINS, CSLL e IRPJ, tendo, neste semestre, a devida tributação sobre o valor recuperado conforme demonstrativo abaixo: Receita não recorrente 36.947 Base de cálculo 36.947 PIS – 0,65% 240 COFINS – 4% 1.478 CSLL – 15% 5.284 IRPJ – 25% 7.486

22. Limites operacionais (Acordo Basiléia)

De acordo com a Resolução nº 4.677/2018 o limite individual de risco por cliente ou grupo econômico é de 25% do Patrimônio de Referência (PR)

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Instituição está enquadrada nos demais limites de risco estabelecidos pelo Banco Central do Brasil.

O BACEN, através da Resolução nº 4.958/2021 define a forma de apuração do Patrimônio de Referência Exigido (PRE). O índice da Basileia para 31 de dezembro de 2023 é de 58,60 % (46,21% em 31 de dezembro de 2022):

	31/12/2023	31/12/2022
Risco de crédito (RWA_{CPAD})	**103.429**	125.473
Risco operacional (RWA_{OPAD})	**24.048**	19.992
Risco de mercado (RWA_{MPAD})	**162**	140
Patrimônio de Referência Exigido	**127.639**	145.605
Parcela do Rban	**4.438**	2.115
Adicional de capital principal (ACP)	**39.887**	45.502
Patrimônio de Referência (PR)	**934.900**	841.099
Excesso de patrimônio em relação ao limite	**762.936**	647.877

23. Gerenciamento de riscos

De acordo com a Resolução 4.553/2017 do CMN, a Instituição está enquadrada no segmento S4.

a) Risco de mercado

A Instituição participa de operações ativas – arrendamentos a receber, aplicações financeiras e operações passivas – captações no mercado interno e externo junto à Matriz, bem como operações com derivativos financeiros, se aplicável, com o objetivo de atender às necessidades próprias, no sentido de administrar exposições. O gerenciamento e o acompanhamento desses riscos são efetuados pela área financeira da Instituição através de políticas e estratégias de operação para posições assumidas, consoante as diretrizes estabelecidas pela Administração.

b) Risco de liquidez

A gestão de risco de liquidez tem como objetivo estabelecer níveis eficientes de recursos líquidos mantidos pelo pela empresa com o objetivo de atender suas obrigações com clientes, parceiros e fornecedores, além de permitir que a instituição continue expandindo suas atividades com a estratégia da Administração.

i) Risco de crédito

A gestão de risco de crédito busca oferecer subsídios a definição de estratégias, além do estabelecimento de limites, abrangendo análises de exposições e tendências, bem como eficácia da política de crédito.

ii) Risco operacional

O CMN, através da Resolução nº 4.557 de 23/02/2017, determinou a implementação de estrutura de gerenciamento do risco operacional compatível com a natureza e complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas da instituição. Define-se como risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas.

A Instituição. implementou a estrutura de risco operacional, a qual está subordinada à sua diretoria e tem como objetivo avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos, bem como identificá-los e acompanhá-los tomando as devidas providências para que sejam eliminados ou monitorados pelos gestores de risco operacional.

A empresa tem operações ativas e passivas vinculadas à variação cambial as quais estão equalizadas em termos de saldos não gerando efeitos positivos ou negativos devido a uma valorização ou desvalorização cambial.

As demais operações ativas (arrendamentos a receber) e operações passivas (Empréstimos) foram contratas com taxas prefixadas e em CDI.

iii) Análise de sensibilidade

Risco de mercado

Em cumprimento à Resolução BCB nº 02/2020, a instituição realizou análise de sensibilidade através da aplicação de metodologias de cálculo definido em suas políticas de risco, aplicando os fatores a seguir em ativos e passivos, adotando cada um dos cenários elencados abaixo:

- Cenário 1: choque de +100bps e +100bps nas curvas de juros e 5% de variação cambial, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco
- Cenário 2: Choque de +200bps e +200 bps nas curvas de juros e 10% de variação cambial, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.
- Cenário 3: Choque de +300bps e +300 bps nas curvas de juros e 30% de variação cambial, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

		Efeito bruto no resultado		
Fatores de Risco	Exposições sujeitas a	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxas de juros em reais	Variação de Taxas de juros em reais.	(8.937)	(17.632)	(26.096)
Moeda estrangeira	Variação cambial	(37)	(74)	(221)

Os resultados apresentados referem-se sempre à pior perda (ganho) apurada para cada um dos cenários.

Risco de crédito

Com base em 31 de dezembro de 2023 o risco de crédito da instituição era composto por 1.535 clientes com exposição total de R$ 1.570.895.

Para efeito do risco de crédito foram consideradas as operações de arrendamento mercantil financeiro e operações de arrendamento mercantil operacional. O Estudo foi elaborado considerando acréscimos na inadimplência da carteira de arrendamento mercantil.

Cenário base: Apesar dos aproximados 4 anos, desde o início da pandemia/COVID-19, a economia mundial ainda enfrenta turbulências, sobre tudo altas taxas de juros, e segue impactada pelas consequências da guerra na Ucrânia adicionada a de Israel. A maioria dos países ainda estão mantendo altas taxas de juros e seguem tentando controlar a inflação. Ainda que os governos contribuam com apoio fiscal e os Bancos Centrais mantenham medidas expansionistas, as perspectivas são de desaceleração mundial, o que não difere no tocante Brasil que buscando uma trajetória de recuperação espera avanços na agenda do governo em termos de reformas que ajudariam a fortalecer o País. Apesar deste cenário mundial a HPFSAM mantém bons volumes de negócios com previsão de crescimento mínimo de 5%, em relação às operações registradas no ano de 2023.

Cenário moderado: Decorridos aproximados 4 anos do início da pandemia COVID-19, a economia mundial ainda apresenta efeitos colatereais com elevadas taxas de juros e índices inflacionários. O novo cenário de guerra, na Ucrânia e em Israel, tem gerado impactos desfavoráveis na economia mundial. A escassez de matérias primas tem impactado na produção de equipamentos em geral o que, seguindo a lei da oferta e demanda, corrobora para subida de preços e consequente aumento da inflação.

O atual governo brasileiro, atuando a pouco mais de um ano, trouxe a expectativa de reformas importantes, estabelecendo como prioridade o ajuste fiscal, tendo em Dezembro de 2023 a aprovação da reforma tributária com sua implementação gradativa a médio e longo prazos, e apesar das expectativas positivas em relação à reforma tributário, o governo segue aumentando os gastos públicos e impostos, gerando incertezas sobre a economia brasileira.

Cenário de estresse: Apesar do Banco Central Brasileiro reduzir, de forma moderada e gradativa, a taxa de juros, já com reflexos na queda da inflação, o mercado ainda não está confortável visto os gastos do governo e dificuldades com algumas pautas tributárias no congresso podendo gerar uma vulnerabilidade no controle inflacionário. O Banco central segue intervindo no mercado de câmbio para sustentar a moeda em queda, quando necessário.

Construindo um resumo dos impactos inflacionários (em diversos países), ainda decorrentes da pandemia/COVID-19, somado aos das guerras na Ucrânia e em Israel, em conjunto com as sanções dos países ao governo Russo e processo de eleição presidencial em vários países durante o ano de 2024, o cenário econômico mundial segue apresentando incertezas com impactos negativos nas economias.

Com base nos cenários acima descritos, foram calculados os seguintes impactos na carteira de arrendamento mercantil da instituição.

Cenário base: o valor da inadimplência era de R$ 6.231 representando um percentual de 0,40% sobre a exposição total que era de R$ 1.570.895.

Cenário Moderado: foi considerado um acréscimo no nível de inadimplência de 0,5% elevando o valor em 7.854.

Cenário de Estresse: neste cenário consideramos o nível de inadimplência em 1,5% com um acréscimo de R$ 23.563 no valor da inadimplência.

24. Eventos subsequentes

Não há eventos subsequentes relevantes até a presente data.

25. Assuntos diversos

a) Alterações e interpretações de normas aplicáveis em períodos futuros:

Resolução CMN nº 4.966/21, em vigência e complementações trazidas pela Resolução CMN nº 5.100/23, estabelece novos critérios aplicáveis a instumentos financeiros, dentre os quais, reconhecimento de provisão para perdas esperadas associadas ao riso de crédito, dentre os quais destacamse: (i) classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros; (ii) reconhecimento de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; (iii) atualização dos instrumentos financeiros por meio da taxa efetiva de juros contratual; e (iv) reconhecimento de juros para instrumentos financeiros ativos em atraso.

O plano de implementação estabelecido pela HPFSAM, originalmente basado nas definições da Resolução CMN nº 4.966/21, dentro do seguimento S4 com aplicação da metodologia simplificada, sofreu alterações contemplando a Resolução CMN nº 352 de novembro de 2023. Face ao novo cenário, HPFSAM se encontra na fase de adequação do plano com previsão de conclusão dentro do 1º trimestre de 2024, prevendo fases de desenvolvimento e testes dentro do 2º e 3º trimestres de 2024, possíveis ajustes no início no 4º trimestre de 2024 com efetiva implementação em 1º de Janeiro de 2025. Para alcançar esse objetivo, foi constituído um grupo de trabalho específico, composto por diversas áreas, com foco para identificar os impactos na aplicação das presentes normativas e seguimento desta implementação considerando, dentre outros aspectos, os impactos em processos e sistemas legados e revisão dos modelos e critérios utilizados na determinação de estimativas contábeis. Cabe ressaltar sobre as expectativas de publicação de normativos complementares pelo CMN e/ou BCB, sobre os quais, se couber, novos ajustes ao Plano de Implementação poderão ser executados.

Resolução CMN nº 4.975, publicada em dezembro/2021 – Dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A resolução em pauta estabelece princípios contábeis para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos mercantis. O CPC 06 (R2) alinha-se às normas internacionais de contabilidade, principalmente à norma IFRS 16, que trata do mesmo assunto a nível internacional. Apresenta, ainda, como principais alterações, quando comparada às normas anteriores, impactos para arrendatários sendo: (i) ausência de classificação em leasing operacional e financeiro; e (ii) as operações de arrendamento devem ser reconhecidas como ativo de direito de uso tendo como contrapartida um passivo de arrendamento com registro de despesas de juros sobre o passivo de arrendamento e despesas de depreciação sobre o ativo de direito de uso sendo, essas, reconhecidas separadamente.

Instrução Normativa BCB nº 319 publcada em 4 de novembro de 2022, revogando a Carta Circular nº 3.429, de 11 de fevereiro de 2010, esclarece acerca dos procedimentos para o registro contábil de obrigações tributárias em discussão judicial. Esta Instrução Normativa entrou em vigor em 1º de janeiro de 2023 e não gerou impactos relevantes nas Demonstrações Contábeis da companhia.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Martin Alberto Hornos – *Presidente*
Brad Stuart Shapiro – *Membro*
Susy Aparecida dos Santos – *Membro*

DIRETORIA

Ismael Paes Gervásio – *Diretor*
Alberto Hiroshi Okawa – *Diretor*

CONTADORA

Susy Aparecida dos Santos
CRC 1SP 255.088/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
HP Financial Services Arrendamento Mercantil S.A. | São Paulo-SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da HP Financial Services Arrendamento Mercantil S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da HP Financial Services Arrendamento Mercantil S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de março de 2024.

Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP 034.519/O

Wanderley Fernandes de Carvalho Neto
Contador
CRC SP 300.534/O

INÊS 249

ORIZON VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS S.A.

CNPJ nº 11.421.994/0001-36 - NIRE 35.300.592.328

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os Senhores Acionistas da Orizon Valorização de Resíduos S.A. ("Companhia") para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE"), a ser realizada às 11:00 horas do dia 26 de abril de 2024, exclusivamente de modo digital, por meio plataforma digital TEN ("Plataforma Digital"), possibilitando a participação de Acionistas por meio de Boletim de Voto a Distância, com base na Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81") para deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da ordem do dia: Em sede de Assembleia Geral Ordinária ("AGO"): **(i)** Aprovação do relatório da administração, das contas da administração, do balanço patrimonial da Companhia e das demais demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e do Conselho Fiscal; **(ii)** Consignação da destinação do resultado relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 para absorção dos prejuízos acumulados; **(iii)** Fixação do número de membros do Conselho de Administração e eleição de seus membros; e **(iv)** Aprovação da remuneração global anual da administração para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2024. Em sede de Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"): **(i)** Aprovação da atualização da expressão do capital social da Companhia, disposto no *caput* do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, em razão do último aumento de capital social aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia no âmbito de seu capital autorizado; **(ii)** Alteração dos artigos 10, inciso "vii" e 18, inciso "i", do Estatuto Social da Companhia, objetivando aprimorar a redação da competência da Assembleia Geral para aprovação do orçamento de capital previsto no artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações e do Conselho de Administração da Companhia para aprovação do orçamento anual (*budget*); **(iii)** Exclusão do inciso "xxxiii" do artigo 18 do Estatuto Social da Companhia, objetivando excluir tal competência do Conselho de Administração da Companhia; e **(iv)** Aprovação da consolidação do Estatuto Social da Companhia, em decorrência das alterações previstas nos itens "i" a "iii" acima. **1. Documentos à disposição dos Acionistas**: Todos os documentos e informações relacionados às matérias referidas acima encontram-se à disposição dos Acionistas na sede e no website da Companhia (https://ri.orizonvr.com.br), bem como nos websites da CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (https://www.b3.com.br/pt_br), nos termos previstos na Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações") e na Resolução CVM 81. **2. Participação dos Acionistas na AGOE**: Poderão participar da AGOE ora convocada os Acionistas titulares de ações emitidas pela Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores, ou, ainda, via boletim de Voto a Distância, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida constam da Proposta da Administração, divulgada no website da Companhia (https://ri.orizonvr.com.br) e no website da CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br). Os Acionistas que desejarem participar da AGOE via Plataforma Digital deverão acessar o endereço eletrônico https://assembleia.ten.com.br/207803694 e preencher o seu cadastro com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data designada para a realização da AGOE, ou seja, **até o dia 24 de abril de 2024**, com cópia dos seguintes documentos: **(i)** comprovante de titularidade das ações de emissão da Companhia, expedido pela instituição financeira depositária ou pelo custodiante; **e (ii)** se pessoa física, documento de identidade com foto e, se for o caso, instrumento de procuração; **(iii)** se pessoa jurídica, cópia do estatuto social ou contrato social vigente e consolidado e documentos comprobatórios da regularidade da representação legal, bem como documento de identificação do(s) representante(s) legal(is) com foto; **(iv)** se fundo de investimento, regulamento vigente e consolidado do fundo, estatuto social ou contrato social vigente do administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação (ata da eleição dos diretores, termo(s) de posse e/ou procuração), bem como documento de identificação do(s) representante(s) legal(is) com foto. O acesso via Plataforma Digital estará restrito aos Acionistas da Companhia que se credenciarem dentro do referido prazo e conforme os procedimentos acima. Os Acionistas que não se cadastrarem ou não enviarem a documentação obrigatória para sua participação virtual na AGOE dentro deste prazo não poderão participar da AGOE. Considerando a realização da AGOE de forma virtual e a disponibilização da Plataforma Digital para participação virtual dos Acionistas, a Companhia informa as seguintes medidas que decidiu adotar: **(i)** dispensa da necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos Acionistas para o escritório da Companhia; **(ii)** dispensa do cumprimento das formalidades de reconhecimento de firma, autenticação, notarização, consularização e apostilamento dos documentos listados no edital de convocação referentes à participação na AGOE; e **(iii)** permissão da apresentação de procurações assinadas por meio eletrônico por certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil em caso de constituição de procuradores para participação na AGOE, nos termos do artigo 126, §1º, da Lei das Sociedades por Ações. Após a realização inicial do cadastro na Plataforma Digital, conforme instruções acima, o Acionista (ou procurador) receberá uma confirmação de que o cadastro foi recebido e está em análise pela Companhia. Uma vez que a Companhia valide as informações e aprove o cadastro, o Acionista (ou procurador) receberá uma confirmação via e-mail de que foi aprovado, já indicando o endereço eletrônico para acessar a Plataforma Digital no dia da AGOE, através de *login* e senha previamente cadastrado. Caso o cadastro seja reprovado, o Acionista (ou procurador) também receberá um e-mail explicando o motivo da reprovação e forma como o mesmo deve regularizar o cadastro, sendo que eventual regularização deverá ocorrer, impreterivelmente, até o prazo indicado acima (i.e., até o dia **24 de abril de 2024**). **A Companhia informa, desde já, que as informações de acesso para a AGOE são pessoais e intransferíveis e não poderão ser compartilhadas sob pena de responsabilização do Acionista.** O Acionista que participar da AGOE por meio da Plataforma Digital será considerado presente à AGOE, podendo exercer seus respectivos direitos de voto, e assinante da respectiva ata da AGOE, nos termos do artigo 47, §1º da Resolução CVM 81. Caso o Acionista que tenha solicitado validamente sua participação não receba da Companhia o e-mail com as instruções para acesso à Plataforma Digital e participação na AGOE com antecedência mínima de 24 horas da sua realização (**ou seja, até as 11:00 horas do dia 25** de abril de 2024), deverá entrar em contato com a Companhia pelo telefone +55 (11) 5103-5300 (Ramal: 5409) - em qualquer cenário, antes das 18:00 horas do dia 25 de abril de 2024, a fim de que lhe sejam reenviadas (ou fornecidas por telefone) suas respectivas instruções para acesso. A Companhia disponibilizará auxílio técnico para a hipótese de os Acionistas terem quaisquer problemas para participar da AGOE via Plataforma Digital. No entanto, a Companhia não se responsabiliza por quaisquer problemas operacionais ou de conexão que o Acionista venha a enfrentar, bem como por quaisquer outras eventuais questões alheias à Companhia que venham a dificultar ou impossibilitar a participação e a votação do Acionista na AGOE. A Companhia recomenda, ainda, que os Acionistas se familiarizem previamente com o uso da Plataforma Digital, bem como garantam a compatibilidade de seus respectivos dispositivos eletrônicos com a utilização da Plataforma Digital (por vídeo e áudio). A Companhia solicita a tais Acionistas que, no dia da AGOE, acessem a Plataforma Digital com, no mínimo, 30 (trinta) minutos de antecedência do horário previsto para início da AGOE a fim de permitir a validação do acesso e participação de todos os Acionistas que dela se utilizem. Em cumprimento ao artigo 28, §1º, II, da Resolução CVM 81, a Companhia informa que gravará a AGOE, sendo, no entanto, proibida a sua gravação ou transmissão, no todo ou em parte, por Acionistas participante que acessem a Plataforma Digital para participar e, conforme o caso, votar na AGOE. A AGOE será integralmente gravada e, dessa forma, o Acionista, ao acessar a Plataforma Digital e participar da AGOE, está ciente, bem como autoriza a Companhia a gravar e fazer uso das informações da AGOE, inclusive do Acionista como participante da AGOE, consentindo com a realização pela Companhia, assim como por terceiros autorizados pela Companhia, respeitadas as limitações legais e regulamentares aplicáveis, de coleta, classificação, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, avaliação, controle, transferência, difusão, extração, gravação, organização, estruturação, armazenamento, compartilhamento, adaptação, recuperação, consulta, uso, divulgação por transmissão, disseminação ou outra forma de disponibilização, correlação ou combinação ou restrição das informações constantes da AGOE e, inclusive, do Acionista como participante da AGOE, desde que observada a legislação e regulamentação aplicáveis. As finalidades de todas as utilizações ora mencionadas serão para: **(i)** registro da possibilidade de manifestação e visualização dos documentos apresentados durante a AGOE; **(ii)** registro da autenticidade e segurança das comunicações durante a AGOE; **(iii)** registro de presença dos Acionistas na AGOE; **(iv)** registro dos votos proferidos pelos Acionistas na AGOE; **(v)** atendimento de determinação judicial, arbitral, legal, administrativa, normativa ou autorregulatória; e **(vi)** caso a informação seja necessária, para defesa dos direitos da Companhia e de seus administradores nas esferas judiciais, arbitrais, administrativas, regulatórias e/ou autorregulatórias. O Acionista, ao participar da AGOE por meio da Plataforma Digital, se declara ciente de que as gravações e as suas informações serão utilizadas e tratadas pela Companhia pelo prazo de 5 (cinco) anos e, após, poderão ser deletadas (salvo se por determinação judicial, arbitral, legal, administrativa, normativa ou autorregulatória ou no contexto de determinada defesa dos direitos da Companhia e de seus administradores no âmbito de um processo judicial, arbitral, administrativo ou autorregulatório). Cada Acionista se declara ciente da realização de diversos tratamentos de suas informações em razão de obrigação legal, regulatória, da qual a respectiva parte controladora dos dados seja integrante, o que é do interesse do Acionista, segundo as suas legítimas expectativas, fundamentadas no apoio e na promoção da atividade da Companhia. Os direitos do Acionista sobre os seus dados pessoais poderão ser exercidos, apenas na forma eventualmente permitida pela legislação e regulamentação aplicáveis, mediante comunicação expressa à Companhia. Nos termos da Resolução CVM 81, a Companhia adotará o sistema de votação à distância, permitindo que seus Acionistas enviem Boletins de Voto a Distância por meio de seus respectivos agentes de custódia, do escriturador das ações da Companhia ou diretamente à Companhia, conforme orientações constantes no BVD e na Proposta da Administração disponibilizados pela Companhia. Para os efeitos do que dispõem o artigo 141 da Lei das Sociedades por Ações e a Resolução CVM nº 70, de 22 de março de 2022, o percentual mínimo do capital votante para solicitação de adoção do processo de voto múltiplo é de 5% (cinco por cento). A faculdade para requerer a adoção do processo de voto múltiplo deverá ser exercida até 48 (quarenta e oito) horas antes da AGOE. São Paulo - SP, 27 de março de 2024. ISMAR MACHADO ASSALY - Presidente do Conselho de Administração.

ZAMP S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ/MF nº 13.574.594/0001-96 - NIRE 35.300.393.180

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam os senhores acionistas da ZAMP S.A. ("**Companhia**") convocados para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada em 26 de abril de 2024, às 14:00 horas ("**AGOE**"), de modo exclusivamente digital, nos termos do artigo 5º, §2º, inciso I e §3º e artigo 28, §§2º e 3º da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("**Resolução CVM 81**"), por meio da Plataforma Digital Ten Meetings ("**Plataforma Digital**"), para deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da ordem do dia: Em Assembleia Geral Ordinária: **1.** Exame, discussão e deliberação acerca das Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório e Parecer dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal e do Relatório Resumido e Parecer do Comitê de Auditoria, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **2.** Exame, discussão e deliberação acerca das contas dos Administradores e do Relatório da Administração referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **3.** Aprovação da destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **4.** Definição do número de membros para composição do Conselho de Administração da Companhia; **5.** Eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia; **6.** Caracterização da independência dos candidatos para o cargo de membros independentes do Conselho de Administração da Companhia; e **7.** Aprovação da remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2024. Em Assembleia Geral Extraordinária: **1.** Outorga de Opção de Venda de Ações de até 4.267.525 ações de emissão da Companhia, pelo valor de R$6,50 por ação, a ser concedida aos beneficiários dos planos de concessão de ações cujos períodos de carência foram acelerados em 3 de janeiro de 2024, opção esta a ser exercida contra a Companhia, caracterizando uma recompra de ações pela Companhia, por meio de operações privadas, conforme a Resolução CVM nº 77/22, e que deverá respeitar um prazo de *lock-up* específico pelos beneficiários ("**Recompra**" e "**Lock-up**"); e **2.** Autorização para a Administração da Companhia praticar todos os atos necessários para a implementação das deliberações anteriores, caso sejam aprovadas pelos acionistas da Companhia. **Instruções Gerais: 1. Documentos à disposição dos acionistas**. Todos os documentos e informações relacionados às matérias referidas acima encontram-se à disposição dos acionistas na sede e no *website* da Companhia (https://ri.zamp.com.br/), bem como nos *websites* da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("**B3**") (www.b3.com.br), conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações e na Resolução CVM 81. **2. Participação dos acionistas na AGOE**. Conforme permitido pela Lei das Sociedades por Ações e pela Resolução CVM 81, a AGOE será realizada de modo exclusivamente digital, razão pela qual a participação do acionista somente poderá ser: **(a)** via Boletim de Voto a Distância ("**Boletim**"), sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida para a votação a distância constam do Manual para Participação de Acionistas e do Boletim, que podem ser acessados nos *websites* da Companhia (https://ri.zamp.com.br/), da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 (www.b3.com.br); e **(b)** via Plataforma Digital, nos termos do artigo 28, §§2º e 3º, da Resolução CVM 81, caso em que o acionista ou seu procurador devidamente constituído poderá: (i) simplesmente participar da AGOE, tenha ou não enviado o Boletim; ou (ii) participar e votar na AGOE, observando-se que, quanto ao acionista que já tenha enviado o Boletim e que, caso queira, vote na AGOE, todas as instruções de voto recebidas por meio de Boletim serão desconsideradas. **3. Apresentação dos Documentos para Participação na AGOE**. Poderão participar da AGOE os acionistas titulares de ações emitidas pela Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores. O acionista que desejar participar da AGOE, deverá acessar *website* específico para a AGOE no endereço https://assembleia.ten.com.br/224273063/auth, preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou votação na AGOE, conforme indicados no Manual para Participação na AGOE, com antecedência mínima de 2 dias da realização da AGOE (ou seja, **até o dia 24 de abril de 2024**). **A Companhia ressalta que não será admitido o acesso à Plataforma Digital de acionistas que não apresentarem os documentos de participação necessários no prazo aqui previsto, nos termos do artigo 6º, §3º da Resolução CVM 81**. A Companhia esclarece que dispensará a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos acionistas para a sede da Companhia, bem como o reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do acionista, a notarização, a consularização, o apostilamento e a tradução juramentada de todos os documentos de representação do acionista, bastando o envio de cópia simples das vias originais de tais documentos para o endereço indicado acima. Os Boletins poderão ser enviados pelos acionistas por meio de seus respectivos agentes de custódia, do escriturador das ações da Companhia ou diretamente à Companhia, conforme disposto no Boletim. Informações detalhadas sobre as regras e procedimentos para participação e/ou votação a distância na AGOE, inclusive orientações sobre acesso à Plataforma Digital e para envio do Boletim, constam do Manual para Participação na AGOE, que pode ser acessado nos *websites* da Companhia (https://ri.zamp.com.br/), da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 (www.b3.com.br). **4. Voto Múltiplo**. Nos termos da Resolução CVM nº 70, de 22 de março de 2022, o percentual mínimo de participação no capital votante para requerer a adoção do processo de voto múltiplo na eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia é de 5%, devendo essa faculdade ser exercida pelos acionistas em até 48 horas antes da AGOE, nos termos do parágrafo 1º do artigo 141 da Lei das S.A.

Barueri, 27 de março de 2024.

Leonardo Armando Yamamoto

Presidente do Conselho de Administração

CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A.

CNPJ/MF nº 10.760.260/0001-19 – NIRE 35.300.367.596 | Companhia Aberta

Edital de Convocação – Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária a serem realizadas em 30 de abril de 2024

Os Srs. Acionistas da **CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A.** ("Companhia") ficam convocados a se reunirem nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária ("AGOE"), a serem realizadas, conjuntamente, em primeira convocação, no dia 30 de abril de 2024, às 08:00 horas, de forma exclusivamente digital, considerando-se, portanto, realizadas na sede social da Companhia na Cidade de Santo André, Estado de São Paulo, na Rua da Catequese, nº 227, 11º andar, sala 111, CEP 09090-401, nos termos da Resolução CVM nº 81/2022, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte Ordem do Dia: **(A) Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; e **(ii)** fixar a remuneração anual global dos administradores para o exercício de 2024. **(B) Em Assembleia Geral Extraordinária: (i)** alterar o art. 5º, *caput*, do Estatuto Social da Companhia, conforme detalhado na Proposta da Administração; **(ii)** consolidar o Estatuto Social da Companhia com as alterações aprovadas; e **(iii)** deliberar sobre novo Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, conforme detalhado na Proposta da Administração. Participação na AGOE: Os acionistas interessados em participar da AGOE por meio de sistema eletrônico de participação a distância deverão apresentar sua solicitação e se cadastrar previamente na plataforma *Ten Meetings* até 2 (dois) dias antes da data de realização da AGOE, ou seja, **até 28 de abril de 2024**, por meio do seguinte endereço eletrônico: https://assembleia.ten.com.br/980541155/auth ("Cadastro"), bem como enviar, através do mesmo endereço eletrônico, todos os documentos necessários para participação na AGOE, conforme detalhado abaixo e na Proposta da Administração divulgada nas páginas eletrônicas da Companhia (ri.cvc.com.br), da Comissão de Valores Mobiliários (www.gov.br/cvm) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) na rede mundial de computadores. Após a aprovação do Cadastro pela Companhia, o acionista receberá as informações e orientações para acesso à plataforma digital por meio do e-mail utilizado para o Cadastro. O login e senha para acesso à plataforma no dia da AGOE serão aqueles informados no momento do Cadastro pelos acionistas ou seus procuradores e representantes, sendo que tais credenciais de acesso são pessoais e intransferíveis, autorizando apenas um único acesso à AGOE. Os acionistas que não realizarem o Cadastro na forma e prazo previstos acima não estarão aptos a participar da AGOE via sistema eletrônico de participação a distância. O sistema eletrônico de participação a ser disponibilizado pela Companhia permitirá que os acionistas cadastrados no prazo supramencionado participem, se manifestem e votem na AGOE sem que se façam presentes fisicamente, nos termos estabelecidos pela Resolução CVM nº 81/2022. Ressalta-se que não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à AGOE, uma vez que ela será realizada exclusivamente de modo digital. Informações detalhadas sobre o acesso à plataforma digital e regras de conduta a serem adotadas na AGOE constam da Proposta da Administração disponível nos websites indicados acima e no último parágrafo deste Edital. Representação: Poderão participar da AGOE ora convocada os acionistas titulares de ações ordinárias emitidas pela Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores, munidos dos respectivos documentos de identidade e de comprovação de poderes, devendo ser observadas as formalidades exigidas nos termos do art. 126 da Lei das S.A., dos parágrafos 4º e 5º do art. 7º do Estatuto Social da Companhia e da Proposta da Administração divulgada nas páginas eletrônicas da Companhia (ri.cvc.com.br), da Comissão de Valores Mobiliários (www.gov.br/cvm) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) na rede mundial de computadores. Votação a Distância: Nos termos da Resolução CVM nº 81/2022, a Companhia adotará o sistema de votação a distância, permitindo que seus acionistas enviem boletins de voto a distância por meio de seus respectivos agentes de custódia, por meio da instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia, BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM, ou diretamente à Companhia, aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores, por meio do e-mail ri@cvc.com.br, conforme boletins disponibilizados pela Companhia e observadas as orientações constantes na Proposta da Administração e nos próprios boletins, todos divulgados nas páginas eletrônicas da Companhia (ri.cvc.com.br), da Comissão de Valores Mobiliários (www.gov.br/cvm) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) na rede mundial de computadores. Os documentos a serem discutidos na AGOE encontram-se à disposição nas páginas eletrônicas da Companhia (ri.cvc.com.br), da Comissão de Valores Mobiliários (www.gov.br/cvm) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) na rede mundial de computadores. Santo André/SP, 27 de março de 2024. ***Valdecyr Maciel Gomes** – Presidente do Conselho de Administração.*

(28, 29/03, e 02/04/2024)

CSU Digital S.A.

CNPJ nº 01.896.779/0001-38 - NIRE nº 35300149769 - Companhia Aberta

Edital de Convocação da Assembleia Geral Ordinária a ser Realizada em 29/04/2024

Na forma das disposições legais e estatutárias, ficam convocados os Senhores Acionistas da **CSU Digital S.A.** ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, em primeira convocação, a se realizar **às 10:00 horas do dia 29 de abril de 2024,** em sua sede localizada na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, à Rua Piauí, nº 136, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **a.** Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **b.** Deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido e distribuição de dividendos complementares referentes ao exercício de 2023; **c.** Deliberar sobre o Orçamento de Capital para o ano de 2024; **d.** Fixar o número e eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia; **e.** Fixar a remuneração anual global dos Administradores da Companhia para o exercício de 2024. **Documentos à disposição dos Acionistas:** Encontram-se à disposição dos acionistas nos sites de Relações com Investidores da Companhia (ri.csu.com.br), da CVM (https://www.gov.br/cvm/) e da B3 (www.b3.com.br), os documentos exigidos pela Resolução CVM 81/22. Os acionistas interessados em sanar dúvidas relativas aos itens acima, detalhados na Proposta da Administração, poderão contatar a área de Relações com Investidores, por meio do telefone (11) 2106-3700 ou via e-mail: ri@csu.com.br. **Participação na Assembleia:** Para participar da Assembleia, os acionistas deverão apresentar originais ou cópias autenticadas dos seguintes documentos: (i) documento hábil de identidade do acionista ou de seu representante; (ii) comprovante expedido pela instituição financeira depositária de ações escriturais da Companhia, BTG Pactual Serviços Financeiros S/A DTVM, conforme disposição do Art. 126 da Lei 6.404/76, e (iii) instrumento de procuração, devidamente regularizado na forma da lei, na hipótese de representação do acionista. Referidos documentos deverão ser depositados com, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da data fixada para realização da Assembleia, aos cuidados do Departamento Jurídico, no seguinte endereço: Rua Piauí, nº 136, Bloco B, 3º andar, Barueri/SP, CEP 06440-182. **Boletim de Voto a Distância ("BVD"):** A Companhia adotará sistema de voto a distância, podendo o acionista, se assim desejar, exercer seu direito de voto enviando o respectivo Boletim (i) por meio de seu agente de custódia, (ii) por meio da instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia ou (iii) diretamente à Companhia, conforme regras e orientações constantes do Boletim de Voto a Distância e da Resolução CVM 81/22. Barueri, 28 de março de 2024. **Antonio Kandir -** Presidente do Conselho de Administração.

Cury Construtora e Incorporadora S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 08.797.760/0001-83 - NIRE 35.300.348.231 - Código CVM nº 02510-0

Edital de Convocação

Assembleial Geral Ordinária e Extraordinária a ser Realizada em 30 de Abril de 2024

Cury Construtora e Incorporadora S.A. ("Companhia"), nos termos do art. 124 da Lei nº 6.404/1976 ("Lei das S.A.") e dos arts. 4º e 6º da Resolução CVM 81/2022 ("RCVM 81"), vem, por meio deste edital, convocar a assembleia geral ordinária e extraordinária ("Assembleia"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 30 de abril de 2024, às 10:00 horas, de forma exclusivamente digital, considerando-se, portanto, realizada na sede social da Companhia, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Funchal, 411, 13º andar, conjunto 132-D, Vila Olímpia, CEP 04551-060, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: **I. Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas das respectivas notas explicativas, do relatório dos auditores independentes, do parecer do Comitê de Auditoria e do parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (ii) o relatório da administração e as contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (iii) a proposta da administração para a destinação do resultado da Companhia relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (iv) a fixação do número de membros do Conselho de Administração; (v) a eleição dos membros do Conselho de Administração; (vi) a indicação, dentre os conselheiros eleitos, do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho de Administração; (vii) a caracterização dos membros independentes do Conselho de Administração; (viii) a instalação do Conselho Fiscal; (ix) a fixação do número de membros do Conselho Fiscal; (x) a eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal; (xi) a fixação da remuneração global anual dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal para o exercício social de 2024; **II. Em Assembleia Geral Extraordinária:** (xii) a proposta da administração para o 2º Aditamento do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia; (xiii) o aumento do limite do capital autorizado da Companhia, com a consequente alteração da redação do caput do artigo 7º do Estatuto Social da Companhia; (xiv) a alteração dos artigos 3º, 10, 11, 14, 16, 22, 34 e 40 do Estatuto Social da Companhia com vistas a refletir ajustes redacionais e alterações normativas; e (xv) a consolidação do Estatuto Social da Companhia. A Assembleia será realizada de maneira exclusivamente digital, observando o disposto na RCVM 81. A administração da Companhia esclarece que, observados os respectivos prazos e procedimentos, os Senhores Acionistas poderão participar e votar na Assembleia por meio das seguintes formas disponibilizadas pela Companhia: (a) sistema eletrônico para participação a distância; e (b) boletins de voto a distância. Reitera-se que não haverá a possibilidade de os acionistas comparecerem fisicamente à Assembleia, uma vez que essa será realizada exclusivamente de modo digital. Os acionistas interessados em participar da Assembleia por meio de sistema eletrônico de votação a distância deverão acessar o endereço eletrônico da Assembleia (https://assembleia.ten.com.br/946876915) ("Plataforma Digital") e realizar o seu cadastro, impreterivelmente, em até **2 (dois)** antes da data de realização da Assembleia, ou seja, **até 28 de abril de 2024**, manifestando seu interesse em participar da Assembleia ("Cadastro Prévio"). Ressalta-se que o Cadastro Prévio contempla a identificação do acionista e, se for o caso, de seu representante legal que comparecerá à Assembleia, incluindo seus nomes completos e seus CPF ou CNPJ, conforme o caso, e telefone e endereço de e-mail do solicitante, devendo o solicitante anexar os documentos necessários para participação na Assembleia, conforme abaixo. Após o Cadastro Prévio, a Companhia irá analisar a documentação apresentada, podendo, conforme o caso, solicitar que o acionista (ou seu representante) providencie a complementação dos documentos também até o dia **28 de abril de 2024 (inclusive)**. Nos termos do art. 126, da Lei das S.A. e do art. 10, §5º do Estatuto Social, para participar da Assembleia, no momento do Cadastro Prévio, os acionistas deverão apresentar à Companhia, por meio do endereço eletrônico acima, cópias dos seguintes documentos: (i) caso o acionista seja pessoa física, documento de identidade (RG, RNE, CNH, passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que com foto de seu titular); (ii) comprovante da participação acionária na Companhia emitido pela instituição depositária com data máxima de 5 (cinco) dias anteriores à realização da Assembleia; (iii) caso o acionista seja pessoa jurídica, os atos societários que comprovem a representação legal (conforme abaixo) e documento de identidade do representante; (iv) conforme aplicável (e nos termos abaixo), instrumento de mandato assinado, sendo admitida a assinatura digital, por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil. O representante do acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia simples dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente: (a) último contrato ou estatuto social consolidado; e (b) os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista pelo administrador que (b.i) comparecer à Assembleia como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro represente acionista pessoa jurídica. O representante legal também deverá encaminhar documento de identidade com foto. No tocante aos fundos de investimento, a sua representação caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo, além dos documentos societários acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar cópia simples do regulamento do fundo. Com relação à participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação para participação na Assembleia deverá ter sido realizada há menos de um ano, nos termos do art. 126, §1º, da Lei das S.A. Adicionalmente, em cumprimento ao disposto no art. 654, §1º e §2º da Lei nº 10.406/2002 ("Código Civil"), a procuração deverá conter a indicação do lugar onde foi passada, a qualificação completa do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga com a designação e a extensão dos poderes conferidos, sendo admitida assinatura digital, por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil. Nota-se que, em se tratando de procurador, caberá a ele indicar o(s) respectivo(s) acionista(s) que irá(ão) representar. O procurador receberá e-mail sobre a situação de habilitação de cada acionista registrado no Cadastro Prévio. Nesse sentido, o procurador que porventura represente mais de um acionista somente poderá votar na Assembleia pelos acionistas que tiverem sua habilitação confirmada pela Companhia. Vale mencionar que acionistas: (a) pessoas naturais somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, conforme o art. 126, §1º da Lei das S.A.; e (b) pessoas jurídicas poderão, nos termos da decisão da CVM no âmbito do Processo CVM RJ2014/3578, julgado em 04/11/2014, ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil. Não serão exigidos reconhecimento de firma, notarização ou consularização dos documentos dos acionistas expedidos no exterior, que deverão ser traduzidos por tradutor juramentado matriculado na Junta Comercial, e registrados no Registro de Títulos e Documentos, nos termos da legislação em vigor. A Companhia também não exigirá a tradução juramentada de documentos que tenham sido originalmente lavrados em língua portuguesa, inglesa ou espanhola ou que venham acompanhados da respectiva tradução nessas mesmas línguas. O acesso à Assembleia via Plataforma Digital estará restrito aos acionistas ou seus representantes legais ou procuradores que se credenciarem nos termos acima descritos. Login e senha individualizados de acesso serão cadastrados no próprio ato de Cadastro Prévio na Plataforma Digital, observado que a participação do acionista estará sujeita à verificação, pela Companhia, da regularidade dos documentos de representação, conforme acima informado. A Companhia ressalta que, as informações e documentos deverão ser encaminhadas exclusivamente pela Plataforma Digital. Caso o acionista credenciado (ou seu representante) não receba a confirmação de participação e as instruções de acesso ou tenha dificuldades ou dúvidas em relação ao Cadastro Prévio, solicita-se entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores, por meio do e-mail ri@cury.net, com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência do horário de início da Assembleia, para que seja prestado o suporte necessário. Na data da Assembleia, o link de acesso à Plataforma Digital estará disponível a partir de 30 (trinta) minutos de antecedência do horário de início da Assembleia, sendo que o registro da presença do acionista via sistema eletrônico somente se dará mediante o acesso via link, conforme instruções e nos horários aqui indicados. Após 5 (cinco) minutos do horário marcado para o início da Assembleia, não será possível o ingresso do acionista na Assembleia, independentemente da realização do Cadastro Prévio. Assim, a Companhia recomenda que os acionistas acessem a plataforma digital para participação da Assembleia com pelo menos 30 (trinta) minutos de antecedência. Caso os acionistas optem por manifestar seus votos a distância, deverão preencher os boletins de voto a distância, nos termos da RCVM 81, conforme orientações detalhadas acerca da documentação e procedimentos que constam nos boletins disponibilizado pela Companhia e na Proposta. Os boletins poderão ser enviados diretamente à Companhia através da Plataforma Digital ou aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores, por meio do e-mail ri@cury.net. Além do envio dos boletins de voto a distância diretamente para a Companhia, os acionistas poderão enviar instruções de preenchimento dos boletins para prestadores de serviço aptos a prestar serviços de coleta e transmissão de instruções de preenchimento dos boletins. Dessa forma, as instruções de voto poderão ser enviadas por intermédio do agente de custódia dos acionistas detentores de ações de emissão da Companhia que estejam depositadas em depositário central ou, caso as ações estejam em ambiente escritural, por intermédio da Itaú Corretora de Valores S.A. Conforme previsto no § 1º do art. 141 da Lei das S.A., no art. 5º da RCVM 81 e nos arts. 1º e 3º da Resolução CVM 70/2022, é facultado aos acionistas titulares, individual ou conjuntamente, de ações representativas de, no mínimo, 5% do capital social total e votante, por meio de notificação escrita entregue à Companhia até 48h antes da Assembleia, a adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração. No cálculo do percentual necessário para requerer a adoção do procedimento de voto múltiplo as ações de emissão da Companhia mantidas em tesouraria devem ser excluídas (Processos CVM RJ2013/4386 e RJ2013/4607, julgados em 04/11/2014). Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia encontram-se à disposição dos acionistas na sede e no site da Companhia (https://ri.cury.net/), e foram enviados à CVM (www.gov.br/cvm) e à B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (http://www.b3.com.br), incluindo a Proposta contendo também informações complementares relativas à participação na Assembleia e ao acesso à Plataforma Digital. São Paulo, 28 de março de 2024. **Ronaldo Cury de Capua -** Presidente do Conselho de Administração e Diretor de Relação com Investidores.

Eucatex S/A - Indústria e Comércio

Companhia Aberta

CNPJ/MF. 56.643.018/0001-66 - NIRE Nº 35300028015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam os Senhores acionistas da **EUCATEX S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO**, ("Companhia") convocados a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia") a ser realizada no dia **25 de abril de 2024**, **às 10:00h**, de forma **exclusivamente digital**, para deliberarem a seguinte Ordem do Dia por meio da plataforma digital "Ten Meetings" a ser disponibilizada pela Companhia: **Em Assembleia Geral Ordinária:** a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; b) Deliberar a proposta da administração de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e dividendos a ser pago na forma de juros sobre o capital próprio do exercício de 2023; e c) Fixar a remuneração global anual dos administradores da Companhia. **Em Assembleia Geral Extraordinária**: a) Deliberar a proposta de aumento do capital social da Companhia no montante de R$ 560.811.444,05, mediante a capitalização da totalidade da Reserva de Subvenção para Investimento e da Reserva para Expansão de Investimento, sem emissão de novas ações. **INSTRUÇÕES GERAIS** 1) Os documentos e informações relativos às matérias a serem discutidas na Assembleia ora convocada encontram-se à disposição dos acionistas para consulta na sede da Companhia e na rede mundial de computadores, na página da Companhia (www.eucatex.com.br/ri), bem como na página da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br), através do sistema IPE, e da B3 S/A – Brasil, Bolsa, Balcão, em conformidade com as disposições da Lei nº 6.404/76 e da Resolução CVM nº 81/22. 2) Participação e Representação: Os acionistas interessados em participar e/ou votar na Assembleia deverão se cadastrar, exclusivamente, no link https://assembleia.ten.com.br/855658040, até dia 23 de abril de 2024, onde,após análise dos documentos anexados ao formulário, será confirmado o cadastramento. No momento do cadastramento serão solicitados: (a) identificação do acionista e, se for o caso, de seu representante legal que participará da Assembleia, seus nomes completos e seus CPF ou CNPJ, conforme o caso, e telefone e endereço de e-mail do solicitante; (b) extrato ou comprovante de titularidade de ações emitido pela B3 S/A – Brasil, Bolsa, Balcão ou pelo Banco BTG PACTUAL S/A., instituição prestadora de serviços de ações escriturais da Companhia; (c) para aqueles que se fizerem representar por procuração, instrumento de mandato com observância das disposições legais aplicáveis (artigo 126 da Lei nº 6.404/76); (d) se pessoa física, documento de identidade; (e) se pessoa jurídica, estatuto social ou contrato social, com indicação de eleição dos administradores, com firma reconhecida em cartório; (f) No caso de Fundos de Investimentos: (i) último regulamento consolidado do fundo, (ii) estatuto ou contrato social do administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação (ata da eleição dos diretores, termo(s) de posse e/ou procuração), e (iii) documento de identificação do(s) representante(s) legal(is) do administrador ou gestor com foto. O acionista poderá, se desejar, utilizar-se dos procuradores previamente disponibilizados pela Companhia para votar nas matérias objeto da Assembleia, conforme material constante do Pedido Público de Procuração realizado pela Companhia, na forma prevista nos artigos 50 e seguintes da Resolução CVM nº 81/22. Os documentos referentes ao pedido público de procuração serão oportunamente divulgados pela Companhia no website de Relações com Investidores (www.eucatex.com.br/ri), no item Governança Corporativa e nos websites da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), da B3 S/A – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br). Os acionistas que não realizarem o cadastro no link informado e no prazo previstos acima, não estarão aptos a participar e/ou votar na Assembleia via sistema eletrônico, sem prejuízo do envio do boletim de voto a distância nos termos e prazos indicados neste Edital de Convocação. Após a verificação da regularidade dos documentos enviados para participação na Assembleia, a Companhia enviará a senha de acesso à plataforma digital "Ten Meetings". Caso não receba as senhas de acesso em até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência do horário de início da Assembleia, o acionista interessado deverá entrar em contato com a Diretoria de Relações com Investidores, por meio do email ri@eucatex.com.br, com até 2 (duas) horas de antecedência do horário de início da Assembleia, para que seja prestado o suporte necessário. Na data da Assembleia, o link de acesso à plataforma digital "Ten Meetings"estará disponível a partir de 30 (trinta) minutos de antecedência ao horário de início da Assembleia, sendo que o registro da presença dos acionistas via sistema eletrônico somente se dará mediante o acesso via link, conforme instruções e nos horários aqui indicados. Após 15 (quinze) minutos do início da Assembleia, não será possível o ingresso de quaisquer pessoas na Assembleia, independentemente da realização do cadastro prévio. Assim, a Companhia recomenda que os acionistas acessem a plataforma digital para participação da Assembleia com 30 (trinta) minutos de antecedência. Ressaltamos que o uso da Plataforma é compatível com tablets e smartphones, porém recomendamos a utilização dos navegadores "Gloogle Chrome" ou "Microsoft Edge". Nos termos da Resolução CVM nº 81/22, serão considerados presentes à Assembleia os acionistas cujo boletim de voto a distância tenha sido considerado válido pela Companhia, ou os acionistas que tenham registrado sua presença na plataforma digital "Ten Meetings", de acordo com as orientações acima. Ressaltase que não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à Assembleia, uma vez que ela será realizada exclusivamente de modo digital. Eventuais manifestações de voto no decorrer da Assembleia deverão ser feitas exclusivamente por meio da plataforma digital "Ten Meetings", conforme instruções detalhadas a serem prestadas pela mesa no início da Assembleia. A Companhia ressalta que será de responsabilidade exclusiva do acionista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização da plataforma digital "Ten Meetings" e com o acesso à teleconferência. A Companhia não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou de manutenção de conexão e de utilização da plataforma digital que não estejam sob controle da Companhia. 3) **Voto a Distância**: Nos termos da Resolução CVM nº 81/22, a Companhia adotará o sistema de votação a distância, permitindo que os acionistas participem da Assembleia Geral Ordinária, mediante o preenchimento e entrega do respectivo Boletim de Voto a Distância aos agentes de custódia (corretoras), ao escriturador, ou, diretamente à Companhia, até o dia 18 de abril de 2024. Conforme previsto na Resolução CVM nº 81/22, serão desconsideradas todas as instruções de voto recebidas por meio de boletim de voto a distância para os acionistas que as tenham enviado e optem por manifestar seu voto durante a Assembleia via plataforma digital "Ten Meetings". São Paulo, 26 de março de 2024.

p/ EUCATEX S/A – INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Presidente do Conselho de Administração

Otávio Maluf

GrupoFleury

FLEURY S.A.

Companhia Aberta

CNPJ nº 60.840.055/0001-31 - NIRE 35.300.197.534

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os senhores Acionistas do Fleury S.A. ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, **sob a forma exclusivamente digital**, nos termos do artigo 5º, §2º, inciso I, e do artigo 28, §§2º e 3º, da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM nº 81"), a ser realizada no dia **26 de abril de 2024, às 11:00 horas**, por meio da plataforma digital de assembleias virtuais **TEN MEETINGS** ("Plataforma Digital" e "Assembleia", respectivamente), a fim de discutir e deliberar sobre as seguintes matérias constantes na ordem do dia ("Ordem do Dia"): **Em Assembleia Geral Ordinária: 1.1.** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **1.2.** Deliberar sobre a proposta para destinação do lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e **1.3.** Fixar a remuneração global dos administradores para o exercício de 2024. **Em Assembleia Geral Extraordinária: 2.1.** Deliberar sobre a aprovação dos termos e condições do Plano de Ações Diferidas da Companhia, conforme Proposta da Administração; e **2.2.** Alterar o artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, de forma a atualizar o valor do capital social da Companhia para refletir (a) os aumentos de capital aprovados pelo Conselho de Administração, dentro do limite do capital autorizado, em 6 de junho de 2023 e 05 de setembro de 2023, e (b) o aumento de capital aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de agosto de 2022, decorrente da consumação da operação prevista no Protocolo e Justificação de Incorporação das Ações de Emissão do Instituto Hermes Pardini S.A. pela Oxônia SP Participações S.A., Seguida da Incorporação da Oxônia SP Participações S.A., celebrado em 29 de junho de 2022, conforme Reunião do Conselho de Administração realizada em 31 de maio de 2023, tudo nos termos da Proposta da Administração. **Informações Gerais: Documentos à disposição dos Acionistas**: A Proposta da Administração contemplando toda a documentação relativa às matérias constantes da Ordem do Dia, os documentos previstos na Resolução CVM nº 81/22 e outras informações relevantes para o exercício do direito de voto na Assembleia, foram disponibilizados aos Acionistas da Companhia nesta data, na forma prevista na Resolução CVM nº 81/22, e podem ser acessados nos *websites* da Companhia (www.fleury.com.br/ri), da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") (https://www.gov.br/cvm/pt-br), e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (http://www.b3.com.br/). **Participação na Assembleia:** A Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, sem a possibilidade de comparecimento físico, razão pela qual a participação do Acionista somente poderá ser via Plataforma Digital, pessoalmente ou por procurador devidamente constituído, nos termos do artigo 28, §§2º e 3º da Resolução CVM nº 81/22, caso em que o Acionista poderá: (i) simplesmente participar da Assembleia, sem necessariamente votar; ou (ii) participar e votar na Assembleia (caso em que, se o Acionista tiver enviado o boletim de voto a distância, as instruções de voto anteriormente enviadas serão desconsideradas). Além disso, os Acionistas poderão exercer o seu direito de voto mediante o envio do boletim de voto a distância. Os Acionistas ou procuradores que desejarem participar por meio da Plataforma Digital deverão acessar o link de pré cadastro (https://assembleia.ten.com.br/286540885/auth), impreterivelmente, **até o dia 24 de abril de 2024 (inclusive)**, preenchendo todas as informações solicitadas e fornecendo todos os documentos indicados abaixo e no Manual para Participação na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia ("Manual de Participação") divulgado nesta mesma data e disponível aos senhores Acionistas na sede social da Companhia, no seu site de Relações com Investidores (www.fleury.com.br/ri), e nos sites da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (http://www.b3.com.br/) e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br). Nos termos do artigo 6º, §3º, da Resolução CVM nº 81, não será admitido o acesso à Plataforma Digital dos Acionistas ou procuradores que não apresentarem os documentos de participação necessários no prazo aqui previsto. Para comprovar a identidade dos Acionistas, será exigida a apresentação dos seguintes documentos por meio da Plataforma Digital com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data designada para a realização da Assembleia, ou seja, até o dia **24 de abril de 2024 (inclusive)**: • **Para pessoas físicas:** documento de identidade com foto do Acionista ou, se for o caso, documento de identidade com foto de seu procurador e a respectiva procuração. • **Para pessoas jurídicas:** último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do Acionista; e documento de identidade com foto do representante legal. • **Para fundos de investimento:** último regulamento consolidado do fundo; estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; documento de identidade com foto do representante legal. Além disso, o Acionista deverá apresentar um comprovante de titularidade de ações da Companhia emitido pelo custodiante ou comprovante expedido pela instituição financeira, depositária das ações escriturais de sua titularidade, demonstrando a titularidade das ações. Nos termos da Resolução CVM nº 81/22, os Acionistas poderão exercer o seu direito de voto mediante o preenchimento e a entrega dos boletins de voto a distância (i) aos agentes de custódia; (ii) ao escriturador; ou (iii) diretamente à Companhia, conforme orientações constantes do Manual de Participação. Alternativamente, os Acionistas que optarem por entregar seus respectivos boletins de voto a distância diretamente à Companhia também poderão fazê-lo mediante o preenchimento e a entrega dos boletins de voto a distância digitais diretamente na Plataforma Digital, conforme orientações constantes do Manual de Participação. A Companhia alerta que, em qualquer dessas hipóteses, o boletim de voto a distância, acompanhado da documentação aplicável, deverá ser recebido até, no máximo, 7 (sete) dias antes da data de realização da Assembleia, ou seja, até o dia **19 de abril de 2024**. Caso o Acionista opte por enviar o boletim de voto a distância diretamente à Companhia, deverá encaminhar, além da via física original ou digitalização da via original do boletim de voto a distância relativo à Assembleia em questão devidamente preenchido, rubricado e assinado, a mesma documentação indicada acima, nos termos do Manual de Participação. Os documentos deverão ser enviados aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores da Companhia, preferencialmente por meio do e-mail ri@grupofleury.com.br, com solicitação de confirmação de recebimento. A Companhia esclarece que, para esta Assembleia, dispensará a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos Acionistas para o escritório da Companhia (inclusive dos boletins de voto a distância, caso o voto seja exercido desta forma), bem como o reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do Acionista, a notarização, a consularização, o apostilamento e a tradução juramentada de todos os documentos de representação do Acionista, bastando o envio de cópia simples digitalizada de tais documentos para o e-mail da Companhia (ri@grupofleury.com.br). Documentos que não tenham sido lavrados em língua portuguesa, inglesa ou espanhola deverão vir acompanhados de tradução juramentada para um desses idiomas.

São Paulo, 26 de março de 2024.

Marcio Pinheiro Mendes

Presidente do Conselho de Administração

Vero Internet de verdade

Vero S.A.

CNPJ: 31.748.174/0001-60

Comentários da Administração

O nosso ano de 2023 foi marcado pela junção de duas grandes companhias com histórias de sucesso: a Americanet e a Vero. Em julho anunciamos a assinatura do acordo de fusão entre as duas Companhias, que foi concluído em dezembro após as aprovações regulatórias. No planejamento da integração contamos com o apoio da consultoria Bain & Company, que nos ajudou no mapeamento das principais sinergias a serem capturadas nessa fusão, comparação de modelos, e, na estruturação do plano completo de integração. Até o final de 2023, já havíamos avançado consideravelmente nesse plano, validando as diversas atividades propostas em 14 projetos principais que somam sinergias com VPL estimado em cerca de R$ 1 bilhão até 2030. Cabe destacar que parcela significativa desta sinergia vem da execução do plano de *cross sell* entre as duas empresas e redução do churn. Parte do valor estratégico da fusão está na oferta de um portfólio de produtos e serviços que seja cada vez mais completo e aderente às necessidades do nosso cliente, garantindo a nossa vantagem competitiva em um mercado que se torna a cada ano mais sofisticado. Além das sinergias de receita mencionadas, os ganhos de eficiência nas diversas atividades operacionais e financeiras da Companhia contribuem para o atingimento integral das sinergias calculadas. Ainda durante o processo de integração, reafirmamos nosso compromisso em atender cada vez melhor o cliente e revisitamos diversos processos internos para buscar melhor eficiência, qualidade de atendimento e experiência do cliente, além do desenho de um novo portfólio com uma oferta cuidadosamente trabalhado para exceder as expectativas dos nossos assinantes. Trabalhamos incansavelmente na harmonização da cultura da nova Companhia, com nova estratégia de comunicação e marca, que, em breve, vamos anunciar a todos os stakeholders. No que tange os resultados das duas companhias, durante os doze meses de 2023, a Americanet e a Vero juntas totalizaram uma receita líquida de aproximadamente R$ 1,6 bilhão, representando um aumento de 23,5% contra 2022 que totalizava R$ 1,3 bilhão, oriunda de uma base de clientes de mais de 1,3 milhão de assinantes. A métrica de EBITDA Ajustado em 2023, que exclui os desembolsos não recorrente, inclusive de atividades de M&A, Plano de Opções e Ajustes de Balanço de Abertura, alcançou R$ 808,7 milhões contra R$ 646,4 milhões em 2022, representando um crescimento de 25,1%, com a margem de EBITDA Ajustada em 51,0%, um incremento de 0,7 p.p. em relação ao ano de 2022. Esse resultado nos coloca entre as 5 maiores empresas de Telecom no Brasil, e à frente das principais ISPs do mercado (provedores de pequeno porte).

Americanet +Vero 12 meses combinados	4T23	4T22	Var.	2023	2022	Var.
R$ MM						
Receita Líquida	404,7	376,2	7,6%	1.587,1	1.284,8	23,5%
EBITDA	**71,0**	**198,2**	**-64,2%**	**652,9**	**587,5**	**11,1%**
Margem EBITDA	**17,5%**	**52,7%**	**-35,2 p.p.**	**41,1%**	**45,7%**	**-4,6 p.p.**

Americanet +Vero 12 meses combinados	4T23	4T22	Var.	2023	2022	Var.
Itens Não Recorrentes						
(+) Plano de Opção de Ações	9,3	1,1	n.n.	14,0	5,5	154,5%
(+) M&A	63,1	(4,0)	n.n.	92,5	53,4	73,2%
(+) Ajustes de Balanço de Abertura	49,3	–	n/a	49,3	–	n/a
(=)Total itens não recorrentes*	**121,7**	**(2,9)**	**n.n.**	**155,8**	**58,9**	**164,5%**
Caixa	*40,9*	*9,3*	*339,0%*	*30,7*	*52,3*	*-41,3%*
Não caixa	*80,8*	*(12,2)*	*n.n.*	*125,1*	*6,6*	*1.795,2%*
(=) EBITDA Ajustado	**192,7**	**195,3**	**-1,3%**	**808,7**	**646,4**	**25,1%**
Mg EBITDA Ajustada (%)	**47,6%**	**51,9%**	**-4,3 p.p.**	**51,0%**	**50,3%**	**0,7 p.p.**

*Os itens não recorrentes em 2023 segregados em caixa R$ 30,7MM (Encerramento SOP, gastos com M&A e Integração) e não caixa R$ 125,1 (SOP, Ajustes de Integração e Equiparação de Práticas Contábeis). Os ajustes de Balanço de Abertura referentes à fusão se concentram no 4Tri2023. Nossa visão é de uma companhia ainda mais forte, segura e com elevados padrões de governança, preparada para capturar as sinergias delineadas e assegurar uma integração bem-sucedida. Seguimos empenhados em melhorar continuamente a experiência do nosso cliente, centrando na entrega de serviços de alto valor agregado, que abrangem desde a conectividade aprimorada até uma variedade de novos produtos e serviços, tanto para clientes residenciais (B2C) quanto empresariais (B2B). Este posicionamento é reforçado com a oferta de Wi-Fi 6 para nossa base de clientes, oferecendo ao mesmo tempo mais velocidade e estabilidade de sinal. Sempre focado nas oportunidades de expansão de redes em regiões de alto potencial de crescimento, anunciamos também em 2023 um novo contrato com a V.Tal, que nos permite utilizar sua infraestrutura e capilaridade, expandindo nossa presença geográfica de maneira eficaz e que se encaixa com nossa estratégia de expansão. Estamos otimistas para 2024! Acreditamos que será um ano de muito trabalho para manter o ritmo de expansão de clientes, e um esforço incansável em proporcionar uma jornada do cliente excepcional, desde a compra até o atendimento pós-venda e assim alcançar nosso objetivo em liderar a evolução da experiência do cliente e gerar valor para nossos clientes e parceiros. Nossa estratégia de sinergia não se limita a redução de custos, mas sim em acelerar a entrada de novos clientes e reter os atuais, mantendo a rentabilidade e diferenciando-nos pela qualidade do nosso serviço. Também queremos consolidar nossa presença no mercado B2B, oferecendo os melhores serviços de conectividade e atendendo às necessidades essenciais de nossos clientes corporativos. Por fim, quero deixar aqui meu agradecimento a todo o excelente time que hoje faz parte dessa companhia e parte desse grande marco, e que permanece firme conosco em todos os momentos desde os mais desafiadores até os mais gratificantes.

Fabiano Ferreira - CEO Americanet Vero

CEO Americanet 1 mês + Vero 12 meses	4T23	4T22	Var.	2023	2022	Var.
Receita Líquida	286,5	191,1	49,9%	917,1	687,2	33,5%
Lucro Bruto	**218,4**	**155,2**	**40,7%**	**747,5**	**566,9**	**31,9%**
Lucro Líquido	(48,3)	41,2	-217,0%	4,4	49,2	-91,1%
IR/CS	14,8	(10,0)	n.n.	18,6	(4,7)	n.n.
Resultado Financeiro	70,4	41,0	71,7%	203,8	146,8	38,8%
Depreciação	73,2	40,7	79,9%	217,5	141,8	53,4%
EBITDA **	**110,1**	**112,9**	**-2,5%**	**444,3**	**333,1**	**33,4%**
Margem EBITDA (%)	**38,4%**	**59,1%**	**-20,6 p.p.**	**48,4%**	**48,5%**	**-0,1 p.p.**
(+) EBITDA***	(39,1)	85,3	-145,8%	208,6	254,4	-18,0%
(+) Total itens não recorrentes	121,7	(2,9)	n.n	155,8	58,9	164,5%
(=) EBITDA Ajustado	**192,7**	**195,3**	**-1,3%**	**808,7**	**646,4**	**25,1%**
Margem EBITDA (%)	**47,6%**	**51,9%**	**-4,3 p.p.**	**51,0%**	**50,3%**	**0,7 p.p.**

**Devido a combinação de negócio ter ocorrido no último mês do exercício de 2023, o resultado contábil leva em consideração 12 meses da Vero, 1 mês de Americanet e, bem como, os meses proporcionais das controladas incorporadas no exercício.
***Ebitda contábil Americanet 11 meses de 2023 e 12 meses de 2022.

Conciliação Ebitda com Lucro Líquido	4T23	4T22	Var.	2023	2022	Var.
Lucro Líquido	(48,3)	41,2	-217,0%	4,4	49,2	-91,1%
IR/CS	14,8	(10,0)	-248,0%	18,6	(4,7)	-495,7%
Resultado Financeiro	70,4	41,0	71,7%	203,8	146,8	38,8%
Depreciação	73,2	40,7	79,9%	217,5	141,8	53,4%
EBITDA	**110,1**	**112,9**	**-2,5%**	**444,3**	**333,1**	**33,4%**
Receita Líquida	286,5	191,1	49,9%	917,1	687,2	33,5%
Margem EBITDA (%)	**38,4%**	**59,1%**	**-20,6 p.p.**	**48,4%**	**48,5%**	**-0,1 p.p.**

Balanços patrimoniais - 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	**204.014**	142.722	**326.672**	161.077
Contas a receber	6	**119.004**	75.220	**244.410**	105.156
Estoques	7	**20.021**	22.453	**20.060**	28.011
Adiantamentos a fornecedores		**1.330**	1.171	**6.315**	1.425
Tributos a recuperar		**13.478**	13.359	**34.473**	17.489
Despesas antecipadas e outros ativos	13	**13.608**	3.963	**30.060**	5.686
Total do ativo circulante		**371.455**	258.888	**661.990**	318.844
Não circulante					
Transações com partes relacionadas	15	–	15.004	–	–
Tributos diferidos	27.b	**88.865**	60.090	**110.951**	75.154
Tributos a recuperar		**3.614**	9.123	**17.328**	9.757
Depósitos judiciais	19.e	**45.990**	3.321	**47.112**	3.353
Despesas antecipadas e outros ativos	13	**42.965**	14.397	**65.165**	16.938
Investimentos	9	**2.280.493**	579.569	–	–
Imobilizado	8	**591.605**	383.048	**1.703.202**	516.251
Intangível	10	**1.288.941**	800.493	**3.832.804**	1.249.470
Direito de uso de bens	12	**94.210**	78.428	**115.195**	99.436
Total do ativo não circulante		**4.436.683**	1.943.473	**5.891.757**	1.970.359
Total do ativo		**4.808.138**	2.202.361	**6.553.747**	2.289.203

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	14	**127.092**	41.782	**232.189**	54.711
Empréstimos e financiamentos	11	**91.764**	84.245	**404.269**	87.683
Debêntures	11	**69.897**	58.227	**118.423**	58.227
Passivo de arrendamento	12	**33.642**	22.835	**46.161**	28.129
Obrigações trabalhistas e tributárias	18	**59.260**	33.943	**71.807**	38.484
Imposto de renda e contribuição social a pagar		–	695	**1.349**	15.046
Impostos e contribuições sociais a recolher	17	**16.806**	14.650	**31.006**	23.630
Obrigações por aquisição de participação societária	16	**133.358**	144.007	**306.358**	144.007
Dividendos e juros sobre o capital próprio	20.e	**944**	11.692	**944**	11.692
Instrumentos financeiros derivativos	29.h	–	–	**1.704**	–
Obrigações com partes relacionadas	15	**30.109**	–	–	–
Receitas diferidas		**1.594**	2.270	**1.594**	2.269
Valores a restituir a clientes e outros passivos		**3.129**	9.289	**6.430**	9.714
Total do passivo circulante		**567.595**	423.635	**1.222.234**	473.592
Não circulante					
Passivo de arrendamento	12	**61.563**	55.329	**73.258**	71.695
Empréstimos e financiamentos	11	**105.558**	119.734	**352.213**	124.225
Debêntures	11	**552.389**	343.790	**1.069.047**	343.790
Impostos e contribuições sociais a recolher	17	**9.693**	5.721	**10.252**	13.797
Obrigações por aquisição de participação societária	16	**364.907**	400.393	**541.333**	400.393
Provisões para demandas judiciais	19	**76.757**	32.986	**79.809**	40.938
Instrumentos financeiros derivativos	29.h	–	–	**326**	–
Tributos diferidos	27.b	–	–	**70.026**	–
Valores a restituir a clientes e outros passivos		**1.131**	–	**1.131**	–
Total do passivo não circulante		**1.171.998**	957.953	**2.197.395**	994.838
Total do passivo		**1.739.593**	1.381.588	**3.419.629**	1.468.430
Patrimônio líquido	20				
Capital social		**902.315**	521.857	**902.315**	521.857
Reservas de capital		**2.085.111**	213.463	**2.085.111**	213.463
Reservas de lucro		**81.119**	85.453	**81.119**	85.453
Total do patrimônio líquido		**3.068.545**	820.773	**3.068.545**	820.773
Participação dos não controladores		–	–	**65.573**	–
Total do patrimônio líquido		–	–	**3.134.118**	820.773
Total do passivo e do patrimônio líquido		**4.808.138**	2.202.361	**6.553.747**	2.289.203

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações dos resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	22	**748.587**	457.274	**917.112**	687.181
Custos dos serviços prestados	23	**(266.162)**	(176.184)	**(323.442)**	(213.911)
Lucro bruto		**482.425**	281.090	**593.670**	473.270
Receitas (despesas) operacionais		**(301.865)**	(128.522)	**(366.966)**	(281.991)
Despesas com vendas	24	**(112.055)**	(78.460)	**(129.288)**	(86.066)
Gerais e administrativas	25	**(207.767)**	(143.089)	**(237.069)**	(201.600)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		**(235)**	3.725	**(609)**	5.675
Resultado de equivalência patrimonial	9	**18.192**	89.302	–	–
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos		**180.560**	152.568	**226.704**	191.279
Receitas financeiras	26.1	**36.059**	28.136	**42.975**	31.105
Despesas financeiras	26.2	**(221.367)**	(165.791)	**(246.758)**	(177.865)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		**(4.748)**	14.913	**22.921**	44.519
Imposto de renda e contribuição social corrente	27.a	–	(2.999)	**(18.235)**	(47.607)
Imposto de renda e contribuição social diferido	27.a	**8.723**	37.315	**(334)**	52.317
Lucro líquido do exercício		**3.975**	49.229	**4.352**	49.229
Atribuído à:					
Acionistas da controladora				**3.975**	49.229
Acionistas não controladores				**377**	–
				4.352	49.229
Lucro básico por ação (em R$)	28	**0,034754**	0,578806	**0,038050**	0,578806
Lucro diluído por ação (em R$)	28	**0,034753**	0,578775	**0,038049**	0,578775

Demonstrações dos resultados abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	**3.975**	49.229	**4.352**	49.229
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–
Resultado abrangente do exercício, líquidos dos tributos	**3.975**	49.229	**4.352**	49.229
Atribuído à:				
Acionistas da controladora			**3.975**	49.229
Acionistas não controladores			**377**	–
			4.352	49.229

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

		Capital social		Reserva de capital		Reserva de lucros					
	Nota	Subscrito	Custo com emissão de ações	Reservas de capital	Reserva para opção de compra de ações	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total controladora	Total participação não controladores	Total consolidado
Saldo em 31/12/2021		521.857	–	196.584	11.343	4.690	30.953	–	765.427	–	765.427
Reserva para opção de compra de ações	21	–	–	–	5.536	–	–	–	5.536	–	5.536
Reversão de dividendos mínimos obrigatórios	20.e	–	–	–	–	–	12.273	–	12.273	–	12.273
Lucro líquido do exercício	20.c	–	–	–	–	–	–	49.229	49.229	–	49.229
Constituição de reserva legal	20.e	–	–	–	–	2.461	–	(2.461)	–	–	–
Dividendos mínimos obrigatórios	20.e	–	–	–	–	–	–	(11.692)	(11.692)	–	(11.692)
Reserva de retenção de lucros	20.d	–	–	–	–	–	35.076	(35.076)	–	–	–
Saldo em 31/12/2022		**521.857**	–	**196.584**	**16.879**	**7.151**	**78.302**	–	**820.773**	–	**820.773**
Reserva para opção de compra de ações	21	–	–	–	**3.021**	–	–	–	**3.021**	–	**3.021**
Aceleração Primeiro Plano de compra de ações	21	–	–	–	**3.112**	–	–	–	**3.112**	–	**3.112**
Plano de Ações Restritas	21	–	–	–	**1.395**	–	–	–	**1.395**	–	**1.395**
Aumento de capital aquisição Meppel	20.a	**424.860**	–	–	–	–	–	–	**424.860**	–	**424.860**
Custo na emissão de ações	20.a	–	**(74.589)**	–	–	–	–	–	**(74.589)**	–	**(74.589)**
Reserva de ágio	20.b	–	–	**1.864.120**	–	–	–	–	**1.864.120**	–	**1.864.120**
Patrimônio não controladores	20	–	–	–	–	–	–	–	–	65.196	**65.196**
Aumento de capital	20.a	**30.187**	–	–	–	–	–	–	**30.187**	–	**30.187**
Lucro líquido do exercício	20.d	–	–	–	–	–	–	**3.975**	**3.975**	377	**4.352**
Dividendos adicionais		–	–	–	–	–	**(7.365)**	–	**(7.365)**	–	**(7.365)**
Constituição de reserva legal	20.c	–	–	–	–	**199**	–	**(199)**	–	–	–
Dividendos mínimos obrigatórios	20.e	–	–	–	–	–	–	**(944)**	**(944)**	–	**(944)**
Reserva de retenção de lucros	20.d	–	–	–	–	–	**2.832**	**(2.832)**	–	–	–
Saldo em 31/12/2023		**976.904**	**(74.589)**	**2.060.704**	**24.407**	**7.350**	**73.769**	–	**3.068.545**	**65.573**	**3.134.118**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		**(4.748)**	14.913	**22.921**	44.519
Provisão (reversão) de perda de crédito esperada	6 24	**47.194**	22.915	**56.158**	22.457
Depreciação e amortização	23 e 24	**178.699**	110.378	**217.468**	141.771
Resultado de equivalência patrimonial	9	**(18.192)**	(89.302)	–	–
Ajuste de inventário	23	**706**	922	**706**	952
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	32	**111.913**	76.403	**135.022**	79.081
Juros sobre obrigações por aquisições de participações societárias	16 e 32	**55.842**	55.483	**64.538**	55.483
Resultado sobre instrumentos financeiros derivativos		–	–	**(3.257)**	–
Reserva para pagamento baseado em ações	20	**7.528**	5.536	**7.528**	5.536
Ajuste a valor presente de passivos de arrendamento	26.2 e 32	**28.571**	16.802	**30.045**	19.292
Valor residual do imobilizado e intangível baixados		**2.280**	616	**102.747**	8.509
Provisão para demandas judiciais		**35.593**	17.320	**38.840**	(3.374)
Baixa para perda de contas a receber	24	**3.724**	15.480	–	19.831
Amortização de custos incrementais na obtenção de contratos com clientes		**6.734**	1.736	**6.876**	2.000
Decréscimo (acréscimo) em ativos					
Contas a receber		**(58.522)**	(48.255)	**(64.215)**	(60.682)
Despesas antecipadas e outros ativos		**(39.180)**	(17.638)	**(78.945)**	(21.197)
Estoques		**6.931**	8.289	**7.454**	3.714
Adiantamento a fornecedores		**167**	3.208	**39.861**	4.872
Tributos a recuperar		**9.864**	(1.226)	**10.321**	(3.478)
Depósitos judiciais		**(42.637)**	(2.775)	**(42.627)**	(2.807)
Contas a receber com partes relacionadas		**(6.344)**	(16.100)	–	–
(Decréscimo) acréscimo em passivos					
Fornecedores		**70.911**	(3.372)	**70.133**	(7.601)
Obrigações trabalhistas e tributárias		**19.454**	6.629	**11.444**	6.239
Impostos e contribuições sociais a recolher		**(8.175)**	(19.421)	**(12.701)**	(20.265)
Demandas judiciais pagas		–	(30)	**(7.817)**	(87)
Tributos diferido		–	–	**(13.445)**	–
Obrigações com partes relacionadas		**30.109**	–	–	–
Outros passivos		**(6.138)**	1.360	**(4.193)**	(1.731)
		432.284	159.871	**594.862**	293.034
Imposto de renda e contribuição social pagos		**(17.021)**	(2.304)	**(29.516)**	(41.472)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		**415.263**	157.567	**565.346**	251.562
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aquisição e reestruturação societária Fixtell, caixa líquido adquirido	9	**(37.324)**	–	**(29.528)**	–
Aquisição da Meppel, líquido de caixa adquirido	4	–		**139.274**	
Aquisição da Giganet, líquido de caixa adquirido		–	(50.253)	–	(41.761)
Aquisição da Renovare, líquido de caixa adquirido		–	(32.100)	–	(29.789)
Reestruturação societária, caixa líquido adquirido		**18.330**	10.307	–	–
Pagamento de parcela de aquisição	32	**(130.806)**	(106.120)	**(108.211)**	(106.120)
Aumento de investimentos em controladas		–	(23.514)	–	–
Acréscimo no ativo imobilizado e intangível		**(181.338)**	(169.954)	**(370.851)**	(228.802)
Dividendos JSCP recebidos de controladas	9	**3.000**	15.035	–	–
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		**(328.138)**	(356.599)	**(369.316)**	(406.472)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	32	**(350.165)**	(49.911)	**(390.645)**	(80.762)
Empréstimos e debêntures	32	**442.000**	80.000	**482.000**	80.000
Aumento de capital		**30.187**	–	**30.187**	–
Custos com emissão de ações		**(74.589)**	–	**(74.589)**	–
Liquidação de instrumentos financeiros		–	(151)	–	(151)
Pagamento de passivo de arrendamentos	32	**(54.209)**	(37.968)	**(58.331)**	(44.426)
JSCP e dividendos pagos	20	**(19.057)**	(16.408)	**(19.057)**	(16.408)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		**(25.833)**	(24.438)	**(30.435)**	(61.747)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**61.292**	(223.470)	**165.595**	(216.657)
Caixa e equivalentes de caixa					
No início do exercício		**142.722**	366.192	**161.077**	377.734
No fim do exercício		**204.014**	142.722	**326.672**	161.077
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**61.292**	(223.470)	**165.595**	(216.657)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações do valor adicionado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receitas		**848.597**	553.918	**1.030.357**	825.380
Venda de mercadorias, produtos e serviços		**892.724**	575.405	**1.082.699**	845.043
Outras receitas		**3.067**	1.428	**3.816**	3.182
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - reversão/(constituição)	24	**(47.194)**	(22.915)	**(56.158)**	(22.845)
Insumos adquiridos de terceiros		**(144.706)**	(127.184)	**(175.379)**	(161.404)
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		**(72.398)**	(56.262)	**(103.608)**	(74.321)
Perda/Recuperação de valores ativos	23	**(706)**	–	**(706)**	–
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		**(71.602)**	(73.766)	**(71.065)**	(89.771)
Outras		–	2.844	–	2.688
Valor adicionado bruto		**703.891**	426.734	**854.978**	663.976
Retenções		**(178.699)**	(110.378)	**(217.468)**	(141.771)
Depreciação e amortização	**23/25**	**(178.699)**	(110.378)	**(217.468)**	(141.771)
Valor adicionado líquido produzido		**525.192**	316.356	**637.510**	522.205
Valor adicionado recebido em transferência		**54.251**	117.438	**42.935**	31.106
Resultado de equivalência patrimonial	**9**	**18.192**	89.302	–	–
Receitas financeiras		**36.059**	28.136	**42.935**	31.106
Valor adicionado total a distribuir		**579.443**	433.794	**680.445**	553.311
Distribuição do valor adicionado		**(579.443)**	(433.794)	**(680.445)**	(553.311)
Pessoal		**(151.157)**	(82.480)	**(171.176)**	(106.630)
Remuneração direta		**(100.813)**	(54.256)	**(112.028)**	(66.771)
Benefícios		**(40.763)**	(20.607)	**(48.195)**	(30.234)
F.G.T.S.		**(9.581)**	(7.617)	**(10.953)**	(9.625)
Impostos, taxas e contribuições		**(164.535)**	(112.334)	**(217.164)**	(187.406)
Federais		**(68.679)**	(22.856)	**(105.773)**	(71.477)
Estaduais		**(92.324)**	(87.109)	**(107.111)**	(111.967)
Municipais		**(3.532)**	(2.369)	**(4.280)**	(3.962)
Remuneração de capitais de terceiros		**(259.776)**	(189.751)	**(287.753)**	(210.046)
Remuneração de capitais de terceiros - Juros		**(216.743)**	(162.855)	**(241.003)**	(172.491)
Aluguéis e condomínio		**(43.033)**	(26.896)	**(46.750)**	(37.555)
Remuneração de capitais próprios		**(3.975)**	(49.229)	**(4.352)**	(49.229)
Lucros retidos/lucro líquido do exercício		**(3.975)**	(49.229)	**(4.352)**	(49.229)
Atribuível à:					
Acionistas da controladora				**3.975**	49.229
Acionista não controlador				**377**	–
				4.352	49.229

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Vero S.A. ("Vero" ou "Companhia") é uma sociedade anônima com registro na Comissão de Valores Mobiliários, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo. A Companhia foi constituída em 11 de outubro de 2018 e sua sede social está localizada na Rua das Olimpíadas nº 205, conjunto 31, Vila Olímpia, CEP 04551-000, São Paulo/SP. A Companhia, conforme seu estatuto social, indiretamente ou por meio de suas subsidiárias ("Grupo Vero") tem como atividades: (i) a prestação de serviços de telecomunicações e internet em geral envolvendo, entre outras atividades correlatas e não expressamente especificadas, o serviço de comunicação multimídia - SCM, o serviço telefônico fixo comutado - STFC e o serviço de operadora de televisão por assinatura por cabo; (ii) a prestação de serviços como provedor de acesso às redes de comunicações; (iii) a prestação de serviços como provedor de voz sobre protocolo internet - VOIP; (iv) a exploração de serviços de valor adicionado, incluindo, disponibilização sem cessão definitiva, de conteúdo de áudio, vídeo, imagem e texto, aplicativos e congêneres; (v) comércio varejista de equipamentos de comunicação; (vi) comércio varejista de equipamentos de telefonia, internet, informática e suas peças e acessórios; (vii) comércio atacadista de componentes eletrônicos e equipamentos de telefonia e comunicações; (viii) aluguel de equipamentos de comunicação, sem operador; (ix) reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos; (x) suporte técnico, manutenção e outros serviços de tecnologia da informação; (xi) instalação e manutenção elétrica; (xi) outras atividades de telecomunicações não especificadas anteriormente; e (xii) a participação, direta ou indireta, em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, como sócia, quotista ou acionista, bem como por meio de associação ou cooperação. Além do acima exposto, a Companhia, na consecução do seu objeto social, poderá: (i) promover a importação de bens e serviços necessários à execução de atividades compreendidas no seu objeto; (ii) elaborar, implantar e instalar projetos relacionados às atividades da Companhia; (iii) gerir e prestar serviços de engenharia e executar obras de construção civil e correlatas, necessárias para a execução de projetos relacionados às atividades da Companhia; (iv) prestar serviço de intermediação de negócios em geral; (v) exercer outras atividades afins ou correlatas que lhe forem atribuídas conforme regulamentação aplicável emitida pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL". Contrato de autorização: O Grupo Vero obteve autorização com prazo indeterminado da Anatel para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia - SCM em todo território nacional, o que habilita a expansão de suas operações e o desenvolvimento de novos negócios. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas apresentaram capital circulante líquido negativo no montante de R$196.140 0 na controladora e R$ 560.244 no consolidado. O capital circulante líquido negativo é devido, principalmente, ao efeito das obrigações por aquisição de participação societária, bem como aos empréstimos obtidos para capital de giro e investimentos para aquisição de imobilizado. A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro, considerando captações de recursos financeiros que já estão em discussão. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. Reestruturação societária: Em 2023 ocorreram as seguintes reestruturações: • 28 de fevereiro de 2023, incorporação da controlada Neorede Telecomunicações Ltda.; • 30 de abril de 2023, a incorporação da controlada G4 Telecomunicações Comércio e Serviços de Informática Ltda.; • 31 de maio de 2023, incorporação da controlada Giganet Serviços de Informática Ltda.; • 31 de agosto de 2023, incorporação da controlada Renovare Serviços de Telecomunicações Ltda.; e • 30 de novembro de 2023, incorporação da controlada Fixtell Internet Ltda.. Em 2022 ocorreram as seguintes reestruturações: • 31 de janeiro de 2022, incorporação das controladas MKANET Serviços e Comércio de Informática Ltda., Clic Rápido Telecomunicação Ltda. e INB Telecom EIRELLI - EPP; • 31 de julho de 2022, incorporação da entidade Empire Serviços de Internet Ltda.; e • 31 de dezembro de 2022, incorporação da entidade HTEC Telecomunicações Ltda.. As referidas incorporações levaram em consideração os laudos contábeis preparados por pertos independentes de acordo com os requerimentos em vigor, vide informações sobre as investidas na nota 9.b. **2. Políticas contábeis: 2.1. Base de preparação e mensuração:** a) Demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidado: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos e com base na premissa de continuidade operacional das operações da Companhia. Certos valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram reclassificados para melhor comparabilidade. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. As demonstrações financeiras foram concluídas e aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 27 de março de 2024. b) Consolidação: A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. c) Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia e suas controladas atuam ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. d) Declaração de Conformidade: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), bem como as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* - IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão. **2.2. Base de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia suas controladas em 31 de dezembro de 2023. O controle é obtido quando a Companhia e suas controladas estiverem exposto ou tiverem o direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação à controlada. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando práticas contábeis consistentes. Os ativos, passivos e o resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia e suas controladas obtiverem o controle. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis da Companhia. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa, relacionados com transações entre controladas, são totalmente eliminados na consolidação. As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Vero S.A. e suas controladas apresentadas abaixo:

Controladas	País sede	31/12/2023	31/12/2022
Participação direta			
Neorede Telecomunicação Ltda. (a)	Brasil	–	100%
G4 Telecomunicações Comércio e Serviços de Informática EI (b)	Brasil	–	100%
Giganet Serviços de Internet Ltda. (c)	Brasil	–	100%
Renovare Serviços de Telecomunicações Ltda. (d)	Brasil	–	100%
Fixtell Internet Ltda. (e)	Brasil	–	–
Meppel Participações S.A. (f)	Brasil	**100%**	–

(a) A Neorede foi adquirida em 20 de outubro de 2021 e incorporada pela Vero em 28 de fevereiro de 2023; (b) A G4 foi adquirida em 16 de abril de 2021 e incorporada pela Vero em 30 de abril de 2023; (c) A Giganet foi adquirida em 19 de janeiro de 2022 e incorporada pela Vero em 31 de maio de 2023; (d) A Renovare foi adquirida em 01 de julho de 2022 e incorporada pela Vero em 31 de agosto de 2023; (e) A Fixtell foi adquirida em 02 de maio de 2023 e incorporada pela Vero em 30 de novembro de 2023; e (f) O fechamento da operação de aquisição da Meppel ocorreu em 01 de dezembro de 2023. Neorede Telecomunicação Ltda.. Constituída em 08 de junho de 2004, a Neorede dedica-se à prestação de serviços de comunicação multimídia, provimento de acesso às redes de comunicações e encontra-se localizada em Biguaçu - SC. G4 Telecomunicações Comércio e Serviços de Informática EI. Constituída em 07 de maio de 2020, a G4 dedica-se à prestação de serviços de comunicação multimídia, provimento de acesso às redes de comunicações e encontra-se localizada em Perdões - MG. Giganet Serviços de Internet Ltda. Constituída em 07 de agosto de 2006, a Giganet, dedica-se à prestação de serviços de comunicação multimídia, provimento de acesso às redes de comunicações e encontra-se localizada em Ipatinga - MG. Renovare Serviços de Telecomunicações Ltda. Constituída em 05 de abril de 2012, a Renovare, dedica-se à prestação de serviços de comunicação multimídia, provimento de acesso às redes de comunicações e encontra-se localizada em Dois Irmãos - RS. Fixtell Internet Ltda. Constituída em 19 de fevereiro de 2016, a Fixtell, dedica-se à prestação de serviços de comunicação multimídia, provimento de acesso às redes de comunicações e encontra-se localizada em Valparaiso de Goiás - GO. Meppel Participações S.A. Constituída em 29 de setembro de 2014, a Meppel, dedica-se à outras sociedades de participação, exceto holdings e encontra-se localizada em Barueri -SP. **2.3. Combinação de negócios:** Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos. Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos a valor justo com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição. Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48/IFRS 9 na demonstração do resultado. Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a estas unidades. As aquisições efetuadas até o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram realizadas pela aquisição integral das quotas das empresas adquiridas, ou seja, sem o envolvimento e, consequentemente, necessidade de mensurar a participação não controladores pelo seu valor justo, ou pela participação proporcional de não controladores sobre os ativos líquidos identificáveis, apurados na data de aquisição. **2.4. Classificação circulante e não circulante:** Os ativos e passivos da companhia são classificados como circulante, quando se espera que seja realizado/liquidado/vendido/consumido no decurso normal do ciclo operacional da companhia, sendo 12 meses após a data do balanço, caso contrário, esses ativos e passivos são classificados como não circulante. Os ativos passivos fiscais diferidos são classificados no ativo não circulante. **2.5. Investimentos em controladas:** Os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em uma controlada é reconhecido inicialmente ao custo. O ágio relativo à controlada é incluído no valor contábil do investimento, não sendo, no entanto, amortizado nem individualmente testado para fins de redução no valor recuperável dos ativos. A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados operacionais da controlada. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as da Companhia. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua controlada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na controlada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece a perda, quando aplicável, no resultado do exercício. **2.6. Ativos intangíveis:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável, quando aplicável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Categoria de ativo	Vida útil 31/12/2023	Vida útil 31/12/2022
Softwares e licenças	**4,8 anos**	4,8 anos
Goodwill	**Indefinida**	Indefinida
Ativo de direito de uso (tempo médio)	**4,3 anos**	4,3 anos
Autorização de uso de blocos de radiofrequência	**18 anos**	18 anos
Marcas	**Indefinida**	Indefinida
Carteira de clientes	**6 a 15 anos**	6 a 15 anos
Acordo de não concorrência	**5 anos**	5 anos
Contratos vantajosos	**1 a 5 anos**	1 a 5 anos

Os ativos intangíveis compreendem principalmente software adquiridos de terceiros, direito de uso, marcas e patentes, carteira de clientes e outros ativos intangíveis. **2.7. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido do valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital aplicável para a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos: Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura: Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente (em 31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Ativos

continua ★

INÊS 249

continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - 31 de dezembro de 2023 e 2022 da Vero S.A. (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

intangíveis: Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente (em 31 de dezembro), individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. **2.8. Arrendamentos:** A Companhia e suas controladas avaliam, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. A Companhia e suas controladas aplicam uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. Ativos de direito de uso: A Companhia e suas controladas reconhecem os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamento realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, conforme demonstrado abaixo:

Aluguéis de imóveis	4,96 anos
Aluguel de máquinas e equipamentos	6,88 anos

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos à redução ao valor recuperável. Passivos de arrendamento: Na data de início do arrendamento, a Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento). Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor: A Companhia e suas controladas aplicam a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **2.9. Receitas de contrato com clientes:** A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia e suas controladas esperam ter direito em troca da transferência de bens ou serviços mediante um contrato com o cliente. Nesses contratos não existem elementos de contraprestação variável, componente de financiamento significativo no contrato, contraprestação não monetária ou contraprestação a pagar ao cliente. A Companhia e suas controladas reconhecem receitas quando transfere o controle do produto ou serviço ao cliente que estão atreladas às obrigações de desempenho de contratos. A receita operacional da Companhia e suas controladas é proveniente, principalmente, de receita de conectividade e tecnologia da informação. As receitas totais dos pacotes que combinam vários produtos ou serviços de internet, rede fixa, dados, ou televisão, são alocadas a cada obrigação de desempenho de forma distinta, onde a alocação representa o montante da contrapartida a que a Vero espera ter direito em troca da transferência do prometido bens ou serviços para o cliente. Como os clientes da Companhia recebem e consumem ao mesmo tempo os benefícios da prestação de serviço, a receita se enquadra para ser reconhecida ao longo do tempo conforme prestação de serviços. As receitas correspondem, substancialmente, ao valor das contraprestações recebidas ou recebíveis estão sendo apresentadas líquidas dos tributos, descontos e devoluções (no caso de venda de mercadorias), incidentes sobre elas. **2.10. Custos de empréstimos:** Custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos e compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia relativos ao empréstimo. O Grupo capitaliza custos de captação das debêntures, registrando em conta redutora do passivo no grupo de empréstimos. **2.11. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. i) Ativos financeiros: Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. *Mensuração subsequente:* Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias: • Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumento de dívida); • Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia e suas controladas não possuíam ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida). • Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia e suas controladas não possuíam ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida). • Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia e suas controladas não possuíam ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:* A Companhia e suas controladas reconhecem uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia e suas controladas esperam receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. A companhia, aplicam a abordagem simplificado cálculo das perdas de créditos esperadas para o contas a receber de clientes, excluindo alterações no risco de crédito, no entanto considerando provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia e suas controladas estabeleceram uma matriz de provisões que se baseia na sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. ii) Passivos financeiros: *Reconhecimento inicial e mensuração:* Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou passivos financeiros ao custo amortizado, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia e suas controladas incluem fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos. *Mensuração subsequente:* Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: • Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e O Grupo não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado. • Passivos financeiros ao custo amortizado. O grupo possui operação de captação de debêntures, cujo saldo é apresentado líquido dos custos de captação. **2.12. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023:** A Companhia não identificou assuntos ligados a pronunciamentos novos ou revisados, mas ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações financeiras que possam ter um impacto significativo em suas demonstrações financeiras. As normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas não vigentes até a data de emissão destas demonstrações financeiras estão abaixo apresentadas: IFRS 17 - Contrato de seguro: Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (CPC 50 - Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. A IFRS 17 em 1 de janeiro de 2023 se faz necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS17. Essa norma não se aplica ao Grupo. Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que significa um direito de postergar a liquidação; • Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; • Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; e • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio, os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1 de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia não identificou impacto, sendo desnecessário a renegociação dos contratos de empréstimos vigentes. Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis (equivalente à revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis). Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações iniciadas em 1 de janeiro de 2023, ou após, e aplicação para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo. Alterações ao IAS 1 e IFRS *Practice Statement 2*: Divulgação de políticas contábeis (equivalente à revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis). Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e *IFRS Practice Statement 2* Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 para períodos iniciados em 1 de janeiro de 2023, ou após, com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao *Practice Statement 2* fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária. Atualmente, a Companhia não identificou impactos quanto às divulgações das políticas contábeis. Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação (equivalente à revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis). Em maio de 2021, o Conselho divulgou alterações ao IAS 12, que restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial sob o IAS 12, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. As alterações devem ser aplicadas a transações que ocorram nos períodos anuais com início em, ou após o mais antigo período comparativo apresentado. Além disso, no início do mais antigo período comparativo apresentado, um imposto diferido ativo (desde que haja um lucro tributável suficiente disponível) e um imposto diferido passivo também devem ser reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas a arrendamentos e obrigações de desmantelamento. A Companhia e suas controladas não esperam impactos na adoção destas normas. **3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas requerem que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo riscos que podem causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro estão relacionados a seguir: Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia e/ou suas controladas ainda não tenham se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. Provisões para demandas judiciais: A Companhia e suas controladas reconhecem provisão para causas cíveis, trabalhistas e tributárias avaliadas como prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Companhia e suas controladas estão sujeitas no curso normal dos negócios a fiscalizações, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cível, tributária, trabalhista, ambiental, societária e direito do consumidor, entre outras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Provisão para perdas de crédito esperadas: A Companhia e suas controladas utilizam as taxas de perda histórica observadas em exercícios anteriores para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber. Em todas as datas de relatórios, as taxas de perda histórica observadas são atualizadas e as mudanças nas estimativas prospectivas são analisadas. Transações com pagamentos baseados em ações: A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e das condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. Imposto de renda e contribuição social diferidos: O método do passivo de contabilização do imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e os respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda e contribuição social diferido ativo é revisado na data de cada balanço e reduzido ao montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar o ativo fiscal. Arrendamentos - Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos: A Companhia e suas controladas não são capazes de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa de incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia e suas controladas teriam que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis (como por exemplo, subsidiárias que não realizam operações de financiamento) ou quando elas precisem ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento (por exemplo, quando os arrendamentos não estão na moeda funcional de uma subsidiária). A Companhia e suas controladas estimam a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado), quando disponível, e considera nesta estimativa aspectos que são específicos do Grupo (como o rating de crédito da subsidiária). **4. Combinação de negócios:** a) Aquisição Fixtell Internet Ltda.: Em 02 de maio de 2023, a Companhia adquiriu a participação acionária de 100% das quotas e controle da Fixtell Internet Ltda. A adquirida possui como principal atividade a oferta de serviços de internet via rede de fibra ótica, atuando na região de Valparaiso de Goiás - GO. Para esta operação, não houve necessidade de obtenção de aprovação junto ao CADE. *Alocação do valor justo:* A Administração da Companhia realizou estudos preliminares para mensuração do valor justo de ativos intangíveis e passivos e alocação do preço de aquisição da Fixtell, em consonância com os requisitos estabelecidos pelo pronunciamento contábil CPC 15 (IFRS 3) - Combinação de Negócios NE 4.

Descrição	mai.23
Ativo circulante	6.414
Garantia de ressarcimento - PPA	2.016
Carteira de clientes	18.746
Imobilizado e mais-valia	15.435
Ativo de direito de uso	2.461
Passivo circulante	(21.341)
Passivo não circulante	(2.016)
Total de ativos identificáveis líquidos	21.715
Parcela do ágio não alocada - *Goodwill*	45.985
Total da contraprestação	67.700

O ágio pago por rentabilidade futura originado na operação consiste no benefício das sinergias esperadas, crescimento das receitas, desenvolvimento futuro dos mercados. Esses benefícios foram reconhecidos separadamente do ágio porque não atendem aos critérios de reconhecimento de ativos intangíveis identificáveis. *Metodologia para o reconhecimento dos ativos intangíveis:* Foram observados os critérios definidos no CPC 04 (R1)/IAS 38- Intangível, para reconhecimento dos ativos intangíveis citados a seguir:

Ativo	R$	Método	Prazo esperado de amortização
Carteira de clientes	18.746	Multi-Period Excess Earnings Method - ("MPEEM")	6 anos
Mais-valia de ativo imobilizado	4.141	Método "comparativo de dados de mercado e custo de reprodução"	10 anos

Os métodos utilizados consistem em converter montantes futuros em um valor único atual, ou seja, descontado a valor presente através de taxa de desconto que reflita o risco associado ao ativo ou negócio. *Saída de caixa líquida na aquisição da Fixtel Internet Ltda.*

	Mai.23
Preço de aquisição	67.700
Parcela retida (i)	(38.174)
Saldos de caixa e equivalentes de caixa adquiridos	(897)
Efeito líquido no fluxo de caixa da adquirente	28.629

(i) O fluxo de pagamentos é de parcelas que se encerram 48 meses após a aquisição e serão reajustadas pelo CDI. *Impacto das aquisições nos resultados da Companhia:* O resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 inclui receitas e despesas atribuíveis aos negócios adicionais gerados pela adquirida, a partir de 02 de maio de 2023. Desde a data de aquisição, a Fixtell, contribuiu com uma receita líquida de R$25.532 e lucro líquido de R$7.062. Se a aquisição tivesse ocorrido no início do período, a receita líquida contribuída pela Fixtell na receita consolidada totalizaria R$38.025 e o lucro consolidado seria de R$7.184. Os custos relacionados à aquisição, no montante de R$929, foram reconhecidos na demonstração do resultado como despesas administrativas na controladora. b) Aquisição Meppel Participações S.A.: Em 01 de dezembro de 2023, a Companhia adquiriu a participação acionária de 100% das quotas e controle da Meppel Participações S.A. com atuação nacional e sitiada na região de Barueri - SP. Para esta operação ocorreu a necessidade de obtenção de aprovação junto ao CADE que foi consumado o fechamento desta operação para a implementação da combinação dos negócios em 01 de dezembro de 2023. *Alocação do valor justo:* A Administração da Companhia realizou estudos preliminares para mensuração do valor justo de ativos intangíveis e passivos e alocação do preço de aquisição da Meppel, em consonância com os requisitos estabelecidos pelo pronunciamento contábil CPC 15 (IFRS 3) - Combinação de Negócios. O laudo para alocação do preço de aquisição apresentava valores preliminares, sujeitos a revisão dentro de um período de até um ano.

Descrição	dez.23
Ativo circulante	311.278
Ativo não circulante	1.696.830
Imobilizado e mais valia	155.908
Carteiras de clientes	59.892
Marcas e patentes	292.691
Ágio preexistente	(395.072)
Passivo circulante	(121.265)
Passivo não circulante	(1.605.560)
Passivo diferido carteira de clientes	65.596
Contas a pagar de aquisições	53.325
Total de ativos identificáveis líquidos	**513.623**
Parcela do ágio não alocada - *Goodwill*	1.837.931
Total da contraprestação	**2.351.551**

O ágio foi gerado através de troca de ações, mensurando o valor pago por rentabilidade futura originado na operação consiste no benefício das sinergias esperadas, crescimento das receitas, desenvolvimento futuro dos mercados. Esses benefícios foram reconhecidos separadamente do ágio porque não atendem aos critérios de reconhecimento de ativos intangíveis identificáveis. *Metodologia para o reconhecimento dos ativos intangíveis:* Foram observados os critérios definidos no CPC 04 (R1)/IAS 38 - Intangível, para reconhecimento dos ativos intangíveis citados a seguir:

Ativo	R$	Método	Prazo esperado de amortização
Carteira de clientes	59.892	Multi-Period Excess Earnings Method - ("MPEEM")	10 anos
Marcas e patentes	292.691	Relief from Royalties - (RFR)	22 anos
Mais-valia de ativo imobilizado	155.908	Método "comparativo de dados de mercado e custo de reposição"	10 anos

Os métodos utilizados consistem em converter montantes futuros em um valor único atual, ou seja, descontado a valor presente através de taxa de desconto que reflita o risco associado ao ativo ou negócio. Saída de caixa líquida na aquisição da Meppel Participações S.A.:

	Dez 23
Preço de aquisição	**2.351.551**
Troca de ações	2.490.824
Saldos de caixa e equivalentes de caixa adquiridos	(139.273)
Efeito líquido no fluxo de caixa da adquirente	**(139.273)**

Impacto das aquisições nos resultados da Companhia: O resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 inclui receitas e despesas atribuíveis aos negócios adicionais gerados pela adquirida, a partir de 01 de dezembro de 2023. Desde a data de aquisição, a Meppel contribuiu com uma receita líquida de R$ 60.603 e prejuízo líquido de R$ 5.604. Se a aquisição tivesse ocorrido no início do período, a receita líquida contribuída pela Meppel na receita consolidada totalizaria R$ 730.636 e o prejuízo consolidado seria de R$ 245.730. Os custos relacionados à aquisição, no montante de R$ 8.150 na controladora e R$ 14.143 no consolidado, foram reconhecidos na demonstração do resultado como despesas administrativas na controladora. *c) Aquisição Giganet Serviços de Internet Ltda.:* Em 19 de janeiro de 2022, a Companhia adquiriu a participação acionária de 100% das quotas e controle da Giganet Serviços de Internet Ltda.. A adquirida possui como principal atividade a oferta de serviços de internet via rede de fibra ótica, atuando na região de Minas Gerais. Para esta operação não houve necessidade de obtenção de aprovação junto ao CADE. *Alocação do valor justo:* A Administração da Companhia realizou estudos para mensuração do valor justo de ativos intangíveis e passivos e alocação do preço de aquisição da Empire, em consonância com os requisitos estabelecidos pelo pronunciamento contábil CPC 15 (IFRS 3) - Combinação de Negócios.

Descrição	Jan-22
Ativo circulante	14.058
Ativo não circulante	516
Imobilizado e mais-valia	36.860
Ativo de direito de uso	1.897
Carteira de clientes	11.882
Acordo de não concorrência	68
Garantia de ressarcimento	29.277
Passivo circulante	(25.131)
Passivo não circulante	(60.444)
Total de ativos identificáveis líquidos	**8.983**
Parcela do ágio não alocada - *Goodwill*	92.248
Total da contraprestação	**101.231**

O ágio pago por rentabilidade futura originado na operação consiste no benefício das sinergias esperadas, crescimento das receitas, desenvolvimento futuro dos mercados. Esses benefícios são reconhecidos separadamente do ágio porque não atendem aos critérios de reconhecimento de ativos intangíveis identificáveis. Metodologia para o reconhecimento dos ativos intangíveis:- Foram observados os critérios definidos no CPC 04 (R1)/IAS 38- Intangível, para reconhecimento dos ativos intangíveis citados a seguir: *c) Aquisição Giganet Serviços de Internet Ltda.:*

Ativo	R$	Método	Prazo esperado de amortização
Carteira de clientes	11.882	*Multi-Period Excess Earnings Method - ("MPEEM")*	9 anos
Acordo de não concorrência	68	*With or Without ('WoW')*	5 anos
Mais-valia de imobilizado	11.747	*Método "comparativo de dados de mercado e custo de reprodução"*	6 anos

Os métodos utilizados consistem em converter montantes futuros em um valor único atual, ou seja, descontado a valor presente através de taxa de desconto que reflita o risco associado ao ativo ou negócio.

Saída de caixa líquida na aquisição da Giganet Serviços de Internet Ltda.:

	Jan 22
Preço de aquisição	**101.231**
Parcela retida (i)	(50.978)
Saldos de caixa e equivalentes de caixa adquiridos	(8.492)
Efeito líquido no fluxo de caixa da adquirente	41.761

(i) O fluxo de pagamentos é de parcelas que se encerram 48 meses após a aquisição e serão reajustadas pelo CDI. *Impacto das aquisições nos resultados da Companhia:* O resultado do período findo em 31 de dezembro de 2022 inclui receitas e despesas atribuíveis aos negócios adicionais gerados pela adquirida, a partir de 19 de janeiro de 2022. Desde a data de aquisição, a Giganet contribuiu com uma receita líquida de R$ 53.714 e lucro líquido de R$ 13.815. Se a aquisição tivesse ocorrido no início do período, a receita líquida contribuída pelo Giganet na receita consolidada totalizaria R$ 55.785 e o lucro consolidado seria de R$ 13.879. Os custos relacionados à aquisição, no montante de R$ 199, foram reconhecidos na demonstração do resultado como despesas administrativas na controladora. *d) Aquisição Renovare Serviços de Telecomunicações Ltda.:* Em 01 de julho de 2022 a Companhia adquiriu a participação acionária de 100% das quotas e controle da Renovare Serviços de Telecomunicações Ltda.. A adquirida possui como principal atividade a oferta de serviços de internet via rede de fibra ótica, atuando na região do Rio Grande do Sul. Para esta operação não houve necessidade de obtenção de aprovação junto ao CADE. *Alocação do valor justo:* A Administração da Companhia realizou estudos preliminares para mensuração do valor justo de ativos intangíveis e passivos e alocação do preço de aquisição da Renovare, em consonância com os requisitos estabelecidos pelo pronunciamento contábil CPC 15 (IFRS 3) - Combinação de Negócios.

Descrição	01 de julho 2022
Ativo circulante	7.818
Ativo não circulante	608
Garantia de ressarcimento - PPA	34.559
Imobilizado e mais-valia	18.401
Carteira de clientes	30.204
Passivo circulante	(11.036)
Passivo não circulante	(36.442)
Total de ativos identificáveis líquidos	**44.112**
Parcela do ágio não alocada - *Goodwill*	73.104
Total da contraprestação	**117.215**

O ágio pago por rentabilidade futura originado na operação consiste no benefício das sinergias esperadas, crescimento das receitas, desenvolvimento futuro dos mercados. Esses benefícios são reconhecidos separadamente do ágio porque não atendem aos critérios de reconhecimento de ativos intangíveis identificáveis. *Metodologia para o reconhecimento dos ativos intangíveis:* Foram observados os critérios definidos no CPC 04 (R1)/IAS 38- Intangível, para reconhecimento dos ativos intangíveis citados a seguir:

Ativo	R$	Método	Prazo esperado de amortização
Carteira de clientes	30.204	*Multi-Period Excess Earnings Method - ("MPEEM")*	6,5 anos
Mais-valia de ativo imobilizado	12.056	*Método "comparativo de dados de mercado e custo de reprodução"*	15 anos

Os métodos utilizados consistem em converter montantes futuros em um valor único atual, ou seja, descontado a valor presente através de taxa de desconto que reflita o risco associado ao ativo ou negócio. Saída de caixa líquida na aquisição da Renovare Serviços de Telecomunicações Ltda.:

	Jul 22
Preço de aquisição	**117.215**
Parcela retida (i)	(57.846)
Saldos de caixa e equivalentes de caixa adquiridos	(2.311)
Efeito líquido no fluxo de caixa da adquirente	57.058

(i) Os fluxos de pagamentos são de parcelas que se encerram 60 meses após a aquisição e serão reajustadas pelo IPCA. O resultado do período findo em 31 de dezembro de 2022 inclui receitas e despesas atribuíveis aos negócios adicionais gerados pela adquirida, a partir de 01 de julho de 2022. Desde a data de aquisição, a Renovare contribuiu com uma receita líquida de R$ 30.388 e lucro líquido de R$ 8.808. Se a aquisição tivesse ocorrido no início do período, a receita líquida contribuída pelo Renovare na receita consolidada totalizaria R$ 49.022 e o lucro consolidado seria de R$ 12.435. Os custos relacionados à aquisição, no montante de R$ 620, foram reconhecidos na demonstração do resultado como despesas administrativas na controladora. **5. Caixa e equivalentes de caixa:** Política contábil: A Companhia e suas controladas consideram equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, normalmente, um investimento se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, resgatáveis em até 90 (noventa) dias, a contar da data da contratação.

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Caixa e bancos	**11.246**	3.310	**16.031**	14.345
Certificados de depósitos bancários (a)	**192.768**	139.412	**310.641**	146.732
	204.014	142.722	**326.672**	161.077

(a) O saldo é composto por Certificados de Depósitos Bancários CDBs. As aplicações são remuneradas entre 100% e 105% da taxa de variação do Certificado de Depósito Interbancário CDI. Equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

6. Contas a receber:	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Contas a receber de clientes (faturado)	**152.563**	106.465	**310.353**	128.224
Contas a receber de clientes (não faturado)	**–**	–	**6.069**	11.793
Provisão para perdas de crédito esperadas	**(33.559)**	(31.245)	**(72.012)**	(34.861)
	119.004	75.220	**244.410**	105.156

A idade do saldo de contas a receber de clientes e demais contas a receber pode ser demonstrada conforme segue:

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
A vencer	**89.966**	53.092	**170.798**	76.953
Vencidos:				
De 01 a 30 dias	**17.073**	10.999	**40.874**	14.367
De 31 a 60 dias	**6.555**	4.707	**14.144**	6.362
De 61 a 90 dias	**5.796**	4.701	**16.599**	5.788
De 91 a 120 dias	**5.249**	4.048	**12.984**	5.165
De 121 a 150 dias	**4.272**	3.601	**8.451**	4.518
De 151 a 180 dias	**3.763**	3.729	**7.481**	5.276
De 181 a 210 dias	**3.381**	3.295	**7.144**	3.295
De 211 a 240 dias	**3.249**	3.721	**7.196**	3.721
De 241 a 270 dias	**3.290**	3.468	**6.794**	3.468
De 271 a 300 dias	**2.958**	2.974	**6.128**	2.974
De 301 a 330 dias	**3.603**	3.869	**6.680**	3.869
De 331 a 360 dias	**3.408**	4.261	**6.430**	4.261
Acima de 365 dias	**–**	–	**4.719**	–
Total	**152.563**	106.465	**316.422**	140.017

A movimentação do saldo de provisão para perdas de crédito esperadas é como se segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31/12/2021	(5.185)	(8.355)
Efeito de aquisições em combinações de negócios	–	**(4.049)**
Efeito de incorporação	**(3.145)**	–
Constituição/reversão	**(22.915)**	**(22.457)**
Saldo em 31/12/2022	**(31.245)**	**(34.861)**
Efeito de aquisições em combinações de negócios	–	**(31.912)**
Efeito de incorporação	**(6.038)**	–
Constituição/reversão	**3.724**	**(5.239)**
Saldo em 31/12/2023	**(33.559)**	**(72.012)**

7. Estoques: Política contábil: Os estoques são contabilizados pelo custo ou valor líquido de realização, o que for menor. Os estoques adquiridos são registrados pelo valor de aquisição líquido dos impostos e controlados pelo custo médio, incluídos os custos de armazenamento e manuseio, na medida que tais custos são necessários para trazer os estoques na sua condição aos depósitos das controladas. Os estoques são reduzidos pela provisão para perdas e quebras, as quais são periodicamente analisadas e avaliadas quanto à sua adequação. Os materiais utilizados na instalação são requisitados pelo instalador e após finalizada a instalação, são baixadas via aplicativo e nesse momento são lançadas no ativo imobilizado.

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Material para prestação de serviço	**7.897**	4.737	**7.936**	4.737
Estoque para usuário final (a)	**12.124**	17.716	**12.124**	21.326
Estoque para imobilizado (b)	**–**	–	**–**	1.948
	20.021	22.453	**20.060**	28.011

(a) Trata-se de equipamentos e materiais utilizados na instalação de serviços a novos clientes. (b) Trata-se de equipamentos e materiais utilizados na expansão do parque instalado da Companhia. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as controladas não possuíam estoques dados como penhor de garantia a passivos. **8. Imobilizado:** Política contábil: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. Custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos como parte do custo do imobilizado em construção. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia ou suas controladas e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. As obras em andamentos representam o custo dos projetos em andamento relacionados com construções de redes e/ou outros ativos tangíveis no período de sua construção e instalação, até o momento em que entrarem em operação, quando serão transferidas para as contas correspondentes destes bens. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma reforma relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos, entretanto, são capitalizados somente quando representam claramente aumento da capacidade instalada ou vida útil econômica. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas para o exercício de 2023 e 2022 são as seguintes:

Categoria de ativo	Taxa média de depreciação anual
Equipamentos de comutação/transmissão	20%
Equipamentos terminais/modens	20%
Infraestrutura	10%
Equipamentos de informática	20%
Máquinas e equipamentos	10%
Móveis e utensílios	10%
Bens e instalações em andamento	10%
Capex frota e folha	17%

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Controladora

	Saldos em 31/12/2021	Adições	Baixas	Adições por incorporações	Saldos em 31/12/2022	Adições	Baixas	Adições por Incorporações	Saldos em 31/12/2023
Custo									
Equipamentos de comutação/transmissão	227.586	97.086	–	106.778	431.450	**141.539**	**–**	**129.343**	**702.332**
Equipamentos terminais/modems	10.555	21.822	–	1.254	33.631	**20.364**	**–**	**13.498**	**67.493**
Infraestrutura	8.511	4.679	(54)	1.842	14.978	**703**	**–**	**420**	**16.101**
Equipamentos de informática	5.149	1.536	(8)	418	7.095	**33**	**–**	**7.076**	**14.204**
Veículos	626	294	–	931	1.851	**19**	**(173)**	**881**	**2.578**
Máquinas e equipamentos	3.945	5.534	–	1.263	10.742	**312**	**–**	**9.573**	**20.627**
Móveis e utensílios	3.269	1.253	–	471	4.993	**430**	**(12)**	**1.041**	**6.452**
Bens e instalações em andamento	1.449	1.471	(616)	–	2.304	**–**	**(916)**	**–**	**1.388**
	261.090	133.675	(678)	112.957	507.044	**163.400**	**(1.101)**	**161.832**	**831.175**
Depreciação									
Equipamentos de comutação/transmissão	(58.510)	(44.188)	–	–	(102.698)	**(91.759)**	**–**	**–**	**(194.457)**
Equipamentos terminais/modems	(40)	(7.802)	54	–	(7.788)	**(12.665)**	**–**	**–**	**(20.453)**
Infraestrutura	(1.363)	(1.799)	8	–	(3.154)	**(2.625)**	**–**	**–**	**(5.779)**
Equipamentos de informática	(1.070)	(797)	–	–	(1.867)	**(2.078)**	**–**	**–**	**(3.945)**
Veículos	(329)	(432)	–	–	(761)	**(707)**	**12**	**–**	**(1.456)**
Máquinas e equipamentos	(3.349)	(3.122)	–	–	(6.471)	**(5.085)**	**–**	**–**	**(11.556)**
Móveis e utensílios	(767)	(490)	–	–	(1.257)	**(668)**	**1**	**–**	**(1.924)**
	(65.428)	(58.630)	62	–	(123.996)	**(115.587)**	**13**	**–**	**(239.570)**
Valor residual	195.662	75.045	(616)	112.955	383.048	**47.813**	**(1.088)**	**161.832**	**591.605**

Consolidado

	Saldos em 31/12/2021	Adições	Baixas	Adições por combinação de negócios	Saldos em 31/12/2022	Adições	Baixas	Adições por combinação de negócios	Saldos em 31/12/2023
Custo									
Equipamentos de comutação/transmissão	350.268	139.862	(272)	30.057	519.915	**150.282**	**–**	**170.533**	**840.730**
Equipamentos terminais/modems	13.699	21.440	(54)	3.315	38.400	**20.364**	**–**	**–**	**58.764**
Infraestrutura	23.394	14.005	(8.559)	8.622	37.462	**78.912**	**(1.953)**	**722.038**	**836.459**
Equipamentos de informática	7.293	4.515	(8)	8.359	20.159	**10.570**	**–**	**26.887**	**57.616**
Veículos	5.259	516	–	324	6.099	**144**	**(193)**	**4.269**	**10.319**
Máquinas e equipamentos	21.754	7.550	–	3.035	32.339	**33.572**	**(97.800)**	**205.506**	**173.617**
Móveis e utensílios	4.584	3.078	–	1.717	9.379	**4.955**	**(12)**	**1.985**	**16.307**
Bens e instalações em andamento	1.770	1.479	(679)	413	2.983	**–**	**(1.474)**	**–**	**1.509**
	428.021	192.445	(9.572)	55.842	666.736	**298.799**	**(101.432)**	**1.131.218**	**1.995.321**
Depreciação									
Equipamentos de comutação/transmissão	(59.039)	(51.469)	12	–	(110.496)	**(97.351)**	**–**	**–**	**(207.847)**
Equipamentos terminais/modems	(5.510)	(7.475)	54	–	(12.931)	**(12.665)**	**–**	**–**	**(25.596)**
Infraestrutura	(3.499)	(2.568)	994	–	(5.073)	**(14.881)**	**–**	**–**	**(19.954)**
Equipamentos de informática	(2.220)	(5.658)	–	–	(7.878)	**(9.295)**	**–**	**–**	**(17.173)**
Veículos	(577)	(784)	–	–	(1.361)	**(918)**	**12**	**–**	**(2.267)**
Máquinas e equipamentos	(5.966)	(4.646)	–	–	(10.612)	**(34.481)**	**30.536**	**–**	**(14.557)**
Móveis e utensílios	(1.483)	(651)	–	–	(2.134)	**(2.592)**	**1**	**–**	**(4.725)**
	(78.294)	(73.251)	1.060	–	(150.485)	**(172.183)**	**30.549**	**–**	**(292.119)**
Valor residual	349.727	119.194	(8.512)	55.842	516.251	**126.616**	**(70.883)**	**1.131.218**	**1.703.202**

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não houve perda relacionada à redução ao valor recuperável (impairment). **9. Investimentos:** a) Movimentação dos investimentos na controladora:

	MKA Net	INB	Empire	G4	Neorede	HTEC	Giganet	Renovare	Fixtell	Meppel	Total
Saldo 31/12/2021	155.345	258.178	44.188	35.039	233.286	41.143	–	–	–	–	767.179
Aquisição de investimento	–	–	–	–	–	–	101.231	117.214	–	–	218.445
Aportes de capital	–	–	–	–	–	–	23.516	–	–	–	23.516
Dividendos e JSCP recebido de controladas	–	–	–	–	(14.500)	–	(535)	–	–	–	(15.035)
Resultado de equivalência	–	–	(737)	4.221	62.423	5.721	12.140	5.534	–	–	89.302
Incorporações (a)	(155.345)	(258.178)	(43.451)	–	–	(46.864)	–	–	–	–	(503.838)
Saldo 31/12/2022	–	–	–	39.260	281.209	–	136.352	122.748	–	–	579.569
Aquisição de investimento	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**67.700**	**2.351.551**	**2.419.251**
Aportes de capital	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**2.625**	**2.625**
Dividendos e JSCP recebido de controladas	**–**	**–**	**–**	**(2.000)**	**–**	**–**	**(500)**	**(500)**	**–**	**–**	**(3.000)**
Resultado de equivalência	**–**	**–**	**–**	**1.285**	**7.266**	**–**	**6.114**	**6.371**	**5.643**	**(8.487)**	**18.192**
Não controladores	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(65.196)**	**(65.196)**
Incorporações (b)	**–**	**–**	**–**	**(38.545)**	**(288.475)**	**–**	**(141.966)**	**(128.619)**	**(73.343)**	**–**	**(670.948)**
Saldo 31/12/2023	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**2.280.493**	**2.280.493**

(a) A Companhia realizou a incorporação das empresas Mkanet e INB em 31 de janeiro de 2022, Empire em 31 de julho de 2022 e HTEC em 31 de dezembro 2022; (b) A Companhia realizou a incorporação da Neorede em 28 de fevereiro de 2023, da G4 em 30 de abril de 2023, da Giga em 31 de maio de 2023, da Renovare em 31 de agosto de 2023 e da Fixtell em 30 de novembro de 2023. b) Os saldos das principais contas de balanço das controladas são: *Em 31 de dezembro de 2022:*

31/12/2022	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio líquido (i)	Lucro líquido
Renovare	11.219	11.425	13.489	99	1.750	7.305
G4	7.583	15.896	7.586	–	11.110	4.783
Neorede	35.235	57.047	40.028	52	10.769	62.971
Giganet	20.829	34.500	32.868	27	8.822	13.600

Em 31 de dezembro de 2023:

31/12/2023	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio líquido (i)	Prejuízo líquido
Meppel	342.844	1.657.683	684.747	1.025.397	295.986	(5.604)

c) O sumário das informações financeiras das entidades incorporadas está apresentado a seguir: Neorede - Incorporada em fevereiro de 2023:

	Neorede
Ativo circulante	10.183
Contas a receber	16.894
Ativo não circulante	64.948
Imobilizado, líquido	49.454
Mais-valia ativo imobilizado	10.070
Intangível, líquido	789
Ágio não alocado - *Goodwill*	189.902
Carteira de clientes	27.379
Acordo de não concorrência	1.645
Tributos diferidos	8.130
Contratos vantajosos	–
Ativo de direito de uso	13.800
Passivo circulante	25.446
Passivo não circulante	13.615
Provisões para demandas judiciais	4.814
Patrimônio líquido	56.525

G4 - Incorporada em abril de 2023:

	G4
Ativo circulante	2.240
Contas a receber	1.729
Imobilizado, líquido	13.343
Mais-valia ativo imobilizado	1.141
Intangível, líquido	403
Ágio não alocado - *Goodwill*	16.723
Carteira de clientes	5.753
Acordo de não concorrência	146
Tributos diferidos	2.570
Contratos vantajosos	23
Ativo de direito de uso	3.687
Passivo circulante	3.618
Passivo não circulante	3.649
Provisões para demandas judiciais	1.578
Patrimônio líquido	15.390

Giganet - Incorporada em maio de 2023:

	GIGA
Ativo circulante	8.514
Contas a receber	7.243
Imobilizado, líquido	33.480
Mais-valia ativo imobilizado	11.339
Intangível, líquido	898
Ágio não alocado - *Goodwill*	92.197
Carteira de clientes	11.332
Acordo de não concorrência	68
Tributos diferidos	4.107
Ativo de direito de uso	5.647
Passivo circulante	23.793
Passivo não circulante	5.553
Provisões para demandas judiciais	159
Patrimônio líquido	28.818

continua

★ continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - 31 de dezembro de 2023 e 2022 da Vero S.A. (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Renovare - Incorporada em agosto de 2023:

	Renovare
Ativo circulante	8.699
Contas a receber	5.382
Imobilizado, líquido	13.975
Mais-valia ativo imobilizado	11.118
Intangível, líquido	23
Ágio não alocado - *Goodwill*	73.176
Carteira de clientes	24.783
Tributos diferidos	3.197
Ativo de direito de uso	1.211
Passivo circulante	12.844
Provisões para demandas judiciais	108
Patrimônio líquido	17.363

Fixtell - Incorporada em novembro de 2023:

	Fixtell
Ativo circulante	2.427
Contas a receber	4.790
Imobilizado, líquido	15.468
Mais-valia ativo imobilizado	3.922
Intangível, líquido	196
Ágio não alocado - *Goodwill*	45.985
Carteira de clientes	16.816
Tributos diferidos	731
Ativo de direito de uso	1.831
Passivo circulante	19.836
Provisões para demandas judiciais	–
Patrimônio líquido	5.889

10. Intangível: a) Controladora:

	Saldos em 31/12/2021	Adições	Baixas	Incorporações	Saldos em 31/12/2022	Adições	Baixas	Incorporações	Saldos em 31/12/2023
Custo									
Ágio não alocado - *Goodwill*	339.105	–	–	286.390	625.495	–	–	417.911	1.043.406
Marcas	2.231	–	–	–	2.231	–	–	–	2.231
Carteira de clientes	29.700	–	–	94.102	123.802	–	–	85.691	209.493
Softwares e licenças	38.766	34.316	–	9.288	82.370	17.020	(1.277)	2.122	100.235
Acordo de não concorrência	–	–	–	2.869	2.869	–	–	1.858	4.727
Contratos vantajosos	–	–	–	892	892	–	–	21	913
Outros ativos intangíveis	6.296	1.961	–	–	8.257	918	–	–	9.175
	416.098	36.277	–	393.541	845.916	17.938	(1.277)	507.603	1.370.180
Amortização									
Carteira de clientes	(5.775)	(17.638)	–	–	(23.413)	(20.092)	–	–	(43.505)
Softwares e licenças	(8.113)	(10.070)	–	–	(18.183)	(13.371)	85	–	(31.469)
Acordo de não concorrência	–	(1.786)	–	–	(1.786)	(1.193)	–	–	(2.979)
Contratos vantajosos	–	(685)	–	–	(685)	(264)	–	–	(949)
Outros ativos intangíveis	(481)	(875)	–	–	(1.356)	(981)	–	–	(2.337)
	(14.369)	(31.054)	–	–	(45.423)	(35.901)	85	–	(81.239)
Valor residual	401.729	5.223	–	393.541	800.493	(17.963)	(1.192)	507.603	1.288.941

b) Consolidado:

	Saldos em 31/12/2021	Adições	Baixas	Combinação de negócios	Saldos em 31/12/2022	Adições	Baixas	Combinação de negócios	Saldos em 31/12/2023
Custo									
Ágio não alocado - *Goodwill*	832.120	–	–	165.424	997.544	–	–	1.686.025	2.683.569
Marcas	2.231	–	–	–	2.231	–	–	291.604	293.835
Carteira de clientes	179.390	–	–	41.121	220.511	–	(121)	566.270	786.660
Acordo de não concorrência	6.350	–	–	68	6.418	–	–	–	6.418
Contratos vantajosos	1.380	–	–	–	1.380	–	–	–	1.380
Softwares e licenças	50.664	34.396	–	–	85.060	71.135	(1.277)	15.689	170.607
Outros ativos intangíveis	6.134	1.961	–	–	8.095	919	(393)	–	8.621
	1.078.269	36.357	–	206.613	1.321.239	72.054	(1.791)	2.559.588	3.951.090
Amortização									
Carteira de clientes	(17.229)	(28.744)	–	–	(45.973)	(28.311)	–	–	(74.284)
Acordo de não concorrência	(987)	(2.722)	–	–	(3.709)	(1.193)	–	–	(4.902)
Contratos vantajosos	(398)	(685)	–	–	(1.083)	(264)	–	–	(1.347)
Softwares e licenças	(8.936)	(10.262)	–	–	(19.198)	(16.134)	85	–	(35.247)
Outros ativos intangíveis	(931)	(875)	–	–	(1.806)	(1.093)	393	–	(2.506)
	(28.481)	(43.288)	–	–	(71.769)	(46.995)	478	–	(118.286)
Valor residual	1.049.788	(6.931)	–	206.613	1.249.470	25.059	(1.313)	2.559.588	3.832.804

A composição do ágio não alocado - *Goodwill* em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é a seguinte:

	31/12/2023	31/12/2022
Lafaite	102.874	102.874
DDJL	10.095	10.095
Infoline	100.117	100.117
City 10	56.840	56.840
S&M	5.889	5.889
NWNet	8.341	8.341
Efibra	11.193	11.193
Melgaço	9.256	9.256
Vlaceu	8.037	8.037
Divifibra	6.955	6.955
BD Fibra	8.474	8.474
MC Fibra	7.254	7.254
G4 Telecom	3.780	3.780
MKA	85.332	85.332
INB	147.409	147.409
Empire	28.351	28.351
Plugnet, G4 e Mega	16.723	16.723
Neorede	189.902	189.902
HTEC	25.298	25.298
Giganet	92.248	92.248
Renovare	73.104	73.176
Fixtell	45.985	–
Meppel	1.837.931	–
Total	2.881.388	997.544

Os ativos classificados como "Software e licenças" correspondem à aquisição e custos de implementação de softwares operacionais da Companhia e suas controladas. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não houve perda relacionada à redução ao valor recuperável (impairment). Os ágios gerados nas aquisições são mensurados como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos a valor justo (ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos). Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas de valor recuperável. Ágios e outros ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém a perda de valor recuperável é testada pelo menos anualmente. *Teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis sem vida útil definida:* O ágio adquirido por meio de combinações de negócios é alocado nas unidades geradoras de caixa para teste de *impairment*. A Companhia realizou o teste de valor recuperável em 31 de dezembro de 2023 e considera, entre outros fatores, o momento econômico do país e os resultados históricos das empresas avaliadas. **Unidade geradora de caixa ("Vero Internet"):** O valor recuperável da unidade geradora de caixa Vero Internet era de R$ 4.886.747, em 31 de dezembro de 2023 (R$2.838.413 em 31 de dezembro de 2022), e foram apurados com base no cálculo dos valores em uso, em vista das projeções de fluxo caixa aprovadas pela Administração durante um período de cinco anos. Os fluxos de caixa projetados foram atualizados refletindo o cenário econômico do país, aumento do número de assinantes e da inflação sobre os planos mensais. A taxa de desconto antes do imposto de renda aplicada a projeção de fluxo de caixa ficou entre 10,0%, e os fluxos de caixa que excedem o período de cinco anos são apurados considerando a perpetuidade. *Premissas com impacto relevante utilizadas no cálculo do valor em uso:* O cálculo do valor em uso é mais sensível às seguintes premissas: • Taxa de desconto; e • Crescimento na perpetuidade. *Taxa de desconto:* A taxa de desconto representa a avaliação de risco no atual mercado. O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias específicas da Companhia, sendo derivada dos custos de capital médio ponderado. *Crescimento na perpetuidade:* A estimativa foi baseada principalmente em: (i) resultados históricos obtidos pela Companhia; (ii) expectativa de crescimento orgânico em função da abertura de novas lojas; e (iii) expectativa de inflação e crescimento econômico (PIB) baseado nas projeções divulgadas pelo Banco Central (Boletim Focus). **Unidade geradora de caixa Meppel ("Meppel"):** O valor recuperável da unidade geradora de caixa Meppel era de R$ 3.570 em 31 de dezembro de 2023 e foram apurados com base no cálculo dos valores em uso, em vista das projeções de fluxo caixa aprovadas pela Administração durante um período de cinco anos. Os fluxos de caixa projetados foram atualizados refletindo o cenário econômico do país, aumento do número de assinantes e da inflação sobre os planos mensais. A taxa de desconto antes do imposto de renda aplicada a projeção de fluxo de caixa ficou entre 16%, e os fluxos de caixa que excedem o período de cinco anos são apurados considerando a perpetuidade. *Premissas com impacto relevante utilizadas no cálculo do valor em uso:* O cálculo do valor em uso é mais sensível às seguintes premissas: • Taxa de desconto; e • Crescimento na perpetuidade. *Taxa de desconto:* A taxa de desconto representa a avaliação de risco no atual mercado. O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias específicas da Companhia, sendo derivada dos custos de capital médio ponderado. *Crescimento na perpetuidade:* A estimativa foi baseada principalmente em: (i) resultados históricos obtidos pela Companhia; (ii) expectativa de crescimento orgânico em função da abertura de novas lojas; e (iii) expectativa de inflação e crescimento econômico (PIB) baseado nas projeções divulgadas pelo Banco Central (Boletim Focus).

11. Empréstimos, financiamentos e debêntures:

	Controladora		Consolidado	
Empréstimos e financiamentos	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Capital de Giro	197.322	203.979	751.578	211.908
Debêntures	622.286	402.017	1.187.470	402.017
Financiamentos	–	–	4.197	–
Outros	–	–	707	–
	819.608	605.996	1.943.952	613.925
Circulante	161.661	142.472	522.692	145.910
Não circulante	657.947	463.524	1.421.260	468.015

Composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures:

Instituição Financeira	Modalidade	Encargos	Vencimento	Controlada 31/12/2023	Controlada 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Santander	Capital de Giro	2,1% + CDI	fev/26	85.209	163.242	85.209	163.242
Mercado (a)	Debêntures		dez/26	244.107	402.017	244.107	402.017
Mercado (b)	Debêntures		mar/30	378.179	–	378.179	–
China Bank	Capital de Giro	0,12% + CDI	nov/26	37.626	40.737	37.626	40.737
Banco ABC	Capital de Giro	0,2% + CDI	mar/25	66.269	–	66.269	–
Outras Instituições Financeiras	Capital de Giro			8.218	–	8.218	7.929
Banco Itaú S.A.	Capital de Giro	1,3% + CDI	mar/24	–	–	809	–
Banco ABC S.A.	Capital de Giro	CDI + 4,5%	nov/25	–	–	35.173	–
Banco Itaú S.A.	Capital de Giro	1,3% + CDI	mar/25	–	–	53.940	–
Banco BRB	Capital de Giro	CDI	dez/27	–	–	130.973	–
Mercado (c)	Debêntures	5,6% e 8,9% + IPCA	nov/30	–	–	565.184	–
Banco Bocom	Capital de Giro	CDI + 2,5%	jul/25	–	–	22.945	–
Banco do Brasil	Capital de Giro	2,7 + CDI	mar/25	–	–	200.910	–
Banco BTG	Capital de Giro	CDI + 7,3%	set/26	–	–	109.506	–
Banco Volkswagen	Financiamentos	1,30%	nov/26	–	–	2.045	–
Banco CXMG	Financiamentos	1,40%	nov/26	–	–	2.152	–
Daycoval	Outros	CDI + 0,46%	fev/27	–	–	479	–
HP Financeira	Outros	1,30%	abr/25	–	–	228	–
				819.608	605.996	1.943.952	613.925

(a) Em 08 de dezembro de 2021, a Companhia realizou sua 1ª emissão de debêntures não conversíveis em ações, a operação consistiu na emissão de 350 mil debêntures no valor total de R$ 350.000, com data de vencimento em 6 anos (08 de dezembro de 2026), amortizado em 49 parcelas mensais, iniciando-se em 08 de dezembro de 2023 e demais parcelas nos dias 08 de cada mês. A remuneração das debêntures será calculada com base em 100% da DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, acrescido de spread de 2,30% (dois inteiros e trinta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração"). Os recursos levantados com a operação têm objetivo de reforço de caixa da Companhia, para expansão e aquisições. As debêntures poderão ter seu vencimento antecipado exigido em caso de inadimplência por parte da Companhia em pagamento das parcelas, contração de operações no mercado financeiro ou de capitais, obrigações pecuniárias, inadimplemento de obrigações pecuniárias, protestos de títulos extrajudiciais, descumprimento de sentença arbitral ou judicial em valor individual ou agregado superior a 4,5% do patrimônio líquido, dívida líquida superior 3 vezes o EBITDA e o EBITDA deve ser no mínimo 3 vezes a despesa financeira líquida. O custo total da operação foi de R$ 3.937, reconhecido como redutora do saldo da operação. (b) Em 12 de abril de 2023 a Companhia realizou sua 2ª emissão de debêntures não conversíveis em ações, a operação consistiu na emissão de 375 mil debêntures no valor total de R$375.000, com data de vencimento em 7 anos (17 de março de 2030), amortizado em 4 parcelas anuais, iniciando-se em 15 de março de 2027 e demais parcelas nos dias 15 de março de cada ano. A remuneração das debêntures será com base na variação do IPCA, acrescido de spread de 9,34% ao ano, base 252 dias úteis. Os recursos levantados com a operação têm objetivo de reforço de caixa da Companhia, para expansão e aquisições. As debêntures poderão ter seu vencimento antecipado exigido em caso de inadimplência por parte da Companhia em pagamento das parcelas, obrigações pecuniárias, inadimplemento de obrigações pecuniárias, protestos de títulos extrajudiciais, descumprimento de sentença arbitral ou judicial em valor individual ou agregado superior a 4,5% do patrimônio líquido, dívida líquida superior 4 vezes o EBITDA e o EBITDA deve ser no mínimo 2 vezes a despesa financeira líquida. O custo total da operação foi de R$16.732, reconhecido como redutora do saldo da operação. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia estava em conformidade com os covenants. (c) Em 15 de março de 2023 e 06 de dezembro de 2022 a Companhia realizou emissões de debêntures não conversíveis em ações, as operações constituíram na emissão de 250 mil debêntures no valor total de R$250.000, e na emissão de 300 mil debêntures no valor total de R$300.000, retrospectivamente, com data de vencimento em 8 anos (15 de março de 2029) e (15 de novembro de 2030), amortizado em 2 parcelas anuais, iniciando-se a primeira emissão em 15 de março de 2023 e demais parcelas nos dias 15 de março e 15 de setembro de cada ano, a segunda emissão iniciando-se em 15 de maio de 2023 e demais parcelas nos dias 15 de maio e 15 de novembro de cada ano. A remuneração das debêntures será com base na variação do IPCA, acrescido de spread de 5,60% e 8,96% ao ano, base 252 dias úteis. Os recursos levantados com a operação têm objetivo de reforço de caixa da Companhia, para expansão e aquisições. As debêntures poderão ter seu vencimento antecipado exigido em caso de inadimplência por parte da Companhia. Os contratos preveem covenants, onde a dívida líquida do Grupo dividida pelo EBITDA não pode ultrapassar 3,5. A Cia não atingiu tal índice, porém está dentro dos requisitos para o não vencimento antecipado. Após este evento e a Cia realizou Assembleia Geral dos Debenturistas no dia 10 de outubro de 2023, onde ficou estabelecido os novos critérios de covenants, abaixo os novos índices para os trimestres futuros. 4,20 (quatro inteiros e vinte centésimos) entre 30 de setembro de 2023 e até 31 de dezembro de 2023; 3,95 (três inteiros e noventa e cinco centésimos) entre 1º de janeiro de 2024 e 31 de dezembro de 2024; 3,75 (três inteiros e setenta e cinco centésimos) entre 1º de janeiro de 2025 e 31 de dezembro de 2025; 3,50 (três inteiros e cinquenta centésimos) entre 1º de janeiro de 2026 e 31 de dezembro de 2026; e 3,25 (três inteiros e vinte e cinco centésimos) entre 1º de janeiro de 2027. **12. Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento:** A Companhia e suas controladas possuem contratos de arrendamento de imóveis, máquinas e equipamentos utilizados em suas operações. O prazo médio dos arrendamentos de imóveis é de 4,8 anos, enquanto de máquinas e equipamentos é de 8,6 anos. As obrigações da Companhia e suas controladas nos termos de seus arrendamentos são asseguradas pela titularidade do arrendador sobre os ativos arrendados. Geralmente, a Companhia e suas controladas estão impedidas de ceder e sublicenciar os ativos arrendados. A seguir estão os valores contábeis dos ativos de direito de uso reconhecidos e as movimentações durante o exercício:

	Controladora Direito de uso de ativos	Consolidado Direito de uso de ativos
Saldo em 31/12/2021	38.309	67.310
Efeito de aquisições em combinações de negócios	–	1.897
Efeito de incorporação	24.649	–
Adições e remensuração	36.165	55.463
Amortização	(20.695)	(25.234)
Saldo em 31/12/2022	78.428	99.436
Efeito de aquisições em combinações de negócios	–	24.579
Efeito de incorporação	26.176	–
Adições e remensuração	16.818	20.021
Amortização	(27.212)	(28.841)
Saldo em 31/12/2023	94.210	115.195

Abaixo são apresentados os valores contábeis dos passivos de arrendamento e as movimentações durante o período:

	Controladora Passivo de arrendamento	Consolidado Passivo de arrendamento
Saldo em 31/12/2021	38.516	67.602
Efeito de aquisições em combinações de negócios	–	1.897
Efeito de incorporação	24.649	–
Adições e remensuração	36.165	55.459
Juros	16.802	19.292
Pagamentos	(37.968)	(44.426)
Saldo em 31/12/2022	78.164	99.824
Efeito de aquisições em combinações de negócios	–	27.860
Efeito de incorporação	25.861	–
Adições e remensuração	16.818	20.021
Juros	28.571	30.045
Pagamentos	(54.209)	(58.331)
Saldo em 31/12/2023	95.205	119.419
Circulante	33.642	46.161
Não circulante	61.563	73.258

A Companhia estimou as taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à sua realidade ("spread" de crédito). Os "spreads" foram obtidos por meio de sondagens junto a potenciais investidores de títulos de dívida da Companhia. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas levando em consideração os prazos dos contratos: Contratos por prazo e taxa de desconto:

Prazos	Taxa % a.a.
24 meses	15,63%
36 meses	15,80%
48 meses	16,05%
49 meses	16,05%
60 meses	16,22%
69 meses	16,37%
120 meses	16,56%

O quadro a seguir demonstra o direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento:

Fluxo de caixa	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	53.622	119.419
PIS/COFINS potencial (9,25%)	(4.960)	(11.046)
	48.662	108.373

Informações adicionais - Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 2, 2019: Para efetuar o desconto a valor presente de arrendamentos a pagar, a Companhia e suas controladas utilizaram a taxa de juros incremental nominal. Os contratos de arrendamento da Companhia e suas controladas têm substancialmente seus fluxos de pagamentos indexados por índices inflacionários. Para atender as orientações da CVM, em seu Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 2, 2019, a Companhia fornece abaixo informações adicionais sobre as características dos contratos para que os usuários dessas demonstrações financeiras possam, a seu critério, realizar projeções dos fluxos de pagamentos futuros indexados pela inflação do exercício:

Fluxo Contratual Pagamentos - Consolidado

	2023	2024	2025	2026	Acima de 2027	Total
Fluxo nominal	(2.775)	(45.017)	(37.678)	(23.576)	(10.373)	**(119.419)**
Fluxo com Projeção de Inflação (real)	(2.898)	(47.476)	(39.794)	(24.619)	(10.820)	**(125.607)**
	4,43%	5,46%	5,62%	4,42%	4,31%	5,18%

13. Despesas antecipadas e outros ativos:

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Custos incrementais na obtenção de contrato com clientes	**49.200**	17.396	**74.387**	20.854
Outras despesas antecipadas	**6.838**	131	**20.303**	131
Outros ativos	**535**	833	**535**	1.639
Total	**56.573**	18.360	**95.225**	22.624
Circulante	**13.608**	3.963	**30.060**	5.686
Não circulante	**42.965**	14.397	**65.165**	16.938

Os custos incrementais na obtenção de contratos com clientes são substancialmente representados por comissões de vendas pagas a funcionários e parceiros para obtenção de contratos de clientes decorrentes da aplicação do IFRS 15/CPC 47, os quais são reconhecidos em resultado em conformidade com o benefício econômico a ser gerado, usualmente entre 6 e 15 anos. A seguir, apresentamos a movimentação dos custos incrementais na obtenção de contratos com clientes:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31/12/2021	1.782	1.818
Ingressos	**17.350**	**21.036**
Baixas (amortizações)	**(1.736)**	**(2.000)**
Saldo em 31/12/2022	**17.396**	**20.854**
Ingressos	**33.448**	**39.785**
Efeito de aquisições em combinações de negócios	–	**20.624**
Efeito de incorporação	**5.090**	–
Baixas (amortizações)	**(6.734)**	**(6.876)**
Saldo em 31/12/2023	**49.200**	**74.387**
Circulante	**9.707**	**12.694**
Não Circulante	**39.493**	**61.693**

14. Fornecedores:

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Materiais para operação	**34.919**	8.649	**109.385**	16.594
Tráfego de dados	**4.792**	2.164	**4.792**	2.238
Serviços de terceiros	**81.128**	17.952	**81.922**	17.952
Publicidade	**1.705**	7.781	**1.705**	7.781
Locação de imóveis	**1.876**	1.647	**1.876**	1.647
Outros	**2.672**	3.589	**32.509**	8.499
Total	**127.092**	41.782	**232.189**	54.711

15. Partes relacionadas:

Controladora	Ativo/(passivo) 31/12/2023	Ativo/(passivo) 31/12/2022	Receitas/(despesas) 31/12/2023	Receitas/(despesas) 31/12/2022
RENOVARE (a)	–	1.092	–	1.092
NEOREDE (a)	–	7.615	–	7.615
GIGANET (a)	–	4.887	–	4.887
G4 (a)	–	1.410	–	1.410
MEPPEL (c)	**(30.109)**	–	**(30.109)**	–
Total	**(30.109)**	15.004	**(30.109)**	15.004

Controladora	Ativo/(passivo) 31/12/2023	Ativo/(passivo) 31/12/2022	Receitas/(despesas) 31/12/2023	Receitas/(despesas) 31/12/2022
Acionistas Minoritários (b)	**(1.096)**	(296)	**(1.096)**	(296)
Total	**(1.096)**	(296)	**(1.096)**	(296)

(a) O saldo a receber em 31 de dezembro de 2022 se refere a despesas compartilhadas de pessoal e ocupação. As controladas foram incorporadas pela Vero durante o período de 2023, vide nota explicativa 9.c. (b) Valores referentes à locação de imóveis utilizados como lojas e POP's (Pontos de presença de rede), são avaliados pelos valores e condições de mercado da região. (c) O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2023 na controladora refere-se repasses de despesas devido combinação de negócios entre a Vero e Meppel ocorrido em 01 de dezembro de 2023. Pagamento do pessoal-chave da Administração: O pessoal-chave da Administração é composta basicamente pelos diretores estatutários. O pagamento do período paga ou a pagar ao pessoal chave da Administração, pelos serviços prestados, está apresentada a seguir:

	Controladora e Consolidado 31/12/2023	Controladora e Consolidado 31/12/2022
Salários e outros benefícios de curto prazo	**21.319**	12.118
Pagamento baseado em ações	**3.021**	5.536
	24.340	17.654

16. Obrigações por aquisições de participações societárias:

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Obrigações por aquisições de participações societárias	**459.249**	506.584	**808.675**	506.584
Valor retido em garantia (a)	**39.016**	37.816	**39.016**	37.816
	498.265	544.400	**847.691**	544.400
Circulante	**133.358**	144.007	**306.358**	144.007
Não Circulante	**364.907**	400.393	**541.333**	400.393

(a) Valores em garantia dos valores a pagar aos ex - controladores da Neorede e Renovare, atrelado as contingências materializadas, conforme previsto no acordo de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças. A Companhia irá realizar a baixa dos valores retidos somente após a publicação da decisão transitada em julgado dos processos, seja a decisão favorável aos respectivos autores ou as rés (Neorede e Renovare), gerando respectivamente um pagamento aos reclamantes ou aos ex controladores. A movimentação do saldo de obrigações por participações societárias é como se segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31/12/2021	452.694	458.944
Adições	**224.695**	**218.445**
Pagamentos	**(188.472)**	**(188.472)**
Juros e variação monetária	**55.483**	**55.483**
Saldo em 31/12/2022	**544.400**	**544.400**
Adições	**67.700**	**67.700**
Pagamentos	**(160.332)**	**(190.365)**
Juros e variação monetária	**55.842**	**64.538**
Valor retido em garantia	**(9.345)**	**(9.345)**
Combinação de negócios	**–**	**370.763**
Saldo em 31/12/2023	**498.265**	**847.691**

As condições relativas a prazo de vencimento e atualização monetária encontra-se divulgada na nota explicativa 04 de Combinações de Negócios.

17. Impostos e contribuições a recolher:

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
ICMS	**18.407**	4.910	**24.876**	7.586
PIS e COFINS	**1.307**	1.398	**4.363**	2.457
FUST e FUNTEL	**644**	384	**1.239**	570
IRRF	**116**	202	**3.291**	338
ISS, Cide e outros tributos	**318**	324	**1.785**	2.727
Parcelamentos federais	**1.424**	1.163	**1.424**	4.105
Parcelamentos estaduais	**4.283**	11.990	**4.280**	19.643
	26.499	20.371	**41.258**	37.427
Circulante	**16.806**	14.650	**31.006**	23.630
Não circulante	**9.693**	5.721	**10.252**	13.797

18. Obrigações trabalhistas e tributárias:

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Salários a pagar	**468**	248	**468**	469
Férias e adicional de férias	**10.390**	7.982	**10.390**	10.127
Bônus e premiações	**25.080**	16.866	**26.556**	17.432
FGTS	**1.858**	1.381	**2.931**	1.741
INSS	**7.529**	5.672	**11.161**	6.852
IRRF	**13.328**	1.786	**13.328**	1.855
Outros	**607**	8	**6.973**	8
	59.260	33.943	**71.807**	38.484

19. Provisão para demandas judiciais: Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as contingências provisionadas estão relacionadas à passivos contingentes oriundos de processos de combinação de negócios e a processos cíveis e ambientais, tributários e trabalhistas e previdenciários, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Passivo contingente	**10.417**	10.045	**10.417**	17.744
Tributário	**63.098**	21.714	**63.098**	21.836
Trabalhistas e previdenciárias	**2.640**	964	**3.978**	1.065
Cíveis	**602**	263	**2.316**	293
Total	**76.757**	32.986	**79.809**	40.938

A movimentação da provisão para demandas judiciais está demonstrada abaixo:

Controladora

	Cíveis	Trabalhistas	Passivo contingente	Tributário	Ambiental	Total
Saldo 31/12/2021	53	245	1.671	–	5	1.974
Adições/(reversões)	240	719	(5.348)	21.714	(5)	17.320
Pagamentos	(30)	–	–	–	–	(30)
Incorporações	–	–	13.722	–	–	13.722
Saldo 31/12/2022	263	964	10.045	21.714	–	32.986
Adições/(reversões)	**339**	**1.676**	**(5.807)**	**40.905**	**–**	**37.113**
Pagamentos	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**
Incorporações	**–**	**–**	**6.179**	**479**	**–**	**6.658**
Saldo 31/12/2023	**602**	**2.640**	**10.417**	**63.098**	**–**	**76.757**

Consolidado

	Cíveis	Trabalhistas	Passivo contingente	Tributário	Ambiental	Total
Saldo 31/12/2021	102	368	43.924	–	5	44.399
Adições/(reversões)	278	698	(26.180)	21.835	(5)	(3.374)
Pagamentos	(87)	–	–	–	–	(87)
Saldo 31/12/2022	293	1.066	17.744	21.835	–	40.938
Adições/(reversões)	**873**	**4.031**	**(7.327)**	**41.263**	**–**	**38.840**
Pagamentos	**(1.714)**	**(6.100)**	**–**	**–**	**–**	**(7.814)**
Efeito de combinações de negócios	**2.864**	**4.981**	**–**	**–**	**–**	**7.845**
Saldo 31/12/2023	**2.316**	**3.978**	**10.417**	**63.098**	**–**	**79.809**

a) Passivo contingente: A Companhia possui passivo contingente de natureza tributária originado em combinações de negócios, cujo valor em 31 de dezembro de 2023 era de R$ 10.417 na controladora e no consolidado. As Controladas listadas abaixo possuem dispositivos contratuais que asseguram a Companhia garantindo eventuais desembolsos em demandas contingentes específicas que serão reconhecidos se materializadas e a sua realização será por meio de retenção de montantes a serem pagos ou restituição por parte dos vendedores.

Controladas	**Status**
Participação direta	
MKANET Serviços e Comércio de Informática Ltda.	Incorporada
INB Telecom EIRELI - EPP	Incorporada
Empire Serviços de Internet Ltda.	Incorporada
Renovare Serviços de Telecomunicações Ltda.	Incorporada
G4 Telecomunicações Comércio e Serviços de Informática EI	Incorporada
Neorede Telecomunicação Ltda.	Incorporada
HTEC Telecomunicações Ltda.	Incorporada
Giganet Serviços de Internet Ltda.	Incorporada
Clic Rápido Telecomunicação Ltda.	Incorporada
Fixtell Internet Ltda.	Incorporada
Meppel Participações S.A.	Não Incorporada

b) Processos tributários: De acordo com a análise dos advogados externos, em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possui processos de natureza tributária com chance de perda provável, porém possuem processos com chance de perda possível, superior a 50%, para os quais foram constituídas provisões no montante de R$ 63.098 na controladora e no consolidado e composta da seguinte forma: • R$ 24.082 referente a execução fiscal promovida pelo Estado de Minas (processo n 5010749-72.2021.8.13.0145); e • R$ 39.016 referente as ações anulatórias promovidas pelo Estado de Santa Catarina (processos n 5002126-68.2023.8.24.0007, 5001653-82.2023.8.24.0007 e 5001654-67.2023.8.24.0007). A provisão de R$ 39.016 está atrelada as ações anulatórias oriundas em combinação de negócios, possuindo garantias pelo ex controlador da Neorede. Deste montante, R$ 9.303 encontra-se retido pela Companhia (vide nota explicativa 16), e R$ 29.020 possui depósito judicial realizado em garantia pelo ex controlador em favor da Companhia. c) Processos trabalhistas: De acordo com a análise dos advogados externos, em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e demais empresas controladas eram partes em 202 processos judiciais e 13 processos administrativos de natureza trabalhista, dos quais 43 processos têm chance de perda provável, para os quais foram constituídas provisão de R$ 2.640 na controladora e R$ 9.085 no consolidado. Não existem processos de natureza trabalhista individualmente relevantes para a Companhia, em 31 de dezembro de 2023 e as reclamações versam, majoritariamente, sobre equiparação salarial e questionamento de verbas rescisórias. d) Processos cíveis: De acordo com a análise dos advogados externos, em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e demais empresas controladas figuram em 532 judiciais e 157 processos administrativos de natureza cível, dos quais, 76 processos têm chance de perda provável, para os quais foram constituídas provisões de R$ 602 na controladora e R$ 4.156 no consolidado. e) Depósitos judiciais: Para fazer frente às provisões para demandas judiciais tributárias, trabalhistas e previdenciárias e cíveis, o Grupo possui em depósitos judiciais os montantes de R$ 45.990 e R$ 47.112 na controladora e no consolidado, respectivamente (R$ 3.321 e 3.353 em 31 de dezembro de 2022 na controladora e consolidado, respectivamente). f) Perdas possíveis: A composição e estimativa das ações de natureza trabalhistas, cível e tributária, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme reconhecimento inicial de empresas adquiridas, estão demonstrados abaixo:

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Tributárias	**52.908**	12.625	**52.908**	12.944
Trabalhistas e previdenciárias	**12.604**	6.418	**19.001**	7.302
Cíveis	**13.489**	1.653	**54.905**	2.608
Total	**79.001**	20.696	**126.814**	22.854

20. Patrimônio líquido: a) Capital social: O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2023 é R$ 976.904 (R$ 521.857 em 31 de dezembro 2022), representado por 143.696.308 (85.052.673 em 31 de dezembro de 2022) ações ordinárias e sem valor nominal. O custo na emissão de ações em 31 de dezembro de 2023 foi de R$ 74.589 e refere-se à gastos com assessores quando da emissão de novas ações da Vero em linha com a aquisição da Meppel S.A. conforme detalhado na nota 4.b, totalizando um capital social em 31 de dezembro de 2023 de R$ 902.315. A composição acionária é demonstrada a seguir em quantidade de ações:

Acionistas	31/12/2023	% Part.	31/12/2022	% Part.
Vinci Capital Partners III C Fundo de Investimentos em Participações Multiestrategia	55.464.839	38,60%	69.727.493	81,98%
WP XII G Fundo de Investimento em Participações Multi	33.978.417	23,65%	–	–
Lincoln Oliveira da Silva	12.913.261	8,99%	–	–
Viareal Participações Ltda.	12.804.884	8,91%	7.300.451	8,58%
Invest Special Situations Fip Multiestrategia	10.863.990	7,56%	–	–
Cesar Sales Borges	4.173.087	2,90%	981.485	1,15%
Rodrigo Melgaço Alves	3.763.970	2,62%	2.860.930	3,36%
Carlos Felipe Tavares Monteiro	3.719.756	2,59%	1.558.566	1,83%
Otto Marcelo Giovanetti Lima	2.554.924	1,78%	1.114.130	1,31%
Vagner Soares de Morais	1.084.300	0,75%	639.325	0,75%
Renata Melgaço Alves de Almeida	693.734	0,48%	–	–
Fabiano Oliveira Ferreira	270.992	0,19%	–	–
Rodrigo Martins	175.720	0,12%	106.689	0,13%
Ana Luisa Melgaço Almeida	115.622	0,08%	–	–
Maria Fernanda Melgaço Almeida	115.622	0,08%	–	–
Marcus José de Almeida Albernaz	104.309	0,07%	–	–
Flavio Augusto Carvalho da Fonseca Rossini	98.698	0,07%	–	–
Tiago Resende Ferreira e Silva	95.530	0,07%	59.888	0,07%
Marcos Raimundo Ferreira Jr.	93.306	0,06%	57.586	0,07%
José Carlos Rocha Júnior	91.736	0,06%	–	–
Rogério Garchet Teixeira	91.736	0,06%	–	–
Sonia Maria Resende e Silva Ferreira	84.141	0,06%	49.494	0,06%
Thales de Almeida Brandão e Souza	74.866	0,05%	–	–
Tomás Resende Ferreira e Silva	68.782	0,05%	33.594	0,04%
André Spina Avino	65.250	0,05%	–	–
Camila Rodrigues	45.190	0,03%	–	–
Rodrigo Rescia	45.190	0,03%	–	–
Júlia Branco Borges	44.456	0,03%	12.217	0,01%
José Oswaldo Pereira de Almeida	–	–	550.825	0,65%
	143.696.308		85.052.673	

b) Reserva de capital: A Companhia realizou reserva de ágio para emissão de ações em 2023 de 1.864.120 em 31 de dezembro de 2023 o montante da reserva de capital foi de 2.060.704. A Companhia constitui suas reservas de capital em conformidade com o artigo 182 da lei nº 6.404/76, pelo valor das contribuições do subscritor que ultrapassar o valor nominal da emissão de novas ações, valor este último destinado à formação do capital social da Companhia. c) Reserva legal: A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social, de acordo com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ação. d) Reserva de retenção de lucros: A reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404.76,com o objetivo de aplicação em futuros investimentos. Conforme disposto no artigo 199 da Lei nº 11.638/07, o saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social, cabendo à Assembleia deliberar sobre a aplicação desse excesso no aumento de capital ou distribuição de dividendos. Em assembleia realizada no dia 28 de abril de 2022 foi deliberado a não distribuição dos dividendos mínimos provisionados em 31 de dezembro de 2021, sendo assim, o montante de R$ 12.273 foi destinado a reserva de lucros. e) Dividendos: O Estatuto da Companhia prevê um dividendo mínimo obrigatório, equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição da reserva legal, conforme a lei das sociedades por ação. A destinação do lucro líquido apurado nos exercícios de 2023 e 2022 está demonstrada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício controladora	**3.975**	49.229
Lucro líquido do exercício não controladora	**377**	–
Compensação de prejuízos acumulados	**–**	–
Base para Reserva legal	**3.975**	49.229
Apropriação para reserva legal (i)	**(199)**	(2.461)
Base para dividendo mínimo obrigatório	**3.776**	46.768
Dividendo mínimo obrigatório	**(944)**	(11.692)
Destinação para a reserva de retenção de lucros	**(2.832)**	(35.076)

	31/12/2023	31/12/2022
Dividendos declarados	**944**	11.692
Total a pagar aos acionistas	**944**	11.692

21. Plano de pagamento baseado em ações: Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações: A Companhia cancelou em 01 de dezembro de 2023 o Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações outrora aprovado na Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 29 de novembro de 2019, e aditado na Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30 de dezembro de 2020, que tinha por objeto a outorga de opções para aquisição de ações preferenciais, sem direito a voto, de emissão da Companhia ou de suas sucessoras a determinados administradores, gerentes e empregados da Companhia e de suas subsidiárias ("Primeiro Plano"), com seu respectivo primeiro programa regulando as condições de outorga ("Primeiro Programa"). O Primeiro Plano estava limitado a um número máximo de 4.146.003 (quatro milhões, cento e quarenta e seis mil e três) opções de compra ou subscrição de ações de emissão da Companhia ("Opções"), considerando o grupamento de ações. Para todos os fins do Primeiro Plano, 1 (uma) Opção equivale a 1 (uma) ação preferencial, sem direito de voto, da Companhia (que poderão ser convertidas ações ordinárias no caso de listagem da Companhia no segmento de Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão). A despesa no exercício foi de R$6.133 (R$5.536 em 31 de dezembro de 2022) e foi registrada como despesa de opções de compra de ações (demonstrações do resultado) contra a reserva de pagamentos. Desse total de despesa do exercício, R$ 3.112 refere-se a aceleração do reconhecimento do Primeiro Plano em virtude do seu cancelamento. **Plano de Ações Restritas:** A Companhia aprovou em 01 dezembro de 2023 um novo denominado RSU (Plano de Outorga de Ações Restritas), com número máximo de outorgas de 3.387.288 ações, valor referencial inicial de R$ 19,91 e valor justo de R$ 7,00 antes dos impostos e R$ 5,08 descontados os tributos. A despesa no exercício foi de R$620 e foi registrada como despesa de opções de compra de ações restritas (demonstrações do resultado) contra a reserva de pagamentos. **Plano de Outorga de Ações Phantom:** A Companhia aprovou em 01 dezembro de 2023 um novo denominado Phantom (Plano de Outorga de Ações Phantom), com número máximo de outorgas de 883.825 ações, valor referencial inicial de R$ 30,52 e valor justo de R$ 31,31 descontados os tributos. A despesa no exercício foi de R$2.660 e foi registrada como despesa (demonstrações do resultado) contra a outros passivos de longo prazo. A movimentação dos novos planos acima citados foi como segue:

	Outorgada	Total
Data Outorga	01/12/2023	
Saldo em 31/12/2022	–	–
Outorgadas RSU	**3.387.288**	**3.387.288**
Outorgadas Phantom	**883.825**	**883.825**
Prescritas	**–**	**–**
Exercidas	**–**	**–**
Saldo em 31/12/2023	**4.271.113**	**4.271.113**
Total Companhia	**143.696.308**	**143.696.308**
%	**2,97%**	**2,97%**

22. Receita operacional líquida:

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Serviços prestados	**892.723**	582.788	**1.094.677**	863.737
Receita operacional bruta	**892.723**	582.788	**1.094.677**	863.719
Impostos sobre serviços prestados	**(144.136)**	(125.514)	**(177.565)**	(176.557)
Receita operacional líquida	**748.587**	457.274	**917.112**	687.181

A receita é composta substancialmente por serviços de provimento de acesso de banda larga bem, como a exploração de serviços de telecomunicações e o desenvolvimento das atividades à execução desses serviços, em conformidade com as concessões, autorizações e permissões que lhes foram outorgadas. Tributos sobre as vendas: Sobre as receitas de prestação de serviços da controladora e suas controladas há incidência de imposto de duas formas, sendo parte calculada pelo regime cumulativo tendo o PIS (0,65%), COFINS (3,00%) e ICMS entre 17% e 20% e para o regime não cumulativo, PIS (1,65%), COFINS (7,60%), além de ISS, com alíquota entre 2,00% a 5%.

23. Custos dos serviços prestados:

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Serviços de tráfego de dados	**(45.709)**	(30.296)	**(66.337)**	(46.741)
Depreciação e amortização	**(126.455)**	(79.324)	**(153.890)**	(93.573)
Aluguéis de estruturas, máquinas e equipamentos	**(33.948)**	(22.657)	**(36.029)**	(27.583)
Materiais para prestação de serviços	**(6.526)**	(8.116)	**(10.035)**	(6.979)
Ajustes de inventário	**(706)**	(922)	**(706)**	(952)
Salários, encargos e benefícios	**(39.781)**	(25.090)	**(35.452)**	(18.590)
Gastos com veículos	**(3.548)**	(2.356)	**(3.817)**	(10.819)
Energia elétrica	**(1.681)**	(1.539)	**(2.594)**	(1.842)
Outros custos	**(7.808)**	(5.884)	**(14.582)**	(6.832)
	(266.162)	(176.184)	**(323.442)**	(213.911)

24. Despesas com vendas:

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Salários, encargos e benefícios	**(43.084)**	**(26.043)**	**(44.193)**	**(26.043)**
Propaganda e publicidade	**(13.086)**	**(8.148)**	**(18.866)**	**(11.842)**
Perda de crédito esperada	**3.724**	**(22.915)**	**5.239**	**(22.457)**
Perdas efetivas de recebimento	**(50.918)**	**(15.480)**	**(50.918)**	**(19.584)**
Outras	**(8.691)**	**(5.874)**	**(10.071)**	**(6.140)**
	(112.055)	**(78.460)**	**(129.288)**	**(86.066)**

25. Despesas gerais e administrativas:

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Salários, encargos e benefícios	**(89.536)**	(48.926)	**(114.889)**	(79.454)
Serviços de terceiros (a)	**(46.197)**	(36.744)	**(49.572)**	(41.290)
Despesas/reversões com demandas judiciais	**4.355**	(17.320)	**4.355**	3.374
Aluguéis, seguros e ocupações	**(17.439)**	(12.806)	**(22.093)**	(19.831)
Impostos, taxas e contribuições	**(1.478)**	(1.596)	**(2.018)**	(2.233)
Depreciação e amortização	**(52.244)**	(31.054)	**(63.578)**	(48.198)
Opção de compra de ações	**(8.659)**	(5.536)	**(8.659)**	(5.536)
Outras despesas	**(6.452)**	(5.750)	**(9.178)**	(8.432)
Recuperação de despesas (b)	**9.883**	16.643	**28.563**	–
	(207.767)	(143.089)	**(237.069)**	(201.600)

(a) Refere-se a serviços de consultoria financeira, jurídica, de informática, regulatória, contábil, técnica, comercial, manutenção, monitoramento, comunicação, RH, softwares e outros. (b) Recuperação de despesas refere-se a rateio de despesas de controladas.

26. Resultado financeiro: 26.1. Receitas financeiras:

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Receitas sobre aplicações financeiras	**26.742**	22.663	**27.997**	23.805
Juros ativos	**7.413**	5.139	**8.962**	6.669
Ganhos em instrumentos financeiros	**–**	–	**3.999**	–
Outras receitas financeiras	**1.904**	334	**2.017**	631
Total das receitas financeiras	**36.059**	28.136	**42.975**	31.105

26.2. Despesas financeiras:

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Tarifas e serviços bancários	**(8.038)**	(7.738)	**(9.730)**	(10.399)
Juros passivos	**(169.075)**	(135.435)	**(188.628)**	(139.632)
Descontos concedidos	**(11.059)**	(2.881)	**(12.061)**	(5.094)
Juros de arrendamentos financeiros	**(28.571)**	(16.802)	**(30.045)**	(19.292)
Perdas em instrumentos financeiros	**–**	–	**(743)**	–
Outras despesas financeiras	**(4.624)**	(2.935)	**(5.551)**	(3.448)
Total das despesas financeiras	**(221.367)**	(165.791)	**(246.758)**	(177.865)

continua ★

INÊS 249

→★ continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - 31 de dezembro de 2023 e 2022 da Vero S.A. (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Imposto de renda e contribuição social: Política contábil: *Imposto de renda e contribuição social - correntes:* Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. A provisão para o imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$60 trimestralmente, para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável apurado em cada exercício, não havendo prazo de prescrição para sua compensação. Tributos diferidos: Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto: • Quando o passivo fiscal diferido surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e • Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo. Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto: • Quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (ou prejuízo fiscal); e • Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. A Companhia e suas controladas contabilizam os ativos e passivos fiscais correntes de forma líquida se, e somente se, as entidades referidas possuem o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e as entidades pretendam fazer ou receber este pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A contabilização dos ativos e passivos fiscais diferidos líquidos, por sua vez, é efetuada pela Companhia e suas controladas se, e somente se, a entidade tem o direito legalmente executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária: (i) na mesma entidade tributável; ou (ii) nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar os passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados. a) A reconciliação do resultado com o imposto de renda e contribuição social dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(4.371)	14.913	22.921	44.519
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto pela alíquota combinada	**1.486**	**(5.070)**	**(7.793)**	**(15.136)**
Resultado de equivalência patrimonial	**6.313**	30.363	–	–
Efeito da constituição de tributos diferidos reconhecidos no período em controladas	–	–	–	8.729
Benefício fiscal sobre juros sobre capital próprio	–	–	–	182
Baixa/Constituição de perdas com devedores duvidosos	**1.216**	9.973	**1.216**	10.414
	(293)	(950)	**(11.992)**	521
Outras adições e exclusões indedutíveis	**8.723**	**34.316**	**(18.569)**	**4.710**
Imposto de renda e contribuição social no resultado no período	–	(2.999)	**(18.235)**	(47.607)
Imposto de renda e contribuição social correntes	**8.723**	37.315	**(334)**	52.317
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**8.723**	**34.316**	**(18.569)**	**4.710**
Imposto de renda e contribuição social no resultado no período	**(199,57%)**	**230,11%**	**(81,51%)**	**10,58%**
Alíquota efetiva	**-209,24%**	**230,11%**	**-80,79%**	**10,58%**

(i) Refere-se ao reconhecimento de créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que foram quantificadas no exercício.

b) Composição de imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Amortização de mais-valia gerada em combinações de negócios	–	–	**1.292**	6.064
Provisão para demandas judiciais	**14.938**	9.102	**21.695**	9.145
Provisão para perda de crédito esperada	**12.696**	10.754	**12.696**	11.794
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	**88.609**	40.625	**88.609**	40.625
Premiações	**11.037**	10.827	**11.927**	11.059
Efeitos de arrendamentos (IFRS 16)	**5.635**	(3.514)	**6.733**	4.006
Operações com instrumentos financeiros	–	–	**690**	–
Depreciação e Amortização (variação de vida útil)	**14.955**	3.808	**14.955**	3.808
Outras provisões	**1.319**	4.505	**12.678**	4.670
Amortização de ágio	**(61.183)**	(22.785)	**(61.183)**	(22.785)
Despesa com pagamento baseado em ações	**859**	5.599	**859**	5.599
Operações com instrumentos financeiros	–	1.170	–	1.170
Amortização de ágio	–	(22.785)	**(56.720)**	(22.785)
Reversão Provisões cíveis e trabalhistas	–	–	**(3.400)**	–
Amortização da Carteira de Clientes	–	–	**(9.906)**	–
Tributos diferidos ativos	**88.865**	60.090	**110.951**	75.154
Tributos diferidos passivos	–	–	**70.026**	–

c) Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos:

Consolidado	31/12/2022	Adições	Baixas	31/12/2023
Amortização de mais-valia gerada em combinações de negócios	6.064	–	**(4.772)**	**1.292**
Provisão para demandas judiciais	9.145	**12.550**	**(3.400)**	**18.295**
Provisão para perda de crédito esperada	11.794	**902**	–	**12.696**
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	40.625	**47.984**	–	**88.609**
Premiações	11.059	**868**	–	**11.927**
Outras provisões	4.670	**8.009**	–	**12.678**
Efeitos de arrendamentos (IFRS 16)	4.006	**2.727**	–	**6.733**
Operações com instrumentos financeiros	1.170	**690**	**(1.170)**	**690**
Depreciação e Amortização (variação de vida útil)	3.808	**11.147**	–	**14.955**
Despesa com pagamento baseado em ações	5.599	–	**(4.740)**	**859**
Amortização da Carteira de Clientes	–	**(9.906)**	–	**(9.906)**
Amortização de ágio	(22.785)	**(95.118)**	–	**(117.903)**
	75.154	**(20.147)**	**(14.082)**	**40.925**

d) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos por ano de realização: O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos foram constituídos considerando-se a existência de lucro tributável e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros. A Companhia e suas controladas prevê que a realização dos tributos diferidos se dará como segue:

	Controladora	Consolidado
2024	8.603	10.758
2025	13.303	16.635
2026	18.178	22.732
2027	21.749	27.197
Acima 2028	26.894	33.629
	88.727	**110.951**

28. Lucro por ação: O cálculo do lucro por ação básico é feito por meio da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

	31/12/2023	31/12/2022
Média ponderada do número de ações	**114.374**	85.053
Lucro líquido do exercício	**4.352**	49.229
Resultado básico por ação ordinária (em R$)	**0,038050**	0,578806
Resultado diluído por ação ordinária (em R$)	**0,038049**	0,578775

O número de ações para o período foi calculado através da média ponderada de ações ordinárias mantidas em poder dos acionistas, conforme CPC 41 - Resultado por Ação. **29. Instrumentos financeiros e gestão de riscos:** A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e a reduzir a exposição a riscos de crédito, de taxas de juros e de moeda. A Companhia não realiza operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos. a) Risco de mercado: O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam apenas o risco de taxa de juros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos e financiamentos, obrigações por aquisições de participações societárias e aplicações financeiras. b) Risco de crédito: O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos e aplicações financeiras em bancos e instituições financeiras. Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. Representado pela possibilidade da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de suas contas a receber. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia e suas controladas atuam na gerência de contas a receber, detectando os segmentos de clientes com maior possibilidade de inadimplência, suspendendo o fornecimento de serviços de telecomunicações e implementando políticas específicas de cobrança. c) Risco de liquidez: A Companhia e suas controladas gerenciam o risco de liquidez através do acompanhamento diário do fluxo de caixa, controle dos vencimentos dos ativos e passivos financeiros e relacionamento próximo com as principais instituições financeiras. A tabela a seguir resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

31/12/2023

	Controladora			Consolidado		
	1 ano	2 a 5 anos	Total	1 ano	2 a 5 anos	Total
Passivos financeiros						
Fornecedores	**127.092**	–	**127.092**	**232.189**	–	**232.189**
Empréstimos, financiamentos e debêntures	**161.661**	**657.947**	**819.608**	**522.692**	**1.421.260**	**1.943.952**
Obrigações por aquisições de participações societárias	**133.358**	**364.907**	**498.265**	**133.358**	**714.333**	**847.691**
Passivo de arrendamento	**33.642**	**61.563**	**95.205**	**46.161**	**73.258**	**119.419**
Instrumentos financeiros derivativos	–	–	–	**1.704**	**326**	**2.030**
	455.753	**1.084.417**	**1.540.170**	**936.104**	**2.209.177**	**3.145.281**

31/12/2022

	Controladora			Consolidado		
	1 ano	2 a 5 anos	Total	1 ano	2 a 5 anos	Total
Passivos financeiros						
Fornecedores	**41.782**	–	**41.782**	**54.711**	–	**54.711**
Empréstimos, financiamentos e debêntures	**142.472**	**463.524**	**605.996**	**145.910**	**468.015**	**613.925**
Obrigações por aquisições de participações societárias	**144.007**	**400.393**	**544.400**	**144.007**	**400.393**	**544.400**
Passivo de arrendamento	**22.835**	**55.329**	**78.164**	**28.129**	**71.695**	**99.824**
Instrumentos financeiros derivativos	–	–	–	–	–	–
	351.096	**919.246**	**1.270.342**	**372.757**	**940.103**	**1.312.860**

d) Gestão de capital: O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital bem estabelecida a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor dos acionistas. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver o capital a eles, ou emitir novas ações.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos, financiamentos e debêntures	**819.608**	**605.996**	**1.943.952**	**613.925**
Obrigações por aquisições de participações societárias	**498.265**	**544.400**	**847.691**	**544.400**
Instrumentos financeiros derivativos	–	–	**2.030**	–
(–) Caixa e equivalentes de caixa	**(204.014)**	**(142.722)**	**(326.672)**	**(161.077)**
(=) Dívida líquida	**1.113.859**	**1.007.674**	**2.467.001**	**997.248**
Passivos de arrendamento	**95.205**	**78.164**	**119.419**	**99.824**
(=) Dívida líquida considerando passivos de arrendamento	**1.209.064**	**1.085.838**	**2.586.420**	**1.097.072**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Patrimônio líquido	**3.068.545**	**820.773**	**3.134.028**	**820.773**
Dívida líquida e patrimônio líquido	**4.277.609**	**1.906.611**	**5.720.448**	**1.917.845**

e) Sensibilidade à taxa de juros: Os instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas são representados por caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos e obrigações por aquisições de participações societárias e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 31 de dezembro de 2023, se aproximam dos valores de mercado. Os principais riscos atrelados às operações da Companhia e suas controladas estão ligados à variação do CDI. No cenário provável foi considerada a premissa de se manter, na data do vencimento da operação, o que o mercado vem sinalizando através das curvas de mercado obtidas através do relatório FOCUS do Banco Central do Brasil. Dessa maneira, no cenário provável, não há impacto sobre o valor justo do instrumento financeiro. A Companhia e suas controladas consideraram uma deterioração de 25% e 50% para as variáveis de risco. As tabelas a seguir demonstram a análise de sensibilidade preparada pela Administração da Companhia e o efeito das operações em aberto considerando um ano de correção a partir de 31 de dezembro de 2023: *Cenário em 31 de dezembro de 2022 (Controladora):*

Operação	Risco	31/12/2022	Cenário Provável	Aumento do indexador Cenário II (+25%)	Cenário III (+50%)
Equivalentes de caixa	Aplicações financeiras	142.722	162.204	167.070	171.951
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Dívida	(605.996)	(688.714)	(709.379)	(730.104)
Obrigações por aquisições de participações societárias	Dívida	(544.400)	(618.711)	(637.275)	(655.893)
	Líquido	(1.007.674)	(1.145.222)	(1.179.583)	(1.214.046)
	Efeito líquido no resultado	–	(137.548)	(171.909)	(206.372)
	Cenários		**Provável**	**Cenário II**	**Cenário III**
	Indexador (CDI)		**13,65%**	**17,06%**	**20,48%**

Cenário em 31 de dezembro de 2022 (Consolidado):

Operação	Risco	31/12/2022	Cenário Provável	Aumento do indexador Cenário II (+25%)	Cenário III (+50%)
Equivalentes de caixa	Aplicações financeiras	161.077	183.064	188.557	194.066
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Dívida	(613.925)	(697.726)	(718.661)	(739.657)
Obrigações por aquisições de participações societárias	Dívida	(544.400)	(618.711)	(637.275)	(655.893)
	Líquido	(997.248)	(1.133.373)	(1.167.379)	(1.201.484)
	Efeito líquido no resultado		(136.124)	(170.131)	(204.236)
	Cenários		**Provável**	**Cenário II**	**Cenário III**
	Indexador (CDI)		**13,65%**	**17,06%**	**20,48%**

Cenário em 31 de dezembro de 2023 (Controladora):

Controladora

Operação	Risco	31/12/2023	Cenário Provável	Aumento do indexador Cenário II (+25%)	Cenário III (+50%)
Equivalentes de caixa	Aplicações financeiras	204.014	227.782	233.724	239.665
Empréstimos e financiamentos	Dívida	(197.322)	(220.310)	(226.057)	(231.804)
Debêntures	Dívida	(622.286)	(694.782)	(712.906)	(731.030)
Obrigações por aquisições de participações societárias	Dívida	(498.265)	(556.313)	(570.825)	(585.337)
	Líquido	**(1.113.859)**	**(1.243.623)**	**(1.276.064)**	**(1.308.506)**
	Efeito líquido no resultado		**(129.764)**	**(162.205)**	**(194.647)**
	Cenários		**Provável**	**Cenário II**	**Cenário III**
	Indexador (CDI)		**11,65%**	**14,56%**	**17,48%**

Cenário em 31 de dezembro de 2023 (Consolidado):

Consolidado

Operação	Risco	31/12/2023	Cenário Provável	Aumento do indexador Cenário II (+25%)	Cenário III (+50%)
Equivalentes de caixa	Aplicações financeiras	326.672	364.729	374.244	383.758
Empréstimos e financiamentos,	Dívida	(756.482)	(844.612)	(866.645)	(888.677)
Debêntures	Dívida	(1.187.470)	(1.325.810)	(1.360.395)	(1.394.980)
Obrigações por aquisições de participações societárias	Dívida	(847.691)	(946.447)	(971.136)	(995.825)
	Líquido	**(2.464.971)**	**(2.752.140)**	**(2.823.932)**	**(2.895.724)**
	Efeito líquido no resultado		**(287.169)**	**(358.961)**	**(430.753)**
	Cenários		**Provável**	**Cenário II**	**Cenário III**
	Indexador (CDI)		**11,65%**	**14,56%**	**17,48%**

f) Valor justo: A tabela abaixo apresenta a comparação entre o valor contábil e o valor justo dos principais ativos e passivos financeiros da controladora:

	Valor contábil/Valor justo	
	31/12/2023	31/12/2022
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	**204.014**	142.722
Conta a receber de clientes	**119.004**	75.220
Adiantamento a fornecedores	**1.330**	1.171
Outros ativos	**535**	833
Total	**324.883**	219.946
Passivos financeiros		
Passivos de arrendamento	**95.205**	78.164
Obrigações por aquisições de participação societárias	**498.265**	544.400
Fornecedores	**127.092**	41.782
Empréstimos e financiamentos	**819.608**	605.996
Outras contas a pagar	**3.129**	9.289
Instrumentos financeiros derivativos	–	–
Total	**1.543.299**	1.279.631

A tabela abaixo apresenta a comparação entre o valor contábil e o valor justo dos principais ativos e passivos financeiros consolidados:

	Valor contábil/Valor Justo	
	31/12/2023	31/12/2022
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	**326.672**	161.077
Conta a receber de clientes	**244.410**	105.156
Adiantamento a fornecedores	**6.315**	1.425
Outros ativos	**535**	1.639
Total	**577.932**	269.297
Passivos financeiros		
Empréstimos e financiamentos	**1.943.952**	613.925
Passivos de arrendamento	**119.419**	99.824
Obrigações por aquisições de participação societárias	**847.691**	544.400
Fornecedores	**232.189**	54.711
Outras contas a pagar	**6.430**	9.714
Instrumentos financeiros derivativos	**2.030**	–
Total	**3.151.711**	1.322.574

g) Estimativa do valor justo: A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros da Companhia mensurados pelo valor justo, sendo:

Consolidado

	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	326.672	–	326.672
Contas a receber	–	244.410	244.410
Adiantamento a fornecedores	–	6.315	6.315
Outros ativos	–	535	535
Total	326.672	251.260	577.932

Consolidado

	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Passivos financeiros			
Fornecedores	–	232.189	232.189
Empréstimos, financiamentos e debêntures	–	1.943.952	1.943.952
Passivos de arrendamento	–	119.419	119.419
Obrigações por aquisições de participação societária	–	847.691	847.691
Outros passivos	–	6.430	6.430
Instrumentos financeiros derivativos	2.030	–	2.030
Total	2.030	3.150.812	3.151.711

Os ativos e passivos financeiros registrados ou divulgados a valor justo são classificados de acordo com os níveis a seguir: • Nível 1: preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; • Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; • Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. Os saldos de aplicações financeiras informados nas demonstrações financeiras são similares ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI. Os montantes de contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores, são mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos do Grupo mensurados ao valor justo em 31 de dezembro de 2023:

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	326.672	–	–	326.672
Total do Ativo	326.672	–	–	326.672
	Nível 1	**Nível 2**	**Nível 3**	**Total**
Passivos financeiros				
Instrumentos financeiros derivativos	2.030	–	–	2.030
Total do Passivo	2.030	–	–	2.030

Instrumentos financeiros derivativos: As operações com instrumentos financeiros derivativos contratadas foram Non-deliverable fowards e têm o objetivo de proteger da exposição cambial, sobre aquisição de equipamentos para a prestação de serviços. Ganhos e perdas realizados e não realizados referente a estes contratos são registrados no resultado financeiro líquido. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia possui os seguintes contratos:

Controladora e Consolidado

	Valor de referência		Valor justo	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Objeto de hedge	Estoque	Estoque	Estoque	Estoque
Ponta ativa instrumento financeiro	–	–	–	–
Ponta passiva instrumento financeiro	–	–	(2.030)	–
Posição líquida a pagar/(a receber)	–	–	(2.030)	–

30. Seguros: A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de suas atividades. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia e suas controladas mantinham suas apólices e as coberturas totais por ramo são as seguintes:

Importância segurada

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Responsabilidade cível dos diretores e administradores	**50.000**	50.000	**55.000**	50.000
Responsabilidade civil	**20.000**	20.000	**50.000**	20.000
Compreensivo empresarial	**25.000**	25.000	**61.304**	25.000

31. Transações que não afetam caixa: As transações listadas a seguir afetaram as demonstrações financeiras de forma relevante, contudo não impactaram o caixa:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Arrendamentos contratados	**16.818**	36.165	**20.021**	**55.459**
Troca de ações para aquisição da Meppel	**2.354.176**	–	**2.354.176**	–
Dividendos declarados e não pagos	**944**	11.692	**944**	**11.692**
Reversão de dividendos mínimos obrigatórios	–	12.272	–	**12.272**
Compensação de saldos com partes relacionadas	–	15.004	–	–

32. Mudanças nos passivos de atividades de financiamento: A seguir é apresentado a movimentação das mudanças nos passivos de atividades de financiamento para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

Controladora

	31/12/2022	Pagamento de principal	Custos	Juros pagos	Adições	Incorporações/ Combinações de negócios	Juros incorridos	Valor retido	Transferência	Adoção IFRS 16 e remensuração	31/12/2023
Empréstimos, financiamentos e debêntures - circulante	142.472	**(187.311)**	**(18.727)**	**(144.127)**	**442.000**	**9.864**	**111.913**	–	**(194.423)**	–	**161.661**
Empréstimos, financiamentos e debêntures - não circulante	463.524	–	–	–	–	–	–	–	**194.423**	–	**657.947**
Passivos de arrendamento - circulante	22.835	**(54.209)**	–	–	–	**25.861**	**28.571**	–	**(6.234)**	**16.818**	**33.642**
Passivos de arrendamento - não circulante	55.329	–	–	–	–	–	–	–	**6.234**	–	**61.563**
Contas a pagar por aquisições	544.400	**(160.332)**	–	–	**67.700**	–	**55.842**	**(9.345)**	–	–	**498.265**
Total	1.228.560	**(401.852)**	**(18.727)**	**(144.127)**	**509.700**	**35.725**	**196.326**	**(9.345)**	–	**16.818**	**1.413.078**

Controladora

	31/12/2021	Pagamento de principal	Juros pagos	Liquidação de instrumentos financeiros	Adições	Incorporações/combinações de negócios	Juros	Variação monetária e cambial	Transferência	Adoção IFRS 16 e remensurações	31/12/2022
Empréstimos e financiamentos - circulante	28.315	(28.125)	(21.786)	–	80.000	–	23.775	–	60.293	–	142.472
Empréstimos e financiamentos - não circulante	471.189	–	–	–	–	–	52.628	–	(60.293)	–	463.524
Passivos de arrendamento - circulante	9.780	(37.968)	–	–	–	24.649	16.802	–	(26.593)	36.165	22.835
Passivos de arrendamento - não circulante	28.736	–	–	–	–	–		–	26.593	–	55.329
Contas a pagar por aquisições	452.694	(182.616)	(5.856)	–	–	224.695	55.483	–	–	–	544.400
Instrumentos financeiros derivativos	151	–	–	(151)	–	–	–	–	–	–	–
Total	990.865	(248.709)	(27.642)	(151)	80.000	249.344	148.688	–	–	36.165	1.228.560

Consolidado

	31/12/2022	Pagamento de principal	Custos	Juros pagos	Adições	Incorporações/combinações de negócios	Juros	Valor retido	Transferência	Adoção IFRS 16 e remensurações	31/12/2023
Empréstimos e financiamentos - circulante	145.910	**(245.221)**	**(18.866)**	**(126.558)**	**482.000**	**1.103.650**	**135.022**	–	**(953.245)**	–	**522.692**
Empréstimos e financiamentos - não circulante	468.015	–		–	–	–	–	–	**953.245**	–	**1.421.260**
Passivos de arrendamento - circulante	28.125	**(58.327)**	–	–	–	**27.860**	**30.045**	–	**(1.563)**	**20.021**	**46.161**
Passivos de arrendamento - não circulante	71.695	–	–	–	–	–	–	–	**1.563**	–	**73.258**
Contas a pagar por aquisições	544.400	**(190.365)**	–	–	**67.700**	**370.763**	**64.538**	**(9.345)**	–	–	**847.691**
Instrumentos financeiros derivativos	–	**(3.257)**	–	–	–	**5.287**	–	–	–	–	**2.030**
Total	1.258.145	**(497.170)**	**(18.866)**	**(126.558)**	**549.700**	**1.507.560**	**229.605**	**(9.345)**	–	**20.021**	**2.913.092**

Consolidado

	31/12/2021	Pagamento de principal	Juros pagos	Liquidação de instrumentos financeiros	Novas captações	Incorporações/combinações de negócios	Juros	Variação monetária e cambial	Transferência	Adoção IFRS 16 e remensurações	31/12/2022
Empréstimos e financiamentos - circulante	28.588	(41.240)	(24.636)	–	80.000	12.475	26.378	–	64.345	–	145.910
Empréstimos e financiamentos - não circulante	471.315	(14.886)	–	–	–	23.228	52.703	–	(64.345)	–	468.015
Passivos de arrendamento - circulante	17.022	(44.430)	–	–	–	1.897	19.292	–	(21.115)	55.459	28.125
Passivos de arrendamento - não circulante	50.580	–	–	–	–	–		–	21.115	–	71.695
Contas a pagar por aquisições	458.944	(182.616)	(5.856)	–	–	218.445	55.483	–	–	–	544.400
Instrumentos financeiros derivativos	151	–	–	(151)	–	–	–	–	–	–	–
Total	1.026.600	(283.172)	(30.492)	(151)	80.000	256.045	153.856	–	–	55.459	1.258.145

33. Eventos subsequentes: *a) Adiantamento para futuro aumento de capital:* No dia 16 de janeiro de 2024, a Vero S/A transfere à America Net, a título de adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC), o montante de R$ 120.000. A America Net necessita de recursos para manter seu planejamento financeiro e cumprir com suas obrigações perante a terceiros; *b) Empréstimos e Financiamentos:* No dia 09 de fevereiro de 2024, a companhia conta com um passivo, relacionado à empréstimos e financiamentos, no valor de R$ 150.000, junto à instituição financeira nacional Banco Santander S.A.; No dia 20 de fevereiro de 2024, a companhia conta com um passivo, relacionado à empréstimos e financiamentos, no valor de R$ 50.000, junto à instituição financeira nacional Banco ABC Brasil S.A. *c) Auto de infração:* Em 21/02/2024, foi lavrado o Auto de Infração pelo Estado do Rio Grande do Sul no montante de R$ 40.218, objetivando a exigência de valores relativos ao ICMS-Comunicação, referente ao período de apuração de setembro de 2019 a agosto de 2022, sob o fundamento de que a Companhia teria indevidamente reduzido a base de cálculo do ICMS-Comunicação valores relativos a serviços por ela caracterizados como sendo "Serviços de Valor Adicionado", mas que, no entendimento da Fiscalização, representariam serviços de comunicação (devendo, assim, compor apuração do ICMS). Em caso de eventual condenação decorrente desse processo será suportada pelos antigos controladores da Renovare, tendo em vista o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças celebrado com a Companhia, por meio do qual restou acordada a obrigação dos vendedores de ressarcir os pagamentos incorridos pela Companhia em decorrência de contingências originadas antes da data de alienação do controle da Renovare. Em consulta prévia aos seus assessores jurídicos o prognóstico de perda informado foi possível, não enquadrando a necessidade de provisionamento pela companhia conforme pronunciamento técnico CPC 25 correlacionado à Norma Internacional de Contabilidade - IAS 37. *d) Oferta pública de emissão de debêntures - 3ª emissão:* No dia 23 de março de 2024 foi comunicado ao mercado a emissão de R$ 725.000 de debêntures. O valor total da Emissão é de R$725.000 (setecentos e vinte e cinco milhões de reais), sendo R$ 507.365 (quinhentos e sete milhões trezentos e sessenta e cinco mil reais) correspondentes às Debêntures da Primeira Série e R$ 217.635 (duzentos e dezessete milhões seiscentos e trinta e cinco mil reais) correspondentes às Debêntures da Segunda Série. *e) Eventos subsequente Meppel:* O Grupo iniciou sua reorganização societária em função da sinergia e melhor gestão financeira, a primeira empresa a ser incorporada é a Network, com protocolo de justificativa de incorporação datado de um 01 de novembro de 2023. Em 01 de dezembro de 2023, ocorreram as incorporações da F Telecom Participações S.A. pela Fit Telecomunicações America Net Ltda., da Rede Conectividade Ltda. e Rede Optica Ltda. pela Rede Informática e Internet S.A. e da Path Telecom Ltda. S.A. pela America Net S.A. Em 01 de janeiro de 2024, ocorreram as incorporações da Fit Telecomunicações America Net Ltda. e da Rede Informática e Internet S.A. pela America Net S.A.

A Diretoria

Contador

Roberto Fabiano Santana Diorio - CRC 1SP292000/O-1

Declaração dos Diretores

Em cumprimento às disposições constantes no artigo 25 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, os Diretores Estatutários da Companhia declaram que (a) revisaram, discutiram e concordaram com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e (b) revisaram, discutiram e concordaram com a opinião apresentada no relatório de auditoria da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Ltda., emitido em 27 de março de 2024, sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 que estão sendo apresentadas.

Fabiano Oliveira Ferreira
Diretor Presidente

Maurício Leonardo Hasson
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Diretores e administradores da **Vero S.A. -** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Vero S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Reconhecimento de receitas de prestação de serviços - internet: As receitas da Companhia e suas controladas são originadas substancialmente pela prestação de serviços de conectividade de internet de alta velocidade a clientes. Os valores da receita são reconhecidos quando as obrigações de desempenho foram atendidas, conforme critérios de reconhecimento de receita descritos nas notas explicativas nº 2.9 e 23. A Companhia e suas controladas possuem controles manuais e controles automatizados, que são realizados diariamente para assegurar de que todos os serviços prestados foram devidamente registrados dentro do período contábil adequado, incluindo as receitas correspondentes a serviços prestados ainda a serem faturadas. Em função da relevância dos valores envolvidos, volume de transações e natureza de suas operações, o assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria. *Como nossa auditoria conduziu este assunto:* Os nossos procedimentos de auditoria relacionados com o reconhecimento de receita incluíram, entre outros: • Entendimento das atividades de controles implementadas sobre o fluxo de transação de reconhecimento de receita; • Análise da adequação do momento do reconhecimento da receita para uma amostra de transações incorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, de serviços faturados e a faturar considerando as datas efetivas da prestação dos serviços; • Avaliação dos procedimentos e da periodicidade do reconhecimento das receitas de acordo com os contratos firmados junto aos clientes; • Análise de uma amostra dos relatórios auxiliares de faturamento e respectivas reconciliações com os registros contábeis; • Testes, para uma amostra, dos critérios de reconhecimento de receita referente aos serviços prestados próximos da data de encerramento do exercício ("teste de corte da receita"); • Testes de evidenciação de posterior recebimento financeiro dos montantes reconhecidos na receita; e • Avaliação sobre a adequação das respectivas divulgações da Companhia sobre os critérios de reconhecimento da receita e montantes envolvidos. Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as receitas da Companhia e suas controladas, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento de receita adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações em nota explicativa, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Combinações de negócios: Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia adquiriu a Fixtell Internet Ltda. e Meppel Participações S.A. respectivamente, conforme descrito na nota explicativa nº 4. Estas transações foram contabilizadas pela aplicação do método de aquisição. A aplicação do método de aquisição requer, entre outros procedimentos, que a Companhia determine a data de aquisição efetiva do controle, o valor justo da contraprestação transferida, o valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos e a apuração do ágio por expectativa de rentabilidade futura na operação. Tais procedimentos envolvem, normalmente, um elevado grau de julgamento e a necessidade de que sejam desenvolvidas estimativas de valores justos baseadas em cálculos e premissas relacionados ao desempenho futuro do negócio adquirido e que estão sujeitos a um elevado grau de incerteza. Em razão do alto grau de julgamento relacionados, e ao impacto que eventuais alterações nas premissas poderiam ter nas demonstrações financeiras, consideramos este um assunto significativo para nossa auditoria. *Como nossa auditoria conduziu este assunto:* Os nossos procedimentos de auditoria, incluíram dentre outros: • Realizamos a leitura de documentos relacionados a transação, tais como contratos e atas; • Obtivemos as evidências que fundamentaram a determinação da data de aquisição do controle e a determinação do valor justo das contraprestações transferidas;

continua →★

continuação

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Vero S.A.

Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas: • Analisamos a metodologia utilizada para mensuração a valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos; • Avaliamos a razoabilidade das premissas utilizadas e cálculos efetuados confrontando, quando disponíveis, com informações de mercado; • Avaliamos a análise de sensibilidade sobre as principais premissas utilizadas e os impactos de possíveis mudanças em tais premissas sobre os valores justos apurados e sua relevância em relação às demonstrações financeiras como um todo; • Efetuamos o recálculo da determinação do ágio por rentabilidade futura apurado nas combinações de negócios; e • Avaliamos a adequação das divulgações apresentadas pela Companhia. Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados sobre os efeitos contábeis das combinações de negócios, consideramos aceitáveis as políticas contábeis de combinação de negócios da Companhia para suportar os julgamentos e informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Avaliação de redução ao valor recuperável do ágio: Conforme descrito na nota explicativa nº 2.7 e 10, em 31 de dezembro de 2023 os ativos da Companhia contemplavam o reconhecimento de ágios por expectativa de rentabilidade futura gerados em aquisições no montante de R$2.881.388. O valor recuperável do ágio é analisado anualmente nos termos das práticas contábeis aplicadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS). A avaliação e a necessidade ou não de registro de provisão para perda ao valor recuperável é suportada por estimativas de rentabilidade futura baseadas no plano de negócios e orçamento preparados pela Companhia e aprovados em seus níveis de governança. Devido à relevância do valor do ágio, às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas de fluxos de caixa futuros descontados a valor presente, e pelo impacto significativo que eventuais alterações das premissas de taxas de desconto podem ocasionar, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria. *Como nossa auditoria conduziu esse assunto:* Os nossos procedimentos de auditoria, incluíram dentre outros: • Envolvimento dos nossos profissionais especialistas em avaliação para nos auxiliar nas análises sobre as projeções de resultados e avaliação de redução ao valor recuperável do ágio registrado; • Análise da metodologia e as premissas utilizadas pela diretoria na elaboração das projeções de resultados; • Teste matemático das projeções de resultados; • Análise da consistência entre os dados utilizados na elaboração das projeções de resultados e os dados contábeis, quando aplicável; • Confirmamos que as informações utilizadas na elaboração das projeções de resultados são derivadas do plano de negócios da Companhia aprovado pelos responsáveis pela governança; e • Avaliação das divulgações da Companhia quanto aos testes de recuperabilidade do ágio por rentabilidade futura. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a avaliação de redução ao valor recuperável do ágio registrado, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de avaliação de redução ao valor recuperável adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos:** *Demonstrações do valor adicionado:* As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de março de 2024

EY Building a better working world

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-2SP034519/O-6
Raphael de Oliveira Costa
Contador - CRC-SP 295905/O

SPE Navegantes Energia S.A.

CNPJ nº 10.401.234/0001-02 - NIRE 35.300.360.940

Edital de Convocação para Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas da **SPE Navegantes Energia S.A.** (“Companhia”), na forma prevista no Art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das S.A.”), para se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária (“AGOE” ou “Assembleias”), a serem realizadas no dia 10 de abril de 2024, às 15h10min de forma exclusivamente digital por meio da plataforma eletrônica *Microsoft Teams Meetings*, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias constantes das ordens do dia: **Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e **(ii)** aprovação da destinação do resultado apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e a distribuição dividendos. **Em Assembleia Geral Extraordinária: (i)** fixar o montante global anual da remuneração dos administradores. **Informações Gerais: 1.** Poderão participar da AGOE os Acionistas titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia, desde que estejam registrados no Livro de Registro de Ações e realizem solicitação de cadastramento pelo endereço eletrônico (corporategovernance@cpfl.com.br) com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência acompanhada dos seguintes documentos: (i) pessoa física - documento de identificação com foto; (ii) pessoa jurídica - cópia simples do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is). **2.** É facultado a qualquer Acionista constituir procurador para comparecer às AGOE e votar em seu nome. Na hipótese de representação, deverão ser apresentados os seguintes documentos pelo acionista por e-mail juntamente com os documentos para cadastramento prévio: (i) instrumento de mandato (procuração), com poderes especiais para representação nas AGOE; e (ii) indicação de endereço eletrônico para liberação de acesso e envio de instruções sobre utilização da plataforma. **3.** As procurações, nos termos do Parágrafo 1º, do Art. 126, da Lei das S.A., somente poderão ser outorgadas a pessoas que atendam, pelo menos, um dos seguintes requisitos: (i) ser acionista ou administrador da Companhia e (ii) ser advogado. **4.** As instruções para acesso e participação na AGOE serão oportunamente encaminhadas aos acionistas mediante conferência e regularidade dos documentos citados nos itens anteriores. **5.** Os acionistas que solicitarem e obtiverem senha para participação nas Assembleias deverão, para ter acesso à Plataforma Digital, confirmar eletronicamente que se comprometem a: (i) utilizar os convites individuais para acesso à Plataforma Digital única e exclusivamente para participação remota nas Assembleias; (ii) não transferir ou divulgar os convites individuais a qualquer terceiro (acionista ou não), sendo o convite intransferível; e (iii) não gravar ou reproduzir a qualquer terceiro (acionista ou não) o conteúdo ou qualquer informação transmitida por meio virtual durante a realização das Assembleias, sendo as Assembleias restrita aos acionistas participantes. **6.** Mais esclarecimentos acerca das matérias da ordem do dia, a serem deliberadas na AGOE, poderão ser solicitados diretamente à administração pelo e-mail corporategovernance@cpfl.com.br.

Campinas, 01 de abril de 2024
Francisco João Di Mase Galvão Junior - Diretor Executivo

SPE Farol de Touros Energia S.A.

CNPJ nº 10.369.836/0001-11 - NIRE 35.300.360.974

Edital de Convocação para Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas da **SPE Farol de Touros Energia S.A.** (“Companhia”), na forma prevista no Art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das S.A.”), para se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária (“AGOE” ou “Assembleias”) a serem realizadas no dia 10 de abril de 2024, às 14h40min de forma exclusivamente digital por meio da plataforma eletrônica *Microsoft Teams Meetings*, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da ordem do dia: **Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e **(ii)** aprovação da destinação do resultado apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e a distribuição dividendos. **Em Assembleia Geral Extraordinária: (i)** fixar o montante global anual da remuneração dos administradores. **Informações Gerais: 1.** Poderão participar da AGOE os Acionistas titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia, desde que estejam registrados no Livro de Registro de Ações e realizem solicitação de cadastramento pelo endereço eletrônico (corporategovernance@cpfl.com.br) com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência acompanhada dos seguintes documentos: (i) pessoa física - documento de identificação com foto; (ii) pessoa jurídica - cópia simples do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is). **2.** É facultado a qualquer Acionista constituir procurador para comparecer às AGOE e votar em seu nome. Na hipótese de representação, deverão ser apresentados os seguintes documentos pelo acionista por e-mail juntamente com os documentos para cadastramento prévio: (i) instrumento de mandato (procuração), com poderes especiais para representação nas AGOE; e (ii) indicação de endereço eletrônico para liberação de acesso e envio de instruções sobre utilização da plataforma. **3.** As procurações, nos termos do Parágrafo 1º, do Art. 126, da Lei das S.A., somente poderão ser outorgadas a pessoas que atendam, pelo menos, um dos seguintes requisitos: (i) ser acionista ou administrador da Companhia e (ii) ser advogado. **4.** As instruções para acesso e participação na AGOE serão oportunamente encaminhadas aos acionistas mediante conferência e regularidade dos documentos citados nos itens anteriores. **5.** Os acionistas que solicitarem e obtiverem senha para participação nas Assembleias deverão, para ter acesso à Plataforma Digital, confirmar eletronicamente que se comprometem a: (i) utilizar os convites individuais para acesso à Plataforma Digital única e exclusivamente para participação remota nas Assembleias; (ii) não transferir ou divulgar os convites individuais a qualquer terceiro (acionista ou não), sendo o convite intransferível; e (iii) não gravar ou reproduzir a qualquer terceiro (acionista ou não) o conteúdo ou qualquer informação transmitida por meio virtual durante a realização das Assembleias, sendo as Assembleias restrita aos acionistas participantes. **6.** Mais esclarecimentos acerca das matérias da ordem do dia, a serem deliberadas na AGOE, poderão ser solicitados diretamente à administração pelo e-mail corporategovernance@cpfl.com.br.

Campinas, 01 de abril de 2024
Francisco João Di Mase Galvão Junior - Diretor Executivo

Cherobim Energética S.A.

CNPJ/MF nº 04.469.360/0001-98 - NIRE 35.300.502.949

Edital de Convocação para Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas da **Cherobim Energética S.A.** (“Companhia”), na forma prevista no Art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das S.A.”), para se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária (“AGOE” ou “Assembleias”) a serem realizadas no dia 10 de abril de 2024, às 16h30 de forma exclusivamente digital por meio da plataforma eletrônica *Microsoft Teams Meetings*, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias constantes das ordens do dia: **Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e **(ii)** aprovar a destinação do resultado apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. **Em Assembleia Geral Extraordinária: (i)** fixar o montante global anual da remuneração dos administradores. **Informações Gerais: 1.** Poderão participar da AGOE os Acionistas titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia, desde que estejam registrados no Livro de Registro de Ações e realizem solicitação de cadastramento pelo endereço eletrônico (corporategovernance@cpfl.com.br) com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência acompanhada dos seguintes documentos: (i) pessoa física - documento de identificação com foto; (ii) pessoa jurídica - cópia simples do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is). **2.** É facultado a qualquer Acionista constituir procurador para comparecer às AGOE e votar em seu nome. Na hipótese de representação, deverão ser apresentados os seguintes documentos pelo acionista por e-mail juntamente com os documentos para cadastramento prévio: (i) instrumento de mandato (procuração), com poderes especiais para representação nas AGOE; e (ii) indicação de endereço eletrônico para liberação de acesso e envio de instruções sobre utilização da plataforma. **3.** As procurações, nos termos do Parágrafo 1º, do Art. 126, da Lei das S.A., somente poderão ser outorgadas a pessoas que atendam, pelo menos, um dos seguintes requisitos: (i) ser acionista ou administrador da Companhia e (ii) ser advogado. **4.** As instruções para acesso e participação na AGOE serão oportunamente encaminhadas aos acionistas mediante conferência e regularidade dos documentos citados nos itens anteriores. **5.** Os acionistas que solicitarem e obtiverem senha para participação nas Assembleias deverão, para ter acesso à Plataforma Digital, confirmar eletronicamente que se comprometem a: (i) utilizar os convites individuais para acesso à Plataforma Digital única e exclusivamente para participação remota nas Assembleias; (ii) não transferir ou divulgar os convites individuais a qualquer terceiro (acionista ou não), sendo o convite intransferível; e (iii) não gravar ou reproduzir a qualquer terceiro (acionista ou não) o conteúdo ou qualquer informação transmitida por meio virtual durante a realização das Assembleias, sendo as Assembleias restrita aos acionistas participantes. **6.** Mais esclarecimentos acerca das matérias da ordem do dia, a serem deliberadas na AGOE, poderão ser solicitados diretamente à administração pelo e-mail corporategovernance@cpfl.com.br.

Campinas, 01 de abril de 2024.
Francisco João Di Mase Galvão Junior - Diretor Executivo

SPE Pedra Preta Energia S.A.

CNPJ nº 09.665.342/0001-03 - NIRE 35.300.357.299

Edital de Convocação para Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas da **SPE Pedra Preta Energia S.A.** (“Companhia”), na forma prevista no Art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das S.A.”), para se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária (“AGOE” ou “Assembleias”), a serem realizadas no dia 10 de abril de 2024, às 15h20min de forma exclusivamente digital por meio da plataforma eletrônica *Microsoft Teams Meetings*, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias constantes das ordens do dia: **Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e **(ii)** aprovar a destinação do resultado apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e a distribuição dividendos. **Em Assembleia Geral Extraordinária: (i)** aprovar a integralização de parte do capital subscrito, bem como a consequente alteração do Artigo 5º do Estatuto Social; e **(ii)** fixar o montante global anual da remuneração dos administradores. **Informações Gerais: 1.** Poderão participar da AGOE os Acionistas titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia, desde que estejam registrados no Livro de Registro de Ações e realizem solicitação de cadastramento pelo endereço eletrônico (corporategovernance@cpfl.com.br) com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência acompanhada dos seguintes documentos: (i) pessoa física - documento de identificação com foto; (ii) pessoa jurídica - cópia simples do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is). **2.** É facultado a qualquer Acionista constituir procurador para comparecer às AGOE e votar em seu nome. Na hipótese de representação, deverão ser apresentados os seguintes documentos pelo acionista por e-mail juntamente com os documentos para cadastramento prévio: (i) instrumento de mandato (procuração), com poderes especiais para representação nas AGOE; e (ii) indicação de endereço eletrônico para liberação de acesso e envio de instruções sobre utilização da plataforma. **3.** As procurações, nos termos do Parágrafo 1º, do Art. 126, da Lei das S.A., somente poderão ser outorgadas a pessoas que atendam, pelo menos, um dos seguintes requisitos: (i) ser acionista ou administrador da Companhia e (ii) ser advogado. **4.** As instruções para acesso e participação na AGOE serão oportunamente encaminhadas aos acionistas mediante conferência e regularidade dos documentos citados nos itens anteriores. **5.** Os acionistas que solicitarem e obtiverem senha para participação nas Assembleias deverão, para ter acesso à Plataforma Digital, confirmar eletronicamente que se comprometem a: (i) utilizar os convites individuais para acesso à Plataforma Digital única e exclusivamente para participação remota nas Assembleias; (ii) não transferir ou divulgar os convites individuais a qualquer terceiro (acionista ou não), sendo o convite intransferível; e (iii) não gravar ou reproduzir a qualquer terceiro (acionista ou não) o conteúdo ou qualquer informação transmitida por meio virtual durante a realização das Assembleias, sendo as Assembleias restrita aos acionistas participantes. **6.** Mais esclarecimentos acerca das matérias da ordem do dia, a serem deliberadas na AGOE, poderão ser solicitados diretamente à administração pelo e-mail corporategovernance@cpfl.com.br.

Campinas, 01 de abril de 2024
Francisco João Di Mase Galvão Junior - Diretor Executivo.

SPE Juremas Energia S.A.

CNPJ nº 09.665.446/0001-00 - NIRE 35.300.357.272

Edital de Convocação para Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas da **SPE Juremas Energia S.A.** (“Companhia”), na forma prevista no Art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das S.A.”), para se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária (“AGOE” ou “Assembleias”), a serem realizadas no dia 10 de abril de 2024, às 14h50 de forma exclusivamente digital por meio da plataforma eletrônica *Microsoft Teams Meetings*, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias constantes das ordens do dia: **Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e **(ii)** aprovação da destinação do resultado apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e a distribuição dividendos. **Em Assembleia Geral Extraordinária: (i)** aprovar a integralização de parte do capital subscrito, bem como a consequente alteração do Artigo 5º do Estatuto Social; e **(ii)** fixar o montante global anual da remuneração dos administradores. **Informações Gerais: 1.** Poderão participar da AGOE os Acionistas titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia, desde que estejam registrados no Livro de Registro de Ações e realizem solicitação de cadastramento pelo endereço eletrônico (corporategovernance@cpfl.com.br) com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência acompanhada dos seguintes documentos: (i) pessoa física - documento de identificação com foto; (ii) pessoa jurídica - cópia simples do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is). **2.** É facultado a qualquer Acionista constituir procurador para comparecer às AGOE e votar em seu nome. Na hipótese de representação, deverão ser apresentados os seguintes documentos pelo acionista por e-mail juntamente com os documentos para cadastramento prévio: (i) instrumento de mandato (procuração), com poderes especiais para representação nas AGOE; e (ii) indicação de endereço eletrônico para liberação de acesso e envio de instruções sobre utilização da plataforma. **3.** As procurações, nos termos do Parágrafo 1º, do Art. 126, da Lei das S.A., somente poderão ser outorgadas a pessoas que atendam, pelo menos, um dos seguintes requisitos: (i) ser acionista ou administrador da Companhia e (ii) ser advogado. **4.** As instruções para acesso e participação na AGOE serão oportunamente encaminhadas aos acionistas mediante conferência e regularidade dos documentos citados nos itens anteriores. **5.** Os acionistas que solicitarem e obtiverem senha para participação nas Assembleias deverão, para ter acesso à Plataforma Digital, confirmar eletronicamente que se comprometem a: (i) utilizar os convites individuais para acesso à Plataforma Digital única e exclusivamente para participação remota nas Assembleias; (ii) não transferir ou divulgar os convites individuais a qualquer terceiro (acionista ou não), sendo o convite intransferível; e (iii) não gravar ou reproduzir a qualquer terceiro (acionista ou não) o conteúdo ou qualquer informação transmitida por meio virtual durante a realização das Assembleias, sendo as Assembleias restrita aos acionistas participantes. **6.** Mais esclarecimentos acerca das matérias da ordem do dia, a serem deliberadas na AGOE, poderão ser solicitados diretamente à administração pelo e-mail corporategovernance@cpfl.com.br.

Campinas, 01 de abril de 2024
Francisco João Di Mase Galvão Junior - Diretor Executivo

SPE Baixa Verde Energia S.A.

CNPJ nº 10.401.241/0001-04 - NIRE 35.300.360.958

Edital de Convocação para Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas da **SPE Baixa Verde Energia S.A.** (“Companhia”), na forma prevista no Art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das S.A.”), para se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária (“AGOE” ou “Assembleias”), a serem realizadas no dia 10 de abril de 2024, às 14h00 de forma exclusivamente digital por meio da plataforma eletrônica *Microsoft Teams Meetings*, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias constantes das ordens do dia: **Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e **(ii)** aprovação da destinação do resultado apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e a distribuição dividendos. **Em Assembleia Geral Extraordinária: (i)** fixar o montante global anual da remuneração dos administradores. **Informações Gerais: 1.** Poderão participar da AGOE os Acionistas titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia, desde que estejam registrados no Livro de Registro de Ações e realizem solicitação de cadastramento pelo endereço eletrônico (corporategovernance@cpfl.com.br) com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência acompanhada dos seguintes documentos: (i) pessoa física - documento de identificação com foto; (ii) pessoa jurídica - cópia simples do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is). **2.** É facultado a qualquer Acionista constituir procurador para comparecer às AGOE e votar em seu nome. Na hipótese de representação, deverão ser apresentados os seguintes documentos pelo acionista por e-mail juntamente com os documentos para cadastramento prévio: (i) instrumento de mandato (procuração), com poderes especiais para representação nas AGOE; e (ii) indicação de endereço eletrônico para liberação de acesso e envio de instruções sobre utilização da plataforma. **3.** As procurações, nos termos do Parágrafo 1º, do Art. 126, da Lei das S.A., somente poderão ser outorgadas a pessoas que atendam, pelo menos, um dos seguintes requisitos: (i) ser acionista ou administrador da Companhia e (ii) ser advogado. **4.** As instruções para acesso e participação na AGOE serão oportunamente encaminhadas aos acionistas mediante conferência e regularidade dos documentos citados nos itens anteriores. **5.** Os acionistas que solicitarem e obtiverem senha para participação nas Assembleias deverão, para ter acesso à Plataforma Digital, confirmar eletronicamente que se comprometem a: (i) utilizar os convites individuais para acesso à Plataforma Digital única e exclusivamente para participação remota nas Assembleias; (ii) não transferir ou divulgar os convites individuais a qualquer terceiro (acionista ou não), sendo o convite intransferível; e (iii) não gravar ou reproduzir a qualquer terceiro (acionista ou não) o conteúdo ou qualquer informação transmitida por meio virtual durante a realização das Assembleias, sendo as Assembleias restrita aos acionistas participantes. **6.** Mais esclarecimentos acerca das matérias da ordem do dia, a serem deliberadas na AGOE, poderão ser solicitados diretamente à administração pelo e-mail: corporategovernance@cpfl.com.br.

Campinas, 01 de abril de 2024.
Francisco João Di Mase Galvão Junior - Diretor Executivo

SPE Costa Branca Energia S.A.

CNPJ nº 09.665.392/0001-82 - NIRE 35.300.357.281

Edital de Convocação para Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas da **SPE Costa Branca Energia S.A.** (“Companhia”), na forma prevista no Art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das S.A.”), para se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária (“AGOE” ou “Assembleias”), a serem realizadas no dia 10 de abril de 2024, às 14h20 de forma exclusivamente digital por meio da plataforma eletrônica *Microsoft Teams Meetings*, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias constantes das ordens do dia: **Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e **(ii)** aprovação da destinação do resultado apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e a distribuição dividendos. **Em Assembleia Geral Extraordinária: (i)** aprovar a integralização de parte do capital subscrito, bem como a consequente alteração do Artigo 5º do Estatuto Social; e **(ii)** fixar o montante global anual da remuneração dos administradores. **Informações Gerais: 1.** Poderão participar da AGOE os Acionistas titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia, desde que estejam registrados no Livro de Registro de Ações e realizem solicitação de cadastramento pelo endereço eletrônico (corporategovernance@cpfl.com.br) com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência acompanhada dos seguintes documentos: (i) pessoa física - documento de identificação com foto; (ii) pessoa jurídica - cópia simples do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is). **2.** É facultado a qualquer Acionista constituir procurador para comparecer às AGOE e votar em seu nome. Na hipótese de representação, deverão ser apresentados os seguintes documentos pelo acionista por e-mail juntamente com os documentos para cadastramento prévio: (i) instrumento de mandato (procuração), com poderes especiais para representação nas AGOE; e (ii) indicação de endereço eletrônico para liberação de acesso e envio de instruções sobre utilização da plataforma. **3.** As procurações, nos termos do Parágrafo 1º, do Art. 126, da Lei das S.A., somente poderão ser outorgadas a pessoas que atendam, pelo menos, um dos seguintes requisitos: (i) ser acionista ou administrador da Companhia e (ii) ser advogado. **4.** As instruções para acesso e participação na AGOE serão oportunamente encaminhadas aos acionistas mediante conferência e regularidade dos documentos citados nos itens anteriores. **5.** Os acionistas que solicitarem e obtiverem senha para participação nas Assembleias deverão, para ter acesso à Plataforma Digital, confirmar eletronicamente que se comprometem a: (i) utilizar os convites individuais para acesso à Plataforma Digital única e exclusivamente para participação remota nas Assembleias; (ii) não transferir ou divulgar os convites individuais a qualquer terceiro (acionista ou não), sendo o convite intransferível; e (iii) não gravar ou reproduzir a qualquer terceiro (acionista ou não) o conteúdo ou qualquer informação transmitida por meio virtual durante a realização das Assembleias, sendo as Assembleias restrita aos acionistas participantes. **6.** Mais esclarecimentos acerca das matérias da ordem do dia, a serem deliberadas na AGOE, poderão ser solicitados diretamente à administração pelo e-mail corporategovernance@cpfl.com.br.

Campinas, 01 de abril de 2024
Francisco João Di Mase Galvão Junior - Diretor Executivo

SPE Macacos Energia S.A.

CNPJ nº 07.091.059/0001-81 - NIRE 35.300.369.718

Edital de Convocação para Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas da **SPE Macacos Energia S.A.** (“Companhia”), na forma prevista no Art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das S.A.”), para se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária (“AGOE” ou “Assembleias”), a serem realizadas no dia 10 de abril de 2024, às 15h00 de forma exclusivamente digital por meio da plataforma eletrônica *Microsoft Teams Meetings*, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias constantes das ordens do dia: **Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e **(ii)** aprovação da destinação do resultado apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e a distribuição dividendos. **Em Assembleia Geral Extraordinária: (i)** aprovar a integralização de parte do capital subscrito, bem como a consequente alteração do Artigo 5º do Estatuto Social; e **(ii)** fixar o montante global anual da remuneração dos administradores. **Informações Gerais: 1.** Poderão participar da AGOE os Acionistas titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia, desde que estejam registrados no Livro de Registro de Ações e realizem solicitação de cadastramento pelo endereço eletrônico (corporategovernance@cpfl.com.br) com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência acompanhada dos seguintes documentos: (i) pessoa física - documento de identificação com foto; (ii) pessoa jurídica - cópia simples do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is). **2.** É facultado a qualquer Acionista constituir procurador para comparecer às AGOE e votar em seu nome. Na hipótese de representação, deverão ser apresentados os seguintes documentos pelo acionista por e-mail juntamente com os documentos para cadastramento prévio: (i) instrumento de mandato (procuração), com poderes especiais para representação nas AGOE; e (ii) indicação de endereço eletrônico para liberação de acesso e envio de instruções sobre utilização da plataforma. **3.** As procurações, nos termos do Parágrafo 1º, do Art. 126, da Lei das S.A., somente poderão ser outorgadas a pessoas que atendam, pelo menos, um dos seguintes requisitos: (i) ser acionista ou administrador da Companhia e (ii) ser advogado. **4.** As instruções para acesso e participação na AGOE serão oportunamente encaminhadas aos acionistas mediante conferência e regularidade dos documentos citados nos itens anteriores. **5.** Os acionistas que solicitarem e obtiverem senha para participação nas Assembleias deverão, para ter acesso à Plataforma Digital, confirmar eletronicamente que se comprometem a: (i) utilizar os convites individuais para acesso à Plataforma Digital única e exclusivamente para participação remota nas Assembleias; (ii) não transferir ou divulgar os convites individuais a qualquer terceiro (acionista ou não), sendo o convite intransferível; e (iii) não gravar ou reproduzir a qualquer terceiro (acionista ou não) o conteúdo ou qualquer informação transmitida por meio virtual durante a realização das Assembleias, sendo as Assembleias restrita aos acionistas participantes. **6.** Mais esclarecimentos acerca das matérias da ordem do dia, a serem deliberadas na AGOE, poderão ser solicitados diretamente à administração pelo e-mail corporategovernance@cpfl.com.br.

Campinas, 01 de abril de 2024
Francisco João Di Mase Galvão Junior - Diretor Executivo

SPE Costa das Dunas Energia S.A.

CNPJ nº 10.401.225/0001-03 - NIRE 35.300.360.966

Edital de Convocação para Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas da **SPE Costa das Dunas Energia S.A.** (“Companhia”), na forma prevista no Art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das S.A.”), para se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária (“AGOE” ou “Assembleias”) a serem realizadas no dia 10 de abril de 2024, às 14h30min de forma exclusivamente digital por meio da plataforma eletrônica *Microsoft Teams Meetings*, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da ordem do dia: **Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e **(ii)** aprovação da destinação do resultado apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e a distribuição dividendos. **Em Assembleia Geral Extraordinária: (i)** fixar o montante global anual da remuneração dos administradores. **Informações Gerais: 1.** Poderão participar da AGOE os Acionistas titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia, desde que estejam registrados no Livro de Registro de Ações e realizem solicitação de cadastramento pelo endereço eletrônico (corporategovernance@cpfl.com.br) com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência acompanhada dos seguintes documentos: (i) pessoa física - documento de identificação com foto; (ii) pessoa jurídica - cópia simples do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is). **2.** É facultado a qualquer Acionista constituir procurador para comparecer às AGOE e votar em seu nome. Na hipótese de representação, deverão ser apresentados os seguintes documentos pelo acionista por e-mail juntamente com os documentos para cadastramento prévio: (i) instrumento de mandato (procuração), com poderes especiais para representação nas AGOE; e (ii) indicação de endereço eletrônico para liberação de acesso e envio de instruções sobre utilização da plataforma. **3.** As procurações, nos termos do Parágrafo 1º, do Art. 126, da Lei das S.A., somente poderão ser outorgadas a pessoas que atendam, pelo menos, um dos seguintes requisitos: (i) ser acionista ou administrador da Companhia e (ii) ser advogado. **4.** As instruções para acesso e participação na AGOE serão oportunamente encaminhadas aos acionistas mediante conferência e regularidade dos documentos citados nos itens anteriores. **5.** Os acionistas que solicitarem e obtiverem senha para participação nas Assembleias deverão, para ter acesso à Plataforma Digital, confirmar eletronicamente que se comprometem a: (i) utilizar os convites individuais para acesso à Plataforma Digital única e exclusivamente para participação remota nas Assembleias; (ii) não transferir ou divulgar os convites individuais a qualquer terceiro (acionista ou não), sendo o convite intransferível; e (iii) não gravar ou reproduzir a qualquer terceiro (acionista ou não) o conteúdo ou qualquer informação transmitida por meio virtual durante a realização das Assembleias, sendo as Assembleias restrita aos acionistas participantes. **6.** Mais esclarecimentos acerca das matérias da ordem do dia, a serem deliberadas na AGOE, poderão ser solicitados diretamente à administração pelo e-mail corporategovernance@cpfl.com.br.

Campinas, 01 de abril de 2024.
Francisco João Di Mase Galvão Junior - Diretor Executivo

NORDON INDÚSTRIAS METALÚRGICAS S/A

CNPJ Nº 60.884.319/0001-59-NIRE Nº 35.3.00025288-Cia. Aberta.

Assembleia Geral Ordinária - Edital de Convocação

Ficam os Senhores Acionistas da Nordon Indústrias Metalúrgicas S.A. ("Nordon" ou "Companhia") convocados a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 26 de abril de 2024, às 11h00, na sede social, localizada na Alameda Roger Adam nº 169, bairro Utinga, na cidade de Santo André, Estado de São Paulo, cuja ordem do dia é a seguinte: (1) Deliberar sobre as contas dos administradores e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023; (2) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31/12/2023; (3) Deliberar sobre a quantidade de membros que comporão o Conselho de Administração; (4) Eleger os membros do Conselho de Administração; (5) Deliberar sobre a remuneração global dos Administradores para o período até a Assembleia Geral Ordinária de 2025; (6) Na hipótese de haver pedido válido de instalação do Conselho Fiscal, eleger os seus respectivos membros; e (7) Na hipótese de eleição do Conselho Fiscal, fixar a sua remuneração global anual. Encontra-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Nordon, no seu site (www.nordon.ind.br), bem como no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), o boletim de voto a distância, assim como a Proposta da Administração ("Proposta da Administração") contemplando: (i) a proposta de destinação do resultado do exercício social encerrado em 31/12/2023; (ii) proposta de quantidade de membros e chapa para compor o Conselho de Administração, para cumprir mandato até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2025; (iii) proposta de remuneração dos Administradores para o período até a Assembleia Geral Ordinária de 2025; (iv) o relatório da administração; (v) as demonstrações financeiras; (vi) o relatório dos auditores independentes; bem como (vi) as demais informações requeridas pelas Resoluções CVM nº 80/22 e 81/22, incluindo as orientações para participação nas Assembleias. Informações Gerais: A participação do Acionista poderá ser pessoal ou por procurador devidamente constituído, ou via boletim de voto a distância, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida constam na Proposta da Administração. Procuração: As procurações poderão ser outorgadas observado o disposto no art. 126 da Lei nº 6.404/76 e na Proposta da Administração. O representante legal do Acionista deverá comparecer à Assembleia munido da procuração e demais documentos indicados na Proposta da Administração, além de documento que comprove a sua identidade. Boletim de Voto a Distância: Os Acionistas que optarem por meio oletins de voto à distância deverão enviá-los, nos termos da Resolução CVM nº 81/22, por meio dos agentes de custódia dos Acionistas ou do escriturador das ações de emissão da Companhia ou, ainda, diretamente à Companhia, conforme as orientações constantes na Proposta da Administração. Para o envio dos boletins assinados diretamente à Companhia solicitamos a utilização do correio eletrônico elizabeth@nordon.ind.br, não havendo necessidade de envio posterior da via física. Voto Múltiplo: Nos termos da Resolução CVM nº 70/22, o percentual mínimo sobre o capital votante necessário à requisição da adoção do voto múltiplo é de 5%. Eventuais dúvidas sobre o presente Edital de Convocação poderão ser enviadas para a Diretoria de Relações com Investidores da Nordon, por meio do correio eletrônico elizabeth@nordon.ind.br. Santo André, 26 de março de 2024. Elizabeth do Rocio de Freitas - Presidente do Conselho de Administração.

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 132ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 15L0648443) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 22 DE ABRIL DE 2024

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 132ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização, celebrado em 18 de dezembro de 2015, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se no dia **22 de abril de 2024, às 11:45 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2022, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e lcb@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 132ª Série da 1ª Emissão - IF 15L0648443), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e lcb@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 28 de março de 2024.

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

VERO S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 31.748.174/0001-60 - NIRE 35.300.522.958

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária

Nos termos do artigo 10 do Estatuto Social da Vero S.A. ("**Estatuto Social**" e "**Companhia**", respectivamente) ficam convocados seus acionistas para se reunirem, em primeira convocação, em Assembleia Geral Ordinária ("**Assembleia**"), a ser realizada no dia 30 de abril de 2024, às 16:00 horas, na modalidade exclusivamente digital, nos termos do artigo 121, parágrafo único, c/c artigo 124, §2º-A, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**"), e da Seção VIII, do Capítulo II, do Anexo V da IN DREI 81/2020 ("**IN81**"), através do link de acesso do Microsoft Teams ("**Plataforma Digital**"), a ser disponibilizado pela Companhia aos acionistas para realização da videoconferência, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** o relatório da administração, as contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(ii)** eventual declaração de dividendos extraordinários a serem pagos à conta da reserva de lucros; e **(iii)** a ratificação da remuneração global anual da administração da Companhia paga no exercício social de 2023 e a proposta da administração para a remuneração global anual da administração da Companhia para o exercício social que se encerrará em 31 de dezembro de 2024. **Informações e Recomendações Gerais:** 1. Tendo em vista que a Assembleia será realizada na modalidade exclusivamente digital, por meio da Plataforma Eletrônica, sem a possibilidade do comparecimento físico na sede social da Companhia, V. Sas. deverão solicitar seu cadastro prévio por meio dos endereços de e-mail ri@verointernet.com.br, com o assunto "Participação AGO Vero", apresentando simultaneamente a documentação que comprove sua identidade ou representação legal. 2. Para participar da Assembleia, V. Sas. deverão enviar, em anexo ao e-mail indicado no item 1 acima, cópia autenticada ou documento de identidade original com foto. O acionista que desejar ser representado por procurador deverá outorgar instrumento de mandato, com poderes especiais, nos termos do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações. O procurador deverá apresentar, juntamente com a procuração outorgada pelo acionista: (i) e-mail e telefone de contato; (ii) cópia autenticada ou documento de identidade original com foto; e (iii) os demais documentos do acionista representado. 3. Após comprovação dos cadastros e regularidade dos documentos, a administração da Companhia enviará, por e-mail, as instruções e o link para participação por meio da plataforma digital àqueles acionistas que tenham apresentado corretamente a sua solicitação no prazo e nas condições acima dispostos. O link recebido será pessoal e não poderá ser compartilhado, sob pena de responsabilização. 4. Os documentos indicados no item 2 acima devem ser enviados por e-mail à Companhia com 2 (dois) dias de antecedência da data de realização da Assembleia. 5. O acionista que tenha enviado devidamente sua solicitação de acesso e não receba da Companhia o e-mail com as instruções para acesso e participação na Assembleia até o final do dia 25 de abril de 2024, deverá entrar em contato com a Companhia entre as 08:00 horas e as 18:00 horas do dia 26 de abril de 2024, pelo e-mail ri@verointernet.com.br, a fim de que lhe sejam reenviadas as instruções para acesso à Plataforma Digital. 6. Os documentos pertinentes às matérias objeto da ordem do dia da Assembleia encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia e poderão ser enviados aos acionistas que os solicitarem por intermédio do e-mail ri@verointernet.com.br. Eventuais esclarecimentos poderão ser obtidos por intermédio do referido e-mail ou no site de Relações com Investidores (ri.verointernet.com.br).

São Paulo, 29 de março de 2024

Lincoln Oliveira da Silva - Presidente do Conselho de Administração

Gabriel Felzenszwalb - Vice-Presidente do Conselho de Administração

AREZZO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 16.590.234/0001-76 - NIRE 31.300.025.91-8

Código CVM nº 02234-9

VERSÃO RESUMIDA DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
A SER REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2024

AREZZO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A. ("**Companhia**"), vem pela presente convocar a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("**Assembleia**"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 30 de abril de 2024, às 10h, de forma exclusivamente digital (não havendo possibilidade de comparecer fisicamente à Assembleia), para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: **(A) Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas das respectivas notas explicativas, do relatório dos auditores independentes e demais documentos aplicáveis, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (ii) o relatório da administração e as contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (iii) a proposta de orçamento de capital da Companhia; (iv) a proposta da administração para a destinação do resultado relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (v) a fixação da remuneração global anual dos administradores para o exercício de 2024. **(B) Em Assembleia Geral Extraordinária:** (vi) a fixação do número de membros para compor o Conselho de Administração da Companhia; (vii) a indicação, dentre os conselheiros da Companhia, do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho de Administração. Para participação na Assembleia, o acionista deverá enviar solicitação de cadastro para o Departamento de Relações com Investidores da Companhia, por meio do e-mail **ri@arezzo.com.br**, a qual deverá ser recebida pela Companhia até **28.04.2024** ("**Cadastro"**). A solicitação de Cadastro necessariamente deverá (i) conter a identificação do acionista e, se for o caso, de seu representante legal que comparecerá à Assembleia, incluindo seus nomes completos e seus CPF ou CNPJ, conforme o caso, e telefone e endereço de e-mail para envio das informações para participação, e (ii) ser acompanhada dos documentos necessários para participação na Assembleia, descritos na versão da íntegra deste Edital e na Proposta da Administração da Companhia para a Assembleia. Validada a condição de acionista e a regularidade dos documentos pela Companhia para participação na Assembleia, a Companhia enviará *link* contendo o formulário de cadastramento e, uma vez que o Cadastro seja realizado, confirmado e validado pela Companhia, o acionista receberá, até 24 horas antes da Assembleia, as informações para acesso ao sistema eletrônico para participação na Assembleia. Caso o acionista não receba as instruções de acesso com até 24 horas de antecedência do horário de início da Assembleia, deverá entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores, por meio do e-mail **ri@arezzoco.com.br**, com até, no máximo, 2 horas de antecedência do horário de início da Assembleia, para que seja prestado o suporte necessário. Não poderão participar da Assembleia os acionistas que não efetuarem o Cadastro e/ou não informarem a ausência do recebimento das instruções de acesso na forma e prazos previstos acima. Na data da Assembleia, o registro da presença do acionista somente se dará mediante o acesso ao sistema eletrônico, conforme instruções e nos horários e prazos divulgadas pela Companhia. Será de responsabilidade exclusiva do acionista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização da plataforma para participação da Assembleia por sistema eletrônico, não se responsabilizando a Companhia por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou manutenção de conexão e de utilização da plataforma digital que não estejam sob controle da Companhia. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia estarão à disposição dos acionistas no *site* da Companhia (**https://ri.arezzoco.com.br/**), da CVM (**http://www.gov.br/cvm**) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (**http://www.b3.com.br**), incluindo a Proposta da Administração contendo também informações complementares relativas à participação na Assembleia e ao acesso por sistema eletrônico. Ressalta-se que a presente publicação se trata de informação resumida que não deve ser considerada isoladamente para a tomada de decisão. A versão integral desde Edital está disponível nas páginas eletrônicas dos jornais "Hoje em Dia" e "Valor Econômico (São Paulo)" (**https://www.hojeemdia.com.br/publicidadelegal/editais** e **https://valor.globo.com/valor-ri/**, respectivamente), da Companhia (**https://ri.arezzoco.com.br/**), da CVM (**http://www.gov.br/cvm**) e da B3 (**http://www.b3.com.br**). Belo Horizonte, 28 de março de 2024. **Alessandro Giuseppe Carlucci -** Presidente do Conselho de Administração.

SPE Cajueiro Energia S.A.

CNPJ nº 10.369.840/0001-80 - NIRE 35.300.360.931

Edital de Convocação para Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas da **SPE Cajueiro Energia S.A.** ("Companhia"), na forma prevista no Art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), para se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária ("AGOE" ou "Assembleias"), a serem realizadas no dia 10 de abril de 2024, às 14h10 de forma exclusivamente digital por meio da plataforma eletrônica *Microsoft Teams Meetings*, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias constantes das ordens do dia: **Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e **(ii)** aprovação da destinação do resultado apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e a distribuição dividendos. **Em Assembleia Geral Extraordinária: (i)** fixar o montante global anual da remuneração dos administradores. **Informações Gerais: 1.** Poderão participar da AGOE os Acionistas titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia, desde que estejam registrados no Livro de Registro de Ações e realizem solicitação de cadastramento pelo endereço eletrônico (corporategovernance@cpfl.com.br) com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência acompanhada dos seguintes documentos: (i) pessoa física - documento de identificação com foto; (ii) pessoa jurídica - cópia simples do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is). **2.** É facultado a qualquer Acionista constituir procurador para comparecer às AGOE e votar em seu nome. Na hipótese de representação, deverão ser apresentados os seguintes documentos pelo acionista por e-mail juntamente com os documentos para cadastramento prévio: (i) instrumento de mandato (procuração), com poderes especiais para representação nas AGOE; e (ii) indicação de endereço eletrônico para liberação de acesso e envio de instruções sobre utilização da plataforma. **3.** As procurações, nos termos do Parágrafo 1º, do Art. 126, da Lei das S.A., somente poderão ser outorgadas a pessoas que atendam, pelo menos, um dos seguintes requisitos: (i) ser acionista ou administrador da Companhia e (ii) ser advogado. **4.** As instruções para acesso e participação na AGOE serão oportunamente encaminhadas aos acionistas mediante conferência e regularidade dos documentos citados nos itens anteriores. **5.** Os acionistas que solicitarem e obtiverem senha para participação nas Assembleias deverão, para ter acesso à Plataforma Digital, confirmar eletronicamente que se comprometem a: (i) utilizar os convites individuais para acesso à Plataforma Digital única e exclusivamente para participação remota nas Assembleias; (ii) não transferir ou divulgar os convites individuais a qualquer terceiro (acionista ou não), sendo o convite intransferível; e (iii) não gravar ou reproduzir a qualquer terceiro (acionista ou não) o conteúdo ou qualquer informação transmitida por meio virtual durante a realização das Assembleias, sendo as Assembleias restrita aos acionistas participantes. **6.** Mais esclarecimentos acerca das matérias da ordem do dia, a serem deliberadas na AGOE, poderão ser solicitados diretamente à administração pelo e-mail corporategovernance@cpfl.com.br.

Campinas, 01 de abril de 2024

Francisco João Di Mase Galvão Junior - Diretor Executivo

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 406ª E 418ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO (IF 21L0146951/21L0324419) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 22 DE ABRIL DE 2024

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 406ª e 418ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização, celebrado em 03 de dezembro de 2021, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se no dia **22 de abril de 2024, às 11:15 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de setembro de 2022, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e lcb@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 406ª e 418ª Séries da 1ª Emissão - IF 21L0146951/21L0324419), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com, agentefiduciario@vortx.com.br e lcb@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 28 de março de 2024.

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

AVISO DE ABERTURA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2024/SAAF/SEFAZ
PROCESSO SEFAZ-PRO-2023/03936 (SIAG 0003936/2023)

A Secretaria de Estado de Fazenda vem a público informar a abertura da licitação em epígrafe, nos seguintes termos:

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual contratação de subscrição de solução e serviços técnicos especializados para processamento de grandes volumes de dados (Big Data) para implementação, operacionalização e gestão no âmbito da Secretaria de Estado de Fazenda de Mato Grosso, de acordo com as especificações técnicas e quantitativas constantes no Termo de Referência.
LANÇAMENTO E ENVIO DA(S) PROPOSTA (S) NO SIAG: Do dia 03/04/2024 até às 08:00h do dia 17/04/2024 (horário de Cuiabá-MT).
ABERTURA DAS PROPOSTAS: 17/04/2024, às 08:30h (horário de Cuiabá-MT), 09:30h (horário de Brasília-DF) no Portal de Aquisições da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Mato Grosso - SEPLAG/MT, Link: **http://aquisicoes.gestao.mt.gov.br/**
EDITAL DISPONIBILIZADO: no Portal de Aquisições da SEPLAG/MT, por meio do Link: **https://aquisicoes.gestao.mt.gov.br/sgc/faces/pub/sgc/central/EditalPageList.jsp**

ESCLARECIMENTOS: e-mail **coaq@sefaz.mt.gov.br**
TELEFONES PARA CONTATO: (65) 3617-2036

Cuiabá-MT, 28 de março de 2024
PALOMA LAFOZ PINTO COELHO
Pregoeira Oficial

ÂNIMA HOLDING S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 09.288.252/0001-32 - NIRE 35300350430
Edital de Convocação para Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os Srs(as) Acionistas da Ânima Holding S.A para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE"), **a ser realizada de modo exclusivamente digital**, no dia 29 de abril de 2024, às 15 horas, a fim de: (1) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, nos termos da Proposta da Administração; (2) Deliberar sobre o orçamento de capital para o exercício de 2024, nos termos da Proposta da Administração. (3) Deliberar sobre a destinação de eventual lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e sobre a eventual distribuição de dividendos, nos termos da Proposta da Administração. (4) Fixar a remuneração global dos administradores da companhia a ser paga até a assembleia geral ordinária em que se deliberar acerca das demonstrações financeiras do exercício social que se encerrará em 31 de dezembro de 2024, nos termos da Proposta da Administração. (5) Definir o número de membros para o conselho de administração da Companhia, tendo em vista o pedido renúncia apresentado pela conselheira Juliana Buchaim Corrêa da Fonseca. **Instruções Gerais: 1.** A assembleia será realizada **de modo exclusivamente digital** pelo sistema de videoconferência zoom, através de link e senha de acesso, a serem disponibilizados conforme itens 3 e 4 abaixo; **2.** Será admitida a participação de todos os acionistas titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores, desde que o nome de tal acionista esteja registrado no Livro de Registro de Ações Escriturais da instituição financeira depositária das ações – Banco Bradesco S.A. **3.** Nos termos do Art. 126 da Lei nº 6.404/76, bem como da Resolução CVM 81/2022, deverão ser observados os seguintes procedimentos: (a) A Companhia solicita aos acionistas o encaminhamento por e-mail de procurações, com firma reconhecida ou assinatura digital, e documentos de representação em até 2 (dois) dias antes da data marcada para a realização da AGOE, em conformidade com o caput do Art. 8º do seu Estatuto Social, e do parágrafo terceiro do artigo 6ºda Resolução CVM 81/2022; e (b) Documentos a serem apresentados pelos acionistas: (i) pessoas físicas - documento de identificação, (ii) pessoas jurídicas - documento de identificação do representante legal do acionista, devidamente acompanhado de cópia autenticada ou original do seu ato constitutivo, bem como da documentação de representação societária, identificando o seu representante legal (ata de eleição de diretoria) e (iii) acionista constituído sob a forma de Fundo de Investimento - documento de identidade do representante legal do administrador do Fundo de Investimento (ou do gestor do Fundo de Investimento, conforme o caso), acompanhado de cópia autenticada ou original do Regulamento do Fundo e do Estatuto Social ou Contrato Social do seu administrador (ou gestor, conforme o caso), juntamente com a ata de eleição do representante legal. **4.** Admite-se a apresentação dos documentos de identificação mencionados no item 3 destas instruções por meio digital, através do e-mail ri@animaeducacao.com.br; **5.** Os acionistas que apresentarem a documentação de identificação até o dia 27 de abril de 2024 receberão o link e a senha de acesso à sala de videoconferência virtual; **6.** Para fins de esclarecimento, acionistas que não apresentem a documentação de identificação até o dia 27 de abril de 2024 não poderão participar da assembleia. **7.** O acionista que participar da assembleia poderá: **7.1.** Simplesmente participar da assembleia, sem votar, tenha ou não enviado boletim de voto a distância; ou **7.2.** Participar e votar na assembleia. Caso o acionista já tenha enviado o boletim de voto a distância, mas, ainda assim, queira votar durante a assembleia, todas as instruções de voto enviadas anteriormente pelo referido acionista, por meio de boletim de voto a distância, serão desconsideradas, observando-se para tanto sua identificação no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ. **8.** Em cumprimento a Resolução CVM 81/2022, informamos que a assembleia será gravada. **9.** Os documentos relativos às matérias a serem deliberadas na AGOE, conforme previsto no Art. 7º da Resolução CVM nº 81/2022, encontram-se à disposição dos acionistas, a partir desta data, na sede da Companhia e no seu website (ri.animaeducacao.com.br), bem como no website da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br). **10.** Observando o procedimento previsto na Resolução CVM nº 81/2022, "Capítulo III", os acionistas poderão exercer o voto por meio de preenchimento e entrega do boletim de voto a distância disponibilizado pela Companhia na página da CVM e, também, em sua própria página na rede mundial de computadores. **11.** Por fim, a assembleia realizada exclusivamente de modo digital será considerada como realizada na sede da companhia.

São Paulo (SP), 28 de março de 2024.
Daniel Faccini Castanho
Presidente do Conselho de Administração

LOCAWEB SERVIÇOS DE INTERNET S.A.
Companhia Aberta com Capital Autorizado - CNPJ/MF nº 02.351.877/0001-52 - NIRE nº 35.300.349.482
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os Senhores Acionistas da Locaweb Serviços de Internet S.A. (**"Companhia"**) para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (**"AGOE"**), a ser realizada em 30 de abril de 2024, às 15:00 horas, exclusivamente de forma digital, possibilitando a participação dos Acionistas por meio da plataforma eletrônica Zoom, com base na Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (**"CVM"**) nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada (**"Resolução CVM 81"**) para deliberarem sobre as matérias constantes da ordem do dia: Em sede de Assembleia Geral Ordinária (**"AGO"**): **i.** a apreciação do relatório da administração, das contas dos administradores e das Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e **ii.** a aprovação e consignação da destinação do resultado relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; Em sede de Assembleia Geral Extraordinária (**"AGE"**): **i.** a aprovação da remuneração global dos administradores para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2024; **ii.** a alteração da razão social da Companhia e consequente alteração do caput do artigo 1º do Estatuto Social para refletir referida alteração; **iii.** a redução do capital social da Companhia para absorção dos prejuízos acumulados e prejuízos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **iv.** a atualização da expressão do capital social da Companhia, disposto no caput do artigo 5º do Estatuto Social, em razão do último aumento de capital social aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia no âmbito do seu capital autorizado e da redução de capital constante do item "(iii)" acima; **v.** a aprovação da consolidação do Estatuto Social da Companhia, em decorrência das deliberações previstas nos itens "(ii)" a "(iv)" acima; **vi.** a caracterização e consignação da independência do membro do Conselho de Administração, Sr. Flávio Benício Jansen Ferreira, nos termos do art. 17 do Regulamento do Novo Mercado; e **vii.** a aprovação, exceto se decorrente de exigência legal ou regulatória, da dispensa de publicações dos anexos da AGOE e a autorização para a Diretoria da Companhia praticar, tempestivamente, todos e quaisquer atos necessários ao cumprimento das deliberações tomadas na AGOE. **INFORMAÇÕES GERAIS: 1. Documentos à disposição dos Acionistas:** Todos os documentos e informações relacionados às matérias referidas acima encontram-se à disposição dos Acionistas na sede e no website da Companhia (https://ri.locaweb.com.br/), bem como nos websites da CVM (https://sistemas.cvm.gov.br/) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (**"B3"**) (www.b3.com.br), nos termos previstos na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (**"Lei das Sociedades por Ações"**), e a Resolução CVM 81. Adicionalmente, o relatório anual da administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório da KPMG Auditores Independentes, foram publicados no Valor Econômico (Edição Nacional) no dia 21 de março de 2024 (páginas E17 a E21 e em seu respectivo site http://valor.globo.com/valor-ri/). **2. Participação dos Acionistas na AGOE e demais informações:** [illegible]

São Paulo, 28 de março de 2024. **Gilberto Mautner** - Presidente do Conselho de Administração da Companhia

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22
EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 246ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 20A0977074) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 19 DE ABRIL DE 2024

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 246ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização, celebrado em 30 de março de 2021, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se no dia **19 de abril de 2024, às 14:30 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de setembro de 2022, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e lcb@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 246ª Série da 1ª Emissão - IF 20A0977074), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": a) **participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e lcb@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 27 de março de 2024.
OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22
EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 255ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 20C1008009) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 18 DE ABRIL DE 2024

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 255ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização, celebrado em 20 de março de 2020, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se no dia **18 de abril de 2024, às 14:15 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e lcb@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 255ª Série da 1ª Emissão - IF 20C1008009), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": a) **participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e lcb@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 27 de março de 2024.
OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

cielo | CIEL B3 LISTED NM | ISE B3

CIELO S.A. - Instituição de Pagamento
CNPJ nº 01.027.058/0001-91 - NIRE 35.300.144.112
Edital de Convocação

Nos termos da Lei nº 6.404/76 e do seu Estatuto Social, a Cielo S.A. - Instituição de Pagamento ("Companhia") convoca os seus acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 30 de abril de 2024 ("AGO"), às 10h00min, de modo exclusivamente digital, com a seguinte ordem do dia: **(i)** tomar as contas dos administradores, examinar e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, acompanhadas dos pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes e do relatório do Comitê de Auditoria, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; **(ii)** deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, que compreenderá a ratificação do montante de proventos distribuídos e a retenção de parcela do lucro líquido com base em orçamento de capital; **(iii)** fixar o número de membros do Conselho de Administração; **(iv)** eleger os membros do Conselho de Administração; **(v)** fixar o número de membros do Conselho Fiscal; **(vi)** eleger os membros do Conselho Fiscal; **(vii)** deliberar sobre a proposta de remuneração global dos administradores para o exercício social de 2024; e **(viii)** deliberar sobre a proposta de remuneração global do Conselho Fiscal para o exercício social de 2024. O Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis, acompanhadas dos pareceres do Conselho Fiscal, dos Auditores Independentes e do relatório do Comitê de Auditoria da Companhia, o Manual de Participação em Assembleia e Proposta da Administração, bem como todas as demais informações necessárias para entendimento das matérias acima, estão à disposição dos acionistas no website de Relações com Investidores da Companhia (ri.cielo.com.br), da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") (cvm.gov.br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (b3.com.br). O Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis foram publicados na íntegra no jornal "Valor Econômico", em 6 de fevereiro de 2024. A AGO será realizada de **modo exclusivamente digital,** nos termos da Resolução CVM nº 81. Os acionistas poderão participar da AGO: I. Virtualmente por meio da plataforma eletrônica de videoconferência, ou II. Por boletim de voto a distância, que poderá ser enviado por meio de seus respectivos agentes de custódia, do escriturador ou diretamente à Companhia. *Participação virtual por videoconferência:* Os acionistas que optarem por participar da AGO por meio da plataforma de videoconferência deverão se cadastrar exclusivamente no portal no endereço eletrônico https://qicentral.com.br/m/ago-cielo-2024 para: **(i)** enviar cópias dos documentos exigidos para a participação na AGO; e **(ii)** receber as credenciais de acesso à plataforma eletrônica, bem como as instruções relativas à sua utilização durante a AGO. *A plataforma eletrônica a ser disponibilizada pela Companhia e utilizada como meio de acesso para participação na AGO será o aplicativo de reuniões virtuais "Zoom".* Com até 2 (dois) dias de antecedência à realização da AGO - isto é, até o dia 28 de abril de 2024 -, os acionistas deverão se cadastrar no endereço eletrônico informado acima mediante o envio dos seguintes documentos: **Pessoas Físicas:** • Documento de identidade com foto do acionista. **Pessoas Jurídicas:** • Versão mais recente do estatuto social ou contrato social consolidado e, se houver, alterações posteriores. • Demais documentos societários que comprovem os poderes de representação dos representantes legais do acionista, como atas de eleição e termos de posse, por exemplo. • Documento de identidade com foto dos representantes legais do acionista. **Fundos de investimentos:** • Versão mais recente do regulamento consolidado do fundo e, se houver, alterações posteriores (caso o regulamento não contemple a política de voto do fundo, apresentar também o formulário de informações complementares ou documento equivalente). • Estatuto social ou contrato social do administrador ou gestor do fundo, conforme o caso, observada a política de voto do fundo, e documentos societários que comprovem os poderes para representação e exercício do direito de voto do fundo. • Documento de identidade com foto dos representantes legais do administrador ou do gestor do fundo, conforme o caso. *Além dos documentos listados acima, os acionistas deverão, também por meio do portal eletrônico indicado acima, **(i)** enviar extrato de participação acionária emitido pela instituição custodiante ou pelo agente escriturador das ações de emissão da Companhia, conforme suas ações estejam ou não depositadas em depositário central, para fins de comprovação da titularidade de suas ações; e **(ii)** indicar e-mail para recebimento de convite individual para acesso à plataforma de videoconferência para participação na AGO.* Para participação por meio de procurador, o acionista que seja pessoa física poderá ser representado, nos termos do artigo 126, §1º, da Lei nº 6.404/76, por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja advogado, instituição financeira, acionista ou administrador da Companhia. O acionista que seja pessoa jurídica ou fundo de investimento poderá ser representado por procurador constituído na forma prevista em seu respectivo estatuto social, contrato social ou regulamento, conforme o caso. O procurador não precisa necessariamente ser advogado, instituição financeira, acionista ou administrador da Companhia, em linha com o entendimento manifestado pelo Colegiado da CVM no Processo Administrativo RJ2014/3578. Em qualquer caso, a procuração deverá ser outorgada por escrito e, em cumprimento ao disposto no artigo 654, §1º e §2º da Lei nº 10.406/02, deverá conter a indicação do lugar onde foi outorgada, a qualificação completa do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga com a designação e a extensão dos poderes conferidos. Será dispensado o reconhecimento da firma do outorgante. *Envio de boletim de voto a distância:* O acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância por intermédio de prestadores de serviço deverá transmitir as instruções de preenchimento do boletim para seus agentes de custódia ou para a instituição escrituradora das ações da Cielo, que é o Banco Bradesco S.A., conforme suas ações estejam ou não depositadas em depositário central. Os acionistas deverão entrar em contato com os seus respectivos agentes de custódia ou com o Banco Bradesco S.A., conforme o caso, para verificar os prazos e procedimentos por eles estabelecidos para transmissão das instruções de voto via boletim, bem como os documentos e informações exigidos em tal procedimento. O acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância por meio do envio de boletim diretamente à Companhia deverá enviar, até 7 (sete) dias antes da data de realização da AGO - ou seja, até 23 de abril de 2024 (inclusive) -, exclusivamente por meio do portal no endereço eletrônico https://qicentral.com.br/m/ago-cielo-2024, cópias digitalizadas do boletim de voto, devidamente preenchido, rubricado e assinado, e dos documentos de comprovação de participação acionária e representação descritos no item anterior. Como documento de identidade, a Companhia aceitará a Carteira de Identidade Registro Geral (RG), bem como a Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular. *A Companhia dispensará a exigência de que documentos expedidos no exterior passem por processo de notarização, consularização, apostilamento ou tradução juramentada. Nada obstante, instrumentos de procuração e demais documentos expedidos no exterior que não sejam lavrados em português deverão ser acompanhados da respectiva tradução.* Informa-se ainda que, nos termos do Artigo 141 da Lei 6.404/76 e do Artigo 3º da Resolução CVM nº 70, o percentual mínimo de participação necessário para requisição da adoção do voto múltiplo é de 5% (cinco por cento) do capital votante da Companhia, devendo o requerimento ser apresentado à Companhia em até 48 horas antes da realização da AGO. Demais orientações acerca da documentação exigida, prazos e procedimentos a serem observados pelos acionistas para envio de voto a distância e para participação virtual na AGO estão detalhadamente descritas no Manual de Participação em Assembleia e Proposta da Administração, disponível no website de Relações com Investidores da Companhia (ri.cielo.com.br), da CVM (cvm.gov.br) e da B3 (b3.com.br). Eventuais esclarecimentos adicionais poderão ser solicitados por e-mail, com envio da mensagem para ri@cielo.com.br.

Barueri, 28 de março de 2024. **Eurico Ramos Fabri -** Presidente do Conselho de Administração.

Aeroportos Brasil – Viracopos S.A.
CNPJ/MF nº 14.522.178/0001-07 – NIRE 35.300.413.962
Aviso aos Acionistas

A Aeroportos Brasil – Viracopos S.A. informa que se acha à disposição dos acionistas, na sede desta Companhia, situada na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, Rodovia Santos Dumont, Km 66, s/nº, Prédio Administrativo, CEP 13052-900, os documentos de que trata o Artigo 133 da Lei nº 6404/76, referentes ao exercício encerrado em 31/12/2023. São Paulo, 26 de março de 2024. ***A Administração.*** **(27,28 e 29/03/2024)**

Claro NXT Telecomunicações S.A.
CNPJ/MF nº 66.970.229/0001-67 - NIRE 35300574559
Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam convidados os senhores acionistas da **Claro NXT Telecomunicações S.A.** ("Companhia") a comparecer à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária que se realizará na sede social da Companhia, situada na Rua Henri Dunant, nº 780, Torre B, andar 3, Santo Amaro, CEP 04709-110, Cidade e Estado de São Paulo, no dia 29 de abril de 2024, às 09h30min, com a finalidade de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: **I. Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração, referentes ao exercício encerrado em 31.12.2023; **(ii)** Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício findo em 31.12.2023; **(iii)** Discutir e votar a reeleição de membros do Conselho de Administração; e **II. Em Assembleia Geral Extraordinária: (iii)** Fixar a remuneração global anual da administração da Companhia para o exercício de 2024. **Instruções Gerais:** (a) Os instrumentos de mandato deverão ser depositados na sede da Companhia até o dia 26 de abril de 2024, até às 17h30min. (b) A proposta da administração e a documentação, relativas aos itens da ordem do dia, encontram-se à disposição dos senhores acionistas na sede da Companhia. São Paulo - SP, 27 de março de 2024. José Antônio Guaraldi Félix - Presidente do Conselho de Administração.

Whirlpool S.A.
CNPJ/MF nº 59.105.999/0001-86 – NIRE 35.300.035.011 | Código CVM nº 01434-6 – Companhia Aberta
Versão Resumida do Edital de Convocação da
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 29 de abril de 2024

Whirlpool S.A. ("Companhia"), vem, por meio deste edital, convocar a assembleia geral ordinária e extraordinária ("Assembleia"), a ser realizada, em primeira convocação, no 29 de abril de 2024, às 10h00, de forma exclusivamente digital (não havendo possibilidade de comparecer fisicamente à Assembleia), para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: **A. Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) demonstrações financeiras, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes e do Parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (ii) relatório da administração e as contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (iii) proposta da administração para a destinação do resultado relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (iv) fixação do número de membros do Conselho de Administração; (v) eleição dos membros do Conselho de Administração; (vi) caracterização de membro independente do Conselho de Administração; e (vii) fixação da remuneração global anual dos administradores para o exercício de 2024. **B. Em Assembleia Geral Extraordinária**: (viii) complementação do objeto social da Companhia, com a consequente alteração do artigo 2º do Estatuto Social da Companhia, para incluir atividades de comercialização, direta ou indiretamente, de artigos de vestuários, acessórios, utensílios para casa e cozinha, e outros artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente; e (ix) consolidação do Estatuto Social. Os acionistas interessados em participar da Assembleia por meio de sistema eletrônico de votação a distância deverão enviar e-mail para o endereço assembleia2024@whirlpool.com até **2 dias** antes da data de realização da Assembleia, ou seja, até **27 de abril de 2024**, manifestando seu interesse em participar da Assembleia dessa forma e solicitando o link de acesso ao sistema ("Solicitação de Acesso"). A Solicitação de Acesso deverá (i) conter a identificação do acionista e, se for o caso, de seu representante legal que comparecerá à Assembleia, incluindo seus nomes completos e seus CPF ou CNPJ, conforme o caso, e telefone e endereço de e-mail do solicitante; e (ii) ser acompanhada dos documentos necessários para participação na Assembleia, conforme descritos na versão da íntegra deste Edital de Convocação e na Proposta da Administração da Companhia para esta Assembleia. Validadas a condição de acionista e a regularidade dos documentos, o acionista receberá, até 24 horas antes da Assembleia, as instruções para acesso ao sistema eletrônico. Caso o acionista não receba as instruções de acesso com até 24 horas de antecedência do horário de início da Assembleia, deverá entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores, por meio do e-mail assembleia2024@whirlpool.com, com até 12 horas de antecedência do horário de início da Assembleia, para que seja prestado o suporte necessário. Na data da Assembleia, o link de acesso à plataforma digital estará disponível a partir de 30 minutos de antecedência e até 15 minutos após o horário de início da Assembleia, sendo que o registro da presença do acionista via sistema eletrônico somente se dará mediante o acesso via link, conforme instruções e nos horários aqui indicados. Após 15 minutos do início da Assembleia, não será possível o ingresso do acionista na Assembleia, independentemente da realização do cadastro prévio. A Companhia recomenda que os acionistas acessem a plataforma digital para participação da Assembleia com pelo menos 30 minutos de antecedência. Será de responsabilidade exclusiva do acionista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização das plataformas para participação da Assembleia por sistema eletrônico, e que a Companhia não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou de manutenção de conexão e de utilização da plataforma digital que não estejam sob controle da Companhia. Caso os acionistas optem por manifestar seus votos à distância, deverão preencher o boletim de voto a distância, nos termos da RCVM 81, conforme orientações detalhadas acerca da documentação e procedimentos que constam do boletim disponibilizado pela Companhia e da Proposta da Administração. Conforme o § 1º do art. 141 da Lei das S.A. e na RCVM 81, é facultado aos acionistas titulares, individual ou conjuntamente, de ações representativas de, no mínimo, 5% do capital social com direito a voto requerer, por meio de notificação escrita entregue à Companhia até 48 horas antes das Assembleias, a adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do conselho de administração. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia encontram-se à disposição dos acionistas na sede e no *site* da Companhia (https://www.whirlpool.com.br/investidor), e foram enviados à CVM (www.gov.br/cvm) e à B3 (http://www.b3.com.br), incluindo a Proposta da Administração contendo também informações complementares relativas à participação na Assembleia, aos documentos requeridos e ao acesso por sistema eletrônico. Ressalta-se que a presente publicação se trata de informação resumida que não deve ser considerada isoladamente para a tomada de decisão. A versão integral desde Edital que está disponível nas páginas eletrônicas do jornal Valor Econômico (https://valor.globo.com/valor-ri/), da Companhia, da CVM e da B3. São Paulo, 26 de março de 2024. **João Carlos Costa Brega –** Presidente do Conselho de Administração (28, 29/03, e 02/04/2024)

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*
EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 211ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 19D0618118) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 17 DE ABRIL DE 2024

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 211ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização, celebrado em 05 de abril de 2019, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se no dia **17 de abril de 2024, às 15:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com, agentefiduciario@vortx.com.br e lcb@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 211ª Série da 1ª Emissão - IF 19D0618118), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com, agentefiduciario@vortx.com.br e lcb@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 27 de março de 2024.
OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22
EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 499ª E 501ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO (IF 22C0978882 / 22C0978890) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 17 DE ABRIL DE 2024

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 499ª e 501ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização, celebrado em 24 de março de 2022, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se no dia **17 de abril de 2024, às 14:15 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e lcb@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 499ª e 501ª Séries da 1ª Emissão - IF 22C0978882 / 22C0978890), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": a) **participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e lcb@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 27 de março de 2024.
OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 3ª E 4ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO (IF 16D0718054/ 16D0718055) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 22 DE ABRIL DE 2024

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 3ª e 4ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização, celebrado em 27 de abril de 2016, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se no dia **22 de abril de 2024, às 15:15 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com, agentefiduciario@vortx.com.br e lcb@vortx.com.br identificando no título do e-mail a operação (CRI 3ª e 4ª Séries da 1ª Emissão - IF 16D0718054/ 16D0718055), a confirmação da sua participação na Assembleia, acompanhado dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com, agentefiduciario@vortx.com.br e lcb@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 28 de março de 2024.

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 360ª, 361ª, 398ª E 399ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO (IF 21H1034619/ 21H1035398/21 H1035009/21H1035558) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 22 DE ABRIL DE 2024

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 360ª, 361ª, 398ª e 399ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização, celebrado em 26 de agosto de 2021, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se no dia **22 de abril de 2024, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2022, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e lcb@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 360ª, 361ª, 398ª e 399ª Séries da 1ª Emissão - IF 21H1034619/ 21H1035398/21H1035009/21H1035558), a confirmação da sua participação na Assembleia, acompanhado dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com, agentefiduciario@vortx.com.br e lcb@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 28 de março de 2024.

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 218ª SÉRIE DA 4ª EMISSÃO (IF 21K1073642) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 22 DE ABRIL DE 2024

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 218ª Série da 4ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização, celebrado em 08 de dezembro de 2021, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se no dia **22 de abril de 2024, às 14:30 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e lcb@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 218ª Série da 4ª Emissão - IF 21K1073642), a confirmação da sua participação na Assembleia, acompanhado dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com, agentefiduciario@vortx.com.br e lcb@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 28 de março de 2024.

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

Eternit S.A. – Em Recuperação Judicial

CNPJ/MF nº 61.092.037/0001-81 – NIRE 35.300.013.344

Assembleia Geral Extraordinária – Edital de 2ª Convocação

São convidados os acionistas da Eternit S.A. – Em Recuperação Judicial ("Companhia") a se reunirem, no dia 09 de abril de 2024, às 9h em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), em 2ª convocação, a ser realizada de forma totalmente digital, através da Plataforma ALFM EasyVoting ("Plataforma"), para deliberação da seguinte matéria que compõem a ordem do dia: 1. Exclusão do § 2º do Art. 11 do Estatuto Social, adequando os prazos para convocação da Assembleia Geral da Companhia, de acordo com a regra definida pelo Inciso II, do § 1º do Art. 124, da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S/A"), conforme alterada e adequação do Caput do mesmo dispositivo. 2. Consolidação do Estatuto Social da Companhia. Permanece à disposição dos acionistas, na sede da Companhia e na internet (ri.eternit.com.br, www.cvm.gov.br e www.b3.com.br) a documentação pertinente às matérias que serão deliberadas na AGE. **Informações de Participação na AGE:** Os acionistas ou procuradores que desejarem participar da AGE por meio da Plataforma deverão acessar o link https://easyvoting.alfm.adv.br/acionista.wpconsentimento.aspx?CtxW0jdnQS4JAgUx1hlBxTh6QcTACLS0fuGnbjrZ-87NA9ToDuHT6JNmRb2tOFtl de pré cadastro, impreterivelmente, até o dia 07 de abril de 2024 (inclusive), preenchendo todas as informações solicitadas e realizar o *upload* dos documentos que comprovem a sua qualificação, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida constam na Proposta da Administração. Os acionistas ou procuradores que não realizarem o cadastro dentro prazo supra **não poderão** participar da AGE. **Legitimação e Representação:** Poderão participar da AGE, ora convocada, os acionistas titulares de ações emitidas pela Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores, desde que referidas ações estejam escrituradas em seu nome junto à instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia, conforme disposto no Artigo 126, da Lei de Sociedades Anônimas. O acionista poderá comprovar a sua posição acionária, mediante a apresentação do extrato atualizado da conta de depósito das ações, emitido pelo custodiante, ou, caso não apresente esta documentação, a posição acionária poderá ser verificada pela Companhia, em sua base de acionistas. São Paulo, 28 de março de 2024. **Fausto de Andrade Ribeiro** – Presidente do Conselho de Administração. (29/03, 02 e 03/04/2024)

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 159ª SÉRIE DA 4ª EMISSÃO (IF 21H0975635) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 22 DE ABRIL DE 2024

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 159ª Série da 4ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização, celebrado em 30 de agosto de 2021, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se no dia **22 de abril de 2024, às 14:15 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e lcb@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 159ª Série da 4ª Emissão - IF 21H0975635), a confirmação da sua participação na Assembleia, acompanhado dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com, agentefiduciario@vortx.com.br e lcb@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 28 de março de 2024.

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 252ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 20A0976845) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 22 DE ABRIL DE 2024

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 252ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização, celebrado em 24 de janeiro de 2020, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se no dia **22 de abril de 2024, às 11:30 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de setembro de 2022, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com, agentefiduciario@vortx.com.br e lcb@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 252ª Série da 1ª Emissão - IF 20A0976845), a confirmação da sua participação na Assembleia, acompanhado dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com, agentefiduciario@vortx.com.br e lcb@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 28 de março de 2024.

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

MARISA LOJAS S.A.

CNPJ nº 61.189.288/0001-89 – NIRE 35.300.374.801

Companhia Aberta

AVISO AOS ACIONISTAS

A Marisa Lojas S.A. informa aos seus acionistas e ao mercado em geral, em cumprimento ao disposto no artigo 133 da Lei nº 6.404/76, que se encontram à disposição dos acionistas os documentos a que se refere o supracitado artigo, conforme aplicável, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2023, podendo ser acessados no site da Comissão de Valores Mobiliários: **www.gov.br/cvm**, no site da Companhia: **www.ri.marisa.com.br** e na sua respectiva sede social, localizada à Rua James Holland, nº 422/432, Barra Funda, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, 31 de março de 2024. **A Administração**.

ENAUTA PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 11.669.021/0001-10 - NIRE: 33.300.292.896

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

29 de abril de 2024, às 10:00 horas

Ficam convocados os senhores acionistas da ENAUTA PARTICIPAÇÕES S.A. ("Enauta" ou "Companhia") para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE") a realizar-se em 29 de abril de 2024, às 10:00 horas, de forma exclusivamente digital, via plataforma TEN Meetings, em linha com o parágrafo único do artigo 121 da Lei nº 6.404/76 e com a Resolução CVM nº 81/22, conforme alteradas, e com o prazo de cadastramento até às 10:00 horas do dia 27 de abril de 2024, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: Em Assembleia Geral Ordinária: (i) tomar as contas dos administradores e aprovar o relatório da administração da Companhia, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; (ii) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas do relatório da administração e do relatório dos auditores independentes; (iii) deliberar a destinação do resultado da Companhia apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, considerando a absorção do prejuízo apurado por parte da reserva de lucros; (iv) examinar, discutir e votar a proposta de remuneração global anual dos administradores; e Em Assembleia Geral Extraordinária: (v) ratificar a remuneração global atribuída aos administradores no período compreendido entre 1º de abril de 2023 até 31 de março de 2024. Os documentos e as informações pertinentes às matérias que serão deliberadas na AGOE estão à disposição dos acionistas em nosso site (https://ri.enauta.com.br/governanca/assembleias-e-reunioes/), e nos sites da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (http://www.b3.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br). Tais documentos encontram-se disponíveis também na sede da Companhia, conforme exigido pelo artigo 133 da Lei nº 6.404/76. Os acionistas da Companhia poderão participar da AGOE, ora convocada, por si, por seus representantes legais ou por procurador constituído há menos de um ano, desde que esse seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar seus condôminos, consoante o disposto no artigo 126 da Lei nº 6.404/76. Os seguintes documentos deverão ser apresentados pelos acionistas/representantes legais/procuradores: **(a) Se pessoas naturais**: cópia de documento de identificação com foto (RG, RNE, CNH ou, ainda, carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas); **(b) Se pessoas jurídicas**: (i) cópia do último estatuto ou contrato social consolidado; (ii) documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração); e (iii) cópia de documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); **(c) Se fundos de investimento**: (i) cópia do último regulamento consolidado do fundo; (ii) cópia do estatuto ou contrato social consolidado do seu administrador ou gestor, conforme aplicável; (iii) documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração); e (iv) cópia do documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is). Deve ser apresentado ainda o comprovante da titularidade das ações de emissão da Enauta, expedido por instituição financeira escrituradora e/ou agente de custódia. Excepcionalmente para a AGOE ora convocada, a Companhia irá aceitar reconhecimento de firma em procurações, desde que haja identificação clara do signatário, nem cópia autenticada de documentos, bastando que os documentos acima sejam enviados em cópia simples. Em caso de documento estrangeiro, basta que seja enviado juntamente com uma tradução livre para o português. Os acionistas que tiverem interesse em participar, pessoalmente ou através de representantes legais e/ou procuradores devidamente constituídos, da AGOE ora convocada, que será realizada de forma exclusivamente digital, deverão seguir os seguintes passos, com antecedência mínima de 02 (dois) dias da realização da AGOE, ou seja, até às 10:00 horas (horário de Brasília) do dia 27 de abril de 2024, impreterivelmente, nos termos do artigo 6º, §3º, da Resolução CVM nº 81/22: 1. Acessar o endereço eletrônico https://assembleia.ten.com.br/647839587; 2. Preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na AGOE, incluindo instrumentos de mandato com poderes especiais para representação na AGOE, se for o caso; 3. Em caso de pendências e ainda dentro do prazo, envio das solicitações de regularização do cadastro. Após a aprovação do cadastro pela Companhia, haverá a liberação para participação digital na data e horário da AGOE, utilizando-se o mesmo endereço eletrônico acima. O acionista que desejar poderá optar por exercer o seu direito de voto por meio do preenchimento e entrega do boletim de voto a distância, nos termos da Resolução CVM nº 81/22, conforme alterada. As orientações e procedimentos para o preenchimento e entrega podem ser verificados no próprio boletim disponibilizado, sendo que, dentre outras maneiras, poderá ser enviado boletim digital diretamente para a Companhia, acessando o endereço eletrônico https://assembleia.ten.com.br/647839587, realizando o cadastro e anexando os documentos de habilitação, preenchendo os campos de opções de voto e confirmando o voto. Para maiores informações sobre a participação na AGOE, consulte o Manual para Participação e Regras e Procedimentos que está disponível na seguinte página na internet: https://ri.enauta.com.br/governanca/assembleias-e-reunioes/, e nos sites da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (http://www.b3.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br). Rio de Janeiro, 28 de março de 2024. Sr. Mateus Tessler Rocha - **Presidente do Conselho de Administração.**

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 441ª E 442ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO (IF 22A0883824/ 22A0884066) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 23 DE ABRIL DE 2024

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 441ª e 442ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização, celebrado em 21 de janeiro de 2022, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se no dia **23 de abril de 2024, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@framcapital.com, identificando no título do e-mail a operação (CRI 441ª e 442ª Séries da 1ª Emissão - IF 22A0883824/ 22A0884066), a confirmação da sua participação na Assembleia, acompanhado dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@framcapital.com, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação.

São Paulo, 28 de março de 2024.

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 428ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 21K0915478) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 19 DE ABRIL DE 2024

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 428ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização, celebrado em 24 de novembro de 2021, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se no dia **19 de abril de 2024, às 15:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de setembro de 2022, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e lcb@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 428ª Série da 1ª Emissão - IF 21K0915478), a confirmação da sua participação na Assembleia, acompanhado dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com, agentefiduciario@vortx.com.br e lcb@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 28 de março de 2024.

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

PECINI LEILÕES — PATRIANI

EDITAL DE 1º E 2º PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS E COMUNICAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES - ONLINE
DATA: 1º Público Leilão: 12/04/2024, às 10h30 | 2º Público Leilão: 16/04/2024, às 10h30

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial, matrícula JUCESP nº 715, autorizada pela Credora Fiduciária **PATRIANI EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.**, inscrita no CNPJ nº 12.848.806/0001-13, **VENDERÁ**, em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, nos termos dos artigos 26 e 27 da Lei Federal nº 9.514/97, e posteriores alterações, em execução da garantia fiduciária expressa no Contrato de Venda e Compra e Alienação Fiduciária em Garantia de Unidade Autônoma, firmado em 19/07/2019, na cidade de Atibaia/SP, o **IMÓVEL**: **SALA COMERCIAL Nº 205, SITUADA NO 2º PAVIMENTO DA TORRE A DO CONDOMÍNIO ATIBAIA OFFICES PATRIANI**, localizado à Rua Clovis Soares, nº 200, do loteamento Alvinópolis, bairro do Alvinópolis, Atibaia/SP. Áreas: Privativa Coberta: 44,65m²; Uso Comum: 45,2879m²; Real Total: 89,9379m²; FIT: 0,5528%, com direito ao uso de uma vaga de garagem localizada na área comum. Matrícula Imobiliária nº 128.698 do CRI de Atibaia/SP. Inscrição Imobiliária nº 06.148.024.17-0134840. Consolidação da Propriedade em 06/03/2024. **Valores: 1º Leilão: R$ 439.937,45. 2º Leilão: R$ 94.471,65.** **Regras, Condições e Informações: 1.** Cabe ao interessado verificar o imóvel, seu estado de conservação, sua situação documental, eventuais dívidas existentes e não descritas neste edital, e eventuais ações judiciais em andamento que versem sobre o bem; **2.** O Arrematante pagará, à vista, nos termos do Edital de Leilão e Regras para Participação, o valor da arrematação, 5,00% de comissão da Leiloeira, e todas as despesas, custas, taxas, impostos, incluindo ITBI, e emolumentos de qualquer natureza decorrentes da transferência patrimonial do imóvel arrematado; **3.** Débitos de IPTU e condomínio existentes e no limite apurado **ATÉ** as datas dos leilões serão pagos pela Credora Fiduciária. Os valores não apurados e vencidos **APÓS** as datas dos leilões são de exclusiva responsabilidade do Arrematante; **4.** Débitos de água, energia, gás e outras utilidades existentes antes e após as datas dos leilões serão de responsabilidade exclusiva do Arrematante; **5. IMÓVEL OCUPADO**. Desocupação a cargo exclusivo do Arrematante, bem como as custas e despesas decorrentes para tal ato; **6.** A venda será feita em caráter ***AD CORPUS***. Imóvel entregue no estado em que se encontra; **7.** As demais regras, condições e informações constam no **EDITAL DE LEILÃO E REGRAS PARA PARTICIPAÇÃO**, disponível no Portal WWW.PECINILEILOES.COM.BR, do qual os interessados deverão obrigatoriamente tomar conhecimento e dele não poderão alegar desconhecimento. Fica a Devedora Fiduciante **ANA CECILIA MORAES DOS ANJOS**, CPF nº 297.719.828-85, devidamente comunicada das datas dos leilões, também pelo presente edital. Maiores informações: contato@pecinileiloes.com.br, WhatsApp (11) 97577-0485 ou Fone (19) 3295-9777. Avenida Rotary, 187 - Jardim das Paineiras, Campinas/SP, CEP nº 13.092-509.

FREITAS – LEILOEIRO OFICIAL

CONSULTE NOSSA AGENDA DE LEILÕES NO SITE: WWW.FREITASLEILOEIRO.COM.BR
Central de informações: (11) 3117.1000

Acesse nossas mídias sociais: YOUTUBE.COM/FREITASLEILOEIRO – INSTAGRAM.COM/FREITASLEILOEIRO – FACEBOOK.COM/FREITASLEILOEIRO

ATENÇÃO: PARA A COMPRA EM LEILÃO O ARREMATANTE PRECISA ESTAR EM REGULARIDADE FISCAL PERANTE A RECEITA FEDERAL.

LEILÃO DE VEÍCULOS - 190 LOTES - DIA: 02.04.2024 - 10h00 - 3ª FEIRA - PRESENCIAL E ON-LINE

AV. DOS ESTADOS, 584 - PORTÃO 2 - UTINGA - SANTO ANDRÉ/SP | VISITAÇÃO: 02.04.2024, a partir das 08h00 - verificar informações no site

CHASSIS: 1NWC670HKHT170079 - LYVUZH6C1RB794529 - 9BWAA05Z5D4075368 - 9BWAB09N69P023645 - 9BWKA05Z264138322 - 9BGJB69X0DB175700 - 9BD197132D3051367 - 9BD118181C1191583 - 9BGKL48U0JB151201 - 9BGXL19606C136074 - 3VWKE61K78M289798 - 9BD1356136200315 2 - 93YLSR7RHDJ832572 - 9BWAB05Z2A4146485 - 9BGSU19F0CB148431 - WBAVL3102DVS21182 - 9C6RG5010M0064089 - 9C2KC2500LR025550 - 9BHGC813BMP215328 - 9BGKS48B0EG276888 - 935ZCWMNCH2163623 - 93KP0E0C09E118999 - 9C6DG3320P0102203 - 3N1AB6AE7CL602402 - 8AGSU19F0ER109167 - 9BWAA05Z894139782 - 9BD11812KD1235984 - 9BFZK03A59B053564 - JTMZD31V0B5181243 - 9BD15844AD6859219 - 3GNCJ8EW2EL152661 - LJ12EKR15C4371942 - 93Y5SRF84JJ195812 - 9882261WHNKE48341 - 93YBSR8VAEJ353899 - 9BD17144JA5531925 - 9BFZH55L9H8402943 - 9BWCA05X71T142528 - 9BD1105BDF1571273 - 9BD11818LD1222083 - 9BD17140LA5568020 - 9BFZH54J9H8373654 - 9BGRX48F0BG113704 - 9BGKS48L0DG211815 - 9BRBB48E1A5109185 - 9BD1582278610091 0 - 9BD196283D2166152 - 9BD19713NH3322161 - 9BFZF55P1E8002833 - 9BFZK53AX9B126697 - 9BGJC75Z0EB273067 - 93YBSR76HEJ989472 - 9BGKL48U0KB225358 - 9BGKS69L0EG146931 - 9BGSU19F0BB252971 - 9BGXH75G08C714351 - 9BWAA05Z994133005 - 9BD19241RA3093350 - 9BWAA45U9ET188758 - 9BWAA45Z0E4116076 - 9BWAB45U7MT083146 - 9BD197163E3115738 - 9BGRG48F0DG111387 - WMWMF7109ATZ31522 - 9BWCB05X74P050331 - 9C2KC2500NR098786 - 9C2KC2200PR058423 - 9C2KC2200NR268431 - 9C2KC2500RR005239 - 9C2NC6110PR008668 - 9C6RG3160R0099793 - 9C2KC2200NR110809 - 9BFZH55L7H8369408 - 8BCLDRFJWBG505217 - 9BD198261C9005346 - 8AGCN48X0BR279321 - 93HFB9640EZ171743 - 8AFSZZFFCJJ026057 - 9BGRP69X0CG404775 - 93HGE6850DZ224312 - 935FCKFV89B520689 - 93Y4SRF84JJ156251 - 9BGRP48F0EG112158 - 9BWAB49N9EP010518 - 9BWAB05U4AT173679 - 9BGKS69L0DG315170 - 9BGRZ4810AG131039 - 9BD17206G83410140 - 9BD1105BCC1543693 - 9BWJB09N88P040641 - 9BFZE12P498982404 - 9BFZK53A2CB354331 - 93YLSR1TH9J142847 - 9BD13561392112657 - 9BWAA05W5EP040335 - WAUAYA8X6BB071731 - 9BWAA05Z5B4110066 - 9BM388054WB155491 - 9BWAA05U8DT280774 - 9BWAA01J744024759 - 93YKM2N368J892484 - 9BWAA05W0BP026578 - KMHDC51EAAU217514 - 9BD17301A84219208 - 9BWAA05U3DT040967 - 9BGTT69V02B145989 - 9BFZF55A4C8284829 - 9BRB29BT2H2138906 - 9BWKB05Z974077422 - 93YBSR7GH9J237477 - 9362MKFWXAB030305 - 9BWCA05W57P042825 - 8A1LZBW2TEL814106 - 9BRBY3BE2P4049174 - 9BFZD55P9GB511421 - 93HGM2510DZ110083 - 93HFB2650CZ219002 - 93YLM2E3H7J708500 - 9BWJB09NX8P017958 - 93HFA6660BZ130520 - 9BD19241R93081297 - KNAJT814AC7306276 - ME3DJEMT5PV001122 - 9C2JF8500PR012104 - 9C6RH1150R0025344 - 9C6RG3110G0006727 - 9C2MC4400JR010312 - 8AWPB05Z48A000551 - 9BFZD55J5FB753617 - 9BWAB05U29P022702 - 9BD15802786134405 - 8A1LBMC35BL787394 - 936CLNFNWFB017390 - 3CZRE2870AG505818 - 3N1AB6AD0CL600532 - 9BRBL3HE1J0111331 - 95PJN81BPCB035615 - 9BWJB09N17P027163 - 9BRBD3HE9J0351790 - 8AP359A1DKU018405 - 3N8CP5HD1HL493381 - 9BRKC9F36N8134051 - 98861112XKK215718 - 9BGJC7520HB177237 - 9BG148FH0DC482346 - 8AJGC8DDXJ0102679 - 98822611XKKC02846 - 9BG148DK0LC403229 - 93YMAF40EHJ383517 - 98PTT47MSEB100365 - 93ZC35B01D8451155 - 8ADUWNFX2PG505183 - 9BGCA80X0FB174271 - 9BD135019C2204319 - 9362NKFWXBB078856 - 8AGBN69S0JR137140 - 936CLHMZ1JB020311 - 94DFCAP15NB109633 - 9BRK3AAG4N0010418 - 9BWAB45U9ET171780REM - 9BGJK7520NB122413 - 98RDC21B6NA009236 - YV1FS41C0J2460164 - 9C2JC4830FR087586 - 93HGE6750EZ105723 - 3C6RRBDT0NG407954.

SERGIO VILLA NOVA DE FREITAS - Leiloeiro Oficial - JUCESP 316

•**Condições de venda e pagamento dos leilões:** Cheque no valor total da arrematação, que deverá ser trocado por TED à favor do Leiloeiro, em até 24 horas após o leilão + Cheque de 5% de comissão do Leiloeiro, acrescido das despesas administrativas constantes no catálogo do leilão. Os veículos serão vendidos no estado, sem garantias. Multas, inclusive de averbação; débitos; IPVA's, pré-existentes ou decorrentes da regularização, por conta do arrematante. A procedência e evicção de direitos dos veículos deste leilão são de inteira e exclusiva responsabilidade dos Comitentes Vendedores. Demais condições constam no catálogo distribuído no leilão.

Ouro Fino Saúde Animal Participações S.A.

CNPJ/MF nº 20.258.278/0001-70 - NIRE 35.300.465.415 - Companhia Aberta

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser Realizada em 29 de Abril de 2024

Convocamos os senhores acionistas da **Ouro Fino Saúde Animal Participações S.A.** ("**Companhia**"), nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**") e dos artigos 4º e 6º da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("**Resolução CVM 81**"), a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada no dia 29 de abril de 2024, às 11:00 horas, na sede social da Companhia ("**AGOE**"), para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) aprovar as contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, incluindo o relatório da administração, o parecer dos auditores independentes, o parecer do Conselho Fiscal e o parecer do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia; (ii) deliberar sobre a aprovação do orçamento de capital para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2024; (iii) aprovar a proposta de destinação dos lucros acumulados verificados em 31 de dezembro de 2023, incluindo a distribuição de dividendos; (iv) definir o número de membros do Conselho de Administração da Companhia; (v) eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia; e (vi) eleger os membros do Conselho Fiscal da Companhia e seus suplentes. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** (i) fixar a remuneração anual global dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2024; (ii) ratificar a remuneração anual global dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia relativa ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; e (iii) aditar o Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia. **Informações Gerais:** Poderão participar da AGOE ora convocada os acionistas titulares de ações emitidas pela Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores, ou, ainda, via boletim de voto a distância, desde que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida constam do manual de participação da AGOE, divulgado pela Companhia na presente data ("**Manual da AGOE**"). Os acionistas que optarem por participar presencialmente ou por procurador devidamente constituído deverão comparecer à AGOE munidos dos seguintes documentos: (a) documento de identidade ou atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, conforme o caso; e comprovante de sua respectiva participação acionária expedido pelo Escriturador (conforme abaixo definido); se for o caso, (b) instrumento de mandato para representação do acionista por procurador, outorgado nos termos do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações. Com o objetivo de dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos da AGOE, solicita-se aos acionistas da Companhia o depósito dos documentos exigidos na sede da Companhia, ou por e-mail através do endereço <ri@ourofino.com.br>, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas a contar da hora marcada para a realização da AGOE. Nos termos da Resolução CVM 81, a Companhia adotará também o sistema de votação a distância, permitindo que seus acionistas enviem boletins de voto a distância (i) por meio de seus respectivos agentes de custódia, caso as ações estejam depositadas em depositário central; (ii) por meio da instituição financeira depositária responsável pelo serviço de escrituração das ações de emissão da Companhia, qual seja o Banco Bradesco S.A. ("**Escriturador**"), caso as ações não estejam depositadas em depositário central; ou (iii) diretamente à Companhia, conforme modelo a ser disponibilizado pela Companhia e observadas as orientações constantes do Manual da AGOE. Sem prejuízo do disposto acima, caso V.Sa. compareça à AGOE até o momento da abertura dos trabalhos de posse dos documentos necessários, poderá participar e votar, ainda que tenha deixado de apresentá-los previamente. Excepcionalmente para esta AGOE, a Companhia não exigirá: (i) o reconhecimento de firma nos instrumentos de mandato para os acionistas a participarem da AGOE; e (ii) o reconhecimento de firma dos boletins de voto a distância assinados no território brasileiro e a notarização e apostilação daqueles assinados fora do país, exclusivamente com relação aos boletins de voto a distância a serem encaminhados diretamente à Companhia. Recomendamos aos senhores acionistas que cheguem ao local da realização da AGOE com antecedência de 1 (uma) hora, para o devido cadastramento e ingresso na AGOE. Para um melhor entendimento da ordem do dia, bem como instruções relativas à participação na AGOE, os senhores acionistas são convidados a consultar o Manual da AGOE, disponível na sede social da Companhia, no seu website de Relações com Investidores (ri.ourofino.com), e nos websites da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br). A eleição dos membros do Conselho de Administração será realizada em observância às disposições dos artigos 141 e 147 da Lei das Sociedades por Ações, e da Resolução CVM nº 70, de 22 de março de 2022, no mínimo, 5% (cinco por cento) do capital votante para que os acionistas possam requerer a adoção do processo de voto múltiplo. A requisição do processo de voto múltiplo deve ser realizada por meio de notificação por escrito entregue à Companhia com até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da realização da AGOE. Nos termos do artigo 133 da Lei das Sociedades por Ações, e em cumprimento ao disposto no artigo 7º e seguintes da Resolução CVM 81, encontram-se à disposição dos acionistas, na sede social da Companhia, no seu website de Relações com Investidores (ri.ourofino.com), e nos websites da B3 (www.b3.com.br) e da CVM (www.gov.br/cvm), todos os documentos pertinentes às matérias que serão deliberadas na AGOE ora convocada, incluindo o Manual da AGOE. Eventuais esclarecimentos poderão ser solicitados ao Departamento de Relações com Investidores da Companhia por e-mail (ri@ourofino.com) ou telefone (+55 (16) 3518-2000). Cravinhos, 29 de março de 2024.

Jardel Massari
Presidente do Conselho de Administração

CCR S.A.

CNPJ/MF nº 02.846.056/0001-97 - NIRE nº 35300158334 - COMPANHIA ABERTA

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 14 DE MARÇO DE 2024

1. DATA, HORA E LOCAL: Em 14 de março de 2024, às 09h00, na sede social da CCR S.A. ("Companhia" ou "Emissora"), localizada na Avenida Chedid Jafet, nº 222, Bloco B, 4º andar, Vila Olímpia, CEP 04.551-065, São Paulo/SP. **2. PRESENÇA:** Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **3. MESA:** Presidente: Ana Maria Marcondes Penido Sant'Anna e Secretário: Pedro Paulo Archer Sutter. **4. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre **(i)** a captação de recursos por sua controlada, a Rodovias Integradas do Oeste S.A. ("SPVias" ou "Emissora"), no valor de R$235.000.000,00 (duzentos e trinta e cinco milhões de reais), por meio da realização da sua 13ª (décima terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única ("Debêntures" e "Emissão"), as quais serão objeto de oferta pública de distribuição, nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, sob o rito de registro automático, nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("Oferta" e "Resolução CVM 160", respectivamente) e serão destinadas a investidores profissionais, conforme definido no artigo 11 da Resolução da CVM nº 30, de 11 de maio de 2021, conforme alterada ("Investidores Profissionais") e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis; e **(ii)** a autorização para os Diretores e/ou representantes legais da Companhia e da Emissora, conforme aplicável, incluindo, sem limitação, procuradores devidamente constituídos nos termos de seus Estatutos Sociais, para negociar os demais termos e condições da Emissão das Debêntures. **5. DELIBERAÇÕES:** Os Senhores Conselheiros, examinadas as matérias constantes da ordem do dia, após debates e discussões, conforme previsto no artigo 17 do Estatuto Social da Companhia, deliberaram: **5.1.** Aprovar a captação de recursos pela SPVias por meio da realização da 13ª (décima terceira) Emissão das Debêntures, as quais serão objeto da Oferta, nos termos da Resolução CVM 160, no valor de R$235.000.000,00 (duzentos e trinta e cinco milhões de reais), cujos termos e condições constarão do "*Instrumento Particular de Escritura da 13ª (Décima-Terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública da Rodovias Integradas do Oeste S.A.*" ("Escritura de Emissão"), com as seguintes principais características: (i) o prazo de vencimento das Debêntures será de 4 (quatro) anos contados da data de emissão, vencendo-se na data prevista na respectiva Escritura de Emissão; (ii) o valor nominal unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente; sobre o valor nominal unitário ou saldo do valor nominal unitário das Debêntures, conforme o caso, incidirão juros equivalentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, no informativo diário disponível em sua página na Internet (http://www.b3.com.br), acrescida de sobretaxa equivalente a 1,30% (um inteiro e trinta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, desde a primeira data de subscrição e integralização ou a data de pagamento dos juros remuneratórios imediatamente anterior até a data do seu efetivo pagamento; (iii) ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido pela Emissora aos titulares de Debêntures, nos termos da Escritura de Emissão, adicionalmente ao pagamento dos juros remuneratórios das Debêntures, calculados *pro rata temporis* desde a primeira data de subscrição e integralização ou desde a data de pagamento dos juros remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sobre todos e quaisquer valores devidos e em atraso, incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial: (a) multa moratória, não compensatória, de 2% (dois por cento); e (b) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, ambos calculados sobre o montante devido e não pago. **5.2.** Autorizar a Companhia e a Emissora, por meio de seus Diretores e/ou representantes legais da Companhia e da Emissora, conforme aplicável, incluindo, sem limitação, procuradores devidamente constituídos nos termos de seus Estatutos Sociais, para negociar os demais termos e condições da Emissão das Debêntures. **6. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, é assinada por todos os presentes, sendo que a certidão desta ata será assinada digitalmente, de acordo com previsto no parágrafo 1º do artigo 10 da MP 2.200-2/2001 e na alínea "c", do §1º do artigo 5º, da Lei nº 14.063/2020, e levada a registro perante a Junta Comercial competente. São Paulo/SP, 14 de março de 2024. **Assinaturas:** Ana Maria Marcondes Penido Sant'Anna, Presidente da Mesa e Pedro Paulo Archer Sutter, Secretário. **Conselheiros:** **(1)** Ana Maria Marcondes Penido Sant'Anna; **(2)** Adalberto de Moraes Schettert; **(3)** Claudio Borin Guedes Palaia; **(4)** Eduardo Bunker Gentil; **(5)** Eliane Aleixo Lustosa de Andrade; **(6)** João Henrique Batista de Souza Schmidt; **(7)** José Guimarães Monforte; **(8)** Luiz Carlos Cavalcanti Dutra Junior; **(9)** Mateus Gomes Ferreira; **(10)** Roberto Egydio Setubal; e **(11)** Vicente Furletti Assis. Certifico que a presente é cópia fiel do original lavrado em Livro próprio. *Ana Maria Marcondes Penido Sant'Anna - Presidente da Mesa - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil, Pedro Paulo Archer Sutter - Secretário - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil.* JUCESP nº 125.102/24-0 em 21.03.2024, Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 136ª SÉRIE DA 4ª EMISSÃO (IF 20B0817201) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 22 DE ABRIL DE 2024

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 136ª Série da 4ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização, celebrado em 17 de fevereiro de 2020, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se no dia **22 de abril de 2024, às 14:45 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e lcb@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 136ª Série da 4ª Emissão - IF 20B0817201), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e lcb@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 28 de março de 2024.

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

DOTZ S.A.

CNPJ/ME nº 18.174.270/0001-84 - NIRE 35.300.453.166 - *Companhia Aberta* - Código CVM 02583-6

Edital de Convocação das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas da Dotz S.A. ("Companhia") a se reunirem em Assembleias gerais ordinária e extraordinária a serem realizadas, conjuntamente, às 16h00 do dia 30 de abril de 2024 ("Assembleias" ou "AGOE"), de modo exclusivamente digital, para examinar, discutir e votar sobre as seguintes matérias constantes da ordem do dia: **(A) Em Assembleia Geral Ordinária: (1)** examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(2)** tomar as contas dos administradores; e **(3)** fixar a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2024. **(B) Em Assembleia Geral Extraordinária: (1)** deliberar sobre a alteração do endereço da sede social da Companhia de Rua Joaquim Floriano, nº 533, 15º andar, Itaim Bibi, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04534-011 para Avenida das Nações Unidas, 12995, 16º andar, Sala/Conjunto nº 1601 e 1602, parte, Espaço de Escritório WeWork nº 16W103 / 16W104, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04730-090, com a consequente alteração do caput do Artigo 2º do Estatuto Social; e **(2)** deliberar sobre a reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia para refletir a alteração prevista no item (1) acima, se aprovada. **Informações Gerais:** A Companhia realizará a AGOE **de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma eletrônica "Ten Meetings" ("Plataforma Digital") ou por meio dos mecanismos de votação à distância, sem a possibilidade de comparecimento presencial.** Para todos os fins legais, a AGOE será considerada como realizada na sede da Companhia, conforme disposto na Resolução CVM nº 81. A participação do acionista poderá ser: (i) via boletim de voto a distância ("Boletim de Voto") disponibilizado pela Companhia nos websites da Companhia (https://ri.dotz.com.br), da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br), sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida em cada caso estão mencionadas na Proposta da Administração divulgada nesta data; ou (ii) virtual, por meio da Plataforma Digital, pessoalmente ou por representante legal ou procurador devidamente constituído, caso em que o acionista poderá: (a) simplesmente participar das Assembleias, tenha ou não enviado o Boletim de Voto; ou (b) participar e votar nas Assembleias, observando-se que, quanto ao acionista que já tenha enviado o Boletim Voto e que, caso queira, vote nas Assembleias via Plataforma Digital, todas as instruções de voto recebidas por meio de Boletim de Voto serão desconsideradas. Os Acionistas que desejarem participar das Assembleias via Plataforma Digital deverão acessar o site **https://assembleia.ten.com.br/454943725**, preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto nas Assembleias, com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data designada para a realização da Assembleia, ou seja, até o dia 28 de abril de 2024 (inclusive). Tanto acionistas, quanto procuradores, no momento em que efetuarem os cadastros, receberão um e-mail informando que a companhia irá avaliar a solicitação de cadastro. Em caso de aprovação, os acionistas e procuradores receberão uma confirmação por e-mail de que o cadastro foi aprovado. Em caso de rejeição, receberão um e-mail explicando o motivo da rejeição e, se for o caso, orientando como podem fazer a regularização do cadastro. Após cadastrado, o procurador terá um ambiente virtual, "Painel de Representantes", que também é acessado através do Endereço Eletrônico do Evento. Nesse ambiente ele pode acompanhar a situação da aprovação de cada representado, bem como atualizar suas documentações, ao acessar com o login e senha previamente cadastrado. Conforme dispõe o artigo 28, § 1°, da Resolução CVM 81, o sistema eletrônico assegurará o envio prévio do Boletim de Voto, registro de presença dos acionistas e dos respectivos votos, assim como, na hipótese de participação a distância: (i) a possibilidade de manifestação e de acesso simultâneo a documentos apresentados durante a assembleia que não tenham sido disponibilizados anteriormente; (ii) a gravação integral da assembleia; e (iii) a possibilidade de comunicação entre acionistas. A Companhia recomenda que os Acionistas se familiarizem previamente com o uso da Plataforma Digital, bem como garantam a compatibilidade de seus respectivos dispositivos eletrônicos para a utilização da Plataforma Digital. Adicionalmente, a Companhia solicita a tais Acionistas que, no dia da AGOE, acessem a Plataforma Digital com, no mínimo, 30 (trinta) minutos de antecedência do horário previsto para o seu início, a fim de permitir a validação do acesso de todos os Acionistas credenciados. A Companhia não se responsabiliza por quaisquer problemas operacionais ou de conexão que os Acionistas venham a enfrentar e outras situações que não estejam sob o controle da Companhia. O Acionista que tenha realizado o cadastro e não tenha recebido e-mail com o link e instruções para acesso e participação nas Assembleias até as 11h00 horas do dia 29 de abril de 2024, deverá entrar em contato com a Companhia até as 15h00 horas do mesmo dia 29 de abril de 2024, pelo e-mail ri@dotz.com, a fim de que lhe sejam reenviadas suas respectivas instruções para acesso. Aos acionistas que se farão representar por meio de procuração outorgada para o fim específico de participar em assembleias, a Companhia dispensará o reconhecimento de firma, a notarização, a consularização ou o apostilamento dos documentos apresentados, conforme o caso, assim como a entrega de vias originais ou cópias autenticadas. A Companhia tampouco exigirá a tradução juramentada das procurações e documentos lavrados ou traduzidos em língua portuguesa, inglesa ou espanhola, nem dos documentos anexados com as respectivas traduções para esses idiomas. A Companhia somente admitirá procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico contendo certificação digital que esteja dentro dos padrões do Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ou por outro meio de comprovação da autoria e integridade do documento em forma eletrônica. A Companhia, atendendo as normas da CVM, em especial a Resolução CVM 81, assegurará aos acionistas a possibilidade de exercerem seu voto a distância na AGOE. O acionista que optar por exercer seu direito de voto a distância poderá: (i) transmitir as instruções de voto diretamente pelas instituições e/ou corretoras que mantém suas posições em custódia, caso estas disponibilizem esses serviços; (ii) transmitir as instruções de voto diretamente ao escriturador das ações da Companhia, qual seja, o Itaú Corretora de Valores S.A., conforme instruções estabelecidas no manual de participação da AGOE; ou (iii) preencher o boletim de voto a distância disponível nos endereços indicados abaixo e enviá-lo diretamente à Companhia, conforme instruções contidas no manual de participação da AGOE. Para mais informações, observar as regras previstas na Resolução CVM 81, no manual para participação na AGOE e no boletim de voto a distância disponibilizado pela Companhia nos endereços indicados abaixo. Para fins de melhor organização da AGOE, solicitamos ao acionista que também antecipe o encaminhamento dos documentos à Companhia, enviando as vias digitalizadas dos Boletins de Voto e dos documentos acima referidos para o seguinte endereço eletrônico: ri@dotz.com (assunto: AGOE - 30 de abril de 2024 - Boletim de Voto a Distância). Em até 3 (três) dias contados do recebimento das vias físicas dos referidos documentos, a Companhia enviará aviso ao acionista, por meio do endereço eletrônico indicado pelo acionista no Boletim de Voto, a respeito do recebimento dos documentos e de sua aceitação. Informamos que o Manual para Participação nas Assembleias e a Proposta da Administração, bem como os demais documentos previstos em lei e na regulamentação aplicável, permanecem à disposição dos acionistas, na sede da Companhia localizada na Rua Joaquim Floriano, nº 533, 15º andar, Itaim Bibi, CEP 04534-011, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na página de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.dotz.com.br/), na página da CVM (www.cvm.gov.br) e na página da B3 (www.b3.com.br), contendo todas as informações necessárias para melhor entendimento das matérias acima, nos termos do §6º do artigo 124, do artigo 133 e §3º do artigo 135 da Lei das S.A. e artigo 6º da Resolução CVM 81. O percentual mínimo para adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração é de 5% (cinco por cento), nos termos do artigo 3º da Resolução CVM nº 70 e do artigo 5º da Resolução CVM nº 81. Ainda, nos termos do § 1º do artigo 141 da Lei das S.A., o requerimento para a adoção do voto múltiplo deverá ser realizado pelos acionistas até 48 (quarenta e oito) horas antes do horário de início das Assembleias. São Paulo, 28 de março de 2024. **Alexandre Saddy Chade -** Presidente do Conselho de Administração.

CCR S.A.

CNPJ/MF nº 02.846.056/0001-97 - NIRE nº 35.300.158.334 - COMPANHIA ABERTA

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 28 DE FEVEREIRO DE 2024

1. DATA, HORA E LOCAL: Em 28 de fevereiro de 2024, às 10h00, na sede social da Companhia, localizada na Avenida Chedid Jafet, nº 222, Bloco B, 4º Andar, bairro Vila Olímpia, CEP 04.551-065, São Paulo/SP. **2. PRESENÇA**: Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, juntamente com os demais membros da Diretoria Executiva da Companhia presentes à reunião. **3. MESA**: Presidente: Ana Maria Marcondes Penido Sant'Anna e Secretário: Pedro Paulo Archer Sutter. **4. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre: **(i)** a celebração, por sua controlada indireta Concessionária do Bloco Sul S.A. ("Bloco Sul"), de Contrato de Cessão de Área a ser firmado com a Aerotrópolis Empreendimentos S.A. ("Cone"), para a implantação e operação de Centro Logístico no aeroporto de Navegantes/SC; **(ii)** (a) a celebração, por sua controlada direta Concessionária do Sistema Rodoviário Rio - São Paulo S.A. ("CCR Rio-SP"), de Contrato para a fase de Pré-Construção do trecho 2 da BR-101 com o Consórcio formado pelas empresas Consag Engenharia S.A. e Consag CS S.A. ("Consórcio Rio-Angra"), para apoio de engenharia na concepção do projeto das obras de duplicação; e (b) a celebração de MOU para a contratação da obra, caso aderente a previsão orçamentária; **(iii)** a celebração, por sua controlada direta CCR Rio-SP, do 1º Aditivo ao Contrato de Empreitada a Preço Misto CCR-RIO-SP 00036104-2023, firmado com a Tranenge Construções Ltda. ("Tranange"); **(iv)** a contratação, por sua controlada direta Concessionária do Sistema Anhangüera-Bandeirantes S.A. ("CCR AutoBAn"), da FBS Construção Civil e Pavimentação S.A. ("FBS"), da Neovia Infraestrutura Rodoviária Ltda. ("Neovia") e da Neopav Engenharia, Pavimentação e Infraestrutura Ltda. ("Neopav"), para a execução dos serviços de Recuperação de Pavimento - 5ª Intervenção; **(v)** a celebração, por sua controlada indireta Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A. ("CCR ViaSul"), do 4º aditivo ao Contrato CCRACT-VIAUSL-4600050408/2020, firmado com a Traçado Construções e Serviços Ltda. ("Traçado"); e **(vi)** a celebração, por sua controlada direta Concessionária Catarinense de Rodovias S.A. ("CCR ViaCosteira"), de Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 01/2020 firmado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT ("ANTT"); e **(vii)** a celebração, por sua controlada direta CCR ViaSul, de Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 01/2019 firmado com a União, por intermédio da ANTT. **5. DELIBERAÇÕES:** Os Senhores Conselheiros, examinadas as matérias constantes da ordem do dia, após debates e discussões, conforme previsto no artigo 17 do Estatuto Social da Companhia e respectivos incisos, deliberaram: **(i)** aprovar, por unanimidade de votos, a celebração, por sua controlada indireta Bloco Sul, de Contrato de Cessão de Área a ser firmado com a Cone, para a implantação e operação de Centro Logístico no aeroporto de Navegantes/SC, conforme termos e condições apresentados nesta reunião; **(ii)** aprovar, por unanimidade de votos, (a) a celebração, por sua controlada direta CCR Rio- SP, de Contrato para a fase de Pré-Construção do trecho 2 da BR-101 com o Consórcio Rio- Angra, para apoio de engenharia na concepção do projeto das obras de duplicação; e (b) a celebração de MOU para a contratação da obra, caso aderente a previsão orçamentária conforme termos e condições apresentados nesta reunião; **(iii)** aprovar, por unanimidade de votos, a celebração, por sua controlada direta CCR Rio- SP, do 1º Aditivo ao Contrato de Empreitada a Preço Misto CCR-RIO-SP 00036104-2023, firmado com a Tranenge, conforme termos e condições apresentados nesta reunião; **(iv)** aprovar, por unanimidade de votos, a contratação, por sua controlada direta CCR AutoBAn, da FBS, da Neovia e da Neopav, para a execução dos serviços de Recuperação de Pavimento - 5ª Intervenção, conforme termos e condições apresentados nesta reunião; **(v)** aprovar, por unanimidade de votos, a celebração, por sua controlada indireta CCR ViaSul, do 4º aditivo ao Contrato CCRACT-VIAUSL-4600050408/2020, firmado com a Traçado, conforme termos e condições apresentados nesta reunião; **(vi)** aprovar, por unanimidade de votos, a celebração, por sua controlada direta CCR ViaCosteira, de Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 01/2020, firmado com a União, por intermédio da ANTT, conforme termos e condições apresentados nesta reunião; e **(vii)** aprovar, por unanimidade de votos, a celebração, por sua controlada direta CCR ViaSul, de Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 01/2019, firmado com a União, por intermédio da ANTT, conforme termos e condições apresentados nesta reunião. Os membros do Conselho de Administração da Companhia autorizam a Diretoria Executiva da Companhia a praticar todos os atos necessários para a efetivação das deliberações acima, bem como a adoção, junto aos órgãos governamentais e entidades privadas, das providências que se fizerem necessárias à efetivação das medidas aprovadas nesta reunião. **6. ENCERRAMENTO**: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, é assinada por todos os presentes, sendo que a certidão desta ata será assinada digitalmente, de acordo com previsto no parágrafo 1º do artigo 10 da MP 2.200-2/2001 e na alínea "c", do §1º do artigo 5º, da Lei nº 14.063/2020, e levada a registro perante a Junta Comercial competente. São Paulo/SP, 28 de fevereiro de 2024. **Assinaturas**: Ana Maria Marcondes Penido Sant'Anna, Presidente da Mesa e Pedro Paulo Archer Sutter, Secretário. **Conselheiros**: **(1)** Ana Maria Marcondes Penido Sant'Anna; **(2)** Adalberto de Moraes Schettert; **(3)** Claudio Borin Guedes Palaia; **(4)** Eduardo Bunker Gentil; **(5)** Eliane Aleixo Lustosa de Andrade; **(6)** João Henrique Batista de Souza Schmidt; **(7)** José Guimarães Monforte; **(8)** Luiz Carlos Cavalcanti Dutra Junior; **(9)** Mateus Gomes Ferreira; **(10)** Roberto Egydio Setubal; e **(11)** Vicente Furletti Assis. Certifico que a presente é cópia fiel do original lavrado em Livro próprio. *Ana Maria Marcondes Penido Sant'Anna - Presidente da Mesa - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil, Pedro Paulo Archer Sutter - Secretário - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil*. JUCESP nº 124.977/24-8 em 21.03.2024, Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Desa PCH II Energia S.A.

CNPJ nº 11.055.437/0001-49 - NIRE 35.300.505.255

Edital de Convocação para Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas da **DESA PCH II ENERGIA S.A.** ("Companhia"), na forma prevista no Art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), para se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária ("AGOE" ou "Assembleias") a serem realizadas no dia 10 de abril de 2024, às 16h15min de forma exclusivamente digital por meio da plataforma eletrônica *Microsoft Teams Meetings*, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da ordem do dia: **Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e **(ii)** aprovar a destinação do resultado apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. **Em Assembleia Geral Extraordinária: (i)** fixar o montante global anual da remuneração dos administradores. **Informações Gerais: 1.** Poderão participar da AGOE os Acionistas titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia, desde que estejam registrados no Livro de Registro de Ações e realizem solicitação de cadastramento pelo endereço eletrônico (corporategovernance@cpfl.com.br) com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência acompanhada dos seguintes documentos: (i) pessoa física - documento de identificação com foto; (ii) pessoa jurídica - cópia simples do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is). **2.** É facultado a qualquer Acionista constituir procurador para comparecer às AGOE e votar em seu nome. Na hipótese de representação, deverão ser apresentados os seguintes documentos pelo acionista por e-mail juntamente com os documentos para cadastramento prévio: (i) instrumento de mandato (procuração), com poderes especiais para representação nas AGOE; e (ii) indicação de endereço eletrônico para liberação de acesso e envio de instruções sobre utilização da plataforma. **3.** As procurações, nos termos do Parágrafo 1º, do Art. 126, da Lei das S.A., somente poderão ser outorgadas a pessoas que atendam, pelo menos, um dos seguintes requisitos: (i) ser acionista ou administrador da Companhia e (ii) ser advogado. **4.** As instruções para acesso e participação na AGOE serão oportunamente encaminhadas aos acionistas mediante conferência e regularidade dos documentos citados nos itens anteriores. **5.** Os acionistas que solicitarem e obtiverem senha para participação nas Assembleias deverão, para ter acesso à Plataforma Digital, confirmar eletronicamente que se comprometem a: (i) utilizar os convites individuais para acesso à Plataforma Digital única e exclusivamente para participação remota nas Assembleias; (ii) não transferir ou divulgar os convites individuais a qualquer terceiro (acionista ou não), sendo o convite intransferível; e (iii) não gravar ou reproduzir a qualquer terceiro (acionista ou não) o conteúdo ou qualquer informação transmitida por meio virtual durante a realização das Assembleias, sendo as Assembleias restrita aos acionistas participantes. **6.** Mais esclarecimentos acerca das matérias da ordem do dia, a serem deliberadas na AGOE, poderão ser solicitados diretamente à administração pelo e-mail corporategovernance@cpfl.com.br.

Campinas, 01 de abril de 2024

Francisco João Di Mase Galvão Junior - Diretor Executivo

BRK Ambiental Participações S.A.

CNPJ/MF nº 24.396.489/0001-20 – NIRE 35.300.489.748 – Companhia Aberta – Categoria A

Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 22 de abril de 2024, às 14:00 horas

Ficam convidados os senhores acionistas da BRK Ambiental Participações S.A. ("Companhia"), a reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia") a ser realizada no dia 22 de abril de 2024, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital (videoconferência), considerando-se, portanto, realizada na sede social da Companhia, localizada na Avenida das Nações Unidas, nº 14.401, 7º andar, Torre Corporativa B2 – Paineira, Setor B, Vila Gertrudes, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04.794-000, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **I)** Em **Assembleia Geral Ordinária**: **1.** o relatório da administração, das contas dos administradores, das demonstrações financeiras da Companhia e do parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **2.** a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **3.** a remuneração global dos administradores da Companhia, para o exercício de 2024. **II)** Em **Assembleia Geral Extraordinária**: **1.** Alteração de membros do Conselho de Administração; e **2.** Alteração e Consolidação do Estatuto Social da Companhia. **Informações Gerais**: Poderão participar da Assembleia os acionistas titulares de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, emitidas pela Companhia, que estiverem registradas em seu nome, no livro próprio, até 48 (quarenta e oito) horas antes da data marcada para a realização da Assembleia. Os acionistas, para tomar parte e votar na Assembleia, deverão provar, mediante documentação original ou cópia (dispensada a autenticação e o reconhecimento de firma) enviada por e-mail à Companhia, a sua qualidade como acionista, apresentando até o momento da abertura dos trabalhos da Assembleia, podendo comparecer por si, por seus representantes legais ou procuradores, munidos dos respectivos documentos comprobatórios. A Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, sendo assim, a participação do acionista na Assembleia somente poderá se dar por meio do acesso via sistema eletrônico para participação a distância ("Plataforma Digital"). Após a apresentação dos documentos mencionados acima, o acionista receberá, por e-mail, o link para acessar a Plataforma Digital. Encontram-se à disposição dos acionistas, na sede social da Companhia, na página de relação com investidores da Companhia (www.ri.brkambiental.com.br) e no site da CVM (www.gov.br/cvm/pt-br), as informações e documentos pertinentes às matérias a serem examinadas e deliberadas na Assembleia e à participação e votação pelos acionistas, incluindo este Edital e a Proposta da Administração. Os acionistas interessados em sanar dúvidas relativas às propostas acima deverão contatar a área de Relações com Investidores da Companhia, por meio do telefone +55 (11) 3830-2000 ou via e-mail: riambiental@brkambiental.com.br. São Paulo/SP, 1º de abril de 2024. ***Luiz Ildefonso Simões Lopes*** *– Presidente do Conselho de Administração.*

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DAS 1ª E 2ª SÉRIES DA 20ª EMISSÃO (IF CRA021000RZ/CRA021000S0) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 19 DE ABRIL DE 2024

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 1ª e 2ª Séries da 20ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização, celebrado em 19 de abril de 2021, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRA ("Assembleia"), a realizar-se no dia **19 de abril de 2024, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRA de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com, agentefiduciario@vortx.com.br e lcb@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRA 1ª e 2ª Séries da 20ª Emissão - IF CRA021000RZ/CRA021000S0), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRA; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRA (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRA poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com, agentefiduciario@vortx.com.br e lcb@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRA ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRA ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRA, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 27 de março de 2024.

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

BSP Empreendimentos Imobiliários S.A.

CNPJ nº 14.312.353/0001-31 – NIRE 35.300.413.245

Ata da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração realizada em 9.1.2024

Aos 9 dias do mês de janeiro de 2024, às 13h, reuniram-se, na sede social, Avenida Alphaville, 779, 5º andar, lado A, sala 501-parte, Empresarial 18 do Forte, Barueri, SP, CEP 06472-900, e por videoconferência, os membros do Conselho de Administração da Sociedade sob a presidência do senhor Luiz Carlos Trabuco Cappi, que convidou o senhor Samuel Monteiro dos Santos Junior para secretário. Durante a reunião, os Conselheiros: 1) registraram os pedidos de renúncia, formulados pelos senhores: Domingos Figueiredo de Abreu, ao cargo de Diretor-Presidente, em carta de 6.11.2023; e Carlos Alberto Rodrigues Guilherme, Membro deste Conselho, em carta de 21.12.2023, cujas transcrições foram dispensadas, as quais ficarão arquivadas na sede da Sociedade para todos os fins de direito; 2) promoveram o senhor Luiz Carlos Angelotti ao cargo de Diretor-Presidente e Coordenador do Comitê Estratégico da Sociedade; Em consequência, os referidos Órgãos ficam assim compostos: **Diretoria: Diretor-Presidente: Luiz Carlos Angelotti**, brasileiro, casado, bancário, RG 10.473.334-2/SSP-SP, CPF 058.042.738/25; **Diretor Gerente: Haydewaldo Roberto Chamberlain da Costa**, brasileiro, casado, contador, CRC RJ-075823/0-9, CPF 756.039.427/20; **Diretores: Vinicius Marinho da Cruz**, brasileiro, casado, securitário, RG 50.942.449-1/SSP-SP, CPF 074.063.487-97; e **Estevão Augusto Oller Scripilliti**, brasileiro, casado, securitário, RG 28.005.956-5/SSP-SP, CPF 296.558.668/74, todos com endereço profissional na Avenida Alphaville, 779, 18º andar, Empresarial 18 do Forte, Barueri, SP, CEP 06472-900; **Comitê Estratégico: Coordenador: Luiz Carlos Angelotti**, brasileiro, casado, bancário, RG 10.473.334-2/SSP-SP, CPF 058.042.738/25; **Membros: Milton Matsumoto**, brasileiro, casado, bancário, RG 29.516.917-5/SSP-SP, CPF 081.225.550/04; **Alexandre da Silva Glüher**, brasileiro, casado, bancário, RG 57.793.933-6/SSP-SP, CPF 282.548.640/04; **Octavio de Lazari Junior**, brasileiro, casado, bancário, RG 12.992.558-5/SSP-SP, CPF 044.745.768/37; **Marcelo de Araújo Noronha**, brasileiro, casado, bancário, RG 56.163.018-5/SSP-SP, CPF 360.668.504/15, todos com endereço profissional no Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900; **Samuel Monteiro dos Santos Junior**, brasileiro, casado, advogado, OAB/RJ nº 42.122, CPF 032.621.977/34; **Ivan Luiz Gontijo Júnior**, brasileiro, casado, advogado, OAB/RJ nº 044.902, CPF 770.025.397/87; e **Vinicius Marinho da Cruz**, brasileiro, casado, securitário, RG 50.942.449-1/SSP-SP, CPF 074.063.487-97, todos com endereço profissional na Avenida Alphaville, 779, 18º andar, parte, Empresarial 18 do Forte, Barueri, SP, CEP 06472-900. Nada mais foi tratado, encerrando-se a reunião e lavrando-se esta Ata que, aprovada pelos Conselheiros presentes, será encaminhada para que assinem eletronicamente. aa) Luiz Carlos Trabuco Cappi, Samuel Monteiro dos Santos Junior, Milton Matsumoto, Alexandre da Silva Glüher, Octavio de Lazari Junior, Maurício Machado de Minas, Ivan Luiz Gontijo Júnior e Denise Aguiar Alvarez. **Declaração:** Declaramos para os devidos fins que a presente é cópia fiel da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. BSP Empreendimentos Imobiliários S.A. aa) Dagilson Ribeiro Carnevali e Miguel Santana Costa - Procuradores. Certidão: Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certifico o registro sob o número 82.727/24-7, em 26.2.2024. a) Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 403ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 21L0143115) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 22 DE ABRIL DE 2024

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 403ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização, celebrado em 03 de dezembro de 2021, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se no dia **22 de abril de 2024, às 11:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de setembro de 2022, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com, agentefiduciario@vortx.com.br e lcb@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 403ª Série da 1ª Emissão - IF 21L0143115), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com, agentefiduciario@vortx.com.br e lcb@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 28 de março de 2024.

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

INÊS 249

Santander

Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil

CNPJ nº 47.193.149/0001-06

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Apresentamos o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras da Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e demais diretrizes previstas Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

Mercado de Atuação

A Santander Leasing, Instituição financeira integrante do Conglomerado Santander, atua no mercado de arrendamento mercantil sendo suas operações voltadas, principalmente, para o arrendamento de veículos, máquinas e equipamentos, utilizando a rede de agências do Banco Santander (Brasil) S.A.

Patrimônio Líquido e Resultado

Em 31 de dezembro de 2023 o lucro líquido apresentado no exercício foi de R$728 milhões, aumento de 28% em comparação ao exercício anterior. O patrimônio líquido atingiu o montante de R$11.445 milhões.

Ativos e Passivos

Em 31 de dezembro de 2023, os ativos totais atingiram R$13.756 milhões, destacando-se R$1.938 milhões por Títulos e Valores Mobiliários e R$3.155 milhões em Operações de Arrendamento Mercantil de Leasing Financeiro, registrados a valor presente. No passivo, destaca-se em captações o valor de R$522 milhões em Depósitos e R$414 milhões em Recursos de Debêntures.

Auditoria Independente

A política de atuação da Santander Leasing na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco Santander.

A Santander Leasing informa que no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não foram prestados pela PricewaterhouseCoopers e outras firmas-membro outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria das demonstrações financeiras.

Ademais, a Santander Leasing confirma que a PricewaterhouseCoopers representa à Administração que dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria externa. Referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor, acima mencionados.

São Paulo, 26 de março de 2024

A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	31/12/2023	31/12/2022
Ativo			
Ativo Circulante e não Circulante		**13.755.544**	**13.282.708**
Disponibilidades	**4&16.d**	**13.657**	**8.382**
Instrumentos Financeiros		**2.137.991**	**2.119.146**
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5&16.d	200.378	437.313
Títulos e Valores Mobiliários	6.a	1.937.613	1.681.833
Operações de Arrendamento Mercantil	**7**	**3.154.886**	**2.863.086**
(Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito)	**7.f**	**(12.059)**	**(17.688)**
Outros Ativos	**8**	**1.272.115**	**1.123.405**
Ativos Fiscais	**9.a**	**1.020.816**	**1.181.420**
Correntes		426.949	356.259
Diferidos		593.867	825.161
Investimentos		**6.168.138**	**6.004.957**
Participações em Coligadas e Controladas	10	6.168138	6.004.957
Imobilizado de Uso	**11**	**-**	**-**
Imóveis de Uso		1.387	1.387
Outras Imobilizações de Uso		17	17
(Depreciações Acumuladas)		(1.404)	(1.404)
Total do Ativo		**13.755.544**	**13.282.708**

	Notas Explicativas	31/12/2023	31/12/2022
Passivo			
Passivo Circulante e não Circulante		**2.310.128**	**1.618.359**
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros	**12&16.d**	**952.327**	**390.039**
Depósitos		522.380	71
Recursos de Debêntures		414.481	366.625
Outros Passivos Financeiros		15.466	23.343
Outros Passivos	**13**	**156.888**	**798.838**
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais		83.161	746.540
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis		26.240	13.254
Outras Provisões		1.948	1.246
Diversos		45.539	37.798
Passivos Fiscais	**9.b**	**1.200.913**	**429.482**
Correntes		725.292	56.344
Diferidos		475.621	373.138
Patrimônio Líquido	**15**	**11.445.416**	**11.664.349**
Capital Social:			
De Domiciliados no País		10.085.219	10.085.219
Reservas de Lucros		1.658.161	1.971.626
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(297.964)	(392.496)
Total do Patrimônio Líquido		**11.445.416**	**11.664.349**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**13.755.544**	**13.282.708**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	01/07 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Receitas da Intermediação Financeira		**324.616**	**684.929**	**459.034**
Operações de Arrendamento Mercantil		233.523	448.093	356.103
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6.b	91.093	236.836	102.931
Despesas da Intermediação Financeira		**(56.593)**	**(89.813)**	**(72.418)**
Operações de Captação no Mercado	16.d	(56.628)	(90.167)	(62.045)
Operações de Empréstimos e Repasses	16.d	(532)	(1.289)	(3.342)
Provisão (Reversão) para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	7.f	567	1.643	(7.031)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		**268.023**	**595.116**	**386.616**
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		**268.930**	**451.816**	**378.609**
Receitas de Prestação de Serviços		491	961	932
Outras Despesas Administrativas	17	(5.201)	(9.728)	(8.585)
Despesas Tributárias	9.d	(26.659)	(47.889)	(77.951)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	10	241.309	460.406	344.265
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	18	58.990	48.066	119.948
Resultado Operacional		**536.953**	**1.046.932**	**765.225**
Resultado não Operacional	**19**	**960**	**7.445**	**16.795**
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		**537.913**	**1.054.377**	**782.020**
Imposto de Renda e Contribuição Social	**9.c**	**(164.374)**	**(326.344)**	**(213.996)**
Provisão para Imposto de Renda		-	-	(30.142)
Provisão para Contribuição Social		(61.192)	(61.196)	(86.316)
Ativo Fiscal Diferido		(103.182)	(265.148)	(97.538)
Lucro Líquido		**373.539**	**728.033**	**568.024**
Número de Ações (Mil)	15.a	164.245	164.245	164.245
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações (em R$)		2.274,28	4.432,60	3.458,39

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	01/07 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Lucro Líquido	**373.539**	**728.033**	**568.024**
Outros Resultados Abrangentes			
Ativo Financeiros Disponíveis para Venda	360	94.532	(43.186)
Próprios	(1.852)	160.386	(11.547)
De Ligadas	1.420	2.775	(36.580)
Imposto de Renda e Contribuição Social	792	(68.629)	4.941
Resultado Abrangente	**373.899**	**822.565**	**524.838**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	Capital Social	Reservas de Lucros: Reserva Legal	Reservas de Lucros: Reservas Estatutárias	Ajustes de Avaliação Patrimonial: Próprios	Ajustes de Avaliação Patrimonial: Coligadas e Controladas	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**10.085.219**	**421.474**	**1.014.645**	**(348.720)**	**(590)**	**-**	**11.172.028**
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários		-	-	-	(6.606)	(36.580)	-	(43.186)
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	568.024	568.024
Destinações:								
Reserva Legal	15.c	-	28.401	-	-	-	(28.401)	-
Dividendos Mínimos	15.b	-	-	-	-	-	(32.517)	(32.517)
Reserva para Equalização de Dividendos	15.c	-	-	253.553	-	-	(253.553)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	15.c	-	-	253.553	-	-	(253.553)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**10.085.219**	**449.875**	**1.521.751**	**(355.326)**	**(37.170)**	**-**	**11.664.349**
Mutações no Exercício		**-**	**28.401**	**507.106**	**(6.606)**	**(36.580)**	**-**	**492.321**
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**10.085.219**	**449.875**	**1.521.751**	**(355.326)**	**(37.170)**	**-**	**11.664.349**
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários		-	-	-	91.757	2.775	-	94.532
Dividendos Intercalares	15.b	-	-	(1.000.000)	-	-	-	(1.000.000)
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	728.033	728.033
Destinações:								
Reserva Legal	15.c	-	36.402	-	-	-	(36.402)	-
Dividendos Mínimos	15.b	-	-	-	-	-	(41.498)	(41.498)
Reserva para Equalização de Dividendos	15.c	-	-	325.067	-	-	(325.067)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	15.c	-	-	325.066	-	-	(325.066)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**10.085.219**	**486.277**	**1.171.884**	**(263.569)**	**(34.395)**	**-**	**11.445.416**
Mutações no Exercício		**-**	**36.402**	**(349.867)**	**91.757**	**2.775**	**-**	**(218.933)**
Saldos em 30 de junho de 2023		**10.085.219**	**467.600**	**858.520**	**(262.509)**	**(35.815)**	**-**	**11.113.015**
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários		-	-	-	(1.060)	1.420	-	360
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	373.539	373.539
Destinações:								
Reserva Legal	15.c	-	18.677	-	-	-	(18.677)	-
Dividendos Mínimos	15.b	-	-	-	-	-	(41.498)	(41.498)
Reserva para Equalização de Dividendos	15.c	-	-	156.682	-	-	(156.682)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	15.c	-	-	156.682	-	-	(156.682)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**10.085.219**	**486.277**	**1.171.884**	**(263.569)**	**(34.395)**	**-**	**11.445.416**
Mutações no Semestre		**-**	**18.677**	**313.364**	**(1.060)**	**1.420**	**-**	**332.401**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	01/07 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Atividades Operacionais				
Lucro Líquido		**373.539**	**728.033**	**568.024**
Ajustes ao Lucro Líquido		**(183.837)**	**(920.081)**	**(253.420)**
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	7.f	(567)	(1.643)	7.031
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais	14.c	24.406	(623.865)	60.221
Atualizações Monetárias das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais	14.c	2.967	7.359	44.779
Tributos Diferidos		103.182	265.148	97.538
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	10	(241.309)	(460.406)	(344.265)
Constituição (Reversão) de Provisão para ativos não Financeiros Mantidos para Venda		-	-	(65)
Resultado na Alienação de ativos não Financeiros Mantidos para Venda		-	-	(137)
Atualização de Depósitos Judiciais	18	(49.240)	(74.463)	(81.383)
Atualização de Impostos a Compensar	18	(23.276)	(32.211)	(37.139)
Variações em Ativos e Passivos		**(292.457)**	**995.110**	**(282.686)**
Redução (Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		(124.328)	194.305	(318.633)
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários		(25.877)	(95.394)	729.684
Redução (Aumento) em Operações de Arrendamento Mercantil		(194.484)	(295.787)	(340.431)
Redução (Aumento) em Despesas Antecipadas		572	850	850
Redução (Aumento) em Outros Ativos		(155.453)	(267.197)	(260.484)
Redução (Aumento) em Ativos Fiscais Correntes		(17.433)	(38.479)	(74.342)
Aumento (Redução) em Depósitos		32.528	522.309	(298.477)
Aumento (Redução) em Recursos de Debêntures		24.097	47.856	40.423
Aumento (Redução) em Outros Passivos Financeiros		(1.612)	(7.877)	21.536
Aumento (Redução) em Outros Passivos		144.035	265.576	238.857
Aumento (Redução) em Passivos Fiscais Correntes		68.696	767.837	107.497
Imposto Pago		(43.198)	(98.889)	(129.166)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais		**(102.755)**	**803.062**	**31.918**
Atividades de Investimento				
Aumento de Capital em Participações em Coligadas e Controladas		-	-	(133.399)
Alienação de Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda		-	-	257
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos		-	192.100	191.250
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Investimento		**-**	**192.100**	**58.108**
Atividades de Financiamento				
Dividendos Pagos	15.b	-	(1.032.517)	(21.235)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Financiamento		**-**	**(1.032.517)**	**(21.235)**
Aumento (Redução) Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa		**(102.755)**	**(37.355)**	**68.791**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	**4**	**192.462**	**127.062**	**58.271**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	**4**	**89.707**	**89.707**	**127.062**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional

A Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing), controlada pelo Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander), constituída na forma de sociedade anônima, domiciliada na Rua Amador Bueno, 474, Bloco C, 1º andar, Santo Amaro, CEP 04752-901, São Paulo - SP, atua no mercado de arrendamento mercantil, regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen), sendo suas operações voltadas, principalmente, para o arrendamento de veículos, máquinas e equipamentos, utilizando a rede de agências do Banco Santander. As operações da Santander Leasing são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, lideradas pelo Banco Santander (Brasil) S.A. Os benefícios e custos correspondentes dos serviços prestados são absorvidos entre as mesmas, são realizados no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

a) Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Santander Leasing foram elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Bacen e demais diretrizes previstas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre provisões e passivos contingentes e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas, sendo as principais, provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, realização do crédito tributário, passivos contingentes e o valor justo dos ativos financeiros.

A Diretoria autorizou a emissão das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, na reunião realizada em 26 de março de 2024.

b) Novas normas emitidas com vigência futura

A Resolução CMN n 4.966/2021, estabelece os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), harmonizando os critérios contábeis do COSIF para os requerimentos da norma internacional IFRS 9 a partir de 1 de janeiro de 2025. Dentre as principais mudanças está a classificação de instrumentos financeiros, reconhecimento de juros em caso de atraso, cálculo da taxa efetiva contratual, baixa a prejuízo e reconhecimento da provisão e classificação das operações com problemas de crédito.

A Lei nº 14.467/2022 alterou o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das Instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo BACEN. A principal alteração está na dedução das perdas incorridas na determinação do Lucro Real e da base de cálculo da CSLL. Esta lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025.

A adoção da Resolução CMN n 4.966/2021, da Lei nº 14.467/2022 e de outros normativos que são correlacionados, inclusive a reformulação do elenco de contas do COSIF, estão contidas no Plano de Implementação da Santander Leasing. O Plano de Implementação dos referidos normativos da Santander Leasing está segregado em três pilares: (i) Organização e Governança: Fóruns e Comitês compostos por diversos níveis hierárquicos dedicados a definição e acompanhamento da implementação; (ii) Processos e Sistemas: Mapeamento dos impactos e implementação das mudanças nos processos e sistemas; e (iii) Modelos e Critérios: Revisão e atualização dos modelos e critérios utilizados nas estimativas contábeis.

O cronograma do Plano de Implementação está sendo faseado ao longo do período de 2023 até o final do exercício de 2024, sendo que ainda depende de normas acessórias a serem emitidas pelo BACEN para implementação total. Os impactos nas Demonstrações Financeiras serão divulgados de forma oportuna após a definição completa do arcabouço regulatório.

A Resolução CMN n 4.975/2021, estabelece a observância ao Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) - Arrendamentos, no reconhecimento, na mensuração, na apresentação e na divulgação de operações de arrendamento mercantil a partir de 1 de janeiro de 2025. A Santander Leasing está avaliando os impactos e alterações necessárias para atendimento desta norma.

b) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Santander Leasing.

3. Principais Políticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, pro rata dia incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

b) Ativos e Passivos Circulantes e não Circulantes

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados pro rata dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado (valor justo) ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular Bacen 3.068/2001.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa correspondem aos saldos de aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

São demonstradas pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados pro rata dia.

e) Títulos e Valores Mobiliários

Conforme Circular Bacen n 3.068/2001, a carteira de títulos e valores mobiliários é classificada nas seguintes categorias:

I - Títulos para negociação, onde são registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, ajustados ao valor de mercado (valor justo) em contrapartida ao resultado do período;

II - Títulos disponíveis para venda, onde são registrados os títulos e valores mobiliários que podem ser negociados, mas não foram adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, ajustados ao valor de mercado (valor justo) em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido. Os ajustes ao valor de mercado, quando realizados, são transferidos para o resultado do período; e

III - títulos mantidos até o vencimento, onde são registrados os títulos e valores mobiliários para os quais existe intenção e capacidade financeira do Banco de mantê-los em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos.

As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período.

f) Carteira de Arrendamento Mercantil e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

A carteira de crédito inclui as operações de crédito, operações de arrendamento mercantil e de investimento. É demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados pro rata dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias, o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

Normalmente, a Santander Leasing efetua a baixa de créditos para prejuízo quando estes apresentam atraso superior a 360 dias. No caso de operações de crédito de longo prazo (acima de 3 anos) são baixadas quando completam 540 dias de atraso. A operação de crédito baixada para prejuízo é registrada em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança.

As cessões de crédito sem retenção de riscos resultam na baixa dos ativos financeiros objeto da operação, que passam a ser mantidos em conta de compensação. O resultado da cessão é reconhecido integralmente, quando de sua realização.

As cessões de crédito com retenção substancial de riscos passam a ter seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações, e os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

As provisões para operações de crédito são fundamentadas nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas), na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

g) Ativos não Financeiros Mantidos para Venda e Outro Valores e Bens

Ativos não financeiros mantidos para venda incluem o valor contábil de itens individuais, grupos de alienação ou itens que façam parte de uma unidade de negócios destinada à alienação (operações descontinuadas), cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e cuja ocorrência é esperada para dentro de um ano.

Outros valores e bens referem-se principalmente a ativos não financeiros, compostos basicamente por imóveis e veículos recebidos em liquidação de instrumentos financeiros de difícil ou duvidosa solução não destinados ao próprio uso.

Ativos não financeiros mantidos para venda e outros valores e bens são registrados e avaliados pelo menor valor entre o valor contábil líquido e o valor justo líquido de despesa de vendas, na data em que forem classificados nessa categoria e não são depreciados.

h) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos de arrendamento mercantil.

i) Investimentos

Os investimentos em sociedades coligadas e controladas são inicialmente reconhecidos pelo seu valor de aquisição, e posteriormente avaliados pelo método de equivalência patrimonial e os resultados apurados são reconhecidos em resultado de participações em coligadas e controladas. Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor recuperável, quando aplicável.

j) Imobilizado de uso

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas e está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais.

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4%, instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de segurança e comunicações - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.

k) Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

A Santander Leasing é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões são reavaliadas ao final de cada período de reporte para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser total ou parcialmente revertidas, reduzidas ou podem ainda ser complementadas, quando há mudança de risco em relação as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.

As provisões são constituídas quando o risco de perda for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e nas melhores informações disponíveis. Para os processos em que o risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas (Nota 14.g) e para os processos cujo risco de perda é remoto não é efetuada qualquer divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

No caso de trânsitos em julgado favoráveis a Santander Leasing, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.

l) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)

O PIS (0,65%) e a Cofins (4,00%) são calculados sobre as receitas da atividade ou objeto principal da pessoa jurídica. Para as instituições financeiras é permitida a dedução das despesas de captação na determinação da base de cálculo. As despesas de PIS e Cofins são registradas em despesas tributárias.

m) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 15% para as instituições financeiras incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal.

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e ou a liquidação do passivo.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 9.a.2, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

n) Juros sobre Capital Próprio

Os Juros sobre Capital Próprio são reconhecidos no passivo a partir do momento que sejam declarados ou propostos, conforme Resolução CMN nº 4.872/20.

o) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados ao fim de cada período de reporte, com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo e tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso.

p) Estimativas Contábeis

As estimativas contábeis e premissas utilizadas pela Administração para a preparação das informações financeiras são revisadas pelo menos trimestralmente, sendo apresentadas a seguir as principais estimativas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício quando comparados com os montantes reais, tais como: valor residual do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências, valorização a mercado de títulos e valores mobiliários e a realização dos créditos tributários. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva.

q) Resultados Recorrentes/Não Recorrentes

A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não corrente do exercício aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na Nota Explicativa 20.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
Disponibilidades	**13.657**	**8.382**	**7.853**
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	**76.050**	**118.680**	**50.418**
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	76.050	118.680	50.418
Total	**89.707**	**127.062**	**58.271**

As informações relativas a 31 de dezembro de 2021 são demonstradas para informar a composição dos saldos iniciais do Caixa e Equivalentes de Caixa apresentados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	31/12/2023: Até 3 Meses	31/12/2023: De 3 a 12 Meses	31/12/2023: Total	31/12/2022: Total
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Nota 16.d)	76.050	124.328	200.378	437.313
Total	**76.050**	**124.328**	**200.378**	**437.313**
Circulante			**200.378**	**437.313**

6. Títulos e Valores Mobiliários

a) Resumo da Carteira por Categoria e Vencimento

	31/12/2023: Custo Amortizado	31/12/2023: Ajuste a Mercado Refletido no Patrimônio Líquido	31/12/2023: Valor Contábil	31/12/2022: Valor Contábil	Abertura por Vencimento: Acima de 3 anos	31/12/2023: Total
Títulos Disponíveis para Venda						
Títulos Públicos - Notas do Tesouro Nacional - NTN	2.398.317	(460.704)	1.937.613	1.681.833	1.937.613	1.937.613
Total	**2.398.317**	**(460.704)**	**1.937.613**	**1.681.833**	**1.937.613**	**1.937.613**
Não Circulante			**1.937.613**	**1.681.833**		

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado considerando a cotação média dos mercados organizados e o seu fluxo de caixa estimado, descontado a valor presente conforme as correspondentes curvas de juros aplicáveis, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião da apuração dos balanços.

b) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Rendas com Títulos de Renda Fixa	197.203	51.475
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 16.d)	39.633	51.456
Total	**236.836**	**102.931**

7. Carteira de Arrendamento Mercantil e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

a) Composição da Carteira

	31/12/2023	31/12/2022
Operações de Arrendamento Mercantil [(1)]	3.154.886	2.863.086
Total	**3.154.886**	**2.863.086**

[(1)] Os contratos de arrendamento têm cláusulas de não cancelamento e de opção de compra e são pactuados a taxas pré ou pós-fixadas.

Continua...

...Continuação

Santander

Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil

CNPJ nº 47.193.149/0001-06

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b) Carteira de Arrendamento Mercantil

	31/12/2023	31/12/2022
Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil	3.550.430	3.211.217
Arrendamentos a Receber	2.442.389	2.095.072
Valores Residuais a Realizar [1]	1.108.041	1.116.145
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(2.441.485)	(2.093.935)
Valores Residuais a Balancear	(1.108.041)	(1.116.145)
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	901	901
Imobilizado de Arrendamento	5.400.790	5.101.376
Credores por Antecipação de Valor Residual	(2.247.709)	(2.240.328)
Total da Carteira de Arrendamento	**3.154.886**	**2.863.086**

(1) Valor residual garantido dos contratos de arrendamento mercantil, líquida de antecipações.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não existiam acordos ou compromissos de arrendamento mercantil que individualmente sejam considerados relevantes.

c) Carteira por Vencimento

	31/12/2023	31/12/2022
Vencidas	1.677	2.023
A Vencer:		
Até 3 Meses	367.989	323.634
De 3 a 12 Meses	906.369	816.395
Acima de 12 Meses	1.878.851	1.721.034
Total	**3.154.886**	**2.863.086**
Circulante	**1.274.358**	**1.140.029**
Não Circulante	**1.880.528**	**1.723.057**

d) Carteira por Setor de Atividades

	31/12/2023	31/12/2022
Setor Privado		
Indústria	490.271	443.160
Comércio	826.611	594.994
Instituições Financeiras	829	1.642
Serviços e Outros	1.731.759	1.741.872
Pessoas Físicas - Financiamento e Leasing de Veículos	74.934	51.065
Agricultura	30.215	29.767
Setor Público		
Governo Municipal	267	586
Total	**3.154.886**	**2.863.086**

e) Carteira de Arrendamento Mercantil e da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Créditos Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

					31/12/2023
Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Curso Normal	Curso Anormal [1]	Carteira Total	Provisão Requerida
AA	-	1.924.463	-	1.924.463	-
A	0,5%	918.802	-	918.802	4.594
B	1%	256.548	9.877	266.425	2.664
C	3%	16.344	10.278	26.622	799
D	10%	14.566	303	14.869	1.487
E	30%	1.086	127	1.213	364
F	50%	-	137	137	68
G	70%	95	813	908	636
H	100%	637	810	1.447	1.447
Total		**3.132.541**	**22.345**	**3.154.886**	**12.059**
Provisão Circulante					**4.886**
Provisão Não Circulante					**7.173**

					31/12/2022
Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Curso Normal	Curso Anormal [1]	Carteira Total	Provisão Requerida
AA	-	1.794.034	-	1.794.034	-
A	0,5%	582.449	-	582.449	2.912
B	1%	362.703	-	362.703	3.627
C	3%	96.548	2.657	99.205	2.976
D	10%	17.152	762	17.914	1.791
E	30%	199	55	254	76
F	50%	-	315	315	158
G	70%	-	214	214	150
H	100%	2.110	3.888	5.998	5.998
Total		**2.855.195**	**7.891**	**2.863.086**	**17.688**
Provisão Circulante					**6.763**
Provisão Não Circulante					**10.925**

(1) Inclui parcelas vincendas e vencidas há mais de 14 dias

f) Movimentação da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Saldo Inicial	**17.688**	**20.951**
Constituição (Reversão)	(1.643)	7.031
Baixas	(3.986)	(10.293)
Saldo Final	**12.059**	**17.689**
Créditos Recuperados [1]	**2.499**	**4.085**

(1) Registrados como receita da intermediação financeira na rubrica operações de arrendamento mercantil

g) Créditos Renegociados

	31/12/2023	31/12/2022
Créditos Renegociados	595	2.378
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(161)	(2.179)
Percentual de cobertura sobre a carteira de renegociação	27,1%	91,6%

8. Outros Ativos

	31/12/2023	31/12/2022
Devedores por Depósitos em Garantia		
Para Interposição de Recursos Fiscais	963.963	889.760
Para Interposição de Recursos Cíveis	31.518	27.642
Outros	734	1.600
Despesas Antecipadas	2.819	3.669
Rendas a Receber	136.000	73.103
Outros	137.081	127.631
Total	**1.272.115**	**1.123.405**
Circulante	**649.906**	**125.017**
Não Circulante	**622.209**	**998.388**

9. Ativos e Passivos Fiscais

a) Ativos Fiscais Correntes e Diferidos

	31/12/2023	31/12/2022
Ativos Fiscais Diferidos	593.867	825.161
Impostos a Recuperar - Imposto de Renda e Contribuição Social	426.949	356.259
Total	**1.020.816**	**1.181.420**
Não Circulante	**1.020.816**	**1.181.420**

a.1) Natureza e Origem dos Ativos Fiscais Diferidos

	Origens 31/12/2023	Origens 31/12/2022	Saldo em 31/12/2022	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2023
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	255.130	265.877	106.351	2.180	(6.479)	102.052
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	77	-	17	13	-	30
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	36.388	27.477	10.955	6.519	(2.917)	14.557
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	38.771	700.075	257.073	147.558	(389.243)	15.388
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos [1]	-	621.090	-	-	-	-
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e Hedge de Fluxo de Caixa	460.704	-	265.765	-	(68.629)	197.136
Outras Provisões Temporárias	37.896	39.510	12.979	2.614	(3.236)	12.357
Total dos Ativos Fiscais Diferidos sobre Diferenças Temporárias	**828.966**	**1.654.029**	**653.140**	**158.884**	**(470.504)**	**341.520**
Prejuízos Fiscais	959.002	35.426	172.021	80.326	-	252.347
Saldo dos Ativos Fiscais Diferidos	**1.787.968**	**1.689.455**	**825.161**	**239.210**	**(470.504)**	**593.867**

(1) Inclui crédito tributário de IRPJ, CSLL, PIS e Cofins.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Santander Leasing não possui ativos fiscais diferidos não ativados.

a.2) Expectativa de Realização dos Ativos Fiscais Diferidos

					31/12/2023
	Diferenças Temporárias			Prejuízos	
Ano	IRPJ	CSLL	PIS	Fiscais	Total
2024	55.270	33.601	5.356	134.930	229.157
2025	45.123	27.634	5.356	95.964	174.077
2026	44.843	27.466	5.356	-	77.665
2027	41.634	24.980	5.356	-	71.970
2028	7.987	4.792	-	-	12.779
2029 a 2033	4.229	2.537	-	21.453	28.219
Total	**199.086**	**121.010**	**21.424**	**252.347**	**593.867**

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos ativos fiscais diferidos não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

Com base na Resolução CMN nº 4.818/2020 e na Resolução BCB nº 2/2020, os ativos fiscais diferidos devem ser apresentados integralmente no longo prazo, para fins de balanço.

a.3) Valor Presente dos ativos Fiscais Diferidos

O valor presente total dos ativos fiscais diferidos é de R$504.631 (31/12/2022 - R$710.771) calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e a taxa média de captação projetada para os períodos correspondentes.

b) Passivos Fiscais Correntes e Diferidos

	31/12/2023	31/12/2022
Passivos Fiscais Diferidos	475.621	373.138
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	1.706	48.795
Impostos e Contribuições a Pagar [1]	723.586	7.549
Total	**1.200.913**	**429.482**
Circulante	**725.292**	**56.344**
Não Circulante	**475.621**	**373.138**

(1) Inclui a parcela equivalente a R$690.218, correspondente às ações judiciais de Pis e Cofins, referente ao questionamento da lei nº9.718/98, registrada em virtude da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o tema 372.

b.1) Natureza e Origem dos Passivos Fiscais Diferidos

	Origens 31/12/2023	Origens 31/12/2022	Saldo em 31/12/2022	Constituição	Saldo em 31/12/2023
Superveniência de Arrendamento Mercantil	1.752.121	1.342.188	335.547	102.483	438.030
Outros	93.977	93.976	37.591	-	37.591
Total	**1.846.098**	**1.436.164**	**373.138**	**102.483**	**475.621**

b.2) Expectativa de Exigibilidade dos Passivos Fiscais Diferidos

			31/12/2023
	Diferenças Temporárias		
Ano	IRPJ	CSLL	Total
2024	226.847	4.699	231.546
2025	226.846	4.699	231.545
2026	7.831	4.699	12.530
Total	**461.524**	**14.097**	**475.621**

c) Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro	**1.054.377**	**782.020**
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 15% (2022 - 25% e 16%), Respectivamente [1]	**(421.751)**	**(316.386)**
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	184.162	138.926
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	46.321	63.213
Juros sobre Capital Próprio	(120.000)	(125.260)
IRPJ e CSLL sobre Diferenças Temporárias e Prejuízo Fiscal de Exercícios Anteriores	10.272	2.047
Ajustes CSLL 1%	-	193
Demais Ajustes	(25.348)	23.271
Imposto de Renda e Contribuição Social	**(326.344)**	**(213.996)**

(1) Majoração da alíquota da CSLL, a partir de agosto de 2022 até 31 de dezembro de 2022.

d) Despesas tributárias

	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Atualização de Impostos e Contribuições [1]	-	38.862
Despesas com Cofins	24.835	18.726
Despesas com ISS	15.030	17.318
Despesas com PIS/Pasep	4.036	3.043
Outras	3.988	2
Total	**47.889**	**77.951**

(1) Inclui atualizações das provisões para o PIS e Cofins da lei 9.718/98. Em 31 de dezembro de 2023 foi reclassificada para outras receitas (despesas) operacionais.

10. Participações em Coligadas e Controladas

				31/12/2023
		Quantidade de Ações Possuídas (Mil)		
Investimento	Atividade	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Participação Direta
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. (Santander CCVM)	Corretora	33	33	0,000002%
Banco Bandepe S.A. (Bandepe) [1]	Banco	3.589	-	100,0000%
Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Santander DTVM)	Distribuidora	461	-	100,0000%

Investimento	Patrimônio Líquido Ajustado 31/12/2023	Lucro Líquido (Prejuízo) 01/01 a 31/12/2023	Lucro Líquido (Prejuízo) 01/01 a 31/12/2022	Valor dos Investimentos 31/12/2023	Valor dos Investimentos 31/12/2022
Santander CCVM	975.595	50.516	124.907	2	2
Bandepe	5.712.137	472.869	439.265	5.712.137	5.536.521
Santander DTVM	455.999	(12.436)	(95.000)	455.999	468.434
Total dos investimentos				**6.168.138**	**6.004.957**

Investimento	Resultado da Equivalência Patrimonial 01/01 a 31/12/2023	Resultado da Equivalência Patrimonial 01/01 a 31/12/2022
Bandepe	472.869	439.265
Santander DTVM	(12.463)	(95.000)
Total dos investimentos	**460.406**	**344.265**

11. Imobilizado de Uso

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, está composto, principalmente, por edificações e totalmente depreciado.

12. Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros

a) Depósitos

	Sem Vencimento	Acima de 12 meses	31/12/2023	31/12/2022
Depósitos à Vista	69	-	69	71
Depósitos Interfinanceiros (Nota 16.d)	-	522.311	522.311	-
Total	**69**	**522.311**	**522.380**	**71**
Circulante			**69**	**71**
Não Circulante			**522.311**	**-**

b) Recursos de Debêntures

Debêntures	Emissão	Vencimento	Quantidade	Valor de Emissão	Taxa de Juros (a.a.)	31/12/2023	31/12/2022
Debêntures	jan/15	jan/35	100.000.000	10.000.000	100,0% CDI	21.608.729	19.113.807
Debêntures	ago/06	ago/36	410.000	4.100.000	100,0% CDI	20.710.408	18.319.205
Debêntures	jun/07	jun/37	410.000	4.100.000	100,0% CDI	18.683.047	16.525.922
Debêntures [1]	jul/12	jul/32	500.000.000	5.000.000	100,0% CDI	10.797.371	9.550.718
Debêntures	jun/05	jun/35	150.000	1.500.000	100,0% CDI	9.166.838	8.108.444
Debêntures	mar/06	mar/36	150.000	1.500.000	100,0% CDI	8.052.237	7.122.534
Total						**89.018.630**	**78.740.630**
(-) Debêntures em Tesouraria							
Debêntures	jan/15	jan/35	99.982.824	9.998.282	100,0% CDI	(21.605.017)	(19.110.525)
Debêntures	ago/06	ago/36	409.260	4.092.600	100,0% CDI	(20.673.028)	(18.286.141)
Debêntures	jun/07	jun/37	406.379	4.063.790	100,0% CDI	(18.518.044)	(16.379.969)
Debêntures	jul/12	jul/32	399.504.270	3.995.043	100,0% CDI	(10.757.097)	(9.515.094)
Debêntures	jun/05	jun/35	147.409	1.474.090	100,0% CDI	(9.008.496)	(7.968.384)
Debêntures	mar/06	mar/36	149.818	1.498.180	100,0% CDI	(8.042.467)	(7.113.892)
Total em Circulação						**414.481**	**366.625**
Não Circulante						**414.481**	**366.625**

(1) A Santander Leasing realizou o cancelamento de 99.000.000 debêntures no valor de emissão de R$9.010.000.

c) Outros Passivos Financeiros

	31/12/2023	31/12/2022
Relações Interfinanceiras - Obrigações por Repasses (Nota 16.d)	15.466	23.343
Total	**15.466**	**23.343**
Circulante	**15.466**	**23.343**

13. Outros Passivos

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 14.b)	83.161	746.540
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 14.b)	26.240	13.254
Sociais e Estatutárias	41.498	32.517
Provisão para Pagamentos a Efetuar	1.815	1.107
Outras	4.174	5.420
Total	**156.888**	**798.838**
Circulante	**103.871**	**97.086**
Não Circulante	**53.017**	**701.752**

14. Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

a) Ativos Contingentes

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes (Nota 2.k)

b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 14.c)	83.161	746.540
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 14.c)	26.240	13.254
Total	**109.401**	**759.794**

c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	01/01 a 31/12/2023 Fiscais	01/01 a 31/12/2023 Trabalhistas	01/01 a 31/12/2023 Cíveis	01/01 a 31/12/2022 Fiscais	01/01 a 31/12/2022 Trabalhistas	01/01 a 31/12/2022 Cíveis
Saldo Inicial	**746.540**	**69**	**13.185**	**713.084**	**-**	**6.771**
Constituição Líquida de Reversão [1]	(645.922)	-	22.057	4.627	64	55.530
Atualização Monetária [2]	4.188	8	3.163	43.658	5	1.116
Baixas por Pagamento	(21.645)	-	(12.242)	(14.829)	-	(50.232)
Saldo Final	**83.161**	**77**	**26.163**	**746.540**	**69**	**13.185**
Depósitos em Garantia - Outros Créditos	650.536	-	10.965	603.909	-	3.100
Total dos Depósitos em Garantia [3]	**650.536**	**-**	**10.965**	**603.909**	**-**	**3.100**

(1) Em 2023, inclui a reversão da provisão para processos de Pis e Cofins referente ao questionamento da Lei nº9.718/98.

(2) Contabilizados em despesas tributárias, outras receitas e despesas operacionais.

(3) Referem-se aos valores de depósitos em garantias, limitados ao valor da provisão de contingência e não contemplam os depósitos em garantia, relativos as contingências possíveis e/ou remotas e depósitos recursais. Contabilizados em despesas tributárias, outras receitas e despesas operacionais.

d) Provisões Fiscais e Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis

A Santander Leasing é parte em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de êxito da Santander Leasing com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. A Santander Leasing tem por política provisionar integralmente o valor das ações cuja avaliação é de perda provável. As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas informações financeiras.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender obrigações legais e eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e administrativos conforme segue:

e) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscais e Previdenciárias

Os principais processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações legais, fiscais e previdenciárias, encontram-se descritos a seguir:

PIS e Cofins - A Santander Leasing ajuizou medida judicial visando a afastar a aplicação da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas, que, antes da referida norma, eram tributadas pelo PIS e Cofins apenas as receitas de prestação de serviços e de venda de mercadorias.

Em 2023, o STF decidiu o Tema 372 por meio de Repercussão Geral, e acolheu parcialmente o recurso da União Federal fixando a tese de que incide o PIS/Cofins sobre as receitas operacionais decorrentes das atividades típicas das instituições financeiras, de forma a a terem sido constituídas as respectivas obrigações de PIS e Cofins. Em 31 de dezembro de 2023, o montante envolvido é de R$ 712.975 (31/12/2022 - R$ 661.309). Vide nota 9.b.

f) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cível

São ações judiciais de caráter indenizatório e revisionais de crédito.

As ações de caráter indenizatório referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre protesto indevido, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito e outros assuntos.

As ações revisionais referem-se a operações de arrendamento mercantil, através das quais os clientes questionam cláusulas contratuais.

Nas ações cíveis relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base na média histórica dos pagamentos efetuados. As ações que não se enquadram no critério anterior são avaliadas individualmente, sendo as provisões constituídas com base na situação de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

g) Passivos Contingentes Fiscais e Previdenciárias, trabalhistas e Cíveis Classificadas como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, com risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente. As Ações com classificação de perda possível, de natureza tributária totalizaram em R$801.870 e as cíveis em R$283.

A Santander Leasing discute administrativamente e judicialmente junto a autoridades fiscais diversos tributos federais. Em 31 de dezembro de 2023, o valor era de aproximadamente R$263 milhões.

15. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é composto por 164.245 mil ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 6% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação. Tendo em vista que os dividendos a título de Juros sobre capital próprio excederam o valor mínimo obrigatório dos dividendos estatutários, não está sendo considerada a apropriação de qualquer dividendo adicional sobre o lucro líquido do exercício.

	Em Milhares de Reais	Reais por Ação Ordinária
2022		
Dividendos [1]	21.235	0,1293
2023		
Dividendos [2]	32.517	0,1979808
Dividendos [3]	1.000.000	6,0884654

(1) Em 03 de junho de 2022 foram pagos dividendos mínimos obrigatórios, provisionados em 31 de dezembro de 2021 e aprovados na Assembleia Geral e Ordinária de 29 de abril de 2022.

(2) Em março de 2023 foram pagos dividendos mínimos obrigatórios, provisionados em 31 de dezembro de 2022 e aprovados na Assembleia Geral e Ordinária (AGO) de 28 de abril de 2023.

(3) Em 09 de maio de 2023 foram pagos dividendos intercalares com base na reserva de equalização de dividendos e reserva para reforço de capital, cujo valor será imputado integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2023.

c) Reservas de Lucros

O lucro líquido apurado, após as deduções e provisões legais, terá a seguinte destinação:

Reserva Legal

De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja a 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Reservas Estatutárias

Do saldo remanescente do lucro líquido do exercício, será destinado 50% para reforço de capital de giro e 50% para equalização de dividendos com a finalidade de garantir os meios financeiros para as operações da Santander Leasing e a continuidade da distribuição de dividendos, podendo ser utilizadas para futuros aumentos de capital. Ambas reservas, juntamente com a reserva legal, estão limitadas a 100% do capital social.

16. Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

Na AGO da Santander Leasing realizada em 28 de abril de 2023, foi aprovado o montante global anual da remuneração dos administradores para o ano de 2023, no valor máximo de R$10. A Santander Leasing é parte integrante do Conglomerado Santander e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Santander, seu controlador. A Santander Leasing não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não foram registradas despesas com honorários para a Diretoria, Conselho de Administração e Planos de Aposentadoria Complementar.

b) Operações de Crédito

A Santander Leasing pode efetuar transações com partes relacionadas, alinhadas com a legislação vigente no que tangem os artigos 6º e 7º da Resolução 4.693/18 CMN, o artigo 34 da Lei 6.404/76 "Lei das Sociedades Anônimas" e a Política para Transações com Partes Relacionadas do Banco Santander, seu controlador, publicada na página de Relações com Investidores.

São consideradas partes relacionadas da Santander Leasing:

• seus controladores, pessoas naturais ou jurídicas, nos termos do art. 116 da Lei das Sociedades Anônimas;

• seus diretores e membros de órgãos estatutários ou contratuais;

• em relação às pessoas mencionadas nos incisos (i) e (ii), seu cônjuge, companheiro e parentes, consanguíneos ou afins, até o segundo grau;

• pessoas naturais com participação societária qualificada em seu capital;

• pessoas jurídicas em cujo capital, direta ou indiretamente, a Santander Leasing possua participação societária qualificada;

• pessoas jurídicas nas quais a Santander Leasing possua controle operacional efetivo ou preponderância nas deliberações, independentemente da participação societária; e

• pessoas jurídicas que possuam diretor ou membro do conselho de administração em comum com a Santander Leasing.

c) Participação Acionária

A Santander Leasing é controlada pelo Banco Santander que possui participação acionária direta de 164.245 mil ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, todas de domiciliados no país, equivalentes a 100% do capital social.

d) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

As principais transações e saldos são conforme segue:

	Ativos (Passivos) 31/12/2023	Ativos (Passivos) 31/12/2022	Receitas (Despesas) 01/01 a 31/12/2023	Receitas (Despesas) 01/01 a 31/12/2022
Disponibilidades (Nota 4)	**13.657**	**8.382**	**-**	**-**
Banco Santander [1]	13.657	8.382	-	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 5)	**200.378**	**437.313**	**39.633**	**51.456**
Banco Santander [1]	200.378	437.313	39.633	51.456
Dividendos e Bonificações a Receber	**136.000**	**73.100**	**-**	**-**
Banco Bandepe [2]	136.000	73.100	-	-
Rendas a Receber	**-**	**3**	**-**	**-**
Banco Santander [1]	-	3	-	-
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	**79.374**	**79.387**	**-**	**-**
Banco Santander [1]	79.374	79.387	-	-
Depósitos Interfinanceiros (Nota 12.a)	**(522.311)**	**-**	**(42.312)**	**(21.622)**
Banco Santander [1]	(522.311)	-	(42.312)	(21.622)
Recursos de Debêntures (Nota 12.b)	**(414.481)**	**(366.625)**	**(47.855)**	**(40.423)**
Banco Santander [1]	(414.481)	(366.625)	(47.855)	(40.423)
Relações Interfinanceiras (Nota 12.c)	**(15.466)**	**(23.343)**	**(1.289)**	**(3.342)**
Banco Santander [1]	(15.466)	(23.343)	(1.289)	(3.342)
Dividendos e Bonificações a Pagar	**(41.498)**	**(32.517)**	**-**	**-**
Banco Santander [1]	(41.498)	(32.517)	-	-
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas [3] (Nota 17)	**-**	**-**	**(274)**	**(354)**
Banco Santander [1]	-	-	(274)	(354)

(1) Controlador da Santander Leasing (Nota 16.c).

(2) Controlada da Santander Leasing.

(3) Referem-se a despesas administrativas - convênio operacional (Nota 17).

17. Outras Despesas Administrativas

	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Serviços do Sistema Financeiro	2.983	2.696
Serviços Técnicos Especializados e Terceiros	3.733	3.048
Convênio Operacional Banco Santander (Nota 16.d)	274	354
Seguros	1.532	1.218
Propaganda e Publicidade	584	261
Doações	156	84
Custas Judiciais	243	655
Outras	223	269
Total	**9.728**	**8.585**

18. Outras Receitas (Despesas) Operacionais

	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Atualizações Monetárias		
Atualização de Depósitos Judiciais	74.463	81.383
Atualização de Impostos a Compensar	32.211	37.139
Outras Despesas de Atualização Monetária	(6.039)	(5.917)
Comissões		-
Comissão de Permanência sobre Contratos em Atraso	1.340	1.163
Comissões de Fiança	(81)	(219)
Provisão para Contingências (Líquidas de Reversão)	(37.443)	(13.038)
Recuperação de encargos e Despesas	1.123	56.053
Reversão de Provisões Operacionais	25.902	1.243
Receita de Financiamentos Indexados a Variação Cambial	1.973	1.922
Atualização/Estorno de Recuperação de Depósito Judicial	(1.868)	(1.789)
PIS e COFINS (Lei nº 9.718/98) [1] [2]	(51.667)	-
Gravame e Recadastramento no Detran	(1.121)	(1.354)
Gastos com Contratos em Atraso	(446)	(457)
Precatório Judicial Fiscal	11.216	514
Outras	(1.497)	10.488
Total	**48.066**	**119.948**

(1) Reversão de Provisão Pis e Cofins (Lei nº9.718/98), vide nota explicativa nº14.e

(2) Em 31 de dezembro de 2023 foi reclassificado de despesas tributárias as despesas e atualizações das provisões para o PIS e Cofins da lei 9.718/98.

19. Resultado não Operacional

Representado, principalmente, por resultados na alienação em leilões de bens retomados e quitação antecipada pelo arrendatário em prazo inferior a 24 meses do início do contrato de arrendamento.

20. Outras Informações

Comitê de auditoria

Em consonância à Resolução do CMN nº 4.910/2021, a Santander Leasing aderiu ao comitê de auditoria único, por intermédio da instituição líder, Banco Santander. As instituições integrantes do Conglomerado Financeiro Santander optaram pela constituição de estrutura única de gerenciamento de risco de crédito, que opera de acordo com a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios.

Resultados recorrentes/não recorrentes

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não houve resultados não recorrentes.

Continua...

...Continuação

Santander

Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil

CNPJ nº 47.193.149/0001-06

ADMINISTRAÇÃO

Diretoria

Diretor Presidente	**Diretor**	**Diretor**	**Diretor**
Paulo Sérgio Duailib	Antonio Pardo Santayana Montes	Franco Raul Rizza	Reginaldo Antonio Ribeiro

Contador
Camila Cruz Oliveira de Souza - CRC Nº 1SP – 256989/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das controladas para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Instituição. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essas investidas e, consequentemente, pela opinião de auditoria da Instituição.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2024

pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Paulo Rodrigo Pecht
Contador CRC 1SP213429/O-7

Demonstrações Financeiras

SANTANDER DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

CNPJ nº 03.502.968/0001-04

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras da Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Santander DTVM"), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes. **Patrimônio Líquido e Resultado:** Em 31 de dezembro de 2023, o patrimônio líquido atingiu o montante de R$ 457.843 (31/12/2022 - R$ 468.434). O resultado apresentado no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi prejuízo no valor de R$ 10.592 (31/12/2022 - Prejuízo de R$ 95.027). **Ativos e Passivos:** Em 31 de dezembro de 2023, os ativos totais atingiram o valor de R$ 464.786 (31/12/2022 - R$ 490.454). Desse montante, destacamos R$ 370.000 (31/12/2022 - R$ 428.669), que são representados por investimentos em controladas (TORO CTVM e TORO Investimentos). **Outras Informações:** A política de atuação da Santander DTVM na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco Santander. Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários 162/2022, a Santander DTVM informa que no exercício findo de 31 de dezembro de 2023, não foram prestados pela PricewaterhouseCoopers e outras firmas-membro outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria independente. Ademais, a Santander DTVM confirma que a PricewaterhouseCoopers representa a sua administração que dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria externa. Referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor, acima mencionados. Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

São Paulo, 26 de março de 2024

Os Administradores

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	NOTA	31/12/2023	31/12/2022
Ativo Circulante		**92.208**	**32.239**
Disponibilidades	4 & 12 c	**86**	**81**
Títulos e Valores Mobiliários		**70.675**	**17.953**
Títulos e Valores Mobiliários	5 & 12 c	70.675	17.953
Outros Ativos		**21.447**	**14.204**
Rendas a Receber	6	15.303	8.866
Negociação e Intermediação de Valores	6	6.003	5.299
Diversos	6	141	39
Ativo Realizável a longo prazo		**372.578**	**458.215**
Outros Ativos		**2.578**	**29.546**
Depósitos Judiciais	6	2.578	29.546
Permanente		**370.000**	**428.669**
Investimentos	7	**370.000**	**428.669**
Participações em Controladas		218.748	224.473
Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas		305.936	305.936
(Amortização de Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas)		(154.684)	(101.740)
Total do Ativo		**464.786**	**490.454**

	NOTA	31/12/2023	31/12/2022
Passivo Circulante		**5.706**	**1.156**
Outras obrigações		**3.665**	**842**
Diversas	9 a	3.665	842
Obrigações Fiscais e Previdenciárias		**2.041**	**314**
Fiscais e previdenciárias	8	2.041	314
Passivo Exigível a Longo Prazo		**1.237**	**20.864**
Outras obrigações		**919**	**720**
Diversas	9 a	919	720
Obrigações Fiscais e Previdenciárias		**318**	**20.144**
Fiscais e previdenciárias	8 & 10 c	318	20.144
Patrimônio Líquido		**457.843**	**468.434**
Capital Social			
De Domiciliados no País	11 a	574.409	574.409
Reservas de Lucros		13.141	13.141
Prejuízos Acumulados		(94.370)	(83.778)
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	7 & 11 d	(35.337)	(35.337)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**464.786**	**490.454**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

			Reservas de Lucros				
	Nota	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**441.010**	**13.141**	**11.249**	**-**	**-**	**465.401**
Aumento de Capital	11 a	133.399	-	-	-	-	133.399
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	8 & 11 d	-	-	-	(35.337)	-	(35.337)
Prejuízo do Exercício		-	-	-	-	(95.027)	(95.027)
Reserva Estatutária	11 c	-	-	(11.249)	-	11.249	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**574.409**	**13.141**	**-**	**(35.337)**	**(83.778)**	**468.435**
Mutações no Exercício		**133.399**	**-**	**(11.249)**	**(35.337)**	**(83.778)**	**3.035**
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**574.409**	**13.141**	**-**	**(35.337)**	**(83.778)**	**468.435**
Prejuízo líquido		-	-	-	-	(10.592)	**(10.592)**
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**574.409**	**13.141**	**-**	**(35.337)**	**(94.370)**	**457.843**
Mutações no Exercício		**-**	**-**	**-**	**-**	**(10.592)**	**(10.592)**
Saldos em 30 de junho de 2023		**574.409**	**13.141**	**-**	**(35.337)**	**(87.658)**	**464.555**
Prejuízo do Semestre		-	-	-	-	(6.712)	(6.712)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**574.409**	**13.141**	**-**	**(35.337)**	**(94.370)**	**457.843**
Mutações no Semestre		**-**	**-**	**-**	**-**	**(6.712)**	**(6.712)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	NOTA	01/07 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Rendas da Intermediação Financeira		**3.659**	**5.389**	**2.302**
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	12 c	3.659	5.389	2.302
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		**3.659**	**5.389**	**2.302**
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		**(3.002)**	**(5.428)**	**(91.136)**
Receitas de Prestação de Serviços	13	52.732	90.463	4.377
Despesas com Pessoal	14	(764)	(1.520)	(1.779)
Participações de funcionários		(27)	(112)	-
Outras Despesas Administrativas	15	(20.813)	(31.189)	(26.626)
Despesas Tributárias		(3.697)	(6.355)	(605)
Resultado de Participações em Controladas	7	(4.420)	(5.725)	8.615
Amortização de Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas	7	(26.472)	(52.944)	(81.344)
Outras Receitas Operacionais	16	459	1.954	6.226
Resultado Operacional		**657**	**(39)**	**(88.835)**
Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro		**657**	**(39)**	**(88.835)**
Imposto de Renda e Contribuição Social		**(7.369)**	**(10.553)**	**(6.192)**
Ativo (Passivo) Fiscal Diferido	17	-	-	(6.192)
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	17	(7.369)	(10.553)	-
Prejuízo do Semestre/Exercício		**(6.712)**	**(10.592)**	**(95.027)**
Nº de Ações (Mil)	11 a	461.420	461.420	461.420
Prejuízo por lote de mil ações - em R$		(14,55)	(22,96)	(205,94)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	01/07 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Resultado Líquido do Semestre/Exercício	**(6.712)**	**(10.592)**	**(95.027)**
(+/-) Outros Resultados Abrangentes do Semestre/Exercício	-	-	-
Resultado Abrangente do Semestre/Exercício	**(6.712)**	**(10.592)**	**(95.027)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	NOTA	01/07 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Atividades Operacionais				
Prejuízo no Exercício		**(6.712)**	**(10.592)**	**(95.027)**
Ajustes ao Prejuízo		**48.942**	**58.351**	**90.485**
Imposto de Renda e Contribuições Sociais Diferidos	17	-	-	6.192
Depreciações e Amortizações	15	-	-	660
Perda do Valor Recuperável de Ativos	15	-	-	10.736
Amortização de Ágio sobre Investimento	7	26.472	52.944	81.344
Provisão para Processos Judiciais	10 c	18.481	1.589	2.765
Resultado de Participação em Controlada	7	4.420	5.725	(8.615)
Atualização de Depósitos Judiciais	16	(431)	(1.907)	(2.597)
Variações em Ativos e Passivos		**(42.223)**	**(47.754)**	**(26.168)**
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários		(22.930)	(52.722)	(17.900)
Redução (Aumento) em Outros Créditos		3.286	21.633	1.292
Aumento (Redução) em Outros Valores e Bens		-	-	1.046
Aumento (Redução) em Outras Obrigações		(22.579)	(16.665)	(10.606)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais		**7**	**5**	**(30.710)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Baixa de Imobilizado		-	-	155
Aquisição (Alienação) de Intangível		-	-	5.438
Aquisição de Participação em Controlada		-	-	(216.773)
Caixa Líquido Aplicado em Atividades de Investimento		**-**	**-**	**(211.180)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Aumento de Capital		-	-	133.399
Caixa líquido gerado de / (aplicado em) atividades de financiamento		**-**	**-**	**133.399**
Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa		**7**	**5**	**(108.491)**
Equivalentes de Caixa no Início do Semestre/Exercício	4	79	81	108.572
Equivalentes de Caixa no Fim do Semestre/Exercício	4	86	86	81
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa		**7**	**5**	**(108.491)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Santander DTVM"), controlada pela Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing), atua no mercado de administração de títulos e valores mobiliários, regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (BACEN). O conglomerado Santander é responsável pela prestação de serviços relacionados à gestão e controle operacional das operações das negociações de títulos e valores mobiliários realizadas através da instituição. A partir do ano de 2022 a instituição passou a administrar parte dos fundos de investimentos que anteriormente eram administrados pelo Banco Santander. Durante o exercício de 2023 a quantidade de fundos administrados totalizou 556 fundos. As operações da instituição são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, lideradas pelo Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander). Os benefícios e custos correspondentes dos serviços prestados são absorvidos entre elas, são realizados no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Apresentação das Demonstrações Financeiras: As demonstrações financeiras da Santander DTVM, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do CMN, do BACEN e demais diretrizes previstas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas. As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Santander DTVM. A Diretoria Executiva autorizou a emissão das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, na reunião realizada em 26 de março de 2024. b) Novas normas emitidas com vigência futura: A Resolução CMN n 4.966/2021, estabelece os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), harmonizando os critérios contábeis do COSIF para os requerimentos da norma internacional IFRS 9 a partir de 1 de janeiro de 2025. Dentre as principais mudanças está a classificação de instrumentos financeiros, reconhecimento de juros em caso de atraso, cálculo da taxa efetiva contratual, baixa a prejuízo e reconhecimento da provisão com problemas de crédito. A Lei nº 14.467/2022 alterou o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das Instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo BACEN. A principal alteração está na dedução das perdas incorridas na determinação do Lucro Real e da base de cálculo da CSLL. Esta lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025. A adoção da Resolução CMN n 4.966/2021, da Lei nº 14.467/2022 e de outros normativos que são correlacionados, inclusive a reformulação do elenco de contas do COSIF pela Santander DTVM, estão contidas no Plano de Implementação do Conglomerado Santander. O Plano de Implementação dos referidos normativos no Conglomerado Santander está segregado em três pilares: (i) Organização e Governança: Fóruns e Comitês compostos por diversos níveis hierárquicos dedicados a definição e acompanhamento da implementação; (ii) Processos e Sistemas: Mapeamento dos impactos e implementação das mudanças nos processos e sistemas; e (iii) Modelos e Critérios: Revisão e atualização dos modelos e critérios utilizados nas estimativas contábeis. O cronograma do Plano de Implementação está em andamento, sendo que ainda depende de normas acessórias a serem emitidas pelo BACEN para implementação total. Os impactos nas Demonstrações Financeiras serão divulgados de forma oportuna após a definição completa do arcabouço regulatório. A Resolução CMN n 4.975/2021, estabelece a observância ao Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) - Arrendamentos, no reconhecimento, na mensuração, na apresentação e na divulgação de operações de arrendamento mercantil a partir de 1 de janeiro de 2025. O Bandepe está avaliando os impactos e alterações necessárias para atendimento desta norma. A Instrução Normativa BCB n 319/2022 revoga a partir de 1 de janeiro de 2023 a Carta-Circular n 3.429/2010, que estabelecia regras para o registro contábil de obrigações tributárias em discussão judicial, trazendo convergência à norma internacional IAS 37, cujo correspondente no Brasil é o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. A Santander DTVM está avaliando os impactos desta normativa. c) Moeda Funcional e de Apresentação: As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional. As transações em moeda estrangeira, no seu reconhecimento inicial, são convertidas utilizando a taxa de câmbio na data da transação. As variações cambiais sobre estas transações e sobre a conversão dos ativos e passivos em moeda estrangeira para a moeda funcional, são reconhecidas na Demonstração de Resultado. As variações cambiais relacionadas a Hedge de Fluxo de Caixa são reconhecidas no Patrimônio Líquido.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a) Caixa e Equivalentes de Caixa: Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa correspondem aos saldos de aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias. **b) Aplicações interfinanceiras de liquidez, depósitos interfinanceiros e a prazo:** As operações prefixadas são registradas pelo valor futuro, retificado pela conta de rendas/despesas a apropriar, e as operações pós-fixadas pelo valor atualizado, ambas em base "pro rata" dia até a data das demonstrações financeiras. **c) Títulos e Valores Mobiliários:** A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis: I - títulos para negociação; II - títulos disponíveis para venda; e III - títulos mantidos até o vencimento. Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade da Instituição de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida: (1) da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; (2) da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período. Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia. As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidos no resultado do período. **d) Outros ativos e passivos circulantes e de longo prazo:** São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos e encargos incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia, e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização. Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. **e) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo:** São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização. Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular Bacen 3.068/2001. **f) Permanente:** Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos: **f.1) Investimentos:** Os investimentos em sociedades coligadas e controladas são inicialmente reconhecidos pelo seu valor de aquisição, e posteriormente avaliados pelo método de equivalência patrimonial e os resultados apurados são reconhecidos em resultado de participações em coligadas e controladas. Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor recuperável, quando aplicável. A mudança no escopo de consolidação consiste na alienação, aquisição ou mudança de controle de determinado investimento. A resolução CMN n 4.817/2020 que trata sobre critérios para mensuração e reconhecimento contábeis de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, a principal alteração que trazida é a extinção do Cosif "Ações e cotas" do grupo de investimentos, passando estes a serem tratados como títulos e valores mobiliários, a resolução passa a vigorar em janeiro de 2022 e a Santander DTVM S.A segue avaliando impactos e alterações necessárias, não havendo expectativa de impactos materiais por essa alteração. **f.2) Imobilizado de Uso:** A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4%, instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de segurança e comunicações - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação. **f.3) Ativo Intangível - ágio:** O ágio na aquisição é amortizado em até **10 anos**, observada a expectativa de resultados futuros e está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda de seu valor. Os direitos por aquisição de folhas de pagamento são contabilizados pelos valores pagos na aquisição de direitos de prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, vencimentos e similares, e amortizados de acordo com a vigência dos respectivos contratos. Os gastos de aquisição e desenvolvimento de software são amortizados pelo método linear com base em taxas que contemplam a vida útil estimada considerando os benefícios econômicos futuros a serem gerados, prazo máximo de **5 anos**. **g) Ativos e Passivos Fiscais Correntes e Diferidos:** A Resolução CMN nº 4.842, de 30 de julho de 2020 consolidou os critérios gerais para mensuração e reconhecimento de ativos e passivos fiscais, correntes e diferidos, pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen e a Resolução BCB nº 15, de 17 de setembro de 2020 (revogou as Circulares Bacen nº 3.776/2015 e nº 3.174/2003), consolidou os procedimentos a serem observados pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen na constituição ou baixa do ativo fiscal diferido e na divulgação de informações sobre ativos ou passivos fiscais diferidos em notas explicativas. **h) Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes - Fiscais e Previdenciárias:** A Santander DTVM é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões são reavaliadas em cada data de balanço para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser totais ou parcialmente revertidas ou reduzidas quando deixam de ser prováveis as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros. As provisões judiciais e administrativas são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e com base nas melhores informações disponíveis. Para as provisões cujo risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas e para as provisões cujo risco de perda é remota não é requerida divulgação. Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras. No caso de trânsitos em julgado favoráveis a Santander DTVM, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas. **i) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins):** O PIS (0,65%) e a Cofins (4,00%) são calculados pelo regime cumulativo e são calculadas sob determinadas receitas. Para as instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e da Cofins são registradas em despesas tributárias. **j) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL):** O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real anual excedente a R$240 no exercício, e a CSLL à alíquota de 15%, para instituições financeiras, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal. Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e/ou a liquidação do passivo. De acordo com o disposto na regulamentação vigente os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base a geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na nota 7.a, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico. **k) Juros sobre Capital Próprio:** Publicada em 19 de dezembro de 2018, com vigência a partir de 1 de janeiro de 2019, a Resolução CMN nº 4.706 tem aplicação prospectiva e determina procedimentos para o registro contábil de remuneração do capital. A norma determina que os juros sobre capital próprio devem ser reconhecidos a partir do momento que sejam declarados ou propostos e assim configurem obrigação presente na data do balanço e, em cumprindo esta determinação, esta remuneração de capital deve ser registrada em conta específica no passivo. **l) Receitas de prestação de serviços:** São reconhecidas quando a Santander DTVM presta o serviço aos clientes. Para o reconhecimento destas receitas, a Santander DTVM aplica o modelo de 5 passos atendendo o CPC 47, conforme determinado pela Resolução CMN n 4.924/2021: I) Identificar o(s) contrato(s) com um cliente; II) Identificar as obrigações de desempenho; III) Determinar o preço da transação; IV) Alocar o preço de transação às obrigações de desempenho no contrato; e V) Reconhecer a receita quando, ou à medida que, a entidade satisfazer uma obrigação de desempenho. **m) Resultados Recorrentes/Não Recorrentes:** A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não corrente do exercício aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na nota explicativa 18.d. **n) Apuração do Resultado:** O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço. **o) Estimativas Contábeis:** As estimativas contábeis e premissas utilizadas pela administração para a preparação das informações financeiras são revisadas pelo menos trimestralmente, sendo apresentadas a seguir as principais estimativas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício quando comparados com os montantes reais, tais como: valor residual da provisão para contingências, valorização a mercado de títulos e valores mobiliários. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva. **p) Eventos Subsequentes:** Corresponde ao evento ocorrido entre a data-base das demonstrações financeiras e a data na qual foi autorizada a emissão dessas demonstrações e são compostos por: • Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e • Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os saldos correspondentes às disponibilidades.

	31/12/2023	31/12/2022
Disponibilidades	86	81
Total	**86**	**81**

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Composição por vencimento

Categoria disponível para venda

Descrição	Nível	31/12/2023	31/12/2022
Santander FI SBAC Renda Fixa Referenciado DI - Sem vencimento	2	70.622	17.900
Santander Renda Curto Prazo Max - Sem vencimento	2	53	53
Total		**70.675**	**17.953**

Hierarquia do valor justo: Os instrumentos financeiros são mensurados segundo a hierarquia do valor justo nos níveis: • 1 - Preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Incluem títulos públicos, ações de empresas listadas, posições compradas/vendidas, futuros e cotas de fundos de investimentos com liquidez imediata. • 2 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável. Incluem derivativos de balcão e cotas de fundos de investimentos sem liquidez imediata. • 3 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

6. OUTROS ATIVOS

	31/12/2023	31/12/2022
Taxas de administração a receber [1]	9.720	2.323
Saldo a receber de partes relacionadas [2]	5.583	6.543
Negociação e intermediação de valores [3]	6.003	5.299
Diversos	141	39
Depósitos Judiciais [4]	2.578	29.546
Total	**24.025**	**43.750**

(1) Referem-se a receita com taxa de administração de fundos que a Instituição tem a receber. Com o aumento da quantidade de fundos na carteira da Santander DTVM, os valores da receita tendem a aumentar. (2) Refere-se ao Programa Partnership da Toro, onde foi realizada a venda de 0,48% das ações que a Santander DTVM detinha na Toro CTVM para a Toro Investimentos. Em janeiro de 2024 recebemos 100% do valor. (3) Os valores em Negociação e Intermediação de valores se referem a depósitos em garantia para operar na bolsa como participante de negociação pleno e membro para compensação. (4) No primeiro semestre de 2023 recebemos recurso referente ao processo judicial do ISS, conforme mencionado na nota 10. O processo encontra-se em trânsito em julgado com parecer favorável para a Instituição. Do valor total de depósito R$ 30.350, a Instituição recebeu o montante de R$ 18.222 e o restante R$ 12.128 foi destinado à Prefeitura de São Paulo.

7. PARTICIPAÇÕES DE CONTROLADAS

Em 04 de janeiro de 2022, a Santander DTVM adquiriu participação de 2,15% na Toro Investimentos. Por se tratar de aquisição de Instituição pertencente ao mesmo grupo econômico, foi registrado um ágio sobre a transação, registrado como outras reservas de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido. Em 09 de dezembro de 2022, a Santander DTVM e a Toro CTVM celebraram junto a Toro Participações S.A. o contrato de compra e venda de ações, pelo qual a Santander DTVM vendeu à Toro Participações o correspondente a 0,48% das ações detidas na Toro CTVM, de modo a haver a alteração de 63% a 62,51% da participação societária. Em 31 de dezembro de 2022, após os aumentos de participações, a Santander DTVM passou a ter 14,78% de participação societária sobre a Toro Investimentos e 63% de participação societária sobre a Toro CTVM.

Composição do Investimento:

	Patrimônio Líquido Ajustado	Prejuízo Líquido	Valor dos Investimentos		Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial		Resultado da Equivalência Patrimonial	
	31/12/2023	01/01 a 31/12/2023	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Controladas da Santander DTVM								
Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A	298.80 7	(8.717)	186.799	192.90 9	-	-	(6.109)	4.650
Toro Investimentos S.A	216.218	4.157	31.949	31.564	-	-	384	(1.314)
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial (Toro CTVM)	-	-	-	-	(43.431)	(43.431)	-	-
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial (Toro Investimentos)					78.768	78.768		
SubTotal	**515.025**	**(4.560)**	**218.748**	**224.473**	**35.337**	**35.337**	**(5.725)**	**3.336**
Ganho/Perda de Capital (Toro CTVM)								5.279
Total	**515.025**	**(4.560)**	**218.748**	**224.473**	**35.337**	**35.337**	**(5.725)**	**8.615**
Relacionamento com Clientes	-	-	13.500	13.500	-	-	-	-
Acordo não-concorrência	-	-	6.660	6.660	-	-	-	-
Marca	-	-	21.720	21.720	-	-	-	-
Acervo Educacional	-	-	8.400	8.400	-	-	-	-
Tecnologia Step-up	-	-	94.887	94.887	-	-	-	-
Goodwill	-	-	160 .769	160 .769	-	-	-	-
(Amortização de Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas)	-	-	(154.684)	(101.740)	-	-	-	-
Total Geral	**515.025**	**(4.560)**	**370.000**	**428.669**	**35.337**	**35.337**	**(5.725)**	**8.615**

(1) Na nota explicativa 11.d foram adicionados os detalhes sobre o que se referem os Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial.

8. FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

As obrigações fiscais e previdenciárias compreendem os impostos e contribuições a recolher.

	31/12/2023	31/12/2022
Tributos sobre Receita	1.797	174
Tributos Retidos de Terceiros	91	7
Provisão de 13, Férias, Bônus e Encargos Sociais	153	134
Provisão ISS	-	17.094
Outros	318	3.049
Total	**2.359**	**20.458**

9. OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Outras Obrigações - Diversas

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão para Processos Judiciais Administrativos - Cíveis (nota 10.b)	302	350
Provisão para Processos Judiciais trabalhistas (nota 10.b)	617	370
Contas e Despesas a Pagar [1]	3.665	842
Total	**4.584**	**1.562**

(1) Refere-se substancialmente a despesa com serviços de controladoria dos fundos de investimentos.

10. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES, ATIVOS CONTINGENTES - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos Contingentes: Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes (Nota 3.h). **b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos por Natureza**

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão para Riscos Fiscais	318	20.144
Provisão para Processos Cíveis	302	350
Provisão para Processos Trabalhistas	617	370
Total	**1.237**	**20.864**

c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	31/12/2023			31/12/2022		
	Fiscais	Cíveis	Trabalhista	Fiscais	Cíveis	Trabalhista
Saldo Inicial	**20.144**	**350**	**370**	**17.259**	**508**	**332**
Constituição Líquida de Reversão [1]	3.206	31	231	98	14	-
Atualização	1.509	35	45	2.796	53	38
Baixa [3]	(24.541)	(114)	(29)	(10)	(225)	-
Saldo Final	**318**	**302**	**617**	**20.144**	**350**	**370**
Depósitos em Garantia - Outros Créditos	2.578	-	-	29.546	-	-
Total dos Depósitos em Garantia [2]	**2.578**	**-**	**-**	**29.546**	**-**	**-**

(1) Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em despesas tributárias, outras receitas e despesas operacionais. (2) Referem-se aos valores de depósitos em garantia e não contemplam os depósitos em garantia relativos as contingências possíveis e/ou remotas e depósitos recursais. (3) No primeiro semestre de 2023 ocorreu levantamento parcialmente favorável, após decisão transitada em julgado referente ao processo de ISS incidente sobre operações de arrendamento mercantil. Com a decisão em trânsito em julgado, o valor provisionado foi 100% baixado nesse primeiro semestre de 2023.

d) Passivos Contingentes Fiscais e Previdenciárias e Cíveis Classificadas como Risco de Perda Possível: São processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente. As ações com classificação de perda possível, de natureza cíveis, totalizaram em R$ 1.705 (31/12/2022 - R$ 2.198). As ações com classificação de perda possível, de natureza fiscal, totalizaram em R$ 23.997 (31/12/2022 - R$ 27.378), correspondentes a honorários advocatícios. O valor de 2022 referia-se substancialmente ao processo de ISS que está em trânsito em julgado com parecer favorável à Santander DTVM. O valor foi baixado em junho de 2023. As ações com classificação de perda possível, de natureza trabalhista, totalizam em R$ 0 (31/12/2022 - R$ 177) Não existem ações com classificação de perda possível, de natureza revisional no período. **e) Fiscais e Previdenciárias:** Os processos judiciais e administrativos relacionados as obrigações legais, fiscais e previdenciárias, estão descritos a seguir: Imposto sobre Serviços (ISS) - Consignatória - Operações de Leasing - a Santander DTVM, ajuizou medida judicial contra diversos Municípios visando obter a definição do Município competente para fiscalização e cobrança do Imposto sobre Serviços incidente sobre operações de arrendamento mercantil. O pleito foi julgado procedente para reconhecer a competência do Município de São Paulo.

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social: Em 31 de dezembro de 2023, o capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 574.409, representado por 461.420 ações ordinárias nominativas (R$ 574.409 representado por 461.420 ações, ordinárias nominativas em 31 de dezembro de 2022). **b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio:** Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 5% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação. Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 não foram destinados juros sobre o capital próprio e dividendos mínimos obrigatórios, a serem distribuídos aos acionistas. **c) Reservas:** Conforme estabelecido no contrato social, do saldo do lucro líquido apurado poderão ser deliberadas a formação de Reservas para Reforço do Capital de Giro e para Equalização de Dividendos. **Reserva Legal:** De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal, até que ela atinja a 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. **Reserva Estatutária:** As reservas estatutárias são constituídas por determinação do estatuto da instituição, como destinação de uma parcela dos lucros do exercício, e não podem restringir o pagamento do dividendo mínimo obrigatório. **d) Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial:** No segundo semestre de 2022, foi concluído o laudo de avaliação para alocação do preço de compra da Toro CTVM, sendo identificado nessa movimentação societária um ágio de R$ 35.337, porém por se tratar de empresas que já pertenciam ao Grupo Econômico da Santander DTVM, esse valor foi registrado em patrimônio líquido.

12. PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração de Pessoal-Chave da administração: Nos períodos de 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 não houve remuneração de pessoal-chave da administração. **b) Participação Acionária:** A Santander DTVM é controlada pela Santander Leasing que possui participação acionária direta de 461.420 mil ações ordinárias equivalentes a 100 % do capital social. **c) Transações com Partes Relacionadas:** As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens. As principais transações são as seguintes:

	NOTA	31/12/2023 Ativos (Passivos)	01/01 a 31/12/2023 Receitas (Despesas)	31/12/2022 Ativos (Passivos)	01/01 a 31/12/2022 Receitas (Despesas)
Disponibilidades		**86**	**-**	**81**	**-**
Banco Santander (Brasil) S.A.[1]	4	86	-	81	-
Títulos e Valores Mobiliários		**70.675**	**5.389**	**17.953**	**1.899**
Santander FI SBAC Renda FIXA Referenciado DI[3]	5	70.622	5.383	17.900	1.894
Santander Renda FIXA Curto Prazo Max[3]	5	53	6	53	5
Outros Valores a Receber de Partes Relacionadas		**6.655**	**14.583**	**6.543**	**4.377**
Valores a receber - Programa Partnership[2]		5.583	**-**	6.543	**4.377**
Administração de fundos (Fundos tesouraria) [3]		1.073	14.583	-	-

(1) Banco Santander detém 100% de participação na instituição - Controladora. (2) Valores a receber da Toro - Investida (3) Fundos administrados pela instituição.

13. RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

No ano de 2023 a Santander DTVM iniciou os serviços de gestão de fundos de investimentos em completo com os serviços de administração. Até a data base a Instituição administrava um total de 556 fundos gerando uma receita de taxa de administração e gestão de R$ 90.463.

14. DESPESAS COM PESSOAL

	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Salários	(668)	(277)
Bônus	(254)	(1.109)
Benefícios	(113)	(68)
Férias e 13 Salário	(166)	(171)
Encargos sociais	(319)	(155)
Total	**(1.520)**	**(1.779)**

15. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Despesas de serviços publicidade e propaganda	-	(2)
Despesas de serviços de processamento de dados	(415)	(8.654)
Despesas de aluguel e consumo	(11)	(185)
Despesas de serviços técnicos especializados	(2.167)	(1.304)
Despesas legais e judiciais[2]	(12.170)	-
Despesas com amortização e depreciação	-	(660)
Perda do Valor recuperável de ativos	-	(10.736)
Despesas de serviços do sistema financeiro	(243)	(643)
Provisões diversas	(609)	(2.765)
Reversão de contingência fiscal[1]	18.508	-
Reversão de contingência cível	91	-
Perda de processos cíveis	(7)	-
Despesas com serviços fiduciários[2]	(34.155)	-
Outras despesas	(11)	(1.676)
Total	**(31.189)**	**(26.626)**

(1) No primeiro semestre de 2023 ocorreu levantamento parcialmente favorável, após decisão transitada em julgado referente ao processo de ISS incidente sobre operações de arrendamento mercantil. Com a decisão em trânsito em julgado, o valor provisionado foi 100% baixado nesse primeiro semestre de 2023. (2) Refere-se a serviços de suporte relativos à administração de fundos de investimentos contratados pela Instituição, como: processamento, atendimento aos cotistas, guardas de arquivos em geral, entre outros. (3) Refere-se substancialmente a baixa do processo de ISS. No primeiro semestre de 2023 ocorreu levantamento parcialmente favorável, após decisão transitada em julgado referente ao processo de ISS incidente sobre operações de arrendamento mercantil. Com a decisão em trânsito em julgado o valor provisionado foi 100% baixado nesse primeiro semestre de 2023. Para esse mesmo processo, a Santander DTVM apresentava um valor de R$ 30.350 referente a depósito judicial. A Instituição recebeu o montante de R$ 18.222 e o restante (R$ 12.128) foi destinado à Prefeitura de São Paulo. Adicionalmente, R$ 42 refere-se a custas advocatícias.

16. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Atualização de depósitos judiciais	1.907	2.597
Rendas de aplicações voluntárias no Banco Central [1]	-	1.853
Reversão de Provisões de PPG e ILP	47	1.283
Reversão de Despesas de Períodos Anteriores	-	31
Ganho com a venda de ativos [2]	-	463
Total	**1.954**	**6.226**

(1) O saldo resgatado em 2022 referente a aplicação com prazo determinado. (2) Resultado ocasionado pela transferência dos ativos intangíveis para a TORO CTVM.

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os encargos com imposto de renda e contribuição social incidentes sobre as operações do exercício estão demonstrados a seguir:

	01/01 a 31/12/2023 IRPJ	01/01 a 31/12/2023 CSLL	01/01 a 31/12/2022 IRPJ	01/01 a 31/12/2022 CSLL
Resultado antes da tributação sobre o lucro	**(39)**	**(39)**	**(88.835)**	**(88.835)**
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 15%, Respectivamente.	(10)	(6)	22.209	13.325
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	1.431	859	834	500
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	13.236	7.942	(20.377)	(12.226)
IRPJ e CSLL sobre Diferenças Temporárias e Prejuízo Fiscal	(8.043)	(4.826)	(2.904)	(1.742)
Demais Ajustes	(30)	-	237	142
Impostos de Exercícios Anteriores	-	-	(3.870)	(2.322)
Total	**6.584**	**3.969**	**(3.870)**	**(2.322)**

18. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Em consonância à Resolução do CMN 4.910/2021, a Santander DTVM aderiu ao Comitê de Auditoria Único, por intermédio da instituição líder, Banco Santander. O resumo do relatório do Comitê de Auditoria foi divulgado e publicado em conjunto com as demonstrações financeiras do Banco Santander, disponíveis no endereço eletrônico www.santander.com.br\ri. b) As instituições integrantes do Conglomerado Financeiro Santander optaram pela constituição de estrutura única de gerenciamento de risco de crédito, que opera de acordo com a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios. c) A apuração do Índice de Basileia aplicado a Santander DTVM é efetuada em conjunto com o Conglomerado Prudencial do Banco Santander. Estas informações anuais, no que tange ao gerenciamento de riscos de crédito e apuração do índice de basileia, devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do Banco Santander, referentes ao período em 31 de dezembro de 2023, disponíveis no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

d) Resultados Recorrentes / Não Recorrentes:

	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Resultado Líquido	**(10.592)**	**(95.027)**
Resultado não recorrente líquido dos efeitos tributários		
Ganho com venda de ativos	-	463
Resultado Recorrente	**(10.592)**	**(94.564)**

19. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve eventos subsequentes.

DIRETOR PRESIDENTE

Alessandro Chagas Farias

DIRETORES SEM DESIGNAÇÃO ESPECÍFICA

Vinicius Santana

Luciane Buss Effting

Geraldo José Rodrigues Alckimin Neto

Ana Tereza de Lima e Silva Prandini

Gustavo Schwartzmann

CONTADOR

Marcio Criolezio Gozzo - TC-CRC 1SP 243141/O-6

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das coligadas para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Instituição. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essas investidas e, consequentemente, pela opinião de auditoria da Instituição.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2024

pwc

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP000160/O-5

Caio Fernandes Arantes

Contador CRC 1SP222767/O-3

Santander

Banco Bandepe S.A.

CNPJ nº 10.866.788/0001-77

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:
Apresentamos o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras do Banco Bandepe S.A. (Bandepe) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e demais diretrizes previstas Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

Mercado de Atuação
O Bandepe Instituição financeira integrante do Conglomerado Santander, opera como Banco múltiplo e desenvolve suas operações através das carteiras comercial, de câmbio, de investimento e de crédito e financiamento.

Patrimônio Líquido e Resultado
Em 31 de dezembro de 2023 o lucro líquido apresentado no acumulado do período foi de R$ 473 milhões, aumento de 7,65% em relação ao mesmo período acumulado do ano anterior. O patrimônio líquido atingiu o montante de R$ 5.712 milhões.

Ativos e Passivos
Em 31 de dezembro de 2023, os ativos totais atingiram R$ 17.860 milhões, destacando-se R$17.647 milhões por Títulos e Valores Mobiliários. No passivo destaca-se R$ 11.769 milhões por Depósitos Interfinanceiros.

Auditoria Independente
A política de atuação do Bandepe na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco Santander.
O Bandepe informa que no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não foram prestados pela PricewaterhouseCoopers e outras firmas-membro outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria das demonstrações financeiras.
Ademais, O Bandepe confirma que a PricewaterhouseCoopers representa à Administração que dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria externa. Referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor, acima mencionados.

São Paulo, 26 de março de 2024
A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativo Circulante e Não Circulante		**17.860.256**	**26.620.285**
Instrumentos Financeiros		**17.651.419**	**26.302.776**
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4 e 5	4.825	414.081
Títulos e Valores Mobiliários	6	17.646.583	25.888.683
Outros Ativos Financeiros		11	12
Outros Ativos	**8**	**198.920**	**228.383**
Ativos Fiscais	**7**	**9.917**	**89.126**
Correntes		4.965	4.531
Diferidos		4.952	84.595
Investimentos		**1**	**1**
Outros Investimentos		1	1
Total do Ativo		**17.860.256**	**26.620.285**

	Nota	31/12/2023	32/12/2022
Passivo Circulante e Não Circulante		**12.148.120**	**21.083.764**
Depósitos		**11.768.586**	**20.716.730**
Depósitos	9 e 13.c	11.768.586	20.716.730
Outros Passivos	**10**	**145.864**	**266.936**
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	11	9.433	193.558
Outras Provisões	10	431	278
Diversos	10	136.000	73.100
Passivos Fiscais	**7.b**	**233.670**	**100.098**
Correntes		232.816	99.924
Diferidos		854	174
Patrimônio Líquido	**12**	**5.712.136**	**5.536.521**
Capital Social	12.a	4.787.689	4.787.689
Reservas de Lucros		923.506	750.638
Ajustes de Avaliação Patrimonial		941	(1.806)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**17.860.256**	**26.620.285**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

			Reserva de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial			
	Nota	Capital Social	Reserva Legal	Reservas Estatutárias	Próprios	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**4.787.689**	**198.976**	**423.397**	**(590)**	**-**	**5.409.472**
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários		-	-	-	(1.216)	-	(1.216)
Lucro Líquido		-	-	-	-	439.265	439.265
Destinações:							
Reserva Legal	12.c	-	21.963	-	-	(21.963)	-
Juros sobre o Capital Próprio	12.b	-	-	-	-	(311.000)	(311.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	12.c	-	-	53.151	-	(53.151)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	12.c	-	-	53.151	-	(53.151)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**4.787.689**	**220.939**	**529.699**	**(1.806)**	**-**	**5.536.521**
Mutações no Exercício		**-**	**21.963**	**106.302**	**(1.216)**	**-**	**127.049**
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**4.787.689**	**220.939**	**529.699**	**(1.806)**	**-**	**5.536.521**
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários		-	-	-	2.747	-	2.747
Lucro Líquido		-	-	-	-	472.868	472.868
Destinações:							
Reserva Legal	12.c	-	23.643	-	-	(23.643)	-
Juros sobre o Capital Próprio	12.b	-	-	(140.000)	-	(160.000)	(300.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	12.c	-	-	144.613	-	(144.613)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	12.c	-	-	144.612	-	(144.612)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**4.787.689**	**244.582**	**678.924**	**941**	**-**	**5.712.136**
Mutações no Exercício		**-**	**23.643**	**149.225**	**2.747**	**-**	**175.615**
Saldos em 30 de junho de 2023		**4.787.689**	**232.084**	**601.446**	**(478)**	**-**	**5.620.741**
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários		-	-	-	1.419	-	1.419
Lucro Líquido		-	-	-	-	249.976	249.976
Destinações:							
Reserva Legal	12.c	-	12.498	-	-	(12.498)	-
Juros sobre o Capital Próprio	12.b	-	-	-	-	(160.000)	(160.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	12.c	-	-	38.739	-	(38.739)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	12.c	-	-	38.739	-	(38.739)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**4.787.689**	**244.582**	**678.924**	**941**	**-**	**5.712.136**
Mutações no Semestre		**-**	**12.498**	**77.478**	**1.419**	**-**	**91.395**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	01/07 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Receitas da Intermediação Financeira		**1.261.564**	**2.896.131**	**2.972.136**
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		1.261.564	2.896.131	2.972.136
Despesas da Intermediação Financeira		**(941.991)**	**(2.224.189)**	**(2.366.280)**
Operações de Captação no Mercado	13.c	(941.991)	(2.224.189)	(2.366.280)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		**319.573**	**671.942**	**605.856**
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		**(8.951)**	**(74.267)**	**(28.317)**
Outras Despesas Administrativas	14	(2.433)	(4.253)	(3.172)
Despesas Tributárias	7.d	(14.990)	(31.883)	(39.386)
Outras Receitas Operacionais	15	14.380	203.495	16.330
Outras Despesas Operacionais	16	(5.908)	(241.626)	(2.089)
Resultado Operacional		**310.622**	**597.675**	**577.539**
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		**310.622**	**597.675**	**577.539**
Imposto de Renda e Contribuição Social	**7.c**	**(60.646)**	**(124.807)**	**(138.274)**
Provisão para Imposto de Renda		(24.140)	(24.140)	(89.538)
Provisão para Contribuição Social		(22.785)	(22.785)	(53.914)
Ativo Fiscal Diferido		(13.721)	(77.882)	5.178
Lucro Líquido		**249.976**	**472.868**	**439.265**
Nº de Ações (Mil)	12.a	3.589	3.589	3.589
Lucro por Lote de Mil Ações (em R$)		69.650.,60	131.754,81	122.392,03

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	01/07 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Lucro Líquido	**249.976**	**472.868**	**439.265**
Outros Resultados Abrangentes que serão reclassificados subsequentemente para lucros ou prejuízos quando condições específicas forem atendidas:	**1.419**	**2.747**	**(1.216)**
Ajuste ao Valor de Mercado - TVM e Derivativos	2.706	5.239	(2.319)
Imposto de Renda	(1.287)	(2.492)	1.103
Resultado Abrangente do Período	**251.395**	**475.615**	**438.049**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	01/07 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Atividades Operacionais				
Lucro Líquido		**249.976**	**472.868**	**439.265**
Ajustes ao Lucro Líquido:		**330**	**(80.168)**	**(6.610)**
Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais	11.b	(429)	(140.759)	125
Atualizações Monetárias para Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais	11.b	183	637	11.182
Impostos Diferidos		14.527	78.687	(5.178)
Atualização de Depósitos Judiciais	15	(13.737)	(18.298)	(11.673)
Atualização de Impostos a Compensar	15	(214)	(435)	(1.066)
Variações em Ativos e Passivos:		**(277.529)**	**(609.856)**	**125.843**
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários		6.478.810	8.246.484	2.742.373
Redução (Aumento) em Outros Ativos Financeiros		-	1	-
Redução (Aumento) em Outros Ativos		47.718	47.721	357
Redução (Aumento) em Depósitos		(6.817.376)	(8.948.144)	(2.656.090)
Redução (Aumento) em Despesas Antecipadas		17	41	52
Redução (Aumento) em Ativos Fiscais Correntes		18.546	-	(3.465)
Aumento (Redução) em Passivos Fiscais Correntes		36.419	254.913	133.257
Aumento (Redução) em Outros Passivos		(24.015)	(88.851)	(46.835)
Imposto Pago		(17.648)	(122.021)	(43.806)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais		**(27.223)**	**(217.156)**	**558.498**
Atividades de Financiamento				
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	12.b	-	(192.100)	(191.250)
Caixa Líquido Aplicado em Atividades de Financiamento		**-**	**(192.100)**	**(191.250)**
Aumento (Redução) Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa		**(27.223)**	**(409.256)**	**367.248**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	**4 e 13.c**	**32.048**	**414.081**	**46.833**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	**4 e 13.c**	**4.825**	**4.825**	**414.081**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional
O Banco Bandepe S.A. (Bandepe), controlado pela Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing), constituído na forma de sociedade anônima, opera como Banco múltiplo e desenvolve suas operações através das carteiras comercial, de câmbio, de investimento e de crédito e financiamento. As operações do Bandepe são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, lideradas pelo Banco Santander. Os benefícios e custos correspondentes dos serviços prestados entre as instituições são absorvidos entre as mesmas e realizados no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras
a) Apresentação das Demonstrações Financeiras
As demonstrações financeiras do Bandepe foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).
O Bandepe é controlado pela Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing), investimentos estes que totalizam o equivalente à 100% do Capital Social da do Bandepe (Nota 13.a). As normas do Bacen preveem a apresentação de demonstrações consolidadas, não obstante, o Banco Santander foi consultado e não fez objeção quanto a não apresentação das demonstrações financeiras consolidadas pela controladora.
A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre provisões e passivos contingentes e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas, sendo as principais, provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, realização de ativos fiscais diferidos, provisão para processos judiciais, cíveis, fiscais e trabalhistas, plano de pensão e o valor justo dos ativos financeiros.
A Diretoria autorizou a emissão das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, na reunião realizada em 26 de março de 2024.
b)Novas normas emitidas com vigência futura
A Resolução CMN n 4.966/2021, estabelece os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), harmonizando os critérios contábeis do COSIF para os requerimentos da norma internacional IFRS 9 a partir de 1 de janeiro de 2025. Dentre as principais mudanças está a classificação de instrumentos financeiros, reconhecimento de juros em caso de atraso, cálculo da taxa efetiva contratual, baixa a prejuízo e reconhecimento da provisão e classificação das operações com problemas de crédito.
A Lei nº 14.467/2022 alterou o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das Instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo BACEN. A principal alteração está na dedução das perdas incorridas na determinação do Lucro Real e da base de cálculo da CSLL. Esta lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025.
A adoção da Resolução CMN n 4.966/2021, da Lei nº 14.467/2022 e de outros normativos que são correlacionados, inclusive a reformulação do elenco de contas do COSIF, estão contidas no Plano de Implementação do Banco Bandepe. O Plano de Implementação dos referidos normativos no Banco Bandepe está segregado em três pilares: (i) Organização e Governança: Fóruns e Comitês compostos por diversos níveis hierárquicos dedicados a definição e acompanhamento da implementação; (ii) Processos e Sistemas: Mapeamento dos impactos e implementação das mudanças nos processos e sistemas; e (iii) Modelos e Critérios: Revisão e atualização dos modelos e critérios utilizados nas estimativas contábeis. O cronograma do Plano de Implementação está sendo faseado ao longo do período de 2023 até o final do exercício de 2024, sendo que ainda depende de normas acessórias a serem emitidas pelo BACEN para implementação total. Os impactos nas Demonstrações Financeiras serão divulgados de forma oportuna após a definição completa do arcabouço regulatório.
A Resolução CMN n 4.975/2021, estabelece a observância ao Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) - Arrendamentos, no reconhecimento, na mensuração, na apresentação e na divulgação de operações de arrendamento mercantil a partir de 1 de janeiro de 2025. O Banco Bandepe está avaliando os impactos e alterações necessárias para atendimento desta norma.
c) A Moeda Funcional e Moeda de Apresentação
As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação do Bandepe.

3. Principais Políticas Contábeis
a) Caixa e Equivalentes de Caixa
Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa correspondem aos saldos de aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.
b) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez
São demonstradas pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados pro rata dia.
c) Títulos e Valores Mobiliários
Conforme Circular Bacen n 3.068/2001, a carteira de títulos e valores mobiliários é classificada nas seguintes categorias:
I - Títulos para negociação, onde são registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, ajustados ao valor de mercado (valor justo) em contrapartida ao resultado do período;
II - Títulos disponíveis para venda, onde são registrados os títulos e valores mobiliários que podem ser negociados, mas não foram adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, ajustados ao valor de mercado (valor justo) em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido. Os ajustes ao valor de mercado, quando realizados, são transferidos para o resultado do período; e
III - títulos mantidos até o vencimento, onde são registrados os títulos e valores mobiliários para os quais existe intenção e capacidade financeira do Banco de mantê-los em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos.
As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período.
d) Investimentos
Os investimentos em sociedades coligadas são inicialmente reconhecidos pelo seu valor de aquisição, e posteriormente avaliados pelo método de equivalência patrimonial, e os resultados apurados são reconhecidos em resultado de participações em coligadas e controladas. Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor recuperável, quando aplicável.
e) Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias
O Bandepe é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, decorrentes do curso normal de suas atividades.
As provisões são reavaliadas em cada data de balanço para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser total ou parcialmente revertidas ou reduzidas quando deixam de ser prováveis as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.
As provisões são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e com base nas melhores informações disponíveis. Para as provisões cujo risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas (Nota 11.d) e para as provisões cujo risco de perda é remota não é requerida divulgação.
Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.
No caso de trânsitos em julgado favoráveis ao Bandepe, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.
f) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)
O PIS (0,65%) e a COFINS (4,00%) são calculados sobre as receitas da atividade ou objeto principal da pessoa jurídica. Para as instituições financeiras é permitida a dedução das despesas de captação na determinação da base de cálculo. As despesas de PIS e COFINS são registradas em despesas tributárias.
g) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)
O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 15% para as instituições financeiras e pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização e 9% para as demais empresas, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A alíquota da CSLL, para os bancos de qualquer espécie, é de 20% nos termos do artigo 32 da Emenda Constitucional 103/2019.
Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao exercício em que se estima a realização do ativo e ou a liquidação do passivo.
De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 7.a2, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.
h) Redução ao Valor Recuperável de Ativos
Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados ao fim de cada período de reporte, com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo e tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso.
i) Juros sobre Capital Próprio
Os Juros sobre Capital Próprio são reconhecidos no passivo a partir do momento que sejam declarados ou propostos, conforme Resolução CMN nº 4.872/20.
j) Resultados Recorrentes/Não Recorrentes
Resultado não corrente do exercício é aquele que:
I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e
II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.
A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na Nota Explicativa 17.
k) Eventos Subsequentes
Corresponde ao evento ocorrido entre a data-base das demonstrações financeiras e a data na qual foi autorizada a emissão dessas demonstrações e são compostos por:
• Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
• Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
Disponibilidades	**-**	**-**	**561**
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	**4.825**	**414.081**	**46.272**
Aplicações no Mercado Aberto	4.825	414.081	46.272
Total	**4.825**	**414.081**	**46.833**

As informações relativas a 31 de dezembro de 2021 são demonstradas para informar a composição dos saldos iniciais e saldos finais do Caixa e Equivalentes de Caixa apresentados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	31/12/2023 Até 3 Meses	31/12/2023 Total	31/12/2022 Total
Aplicações no Mercado Aberto			
Posição Bancada	**4.825**	**4.825**	**414.081**
Letras do Tesouro Nacional - LTN (Nota 13.c)	4.825	4.825	414.081
Total	**4.825**	**4.825**	**414.081**

6. Títulos e Valores Mobiliários
I) Resumo da Carteira por Categorias

	31/12/2023 Valor do Custo Amortizado	31/12/2023 Ajuste a Mercado Refletido no Patrimônio Líquido	31/12/2023 Valor Contábil	31/12/2022 Valor Contábil
Títulos Disponíveis para Venda	**17.644.787**	**1.796**		
Títulos Públicos	**2.067**	**-**	**2.067**	**1.262**
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	2.067	-	2.067	1.262
Títulos Privados - Cotas de Fundos de Investimentos	**17.642.720**	**1.796**	**17.644.516**	**25.887.421**
Fundo Multimercado [(1)]	17.610.914	-	17.610.914	25.859.975
Fundo Imobiliário [(2)]	30.855	1.796	33.602	27.446
Total de Títulos e Valores Mobiliários	**17.644.787**	**1.796**	**17.646.583**	**25.888.683**

II) Abertura por Vencimento

	Sem Vencimento	De 1 a 3 anos	31/12/2023 Total	31/12/2022 Total
Títulos Disponíveis para Venda				
Títulos Públicos	**-**	**2.067**	**2.067**	**1.262**
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	2.067	2.067	1.262
Títulos Privados - Cotas de Fundos de Investimentos	**17.644.516**	**-**	**17.644.516**	**25.887.421**
Fundo Multimercado [(1)]	17.610.914	-	17.610.914	25.859.975
Fundo Imobiliário [(2)]	33.602	-	33.602	27.446
Total	**17.644.516**	**2.067**	**17.646.583**	**25.888.683**

(1) As cotas de fundo de investimento em cotas de fundo multimercado destinam seus recursos, substancialmente, em letras financeiras, cotas de fundo cambial e ações.
(2) As cotas de fundo de investimento em cotas de fundo imobiliário destinam seus recursos, substancialmente, em imóveis para renda.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado considerando a cotação média dos mercados organizados e o seu fluxo de caixa estimado, descontado a valor presente conforme as correspondentes curvas de juros aplicáveis, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião do encerramento do balanço.
As cotas de fundo de investimento são atualizadas com base no valor da cota divulgada pelos administradores dos fundos diariamente.
O valor do custo amortizado/contábil é equivalente ao valor de mercado.
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o Bandepe não realizou operações com derivativos.

7. Ativos e Passivos Fiscais
a) Ativos Fiscais Correntes e Diferidos

	31/12/2023	31/12/2022
Ativos Fiscais Diferidos	4.952	84.595
Impostos e Contribuição a Compensar	4.965	4.531
Total	**9.917**	**89.126**
Circulante	**4.952**	**-**
Não Circulante	**4.965**	**89.126**

a.1) Natureza e Origem dos Ativos Fiscais Diferidos

	Origens 31/12/2023	Origens 31/12/2022	Saldo em 31/12/2022	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2023
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	8.632	188.954	82.130	46.804	(125.049)	3.885
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos para Negociação	1.420	-	-	346	-	346
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos Disponíveis para Venda e Hedges de Fluxo de Caixa	1	3.444	1.638	569	(2.207)	-
Outras provisões e ajustes temporários	1.232	1.466	660	514	(620)	554
Total dos Ativos Fiscais Diferidos sobre Diferenças Temporárias	**11.285**	**193.864**	**84.428**	**48.233**	**(127.876)**	**4.785**
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	670	670	167	-	-	167
Saldo dos Ativos Fiscais Diferidos Registrados	**11.955**	**194.534**	**84.595**	**48.233**	**(127.876)**	**4.952**

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o Bandepe não possui créditos tributários não ativados.
O registro contábil dos Ativos Fiscais Diferidos nas demonstrações financeiras do Banco Bandepe foi efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período previsto de sua realização e está baseado na projeção de resultados futuros e em estudo técnico preparado nos termos da Resolução CMN nº 4.842/2020 e Resolução BCB nº 15.

a.2) Expectativa de Realização dos Ativos Fiscais Diferidos

	31/12/2023				
	Diferenças Temporárias				
Ano	IRPJ	CSLL	PIS/COFINS	Prejuízos Fiscais - Base Negativa	Total
2024	197	158	8	-	363
2025	197	158	8	-	363
2026	44	35	8	-	87
2027	43	35	8	-	86
2029 a 2033	2.158	1.728	-	167	4.053
Total	**2.639**	**2.113**	**32**	**168**	**4.952**

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.
Com base na Resolução CMN nº 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 2, os Créditos Tributários devem ser apresentados integralmente no longo prazo, para fins de balanço.

a.3) Valor Presente dos Ativos Fiscais Diferidos
O valor presente total dos créditos tributários e do valor registrado é de R$ 2.525 (31/12/2022 - R$78.907), calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízo fiscal, bases negativas de CSLL e a taxa média de captação, projetada para o exercício correspondente.

b) Passivos Fiscais Correntes e Diferidos
As obrigações fiscais e previdenciárias compreendem os impostos e contribuições a recolher e valores questionados em processos judiciais e administrativos.

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão Tributos Diferidos	854	174
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	206.746	84.282
Impostos e Contribuições a Pagar	26.070	15.642
Total	**233.670**	**100.098**

b.1) Natureza e Origem dos Passivos Fiscais Diferidos

	Saldo em 31/12/2022	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2023
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação	172	-	(172)	-
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis Venda	2	853	(1)	854
Total	**174**	**853**	**(173)**	**854**

b.2) Expectativa de Exigibilidade dos Passivos Fiscais Diferidos

	31/12/2023			
Ano	Diferenças Temporárias IRPJ	Diferenças Temporárias CSLL	Diferenças Temporárias PIS/COFINS	Total Ativado e Diferido
2024	107	86	21	214
2025	107	86	21	214
2026	107	86	21	214
2027	107	85	20	212
Total	**428**	**343**	**83**	**854**

c) Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Resultado Operacional antes da tributação	**597.675**	**577.539**
Alíquota (25% de Imposto de Renda e 20% de Contribuição Social)	**(268.954)**	**(265.668)**
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	8.448	7.459
IRPJ e CSLL sobre Diferenças Temporárias e Prejuízo Fiscal de Exercícios Anteriores	-	168
Juros sobre o Capital Próprio	135.000	143.060
Ajustes CSLL 1% [(1)]	-	866
Demais Ajustes	699	(24.159)
Imposto de Renda e Contribuição Social	**(124.807)**	**(138.274)**

(1) Majoração da alíquota da CSLL, a partir de agosto 2022 até dezembro 2022.

d) Despesas Tributárias

	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Despesa de COFINS	26.849	24.234
Despesa com PIS	4.363	3.938
Atualizações de Impostos e Contribuições	-	10.427
Outras	671	787
Total	**31.883**	**39.386**

8. Outros Ativos

	31/12/2023	31/12/2022
Devedores por Depósitos em Garantia		
Para Interposição de Recursos Fiscais	198.472	220.807
Pagamentos a Ressarcir	235	235
Outros Valores e Bens	82	123
Outros (1)	131	7.218
Total	**198.920**	**228.383**
Circulante	**213**	**7.341**
Não Circulante	**198.707**	**221.042**

(1) Inclui principalmente saldo de depósito judicial.

9. Depósitos

	31/12/2023 De 3 a 12 Meses	31/12/2023 Total	31/12/2022 Total
Depósitos Interfinanceiros	11.768.586	11.768.586	20.716.730
Total	**11.768.586**	**11.768.586**	**20.716.730**

10. Outros Passivos

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Fiscais (Nota 11.b)	9.433	193.558
Provisão para Pagamentos a Efetuar	431	278
Sociais e Estatutárias	136.000	73.100
Total	**145.864**	**266.936**
Circulante	**137.232**	**258.887**
Não Circulante	**8.632**	**8.049**

Continua

...Continuação

Santander

Banco Bandepe S.A.

CNPJ nº 10.866.788/0001-77

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

11. Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais

a) Ativos Contingentes

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes (Nota 3.e).

b) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	Civeis		Fiscais	
	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Saldo Inicial	**-**	**-**	**193.558**	**182.483**
Constituição Líquida de Reversão	44.003	12	(184.762)	113
Atualização Monetária [1]	-	-	637	11.182
Baixa por Pagamentos	(44.003)	(12)	-	(220)
Saldo Final	**-**	**-**	**9.433**	**193.558**
Depósitos em Garantia - Outros Créditos [2]	-	-	196.316	184.598
Depósitos em Garantia - Títulos e Valores Mobiliários	-	-	1.181	1.135

[1] Registrados em despesas tributárias e outras receitas/despesas operacionais.

[2] Referem-se aos valores de depósitos em garantias, limitados ao valor das ações provisionadas e não contemplam os depósitos em garantia, relativos as contingências possíveis e/ou remotas e depósitos recursais.

c) Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

Os principais processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações legais, fiscais e previdenciárias, estão descritos a seguir:

PIS e COFINS - R$ 196.013 (31/12/2022- R$184.321): O Bandepe ajuizou medida judicial visando a afastar a aplicação da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas, que, antes da referida norma, eram tributadas pelo PIS e Cofins apenas as receitas de prestação de serviços e de venda de mercadorias.

Em 2023, entretanto, o STF decidiu o Tema 372 por meio de Repercussão Geral, e acolheu parcialmente o recurso da União Federal fixando a tese de que incide o PIS/COFINS sobre as receitas operacionais decorrentes das atividades típicas das instituições financeiras, de forma a terem sido constituídas as respectivas obrigações de PIS e COFINS.

d) Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza tributária, avaliados com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente.

As ações de natureza tributária com classificação de perda possível totalizaram R$ 36.036 milhões.

PIS e COFINS (JCP) Lei nº 12.973/14 - O principal processo de natureza tributária se refere a autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil, pretendendo a exigência de PIS e COFINS sobre receitas que não decorrem da atividade preponderante da empresa, contrariando assim o novo texto legal trazido pela Lei Federal nº 12.973/2014. Em 31 de dezembro de 2023, o valor relacionado a esse processo era de aproximadamente R$ 15.637 milhões.

12. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2023 e 2022, é composto por 3.589 mil ações ordinárias, respectivamente, todas nominativas e sem valor nominal, todas de domiciliados no país.

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 1% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação.

	31/12/2023				
		Em Milhares de Reais		Reais por Ação Ordinária	
	Bruto	IRRF	Líquido	Bruto	Líquido
Juros sobre Capital Próprio [1]	140.000	21.000	119.000	39,00	33,15
Juros sobre Capital Próprio [2]	160.000	24.000	136.000	44,58	37,89
Total	**300.000**	**45.000**	**255.000**	**83,58**	**71,04**

[1] Deliberados pelo Conselho de Administração em 23 de junho de 2023, O valor líquido dos Juros sobre o Capital Próprio pagos em 22 de agosto de 2023 e imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2023.

[2] Deliberados pelo Conselho de Administração em 29 de dezembro de 2023, O valor líquido dos Juros sobre o Capital Próprio pagos em 29 de fevereiro de 2024 e imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2023.

	31/12/2022				
		Em Milhares de Reais		Reais por Ação Ordinária	
	Bruto	IRRF	Líquido	Bruto	Líquido
Juros sobre Capital Próprio [1]	175.000	26.250	148.750	48,76	41,42
Juros sobre Capital Próprio [2]	50.000	7.500	42.500	13,93	11,84
Juros sobre Capital Próprio [3]	86.000	12.900	73.100	23,96	20,37
Total	**311.000**	**46.650**	**264.350**	**86,65**	**73,63**

[1] Deliberados pelo Conselho de Administração em 29 de abril de 2022, O valor líquido dos Juros sobre o Capital Próprio pagos em 29 de julho de 2022 e imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2022.

[2] Deliberados pelo Conselho de Administração em 31 de janeiro de 2022, O valor líquido dos Juros sobre o Capital Próprio pagos em 31 de março de 2022 e imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2022.

[3] Deliberados pelo Conselho de Administração em 30 de dezembro de 2022, O valor líquido dos Juros sobre o Capital Próprio pagos em 28 de fevereiro de 2023 e imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2022.

c) Reservas de Lucros

O lucro líquido apurado, após as deduções e provisões legais, terá a seguinte destinação:

Reserva Legal

De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja a 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Reservas Estatutárias

Do saldo remanescente do lucro líquido do exercício, foram destinados 50% para reforço de capital de giro e 50% para equalização de dividendos com a finalidade de garantir os meios financeiros para as operações do Bandepe e a continuidade da distribuição de dividendos, podendo ser utilizadas para futuros aumentos de capital. Ambas as reservas, juntamente com a reserva legal, estão limitadas a 100% do capital social.

13. Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) do Bandepe realizada em 28 de abril de 2023, foi aprovado o montante global anual da remuneração dos Administradores para o ano de 2023, no valor máximo de R$10 mil. O Bandepe é parte integrante do Conglomerado Santander e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Santander. O Bandepe não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não foram registradas despesas com honorários para a Diretoria e Planos de Aposentadoria Complementar.

b) Participação Acionária

O Bandepe é controlado pela Santander Leasing S.A. que possui participação acionária direta de 3.589 mil ações ordinárias equivalentes a 100,00% do capital social.

c) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

As principais transações e saldos são conforme segue:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	31/12/2023	31/12/2022	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Aplicações no Mercado Aberto	**4.825**	**414.081**	**35.681**	**40.418**
Banco Santander (Brasil) [1]	4.825	414.081	35.681	40.418
Títulos e Valores Mobiliários	**17.610.913**	**25.229.824**	**2.855.852**	**387.137**
Santander Fundo de Investimento Diamantina Multimercado Crédito Privado	17.610.913	25.229.824	2.855.852	387.137
Depósitos Interfinanceiros	**(11.768.586)**	**(20.716.730)**	**(2.224.189)**	**(2.366.280)**
Banco Santander (Brasil) [1]	(11.768.586)	(20.716.730)	(2.224.189)	(2.366.280)
Dividendos e Bonificações a Pagar	**(136.000)**	**(73.000)**	**-**	**-**
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil [3]	(136.000)	(73.000)	-	-
Valores a Pagar Sociedades Ligadas (Nota 14)	**-**	**-**	**(327)**	**(256)**
Banco Santander (Brasil) [1] [2]	-	-	(327)	(256)

[1] Controlador da Leasing.

[2] As despesas referem-se a despesas administrativas Convênio Operacional.

[3] Controlador da Bandepe

14. Outras Despesas Administrativas

	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Doações Entidades Filantrópicas	1.417	1.276
Convênio Operacional - Banco Santander (Nota 13.c)	327	256
Serviços Técnicos Especializados e Terceiros	487	241
Serviços do Sistema Financeiro	1.220	1.273
Seguros	52	52
Propaganda e Publicidade	460	73
Outras	290	1
Total	**4.253**	**3.172**

15. Outras Receitas Operacionais

	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Atualização de Depósitos Judiciais	18.298	11.673
Atualização de Impostos a Compensar	435	1.065
Recuperação de Encargos e Despesas	-	3.465
Reversão de Provisões Operacionais - Fiscais [1]	184.762	-
Reversão de Provisões Operacionais - Outros	-	114
Outras	-	13
Total	**203.495**	**16.330**

[1] Reversão de Provisão PIS e COFINS (Lei nº 9.718/98)

16. Outras Despesas Operacionais

	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Provisões Operacionais - Fiscais (Nota 12.b)	-	113
Provisões Operacionais - Cíveis (Nota 12.b)	44.003	12
Atualização de Impostos	1.545	1.896
Obrigações de PIS e COFINS [1]	196.013	-
Outras	65	68
Total	**241.626**	**2.089**

[1] constituição da obrigação de PIS e COFINS (Lei nº 9.718/98)

17. Outras Informações

a) Em consonância à Resolução do CMN nº 4.910/2021, o Bandepe aderiu ao comitê de auditoria único, por intermédio da instituição líder, Banco Santander. As instituições integrantes do Conglomerado Financeiro Santander optaram pela constituição de estrutura única de gerenciamento de risco de crédito, que opera de acordo com a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios.

DIRETORIA

Diretor Presidente
Luiz Masagão Ribeiro Filho

Diretor Vice-Presidente
Franco Raul Rizza

Diretores Executivos
Alexandre Guimarães Soares
Carlos Aguiar Neto
Ede Ilson Viani
Vanessa Alessi Manzi
Reginaldo Antonio Ribeiro

Contadora
Camilla Cruz Oliveira de Souza - CRC nº 1SP - 256989/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Banco Bandepe S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Bandepe S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2024

pwc

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Paulo Rodrigo Pecht
Contador CRC 1SP213429/O-7

Santander Financiamentos

Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

CNPJ nº 07.707.650/0001-10

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:
Apresentamos o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras da Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Aymoré CFI) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e demais diretrizes previstas Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

Mercado de atuação
A Aymoré CFI é Instituição financeira integrante do Conglomerado Santander, atua na realização de operações de crédito, financiamento e empréstimo em geral, incluindo, mas não se limitando, o financiamento para capital de giro e para aquisição de bens e serviços, e demais atividades permitidas pela legislação e regulamentação em vigor.

Patrimônio Líquido e Resultado
Em 31 de dezembro de 2023 o lucro líquido do período foi de R$ 2.382 milhões, aumento de 35,24% em relação ao mesmo período acumulado do ano anterior. O patrimônio líquido atingiu o montante de R$22.839 milhões.

Ativos e Passivos
Em 31 de dezembro de 2023, os ativos e passivos totais atingiram R$ 64.249 milhões, destacando-se R$ 57.586 milhões de Operações de Crédito e R$ 5.010 milhões de Títulos e Valores Mobiliários. No passivo destaca-se no total de depósitos R$ 38.825 milhões.

Eventos Societários
Em 31 de agosto de 2023, a Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Aymoré") e a Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. ("Santander Corretora de Seguros") concluíram a operação de venda de participações societárias detida (a) pela Aymoré, representando 50% (cinquenta por cento) do capital social do Banco PSA Finance Brasil S.A. ("Banco PSA"), para o Stellantis Financial Service, S.A. e (b) pela Santander Corretora de Seguros, representando 50% (cinquenta por cento) do capital social da Stellantis Corretora de Seguros e Serviços Ltda. ("Stellantis Corretora"), para a Stellantis Services Ltd. ("Operação").
Com a conclusão da Operação, a Aymoré deixou de deter participação societária no Banco PSA e a Santander Corretora de Seguros deixa de deter participação societária na Stellantis Corretora.

Auditoria Independente
A política de atuação da Aymoré CFI na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco Santander.
A Aymoré CFI informa que no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não foram prestados pela PricewaterhouseCoopers e outras firmas-membro outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria das demonstrações financeiras.
Ademais, a Aymoré CFI confirma que a PricewaterhouseCoopers representa à Administração que dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria externa. Referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor, acima mencionados.

São Paulo, 26 de março de 2024.
A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativo Circulante e não Circulante		**64.249.280**	**60.654.021**
Disponibilidades	4	**271.391**	**81.960**
Instrumentos Financeiros		**62.948.259**	**58.659.602**
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4, 5 e 17.d	351.332	1.483.751
Títulos e Valores Mobiliários	6	5.010.651	4.218.624
Operações de Crédito	7	57.586.276	52.957.227
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	7.d	**(3.522.571)**	**(3.588.011)**
Outros Ativos	9	**2.135.370**	**2.510.505**
Ativos Fiscais	8.a	**2.131.512**	**2.597.526**
Investimentos	10	**283.611**	**389.625**
Participações em Coligadas e Controladas		263.925	356.700
Ágio		19.686	32.925
Imobilizado de Uso	11	**1.708**	**2.713**
Intangível	12	**-**	**101**
Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas		142.518	142.518
(Amortizações Acumuladas)		(142.518)	(142.417)
Total do Ativo		**64.249.280**	**60.654.021**

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Passivo Circulante e não Circulante		**41.410.541**	**17.006.094**
Depósitos		**38.825.111**	**14.318.334**
Depósitos	13	38.825.111	14.318.334
Outros Passivos	14	**510.149**	**2.311.928**
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	15.b	10.750	1.367.928
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos Ações Trabalhistas e Cíveis	15.b	157.829	120.713
Outras Provisões	14	61.353	55.705
Diversos	14	280.217	767.582
Passivos Fiscais	8.b	**2.075.281**	**375.832**
Patrimônio Líquido	16	**22.838.739**	**43.647.927**
Capital Social:			
De Domiciliados no País	16.a	21.447.673	41.447.673
Reservas de Lucros		1.391.052	2.200.242
Ajustes de Avaliação Patrimonial		14	12
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**64.249.280**	**60.654.021**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

			Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial		
	Nota	Capital Social	Reserva Legal	Reservas Estatutárias	Próprios	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**857.516**	**204.034**	**1.243.638**	**16**	**-**	**2.305.203**
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Planos e Benefícios		-	-	-	(4)	-	(4)
Aumento de Capital	16.a	40.000.000	-	-	-	-	40.000.000
Aumento de Capital com base em reservas	16.a	590.157	-	(590.157)	-	-	-
Lucro Líquido		-	-	-	-	1.760.953	1.760.953
Reserva Legal	16.c	-	88.048	-	-	(88.048)	-
Dividendos Mínimos Obrigatórios	16.b	-	-	-	-	(418.226)	(418.226)
Reserva para Equalização de Dividendos	16.d	-	-	627.340	-	(627.340)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	16.d	-	-	627.340	-	(627.340)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**41.447.673**	**292.082**	**1.908.160**	**12**	**-**	**43.647.927**
Mutações no Exercício		**40.590.157**	**88.048**	**664.522**	**(4)**	**-**	**41.342.723**
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**41.447.673**	**292.082**	**1.908.160**	**12**	**-**	**43.647.927**
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Planos e Benefícios		-	-	-	2	-	2
Redução do Capital Social	16.a	(20.000.000)	-	-	-	-	(20.000.000)
Distribuição de Dividendos com Base em Reservas	16.b	-	-	(1.940.691)	-	-	(1.940.691)
Lucro Líquido		-	-	-	-	2.381.501	2.381.501
Reserva Legal	16.c	-	119.075	-	-	(119.075)	-
Dividendos Intercalares	16.b	-	-	-	-	(1.250.000)	(1.250.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	16.c	-	-	506.213	-	(506.213)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	16.c	-	-	506.213	-	(506.213)	-
Outros		-	(32.531)	32.531	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**21.447.673**	**378.626**	**1.012.426**	**14**	**-**	**22.838.739**
Mutações no Exercício		**(20.000.000)**	**86.544**	**(895.734)**	**2**	**-**	**(20.809.188)**
Saldos em 30 de junho de 2023		**41.447.673**	**259.551**	**-**	**13**	**(128.419)**	**41.578.818**
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Planos e Benefícios		-	-	-	1	-	1
Redução do Capital Social	16.a	(20.000.000)	-	-	-	-	(20.000.000)
Lucro Líquido		-	-	-	-	1.259.920	1.259.920
Reserva Legal	16.d	-	119.075	-	-	(119.075)	-
Reserva para Equalização de Dividendos	16.c	-	-	506.213	-	(506.213)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	16.c	-	-	506.213	-	(506.213)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**21.447.673**	**378.626**	**1.012.426**	**14**	**-**	**22.838.739**
Mutações no Semestre		**(20.000.000)**	**119.075**	**1.012.426**	**1**	**128.419**	**(18.740.079)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	01/07 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Receitas da Intermediação Financeira		**5.685.631**	**11.278.850**	**11.189.619**
Operações de Crédito		5.425.825	10.596.888	10.256.827
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		257.965	679.979	932.303
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros		1.841	1.983	489
Despesas da Intermediação Financeira		**(2.205.039)**	**(4.550.498)**	**(6.139.525)**
Operações de Captação no Mercado		(701.712)	(1.219.574)	(2.431.462)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	7.e	(1.503.327)	(3.330.924)	(3.708.063)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		**3.480.592**	**6.728.352**	**5.050.094**
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		**(1.384.768)**	**(2.763.122)**	**(1.997.305)**
Receitas de Prestação de Serviços	18	52.986	108.057	93.477
Rendas de Tarifas Bancárias	18	371.938	659.826	538.824
Despesas de Pessoal	19	(119.511)	(229.692)	(214.095)
Outras Despesas Administrativas	20	(488.039)	(957.786)	(944.320)
Despesas Tributárias	8d	(285.619)	(567.390)	(568.141)
Resultado de Participação em Controladas	10	23.368	48.853	50.659
Outras Receitas Operacionais	21	366.939	2.029.538	992.350
Outras Despesas Operacionais	22	(1.306.830)	(3.854.528)	(1.946.059)
Resultado Operacional		**2.095.824**	**3.965.230**	**3.052.789**
Resultado não Operacional		**(7.201)**	**(11.150)**	**(4.646)**
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações		**2.088.623**	**3.954.080**	**3.048.143**
Imposto de Renda e Contribuição Social	8.c	**(818.107)**	**(1.544.625)**	**(1.254.359)**
Provisão para Imposto de Renda		(481.137)	(708.066)	(510.822)
Provisão para Contribuição Social		(297.924)	(439.118)	(337.530)
Ativo Fiscal Diferido		(39.046)	(397.441)	(406.007)
Participações no Lucro		**(10.596)**	**(27.954)**	**(32.831)**
Lucro Líquido		**1.259.920**	**2.381.501**	**1.760.953**
Nº de Ações	16.a	50.159.411	50.159.411	50.159.411
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações (em R$)		25,12	47,48	35,11

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração de Resultado Abrangente

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	01/07 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Lucro Líquido do Período	**1.259.920**	**2.381.501**	**1.760.953**
Outros Resultados Abrangentes que não serão reclassificados para Lucro Líquido:	**1**	**2**	**(4)**
Planos de Benefícios	1	3	(6)
Imposto de Renda	-	(1)	2
Resultado Abrangente do Período	**1.259.921**	**2.381.503**	**1.760.949**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	01/07 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Atividades Operacionais				
Lucro Líquido		**1.259.920**	**2.381.501**	**1.760.953**
Ajustes ao Lucro Líquido		**1.597.931**	**2.537.050**	**4.131.266**
Provisão para Perdas Esperadas Associadas	7.e	1.503.327	3.330.924	3.708.063
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais	15.c	98.098	(1.113.245)	202.033
Atualizações Monetárias das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais	15.c	1.401	3.538	85.844
Tributos Diferidos	8	39.046	397.441	406.007
Resultado de Participações em Controladas	10	(23.368)	(48.853)	(50.659)
Depreciações e Amortizações	20	4.055	8.705	11.713
Resultado na Alienação de Valores e Bens		(1.151)	(4.980)	(4.854)
Atualização de Depósitos Judiciais	21	(22.287)	(32.964)	(29.167)
Atualização de Impostos a Compensar	21	(1.189)	(3.516)	(197.714)
Variações em Ativos e Passivos		**17.171.898**	**18.802.342**	**(45.675.596)**
Redução (Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		(8.214)	1.236.447	(182.058)
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários		(1.252.253)	(792.025)	(1.063.343)
Redução (Aumento) em Operações de Crédito		(6.119.079)	(8.022.888)	(4.635.646)
Redução (Aumento) em Outras - Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(43.828)	(29.320)	(121.846)
Redução (Aumento) em Depósitos no Banco Central		-	-	28.420
Redução (Aumento) em Despesas Antecipadas		451	(3.222)	557
Redução (Aumento) em Outros Ativos		(23.754)	411.827	742.887
Redução (Aumento) em Ativos Fiscais Correntes		(608)	81.392	125.586
Aumento (Redução) em Depósitos		24.270.686	24.506.777	(39.950.745)
Aumento (Redução) em Outros Passivos		(137.349)	(276.791)	(326.427)
Aumento (Redução) em Passivos Fiscais Correntes		829.640	2.633.095	865.137
Aumento (Redução) em Resultados de Exercícios Futuros		-	-	(14.574)
Imposto Pago		(343.793)	(942.950)	(1.143.544)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais		**20.029.748**	**23.720.893**	**(39.783.380)**
Atividades de Investimento				
Alienação de Participações em Coligadas e Controladas		139.498	139.498	-
Alienação de Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda		9.538	30.942	27.698
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos		2.543	11.044	11.904
Caixa Líquido Aplicado em Atividades de Investimento		**151.579**	**181.484**	**39.602**
Atividades de Financiamento				
Aumento (Redução) de Capital		(20.000.000)	(20.000.000)	40.000.000
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	16.b	-	(3.608.918)	(249.285)
Caixa Líquido Aplicado em Atividades de Financiamento		**(20.000.000)**	**(23.608.918)**	**39.750.715**
Aumento Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa		**181.327**	**293.459**	**6.937**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	4	**300.110**	**187.978**	**181.041**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	4	**481.437**	**481.437**	**187.978**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional
A Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Aymoré CFI), constituída na forma de sociedade anônima e, como instituição financeira, é regulada pelo Banco Central do Brasil. É uma companhia subsidiária integral controlada pelo Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander) e tem por objeto social a realização de operações de crédito, financiamento e empréstimo em geral, incluindo, mas não se limitando, financiamento para capital de giro e para aquisição de bens e serviços, e demais atividades permitidas pela legislação e regulamentação em vigor. As operações da Aymoré CFI são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, lideradas pelo Banco Santander. Os benefícios e custos correspondentes aos serviços prestados, absorvidos entre a Aymoré CFI e o Banco Santander, são realizados no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras
a) Apresentação das Demonstrações Financeiras
As demonstrações financeiras da Aymoré CFI, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e demais diretrizes previstas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif). Não foram adotadas nos balanços as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), relacionadas ao processo de convergência contábil internacional, ainda não recepcionadas pelo Bacen.
A Aymoré CFI é controlada pelo Banco Santander, investimentos estes que totalizam o equivalente à 100% do Capital Social da Aymoré CFI (Nota 17.c). As normas do Bacen preveem a apresentação de demonstrações consolidadas, não obstante, o Banco Santander foi consultado e não fez objeção quanto a não apresentação das demonstrações financeiras consolidadas pela controladora.
A Instrução Normativa BCB n 319/2022 revoga a partir de 1 de janeiro de 2023 a Carta-Circular n 3.429/2010, que estabelecia regras para o registro contábil de obrigações tributárias em discussão judicial, trazendo convergência à norma internacional IAS 37, cujo correspondente no Brasil é o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Não houve impactos relevantes da aplicação da norma.
A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.
O Conselho de Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2023, na reunião realizada em 26 de março de 2024.
b) Novas normas emitidas com vigência futura
A Resolução CMN n 4.966/2021, estabelece os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), harmonizando os critérios contábeis do COSIF para os requerimentos da norma internacional IFRS 9 a partir de 1 de janeiro de 2025. Dentre as principais mudanças está a classificação de instrumentos financeiros, reconhecimento de juros em caso de atraso, cálculo da taxa efetiva contratual, baixa a prejuízo e reconhecimento da provisão e classificação das operações com problemas de crédito.
A Lei nº 14.467/2022 alterou o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das Instituições Financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo BACEN. A principal alteração está na dedução das perdas incorridas na determinação do Lucro Real e da base de cálculo da CSLL. Esta lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025.
A adoção da Resolução CMN n 4.966/2021, da Lei nº 14.467/2022 e de outras normativas que são correlacionados, inclusive a reformulação do elenco de contas do COSIF pela Aymoré CFI, estão contidas no Plano de Implementação do Conglomerado Santander.
O Plano de Implementação dos referidos normativos no Conglomerado Santander está segregado em três pilares:
(i) Organização e Governança: Fóruns e Comitês compostos por diversos níveis hierárquicos dedicados a definição e acompanhamento da implementação;
(ii) Processos e Sistemas: Mapeamento dos impactos e implementação das mudanças nos processos e sistemas; e
(iii) Modelos e Critérios: Revisão e atualização dos modelos e critérios utilizados nas estimativas contábeis.
O cronograma do Plano de Implementação está sendo faseado ao longo do período de 2023 até o final do exercício de 2024, sendo que ainda depende de normas acessórias a serem emitidas pelo BACEN para implementação total. Os impactos nas Demonstrações Financeiras serão divulgados de forma oportuna após a definição completa do arcabouço regulatório.
A Resolução CMN n 4.975/2021, estabelece a observância ao Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) - Arrendamentos, no reconhecimento, na mensuração, na apresentação e na divulgação de operações de arrendamento mercantil a partir de 1 de janeiro de 2025. A Aymoré CFI está avaliando os impactos e alterações necessárias para atendimento desta norma.
c) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação
As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Aymoré CFI.

3. Principais Políticas Contábeis
a) Caixa e Equivalentes de Caixa
Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa correspondem aos saldos de aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.
b) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez
São demonstradas pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados *pro rata* dia.
c) Títulos e Valores Mobiliários
Conforme Circular Bacen n 3.068/2001, a carteira de títulos e valores mobiliários é classificada nas seguintes categorias:
I - Títulos para negociação, onde são registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, ajustados ao valor de mercado (valor justo) em contrapartida ao resultado do período;
II - Títulos disponíveis para venda, onde são registrados os títulos e valores mobiliários que podem ser negociados, mas não foram adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, ajustados ao valor de mercado (valor justo) em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido. Os ajustes ao valor de mercado, quando realizados, são transferidos para o resultado do período; e
III - títulos mantidos até o vencimento, onde são registrados os títulos e valores mobiliários para os quais existe intenção e capacidade financeira do Banco de mantê-los em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos.
As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período.
d) Mensuração do Valor Justo
A Aymoré classifica as mensurações ao valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete o modelo utilizado no processo de mensuração:
Nível 1: Determinados com base em cotações públicas de preços em mercados ativos para ativos e passivos idênticos, incluem títulos da dívida pública, ações e derivativos listados.
Nível 2: São os derivados de dados diferentes dos preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente ou indiretamente. Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado utilizando como referência dados de mercado observáveis.
Nível 3: São derivados de técnicas de avaliação que incluem dados para os ativos ou passivos que não são baseados em variáveis observáveis de mercado. Quando houver informações que não sejam baseadas em dados de mercado observáveis, a Aymoré utiliza modelos desenvolvidos internamente, visando mensurar adequadamente o valor justo destes instrumentos. No nível 3 são classificados, principalmente, instrumentos de baixa de liquidez.
e) Carteira de Créditos e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito
A carteira de crédito inclui as operações de crédito, operações de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito. É demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados *pro rata* dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias, o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.
A Aymoré CFI efetua a baixa de créditos para prejuízo quando estes apresentam atraso superior a 360 dias. No caso de operações de crédito de longo prazo (acima de 3 anos) são baixadas quando completam 540 dias de atraso. A operação de crédito baixada para prejuízo é registrada em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança.
As cessões de crédito sem retenção de riscos resultam na baixa dos ativos financeiros objeto da operação, que passam a ser mantidos em conta de compensação. O resultado da cessão é reconhecido integralmente, quando de sua realização.
As cessões de crédito com retenção de riscos têm seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações, e os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.
As provisões para operações de crédito são fundamentadas nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas); na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, conforme estabelecido pela Resolução CMN 2.682/1999.
f) Outros Valores e Bens
Outros valores e bens referem-se, principalmente, a bens não de uso próprio, compostos basicamente por imóveis e veículos recebidos em dação de pagamento.
g) Despesas Antecipadas
São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos.
g.1) Comissões Pagas a Correspondentes Bancários
Considerando-se o contido na Resolução CMN n 4.935 de julho de 2021, as comissões pagas aos agentes intermediadores da originação de novas operações de crédito ficam limitadas aos percentuais máximos de (i) 6% do valor da nova operação originada e (ii) 3% do valor da operação objeto de portabilidade.
As referidas comissões devem ser integralmente reconhecidas como despesa quando incorridas.
h) Permanente
Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:
h.1) Investimentos
Os ajustes dos investimentos em sociedades controladas são apurados pelo método de equivalência patrimonial e registrados em resultado de participações em controladas. Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor de mercado, quando aplicável.
O ágio na aquisição de sociedades controladas é amortizado em até 10 anos, observada a expectativa de resultados futuros e está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda de valor.
h.2) Imobilizado de Uso
A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4%, instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de segurança e comunicações - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.
h.3) Intangível
Os gastos de aquisição e desenvolvimento de logiciais são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos.
i) Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias
A Aymoré é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.
As provisões são reavaliadas ao final de cada período de reporte para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser total ou parcialmente revertidas, reduzidas ou podem ainda ser complementadas, quando há mudança de risco em relação as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.
As provisões são constituídas quando o risco de perda da ação for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e nas melhores informações disponíveis. Para os processos cujo risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas (Nota 15) e para os processos cujo risco de perda é remoto não é efetuada qualquer divulgação.
Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.
No caso de trânsitos em julgado favoráveis à Aymoré, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.
j) Plano de Benefícios a Funcionários
Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pela Aymoré CFI de: (i) complemento dos benefícios do sistema público de previdência; e (ii) assistência médica, no caso de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos.
Plano de Contribuição Definida
Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual a Aymoré e suas controladas como entidades patrocinadoras pagam contribuições fixas a um fundo de pensão, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no exercício corrente e em exercícios anteriores.
As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas de pessoal na demonstração dos resultados.
Planos de Benefício Definido
Plano de benefício definido é o plano de benefício pós-emprego que não seja plano de contribuição definida e estão apresentados na Nota 23. Para esta modalidade de plano, a obrigação da entidade patrocinadora é a de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado.
Desde janeiro de 2013, a Aymoré CFI aplica o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 33 (R1) que estabelece o reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais (déficit atuarial) não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida de conta destacada do patrimônio líquido (outros ajustes de avaliação patrimonial).
Principais Definições
- O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos corrente e passados.
- Déficit ou superávit é: (a) o valor presente da obrigação de benefício definido; menos (b) o valor justo dos ativos do plano.
- A entidade patrocinadora poderá reconhecer os ativos do plano no balanço quando atenderem as seguintes características: (i) os ativos do fundo forem suficientes para o cumprimento de todas as obrigações de benefícios aos empregados do plano ou da entidade patrocinadora; ou (ii) os ativos forem devolvidos à entidade patrocinadora com o intuito de reembolsá-la por benefícios já pagos a empregados.
- Ganhos e perdas atuariais são mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido resultantes de: (a) ajustes pela experiência (efeitos das diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que efetivamente ocorreu); e (b) efeitos das mudanças nas premissas atuariais.
- Custo do serviço corrente é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no exercício corrente.
- O custo do serviço passado é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em exercícios anteriores, resultante de alteração no plano ou de redução do número de empregados cobertos.
Benefícios pós-emprego são reconhecidos no resultado nas linhas de outras despesas operacionais - perdas atuariais - planos de aposentadoria e despesas com pessoal.
Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por entidade externa de consultoria especializada e aprovado pela Administração, no final de cada exercício com vigência para o período subsequente.
k) Remuneração Baseada em Ações
A Aymoré CFI possui planos de compensação a longo prazo com condições para aquisição. As principais condições para aquisição são: (1) condições de serviço, desde que o participante permaneça empregado durante a vigência; (2) condições de performance, a quantidade de ações a serem entregues a cada participante será determinada de acordo com o resultado da aferição de um parâmetro de performance: comparação do Retorno Total ao Acionista (RTA) do Conglomerado Santander com o RTA dos principais concorrentes globais do Grupo e (3) condições de mercado, uma vez que alguns parâmetros são condicionados ao valor de mercado das ações do Banco. A Aymoré mensura o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo.
Liquidação em Ação
A Aymoré CFI mensura o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida com as reservas de capital ao longo do período de vigência, como os serviços são recebidos, a Aymoré considera o tratamento das condições de serviço e reconhece o montante para os serviços recebidos durante o período de vigência, baseado na melhor avaliação da estimativa para a quantidade de instrumentos de patrimônio que se espera conceder.
Liquidação em Dinheiro
Para pagamentos baseados em ações liquidados em dinheiro (na forma de valorização das ações), a Aymoré CFI mensura os serviços prestados e o correspondente passivo incorrido ao valor justo. Este procedimento consiste na captura da valorização das ações entre a data de concessão e liquidação. A Aymoré reavalia o valor justo do passivo ao final de cada período de reporte, quaisquer mudanças neste montante são reconhecidas no resultado do período. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida às provisões em "salários a pagar" em todo o período de vigência, refletindo como os serviços são recebidos, a Aymoré registra o passivo total que represente a melhor estimativa da quantidade de direito de valorização das ações que serão adquiridas ao final do período de vigência e reconhece o valor dos serviços recebidos durante o período de vigência, baseado na melhor estimativa disponível. Periodicamente, a Aymoré analisa sua estimativa sobre o número de direitos de valorização de ações que serão adquiridos no final do período de carência.
Remuneração Variável Referenciada em Ações
Além dos administradores, todos os funcionários em posição de tomadores de risco, recebem no mínimo 40% de sua remuneração variável diferida em pelo menos três anos e 50% do total da remuneração variável em ações (SANB11), condicionada à permanência do participante no Grupo durante toda vigência do plano.
O plano está sujeito à aplicação de cláusulas Malus e Clawback, segundo as quais as parcelas diferidas da remuneração variável podem ser reduzidas, canceladas ou devolvidas nos casos de descumprimento das normas internas e exposição a riscos excessivos.
O valor justo das ações é calculado pela média da cotação final diária das ações nos 15 (quinze) últimos pregões imediatamente anteriores ao primeiro dia útil do mês de outorga.
l) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)
O PIS (0,65%) e a Cofins (4,00%) são calculados sobre as receitas da atividade ou objeto principal da pessoa jurídica. Para as instituições financeiras é permitida a dedução das despesas de captação na determinação da base de cálculo. As despesas de PIS e Cofins são registradas em despesas tributárias. Para empresas não financeiras as alíquotas são de 1,65% para o PIS e 7,6% para a Cofins.
m) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)
O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 15% para as instituições financeiras e pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização e 9% para as demais empresas, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal.
Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e/ou a liquidação do passivo.
De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 8.a, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.
n) Estimativas Contábeis
As estimativas contábeis e premissas utilizadas pela Administração para a preparação das demonstrações financeiras são revisadas pelo menos semestralmente, sendo apresentadas a seguir as principais estimativas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício quando comparados com os montantes reais, tais como: provisão para créditos e outros créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências, valorização a mercado de títulos e valores mobiliários e a realização dos créditos tributários. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva.
o) Juros sobre Capital Próprio
Os Juros sobre Capital Próprio são reconhecidos a partir do momento que sejam declarados ou proposto e assim configurem obrigação presente na data do balanço e, em cumprindo esta determinação, essa remuneração de capital deve ser registrada em conta específica no Patrimônio Líquido.
p) Resultados Recorrentes/Não Recorrentes
O resultado não corrente do exercício é aquele que:
I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e
II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.
A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na Nota Explicativa 24.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
Disponibilidades	**271.391**	**81.960**	**181.041**
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	**210.046**	**106.018**	**-**
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	210.046	106.018	-
Total	**481.437**	**187.978**	**181.041**

As informações relativas 31 de dezembro de 2021 são demonstradas para informar a composição dos saldos iniciais e saldos finais do Caixa e Equivalentes de Caixa apresentados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	31/12/2023			31/12/2022
	Até 3 meses	De 3 a 12 Meses		
Aplicações no Mercado Aberto	**210.046**	**141.286**	**351.332**	**1.483.751**
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	210.046	141.286	351.332	1.483.751
Total	**210.046**	**141.286**	**351.332**	**1.483.751**
Circulante			**351.332**	**1.483.751**

6. Títulos e Valores Mobiliários
a) Títulos e Valores Mobiliários
I) Resumo da Carteira por Categorias

	31/12/2023		31/12/2022
	Valor do Custo Amortizado	Valor Contábil	Valor Contábil
Títulos Disponíveis para Venda			
Títulos Privados	**4.852.180**	**4.852.180**	**3.599.718**
Cotas de Fundos de Investimentos [1]	4.852.180	4.852.180	3.599.718

Continua

...Continuação

Santander Financiamentos

Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

CNPJ nº 07.707.650/0001-10

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	31/12/2023 Valor do Custo Amortizado	31/12/2023 Valor Contábil	31/12/2022 Valor Contábil
Títulos para Negociação			
Títulos Privados	**158.471**	**158.471**	**618.906**
Cotas de Fundos de Investimentos [2]	158.471	158.471	618.906
Total	**5.010.651**	**5.010.651**	**4.218.624**
Circulante		**5.010.651**	**4.218.624**

II) Abertura por Vencimento

	31/12/2023 Sem Vencimento	31/12/2023 Total	31/12/2022 Sem Vencimento	31/12/2022 Total
Títulos Disponíveis para Venda				
Títulos Privados	**4.852.180**	**4.852.180**	**3.599.718**	**3.599.718**
Cotas de Fundos de Investimentos [1]	4.852.180	4.852.180	3.599.718	3.599.718
Títulos para Negociação				
Títulos Privados	**158.471**	**158.471**	**618.906**	**618.906**
Cotas de Fundos de Investimentos [2]	158.471	158.471	618.906	618.906
Total	**5.010.651**	**5.010.651**	**4.218.624**	**4.218.624**

[1] Em 31 de dezembro de 2023 as carteiras dos Fundos de Investimento estão compostas basicamente por ações de companhias abertas, debêntures e direitos creditórios.
[2] Em 31 de dezembro de 2023 a carteira do Fundo de Investimento está composta basicamente por operações compromissadas vinculadas a títulos públicos e Letras Financeiras do Tesouro - LFT.
O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado considerando a cotação média dos mercados organizados e o seu fluxo de caixa estimado, descontado a valor presente conforme as correspondentes curvas de juros aplicáveis, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião do encerramento do balanço.
As cotas de fundo de investimento são atualizadas com base no valor da cota divulgada pelos administradores dos fundos diariamente.
O valor do custo amortizado/contábil é equivalente ao valor de mercado.
Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a Aymoré CFI não realizou operações com derivativos.

7. Carteira de Créditos e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa
a) Carteira de Créditos

	31/12/2023	31/12/2022
Operações de Crédito	**57.586.276**	**52.957.227**
Financiamentos	56.762.337	51.842.669
Empréstimos e Títulos Descontados	823.939	1.114.558
Outros Ativos	**1.420.908**	**1.847.487**
Títulos e Créditos a Receber [1] (Nota 9)	1.420.908	1.847.487
Total	**59.007.184**	**54.804.714**

[1] Referem-se, substancialmente, a créditos adquiridos de lojistas.

b) Carteira de Créditos por Vencimento

	31/12/2023	31/12/2022
Vencidas	**1.130.028**	**1.194.622**
A Vencer [1]:		
Até 3 Meses	7.969.159	7.747.419
De 3 a 12 Meses	18.831.095	17.474.107
Acima de 12 Meses	31.076.902	28.388.566
Total	**59.007.184**	**54.804.714**

[1] A abertura de prazo é feita considerando o vencimento das parcelas.

c) Carteira de Créditos por Setor de Atividades

	31/12/2023	31/12/2022
Setor Privado		
Indústria	744.140	693.591
Comércio	2.217.119	2.039.847
Instituições Financeiras	10.445	9.141
Serviços e Outros	3.168.806	3.588.135
Pessoas Físicas	52.839.465	48.456.462
Agricultura	23.566	17.538
Setor Público		
Governo Municipal	3.643	-
Total	**59.007.184**	**54.804.714**

d) Carteira de Créditos e da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

31/12/2023

Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Carteira de Créditos Curso Normal	Carteira de Créditos Curso Anormal [1]	Carteira de Créditos Total	Provisão Requerida	Provisão Total
AA	0%	12.449.616	-	12.449.616	-	-
A	0,5%	30.325.163	-	30.325.163	151.626	151.626
B	1%	6.100.521	1.297.838	7.398.359	73.984	73.984
C	3%	2.241.441	1.322.843	3.564.284	106.929	106.929
D	10%	574.508	774.264	1.348.772	134.877	134.877
E	30%	124.471	545.079	669.550	200.865	200.865
F	50%	82.318	463.010	545.328	272.664	272.664
G	70%	62.700	352.252	414.952	290.466	290.466
H	100%	366.051	1.925.109	2.291.160	2.291.160	2.291.160
Total		**52.326.789**	**6.680.395**	**59.007.184**	**3.522.571**	**3.522.571**
Circulante						**1.318.841**
Não Circulante						**2.203.730**

31/12/2022

Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Carteira de Créditos Curso Normal	Carteira de Créditos Curso Anormal [1]	Carteira de Créditos Total	Provisão Requerida	Provisão Total
AA	0%	14.508.146	-	14.508.146	-	-
A	0,5%	24.915.711	-	24.915.711	124.579	124.579
B	1%	5.054.105	1.523.260	6.577.365	65.774	65.774
C	3%	1.543.945	1.524.166	3.068.111	92.043	92.043
D	10%	617.529	909.618	1.527.147	152.715	152.715
E	30%	168.692	650.615	819.307	245.792	245.792
F	50%	110.361	548.210	658.571	329.286	329.286
G	70%	76.905	431.542	508.447	355.913	355.913
H	100%	313.948	1.907.961	2.221.909	2.221.909	2.221.909
Total		**47.309.342**	**7.495.372**	**54.804.714**	**3.588.011**	**3.588.011**
Circulante						**1.335.689**
Não Circulante						**2.252.322**

[1] Inclui parcelas vincendas e vencidas.

e) Movimentação da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Saldo Inicial	**3.588.011**	**3.230.165**
Constituições Líquidas das Reversões	3.330.924	3.708.063
Baixas	(3.396.364)	(3.350.217)
Saldo Final	**3.522.571**	**3.588.011**
Créditos Recuperados [1]	**351.896**	**405.223**

[1] Registrados como receita da intermediação financeira na rubrica operações de crédito.

f) Créditos Renegociados

	31/12/2023	31/12/2022
Créditos Renegociados	4.152.857	4.327.101
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(1.410.293)	(1.474.156)
Percentual de Cobertura sobre a Carteira de Renegociação	34%	34%

8. Ativos e Passivos Fiscais
a) Ativos fiscais Correntes e Diferidos

	31/12/2023	31/12/2022
Ativos Fiscais Diferidos	2.101.183	2.489.321
Impostos e Contribuições a Compensar	30.329	108.205
Total	**2.131.512**	**2.597.526**

a.1) Natureza e Origem dos Ativos fiscais Diferidos

	Origens 31/12/2023	Origens 31/12/2022	Saldo em 31/12/2022	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2023
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	4.718.986	4.289.694	1.715.878	1.346.992	(1.175.275)	1.887.595
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	164.207	171.822	68.729	48.164	(51.210)	65.683
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais [1]	5.143	1.373.681	547.085	304.102	(849.131)	2.056
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	141.046	195.047	78.020	48.334	(69.935)	56.419
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	27.619	26.160	10.464	11.181	(10.598)	11.047
Outras Provisões Temporárias [2]	195.969	174.765	69.145	133.631	(124.393)	78.383
Total dos Créditos Tributários	**5.252.970**	**6.231.169**	**2.489.321**	**1.892.404**	**(2.280.542)**	**2.101.183**

(1) Em 2023, inclui os efeitos relacionados ao processo do PIS e Cofins referentes ao questionamento da Lei n 9718/98, conforme descrito na nota 15.
(2) Composto, principalmente, por provisões de natureza administrativas e depósitos judiciais.
A Aymoré CFI não possui créditos tributários não ativados em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

a.2) Expectativa de Realização dos Ativos Fiscais Diferidos

31/12/2023 — Diferenças Temporárias

Ano	IRPJ	CSLL	Total Registrado
2024	439.240	263.545	702.785
2025	235.711	141.428	377.139
2025	300.478	180.288	480.766
2026	270.981	162.589	433.570
2027	65.692	39.415	105.107
2028 a 2032	1.135	681	1.816
Total	**1.313.237**	**787.946**	**2.101.183**

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.
Com base na Resolução CMN 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 2/2020, os Créditos Tributários devem ser apresentados integralmente no longo prazo, para fins de balanço.

a.3) Valor Presente dos Ativos Fiscais Diferidos
O valor presente total dos créditos tributários é de R$ 1.770.037 (31/12/2022- R$ 2.237.469), calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e a taxa média de captação, projetada para os períodos correspondentes.

b) Passivos Fiscais Correntes e Diferidos
As obrigações fiscais e previdenciárias compreendem os impostos e contribuições a recolher e valores questionados em processos judiciais e administrativos.

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros [1]	2.002.384	305.993
Provisão para Tributos Diferidos	9.308	4
Impostos e Contribuições a Pagar	63.588	69.835
Total	**2.075.280**	**654.240**

[1] Em 2023, inclui os efeitos da constituição dos montantes relacionados ao processo do PIS e Cofins referentes ao questionamento da Lei n 9718/98, conforme descrito na nota 15.

b.1) Natureza e Origem dos Passivos Passivos Fiscais Diferidos

	Saldo em 31/12/2022	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2023
Mais Valia dos Intangíveis da Super	4	24.649	(15.345)	9.308
Total	**4**	**24.649**	**(15.345)**	**9.308**

b.2) Expectativa de Realização dos Passivos Fiscais Diferidos

31/12/2023 — Diferenças Temporárias

Ano	IRPJ	CSLL	Total
2023	3.101,3	0,2	3.101,5
2024	3.101,2	0,2	3.101,4
2025	3.101,2	0,2	3.101,4
2026	0,3	0,2	0,5
2027	0,3	0,2	0,5
2028 a 2032	1,7	1,0	2,7
Total	**9.306,0**	**2,0**	**9.308,0**

c) Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	**3.954.080**	**3.048.143**
Participações no Lucro [1]	(27.954)	(32.831)
Resultado antes dos Impostos	**3.926.126**	**3.015.312**
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 15%	**(1.570.449)**	**(1.222.581)**
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	19.540	20.446
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	10.131	169.218
IRPJ e CSLL sobre as Diferenças Temporárias e Prejuízo Fiscal de Exercícios Anteriores	(9.228)	(245.919)
Demais Ajustes CSLL 1%	-	12.314
Demais Ajustes	5.381	12.163
Imposto de Renda e Contribuição Social	**(1.544.625)**	**(1.254.359)**

[1] A base de cálculo é o lucro líquido, após o IR e CSLL.

d) Despesas Tributárias

	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Despesas com Cofins	454.322	386.472
Despesas com PIS	73.827	62.802
Despesas com ISS	38.394	33.068
Atualizações de Impostos e Contribuições	201	82.874
Outras	646	2.925
Total	**567.390**	**568.141**

9. Outros Ativos

	31/12/2023	31/12/2022
Títulos e Créditos a Receber (Nota 7.a)	1.420.908	1.847.487
Devedores por Depósitos em Garantia		
Para Interposição de Recursos Fiscais	443.701	414.279
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	56.702	76.168
Para Interposição de Recursos Cíveis	119.945	98.862
Valores a Receber - Subsídio de Taxa de Equalização de Financiamento	29.479	239
Adiantamentos Salariais	1.349	1.265
Pagamentos a ressarcir	1	4
Rendas a Receber	24.694	17.165
Outros Valores e Bens	9.046	8.212
Despesas Antecipadas	6.803	3.581
Outros	22.742	43.243
Total	**2.135.370**	**2.510.505**
Circulante	**1.327.129**	**1.681.679**
Não Circulante	**808.241**	**828.826**

10. Participações em Controladas

31/12/2023

Investimento	Atividade	Quantidade de Ações Possuídas (Mil) Ações Ordinárias	Participação Direta
Banco PSA Finance Brasil S.A. (Banco PSA)	Banco	-	0%
Banco Hyundai Capital Brasil S.A. (Banco Hyundai)	Banco	150.000	50%
Solution 4Fleet Consultoria Empresarial S.A. (Solution 4Fleet)	Outras	328	80%

Investimento	Patrimônio Líquido Ajustado 31/12/2023	Lucro Líquido 01/01 a 31/12/2023	Valor dos Investimentos 31/12/2023	Valor dos Investimentos 31/12/2022	Resultado da Equivalência Patrimonial 01/01 a 31/12/2023	Resultado da Equivalência Patrimonial 01/01 a 31/12/2022
Banco PSA [1]	273.509	21.218	-	130.389	10.761	12.656
Banco Hyundai	527.124	90.466	263.562	218.808	45.233	41.107
Solution 4Fleet	127	(8.926)	363	7.503	(7.141)	(3.104)
Total	**800.760**	**102.758**	**263.925**	**356.700**	**48.853**	**50.659**

	31/12/2023	31/12/2022
Total dos Investimentos Avaliados por Equivalência Patrimonial	**263.925**	**356.700**
Ágio - Solution 4Fleet [2]	19.686	26.418
Ágio - Banco PSA [2]	-	6.507
Total dos Investimentos	**283.611**	**389.625**

[1] Os saldos informados referem-se à data base de agosto de 2023, data em que foi vendida a totalidade da participação mantida pela a Aymoré conforme descrito no relatório de administração no item "Eventos Societários".
[2] Ágio líquido de amortização

11. Imobilizado de Uso

	31/12/2023 Custo	31/12/2023 Depreciação Acumulada	31/12/2023 Residual	31/12/2022 Residual
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	59.406	(58.028)	1.378	2.179
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	10.493	(10.173)	320	521
Sistemas de Segurança e Comunicações	6.658	(6.648)	10	13
Total	**76.557**	**(74.849)**	**1.708**	**2.713**

12. Intangível

	31/12/2023 Custo	31/12/2023 Amortização Acumulada	31/12/2023 Residual	31/12/2022 Residual
Aquisição e Desenvolvimento de Logiciais	142.518	(142.518)	-	101
Total	**142.518**	**(142.518)**	**-**	**101**

13. Depósitos

	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2023	31/12/2022
Depósitos à Vista	67.832	-	-	-	67.832	75.522
Depósitos Interfinanceiros (Nota17.d)	-	1.981.193	25.186.606	11.589.480	38.757.279	14.242.812
Total	**67.832**	**1.981.193**	**25.186.606**	**11.589.480**	**38.825.111**	**14.318.334**
Circulante					**27.235.631**	**5.924.393**
Não Circulante					**11.589.480**	**8.393.941**

14. Outros Passivos

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Fiscais (Nota 15.b) [1]	10.750	1.367.928
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 15.b)	157.829	120.713
Provisão para Pagamentos a Efetuar		
Despesas de Pessoal	39.093	43.015
Despesas Administrativas	591	525
Outros Pagamentos	21.669	12.165
Fornecedores [2]	140.162	289.925
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	26.282	23.598
Débitos de Veículos Apreendidos - Leilão	20.033	6.097
Sociais e Estatutárias	9.461	426.472
Valores a Pagar Sociedades Ligadas	925	910
Outras	83.354	20.580
Total	**510.149**	**2.311.928**
Circulante	**391.434**	**2.210.562**
Não Circulante	**118.715**	**101.366**

[1] Em 2023, inclui os efeitos da constituição dos montantes relacionados ao processo do PIS e Cofins referentes ao questionamento da Lei n 9718/98, conforme descrito na nota 15.
[2] Registro de valores a pagar a agentes de viagens, correspondentes às liberações parceladas estabelecidas em contrato de cessão.

15. Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias
a) Ativos Contingentes
Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes (Nota 3.k).
b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 14)	**10.750**	**1.367.928**
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 14)	**157.829**	**120.713**
Ações Trabalhistas	22.399	2.202
Ações Cíveis	135.430	118.511
Total	**168.579**	**1.488.641**

c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	01/01 a 31/12/2023 Fiscais	01/01 a 31/12/2023 Trabalhistas	01/01 a 31/12/2023 Cíveis	01/01 a 31/12/2022 Fiscais	01/01 a 31/12/2022 Trabalhistas	01/01 a 31/12/2022 Cíveis
Saldo Inicial	**1.367.928**	**2.202**	**118.511**	**1.284.870**	**205**	**115.498**
Constituição Líquida de Reversão [1][2]	(1.353.783)	91.447	149.091	4.162	58.505	139.366
Atualização Monetária [1]	1.203	1.054	1.281	83.860	542	1.442
Baixas por Pagamentos	(4.598)	(72.304)	(133.453)	(4.964)	(57.050)	(137.795)
Saldo Final	**10.750**	**22.399**	**135.430**	**1.367.928**	**2.202**	**118.511**
Depósitos em Garantia - Outros Créditos [3]	391.556	19.381	2.537	369.206	30.262	3.214

[1] Registrados em despesas tributárias e outras receitas/despesas operacionais.
[2] Em 2023, inclui a reversão da provisão para processos de PIS e Cofins referentes ao questionamento da Lei n 9718/98.
[3] Referem-se aos valores de depósitos em garantias, limitados ao valor da provisão de contingência e não contemplam os depósitos em garantia, relativos as contingências possíveis e/ou remotas e depósitos recursais.

d) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscais e Previdenciárias
A Aymoré CFI é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.
As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de êxito da Aymoré CFI com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. A Aymoré CFI tem por política provisionar integralmente o valor das ações cuja avaliação está classificada como perda provável.
Os principais processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações legais, fiscais e previdenciárias, estão descritos a seguir:
PIS e Cofins - A Aymoré CFI ajuizou medida judicial visando a afastar a aplicação da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas, que, antes da referida norma, eram tributadas pelo PIS e Cofins apenas as receitas de prestação de serviços e de venda de mercadorias.
Em 2023, o STF decidiu o Tema 372 por meio de Repercussão Geral, e acolheu parcialmente o recurso da União Federal fixando a tese de que incide o PIS/Cofins sobre as receitas operacionais decorrentes das atividades típicas das instituições financeiras, de forma a a terem sido constituídas as respectivas obrigações de PIS e Cofins. Em 31 de dezembro de 2023, o montante envolvido é de R$ 1.495.141 (31/12/2022 - R$ 1.368.381). Vide nota 8.
e) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Trabalhista
São ações movidas por Sindicatos, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas.
Para ações consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.
f) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cível
Estas provisões são em geral decorrentes de: (1) ações decorrentes de contratos de financiamento, (2) ações de execução; e (3) ações de indenização por perdas e danos. Para ações cíveis consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.
g) Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível
São processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente. As ações com classificação de perda possível, de natureza tributária, totalizaram em R$ 988.516, cíveis R$ 1.564 e trabalhista R$ 0.
INSS sobre Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) - Processos judiciais e administrativos contra as autoridades fiscais, a respeito da cobrança de contribuição previdenciária se os pagamentos efetuados a título de participação nos lucros e resultados. Em 31 de dezembro de 2023, os valores relacionados a esses processos totalizavam aproximadamente R$ 213.692.
Dedutibilidade de perdas em operações créditos - Refere-se a processo administrativo de natureza fiscal, visando a cobrança de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido do período de 2012, em razão de despesas operacionais supostamente não comprovadas e exclusão indevida de perdas em operações de crédito. Atualmente, o processo aguarda julgamento em âmbito administrativo. Em 31 de dezembro de 2023, os valores relacionados a esses processos totalizavam aproximadamente R$ 507.425.
Compensação Não Homologada - A empresa discute administrativa e judicialmente com a Receita Federal a não homologação de compensações de tributos com créditos decorrentes de pagamento a maior ou indevido. Em 31 de dezembro de 2023, o valor era de aproximadamente R$ 30.532 milhões.
Imposto sobre Propriedade de Veículo Automotor (IPVA) - A empresa discute judicialmente a exigência de débitos de IPVA, relativos à veículos em arrendamento mercantil, para fatos geradores ocorridos antes e depois da baixa do gravame. Em 31 de dezembro de 2023, o valor era de aproximadamente R$ 130.897 milhões.

16. Patrimônio Líquido
a) Capital Social
O capital social, em 31 de dezembro de 2023, totalmente subscrito e integralizado, é composto por 50.159 mil ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, todas de domiciliados no país.
Em reunião realizada em 29 de abril de 2022, foi aprovado o aumento de capital com base em reserva de R$590.157, passando de um montante de R$857.516 para o montante de R$1.447.673. Em reuniões realizadas em 23 de maio de 2022 e 08 de julho de 2022 foram aprovadas pela administração os aumentos de R$20.000.000, resultando um aumento total de R$40.000.000 durante o exercício, passando de um capital de montante de R$1.447.673 para R$41.447.673.
Em reunião realizada em 20 de setembro de 2023, foi aprovado pela administração a redução de capital de R$ 20.000.000, passando de um montante de R$ 41.447.673 para o montante de R$ 21.447.673.
b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio
Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação.
Abaixo estão os destaques realizados em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022:

31/12/2023

	Em Milhares de Reais Bruto	Reais por Ação Bruto Ordinárias	Reais por Ação Líquido Ordinárias
Dividendos [1]	1.940.691	0,04	0,04
Dividendos [2]	1.250.000	0,02	0,02
Total	**3.190.691**	**0,06**	**0,06**

31/12/2022

	Em Milhares de Reais Bruto	Reais por Ação Bruto Ordinárias	Reais por Ação Líquido Ordinárias
Dividendos [3]	418.226	0,01	0,01
Total	**418.226**	**0,01**	**0,01**

[1] Deliberados pelo Conselho de Administração em 09 de maio de 2023, destaque de dividendos intermediários com base em reservas pagos em 09 de maio de 2023.
[2] Deliberados pelo Conselho de Administração em 09 de maio de 2023, destaque de dividendos intercalares pagos em 09 de maio de 2023 e imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2023(o montante final inclui R$ 565.607 de dividendos mínimos obrigatórios).
[3] Em 28 de abril de 2023 foram pagos dividendos intermediários, totalmente imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício social de 2022.

c) Reserva Legal
De acordo com a legislação societária brasileira, devem ser destinados 5% do seu lucro para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja a 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.
d) Reservas Estatutárias
O saldo remanescente do lucro líquido do exercício será destinado 50% para reserva para reforço de capital de giro e 50% para equalização de dividendos, com a finalidade de garantir os meios financeiros para as operações da Aymoré CFI e a continuidade da distribuição de dividendos, podendo ser utilizadas para futuros aumentos de capital. Ambas as reservas, juntamente com a reserva legal, estão limitadas a 100% do capital social.

17. Partes Relacionadas
a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração
Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) da Aymoré CFI realizada em 28 de abril de 2023, foi aprovado o montante global anual da remuneração dos administradores para o ano de 2023. no valor máximo de R$ 11 milhões. A Aymoré CFI é parte integrante do Conglomerado Santander e parte de seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Santander e parte pelos cargos que ocupam na Aymoré CFI. A Aymoré CFI não possui benefícios de rescisão de contrato de trabalho para seu pessoal-chave da administração.
a.1) Benefícios de Longo Prazo
A Aymoré CFI, assim como o Banco Santander, igualmente como outras controladas no mundo do Grupo Santander Espanha, possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações, com base na obtenção de metas (Nota 23.b).
a.2) Benefícios de Curto Prazo
A tabela a seguir demonstra os salários e honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva:

	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Remuneração Fixa	1.835	2.223
Remuneração Variável	1.194	2.343
Remuneração Variável - em ações	1.157	1.711
Outras	2.258	3.101
Total Benefícios de Curto Prazo	**6.444**	**9.378**
Remuneração Baseada em Espécie	1.015	1.984
Remuneração Baseada em Ações	973	1.953
Total Benefícios de Longo Prazo	**1.988**	**3.937**
Total	**8.432**	**13.315**

Adicionalmente, no exercício de 2023, foram recolhidos encargos sobre a remuneração da Administração no montante de R$ 575 (31/12/2022 - R$699).
b) Operações de Crédito
A Aymoré CFI poderá efetuar transações com partes relacionadas, alinhadas com a legislação vigente no que tangem os artigos 6º e 7º da Resolução CMN nº 4.693/18, o artigo 34 da "Lei das Sociedades Anônimas" e a Política para Transações com Partes Relacionadas do Santander, publicada no site de Relações com Investidores, sendo consideradas partes relacionadas:
(1) seus controladores, pessoas naturais ou jurídicas, nos termos do art. 116 da Lei das Sociedades Anônimas;
(2) seus diretores e membros de órgãos estatutários ou contratuais;
(3) em relação às pessoas mencionadas nos incisos (i) e (ii), seu cônjuge, companheiro e parentes, consanguíneos ou afins, até o segundo grau;
(4) pessoas naturais com participação societária qualificada em seu capital;
(5) pessoas jurídicas com participação societária qualificada em seu capital;
(6) pessoas jurídicas em cujo capital, direta ou indiretamente, uma Instituição Financeira Santander possua participação societária qualificada;
(7) pessoas jurídicas nas quais uma Instituição Financeira Santander possua controle operacional efetivo ou preponderância nas deliberações, independentemente da participação societária; e
(8) pessoas jurídicas que possuam diretor ou membro do Conselho de Administração em comum com uma Instituição Financeira Santander.
c) Participação Acionária
A Aymoré CFI é controlada pelo Banco Santander que possui participação acionária direta de 2.877.066 mil ações ordinárias, equivalentes a 100% do capital social.
d) Transações com Partes Relacionadas
As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.
As principais transações e saldos são conforme segue:

	31/12/2023 Ativos (Passivos)	01/01 a 31/12/2023 Receitas (Despesas)	31/12/2022 Ativos (Passivos)	01/01 a 31/12/2022 Receitas (Despesas)
Disponibilidades	**271.391**	**-**	**81.960**	**-**
Banco Santander (Brasil) [2]	271.391	-	81.960	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	**351.332**	**142.461**	**1.483.751**	**140.637**
Banco Santander (Brasil) [2]	351.332	142.461	1.483.751	140.637
Títulos e Valores Mobiliários	**5.010.652**	**500.281**	**618.906**	**65.815**
Santander Hermes Multi Créd Priv Infra Fundo de Investimento	2.063.554	29.997	-	-
Getnet Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	9.621	119	-	-
Santander Fundo de Investimentos SBAC Referenciado	158.472	49.566	618 906	65 815
Santander Fundos de Investimentos Amazonas Multimercado	2.779.005	420.599	-	-
Dividendos e Bonificações a Receber	**809**	**-**	**7.762**	**-**
Banco PSA Finance Brasil S.A. [3][6]	-	-	7.432	-
Banco Hyundai Capital Brasil S.A. [3]	809	-	330	-
Rendas a Receber de Serviços Prestados	**22.593**	**79.575**	**9.404**	**65.376**
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. [4]	18.966	79.575	7.160	65.376
Banco Hyundai Capital Brasil S.A.	894	-	807	-
Banco RCI Brasil S.A. [3]	2.733	-	1.437	-
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	**-**	**53.963**	**-**	**34.426**
Banco RCI Brasil S.A.[3])	-	16.393	-	2.173
Banco Santander (Brasil) [2]	-	27.678	-	22.078
Banco Hyundai Capital Brasil S.A. [3]	-	9.892	-	10.176
Outros Ativos	**814**	**49**	**-**	**(3.047)**
Banco RCI Brasil S.A. [3]	-	-	-	(3.047)
Pessoal Chave da Administração	814	49	-	-
Depósitos Interfinanceiros	**(38.757.279)**	**(1.219.481)**	**(14.242.812)**	**(2.431.389)**
Banco Santander (Brasil) [2]	(38.757.279)	(1.219.481)	(14.242.812)	(2.431.389)
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas	**(645)**	**(455.705)**	**(186)**	**(454.964)**
Banco Santander (Brasil) [1][2]	-	(455.681)	(186)	(454.852)
Esfera Fidelidade S.A. [3]	-	-	-	(78)
Getnet S.A. [3]	-	(1)	-	(14)
Universia Brasil S.A. [3]	-	(23)	-	(20)
Solution 4fleet Consultoria Empresarial S.A.	(95)	-	-	-
Banco Hyundai Capital Brasil S.A. [3]	(550)	-	-	-
Despesas com Doações	**-**	**-**	**-**	**(1.400)**
Fundação Santander [3]	-	-	-	(1.400)
Outros Passivos	**(99)**	**-**	**(7.859)**	**(13.315)**
Pessoal Chave da Administração	(99)	-	(7.859)	(13.315)

[1] Inclui despesas administrativas - convênio operacional e outras despesas operacionais.
[2] Controlador da Aymoré CFI.
[3] Referem-se as empresas controladas direta e indiretamente pelo Banco Santander.
[4] Influência significativa do Banco Santander Espanha.
[5] Controlada indiretamente pelo Banco Santander Espanha.
[6] A participação do PSA foi vendida em sua totalidade conforme descrito no relatório de administração item "Eventos Societários".

18. Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias

	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Rendas por Serviços de Pagamentos	28.482	25.055
Operações de Crédito	335.774	302.976
Avaliação de Bens	324.052	235.849
Comissões de Seguros (Nota 17.d)	79.575	65.376
Outras	-	3.046
Total	**767.883**	**632.302**

19. Despesas de Pessoal

	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Proventos	133.191	128.264
Benefícios	44.989	41.166
Previdência Social	31.488	29.938
Encargos	17.387	12.105
Previdência Complementar	1.621	1.753
Remuneração Estagiário	619	510
Treinamento	397	359
Total	**229.692**	**214.095**

20. Outras Despesas Administrativas

	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Convênio Santander (Nota 17.d)	427.400	419.774
Serviços Técnicos Especializados e Terceiros	419.312	410.589
Transportes e Viagens	14.788	13.576
Depreciações e Amortizações	8.705	11.713
Propaganda e Publicidade	48.674	53.926
Outras	38.907	34.742
Total	**957.786**	**944.320**

21. Outras Receitas Operacionais

	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Recuperação de Encargos e Despesas	627.211	760.546
Reversão de Provisão Operacionais - Fiscais [1]	1.365.803	-
Atualização de Depósitos Judiciais	32.964	29.167
Atualização de Impostos a Compensar	3.516	197.714
Outras	44	4.923
Total	**2.029.538**	**992.350**

[1] Reversão de Provisão PIS e COFINS (Lei nº 9.718/98)

22. Outras Despesas Operacionais

	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Provisões Operacionais		
Fiscais (Nota 15.c)	12.020	4.162
Trabalhistas (Nota 15.c)	91.447	58.505
Cíveis (Nota 15.c)	149.091	139.366
Outras	368.720	307.415
Atualizações de despesas monetárias	2.830	2.415
Despesas com Registro de Contratos	259.758	230.166
Comissões de Correspondentes Bancários - CDC	1.241.336	954.787
Comissões de Cobrança com o Banco Santander	28.281	33.205
Despesas com Serasa/Serviço de Proteção ao Crédito (SPC)	6.139	7.346
Juros passivos - Compra Carteira de Crédito a Prazo [1]	19.693	30.905
Obrigações de PIS e COFINS [2]	1.495.141	-
Outras	180.072	177.787
Total	**3.854.528**	**1.946.059**

[1] Refere-se à operação de cessão de crédito com lojistas.
[2] Constituição da obrigação de PIS e COFINS (Lei nº 9.718/98).

Continua...

...Continuação

Santander Financiamentos

Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

CNPJ nº 07.707.650/0001-10

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

23. Plano de Benefícios a Funcionários - Benefícios Pós-Emprego

a) Plano de Aposentadoria Complementar

A Aymoré CFI patrocina, juntamente com o Banco Santander, os planos de benefício definido e de contribuição definida da Sanprev - Santander Associação de Previdência (Sanprev) Plano II e SantanderPrevi - Sociedade de Previdência Privada (SantanderPrevi), entidades fechadas de previdência privada e previdência complementar, com a finalidade de conceder aposentadorias e pensões complementares às concedidas pela Previdência Social, conforme definido no regulamento básico de cada plano.

I) Banesprev

Sanprev Plano II: plano que oferece coberturas de riscos, suplementação de pensão temporária, aposentadoria por invalidez e pecúlio por morte e suplementação do auxílio-doença e auxílio-natalidade, abrangendo os empregados dos patrocinadores inscritos no plano, sendo custeado, exclusivamente, pelos patrocinadores, por meio de contribuições mensais, quando indicadas pelo atuário. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

Sanprev Plano III: plano de contribuição variável, abrangendo os empregados dos patrocinadores que fizeram a opção de contribuir, mediante contribuições livremente escolhidas pelos participantes a partir de 2% do salário de contribuição. Nesse plano o benefício é de contribuição definida durante a fase de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento do benefício, sendo na forma de renda mensal vitalícia, em todo ou em parte do benefício. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

II) SBPREV - Santander Brasil Previdência Aberta: a partir de 2 de janeiro de 2018, o Santander passou a oferecer este novo programa de previdência complementar opcional para os novos funcionários contratados e para os funcionários que não estivessem inscritos em qualquer outro plano previdenciário administrado pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar do Grupo. Este novo programa contempla as modalidades PGBL- Plano Gerador de Benefícios Livres e VGBL-Vida Gerador de Benefícios Livres administrados pela Icatu Seguros, Entidade Aberta de Previdência Complementar, abertos para novas adesões, sendo suas contribuições partilhadas entre as empresas instituidoras/estipulantes-averbadoras e os participantes dos planos.

Apuração do Ativo (Passivo) Atuarial Líquido

	Banesprev	
	31/12/2023	31/12/2022
Conciliação dos Ativos e Passivos		
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(6)	(5)
Valor Justo dos Ativos do Plano	22	16
Sendo:		
Superávit	**16**	**11**
Valor não Reconhecido como Ativo	2	1
Ativo (Passivo) Atuarial Líquido	**14**	**10**
Receitas (Despesas) Reconhecidas	1	1
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	13	11
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	5	(7)

Principais Premissas Atuariais Adotadas nos Cálculos

- Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial: 8,65% (2022 - 9,64%);
- Taxa para cálculo do juros sobre os ativos, para exercício seguinte: 8,65% (2022 - 9,64%);
- Taxa estimada de inflação no longo prazo: 3,00% (2022 - 3,00%);
- Taxa estimada de aumento nominal dos salários: 3,77% (2022 - 3,57%); e
- Tábua biométrica de mortalidade geral: AT2000 (2022 - AT2000).

Abertura dos ganhos (perdas) atuariais por experiência, hipóteses financeiras e hipóteses demográficas:

	Banesprev	
	31/12/2023	31/12/2022
Experiência do Plano	-	2
Mudanças em Hipóteses Financeiras	(1)	1
Mudanças em Hipóteses Demográficas	-	-
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	**(1)**	**3**
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	4	(9)
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	**4**	**(9)**
Mudança no Superávit irrecuperável	**-**	**1**

A tabela a seguir demonstra a duração das obrigações atuariais em 31 de dezembro de 2023 e de 2022:

	Duração (em anos)	
	31/12/2023	31/12/2022
Sanprev II	16,01	16,88

II) SantanderPrevi

Dentre os planos administrados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar ligadas ao Banco Santander, o Plano de Aposentadoria da SantanderPrevi é o único estruturado na modalidade de contribuição definida e aberto para novas adesões, sendo as contribuições partilhadas entre as empresas patrocinadoras e os participantes do plano.

O valor apropriado ao exercício de 2023 em despesas de pessoal referente ao plano foi de R$1.093 (31/12/2022 - R$1.418).

III) SBPREV

A partir de 2 de janeiro de 2018, o Santander passou a oferecer este novo programa de previdência complementar opcional para os novos funcionários contratados e para os funcionários que não estivessem inscritos em qualquer outro plano previdenciário administrado pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar do Grupo. Este novo programa contempla as modalidades PGBL- Plano Gerador de Benefícios Livres e VGBL-Vida Gerador de Benefícios Livres administrados pela Icatu Seguros, Entidade Aberta de Previdência Complementar, abertos para novas adesões, sendo suas contribuições partilhadas entre as empresas instituidoras/estipulantes-averbadoras e os participantes dos planos.

Os valores apropriados pelas patrocinadoras no exercício de 2023 foram de R$528 (31/12/2022 - R$334).

b) Remuneração com Base em Ações

O Conglomerado Santander possui dois programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de ações, o Programa Global e o Programa Local. São elegíveis a estes planos os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander, além dos participantes que foram determinados pelo Conselho de Administração e informados ao Departamento de Recursos Humanos, cuja escolha levará em conta a senioridade no grupo. Os membros do Conselho de Administração somente participam de referidos planos se exercerem cargos na Diretoria Executiva. No primeiro semestre de 2023, não foram registradas despesas "pro rata" para os programas de remuneração baseado em ações.

24. Outras Informações

a) Em consonância à Resolução do CMN nº4.910/2021, a Aymoré CFI aderiu ao Comitê de Auditoria único, por intermédio da instituição líder, Banco Santander.

b) As instituições integrantes do Conglomerado Financeiro Santander optaram pela constituição de estrutura única de gerenciamento de risco de crédito, que opera de acordo com a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios.

c) Resultados recorrentes/não recorrentes

	Resultado Recorrente	Resultado Não Recorrente	01/01 a 31/12/2023	Resultado Recorrente	Resultado Não Recorrente	01/01 a 31/12/2022
Receitas de Intermediação Financeira	11.278.850	-	11.278.850	11.189.619	-	11.189.619
Despesas de Intermediação Financeira	(4.550.498)	-	(4.550.498)	(6.139.525)	-	(6.139.525)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	**6.728.352**	**-**	**6.728.352**	**5.050.094**	**-**	**5.050.094**
Outras Receitas (Despesas) Operacionais [1]	(2.763.122)	(7.599)	(2.770.721)	(1.997.305)	(8.594)	(2.005.899)
Resultado Operacional	**3.965.230**	**(7.599)**	**3.957.631**	**3.052.789**	**(8.594)**	**3.044.195**
Resultado Não Operacional	(11.150)	-	(11.150)	(4.646)	-	(4.646)
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	**3.954.080**	**(7.599)**	**3.946.481**	**3.048.143**	**(8.594)**	**3.039.549**
Imposto de Renda e Contribuição Social [1]	(1.544.625)	3.420	(1.541.205)	(1.254.359)	3.867	(1.250.492)
Participações no Lucro	(27.954)	-	(27.954)	(32.831)	-	(32.831)
Lucro Líquido	**2.381.501**	**(4.179)**	**2.377.322**	**1.760.953**	**(4.727)**	**1.756.226**

[1] Amortização de ágio em intangíveis reconhecido em outras despesas administrativas no valor antes de tributos de R$7.599 (31/12/2022 - R$8.594), com impacto líquido de tributos de R$3.420 (31/12/2022 - R$4.727).

DIRETORIA

Diretor Presidente
Gustavo Alejo Viviani

Diretores Executivos
Cezar Augusto Janikian
Luis Guilherme Mattoso de Oliem Bittencourt
Franco Raul Rizza
Reginaldo Antonio Ribeiro
Francisco Javier Muñoz Bermejo
Ricardo Olivare de Magalhães

Contador
Camilla Cruz Oliveira de Souza - CRC Nº 1SP – 256989/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das coligadas para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Instituição. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essas investidas e, consequentemente, pela opinião de auditoria da Instituição.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2024

pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Caio Fernandes Arantes
Contador CRC 1SP222767/O-3

INÊS 249

Superdigital Instituição de Pagamento S.A.

CNPJ nº 09.554.480/0001-07

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Senhores Acionistas:
À Diretoria: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras da Superdigital Instituição de Pagamento S.A. ("Super"), relativas ao exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2023, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância das normas e instruções emanadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. As demonstrações financeiras estão acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes. **Patrimônio Líquido e Resultado:** Em 31 de dezembro de 2023, o patrimônio líquido atingiu o montante de R$ 296 milhões (R$ 195 milhões em 31 de dezembro de 2022), e o prejuízo acumulado é de R$ 259 milhões (R$ 147 milhões em 31 de dezembro de 2022). No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Super apresentou um prejuízo de R$ 113 milhões (prejuízo de R$ 63 milhões em 31 de dezembro de 2022). **Ativos e Passivos:** Em 31 de dezembro de 2023, os ativos totais atingiram R$ 540 milhões (R$ 594 milhões em 31 de dezembro de 2022). Desse montante, destacamos, R$ 224 milhões que são representados por aplicações interfinanceiras (R$ 271 milhões em 31 de dezembro de 2022), R$ 211 milhões por intangível (R$ 170 milhões em 31 de dezembro de 2022). Em 31 de dezembro de 2023, o total do passivo atingiu R$ 244 milhões (R$ 399 milhões em 31 de dezembro de 2022). Deste montante destacamos os depósitos em conta de pagamento de R$ 189 milhões (R$ 225 milhões em 31 de dezembro de 2022) e R$ 12 milhões de valores a repassar a operadoras de cartões por conta de transações com clientes (R$ 92 milhões em 31 de dezembro de 2022). **Auditoria Independente:** A Super tem como política restringir os serviços prestados por seus auditores independentes, de forma a preservar a independência e a objetividade do auditor, em consonância com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, as quais preveem, inclusive, a necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco Santander (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais; e (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. A aceitação e prestação de serviços profissionais não relacionados à auditoria externa durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não afetou a independência e objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados na Super com independência das demais entidades do Grupo Santander, uma vez que os princípios acima indicados foram observados. Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários. São Paulo, 28 de março de 2024.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		265.142	358.755
Disponibilidades	4	10.427	45.736
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	223.966	270.597
Aplicações em Operações Compromissadas		223.966	270.597
Títulos e Valores Mobiliários	4/6	51	51
Carteira Própria		51	51
Relações Interfinanceiras		2.033	419
Transações de Pagamento		2.033	419
Crédito Tributário	7	4.425	3.639
Outros Créditos	8	22.648	36.933
Adiantamentos		3.107	4.235
Impostos e Contribuições		14.237	5.396
Diversos		5.304	27.302
Outros Valores e Bens		1.592	1.380
Despesas Antecipadas		1.592	1.380
Não Circulante		274.618	235.691
Realizável a Longo Prazo		61.959	63.462
Crédito Tributário	7	61.959	63.462
Imobilizado	9	1.988	2.564
Imobilizado de Uso		4.746	4.514
Depreciação Acumulada		(2.758)	(1.950)
Intangível	10	210.671	169.665
Softwares		288.209	214.795
Amortização Acumulada		(77.538)	(45.130)
Total do Ativo		539.760	594.446

Passivo	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		235.143	392.982
Depósitos em Conta de Pagamento	11	189.257	224.746
Outras Obrigações	12	45.886	168.236
Fiscais		2.191	2.424
Cíveis	14	1.745	6.982
Trabalhistas	14	1.291	1.264
Diversas		40.659	157.566
Não Circulante		9.045	6.438
Outras Obrigações	12	9.045	6.438
Diversas		9.045	6.438
Total do Passivo		244.188	399.420
Patrimônio Líquido	15	295.572	195.026
Capital Social		520.934	300.118
Aumento de Capital Social		33.904	41.471
Prejuízos Acumulados		(259.266)	(146.563)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		539.760	594.446

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2º Semestre	2023	2022
Resultado de Intermediação Financeira		14.469	31.744	31.296
Receita em aplicações interfinanceiras	18	14.469	31.744	31.296
Outras Receitas/ (Despesas) Operacionais		(74.702)	(143.767)	(124.110)
Receita com prestação de serviços	17	17.026	35.682	50.057
Outras receitas operacionais	22	5.730	21.263	19.635
Despesas de pessoal	19	(33.397)	(68.388)	(61.549)
Despesas administrativas	20	(51.658)	(105.490)	(91.734)
Outras despesas operacionais	23	(9.889)	(20.880)	(32.857)
Despesas tributárias	21	(2.514)	(5.954)	(7.662)
Resultado Operacional		(60.233)	(112.023)	(92.814)
Resultado Não Operacional		-	37	-
Resultado antes da tributação e participações		(60.233)	(111.986)	(92.814)
Imposto de Renda e Contribuição Social	24	954	(717)	29.874
Imposto de Renda Diferido		747	(819)	21.635
Contribuição Social Diferida		207	102	8.239
(Prejuízo)		(59.279)	(112.703)	(62.940)
Ações em circulação (mil)		445.022	445.022	289.365
(Prejuízo) por lote de mil ações		(133)	(253)	(218)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

	2º Semestre	31/12/2023	31/12/2022
Lucro Líquido/(Prejuízo)	(59.279)	(112.703)	(62.940)
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente total do semestre/exercício	(59.279)	(112.703)	(62.940)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2º Semestre	31/12/2023	31/12/2022
Atividades Operacionais				
Lucro Líquido/(Prejuízo)		(59.279)	(112.703)	(62.940)
Ajustes ao Lucro Líquido/(Prejuízo)		18.443	36.376	3.413
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	24	(954)	717	(29.874)
Variação Cambial	22	(132)	(249)	(217)
Variação Cambial sobre Caixa e Equivalentes de Caixa	23	8	11	96
Depreciação e Amortização	20	18.556	33.216	25.583
Contingências Cíveis	14	964	2.624	7.826
Contingências Trabalhistas	14	1	57	-
Variações em Ativos e Passivos		5.996	(98.573)	1.735
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras	5	(5.654)	46.632	(28.881)
(Aumento)/Redução em Relações Interfinanceiras		273	(1.613)	(110)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos	8	(5.027)	14.534	21.195
(Aumento)/Redução em Outros Valores e Bens		192	(212)	(531)
(Redução)/Aumento em Depósitos em Conta de Pagamento	11	10.135	(35.489)	20.638
(Redução)/Aumento em Outras Obrigações	12	6.055	(125.614)	369
(Redução)/Aumento em Resultado de Exercícios Futuros	13	-	-	(23.065)
Impostos Pagos		22	3.189	12.120
Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais		(34.839)	(174.900)	(57.792)
Atividades de Investimentos				
Aquisição de Imobilizado	9	(103)	(232)	(1.055)
Baixa de Imobilizado		-	-	81
Aquisição de Intangível	10	(30.459)	(73.414)	(110.096)
Caixa Líquido Aplicado em Atividades de Investimentos		(30.562)	(73.646)	(111.070)
Atividades de Financiamento				
Aumento de Capital Social	15	49.963	213.249	113.299
Caixa Líquido Originado em Atividades de Financiamento		49.963	213.249	113.299
Variação Cambial em Caixa e Equivalentes de Caixa		(8)	(11)	(96)
Efeito Líquido no Caixa e Equivalentes de Caixa	4	(15.447)	(35.308)	(55.659)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Semestre/ Exercício		25.925	45.787	101.446
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Semestre/ Exercício		10.478	10.478	45.787
Redução no Caixa e Equivalente de Caixa	4	(15.447)	(35.308)	(55.659)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Aumento de capital social	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		228.290	-	(83.623)	144.667
Prejuízo		-	-	(62.940)	(62.940)
Aumento de Capital Social	15	71.828	41.471	-	113.299
Saldos em 31 de dezembro de 2022		300.118	41.471	(146.563)	195.026
Prejuízo		-	(41.471)	(112.703)	(154.174)
Aumento de Capital Social	15	220.816	33.904	-	254.720
Saldos em 31 de dezembro de 2023		520.934	33.904	(259.266)	295.572
Saldos em 30 de junho de 2023		504.875	-	(199.987)	304.888
Prejuízo		-	-	(59.279)	(59.279)
Aumento de Capital Social	15	16.059	33.904	-	49.963
Saldos em 31 de dezembro de 2023		520.934	33.904	(259.266)	295.572

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO 2023 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional
A Superdigital Instituição de Pagamento S.A. ("Instituição ou Super") é uma sociedade constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado, domiciliada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2041 - Torre A - Vila Nova Conceição, CEP 04543-011, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, integrante do Conglomerado Prudencial Santander ("Conglomerado Santander"). Tem como principal atividade atuar como instituição de pagamento, conforme definido pela Lei nº 12.865 de 09 de outubro de 2013 e, obedecendo diretrizes do Banco Central do Brasil ("Bacen"), incluindo, sem limitar-se a: emitir moeda eletrônica, prestar serviços de pagamentos tanto através de cartões quanto por meio de outras mídias, facilitar pagamentos em prol de terceiros, credenciar estabelecimentos para atuarem em pagamentos, bem como outras atividades permitidas para Instituições desta natureza. Os benefícios e custos correspondentes dos serviços prestados entre as instituições participantes do Conglomerado Santander são absorvidos entre as mesmas e são realizados no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras
As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade operacional da Instituição e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base na Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76), com as alterações determinadas pelas Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, em consonância às diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (BACEN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, e os pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aplicáveis, aqui denominados em conjunto como "BACEN GAAP". Para fins de divulgação dessas demonstrações financeiras, a Instituição considerou o disposto na Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020. A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.
A Administração da Super autorizou a emissão das demonstrações financeiras relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2023 na data de 28 de março de 2024.

3. Principais Políticas Contábeis
a) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação: As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Super. **b) Apuração do Resultado:** O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, pro rata dia incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço em conformidade com a Resolução BCB nº2/2020. **c) Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes:** A Super apresenta ativos e passivos nas demonstrações financeiras com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: a) Espera-se que seja realizado ou pretenda ser vendido ou consumido no ciclo operacional normal; b) Está mantido principalmente para fins de negociação; c) Espera que seja realizado dentro de doze meses após a data do balanço; d) É caixa ou equivalente de caixa, a menos que seja proibido de ser trocado ou usado para liquidar um passivo por pelo menos doze meses após a data do balanço. Todos os outros ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: a) Espera-se que seja liquidado no ciclo operacional normal; b) Está mantido principalmente para fins de negociação; c) Deve ser liquidado dentro de doze meses após a data do balanço; d) Não há direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por pelo menos doze meses após o período do relatório. A Instituição classifica todos os outros passivos como não circulantes. **d) Caixa e Equivalentes de Caixa:** São representados por dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento original igual ou inferior a 90 dias, na data de aquisição e que não haja restrição quanto a disponibilidade do recurso. **e) Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos: Títulos e Valores Mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/01 e levam em consideração a intenção da Administração em três categorias específicas: I - Títulos para negociação; II - Títulos disponíveis para venda; e III - Títulos mantidos até o vencimento. Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade da Super de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II devem ser demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida: (1) da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; e (2) da conta destacada do patrimônio líquido, reduzida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período. Caso ocorram perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento, as mesmas são reconhecidas no resultado do período. Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 a Super apresenta apenas títulos e valores mobiliários classificados como mantidos para negociação. **Instrumentos Financeiros Derivativos:** Derivativos são contratos ou acordos cujo valor é derivado de um ou mais índices subjacentes ou ativos referenciados no contrato ou acordo, que exigem nenhum ou pouco investimento líquido inicial e são liquidados em uma data futura. Os derivativos são mantidos para fins de gerenciamento de risco e são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como estando em uma relação contábil de hedge. Os derivativos são reconhecidos a custo inicial, na data em que um contrato é celebrado, e são subsequentemente mensurados pelo seu valor justo. Os valores justos dos derivativos negociados em bolsa são obtidos a partir da cotação dos preços de mercado. Os valores justos dos derivativos de balcão são estimados usando técnicas de valuation, incluindo fluxo de caixa descontado e modelos de precificação de opções. Todos os derivativos são contabilizados como ativos quando seu valor justo é positivo e como passivo quando seu valor justo é negativo, exceto quando a compensação pelo valor líquido é permitida. O método de reconhecimento dos ganhos e perdas do valor justo depende se os derivativos são mantidos para negociação ou designados como instrumentos de hedge. Os ganhos e perdas de variações no valor justo de derivativos mantidos para negociação são reconhecidos nas demonstrações do resultado. Em 31 de dezembro de 2023 a Super não possui operações com Instrumentos Financeiros Derivativos ou operações de hedge. **f) Imobilizado de uso:** O imobilizado de uso é registrado pelo custo de aquisição e a depreciação calculada pelo método linear utilizando taxa anual de 10% ao ano para móveis e utensílios e 20% ao ano para equipamentos de processamento de dados. O ativo imobilizado está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores. **g) Intangível:** Os ativos intangíveis são ativados em função dos custos alocados ao seu desenvolvimento, compostos dos custos de pessoal da equipe dedicada a tais atividades e gastos com fornecedores alocadas aos projetos. São avaliados permanentemente quanto a benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis ao ativo que serão gerados em favor da Super e segurança na mensuração no momento do reconhecimento. A amortização dos intangíveis é realizada pelo método linear a taxa de 20% ao ano, exceto softwares cujas licenças são de prazos inferiores a 5 anos que são amortizados, pelo prazo da licença. **h) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes:** Ativos e passivos contingentes são direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros. Ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras exceto quando a Administração da Instituição acredita que sua realização é praticamente certa, o que geralmente corresponde a processos com decisões favoráveis, em julgamentos finais e inapeláveis, finalização de processos em decorrência de liquidação por pagamento ou como resultado de um acordo para compensar um passivo existente. As provisões decorrem principalmente de processos administrativos e ações judiciais em que a Super é parte, decorrentes do curso normal de suas atividades. São reconhecidas nas demonstrações financeiras quando for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança (Nota 14). Os passivos contingentes são classificados de acordo com sua probabilidade de perda como: • Provável - São reconhecidas provisões para o passivo no balanço patrimonial; • Possível - Divulgados nas demonstrações financeiras, mas para as quais nenhuma provisão é reconhecida; e • Remoto - Não requerem provisão e nem divulgação. Os valores de depósitos judiciais são ajustados de acordo com a legislação vigente. **i) Impostos e Contribuições:** • PIS (Programa de Integração Social) e Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) são calculados à alíquota de 1,65% e 7,60%, respectivamente sobre as receitas e custos aplicados diretamente à atividade. • IRPJ (Imposto de Renda da Pessoa Jurídica) é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%. • e a CSLL (Contribuição Social sobre Lucro Líquido) à alíquota de 9%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros, limitado ao período de até 10 anos. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na (nota 7c), está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico, aprovado pela administração da Super. **j) Redução ao Valor Recuperável de Ativos:** Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados ao fim de cada período, com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, a Super deve estimar o valor recuperável do ativo e tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo e o seu valor em uso. **k) Estimativas Contábeis:** As estimativas contábeis e premissas utilizadas pela Administração para a preparação das demonstrações financeiras são revisadas pelo menos semestralmente, sendo apresentadas a seguir as principais estimativas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício quando comparados com os montantes reais, tais como: provisão para contingências, valorização a mercado de títulos e valores mobiliários e a realização dos créditos tributários. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva. Itens significativos sujeitos a aplicação de estimativas e premissas incluem: avaliação das contingências (nota 14) e pagamento baseados em ações (nota 26). **l) Normas, Alterações e Interpretações de Normas Aplicáveis em Períodos Futuros: • Resolução BCB nº 92/2021, nº 255/2022, nº 320/2023** - Dispõe sobre a utilização do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) pelas administradoras de consórcio e instituição de pagamento e sobre a estrutura do elenco de contas do Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Esta Resolução entra em vigor 1º de janeiro de 2025. • **Resolução BCB nº 178/2022** - Dispõe sobre critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil contratadas, na condição de arrendatária, pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento. Os impactos decorrentes da aplicação desta norma seguem em observância até a sua entrada em vigor. Esta Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2025. • **Resolução BCB nº 219/2022** - Estabelecem os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), harmonizando os critérios contábeis do Cosif para os requerimentos da norma internacional IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2025. Substitui entre outras normas a Resolução CMN nº 2.682/1999, a Circular BACEN nº 3.068/2001 e a Circular BACEN nº 3.833/2017. Será aplicada de maneira prospectiva tendo sua vigência a partir de 1º de janeiro de 2025. A Super está avaliando o impacto das novas regras. **m) Resultado não Recorrente:** Os resultados não recorrentes são avaliados semestralmente para divulgação, de acordo com a Resolução 2/2020 do Bacen. São considerados resultados não recorrentes as operações que estejam ou não relacionadas com as atividades da Super onde a recorrência não ultrapasse três ocorrências por exercício social. No exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 a Super não possui nenhum evento dessa natureza.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Cotas de Fundo de Investimento*	51	51
Disponibilidades	10.427	45.736
Total	**10.478**	**45.787**

(*) Classificado no Balanço Patrimonial na rubrica "Títulos e Valores Mobiliários", resgatáveis a qualquer momento (nota 6).

5. Aplicações Interfinanceiras
a) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	31/12/2023	31/12/2022
LFT - Letras Financeira do Tesouro (nota 16b)	223.966	270.597
Total	**223.966**	**270.597**

Referem-se, em grande parte, aos saldos mantidos em títulos públicos vinculados à conta pré-paga, possuem vencimento em até 12 (doze) meses.

6. Títulos e Valores Mobiliários

	31/12/2023	31/12/2022
Banco Santander - Cotas de Fundo de Investimento	51	51
Total	**51**	**51**

As cotas de fundos de investimentos são atualizadas com base na cotação divulgada pelos administradores dos fundos diariamente.

7. Crédito Tributário
a) Natureza e Origem dos Créditos Tributários

	Saldo em 31/12/2022	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2023
Prejuízo Fiscal / Base Negativa	61.959	-	-	61.959
Diferenças Temporárias	5.142	4.036	(4.753)	4.425
Total de Crédito Temporárias	**67.101**	**4.036**	**(4.753)**	**66.384**

b) Valor Presente dos Créditos Tributários: Em 31 de dezembro de 2023, o valor presente total dos créditos tributários registrado é de R$ 46.475 (R$ 49.136 em 31 de dezembro de 2022) calculados de acordo com a expectativa de realização dos prejuízos fiscais e bases negativas e a taxa média de captação, projetada para os períodos correspondentes. Em 31 de dezembro de 2023 a Super apresenta um saldo de R$ 37.838 de créditos tributários não ativados decorrentes de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL e em 31 de dezembro de 2022 não apresenta créditos tributários não ativados. **c) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários:** Conforme a resolução BCB nº 15/2020 a realização e a manutenção do registro contábil do ativo fiscal diferido dependem da geração de lucros tributáveis futuros e do atendimento aos prazos e condições, definidos no art. 4º, destacando-se a exigência de ter estudo técnico de lucros futuros que demonstre a realização do ativo fiscal diferido no prazo máximo de 10 anos e de apresentar histórico de lucros tributáveis em, ao menos, 3 dos últimos 5 anos. Contudo, dado que a Super não apresentou histórico de lucro tributável nos últimos 3 anos, foi solicitado ao BACEN a dispensa de referido requerimento para dar continuidade ao registro completo do crédito tributário, nos termos da Resolução BCB nº 15/2020. Em resposta ao pedido, com base nas informações prestadas no estudo de realização de ativos fiscais diferidos, o BACEN deferiu parcialmente nosso pleito determinando: a. Autorização para a manutenção do registro contábil dos ativos fiscais diferidos reconhecidos até a data-base de 31/12/2022; b. Autorização para o registro de novos ativos fiscais diferidos relacionados com diferenças temporárias dedutíveis a partir de 01/01/2023; e c. Vedação ao registro de ativos fiscais diferidos relacionados com prejuízos fiscais e base negativa de CSLL apurados a partir de 01/01/2023. O montante não ativado no período decorrente de prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social perfazem o valor de R$ 37.838. A expectativa de realização do ativo fiscal diferido é conforme a seguir:

Ano	Diferenças Temporárias	Prejuízo Fiscal/ Base Negativa	Total
2024	4.425	-	4.425
2025	-	-	-
2026	-	-	-
2027	-	15.348	15.348
2028	-	45.164	45.164
2029 a 2033	-	1.447	1.447
Total	**4.425**	**61.959**	**66.384**

8. Outros Créditos

	31/12/2023	31/12/2022
Impostos e contribuições a compensar (1)	14.237	5.396
Desconto a receber (2)	4.473	1.389
Adiantamentos para pagamentos (3)	2.802	4.103
Adiantamento a funcionários	305	132
Valores a receber de seguro (nota 27)	-	25.313
Outros	831	600
Total	**22.648**	**36.933**

(1) Reconhecimento de impostos a compensar decorrente de resgate de títulos de aplicações interfinanceiras de liquidez. (2) Refere-se a desconto a ser aplicado em custos com a bandeira. (3) Compostos por adiantamentos realizados a prestadores de serviços para realização de transações solicitadas por clientes no contexto de suas transações de pagamentos ou saques, com prazo médio de 30 dias para realização.

9. Imobilizado

	31/12/2023	31/12/2022
Equipamentos de processamento de dados	4.389	4.160
Móveis e utensílios	357	354
Depreciação acumulada	(2.758)	(1.950)
Total	**1.988**	**2.564**
Resumo das movimentações		
Saldo Inicial	2.564	2.314
Adições	232	1.055
Baixas	-	(81)
Depreciações	(808)	(724)
Saldo Final	**1.988**	**2.564**

10. Intangível

	31/12/2023	31/12/2022
Software	288.209	214.795
Amortização Acumuladas	(77.538)	(45.130)
Intangível Líquido	**210.671**	**169.665**
Resumo das movimentações		
Saldo Inicial	169.665	84.428
Novos desenvolvimentos	73.414	110.096
Amortizações	(32.408)	(24.859)
Saldo Final	**210.671**	**169.665**

11. Depósito em Conta de Pagamento
Os saldos mantidos em conta de pagamento pré-paga referem-se, as obrigações junto a clientes no montante R$ 189.257 (R$ 224.746 em 31 de dezembro de 2022). Os depósitos da conta de pagamento pré-paga são mantidos aplicados em títulos públicos, conforme requerimento da Resolução BCB n 80 do BACEN.

12. Outras Obrigações

	31/12/2023	31/12/2022
Despesa de pessoal	25.908	23.132
Repasse por transações de pagamento (1)	12.183	91.904
Fornecedores diversos (2)	9.838	40.366
Fiscais	2.191	2.424
Incentivo Exclusividade (nota 13)	1.775	8.602
Provisão para contingências cíveis (nota 14)	1.745	6.982
Provisão para contingências trabalhistas (nota 14)	1.291	1.264
Total	**54.931**	**174.674**

(1) Referem-se aos valores a repassar às operadoras, em função das operações de compras e saques, somam R$ 12.183 (R$ 91.904 em 31 de dezembro de 2022).
Em 1 de abril de 2023, entrou em vigor a Resolução BCB nº 246, que estabelece limites máximos para a tarifa de intercâmbio e veda o estabelecimento de prazos máximos diferentes para a disponibilização de recursos para o usuário final recebedor nos arranjos de pagamento doméstico, de compra, de contas de pagamento pré-pagas. Dessa maneira houve a uniformização dos prazos de liquidação das operações com cartões de débito e pré-pago (em até D+2). Anteriormente as operações pré-pagas eram liquidadas em até D+27. (2) Referem-se a fornecedores de serviços no curso normal dos negócios no montante de R$ 1.748 e provisão de fornecedores de R$ 8.090. A principal variação do saldo se refere a liquidação de provisão para fornecedores R$ 22.473 e R$ 15.583 de despesa de franquia (nota 27).

13. Incentivo de Exclusividade
O contrato assinado com a Superdigital Holding prevê incentivos de produtos e desenvolvimento que foram recebidos pela Super Pagamentos no valor de R$ 40.495 em agosto de 2021 e R$ 1.772 em setembro de 2022. Os valores são reconhecidos no resultado de acordo com a ocorrência das respectivas despesas acordadas em contrato. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo a reconhecer em resultados futuros estava no montante de R$ 1.775 (R$ 8.602 em 31 de dezembro de 2022).

14. Passivos Contingentes e Provisões

	31/12/2023	31/12/2022
Cíveis	1.745	6.982
Trabalhistas	1.291	1.264
Total	**3.036**	**8.246**
Saldo Inicial	8.246	2.362
Constituição Líquida	2.681	7.826
Baixas	(7.891)	(1.942)
Saldo Final	**3.036**	**8.246**

A Super é parte em processos judiciais cíveis, decorrentes do curso normal de suas atividades e ações trabalhistas. A Super registrou as provisões para demandas judiciais de natureza cível as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, relacionadas com discussões e questionamentos cíveis, ajuizados ou não, para as quais é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Super revisou suas estimativas e considera as provisões existentes suficientes para cobrir eventuais perdas relacionadas a estes processos, as quais estão registradas em balanço. Em 28 de Janeiro de 2021, a Super moveu ação indenizatória que visa buscar indenização pelos danos materiais oriundos do incidente operacional ocorrido em janeiro de 2021. O referido processo foi julgado improcedente em primeira instância no valor total de R$ 5.500 referente exclusivamente à sucumbência processual. Em março de 2023 a Super desistiu da ação e realizou um acordo para pagamento da sucumbência no valor de R$ 1.300. Em 31 de dezembro de 2023, existem processos cíveis de consumo e ações trabalhistas classificadas como perdas possíveis por nossos assessores jurídicos no montante de R$ 9.143 (R$ 13.283 em dezembro de 2022) e processos trabalhistas no montante de R$ 1.086 (R$ 854 em dezembro de 2022).

15. Patrimônio Líquido
Aumento de Capital Social

	Capital Social	Aumento de Capital Social	Quantidade de Ações	Data de Aprovação Banco Central
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**228.290**	**-**	**206.665**	
Aumento de Capital Social em maio de 2022	32.280	-	23.562	05 de julho de 2022
Aumento de Capital Social em outubro de 2022	39.548	-	28.867	02 de dezembro de 2022
Aumento de Capital Social em dezembro de 2022	-	41.471	30.271	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**300.118**	**41.471**	**289.365**	
Aprovação de Aumento de Capital Social de dezembro de 2022	41.471	(41.471)	-	03 de fevereiro de 2023
Aumento de Capital Social em fevereiro de 2023	42.172	-	30.783	28 de março de 2023
Aumento de Capital Social em abril de 2023	121.114	-	88.404	05de junho de 2023
Aumento de Capital Social em agosto de 2023	16.059	-	11.722	06 de novembro de 2023
Aumento de Capital Social em novembro de 2023	-	29.090	21.234	-
Aumento de Capital Social em dezembro de 2023	-	4.814	3.514	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**520.934**	**33.904**	**445.022**	

Em 31 de dezembro de 2023 a composição acionária da Super está assim representada:

Posição Acionária

Companhia	Quantidade de Ações	% Participação
Superdigital Holding Company S.L	445.022	99,9999775%
Cantabro Catalana de Inversiones S.A	0,1	0,0000225%
Total	**445.022**	**100,00%**

O estatuto estabelece que: Juntamente com as demonstrações financeiras, a Diretoria apresentará à Assembleia Geral Ordinária proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício, quando houver calculado após a dedução das participações referidas no Artigo 190 da Lei das Sociedades por Ações e no Parágrafo 2 deste artigo, ajustado para fins do cálculo de dividendos, nos termos do Artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, observada a seguinte ordem de dedução: **a)** 5% (cinco por cento), no mínimo, para a reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital exceder a 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal; **b)** A parcela necessária ao pagamento do dividendo obrigatório não será inferior, em cada exercício, a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual ajustado, na forma prevista pelo Artigo 202 da Lei de Sociedades por Ações. **c)** O saldo do lucro líquido remanescente, por proposta da Diretoria, com parecer favorável do Conselho de Administração, a Assembleia Geral poderá deliberar a formação das seguintes reservas: Reserva para Reforço do Capital de Giro e Reserva para Equalização de Dividendos, sendo; a. 50% (cinquenta por cento) a título de Reserva para Reforço do Capital de Giro que terá por finalidade garantir meios financeiros para a operação da Sociedade; e b. 50% (cinquenta por cento) a título de Reserva para Equalização de Dividendos com o fim de garantir recursos para a continuidade da distribuição semestral de dividendos. Parágrafo único - por proposta da Diretoria poderão ser periodicamente capitalizadas as parcelas dessas reservas para que o respectivo montante, juntamente com o saldo da Reserva Legal não ultrapasse o saldo do capital social. **d)** Por proposta da Diretoria, o Conselho de Administração poderá aprovar o pagamento ou crédito, pela Super, de juros aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio destes últimos, observada a legislação aplicável. As eventuais importâncias assim desembolsadas poderão ser imputadas no valor do dividendo obrigatório.

16. Partes Relacionadas
a) Remuneração do Pessoal Chave da Administração: Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE) realizada em 16 de maio de 2023, foi aprovado o montante global anual da remuneração dos administradores para o ano de 2023, no valor máximo de R$ 12.300 (R$ 13.500 em 31 de dezembro de 2022). Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram registradas despesas com a Diretoria conforme nota 19. **b) Transações com Partes Relacionadas:** As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam quaisquer outras desvantagens. As principais transações e saldos com empresas do grupo Santander são conforme detalhados a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Ativo		
Disponibilidades	1.434	19.072
Cotas de fundo de investimento (nota 6)	51	51
Operação Compromissada (nota 5)	223.966	270.596
	31/12/2023	**31/12/2022**
Receita		
Receita de aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 18)	28.510	26.958
Receita com cotas de fundos de investimento (nota 18)	531	4.307
Receita com comissão de serviços	24	56
	31/12/2023	**31/12/2022**
Despesa		
Despesa com central de atendimento (nota 20)	(5.723)	(2.837)
Despesa de compartilhamento de infraestrutura (nota 20)	(1.386)	(2.253)
Despesa de compartilhamento de estrutura administrativa (nota 20)	(1.081)	(960)
Despesa com serviço de assessoria	(655)	-
Despesa de administração e processos de RH	(11)	-
Despesa de Juros sobre Empréstimo (nota 23)	-	(352)

17. Receita com Prestação de Serviço

	2º semestre	31/12/2023	31/12/2022
Receita de tarifas	13.461	26.540	32.388
Receita de Intercâmbio sobre compras	2.894	7.822	16.517
Receita com comissão de serviços	671	1.320	1.152
Total	**17.026**	**35.682**	**50.057**

18. Resultado de Intermediação Financeira

	2º semestre	31/12/2023	31/12/2022
Receita de aplicações interfinanceiras de liquidez	13.119	28.510	26.958
Receita com Remuneração Conta PI (1)	1.219	2.664	-
Receita com cotas de fundos de investimento	120	531	4.300
Outras aplicações	11	39	38
Total	**14.469**	**31.744**	**31.296**

(1) Refere-se, ao rendimento gerado sobre o saldo de depósito, realizado pela companhia na Conta PI do Bacen para operações de pagamentos instantâneos (PIX).

19. Despesas de Pessoal

	2º semestre	31/12/2023	31/12/2022
Proventos	15.986	33.270	31.229
Remuneração à dirigentes	8.161	16.614	14.096
Previdência social	3.935	8.158	8.401
Benefícios a funcionários	3.946	7.429	5.109
Fundo de garantia do tempo de serviço	1.369	2.917	2.714
Total	**33.397**	**68.388**	**61.549**

20. Outras Despesas Administrativas

	2º semestre	31/12/2023	31/12/2022
Processamento de dados (1)	8.274	18.718	14.096
Serviços de terceiros (1)	9.994	22.007	12.706
Depreciações e amortizações	18.556	33.216	25.598
Serviços técnicos especializados	3.393	7.548	9.774
Marketing promocional	3.392	6.881	4.652
Despesa com central de atendimento	3.145	5.723	2.837
Publicidade e propaganda	1.830	5.715	14.089
Comunicação	677	1.359	1.378
Despesa de compartilhamento de infraestrutura	597	1.386	2.253
Despesa de compartilhamento de estrutura administrativa	498	1.081	960
Despesa franquia de Seguro (nota 27)	-	102	1.033
Despesa com auditoria (2)	55	153	155
Outras	1.247	1.601	2.203
Total	**51.658**	**105.490**	**91.734**

(1) Gastos com desenvolvimento de novas tecnologias.
(2) Refere-se a despesa com honorários da auditoria.

21. Despesas Tributárias

	2º semestre	31/12/2023	31/12/2022
Despesas de ISS	757	1.535	1.988
Despesas de contribuição ao COFINS	912	2.082	3.168
Despesas de contribuição ao PIS/PASEP	167	383	618
Despesas de IOF	607	1.714	1.629
Outros Impostos Contribuições	71	240	259
Total	**2.514**	**5.954**	**7.662**

22. Outras Receitas Operacionais

	2º semestre	31/12/2023	31/12/2022
Reversão de provisões (1)	4.530	12.535	-
Incentivos recebidos de parceiros (2)	-	6.847	16.235
Reembolso de despesas	241	292	1.144
Variação cambial	132	249	217
Outras receitas operacionais	827	1.340	2.039
Total	**5.730**	**21.263**	**19.635**

(1) Refere-se, basicamente, a provisões de custo de Marketing de 2022 que não foram realizadas no valor de R$ 3.423, reversão de contingência cível no valor de R$ 4.200 e estorno de provisão de incentivo a longo prazo no montante de R$ 4.771. (2) Receita oriunda de reembolso de despesas previsto em contrato de exclusividade com bandeira e parceiros.

Continua

INÊS 249

...continuação

23. Outras Despesas Operacionais

	2º semestre	31/12/2023	31/12/2022
Fee sobre transações de pagamento	6.962	14.308	18.723
Provisão para contingências Cíveis	964	2.624	7.826
Despesa da emissão de cartão	1.215	2.540	3.221
Perdas operacionais	356	626	1.258
Provisão para contingências Trabalhistas	1	57	-
Variação cambial	8	11	96
Provisão de perda operacional (nota 27)	-	-	400
Despesa de juros sobre empréstimo	-	-	352
Outras despesas operacionais	383	714	981
Total	**9.889**	**20.880**	**32.857**

24. Imposto de Renda e Contribuição Social

	31/12/2023		31/12/2022	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	(111.986)	(111.986)	(92.814)	(92.814)
Adições temporárias	9.663	22.330	12.938	21.193
Exclusões temporárias	(12.938)	(26.253)	(5.562)	(12.759)
Despesas indedutíveis	5.385	665	6.275	1.272
Lucro real tributável	(109.876)	(115.244)	(79.163)	(83.108)
Total de despesa com imposto corrente	-	-	-	-
Base de ativo fiscal diferido	297.639	331.248	104.499	123.360
Ativo de imposto de renda diferido	46.941	19.443	47.759	19.341
Despesa de imposto de renda diferido do exercício	(819)	102	21.635	8.239
Total de imposto de renda e contribuição social	**(819)**	**102**	**21.635**	**8.239**

25. Estrutura de Gerenciamento de Riscos

Os acionistas e administradores da Super consideram a gestão de riscos um instrumento essencial para a tomada de decisões estratégicas, inclusive para uma maximização da eficiência no uso do capital para escolha de suas operações. A Super, em atendimento às melhores práticas de gerenciamento de riscos, permanentemente tem desenvolvido políticas, sistemas e controles internos para a mitigação de possíveis perdas decorrentes da exposição aos riscos, adequando processos e rotinas às modalidades operacionais. Em atendimento às melhores práticas de gerenciamento de riscos e as normas do Bacen entre elas a Circular 3.681 de 2013, a Superdigital Instituição de Pagamento S.A. tem o gerenciamento dos riscos: I - Risco de liquidez - O Gerenciamento do Risco de Liquidez cumpre os requisitos da Circular Bacen 3.681/13, que determina o depósito compulsório de 100% do saldo em moeda eletrônica. A política de gestão do risco de liquidez visa a assegurar que os riscos que afetam a realização das estratégias e de objetivos estejam continuamente avaliados. Estabelece ferramentas necessárias para sua gestão em cenários normais ou de crise. II - Risco de crédito - Tendo em vista que a Super não opera com modalidades de crédito, esta política não se aplica a mesma. III - Risco de mercado - A Super emprega uma política conservadora no gerenciamento do risco de mercado, supervisionando e controlando de forma eficaz cada fator, para identificar e quantificar as volatilidades e correlações que venham impactar a dinâmica de preços dos seus itens patrimoniais. IV - Risco operacional - A política de gestão de riscos operacionais busca identificar, tratar e gerenciar os possíveis riscos operacionais da Super, com finalidade de garantir a qualidade do ambiente de controle trazendo mais eficiência aos processos internos. Dentro desse contexto o grupo possui estrutura e políticas para a gestão do risco operacional com ferramentas como autoavaliação, monitoramento de indicadores e base de dados de perdas operacionais, garantindo o melhor gerenciamento de processos, sistemas, projetos e novos produtos, dando suporte à tomada de decisão da alta administração.

26. Pagamento Baseado em Ações

O Conselho de Administração da Controladora da Companhia, PagoNxt S.L, em reunião realizada em 14 de dezembro de 2021, aprovou um Plano de Incentivo de Longo Prazo (ou 'ILP', ou 'Plano'), para colaboradores e administradores das empresas do Grupo PagoNxt. O plano é contabilizado de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, regulado pela Resolução BCB nº 8, de 12 de agosto de 2020. O plano de incentivo de longo prazo da Super é classificado como uma transação com pagamento baseado em ações liquidadas em caixa, o passivo é reconhecido em uma rubrica de Outras Obrigações por meio de seu valor justo com a devida contrapartida em resultado na conta de despesas de pessoal. A estimativa do valor justo é realizada através do modelo de Monte Carlo, a avaliação dos instrumentos foi conduzida pela PagoNxt S.L incluindo a utilização de serviços de consultoria especializada. O objetivo do LTIP é promover os interesses da PagoNxt através da atração e retenção de funcionários-chave e diretores da Superdigital. A critério da administração, os principais funcionários e diretores foram considerados elegíveis ao plano. Em 31 de dezembro de 2023, o plano conta com um total de 22 participantes, dos quais 18 participam do Staking Grant, 34 participam do Annual Grant 2022 e 22 participam do Annual Grant 2023. O Plano consiste em três programas: **I - Annual Grant 2022:** Programa dentro do plano sob o qual os participantes receberão: • Unidades de Ações Restritas (RSU sigla em inglês - Restricted Share Units). • Opções com preço de prêmio ("PPO"). Os participantes manterão seu direito aos instrumentos de concessão anual se permanecerem na empresa ou se mantiverem posições corporativas relevantes na PagoNxt no final de cada ano subsequente, conforme estabelecido no plano. **II - Anual Grant 2023:** Programa dentro do plano análogo ao Subsídio Anual 2022 concedido durante o ano fiscal de 2023. **III - Staking Grant:** O plano de investimento é um programa de opções de ações do Plano, segundo o qual os participantes receberão Opções de Unidade ("UO"). Sua aquisição é determinada pelo cumprimento de quatro metas financeiras ("Performance Hurdles"). Essas alavancas de desempenho estão sujeitas às seguintes restrições de tempo: • **Até 31 de dezembro de 2023:** Nenhum direito a Opções de Unidade ("UO") será gerado, mesmo que as alavancas de desempenho sejam atingidas. • **De 1º de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024:** Será gerado o direito de obter um máximo de 2 parcelas das Opções de Unidade ("UO") concedidas. • **De 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025:** Será gerado o direito de obter um máximo de 3 parcelas das Opções sobre Unidades ("UO") outorgadas. • **De 1º de janeiro de 2026 a 31 de dezembro de 2026:** Será gerado o direito de obter o total das 4 parcelas das Opções sobre Unidades ("UO") outorgadas. As principais características de cada instrumento são: **I - Unidades de Ações Restritas ("RSUs"):** Concessão anual 2022 e 2023: unidades que representam o direito de receber uma ação da PagoNxt S.L. (ou um valor equivalente em dinheiro) de acordo com os termos estabelecidos no plano e vinculados à ocorrência de um evento de liquidez ou rescisão do plano, conforme definido no mesmo. **II - Premium-priced Options ("PPO"):** Annual Grant 2022 e 2023: o direito dos participantes de receber opções sobre um número específico de ações da PagoNxt S.L. ou um pagamento em dinheiro, sujeito a determinadas regras e condições, ao preço de exercício definido e vinculado à ocorrência de um evento de liquidez ou cancelamento do plano. **III - Staking Grant:** Programa contemplado pelo ILP, no qual serão concedidos aos participantes Unit Options ("UO"). Os direitos serão pré-vestidos pelos participantes mediante atingimento de metas financeiras de desempenho. A data de concessão para o Plano de Annual Grant 2022 e Staking Grant ("grant date") foi 15 de junho de 2022 e 15 de setembro 2023 para a Annual Grant 2023. O pré-vesting se iniciou em 31 de dezembro de 2023 para a Annual Grant de 2022 e em 1º de janeiro de 2024 para a Staking Grant e para o Anual Grant de 2023 se iniciará em 31 de dezembro de 2024. Portanto, a Companhia reconhece as despesas de pagamento baseado em ações no exercício entre a data de outorga e a data de conclusão da aquisição de direitos (vesting date). A despesa de pagamento com base em ações para o período pode diminuir se um ou mais titulares de ações deixarem a Companhia. Da mesma forma, a despesa pode ser ajustada de forma positiva ou negativa, dependendo da flutuação do valor justo de cada instrumento. Cada um dos valores justos dos instrumentos é impactado principalmente pelo valor estimado de uma ação ordinária da PagoNxt. O valor justo de cada instrumento é reestimado periodicamente no final do ano. O Plano inclui um programa de cancelamento, no qual os participantes terão o direito de solicitar à Companhia a recompra de seus instrumentos previamente adquiridos por uma determinada quantia, se determinadas condições forem atendidas. O programa de cancelamento terá início em 1º de janeiro de 2027 para UOs previamente adquiridas concedidas no âmbito do programa Staking Grant, e em 1º de janeiro de 2028 para RSUs previamente adquiridas e/ou PPOs previamente adquiridas concedidas no âmbito do programa Annual Grant 2022; e em 1º de janeiro de 2029 para RSUs previamente adquiridas e/ou PPOs previamente adquiridas concedidas no âmbito do programa Annual Grant 2023. O quadro a seguir mostra o saldo de cada um dos instrumentos em 31 de dezembro de 2023:

Modalidade	Quantidade	Período de Vesting	Saldo do Plano em 31/12/2023
Staking Grant 2022 - UOs	19.967	2022 a 2026	2.262
Annual Grant 2022 - PPOs	10.815	2022 a 2027	720
Annual Grant 2022 - RSU	7.272	2022 a 2027	1.265
Annual Grant 2023 - PPOs	10.484	2023 a 2028	167
Annual Grant 2023 - RSU	6.490	2023 a 2028	273
Total	**55.028**		**4.687**

A movimentação do período para os instrumentos concedidos em 2023 esta demonstrada abaixo:

	Annual Grant 2023 - PPOs		Annual Grant 2023 - RSU	
	Quantidade	Valor Justo Acumulado	Quantidade	Valor Justo Acumulado
Saldo inicial	-	-	-	-
Concedidas	10.489	273	6.490	167
Exercidas	-	-	-	-
Prescritas	(5)	-	-	-
Saldo Final	**10.484**	**273**	**6.490**	**167**

O movimento do período para cada um dos três instrumentos concedidos em 2023 referente ao plano de 2022 é o demonstrado abaixo:

	Staking Grant 2022 - UOs		Annual Grant 2022 - PPOs		Annual Grant 2022 - RSU	
	Quantidade	Valor Justo Acumulado	Quantidade	Valor Justo Acumulado	Quantidade	Valor Justo Acumulado
Saldo inicial	**39.054**	**2.645**	**17.614**	**712**	**8.381**	**611**
Concedidas	2.425	2.328	3.241	662	2.007	1.009
Exercidas	-	-	-	-	-	-
Prescritas	(21.512)	(2.711)	(10.040)	(654)	(3.116)	(355)
Saldo Final	**19.967**	**2.262**	**10.815**	**720**	**7.272**	**1.265**

Não houve vencimento dos instrumentos do Plano entre a data da concessão e 31 de dezembro de 2023.

Valor Justo dos Instrumentos Concedidos: Para calcular o valor futuro do ativo subjacente do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia, o modelo de simulação de Monte Carlo foi considerado o método mais adequado. A simulação de Monte Carlo foi aplicada sobre o EBITDA esperado do Grupo PagoNxt. Uma vez calculado o valor da ação ordinária, foi calculado o pay-off de cada instrumento, considerando suas características específicas e de acordo com as condições do LTIP. Essas estimativas consideraram as seguintes premissas:

	Annual Grant 2023 - PPOs	Annual Grant 2023 - RSU
Fair Value (em R$)	187,72	497,27
Volatilidade esperada	67,52%	67,52%
Vida da opção	5,5 anos	5,5 anos
Taxa livre de risco	2,61%	2,61%
Dividendos esperados	0%	0%

	Staking Grant 2022 - UOs	Annual Grant 2022 - PPOs	Annual Grant 2022 - RSU
Fair Value (em R$)	245,6	176,34	461,59
Volatilidade esperada	67,52%	67,52%	67,52%
Vida da opção	4,5 anos	5,5 anos	5,5 anos
Taxa livre de risco	2,61%	2,52%	2,52%
Dividendos esperados	0%	0%	0%

A volatilidade esperada foi determinada com base na volatilidade média histórica de empresas comparáveis à PagoNxt que estão listadas na bolsa de valores em diferentes mercados.

Em 31 de dezembro de 2023, a Super registrou um passivo para o Plano no valor de R$ 4.687 e R$ 1.418 reconhecidos em resultado na rubrica de despesas de pessoal.

27. Outras Informações

Em janeiro de 2021 a Super registrou um incidente operacional da Plataforma Superdigital, ocasionando indisponibilidade do uso do aplicativo por algumas horas. A Super atuou na solução desse incidente, e todas as funcionalidades foram reestabelecidas. O incidente operacional gerou um potencial de provisão para perdas operacionais no montante de R$ 42.659, além de um valor ativo de R$ 2.654, de valores a receber de parceiros. O incidente está sendo tratado no âmbito cível e criminal. A Super é participante de um contrato de seguro do Conglomerado Santander, e após o evento a Administração iniciou o processo de ressarcimento. No semestre findo em 31 de dezembro de 2021 a Super registrou uma despesa no valor da franquia no montante de R$ 15.583, além do montante de R$ 42.659 como receita oriunda do ressarcimento diante da evolução exitosa do processo junto a seguradora. Em abril de 2023 a Super liquidou todos os seus valores a pagar e a receber com a seguradora. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Super não possui saldos em aberto desse evento. A Administração da Super reforça que o incidente não impactou o cliente e que mantém sólidas estruturas de controles e liquidez de acordo com as normativas estabelecidas pelo Banco Central.

28. Eventos Subsequentes

Em 16 de janeiro de 2024, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária - A.G.E o aumento de capital social da Super no montante de R$ 18.568, passando o capital social dos atuais R$ 554.838 para R$ 573.406, com emissão de 13.553 mil novas ações.

DIRETORIA

Fabio Fernando Almendros
CEO

Ana Flávia Rodrigues
Contadora - CRC 1SP 322213/O-8

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Superdigital Instituição de Pagamento S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Superdigital Instituição de Pagamento S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Superdigital Instituição de Pagamento S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2024

pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Paulo Rodrigo Pecht
Contador CRC 1SP213429/O-7

S3 caceis INVESTOR SERVICES

S3 Caceis Brasil DTVM S.A.

CNPJ nº 62.318.407/0001-19

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:
Apresentamos o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras da S3 Caceis Brasil DTVM S.A. (S3 Caceis) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

Mercado de Atuação
A S3 Caceis, atua na subscrição em consórcio com outras sociedades, nas emissões de títulos e valores mobiliários para revenda, compra e venda de títulos e valores mobiliários, por conta própria e de terceiros; administração de carteiras e de custódia de títulos e valores mobiliários e intermediação de oferta pública e distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado.

Patrimônio Líquido e Resultado
Em 31 de dezembro de 2023, o lucro líquido apresentado no acumulado do exercício foi de R$178 milhões, correspondente a R$102,46 por lote de mil ações e rentabilidade de 15,38% sobre o patrimônio líquido médio e retorno de 12,72% sobre os ativos totais médios. O patrimônio líquido atingiu o montante de R$1.210 milhões.

Ativos e Passivos
Em 31 de dezembro de 2023, os ativos totais atingiram R$1.468 milhões, destacando-se R$942 milhões por Aplicações em Depósitos Interfinanceiros. O passivo total está representado substancialmente por Outros Passivos Financeiros no montante de R$127 milhões e Passivos Fiscais no montante de R$74 milhões.

Evento Societário
Em 01 de abril de 2023, a S3 Caceis Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A, deixou de fazer parte do conglomerado Prudencial Santander.

Auditoria Independente
A política de atuação da S3 Caceis na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco Santander.
A S3 Caceis informa que no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não foram prestados pela PricewaterhouseCoopers e outras firmas-membro outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria das demonstrações financeiras.
Ademais, a S3 Caceis confirma que a PricewaterhouseCoopers representa à Administração que dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria externa. Referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor, acima mencionados.

São Paulo, 26 de março de 2024.
O Conselho de Administração
A Diretoria Executiva

BALANÇO PATRIMONIAL

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativo Circulante e Não Circulante		**1.467.886**	**1.335.003**
Disponibilidades	**4**	**2.863**	**379**
Instrumentos Financeiros		**943.228**	**765.698**
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	941.617	765.698
Títulos e Valores Mobiliários	6	1.611	-
Outros Ativos	**8**	**51.078**	**50.380**
Ativos Fiscais	7.a	**24.362**	**25.278**
Correntes		10.202	12.663
Diferidos		14.160	12.615
Imobilizado de Uso	**9**	**489**	**663**
Outras Imobilizações de Uso		1.622	1.622
(Depreciações Acumuladas)		(1.133)	(959)
Intangível	**10**	**445.866**	**492.605**
Ágio por Expectativa de Rentabilidade Futura		323.055	323.055
Outros Ativos Intangíveis		667.591	637.946
(Amortizações Acumuladas)		(544.780)	(468.396)
Total do Ativo		**1.467.886**	**1.335.003**

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Passivo Circulante e Não circulante		**257.634**	**227.036**
Outros Passivos Financeiros	**11**	**126.569**	**116.621**
Outros Passivos	**12 & 13.b**	**57.390**	**50.548**
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais		7.533	3.974
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos			
Ações Trabalhistas e Cíveis		10.148	8.114
Outras Provisões		31.214	29.676
Diversas		8.495	8.784
Passivos Fiscais	**7.b**	**73.675**	**59.867**
Corrente		72.906	59.167
Diferidos		769	700
Patrimônio Líquido	**14**	**1.210.252**	**1.107.967**
Capital Social		840.313	840.313
Reservas de Lucros		369.755	267.481
Ajustes de Avaliação Patrimonial		184	173
Total do Patrimônio Líquido		**1.210.252**	**1.107.967**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**1.467.886**	**1.335.003**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

			Reservas de Lucros		Ajustes de		
	Nota	Capital Social	Reserva Legal	Reservas Estatutárias	Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**840.313**	**36.425**	**138.892**	**346**	**-**	**1.015.976**
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	(173)	-	(173)
Lucro Líquido		-	-	-	-	160.164	160.164
Destinações:							
Reserva Legal	14.c	-	8.008	-	-	(8.008)	-
Juros sobre Capital Próprio	14.b	-	-	-	-	(68.000)	(68.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	14.c	-	-	42.078	-	(42.078)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	14.c	-	-	42.078	-	(42.078)	-
Saldos em 31 dezembro de 2022		**840.313**	**44.433**	**223.048**	**173**	**-**	**1.107.967**
Mutações no Exercício		**-**	**8.008**	**84.156**	**(173)**	**-**	**91.991**
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**840.313**	**44.433**	**223.048**	**173**	**-**	**1.107.967**
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	11	-	11
Lucro Líquido		-	-	-	-	178.274	178.274
Destinações:							
Reserva Legal	14.c	-	8.914	-	-	(8.914)	-
Juros sobre Capital Próprio	14.b	-	-	-	-	(76.000)	(76.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	14.c	-	-	46.680	-	(46.680)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	14.c	-	-	46.680	-	(46.680)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**840.313**	**53.347**	**316.408**	**184**	**-**	**1.210.252**
Mutações no Exercício		**-**	**8.914**	**93.360**	**11**	**-**	**102.285**
Saldos em 30 de junho de 2023		**840.313**	**47.843**	**287.844**	**297**	**-**	**1.176.297**
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	(113)	-	(113)
Lucro Líquido		-	-	-	-	110.068	110.068
Destinações:							
Reserva Legal	14.c	-	5.504	-	-	(5.504)	-
Juros sobre o Capital Próprio	14.b	-	-	-	-	(76.000)	(76.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	14.c	-	-	14.282	-	(14.282)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	14.c	-	-	14.282	-	(14.282)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**840.313**	**53.347**	**316.408**	**184**	**-**	**1.210.252**
Mutações no Período		**-**	**5.504**	**28.564**	**(113)**	**-**	**33.955**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	01/07 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Receitas da Intermediação Financeira		**59.080**	**114.913**	**87.273**
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		59.080	114.913	87.273
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		**59.080**	**114.913**	**87.273**
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		**86.475**	**159.157**	**162.298**
Receitas de Prestação de Serviços	16	208.893	416.831	403.521
Despesas de Pessoal	17	(35.061)	(68.880)	(59.326)
Outras Despesas Administrativas	18	(82.802)	(159.253)	(150.141)
Despesas Tributárias	7.d	(17.649)	(36.142)	(35.065)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	19	13.094	6.601	3.309
Resultado Operacional		**145.555**	**274.070**	**249.571**
Resultado não Operacional		**(19)**	**(19)**	**(1)**
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações		**145.536**	**274.051**	**249.570**
Imposto de Renda e Contribuição Social	**7.c**	**(26.394)**	**(82.455)**	**(73.403)**
Provisão para Imposto de Renda		(18.326)	(52.115)	(45.915)
Provisão para Contribuição Social		(11.555)	(31.823)	(28.145)
Ativo Fiscal Diferido		3.487	1.483	657
Participações no Lucro		**(9.074)**	**(13.322)**	**(16.003)**
Lucro Líquido		**110.068**	**178.274**	**160.164**
Nº de Ações (Mil)	14.a	1.740	1.740	1.740
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações (em R$)		63,26	102,46	92,05

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	01/07 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Lucro Líquido do Período	**110.068**	**178.274**	**160.164**
Outros Resultados Abrangentes que não serão reclassificados para Lucro Líquido:	**(113)**	**11**	**(173)**
Plano de Benefícios	(113)	11	(173)
Plano de Benefícios	(187)	19	(289)
Imposto de Renda	74	(8)	116
Resultado Abrangente do Período	**109.955**	**178.285**	**159.991**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	01/07 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Atividades Operacionais				
Lucro Líquido		**110.068**	**178.274**	**160.164**
Ajustes ao Lucro Líquido		**34.712**	**71.505**	**68.782**
Tributos Diferidos		(3.487)	(1.483)	(657)
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais	13.b	(1.919)	(2.134)	287
Atualizações Monetárias das Provisões para Processos Judiciais e Obrigações Legais	13.b	292	572	1.169
Depreciações e Amortizações	18	41.209	76.559	69.595
Resultado de Investimentos		-	-	1
Atualização de Depósitos Judiciais	19	(206)	(326)	(124)
Atualização de Impostos a Compensar	19	(1.177)	(1.683)	(1.489)
Variações em Ativos e Passivos		**151.317**	**396.752**	**(222.881)**
Redução (Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		152.712	373.881	(134.650)
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários		(156)	(1.592)	(289)
Redução (Aumento) em Despesas Antecipadas		2.376	343	(727)
Redução (Aumento) em Outros Ativos		(887)	(715)	(921)
Redução (Aumento) em Ativos Fiscais Correntes		(6.177)	4.145	(10.005)
Aumento (Redução) em Outros Passivos Financeiros		(6.592)	9.948	(68.428)
Aumento (Redução) em Outros Passivos		(6.738)	(2.997)	(4.972)
Aumento (Redução) em Passivos Fiscais Correntes		32.264	90.136	77.937
Imposto Pago		(15.566)	(76.397)	(80.826)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais		**296.016**	**646.531**	**6.065**
Atividades de Investimento				
Aplicações e Alienações no Intangível	10.b	(19.090)	(29.645)	(39.126)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Investimento		**(19.090)**	**(29.645)**	**(39.126)**
Atividades de Financiamento				
Juros sobre o Capital Próprio Pagos	14.b	(64.600)	(64.600)	(57.800)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Financiamento		**(64.600)**	**(64.600)**	**(57.800)**
Aumento (Redução) Líquido(a) do Caixa e Equivalentes de Caixa		**212.326**	**552.286**	**(90.861)**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	**4**	**471.561**	**131.601**	**222.462**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	**4**	**683.887**	**683.887**	**131.601**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional
A S3 Caceis Brasil DTVM S.A. (S3 Caceis), controlada pela S3 Caceis Brasil Participações S.A., tem por objeto, dentre outros: (i) subscrever, isoladamente ou em consórcio com outras sociedades autorizadas, emissões de títulos e valores mobiliários para revenda; (ii) comprar e vender títulos e valores mobiliários, por conta própria e de terceiros; (iii) encarregar-se da administração de carteiras e de custódia de títulos e valores mobiliários; e (iv) intermediar oferta pública e distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado. Os benefícios e custos correspondentes dos serviços prestados são absorvidos entre elas e são realizados no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras
a) Apresentação das Demonstrações Financeiras
As demonstrações financeiras da S3 Caceis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.
A Resolução CMN n 4.966/2021, estabelece os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), harmonizando os critérios contábeis do COSIF para os requerimentos da norma internacional IFRS 9 a partir de 1 de janeiro de 2025. Dentre as principais mudanças está a classificação de instrumentos financeiros, reconhecimento de juros em caso de atraso, cálculo da taxa efetiva contratual, baixa a prejuízo e reconhecimento da provisão e classificação das operações com problemas de crédito.
A Lei nº 14.467/2022 alterou o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das Instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo BACEN. A principal alteração está na dedução das perdas incorridas na determinação do Lucro Real e da base de cálculo da CSLL. Esta lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025.
A adoção da Resolução CMN n 4.966/2021, da Lei nº 14.467/2022 e de outros normativos que são correlacionados, inclusive a reformulação do elenco de contas do COSIF, estão contidas no Plano de Implementação do Banco Santander. O Plano de Implementação dos referidos normativos no Banco Santander está segregado em três pilares: (i) Organização e Governança: Fóruns e Comitês compostos por diversos níveis hierárquicos dedicados a definição e acompanhamento da implementação; (ii) Processos e Sistemas: Mapeamento dos impactos e implementação das mudanças nos processos e sistemas; e (iii) Modelos e Critérios: Revisão e atualização dos modelos e critérios utilizados nas estimativas contábeis.
O cronograma do Plano de Implementação está sendo faseado ao longo do período de 2023 até o final do exercício de 2024, sendo que ainda depende de normas acessórias a serem emitidas pelo BACEN para implementação total. Os impactos nas Demonstrações Financeiras serão divulgados de forma oportuna após a definição completa do arcabouço regulatório.
A Resolução CMN n 4.975/2021, estabelece a observância ao Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) - Arrendamentos, no reconhecimento, na mensuração, na apresentação e na divulgação de operações de arrendamento mercantil a partir de 1 de janeiro de 2025. A S3 Caceis está avaliando os impactos e alterações necessárias para atendimento desta norma.
A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas (Nota 3.m).
O Conselho de Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, na reunião realizada em 26 de março de 2024.
b) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação
As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da S3 Caceis.

3. Principais Políticas Contábeis
a) Caixa e Equivalentes de Caixa
Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa correspondem aos saldos de aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.
b) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez
São demonstradas pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados *pro rata* dia.
c) Títulos e Valores Mobiliários
A carteira de títulos e valores mobiliários é demonstrada, conforme Circular n 3.068, pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:
I - títulos para negociação;
II - títulos disponíveis para venda; e
III - títulos mantidos até o vencimento.
Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade financeira do Banco de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados pro rata dia, ajustados ao valor de mercado (valor justo), computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida:
(1) da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; e
(2) da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado (valor justo) realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.
Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados pro rata dia.
As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período.
d) Rendas a Receber
Refere-se às provisões para perdas de Rendas a Receber, são fundamentadas nas análises das operações em aberto, na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos da carteira e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões.
e) Despesas Antecipadas
São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos.
f) Imobilizado de Uso
A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4%, instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de segurança e comunicações - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.
g) Intangível
O ágio na aquisição de direitos de uso de negócio é amortizado em 10 anos, observada a expectativa de resultados futuros e está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda de valor.
Os ativos identificados decorrentes da aquisição de negócio, substancialmente, relacionamento com clientes, são amortizados pelos prazos estimados de vida útil (Nota 10).
Os gastos de aquisição de logiciais são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos (Nota 10).

h) Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias
A S3 Caceis é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, decorrentes do curso normal de suas atividades.
As provisões são reavaliadas ao final de cada período de reporte para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser total ou parcialmente revertidas, reduzidas ou podem ainda ser complementadas, quando há mudança de risco em relação às saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.
As provisões são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e nas melhores informações disponíveis. Para as provisões cujo risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas (Nota 13.d) e para as provisões cujo risco de perda é remota não é requerida a divulgação.
Os Ativos Contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.
No caso de trânsitos em julgado favoráveis à S3 Caceis, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.
i) Plano de Benefícios a Funcionários
Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pela S3 Caceis de: (i) complemento dos benefícios do sistema público de previdência; e (ii) assistência médica, no caso de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos
Planos de Contribuição Definida
Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual a S3 Caceis como entidade patrocinadora paga contribuições fixas a um fundo de pensão, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores.
As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas com pessoal na demonstração do resultado.
Planos de Benefício Definido
Plano de benefício definido é o plano de benefício pós-emprego que não seja plano de contribuição definida e estão apresentados na Nota 20. Para esta modalidade de plano, a obrigação da entidade patrocinadora é a de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado.
A S3 Caceis aplica o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) que estabelece fundamentalmente, o reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais (déficit atuarial) não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida de conta destacada do patrimônio líquido (outros ajustes de avaliação patrimonial).
Principais Definições
- O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos corrente e passados;
- Déficit ou superávit é: (a) o valor presente da obrigação de benefício definido; menos (b) o valor justo dos ativos do plano;
- A entidade patrocinadora poderá reconhecer os ativos do plano no balanço quando atenderem as seguintes características: (i) os ativos do fundo forem suficientes para o cumprimento de todas as obrigações de benefícios aos empregados do plano ou da entidade patrocinadora; ou (ii) os ativos forem devolvidos à entidade patrocinadora com o intuito de reembolsá-la por benefícios já pagos a empregados;
- Ganhos e perdas atuariais são mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido resultantes de: (a) ajustes pela experiência (efeitos das diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que efetivamente ocorreu); e (b) efeitos das mudanças nas premissas atuariais;
- Custo do serviço corrente, é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente; e
- O custo do serviço passado, é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração no plano ou de redução do número de empregados cobertos.
Benefícios pós-emprego são reconhecidos no resultado nas linhas de outras despesas operacionais - perdas atuariais - planos de aposentadoria e despesas com pessoal.
Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por entidade externa de consultoria, no final de cada exercício com vigência para o período subsequente.
j) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)
O PIS (0,65%) e a Cofins (4,00%) são calculados sobre as receitas da atividade ou objeto principal da pessoa jurídica. Para as instituições financeiras é permitida a dedução das despesas de captação na determinação da base de cálculo. As despesas de PIS e Cofins são registradas em despesas tributárias. Para empresas não financeiras as alíquotas são de 1,65% para o PIS e 7,6% para a Cofins.
k) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 15% para as instituições financeiras, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal.
Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e/ou a liquidação do passivo.
De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 7.a, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.
l) Redução ao Valor Recuperável de Ativos
Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados ao fim de cada período de reporte, com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo e tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso.
m) Estimativas Contábeis
As estimativas contábeis e premissas utilizadas pela Administração para a preparação das demonstrações financeiras são revisadas pelo menos semestralmente, sendo apresentadas a seguir as principais estimativas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo período quando comparados com os montantes reais, tais como: provisão para contingências, valor recuperável dos ativos e a realização dos créditos tributários. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva.
n) Resultados Recorrentes/Não Recorrentes
Conforme Resolução BCB nº 2/2020, resultado não recorrente do exercício é aquele que:
I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e
II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.
A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na Nota Explicativa 22.
o) Juros sobre Capital Próprio
Os Juros sobre Capital Próprio são reconhecidos no passivo a partir do momento que sejam declarados ou propostos, conforme Resolução CMN n 4.872/20.

p) Receitas de Prestação de Serviços
As receitas com prestação de serviços incluem os benefícios econômicos originários das principais atividades de administração fiduciária, custódia de títulos e valores mobiliários e outros serviços de acordo com a competência de cada contrato de prestação de serviço. Para o reconhecimento destas receitas, a S3 Caceis aplica o modelo de 5 passos atendendo o CPC 47, conforme determinado pela Resolução CMN n 4.924/2021: I) Identificar o(s) contrato(s) com um cliente; II) Identificar as obrigações de desempenho; III) Determinar o preço da transação; IV) Alocar o preço de transação às obrigações de desempenho no contrato; e V) Reconhecer a receita quando, ou à medida que, a entidade satisfazer uma obrigação de desempenho.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
Disponibilidades	**2.863**	**379**	**562**
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	**681.024**	**131.222**	**221.900**
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	681.024	131.222	221.900
Total	**683.887**	**131.601**	**222.462**

As informações relativas a 31 de dezembro 2021 são demonstradas para informar a composição dos saldos iniciais de Caixa e Equivalentes de Caixa apresentados na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	31/12/2023			31/12/2022
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Total	Total
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (1)	681.024	260.593	941.617	765.698
Total	**681.024**	**260.593**	**941.617**	**765.698**
Circulante			**941.617**	**765.698**

(1) Do saldo total temos R$218.348, que se refere a aplicações com o Banco Santander Brasil, mencionado na nota 15.c

6. Títulos e Valores Mobiliários

	31/12/2023		Abertura por Vencimento	31/12/2023
	Custo Amortizado	Valor Contábil	Sem Vencimento	Total
Títulos para Negociação				
Títulos Privados - Cotas de Fundos de Investimento - FI	1.611	1.611	1.611	**1.611**
Total	**1.611**	**1.611**	**1.611**	**1.611**
Circulante		**1.611**		

As cotas de fundo de investimento são atualizadas com base no valor da cota divulgada pelos administradores do fundo diariamente.
O valor do custo amortizado/contábil é equivalente ao valor de mercado.
Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a S3 Caceis não possui operações com instrumentos financeiros derivativos.

7. Ativos e Passivos Fiscais
a) Ativos Fiscais Correntes e Diferidos

	31/12/2023	31/12/2022
Ativos Fiscais Diferidos	14.160	12.615
Impostos a Recuperar - Imposto de Renda e Contribuição Social	10.202	12.663
Total	**24.362**	**25.278**
Não-Circulante	**24.362**	**25.278**

a.1) Natureza e Origem dos Ativos Fiscais Diferidos

	Origens		Saldo em	Consti-	Reali-	Saldo em
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022	tuição	zação	31/12/2023
Provisão para Riscos Fiscais	3.882	1.853	740	2.297	(1.485)	1.552
Provisão para Contingências Cíveis	563	821	328	6	(109)	225
Provisão para Contingências Trabalhistas	5.842	3.832	1.532	2.493	(1.689)	2.336
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	14.456	13.789	5.096	4.754	(4.962)	4.888
Outras Provisões Temporárias (1)	14.822	13.864	4.919	240	-	5.159
Total dos Créditos Tributários	**39.565**	**34.159**	**12.615**	**9.790**	**(8.245)**	**14.160**

(1) Inclui provisões para despesas administrativas.
A S3 Caceis não possui créditos tributários não ativados em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

a.2) Expectativa de Realização dos Ativos Fiscais Diferidos

	31/12/2023		
	Diferenças Temporárias		
Ano	IRPJ	CSLL	Total
2024	5.590	4.045	9.635
2025	1.845	1.261	3.106
2026	425	410	835
2027	365	219	584
Total	**8.225**	**5.935**	**14.160**

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

a.3) Valor Presente dos Ativos Fiscais Diferidos
O valor presente dos créditos tributários é de R$12.987 (31/12/2022 - R$11.620), calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias e a taxa média de captação, projetada para os períodos correspondentes.

b) Passivos Fiscais Correntes e Diferidos
As obrigações fiscais e previdenciárias compreendem os impostos e contribuições a recolher e valores questionados, em processos judiciais e administrativos.

	31/12/2023	31/12/2022
Impostos e Contribuições a Pagar	18.470	11.205
Impostos e Contribuições sobre Lucros	54.436	47.962
Provisão para Tributos Diferidos	769	700
Total	**73.675**	**59.867**
Circulante	**72.906**	**59.167**
Não-Circulante	**769**	**700**

Continua...

...Continuação

S3 caceis INVESTOR SERVICES

S3 Caceis Brasil DTVM S.A.

CNPJ nº 62.318.407/0001-19

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b.1) Natureza e Origem dos Passivos Fiscais Diferidos

b.1) Natureza e Origem dos Passivos Tributários Diferidos

	Origens 31/12/2023	Origens 31/12/2022	Saldo em 31/12/2022	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2023
Plano de Benefícios - Efeito no Resultado	1.615	1.461	586	61	-	647
Plano de Benefícios - Efeito no P.L.	306	288	114	8	-	122
Total	**1.921**	**1.749**	**700**	**69**	-	**769**

b.2) Expectativa de Exigibilidade dos Passivos Fiscais Diferidos

	31/12/2023		
	Diferenças Temporárias		
Ano	IRPJ	CSLL	Total
2024	48	29	77
2025	48	29	77
2026	48	29	77
2027	48	29	77
2028	48	29	77
2029 a 2033	240	144	384
Total	**480**	**289**	**769**

c) Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro	**274.051**	**249.570**
Participações no Lucro	(13.322)	(16.003)
Resultado antes dos Impostos	**260.729**	**233.567**
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 15%	**(104.292)**	**(94.434)**
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	(12.334)	(6.702)
Juros sobre o Capital Próprio	30.400	27.880
IRPJ e CSLL sobre Diferenças Temporárias e Prejuízo Fiscal de Exercícios Anteriores	5.063	(141)
Demais Ajustes, CSLL 5%	-	(46)
Demais Ajustes	(1.292)	40
Imposto de Renda e Contribuição Social	**(82.455)**	**(73.403)**

d) Despesas Tributárias

	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Despesa com PIS	2.540	2.462
Despesa com Cofins	15.630	15.151
Despesa com ISS	17.515	17.248
Outras	457	204
Total	**36.142**	**35.065**

8. Outros Ativos

	31/12/2023	31/12/2022
Administração de Fundos de Investimentos	23.691	23.193
Custódia de Títulos e Valores Mobiliários	10.505	11.084
Outras Rendas a Receber	1.683	2.921
(-) Provisões para Perdas	(304)	(1.115)
Devedores por Depósitos em Garantia		
Para Interposição de Recursos Fiscais	1.981	2.782
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	500	1.144
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	9.682	4.425
Adiantamentos e Antecipações Salariais	309	289
Plano de Benefícios a Funcionários	1.921	1.749
Valores a Receber - Taxa de Registro Fundos de Investimentos	219	2.463
Devedores Diversos - País	196	284
Despesas Antecipadas	638	981
Outros	57	180
Total	**51.078**	**50.380**
Circulante	**38.662**	**38.766**
Não-Circulante	**12.416**	**11.614**

9. Imobilizado de Uso

	31/12/2023			31/12/2022		
	Custo	Depreciação	Residual	Custo	Depreciação	Residual
Outras Imobilizações de Uso						
Sistemas de Processamento de Dados	202	(202)	**-**	202	(201)	**1**
Móveis e Equipamentos de Uso	1.065	(704)	**361**	1.065	(567)	**498**
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	355	(227)	**128**	355	(191)	**164**
Total	**1.622**	**(1.133)**	**489**	**1.622**	**(959)**	**663**

10. Intangível

a) Composição

	Vida Útil (em anos)	31/12/2023 Custo	31/12/2023 Amortização	31/12/2023 Total	31/12/2022 Custo	31/12/2022 Amortização	31/12/2022 Total
Ágio na Aquisição de Direitos de Uso de Negócio (1)	**10**	**323.055**	**(269.212)**	**53.843**	**323.055**	**(236.907)**	**86.148**
Outros Ativos Intangíveis		**667.591**	**(275.568)**	**392.023**	**637.946**	**(231.489)**	**406.457**
Logiciais	Até 5	223.969	(65.508)	**158.461**	194.324	(46.636)	**147.688**
Relacionamento com Clientes:							
Clientes vinculados a Fundos de Investimentos	22	253.337	(95.961)	**157.376**	253.337	(84.446)	**168.891**
Clientes vinculados à Rede Comercial do Banco Santander	27	84.758	(26.160)	**58.598**	84.758	(23.021)	**61.737**
Outros Clientes	10	105.527	(87.939)	**17.588**	105.527	(77.386)	**28.141**
Total		**990.646**	**(544.780)**	**445.866**	**961.001**	**(468.396)**	**492.605**

(1) Para o exercício de 2023 e 2022 não houve evidências de impairment.

b) Movimentação

	01/01 a 31/12/2023 Custo	Amortização	Total	01/01 a 31/12/2022 Custo	Amortização	Total
Saldo no início do exercício	**961.001**	**(468.396)**	**492.605**	**921.875**	**(398.990)**	**522.885**
Adição	29.711	-	**29.711**	39.126	-	**39.126**
Baixa	(66)	-	**(66)**	-	-	**-**
Amortização	-	(76.384)	**(76.384)**	-	(69.406)	**(69.406)**
Saldo no final do exercício	**990.646**	**(544.780)**	**445.866**	**961.001**	**(468.396)**	**492.605**

11. Outros Passivos Financeiros

	31/12/2023	31/12/2022
Credores - Conta Liquidações Pendentes	126.569	116.621
Total	**126.569**	**116.621**
Circulante	**126.569**	**116.621**

12. Outros Passivos

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão para Pagamentos a Efetuar		
Despesas de Pessoal	19.656	18.813
Despesas Administrativas	10.218	8.494
Outros Pagamentos	1.340	2.369
Sociais e Estatutárias	3.670	3.195
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 13.b)	7.533	3.974
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 13.b)	10.148	8.114
Credores Diversos - País	4.825	5.589
Total	**57.390**	**50.548**
Circulante	**42.506**	**32.409**
Não-Circulante	**14.884**	**18.139**

13. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

a) Ativos Contingentes

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes (Nota 3.h).

b) Movimentações das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	01/01 a 31/12/2023 Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	01/01 a 31/12/2022 Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	**3.974**	**7.294**	**821**	**3.247**	**6.060**	**890**
Constituição Líquida de Reversão (1)	(3.607)	1.732	(259)	333	24	(70)
Atualização Monetária	79	491	2	291	877	1
Baixas por Pagamentos	(2)	(213)	-	(7)	(388)	-
Outros (2) (3)	7.089	280	-	110	720	-
Saldo Final	**7.533**	**9.584**	**564**	**3.974**	**7.293**	**821**
Depósitos em Garantia - Outros Créditos	-	-	-	-	968	-

(1) Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em despesas tributárias, outras receitas e despesas operacionais e IR e CSLL.

(2) Trata-se de acordo entre S3 Caceis e o Banco Santander.

(3) Em 2023, inclui a reversão da provisão para processos de PIS e COFINS referentes ao questionamento da Lei n 9.718/98.

c) Provisões, Passivos Contingentes e Outras Provisões

A S3 Caceis é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de perda das ações da S3 Caceis, com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. A S3 Caceis tem como procedimento provisionar integralmente o valor das ações cuja avaliação está classificada como perda provável. As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

Os principais processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações legais, fiscais e previdenciárias, estão descritos a seguir:

PIS e Cofins - A S3 Caceis ajuizou medida judicial visando afastar a aplicação da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e da Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas, que antes da referida norma, eram tributadas pelo PIS e Cofins apenas as receitas de prestação de serviços e vendas de mercadorias.

Em 2023, o STF decidiu o Tema 372 por meio de Repercussão Geral, e acolheu parcialmente o recurso da União Federal fixando a tese de que incide o PIS/COFINS sobre as receitas operacionais decorrentes das atividades típicas das instituições financeiras, de forma a terem sido constituídas as respectivas obrigações de PIS e COFINS. O Banco Santander é responsável pelo montante envolvido nesse processo como ex-controlador da Companhia. Em 31 de dezembro de 2023, o montante envolvido é de R$3.882 - (31/12/2022 - R$1.087).

Desmutualização de Ações - R$465 (31/12/2022 - R$446), visa a não incidência do IRPJ e da CSLL dos valores correspondentes à atualização dos títulos patrimoniais convertidos em ações, visto que não representa acréscimo patrimonial, mas de mera permuta.

d) Passivos Contingentes Classificados com Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente. As ações com classificação de perda possível, totalizaram em R$5.009 milhões em 31 de dezembro de 2023, sendo, principalmente:

Cofins - Discussão judicial para anular auto de infração lavrado pela Receita Federal, pretendendo a exigência de PIS e Cofins sobre receitas que não decorrem da atividade preponderante da empresa, contrariando assim o novo texto legal trazido pela Lei Federal nº 12.973/2014. Em 31 de dezembro de 2023, o valor relacionado a esse processo era de aproximadamente R$2.384 milhões.

14. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 dezembro de 2022, o capital social subscrito e integralizado é composto por 1.740 mil ações ordinárias nominativas escriturais sem valor nominal.

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 1% sobre o lucro líquido ajustado na forma da legislação em vigor. A distribuição dos dividendos está sujeita à deliberação em Assembleia Geral de Acionistas.

A seguir, apresentamos a distribuição de Juros sobre o Capital Próprio efetuadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

	Em milhares de Reais Bruto	IRRF	Líquido	Reais por Ação Ordinária Bruto	Líquido
Juros sobre o Capital Próprio (1)	76.000	11.400	64.600	43,68	37,13
Juros sobre o Capital Próprio (2)	68.000	10.200	57.800	39,08	33,22
Total	**144.000**	**21.600**	**122.400**		

(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em 21 de dezembro de 2023, pagos no dia 27 de dezembro, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(2) Deliberados pelo Conselho de Administração em 19 de dezembro de 2022, pagos no dia 21 de dezembro de 2022, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

c) Reservas de Lucros

O lucro líquido apurado, após as deduções e provisões legais, terá a seguinte destinação:

Reserva Legal

De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja a 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Reservas Estatutárias

Do saldo remanescente do lucro líquido do exercício, foram destinados 50% para reforço de capital de giro e 50% para equalização de dividendos com a finalidade de garantir os meios financeiros para as operações da S3 Caceis e a continuidade da distribuição de dividendos, podendo ser utilizadas para futuros aumentos de capital. Ambas reservas, juntamente com a reserva legal, estão limitadas a 100% do capital social.

15. Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) da S3 Caceis realizada em 28 de abril de 2023, foi aprovado o montante global anual da remuneração dos membros da Diretoria para o ano de 2023, em até R$ 18.000.

i. Benefícios de Longo Prazo

A S3 Caceis, assim como o Banco Santander Espanha, igualmente como outras controladas no mundo do Grupo Santander e Grupo Caceis, possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações, com base no atingimento de metas.

ii. Benefícios de Curto Prazo

A tabela a seguir demonstra os salários e honorários dos Administradores:

	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Remuneração Fixa	4.694	4.488
Remuneração Variável - em espécie	1.462	1.208
Remuneração Variável - em ações	1.415	1.201
Outras	328	304
Total dos Benefícios de Curto Prazo	**7.899**	**7.201**
Remuneração Variável - em espécie	1.228	980
Remuneração Variável - em ações	1.175	965
Total dos Benefícios de Longo Prazo	**2.403**	**1.945**

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2023, foram recolhidos encargos sobre a remuneração da Administração no montante de R$1.432 (31/12/2022 - R$1.369).

iii. Rescisão de Contrato

A extinção da relação de trabalho com os administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira.

b) Participação Acionária

A S3 Caceis é controlada pela S3 Caceis Participações que possui participação acionária de 1.740 mil ações, equivalentes a 100,00% do seu capital social.

c) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

As principais transações e saldos são, conforme segue:

	Ativos (Passivos) 31/12/2023	Ativos (Passivos) 31/12/2022	Receitas (Despesas) 01/01 a 31/12/2023	Receitas (Despesas) 01/01 a 31/12/2022
Disponibilidades	**2.863**	**379**	**-**	**-**
Banco Santander (Brasil) S.A. (1)	2.863	379	-	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	**218.348**	**565.239**	**65.541**	**87.273**
Banco Santander (Brasil) S.A. (1)	218.348	565.239	65.541	86.815
Outras (3)	-	-	-	458
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	**15.655**	**10.699**	**40.063**	**69.572**
Banco Santander (Brasil) S.A. (1)	15.655	10.699	40.044	69.572
Banco Santander (Espanha) S.A.	-	-	19	-
Valores a Pagar de Sociedades Ligadas	**(2.309)**	**(2.580)**	**(6.480)**	**(5.877)**
Banco Santander (Brasil) S.A. (1)	-	-	(5.918)	(5.617)
Aquanima Brasil Ltda. (2)	-	-	(230)	(227)
Universia Brasil S.A. (2)	-	-	(55)	(33)
F1rst Tecnologia e Inovação Ltda. (2)	(2.309)	(2.580)	(277)	-
Outros Passivos Diversos	**(9.470)**	**(9.880)**	**10.302**	**9.146**
Pessoal Chave da Administração	-	-	10.302	9.146
Banco Santander (Espanha) S.A.	(9.398)	(9.090)	-	-
Banco Santander (México), S.A.	(72)	(790)	-	-

(1) Controlada diretamente pelo Banco Santander Espanha.

(2) Controlada indiretamente pelo Banco Santander Espanha.

16. Receitas de Prestações de Serviços

	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Rendas de Administração de Fundos de Investimentos	283.100	265.382
Rendas de Serviços de Custódia	109.168	106.243
Outras Rendas de Serviços	24.563	31.896
Total	**416.831**	**403.521**

17. Despesas de Pessoal

	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Remuneração	45.271	37.149
Encargos	12.884	11.679
Benefícios	9.482	7.756
Treinamento	354	1.946
Outras	889	796
Total	**68.880**	**59.326**

18. Outras Despesas Administrativas

	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Depreciações e Amortizações	76.559	69.595
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	18.264	18.957
Serviços do Sistema Financeiro	3.916	2.478
Processamento de Dados	50.551	47.768
Convênio Operacional - Banco Santander (Nota 15.c)	5.918	5.617
Transporte e Viagens	1.196	743
Comunicações	1.459	1.687
Despesas com Seguros	530	955
Outras	860	2.341
Total	**159.253**	**150.141**

19. Outras Receitas (Despesas) Operacionais

	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Atualização de Depósitos Judiciais	326	124
Reversão de Provisões IRPJ e CSLL	12.657	14.015
Provisão para Contingências (Líquidas de Reversão)	2.134	(287)
Atualização de Impostos a Compensar	1.683	1.489
Recuperação de Encargos e Despesas	49	410
Reversão (provisões) Operacionais	3.535	872
Atualização Monetária (Nota 13.b)	(572)	(1.169)
Obrigações de PIS e COFINS (Lei nº 9.718/98) (1)	(3.764)	-
Despesas de Atualização de Impostos	(860)	(901)
Despesas com Auditoria e Guarda de Lastros	(648)	(577)
Certificado de Serviços de Custódia	(308)	(402)
Comissões	(6.355)	(8.384)
Outros	(1.276)	(1.881)
Total	**6.601**	**3.309**

(1) Reversão de Provisão PIS e COFINS (Lei n 9.718/98).

20. Plano de Benefícios a Funcionários - Benefícios Pós-Emprego

a) Plano de Aposentadoria Complementar

A S3 Caceis patrocina, juntamente com o Banco Santander, os planos de benefício definido e de contribuição definida da Sanprev - Santander Associação de Previdência (Sanprev) Plano II e o plano de contribuição definida da SantanderPrevi - Sociedade de Previdência Privada (SantanderPrevi), entidade fechada de previdência privada, com a finalidade de conceder aposentadorias e pensões complementares às concedidas pela Previdência Social, conforme definido no regulamento básico do plano.

I) Banesprev

Sanprev Plano II: plano que oferece coberturas de riscos, suplementação de pensão temporária, aposentadoria por invalidez e pecúlio por morte e suplementação do auxílio-doença e auxílio-natalidade, abrangendo os empregados dos patrocinadores inscritos no plano, sendo custeado, exclusivamente, pelos patrocinadores, por meio de contribuições mensais, quando indicadas pelo atuário. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

Sanprev Plano III: plano de contribuição variável, abrangendo os empregados dos patrocinadores que fizeram a opção de contribuir, mediante contribuições livremente escolhidas pelos participantes a partir de 2% do salário de contribuição. Nesse plano o benefício é de contribuição definida durante a fase de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento do benefício, sendo na forma de renda mensal vitalícia, em todo ou em parte do benefício. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

II) SantanderPrevi

Dentre os planos administrados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar ligadas ao Santander, o Plano de Aposentadoria da SantanderPrevi é o único estruturado na modalidade de contribuição definida e aberto para novas adesões, sendo as contribuições partilhadas entre as empresas patrocinadoras e os participantes do plano.

Os valores apropriados nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 em despesas de pessoal referente ao plano foram de R$881 e R$764, respectivamente.

III) Outros Planos

SBPREV - Santander Brasil Previdência Aberta: a partir de 2 de janeiro de 2018, o Santander passou a oferecer este novo programa de previdência complementar opcional para os novos funcionários contratados e para os funcionários que não estivessem inscritos em qualquer outro plano previdenciário administrado pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar do Grupo. Este novo programa contempla as modalidades PGBL- Plano Gerador de Benefícios Livres e VGBL-Vida Gerador de Benefícios Livres administrados pela Icatu Seguros, Entidade Aberta de Previdência Complementar, abertos para novas adesões, sendo suas contribuições partilhadas entre as empresas instituidoras/estipulantes-averbadoras e os participantes dos planos.

Apuração do Ativo (Passivo) Atuarial Líquido

	Banesprev 31/12/2023	Banesprev 31/12/2022
Conciliação dos Ativos e Passivos		
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(905)	(961)
Valor Justo dos Ativos do Plano	3.046	2.910
Sendo:		
Superávit	2.141	1.949
Valor não Reconhecido como Ativo	219	200
Ativo Atuarial Líquido em 31 de dezembro	**(1.922)**	**(1.749)**
Receita (Despesas) Reconhecidas	154	135
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	306	288
Rendimento Efetivo sobre os Ativos dos Planos	136	(199)

Principais Premissas Atuariais Adotadas nos Cálculos

- Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial: 8,65% (2022 - 9,64%);
- Taxa para cálculo dos juros sobre os ativos, para exercício seguinte: 8,65% (2022 - 9,64%);
- Taxa estimada de inflação no longo prazo: 3,00% (2022 - 3,00%);
- Taxa estimada de aumento nominal dos salários: 3,77% (2022 - 3,52%);
- Tábua biométrica de mortalidade geral: AT2000 (2022 - AT2000).

Abertura dos ganhos (perdas) atuariais por experiência, hipóteses financeiras e hipóteses demográficas:

	Banesprev 31/12/2023	Banesprev 31/12/2022
Experiência do Plano	204	33
Mudanças em Hipóteses Financeiras	(61)	98
Mudanças em Hipóteses Demográficas	16	-
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	**159**	**131**
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	(140)	(457)
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	**(140)**	**(457)**
Mudança no Superávit irrecuperável	**-**	**36**

A tabela a seguir demonstra a duração das obrigações atuariais em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

	Duração (em Anos) 31/12/2023	Duração (em Anos) 31/12/2022
Sanprev II/III	8,00	8,42

b) Remuneração com Base em Ações

A S3 Caceis possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de ações. São elegíveis a estes planos os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander, além dos participantes que foram determinados pelo Conselho de Administração e informados ao Departamento de Recursos Humanos, cuja escolha levará em conta a senioridade no grupo. Os membros do Conselho de Administração somente participam de referidos planos se exercerem cargos na Diretoria Executiva.

Coletivo Identificado - Diretores Estatutários e responsáveis das áreas de controle. Da remuneração variável destes executivos, uma parcela é diferida e paga 50% em dinheiro, indexado a 100% do CDI, e 50% em ações (Units SANB11), adquiridas pelo Banco Santander. No exercício de 2023, foram registradas despesas no valor de R$46 (2022 - R$118) referente a provisão do plano de diferimento em ações e foram registradas despesas com a oscilação do valor de mercado da ação do plano no valor de R$128 (2022 - R$2) como despesas de pessoal.

Demais Funcionários - Funcionários de nível de Superintendência e demais funcionários com valor de remuneração variável acima de um valor mínimo estabelecido. O valor diferido será pago 50% em dinheiro, indexado a 100% do CDI, e 50% em ações (Units SANB11). Em 31 de dezembro de 2023, foram registradas despesas no valor de R$92 (2022 - R$4).

21. Outras Informações

Fundos de investimentos sob gestão e patrimônio líquido administrados

Em 31 de dezembro de 2023, o valor total do patrimônio líquido dos fundos de investimentos sob gestão é de R$1.039.945 (31/12/2022 - R$1.033.796) e o total do patrimônio líquido de investimentos administrados é de R$194.957.480 (31/12/2022 - R$195.604.741).

Resultados Recorrentes/Não Recorrentes

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, não houve resultados não recorrentes.

ADMINISTRAÇÃO

Conselho de Administração

Conselheiros

Presidente
Carlos Rodriguez de Robles Arienza

Alessandro Tomao | Carlos Rey de Vicente | Eric Pierre Derobert | Juliana da Cunha Assad | Joaquín Alfaro Garcia

Diretoria Executiva

Diretores

Presidente
Joaquín Alfaro Garcia

Andreia Rumi Nakamura | Ângela Amodeo | Fabio Ribeiro | Rafael Guazzelli Ferme

Contadora
Camilla Cruz Oliveira de Souza - CRC Nº 1SP - 256989/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
S3 Caceis Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da S3 Caceis Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da S3 Caceis Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2024

pwc

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5
Paulo Rodrigo Pecht
Contador CRC 1SP213429/O-7

Santander

Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.

CNPJ nº 51.014.223/0001-49

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:
Apresentamos o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras da Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. (Santander CCVM) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

Mercado de Atuação
A Santander CCVM, Instituição financeira integrante do Conglomerado Santander, atua na intermediação de operações em bolsa de valores e mercadorias, nos mercados à vista, de opções, a termo e futuro; compra, venda e distribuição de títulos e valores mobiliários por conta própria ou de terceiros; formação e gestão, como líder ou participante, de consórcios para lançamento público "*underwriting*" e administração de fundos.

Patrimônio Líquido e Resultado
Em 31 de dezembro de 2023 o lucro líquido apresentado no acumulado do Exercício foi de R$ 50 milhões, correspondente a R$ 1,80 por lote de mil ações. O patrimônio líquido atingiu o montante de R$ 976 milhões.

Ativos e Passivos
Em 31 de dezembro de 2023, os ativos totais atingiram R$ 1.518 milhões, destacando-se R$ 631 milhões por Títulos e Valores Mobiliários e R$ 306 milhões por Outros Ativos Financeiros. O passivo total está representado, principalmente, por Outros Passivos Financeiros, no montante de R$ 358 milhões e R$ 123 milhões referente à Outros Passivos.

Auditoria Independente
A política de atuação da Santander CCVM na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco Santander.
A Santander CCVM informa que no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não foram prestados pela PricewaterhouseCoopers e outras firmas-membro outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria das demonstrações financeiras.
Ademais, a Santander CCVM confirma que a PricewaterhouseCoopers representa à Administração que dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria externa. Referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor, acima mencionados.

São Paulo, 26 de março de 2024.
A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativo			
Ativo Circulante e Não-Circulante		**1.517.783**	**1.497.484**
Disponibilidades	**4 & 13.c**	**17.974**	**18.377**
Instrumentos Financeiros		**1.248.050**	**1.252.252**
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4, 5 & 13.c	311.018	329.775
Títulos e Valores Mobiliários	6	631.209	509.416
Outros Ativos Financeiros	7	305.823	413.061
Outros Ativos	**9**	**166.985**	**151.002**
Ativos Fiscais	**8.a**	**84.701**	**75.852**
Correntes		32.802	44.306
Diferidos		51.899	31.546
Investimentos		**1**	**1**
Outros Investimentos		1	1
Imobilizado de Uso		**72**	-
Outras Imobilizações de Uso		142	-
(Depreciações Acumuladas)		(70)	-
Total do Ativo		**1.517.783**	**1.497.484**

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Passivo			
Passivo Circulante e Não-Circulante		**542.188**	**571.926**
Outros Passivos Financeiros	**7**	**357.566**	**452.419**
Outros Passivos		**123.299**	**72.037**
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	10 & 11.b	21.496	48.914
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis	10 & 11.b	3.162	2.739
Outras Provisões	10	92.766	11.329
Diversos	10	5.875	9.055
Passivos Fiscais	**8.b**	**61.323**	**47.470**
Correntes		56.779	44.675
Diferidos		4.544	2.795
Patrimônio Líquido	**12**	**975.595**	**925.558**
Capital Social		479.727	448.913
Reservas de Lucros		496.438	479.728
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(570)	(3.083)
Total do Patrimônio Líquido		**975.595**	**925.558**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**1.517.783**	**1.497.484**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	01/07 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Receitas da Intermediação Financeira		**53.728**	**104.752**	**89.724**
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6.b	53.806	104.886	90.065
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos		(78)	(134)	(341)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		**53.728**	**104.752**	**89.724**
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		**84.329**	**159.241**	**103.233**
Receitas de Prestação de Serviços	14	209.126	129.160	141.465
Rendas de Tarifas Bancárias	14	30.788	338.374	99.734
Despesas de Pessoal	15	(83.878)	(152.451)	(20.773)
Outras Despesas Administrativas	16	(40.762)	(96.051)	(108.302)
Despesas Tributárias	8.d	(23.476)	(45.901)	(25.883)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	17	(7.469)	(13.890)	16.992
Resultado Operacional		**138.057**	**263.993**	**192.957**
Resultado não Operacional		-	-	**84**
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações		**138.057**	**263.993**	**193.041**
Imposto de Renda e Contribuição Social	**8.c**	**(8.928)**	**(26.998)**	**(58.189)**
Provisão para Imposto de Renda		(9.209)	(29.007)	(36.137)
Provisão para Contribuição Social		(6.327)	(18.830)	(23.318)
Ativo Fiscal Diferido		6.608	20.839	1.266
Participações no Lucro		**(107.382)**	**(186.479)**	**(9.945)**
Lucro Líquido		**21.747**	**50.516**	**124.907**
Nº de Ações (Mil)	12.a	28.135.346	28.135.346	28.135.346
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações (em R$)		0,77	1,80	4,44

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

			Reservas de Lucros				
	Nota	Capital Social	Reserva Legal	Reservas Estatutárias	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**372.988**	**50.443**	**387.423**	**(3.758)**	**-**	**807.096**
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	192	-	192
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários		-	-	-	483	-	483
Aumento de Capital com base em Reservas	12.a	75.925	-	(75.925)	-	-	-
Lucro Líquido		-	-	-	-	124.907	124.907
Destinações:							
Reserva Legal	12.c	-	6.245	-	-	(6.245)	-
Dividendos Mínimos Obrigatórios	12.b	-	-	-	-	(7.120)	(7.120)
Reserva para Equalização de Dividendos	12.c	-	-	55.771	-	(55.771)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	12.c	-	-	55.771	-	(55.771)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**448.913**	**56.688**	**423.040**	**(3.083)**	**-**	**925.558**
Mutações no Exercício		**75.925**	**6.245**	**35.617**	**675**	**-**	**118.462**
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**448.913**	**56.688**	**423.040**	**(3.083)**	**-**	**925.558**
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	2.399	-	2.399
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários		-	-	-	114	-	114
Aumento de Capital com base em Reservas		30.814	-	(30.814)	-	-	-
Lucro Líquido		-	-	-	-	50.516	50.516
Destinações:							
Reserva Legal		-	2.526	-	-	(2.526)	-
Dividendos Mínimos Obrigatórios	12.b	-	-	-	-	(2.992)	(2.992)
Reserva para Equalização de Dividendos	12.c	-	-	22.499	-	(22.499)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	12.c	-	-	22.499	-	(22.499)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**479.727**	**59.214**	**437.224**	**(570)**	**-**	**975.595**
Mutações no Exercício		**30.814**	**2.526**	**14.184**	**2.512**	**-**	**50.037**
Saldos em 30 de junho de 2023		**479.727**	**58.127**	**419.556**	**(2.934)**	**-**	**954.476**
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	2.406	-	2.406
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários		-	-	-	(42)	-	(42)
Lucro Líquido		-	-	-	-	21.747	21.747
Destinações:							
Reserva Legal	12.c	-	1.087	-	-	(1.087)	-
Dividendos Mínimos Obrigatórios	12.b	-	-	-	-	(2.992)	(2.992)
Reserva para Equalização de Dividendos	12.c	-	-	8.834	-	(8.834)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	12.c	-	-	8.834	-	(8.834)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**479.727**	**59.214**	**437.224**	**(570)**	**-**	**975.595**
Mutações no Semestre		**-**	**1.087**	**17.668**	**2.364**	**-**	**-**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	01/07 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Lucro Líquido do Período	**21.747**	**50.516**	**124.907**
Outros Resultados Abrangentes que serão reclassificados subsequentemente para lucros ou prejuízos quando condições específicas forem atendidas:	**(42)**	**114**	**483**
Ajuste ao Valor de Mercado - Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos	(42)	114	483
Ajuste ao Valor de Mercado - Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos	(102)	170	877
Impostos	60	(56)	(394)
Outros Resultados Abrangentes que não serão reclassificados para Lucro Líquido:	**2.405**	**2.399**	**192**
Plano de Benefícios	2.405	2.399	192
Plano de Benefícios	4.303	4.547	982
Impostos	(1.898)	(2.148)	(790)
Resultado Abrangente do Período	**24.110**	**53.029**	**125.582**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	01/07 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Atividades Operacionais				
Lucro Líquido		**21.747**	**50.516**	**124.907**
Ajustes ao Lucro Líquido		**(8.606)**	**(55.620)**	**(17.511)**
Tributos Diferidos		(4.729)	(18.678)	(477)
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais	11.c	790	(27.240)	(1.442)
Atualizações Monetárias das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais	11.c	666	1.542	3.191
Atualização de Depósitos Judiciais	17	(3.938)	(7.840)	(8.302)
Atualização de Impostos a Compensar	17	(1.397)	(3.406)	(10.481)
Depreciações e Amortizações		2	2	-
Variações em Ativos e Passivos		**121.679**	**(6.863)**	**(49.957)**
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários		(34.386)	(119.207)	(57.228)
Redução (Aumento) em Outros Ativos Financeiros		824.029	107.237	258.075
Redução (Aumento) em Despesas Antecipadas		(485)	(2.400)	(286)
Redução (Aumento) em Outros Ativos		124.580	(5.741)	(69.379)
Redução (Aumento) em Ativos Fiscais Correntes		10.783	14.910	44.759
Aumento (Redução) em Outros Passivos Financeiros		(813.681)	(94.853)	(240.435)
Aumento (Redução) em Outros Passivos		14.163	81.088	11.911
Aumento (Redução) em Passivos Fiscais Correntes		14.577	82.464	62.758
Imposto Pago		(17.901)	(70.361)	(60.132)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais		**134.820**	**(11.967)**	**57.439**
Atividades de Investimentos				
Aquisição de Imobilizado de Uso		(74)	(74)	-
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Financiamento		(74)	(74)	-
Atividades de Financiamento				
Dividendos Pagos	12.b	1	(7.119)	(4.845)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Financiamento		**1**	**(7.119)**	**(4.845)**
Aumento (Redução) Líquido(a) do Caixa e Equivalentes de Caixa		**134.747**	**(19.160)**	**52.594**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	**4**	**194.245**	**348.152**	**295.558**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	**4**	**328.992**	**328.992**	**348.152**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional
A Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. (Santander CCVM), controlada pelo Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander), tem por objeto social a realização de todas as operações permitidas pelas disposições legais e regulamentares às sociedades da espécie, atuando, dentre outros: na intermediação de operações em bolsa de valores e mercadorias, nos mercados à vista, de opções, a termo e futuro; compra, venda e distribuição de títulos e valores mobiliários por conta própria ou de terceiros; formação e gestão, como líder ou participante, de consórcios para lançamento público "*underwriting*" e administração de fundos. As operações da Santander CCVM são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, lideradas pelo Banco Santander (Brasil) S.A. Os benefícios e custos correspondentes dos serviços prestados são absorvidos entre as mesmas, são realizados no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras
As demonstrações financeiras da Santander CCVM foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Bacen e demais diretrizes do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.
A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre provisões e passivos contingentes e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas (Nota 3.n).
As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2023, foram aprovadas pela Diretoria na reunião realizada em 26 de março de 2024.
b) Moeda Funcional e de Apresentação
As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Santander CCVM.

3. Principais Políticas Contábeis
a) Caixa e Equivalentes de Caixa
Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa correspondem aos saldos de aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.
b) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez
São demonstradas pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "*pro rata*" dia.
c) Títulos e Valores Mobiliários
Conforme Circular Bacen n 3.068/2001, a carteira de títulos e valores mobiliários é classificada nas seguintes categorias:
I - Títulos para negociação, onde são registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, ajustados ao valor de mercado (valor justo) em contrapartida ao resultado do período;
II - Títulos disponíveis para venda, onde são registrados os títulos e valores mobiliários que podem ser negociados, mas não foram adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, ajustados ao valor de mercado (valor justo) em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido. Os ajustes ao valor de mercado, quando realizados, são transferidos para o resultado do período; e
III - títulos mantidos até o vencimento, onde são registrados os títulos e valores mobiliários para os quais existe intenção e capacidade financeira do Banco de mantê-los em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos.
As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período.
d) Negociação e Intermediação de Valores
De acordo com a norma vigente, o reconhecimento da receita deve ocorrer quando houver confiabilidade na mensuração e for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade.
A Santander CCVM, como prestadora de serviços financeiros, reconhece sua receita advinda de taxas cobradas de intermediação à medida que seus serviços são prestados.
e) Despesas Antecipadas
São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos.
f) Outros Investimentos
Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor de mercado, quando aplicável.
g) Imobilizado de Uso
A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear com taxa anual de 10% para móveis, equipamentos de uso e sistemas de comunicação.
h) Intangível
Os gastos de aquisição e desenvolvimento de logiciais são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos.
i) Plano de Benefícios a Funcionários
Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pelo Santander CCVM de: (i) complemento dos benefícios do sistema público de previdência; e (ii) assistência médica, no caso de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos.
Plano de Contribuição Definida
Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual o Santander CCVM e suas controladas como entidades patrocinadoras pagam contribuições fixas a um fundo de pensão, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores.
As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas com pessoal na demonstração do resultado.
Planos de Benefício Definido
Plano de benefício definido é o plano de benefício pós-emprego que não seja plano de contribuição definida e estão apresentados na Nota 18. Para esta modalidade de plano, a obrigação da entidade patrocinadora é a de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado.
Desde janeiro de 2013, a Santander CCVM aplica o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) que estabelece critérios específicos para reconhecimento do superávit do plano de benefício definido, considerando fatores como a probabilidade de benefícios futuros para os participantes e a capacidade da entidade.
Principais Definições
- O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos corrente e passados.
- Déficit ou superávit é: (a) o valor presente da obrigação de benefício definido; menos (b) o valor justo dos ativos do plano.
- A entidade patrocinadora poderá reconhecer os ativos do plano no balanço quando atenderem as seguintes características: (i) os ativos do fundo forem suficientes para o cumprimento de todas as obrigações de benefícios aos empregados do plano ou da entidade patrocinadora; ou (ii) os ativos forem devolvidos à entidade patrocinadora com o intuito de reembolsá-la por benefícios já pagos a empregados.
- Ganhos e perdas atuariais são mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido resultantes de: (a) ajustes pela experiência (efeitos das diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que efetivamente ocorreu); e (b) efeitos das mudanças nas premissas atuariais.
- Custo do serviço corrente, é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente.
- O custo do serviço passado, é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração no plano ou de redução do número de empregados cobertos.
Benefícios pós-emprego são reconhecidos no resultado nas linhas de outras despesas operacionais - perdas atuariais - planos de aposentadoria e despesas com pessoal.
Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por entidade externa de consultoria, no final de cada exercício com vigência para o período subsequente.
j) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
A Santander CCVM é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.
As provisões são reavaliadas ao final de cada período de reporte para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser total ou parcialmente revertidas, reduzidas ou podem ainda ser complementadas, quando há mudança de risco em relação as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.
As provisões são constituídas quando o risco de perda for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e nas melhores informações disponíveis. Para os processos em que risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas (Nota 11.h) e para os processos cujo risco de perda é remoto não é efetuada qualquer divulgação.
Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.
No caso de trânsitos em julgado favoráveis à Santander CCVM, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.
k) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)
O PIS (0,65%) e a Cofins (4,00%) são calculados sobre determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e da Cofins são registradas em despesas tributárias.
l) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)
O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 15% para as instituições financeiras e pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização e 9% para as demais empresas, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal.
Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e ou a liquidação do passivo.
De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 8.a.2, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.
m) Juros sobre Capital Próprio
Os Juros sobre Capital Próprio são reconhecidos a partir do momento que sejam declarados ou proposto e assim configurem obrigação presente na data do balanço e, em cumprindo esta determinação, esta remuneração de capital deve ser registrada em conta específica no Patrimônio Líquido.
n) Resultados Recorrentes/Não Recorrentes
Resultado não corrente do exercício é aquele que:
I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e
II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.
A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na Nota Explicativa 19.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
Disponibilidades	**17.974**	**18.377**	**18.466**
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	**311.018**	**329.775**	**277.092**
Aplicações no Mercado Aberto (Nota 5)	311.018	329.775	277.092
Total	**328.992**	**348.152**	**295.558**

As informações relativas a 31 de dezembro de 2021 são demonstradas para informar a composição dos saldos iniciais do Caixa e Equivalentes de Caixa apresentados na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	31/12/2023		31/12/2022
	Até 3 Meses	Total	Total
Aplicações no Mercado Aberto	**311.018**	**311.018**	**329.775**
Posição Bancada	**311.018**	**311.018**	**329.775**
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (Nota 13.c)	311.018	311.018	329.775
Total	**311.018**	**311.018**	**329.775**
Circulante		**311.018**	**329.775**

6. Títulos e Valores Mobiliários
a) Resumo da Carteira por Categoria e Abertura por Vencimento
I) Abertura por Categoria

	31/12/2023			31/12/2022
	Valor do Custo Amortizado	Ajuste a Mercado Refletido no Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil
Títulos Disponíveis para Venda	**631.139**	**70**	**631.209**	**509.416**
Títulos Públicos - Letras Financeiras do Tesouro - LFT	584.438	70	584.508	468.125
Ações de Companhias Abertas (1)	-	-	-	47
Títulos Privados - Cotas de Fundos de Investimento (1)(2)	46.701	-	46.701	41.244
Total de Títulos e Valores Mobiliários	**631.139**	**70**	**631.209**	**509.416**
Circulante			**137.716**	**106.030**
Não-Circulante			**493.493**	**403.386**

(1) O valor do custo amortizado/contábil é equivalente ao valor de mercado.
(2) Em 31 de dezembro de 2023 a carteira do Fundo de Investimento está composta basicamente por operações compromissadas e títulos públicos.

II) Abertura por Vencimento

	31/12/2023			
	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos
Títulos Disponíveis para Venda	**46.701**	**137.716**	**321.395**	**125.397**
Títulos Públicos - Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	137.716	321.395	125.397
Títulos Privados - Cotas de Fundos de Investimento	46.701	-	-	-
Total de Títulos e Valores Mobiliários	**46.701**	**137.716**	**321.395**	**125.397**

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado considerando a cotação média dos mercados organizados e o seu fluxo de caixa estimado, descontado a valor presente conforme as correspondentes curvas de juros aplicáveis, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião do encerramento do balanço.
As cotas de fundo de investimento são atualizadas com base na cotação divulgada pelos administradores dos fundos diariamente.
A margem dada em garantia de operações negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, com instrumentos financeiros derivativos de terceiros é composta por títulos públicos federais e cotas de fundos de investimento, no valor de R$ 631.209 (31/12/2022 - R$ 509.369).

b) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Resultado de Títulos de Renda Fixa	65.164	46.626
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	34.859	34.808
Resultado de Títulos de Renda Variável	(630)	(1.223)
Resultado de Cotas de Fundos	5.457	4.644
Lucros/Prejuízos com Titulos de Renda Fixa	36	5.166
Outros	-	44
Total	**104.886**	**90.065**

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Santander CCVM não possui operações com instrumentos financeiros derivativos. Os resultados informados na Demonstração do Resultado, são oriundos de operações ao longo dos exercícios de 2023 e 2022.

7. Outros Ativos e Passivos Financeiros

Ativo	31/12/2023	31/12/2022
Devedores - Conta Liquidações Pendentes	258.080	153.857
Caixas de Registro e Liquidação	-	153.864
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias	47.743	105.340
Total	**305.823**	**413.061**
Circulante	**305.823**	**413.061**
Passivo	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Credores - Conta Liquidações Pendentes	225.077	441.551
Comissões e Corretagens a Pagar	1.367	1.856
Caixas de Registro e Liquidação	131.122	9.012
Total	**357.566**	**452.419**
Circulante	**357.566**	**452.419**

8. Ativos e Passivos Fiscais
a) Ativos Fiscais Correntes e Diferidos

	31/12/2023	31/12/2022
Ativos Fiscais Diferidos	51.899	31.546
Impostos a Recuperar - Imposto de Renda e Contribuição Social	30.454	42.340
Outros Impostos a Recuperar	2.348	1.966
Total	**84.701**	**75.852**
Não-Circulante	**84.701**	**75.852**

a.1) Natureza e Origem dos Ativos Fiscais Diferidos

	Origens		Saldo em	Consti-	Reali-	Saldo em
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022	tuição	zação	31/12/2023
Provisão para Riscos Fiscais	12.533	40.168	15.909	9.746	(20.642)	5.013
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	3.162	2.828	1.131	151	(18)	1.264
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos para Negociação e Derivativos (1)	-	111	23	-	(23)	-
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e Hedges de Fluxo de Caixa	32	244	51	-	(39)	12
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	7.666	-	-	74.592	(71.526)	3.066
Outras Provisões Temporárias (2)	137.191	66.911	14.432	28.112	-	42.544
Saldo dos Ativos Fiscais Diferidos	**160.584**	**110.262**	**31.546**	**112.601**	**(92.248)**	**51.899**

(1) Inclui créditos tributários de IRPJ, CSLL, PIS e Cofins.
(2) Inclui provisões para perdas em investimentos com incentivos fiscais, Crédito Tributário sobre Provisão (Administrativas e Interposição Recursos Fiscais e Trabalhistas).
Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Santander CCVM não possui créditos tributários não ativados.

a.2) Expectativa de Realização dos Ativos Fiscais Diferidos

	31/12/2023			
	Diferenças Temporárias			
Ano	IRPJ	CSLL	PIS/Cofins	Total
2024	9.979	8.455	-	18.434
2025	7.854	7.180	-	15.034
2026	6.997	6.665	-	13.662
2027	200	120	1	321
2028	-	-	-	-
2029 a 2033	2.780	1.668	-	4.448
Total	**27.810**	**24.088**	**1**	**51.899**

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.
Com base na Resolução CMN nº 4.818/2020 e na Resolução BCB nº 2/2020, os Créditos Tributários devem ser apresentados integralmente no longo prazo, para fins de balanço.

a.3) Valor Presente dos Ativos Fiscais Diferidos
O valor presente total dos créditos tributários é de R$ 43.726 (31/12/2022 - R$ 27.975), calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias e a taxa média de captação, projetada para os Exercícios correspondentes.

b) Passivos Fiscais Correntes e Diferidos

	31/12/2023	31/12/2022
Impostos e Contribuições a Pagar (1)	38.699	4.778
Passivos Tributários Diferidos	4.544	2.795
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	18.080	39.897
Total	**61.323**	**47.470**
Circulante	**56.779**	**44.675**
Não-Circulante	**4.544**	**2.795**

(1) Em 2023, inclui às ações judiciais de PIS e COFINS, referentes ao questionamento da Lei 9.718/98 (Nota Explicativa 11).

Continua...

...Continuação

Santander

Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.

CNPJ nº 51.014.223/0001-49

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b.1) Natureza e Origem dos Passivos Fiscais Diferidos

	31/12/2023	Origens 31/12/2022	Saldo em 31/12/2022	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2023
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos para Negociação e Derivativos	-	1	-	-	-	-
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e Hedges de Fluxo de Caixa	101	64	9	34	-	43
Plano de Benefício de Aposentadoria	11.252	6.965	2.786	1.715	-	4.501
Saldo dos Passivos Fiscais Diferidos	**11.353**	**7.030**	**2.795**	**1.749**	**-**	**4.544**

b.2) Expectativa de Exigibilidade dos Passivos Fiscais Diferidos

	31/12/2023			
	Diferenças Temporárias			
Ano	IRPJ	CSLL	Pis/Cofins	Total
2024	287	173	1	461
2025	287	173	1	461
2026	287	173	1	461
2027	287	173	1	461
2028	281	169	-	450
2029 a 2033	1.406	844	-	2.250
Total	**2.835**	**1.705**	**4**	**4.544**

c) Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	**263.993**	**193.041**
Participações no Lucro	(186.479)	(9.945)
Resultado antes dos Impostos	**77.514**	**183.096**
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 15%, respectivamente	**(31.006)**	**(69.411)**
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	2.437	9.837
IRPJ e CSLL sobre as Diferenças Temporárias e Prejuízo Fiscal de Exercícios Anteriores	-	1.584
Demais Ajustes, CSLL 1%	-	332
Demais Ajustes	1.571	(531)
Imposto de Renda e Contribuição Social	**(26.998)**	**(58.189)**

d) Despesas Tributárias

	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
ISS	23.531	12.206
COFINS	19.109	10.310
PIS/PASEP	3.124	1.693
Atualização de Impostos e Contribuições	-	1.538
Outras	137	136
Total	**45.901**	**25.883**

9. Outros Ativos

	31/12/2023	31/12/2022
Devedores por Depósitos em Garantia		
Para Interposição de Recursos Fiscais	69.086	65.611
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	3.533	1.943
Para Interposição de Recursos Cíveis	2	2
Plano de Benefícios a Funcionários (Nota 18.a)	11.252	6.964
Rendas a Receber (Nota 13.c)	131	132
Despesas Antecipadas	3.329	929
Adiantamentos e Antecipações Salariais	567	204
Precatórios	77.702	73.838
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	838	825
Outros	545	554
Total	**166.985**	**151.002**
Circulante	**93.522**	**82.621**
Não-Circulante	**73.463**	**68.381**

10. Outros Passivos

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Fiscais (Nota 11.b e 11.c)	21.496	48.914
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 11.b)	3.162	2.739
Provisão para Pagamentos a Efetuar (1)	92.766	11.329
Sociais e Estatutárias (Nota 12.b e 13.c)	2.991	7.120
Outras	2.884	1.935
Total	**123.299**	**72.037**
Circulante	**22.290**	**16.680**
Não-Circulante	**101.009**	**55.357**

(1) Em 2023 refere-se, principalmente a provisões para pagamentos a funcionários.

11. Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

a) Ativos Contingentes

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2021, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes (Nota 3.l).

b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Fiscais (Nota 10)	**21.496**	**48.914**
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 10)	**3.162**	**2.739**
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	3.162	2.739
Total	**24.658**	**51.653**

c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	01/01 a 31/12/2023			01/01 a 31/12/2022		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	**48.914**	**2.739**	**-**	**46.252**	**2.171**	**656**
Constituição Líquida de Reversão (1) (3)	(27.635)	387	8	(188)	(542)	(712)
Atualização Monetária (1)	1.258	284	-	2.886	236	69
Baixas por Pagamentos	(1.041)	(337)	(8)	(36)	(7.718)	(13)
Outros	-	89	-	-	8.592	-
Saldo Final	**21.496**	**3.162**	**-**	**48.914**	**2.739**	**-**
Depósitos em Garantia - Outros Créditos (2)	-	-	-	14.410	734	-

(1) Contabilizados em despesas tributárias, outras receitas e despesas operacionais.

(2) Referem-se aos valores de depósitos em garantias, limitados ao valor da provisão de contingência e não contemplam os depósitos em garantia, relativos as contingências possíveis e/ou remotas e depósitos recursais.

(3) Em 2023, inclui a reversão da provisão para processos de PIS e Cofins referentes ao questionamento da Lei nº 9.718/98 (Nota Explicativa 17).

d) Provisões, Passivos Contingentes e Outras Provisões

A Santander CCVM é parte integrante em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de êxito da Santander CCVM com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. A Santander CCVM tem como procedimento provisionar integralmente o valor das ações cuja avaliação está classificada como perda provável. As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender obrigações legais e eventuais perdas decorrentes do principal processo judicial e administrativo relacionado a obrigações legais, fiscais e previdenciárias, conforme descrito a seguir:

PIS e Cofins - a Santander CCVM interpôs medida judicial com vistas a afastar a aplicação da Lei Nº 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e da Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas. Antes da referida norma, eram tributadas apenas as receitas de prestação de serviços e de venda de mercadorias. Em 2023, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu o Tema 372 por meio de Repercussão Geral, e acolheu parcialmente o recurso da União Federal fixando a tese de que incide o PIS/COFINS sobre as receitas operacionais decorrentes das atividades típicas das instituições financeiras, de forma a terem sido constituídas as respectivas obrigações de PIS e COFINS. Em 31 de dezembro de 2023, o montante envolvido é de R$ 30.474 (31/12/2022 - R$ 27.591). Vide Nota Explicativa 8.b.

e) Provisões para Riscos Fiscais e Previdenciárias

São valores disputados em processos judiciais e administrativos relacionados a discussões fiscais e previdenciárias, classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda provável e provisionados contabilmente. O principal tema discutido nesse processo é:

IRPJ/CSLL - Dedutibilidade de tributos com exigibilidade suspensa - R$ 6.123 (31/12/2022 - R$ 6.718): Auto de infração lavrado pela Receita Federal para a cobrança de IRPJ e CSLL, por supostas dedutibilidades indevidas. Aguarda-se julgamento no CARF. Processo Administrativo encerrado com êxito parcial. Aguarda-se julgamento do processo judicial.

ISS - Instituições Financeiras - R$ 4.290 (31/12/2022 - R$ 3.947): refere-se a discussões em processos judiciais e administrativos frente a vários municípios, que exigem o pagamento do ISS, sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços.

f) Provisões para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas, incluindo processos relacionados a benefícios de aposentadoria.

Para ações consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência e de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

g) Provisões para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis

Estas provisões são em geral decorrentes de: (1) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais, (2) ações de execução; e (3) ações de indenização por perdas e danos. Para ações cíveis consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

h) Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza tributária e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente.

As ações com classificação de perda possível, de natureza trabalhista, totalizaram R$ 681 mil (31/12/2022 - R$ 0) e, de natureza tributária, totalizaram em R$ 364.340 milhões (31/12/2022 - 336.441 milhões) e os principais processos são:

IRPJ e CSLL - Auto de Infração - Desmutualização das Bolsas - Autos de infração lavrados pela Receita Federal para a cobrança de IRPJ por suposto acréscimo patrimonial quando da transformação societária das bolsas (Bovespa e BM&F) em sociedades anônimas ("desmutualização"), acarretado pela conversão dos títulos patrimoniais detidos pelas empresas nas bolsas em ações. Alega-se a impossibilidade de tributação do valor correspondente à atualização dos títulos patrimoniais convertidos em ações, por tratar-se de mera permuta não havendo, portanto, a incidência de IRPJ e CSLL. Aguarda-se julgamentos das ações judiciais. Em 31 de dezembro de 2023, o valor envolvido atualizado é de R$ 177.666 milhões.

PIS e Cofins - Desmutualização das Bolsas - cobrança de PIS e Cofins sobre o resultado na venda das ações que substituíram os títulos da BM&F e Bovespa, sob a alegação de que as ações estariam classificadas em conta de ativo circulante. Referidas ações estavam classificadas em conta do ativo permanente, sendo que a venda das mesmas foi excluída da base de cálculo de PIS e Cofins conforme determina o art. 3, § 2, inciso IV da Lei Nº 9.718/1998. Em 31 de dezembro de 2023, o valor era de aproximadamente R$ 74.697 milhões.

IRPJ/CSLL - JCP - Autos de infração lavrados pela Receita Federal para a cobrança de IRPJ e CSLL, por suposto excesso de dedução de JCP da base de cálculo dos tributos. Parte dos valores autuados se encerraram favoravelmente à Companhia. O remanescente aguarda julgamento em ação judicial. O valor envolvido atualizado é de R$ 31.381 milhões.

Compensação Não Homologada - Diversas cobranças Administrativas e Judiciais por parte da Fazenda Nacional, em relação a tributos compensados eletronicamente com créditos decorrentes de Saldo Negativo e pagamento a maior ou indevido. Na visão do Fisco, existem inconsistências contábeis e também nas obrigações acessórias que impossibilitam a verificação do crédito. Os casos estão sendo discutidos no âmbito administrativo e também no âmbito judicial. Em 31 de dezembro de 2023, o valor era de aproximadamente R$ 14.192 milhões.

Dedutibilidade da CSLL no IRPJ - R$ 13.833 (31/12/2022 - R$ 13.431): pleiteia a dedutibilidade da despesa com a CSLL na apuração do IRPJ. Em sentença, o pedido foi julgado totalmente procedente. Aguarda-se julgamento no Tribunal.

12. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, é composto por 28.135.346 mil ações, nominativas e sem valor nominal (14.067.673 mil ações ordinárias e 14.067.673 mil ações preferenciais), todas de domiciliados no país.

Em 29 de abril de 2022, foi aprovado o aumento de capital no montante de R$ 75.925 com base em Reservas, passando o capital social do valor de R$ 372.988 para R$ 448.913, totalmente subscrito e integralizado.

Em 28 de abril de 2023, foi aprovado o aumento de capital no montante de R$ 30.814 com base em Reservas, passando o capital social do valor de R$ 448.913 para R$ 479.727, totalmente subscrito e integralizado.

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 6% do lucro líquido de cada exercício, ajustados de acordo com a legislação. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas conferem prioridade no reembolso do capital, no caso de liquidação da Sociedade e participarão em igualdade de condições, com as ações ordinárias, na distribuição de ações bonificadas, provenientes da capitalização da correção monetária de qualquer natureza, de lucros em suspenso, reservas ou quaisquer outros fundos.

Em 31 de dezembro de 2023, houve o destaque de dividendos, no montante de R$ 2.992, a serem submetidos a aprovação.

c) Reservas de Lucros

O lucro líquido apurado, após as deduções e provisões legais, terá a seguinte destinação:

Reserva Legal

De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Reservas Estatutárias

O saldo remanescente do lucro líquido do exercício será destinado 50% para reserva para reforço de capital de giro e 50% para equalização de dividendos, com a finalidade de garantir os meios financeiros para as operações da Santander CCVM e a continuidade da distribuição de dividendos, podendo ser utilizadas para futuros aumentos de capital. Ambas reservas, juntamente com a reserva legal, estão limitadas a 100% do capital social.

Os saldos de reservas de lucros excedentes ao capital social serão abordados em Assembleia Geral *ad referendum*, a fim de instruir os acionistas acerca de deliberação de aumento de capital e devido enquadramento nas exigências da Lei 11.638/2017.

13. Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) da Santander CCVM realizada em 28 de abril de 2023, foi aprovado o montante global anual da remuneração dos administradores para o ano de 2023, fixado no valor máximo de R$ 10 mil. A Santander CCVM é parte integrante do Conglomerado Santander e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Santander, seu controlador. A Santander CCVM não possui benefícios de rescisão de contrato de trabalho para seu pessoal-chave da administração.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, não foram registradas despesas com honorários para a Diretoria.

b) Participação Acionária

A Santander CCVM é controlada pelo Banco Santander que possui participação acionária direta de 28.135.279 mil ações (14.067.640 mil ações ordinárias e 14.067.640 mil ações preferenciais), equivalentes a 99,999% do capital social, bem como participação acionária indireta através da Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil ("Santander Leasing") de 66 mil ações (33 mil ações ordinárias e 33 mil ações preferenciais), equivalentes a 0,001% do capital social, totalizando uma participação de 100%.

c) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

As principais transações e saldos com o controlador Banco Santander são conforme segue:

	01/01 a 31/12/2023		01/01 a 31/12/2022	
	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
Disponibilidades (Nota 4)	**17.974**	**-**	**18.377**	**-**
Banco Santander (Brasil) S.A.	17.974	-	18.377	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (1) (Nota 5)	**311.018**	**34.859**	**329.775**	**24.339**
Banco Santander (Brasil) S.A.	311.018	34.859	329.775	24.339
Outros Ativos - Rendas a Receber (Nota 9)	**131**	**-**	**132**	**-**
Banco Santander (Brasil) S.A.	131	-	132	-
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	**838**	**276.859**	**826**	**310**
Banco Santander (Brasil) S.A.	838	276.859	826	310
Dividendos a Pagar (Nota 10 e 12.b)	**(2.992)**	**-**	**(7.120)**	**-**
Banco Santander (Brasil) S.A.	(2.992)	-	(7.120)	-
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas (2) (Nota 16)	**-**	**(61.422)**	**-**	**(76.677)**
Banco Santander (Brasil) S.A.	-	(61.422)	-	(76.677)

(1) Refere-se às aplicações com vencimento até 3 meses (Nota 5).

(2) Refere-se ao convênio operacional com o Banco Santander (Brasil) S.A.

14. Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias

	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Rendas de Comissões de Colocação de Títulos (1)	335.617	96.863
Corretagens de Operações em Bolsas	125.410	140.615
Serviços de Custódia	2.757	2.871
Outras Prestações Serviços	3.750	850
Total	**467.534**	**241.199**

(1) Crescimento refere-se ao projeto AAA.

15. Despesas de Pessoal

	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Remuneração (1)	89.833	13.173
Encargos	30.868	4.508
Benefícios	31.671	3.088
Treinamento	79	4
Total	**152.451**	**20.773**

(1) Crescimento refere-se ao projeto AAA.

16. Outras Despesas Administrativas

	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Serviços do Sistema Financeiro	9.515	10.956
Convênio Operacional com o Banco Santander (Nota 13.c)	61.422	76.677
Comunicações	822	827
Serviços Técnicos Especializados	13.610	10.370
Doações	225	383
Depreciações e Amortizações	2	-
Outras	10.455	9.089
Total	**96.051**	**108.302**

17. Outras Receitas e Despesas Operacionais

	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Atualização Monetária	(6.767)	17.130
Comissões	(9.105)	(11.627)
Despesas com Softwares	(9.257)	(10.936)
Juros sobre o Ativo Atuarial	671	778
Perdas Atuariais - Planos de Aposentadoria	(1.821)	(2.057)
PIS e COFINS (Lei nº 9.718/98) (1)	(14.003)	-
Precatórios	-	618
Provisão para Contingências (Líquidas de Reversão) (2)	27.240	1.441
Recuperação de Encargos e Despesas	173	21.415
Outras	(1.021)	230
Total	**(13.890)**	**16.992**

(1) Refere-se aos efeitos das movimentações oriundas das ações do PIS e COFINS referentes ao questionamento da Lei nº 9.718/98 descritas nas notas 11.d.

(2) Em 2023, inclui a reversão da provisão para processos de PIS e COFINS referentes ao questionamento da Lei nº 9.718/98 (Nota Explicativa 11).

18. Plano de Benefícios a Funcionários - Benefícios Pós-Emprego

a) Plano de Aposentadoria Complementar

A Santander CCVM patrocina, juntamente com o Banco Santander, os planos de benefício definido e de contribuição definida da Sanprev - Santander Associação de Previdência (Sanprev) Plano II, Banesprev planos I, II e III e SantanderPrevi - Sociedade de Previdência Privada (SantanderPrevi), entidades fechadas de previdência privada e de previdência complementar, com a finalidade de conceder aposentadorias e pensões complementares às concedidas pela Previdência Social, conforme definido no regulamento básico de cada plano.

I) Banesprev

Plano I: plano de benefício definido, integralmente custeado pelo Banco Santander, abrange os funcionários admitidos após 22 de maio de 1975, denominados Participantes Destinatários e aqueles admitidos até 22 de maio de 1975, denominados Participantes Agregados, aos quais foi concedido o direito ao benefício de pecúlio por morte. Plano fechado para novas adesões desde 28 de março de 2005.

Plano II: plano de benefício definido, constituído a partir de 27 de julho de 1994, com vigência do novo texto do Estatuto e Regulamentação Básica do Plano II, os participantes do Plano I que optaram pelo novo plano passaram a contribuir com 44,9% da taxa de custeio estipulada pelo atuário para cada exercício, implantado em abril de 2012 custeio extraordinário para a patrocinadora e participantes, nos termos acordados com a Superintendência de Previdência Complementar (PREVIC), em razão de déficit no plano. Plano fechado para novas adesões desde 3 de junho de 2005.

Plano III: plano de contribuição variável, destinado aos funcionários admitidos após 22 de maio de 1975, anteriormente atendidos pelos Planos I e II. Nesse plano, as contribuições são efetuadas pelo patrocinador e pelos participantes. Os benefícios são na forma de contribuição definida durante o Exercício de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento de benefício, se pago na forma de renda mensal vitalícia. Plano fechado para novas adesões desde 1 de setembro de 2005.

II) Sanprev - Santander Associação de Previdência (Sanprev)

Plano II: plano que oferece coberturas de riscos, suplementação de pensão temporária, aposentadoria por invalidez e pecúlio por morte e suplementação do auxílio-doença e auxílio-natalidade, abrangendo os empregados dos patrocinadores inscritos no plano, sendo custeado, exclusivamente, pelos patrocinadores, por meio de contribuições mensais, quando indicadas pelo atuário. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

Plano III: plano de contribuição variável, abrangendo os empregados dos patrocinadores que fizeram a opção de contribuir, mediante contribuições livremente escolhidas pelos participantes a partir de 2% do salário de contribuição. Nesse plano o benefício é de contribuição definida durante a fase de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento do benefício, sendo na forma de renda mensal vitalícia, em todo ou em parte do benefício. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

SBPREV - Santander Brasil Previdência Aberta: a partir de 2 de janeiro de 2018, a Santander CCVM passou a oferecer este novo programa de previdência complementar opcional para os novos funcionários contratados e para os funcionários que não estivessem inscritos em qualquer outro plano previdenciário administrado pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar do Grupo. Este novo programa contempla as modalidades PGBL- Plano Gerador de Benefícios Livres e VGBL-Vida Gerador de Benefícios Livres administrados pela Icatu Seguros, Entidade Aberta de Previdência Complementar, abertos para novas adesões, sendo suas contribuições partilhadas entre as empresas instituidoras/estipulantes-averbadoras e os participantes dos planos.

Plano de Assistência Médica e Odontológica

Cabesp - Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo: entidade voltada a cobertura de despesas médicas e odontológicas de funcionários admitidos até a privatização do Banespa em 2000.

	31/12/2023	
	Banesprev	Cabesp
Conciliação dos Ativos e Passivos		
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(136.146)	(19.347)
Valor Justo dos Ativos do Plano	192.659	24.011
Sendo:		
Superávit	56.513	4.664
Valor não Reconhecido como Ativo	45.261	4.664
Ativo (Passivo) Atuarial Líquido (Nota 9)	**11.252**	**-**
Contribuições Efetuadas	-	824
Receita (Despesas) Reconhecidas	(1.126)	42
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	9.895	(8.045)
Rendimento Efetivo sobre os Ativos dos Planos	22.569	(2.035)

	31/12/2022	
	Banesprev	Cabesp
Conciliação dos Ativos e Passivos		
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(125.003)	(18.707)
Valor Justo dos Ativos do Plano	183.297	22.911
Sendo:		
Superávit	58.294	4.204
Valor não reconhecido como Ativo	51.330	4.204
Ativo (Passivo) Atuarial Líquido (Nota 9)	**6.964**	**-**
Contribuições Efetuadas	-	844
Receitas (Despesas) Reconhecidas	(1.262)	22
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	4.481	(5.446)
Rendimento Efetivo sobre os Ativos dos Planos	9.822	(208)

Abertura dos ganhos (perdas) atuariais por experiência, hipóteses financeiras e hipóteses demográficas:

	31/12/2023	
	Banesprev	Cabesp
Experiência do Plano	(5.176)	839
Mudanças em Hipóteses Financeiras	(7.919)	(1.494)
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	**(13.095)**	**(655)**
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	6.133	(143)
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	**6.133**	**(143)**
Mudança no Superávit Irrecuperável	**12.376**	**(69)**

	31/12/2022	
	Banesprev	Cabesp
Experiência do Plano	(5.978)	162
Mudanças em Hipóteses Financeiras	10.737	2.426
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	**4.759**	**2.588**
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	(6.587)	(2.321)
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	**(6.587)**	**(2.321)**
Mudança no Superávit Irrecuperável	**3.677**	**1.133**

A tabela a seguir demonstra a duração das obrigações atuariais:

	Duração (em Anos)	
	31/12/2023	31/12/2022
Banesprev I	6,59	6,35
Banesprev II	8,31	8,10
Banesprev III	7,22	7,27
Cabesp	11,07	10,87

Premissas Atuariais Adotadas nos Cálculos

Abaixo estão as premissas atuariais adotadas em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Aposentadoria	Saúde	Aposentadoria	Saúde
Taxa de Desconto Nominal para a Obrigação Atuarial	8,65%	8,70%	9,44%	9,46%
Taxa para Cálculo do Juros sobre os Ativos, para Exercício Seguinte	8,65%	8,70%	9,44%	9,46%
Taxa Estimada de Inflação no Longo Prazo	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
Taxa Estimada de Aumento Nominal dos Salários	3,77%	N/A	3,52%	N/A
Tábua Biométrica de Mortalidade Geral	AT2000 suavizada em 10% (1) e AT2000 (2)	AT2000	AT2000	AT2000

Análise de Sensibilidade

Os pressupostos relacionados às premissas atuariais significativas possuem efeito sobre os valores reconhecidos no resultado e no valor presente das obrigações. Mudanças na taxa de juros, tábua de mortalidade e custo de assistência médica, em 31 de dezembro de 2023, teriam os seguintes efeitos:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Efeito sobre Custo do Serviço Corrente e Juros	Efeito sobre o Valor Presente das Obrigações	Efeito sobre Custo do Serviço Corrente e Juros	Efeito sobre o Valor Presente das Obrigações
Taxa de Juros				
(+)0,5%	(88)	(1.031)	(92)	(994)
(-)0,5%	96	1.128	100	1.088
Tábua Biométrica de Mortalidade				
Aplicada (+) 2 anos	(179)	(2.105)	(179)	(1.937)
Aplicada (-) 2 anos	194	2.279	192	2.076
Custo Assistência Médica				
(+)0,5%	106	1.247	109	1.183
(-)0,5%	(99)	(1.161)	(102)	(1.103)

19. Outras Informações

Comitê de Auditoria

Em consonância à Resolução do CMN Nº 4.910/2021, a Santander CCVM aderiu ao Comitê de Auditoria Único, por intermédio da instituição líder, Banco Santander. As instituições integrantes do Conglomerado Financeiro Santander optaram pela constituição de estrutura única de gerenciamento de risco, que opera de acordo com a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios.

Resultados recorrentes/não recorrentes

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, não houve resultados não recorrentes.

Evento subsequente

Não ocorreram eventos subsequentes.

COMPOSIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Diretores

Alexandre de Praxedes | Mariana Cahen Margulies | Anamaria Ribeiro Lima Pereira Pimenta | Luciane Buss Effting | Sergio Amancio da Silva

Contador

Camilla Cruz Oliveira de Souza - CRC Nº 1SP - 256989/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2024

pwc

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Caio Fernandes Arantes
Contador CRC 1SP222767/O-3

Santander

Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda.

CNPJ nº 55.942.312/0001-06

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:
Apresentamos o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras da Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda. (Santander Consórcio) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e demais diretrizes previstas Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

Mercado de Atuação
A Santander Consórcio Instituição financeira integrante do Conglomerado Santander, atua na constituição, organização e administração de grupos de consórcios de bens móveis e imóveis e em quaisquer das modalidades. Atualmente possui 366 grupos de consórcios ativos, com 366.741 cotas ativas e 30.231 bens entregues no 2º semestre de 2023.

Patrimônio Líquido e Resultado
Em 31 de dezembro de 2023, o patrimônio líquido atingiu o montante de R$ 1.028 milhões (31/12/2022 - R$ 1.450 milhões). O lucro líquido apresentado no exercício foi de R$ 578 milhões (31/12/2022 - R$ 436 milhões).

Ativos e Passivos
Em 31 de dezembro de 2023, os ativos totais atingiram R$ 1.573 milhões (31/12/2022 - R$ 1.797 milhões). Desse montante destacamos R$ 1.403 milhões de Títulos e Valores Mobiliários (31/12/2022 - R$1.670 milhões).
Em 31 de dezembro de 2023, o passivo total atingiu R$ 545 milhões (31/12/2022 - R$ 347 milhões) e Outros Passivos atingiram R$ 409 milhões (31/12/2022 - R$232 milhões) representados, principalmente, por Taxa de Administração a Serem Diferidas.

Auditoria Independente
A política de atuação da Santander Brasil Administradora de Consórcio na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco Santander.
A Santander Brasil Administradora de Consórcio informa que no exercício findo de 31 de dezembro de 2023, não foram prestados pela PricewaterhouseCoopers e outras firmas-membro outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria independente.
Ademais, a Santander Brasil Administradora de Consórcio confirma que a PricewaterhouseCoopers representa à Administração que dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria externa. Referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor, acima mencionados.
Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

São Paulo, 26 de março de 2024.
Os Administradores

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativo			
Circulante e Não Circulante		**1.572.863**	**1.796.944**
Disponibilidades	4	**2.249**	**1.218**
Instrumentos Financeiros		**1.403.311**	**1.670.282**
Títulos e Valores Mobiliários	6	1.403.311	1.670.282
Outros Ativos	8	**147.801**	**78.203**
Ativos Fiscais		**19.502**	**47.241**
Correntes		16.284	44.973
Diferidos	7.a2	3.218	2.268
Total do Ativo		**1.572.863**	**1.796.944**

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Passivo			
Circulante e Não Circulante		**544.962**	**347.219**
Outros Passivos		**408.927**	**232.402**
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	9 e 10	131	699
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos	9 e 10	1.350	523
Demais Provisões	9	320	227
Recursos não Procurados - Grupos Encerrados	9	153.554	105.038
Diversos	9	253.572	125.915
Passivos Fiscais Correntes	7.b	**136.035**	**114.817**
Patrimônio Líquido	11	**1.027.901**	**1.449.725**
Capital Social	11.a	872.186	575.670
Reservas de Capital		1.869	1.869
Reservas de Lucros		153.846	872.186
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**1.572.863**	**1.796.944**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

				Reservas de Lucros			
	Nota	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva Legal	Reservas Estatutárias	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**436.441**	**1.869**	**58.663**	**517.007**	**-**	**1.013.980**
Aumento de Capital	11.a	139.229	-	-	(139.229)	-	-
Lucro Líquido		-	-	-	-	435.745	435.745
Destinações:							
Reserva Legal	11.c	-	-	21.787	-	(21.787)	-
Reserva para Equalização de Dividendos	11.c	-	-	-	206.979	(206.979)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	11.c	-	-	-	206.979	(206.979)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**575.670**	**1869**	**80.450**	**791.736**	**-**	**1.449.725**
Mutações no Exercício		**139.229**	**-**	**21.787**	**274.729**	**-**	**435.745**
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**575.670**	**1.869**	**80.450**	**791.736**	**-**	**1.449.725**
Aumento de Capital	11.a	296.516	-	-	(296.516)	-	-
Lucro Líquido		-	-	-	-	578.175	578.175
Destinações:							
Dividendos	11.b	-	-	-	(1.000.000)	-	(1.000.000)
Reserva Legal	11.c	-	-	28.909	-	(28.909)	-
Reserva para Equalização de Dividendos	11.c	-	-	-	274.633	(274.633)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	11.c	-	-	-	274.633	(274.633)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**872.186**	**1.869**	**109.360**	**44.486**	**-**	**1.027.901**
Mutações no Exercício		**296.516**	**-**	**28.910**	**(747.250)**	**-**	**(421.824)**
Saldos em 30 de junho de 2023		**872.186**	**1.869**	**95.749**	**785.892**	**-**	**1.755.696**
Lucro Líquido		-	-	-	-	272.204	272.204
Destinações:							
Dividendos		-	-	-	(1.000.000)	-	(1.000.000)
Reserva Legal	11.c	-	-	13.610	-	(13.610)	-
Reserva para Equalização de Dividendos	11.c	-	-	-	129.297	(129.297)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	11.c	-	-	-	129.297	(129.297)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**872.186**	**1.869**	**109.360**	**44.486**	**-**	**1.027.901**
Mutações no Semestre		**-**	**-**	**13.611**	**(741.406)**	**-**	**(727.795)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DE RECURSOS DE CONSÓRCIOS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	31/12/2023	31/12/2022
Ativo Circulante/Realizável a Longo Prazo	**7.185.601**	**6.232.438**
Caixa e Equivalentes de Caixa	**49.245**	**39.308**
Aplicações Financeiras	**2.651.060**	**2.522.958**
Outros Créditos	**4.485.296**	**3.670.172**
Valor Contábil dos Bens Retomados ou Devolvidos	7.606	3.965
Direitos junto a Consorciados Contemplados	4.477.690	3.666.207
Compensação	**38.549.636**	**35.003.553**
Previsão Mensal de Recursos a Receber de Consorciados	248.906	211.756
Contribuições Devidas ao Grupo	20.324.355	18.366.812
Valor dos Bens ou Serviços a Contemplar	17.976.375	16.424.985
Total do Ativo e Compensação	**45.735.237**	**41.235.991**
Passivo Circulante/Exigível a Longo Prazo	**7.185.601**	**6.232.438**
Outras Obrigações	**7.185.601**	**6.232.438**
Obrigações com Consorciados	2.732.099	2.341.550
Valores a Repassar	152.471	130.924
Obrigações por Contemplações a Entregar	2.123.290	2.068.232
Obrigações com o Administrador	6.551	3.715
Recursos a Devolver a Consorciados	1.441.282	1.243.233
Recursos do Grupo	729.908	444.784
Compensação	**38.549.636**	**35.003.553**
Recursos Mensais a Receber de Consorciados	248.906	211.756
Obrigações do Grupo por Contribuições	20.324.355	18.366.812
Bens ou Serviços a Contemplar	17.976.375	16.424.985
Total do Passivo e Compensação	**45.735.237**	**41.235.991**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DE GRUPOS DE CONSÓRCIOS

Valores expressos em milhare s de reais, exceto quando indicado

	01/07 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	**2.639.239**	**2.562.266**	**1.985.477**
Depósitos Bancários	112.591	39.308	96.763
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2.526.648	2.522.958	1.888.714
(+) Recursos Coletados	**3.202.048**	**6.287.316**	**5.225.610**
Contribuições para Aquisição de Bens	2.414.949	4.741.054	3.963.362
Taxa de Administração	471.491	921.003	717.937
Contribuições ao Fundo de Reserva	100.757	199.238	172.159
Rendimentos de Aplicações Financeiras	128.074	253.573	221.135
Multas e Juros Moratórios	7.036	13.720	11.436
Prêmios de Seguros	41.556	82.426	69.476
Outros	38.185	76.302	70.105
(-) Recursos Utilizados	**3.140.982**	**6.149.277**	**4.648.821**
Aquisição de Bens	2.431.609	4.746.413	3.554.625
Taxa de Administração	493.292	941.070	745.653
Multas e Juros Moratórios	3.516	6.842	5.697
Prêmios de Seguros Pagos	42.319	82.977	71.680
Devolução a Consorciados Desligados	74.386	155.805	88.127
Outros	95.860	216.170	183.039
Disponibilidade Final	**2.700.305**	**2.700.305**	**2.562.266**
Depósitos Bancários	49.245	49.245	39.308
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2.651.060	2.651.060	2.522.958

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	01/07 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Receitas da Intermediação Financeira		**80.482**	**192.188**	**156.538**
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		80.482	192.188	156.538
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		**80.482**	**192.188**	**156.538**
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		**322.971**	**673.496**	**496.404**
Receitas de Prestação de Serviços	13	452.723	879.553	682.232
Outras Despesas Administrativas	14	(23.263)	(39.321)	(39.847)
Despesas Tributárias	7.d	(66.888)	(131.017)	(101.715)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	15	(39.601)	(35.719)	(44.266)
Resultado Operacional		**403.453**	**865.684**	**652.942**
Resultado Não Operacional		**5**	**25**	**(99)**
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		**403.458**	**865.709**	**652.843**
Imposto de Renda e Contribuição Social	7.c	**(131.254)**	**(287.534)**	**(217.098)**
Provisão para Imposto de Renda		(94.614)	(209.627)	(157.455)
Provisão para Contribuição Social		(37.160)	(78.857)	(58.893)
Ativo (Passivo) Fiscal Diferido		521	950	(750)
Lucro Líquido		**272.204**	**578.175**	**435.745**
Nº de Quotas (Mil)	11.a	872.186	872.186	575.670
Lucro por Lote de Mil Quotas (em R$)		312,09	662,90	756,94

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	01/07 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Lucro Líquido do Semestre/Exercício	**272.204**	**578.175**	**435.745**
Resultado Abrangente do Semestre/Exercício	**272.204**	**578.175**	**435.745**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	01/07 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Atividades Operacionais				
Lucro Líquido		**272.204**	**578.175**	**435.745**
Ajustes ao Lucro Líquido		**4.456**	**5.412**	**3.342**
Tributos Diferidos	7.a.1	(521)	(950)	750
Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais	10.c	5.082	6.526	2.706
Atualização Monetária das Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais	10.c	11	33	91
Atualização de Impostos a Compensar	15	(72)	(93)	(62)
Atualização de Depósitos Judiciais	15	(44)	(104)	(143)
Variações em Ativos e Passivos		**708.747**	**417.444**	**(439.487)**
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários		577.034	266.021	(538.426)
Redução (Aumento) em Outros Ativos		(17.225)	(69.494)	(53.145)
Aumento (Redução) em Ativos Fiscais Corrente		18.562	29.732	(27.009)
Aumento (Redução) em Outros Passivos		83.312	170.000	171.208
Aumento (Redução) em Passivos Fiscais Corrente		108.597	255.770	220.143
Imposto pago		(61.533)	(234.585)	(212.258)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais		**985.407**	**1.001.031**	**(400)**
Atividades de Financiamento				
Dividendos Pagos	11.b	(1.000.000)	(1.000.000)	-
Caixa Líquido Aplicado em Atividades de Financiamento		**(1.000.000)**	**(1.000.000)**	**-**
Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa		**(14.593)**	**1.031**	**(400)**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do semestre/exercício	4	**16.842**	**1.218**	**1.618**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do semestre/exercício	4	**2.249**	**2.249**	**1.218**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional
A Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda. (Santander Brasil Consórcio), controlada pelo Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander), atua no mercado de consórcio, regulamentado pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e tem como objetivo a constituição, organização e administração de grupos de consórcios de bens móveis e imóveis e em quaisquer das modalidades permitidas pela legislação e regulamentação vigentes. As operações da Santander Brasil Consórcio são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, lideradas pelo Banco Santander. Os benefícios e custos correspondentes aos serviços prestados são absorvidos entre as mesmas, são realizados no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras
a) Apresentação das Demonstrações Financeiras
As demonstrações financeiras da Santander Brasil Consórcio, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e demais diretrizes previstas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e outras normas específicas para as administradoras de consórcio e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.
As operações dos grupos de consórcio são registradas em contas de compensação da administradora e controladas individualmente por grupo de consórcio. A posição patrimonial e financeira desses grupos de consórcio e as correspondentes variações nas disponibilidades de seus recursos estão sendo apresentadas, respectivamente, nas demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio e demonstrações das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio.
As Demonstrações Consolidadas dos Recursos de Consórcios e das Variações nas Disponibilidades de Grupos de Consórcios foram elaboradas conforme a Circular Bacen 3.959/2019.
A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre provisões e passivos contingentes e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas, sendo as principais, provisão para processos judiciais, cíveis, fiscais e trabalhistas, realização de créditos tributários e o valor justo dos ativos financeiros. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva.
As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram autorizadas pelos Administradores na reunião realizada em 26 de março de 2024.
b) Moeda Funcional e de Apresentação
As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Santander Brasil Consórcio.

3. Principais Políticas Contábeis
I - Administradora
a) Apuração do Resultado
A receita relativa à taxa de administração dos grupos de consórcio é reconhecida conforme o período do contrato assim que cumprida as obrigações de desempenho, conforme CPC 47. As demais receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência que considera os rendimentos, encargos e variações monetárias, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.
b) Caixa e Equivalentes de Caixa
Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa correspondem aos saldos de aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.
c) Operações Compromissadas
Compra com Compromisso de Revenda
Os financiamentos concedidos mediante lastro com títulos de renda fixa (de terceiros) são registrados na posição bancada pelo valor de liquidação. A diferença entre os valores de revenda e de compra representa a renda da operação. Os títulos adquiridos com compromisso de revenda são transferidos para a posição financiada quando utilizados para lastrear operações de venda com compromisso de recompra.
d) Títulos e Valores Mobiliários
Conforme Circular Bacen n 3.068/2001, a carteira de títulos e valores mobiliários é classificada nas seguintes categorias:
I - Títulos para negociação, onde são registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, ajustados ao valor de mercado (valor justo) em contrapartida ao resultado do período;
II - Títulos disponíveis para venda, onde são registrados os títulos e valores mobiliários que podem ser negociados, mas não foram adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, ajustados ao valor de mercado (valor justo) em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido. Os ajustes ao valor de mercado, quando realizados, são transferidos para o resultado do período; e
III - títulos mantidos até o vencimento, onde são registrados os títulos e valores mobiliários para os quais existe intenção e capacidade financeira do Banco de mantê-los em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos.
As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período.
e) Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais
A Santander Brasil Consórcio é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.
As provisões são reavaliadas ao final de cada período de reporte para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser total ou parcialmente revertidas, reduzidas ou podem ainda ser complementadas, quando há mudança de risco em relação as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.
As provisões são constituídas quando o risco de perda da ação for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e com base nas melhores informações disponíveis. Para as provisões cujo risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas e para as provisões cujo risco de perda é remota não é requerida divulgação.
Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.
No caso de trânsitos em julgado favoráveis a Santander Brasil Consórcio, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.
f) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)
O PIS (1,65%) e a COFINS (7,60%) são calculados pelo regime não cumulativo e são registradas em despesas tributárias. As Receitas Financeiras são tributáveis às alíquotas de 0,65% (PIS) e 4,0% (COFINS).
g) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)
O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real anual excedente a R$240, R$120 no semestre, e a CSLL à alíquota de 9%, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal.
Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e/ou a liquidação do passivo.
De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na nota 7.a.2, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.
h) Eventos Subsequentes
Corresponde ao evento ocorrido entre a data-base das demonstrações financeiras e a data na qual foi autorizada a emissão dessas demonstrações e são compostos por:
- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

II - Grupos de Consórcios
a) Caixa e Equivalentes de Caixa
Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades.
b) Aplicações Financeiras e Disponibilidades
Representam recursos disponíveis ainda não utilizados pelos grupos mantidos em conta e aplicações financeiras efetuadas em nome dos grupos de consórcios, as quais incluem aplicações vinculadas a contemplações. Os rendimentos auferidos das aplicações são incorporados diariamente nos saldos de aplicações financeiras de cada grupo, não incidindo taxa de administração sobre estes.
O saldo das aplicações financeiras é deduzido de provisão para ajuste ao valor de mercado, quando aplicável.
c) Direitos junto a Consorciados Contemplados
Representam os valores a receber a título de fundo comum e de fundo de reserva dos consorciados já contemplados.
d) Previsão Mensal de Recursos a Receber de Consorciados
Representam o valor das contribuições a receber a título de fundo comum e fundo de reserva dos consorciados ativos no mês subsequente ao balanço.
e) Contribuições Devidas ao Grupo
Representam a previsão de recebimento do fundo comum e fundo de reserva até o término dos respectivos grupos, calculada de acordo com os preços dos bens na data do balanço.
f) Valor dos Bens ou Serviços a Contemplar
Representam o saldo dos bens a contemplar em Assembleias futuras, calculado de acordo com os preços dos bens na data do balanço.
g) Obrigações com Consorciados
Estão representadas, principalmente, por contribuições para aquisição de bens recebidas de consorciados não contemplados, a título de fundo comum, e valores recebidos antes da constituição formal dos grupos, acrescido de rendimentos financeiros.
h) Valores a Repassar
Representam os valores recebidos de consorciados a serem repassados, referentes à taxa de administração, prêmios de seguros, multas e juros e outros.
i) Obrigações por Contemplações a Entregar
Representam créditos a repassar aos consorciados pelas contemplações nas Assembleias, descontado os pagamentos realizados e acrescidos das respectivas remunerações das aplicações financeiras.
j) Recursos a Devolver a Consorciados
Representam as obrigações dos grupos relativas aos recursos a serem devolvidos aos consorciados desistentes e excluídos, representados por valores recebidos para aquisição do bem e fundo de reserva, aplicando-se o percentual pago ao valor do bem vigente na última Assembleia de Contemplação do Grupo e acrescido dos rendimentos da aplicação financeira, calculados a partir desta Assembleia, deduzidos da multa rescisória contratual registrada em valores a repassar e em recursos do grupo.
k) Obrigações com a Administradora
Representam as obrigações do grupo de consórcio com a Administradora.
l) Recursos do Grupo
Representam os recursos do grupo a serem rateados aos consorciados ativos quando do encerramento do grupo, acrescidos da respectiva remuneração pelas aplicações financeiras até a data do balanço, atualização da variação do preço do bem e valores recebidos de consorciados após os procedimentos de cobrança.
m) Recursos Coletados
Representam os recursos coletados pelos grupos e respectivos rendimentos. O valor da contribuição mensal para aquisição de bens recebidos dos participantes dos grupos é determinado com base no valor do bem e no percentual de pagamento estabelecido para cada contribuição, de acordo com o prazo de duração dos grupos, acrescido da taxa de administração e do fundo de reserva.
n) Recursos Utilizados
Representam principalmente o montante dos recursos aplicados na aquisição de bens, pagamento da taxa de administração, rendimentos financeiros pagos a consorciados contemplados, até a data da aquisição do bem.
o) Resultados Recorrentes/Não Recorrentes
Conforme Resolução BCB nº 2/2020, resultado não corrente do exercício é aquele que:
I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e
II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.
A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na Nota 16.
p) Informações Complementares sobre os Grupos em Andamento

	31/12/2023	31/12/2022
Quantidade de Grupos Administrados	366	411
Quantidade de Consorciados Ativos	366.741	314.754
Quantidade de Consorciados Desistentes/Excluídos no semestre	24.364	39.019
Total de Consorciados Desistentes/Excluídos nos grupos em andamento	398.529	350.758
Bens Entregues no Semestre	30.231	23.029
Total de Bens Entregues	305.074	248.023
Bens Pendentes de Entrega	29.124	33.306
Taxa de Inadimplência	6,31%	7,80%

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
Disponibilidades	2.249	1.218	1.618
Total	**2.249**	**1.218**	**1.618**

As informações relativas a 31 de dezembro de 2021 são demonstradas para informar a composição dos saldos iniciais e finais do Caixa e Equivalentes de Caixa apresentados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

5. Aplicações Financeiras
Nos Grupos de Consórcios, estão representadas por aplicação em fundo de investimento referenciado DI, atendendo aos critérios da Circular Bacen 3.261/2004, que foi sucedida pela Circular Bacen 3.432/2009 e atualizada pela Circular Bacen 3.936/2019.

6. Títulos e Valores Mobiliários
Resumo da Carteira por Categorias e Abertura por Vencimento

	Valor do Custo Amortizado/ Contábil [2] 31/12/2023	Valor do Custo Amortizado/ Contábil 31/12/2022	Sem Vencimento	De 3 a 12 meses	Total
Títulos em Negociação					
Títulos Privados					
Cotas de Fundo de Investimento - Renda fixa [1]	1.403.311	1.670.282	1.403.311	-	1.403.311
Total de Títulos e Valores Mobiliários	**1.403.311**	**1.670.282**	**1.403.311**	**-**	**1.403.311**

[1] Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a carteira do Fundo de Investimento está composta basicamente por operações compromissadas vinculadas a títulos públicos e Letras Financeiras do Tesouro - LFT.
[2] O valor do custo amortizado/contábil é equivalente ao valor de mercado.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado considerando a cotação média dos mercados organizados e o seu fluxo de caixa estimado, descontado a valor presente conforme as correspondentes curvas de juros aplicáveis, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião da apuração dos balanços e as cotas de fundo de investimento são atualizadas com base na cotação divulgada pelos administradores dos fundos diariamente.
Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a Santander Brasil Consórcio não possui operação com instrumentos financeiros derivativos.

7. Ativos e Passivos Fiscais
a) Ativos Fiscais Correntes e Diferidos

	31/12/2023	31/12/2022
Ativos Fiscais Diferidos	3.218	2.268
Impostos e Contribuições a Compensar	16.284	44.973
Total	**19.502**	**47.241**
Circulante	**12.502**	**40.828**
Não Circulante	**7.000**	**6.413**

a.1) Natureza e Origem dos Ativos Fiscais Diferidos

	Origens 31/12/2023	Origens 31/12/2022	Saldo em 31/12/2022	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2023
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	1.348	512	174	778	(493)	459
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	-	2.374	811	5	(816)	-
Outras Provisões Temporárias [1]	8.115	3.773	1.283	1.476	-	2.759
Total dos Ativos Fiscais Diferidos sobre Diferenças Temporárias	**9.463**	**6.659**	**2.268**	**2.259**	**(1.309)**	**3.218**
Saldo dos Ativos Fiscais Diferidos Registrados	**9.463**	**6.659**	**2.268**	**2.259**	**(1.309)**	**3.218**
Não Circulante			**2.268**			**3.218**

[1] Inclui ativo fiscal diferido sobre estimativa para perdas operacionais na administração de consórcios.
Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a Santander Brasil Consórcio não possui créditos tributários não ativados.

O registro contábil dos Ativos Fiscais Diferidos nas demonstrações financeiras da Santander Brasil Consórcio foi efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período previsto de sua realização e está baseado na projeção de resultados futuros e em estudo técnico preparado nos termos da Resolução CMN nº 4.842/2020 e Resolução BCB nº 15.

a.2) Expectativa de Realização dos Ativos Fiscais Diferidos

	31/12/2023		
	Diferenças Temporárias		Total
Ano	IRPJ	CSLL	
2024	807	291	1.098
2025	807	291	1.098
2026	752	270	1.022
Total	**2.366**	**852**	**3.218**

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos ativos fiscais diferidos não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.
Com base na Resolução CMN 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 2/2020, os Créditos Tributários devem ser apresentados integralmente no longo prazo, para fins de balanço.

a.3) Valor Presente dos Ativos Fiscais Diferidos
O valor presente total dos ativos fiscais diferidos é de R$ 2.820 (31/12/2022 - R$1.890), calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, a taxa média de captação e outras obrigações, projetada para os períodos correspondentes.

b) Passivos Fiscais Correntes e Diferidos

	31/12/2023	31/12/2022
Impostos e Contribuições a Pagar	**136.035**	**114.817**
Total	**136.035**	**114.817**

c) Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Resultado antes dos Impostos	**865.709**	**652.843**
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 9% Respectivamente	**(294.341)**	**(221.967)**
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	(2.612)	(1.265)
Demais Ajustes	9.419	6.134
Imposto de Renda e Contribuição Social	**(287.534)**	**(217.098)**

d) Despesas Tributárias

	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Despesas com COFINS	72.785	55.795
Despesas com ISS	42.629	34.138
Despesas com PIS/Pasep	15.443	11.771
Outros Tributos	160	11
Total	**131.017**	**101.715**

Continua...

Continuação

Santander

Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda.

CNPJ nº 55.942.312/0001-06

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

8. Outros Ativos

	31/12/2023	31/12/2022
Devedores por Depósitos em Garantia		
Para Interposição de Recursos Fiscais	1.892	59
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	177	109
Para Interposição de Recursos Cíveis	1.575	2.118
Títulos e Créditos a Receber [1]	26.991	24.356
Rendas a Receber	297	14.982
Outros Valores e Bens [2]	105.707	36.303
Outros	11.162	276
Total	**147.801**	**78.203**
Circulante	**117.167**	**51.560**
Não circulante	**30.634**	**26.643**

[1] Composto por aportes feitos pela Administradora em grupos em andamento. A serem reembolsados pelos grupos, quando ocorrer o encerramento.
[2] A variação decorre do aumento substancial de parceiros terceiros na venda de consórcio.

9. Outros Passivos

	31/12/2023	31/12/2022
Taxa de Administração a Serem Diferidas - Res BCB 120/CPC 47	225.018	112.790
Recursos não Procurados - Grupos Encerrados	153.554	105.038
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 10.b)	131	699
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis (Nota 10.b)	1.349	511
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas (Nota 10.b)	1	12
Provisão para Pagamentos a Efetuar	320	227
Estimativa Perdas Operacionais na Administração de Consórcios	3.428	3.428
Outras	25.126	9.697
Total	**408.927**	**232.402**
Circulante	**407.401**	**229.899**
Não Circulante	**1.526**	**2.503**

10. Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais

a) Ativos Contingentes

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes (Nota 3.e).

b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 9)	131	699
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis (Nota 9)	1.349	511
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas (Nota 9)	1	12
Total	**1.481**	**1.222**

c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	01/01 a 31/12/2023			01/01 a 31/12/2022		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	**699**	**12**	**511**	**620**	**-**	**328**
Constituição Líquida de Reversão [1]	(251)	1	6.776	277	11	2.418
Atualização Monetária	12	1	20	20	1	70
Baixas por Pagamentos	(329)	(13)	(6.008)	(218)	-	(3.878)
Outros	-	-	50	-	-	1.573
Saldo Final	**131**	**1**	**1.349**	**699**	**12**	**511**

[1] Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em despesas tributárias, outras receitas/despesas operacionais e IR e CSLL.

d) Provisões para Riscos Fiscais

Auto de Infração (IRPJ) - a Santander Brasil Consórcio recebeu cobrança administrativa supostamente indevida, pela Receita Federal, de IRPJ do período de 2008, em razão de divergência nas declarações apresentadas. A defesa apresentada pela Companhia foi parcialmente acolhida para cancelar o imposto cobrado. Em março de 2023, o valor remanescente que permaneceu em discussão, foi pago em razão da adesão ao Programa Litígio Zero emitido pela Receita Federal do Brasil.
Em 31 de dezembro de 2023, esse processo totaliza aproximadamente R$0.

e) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cível

São ações relacionadas ao repasse de valores em atraso de cotas contempladas para os grupos já encerrados.
As ações cíveis são provisionadas de acordo com a avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base na fase de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

f) Passivos Contingentes Fiscais e Previdenciárias e Cíveis Classificadas como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não sendo provisionados.
As ações com classificação de perda possível de natureza cível, totalizaram em R$147 e de natureza fiscal, totalizaram em R$11.993.

11. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social, em 31 de dezembro de 2023, totalmente subscrito e integralizado, é composto por 872.186 mil quotas, no valor nominal unitário de R$1,00 (um real), todas de domiciliados no País (31/12/2022 - 575.670 mil quotas).
Os Administradores, em reunião realizada em 02 de junho de 2023, aprovaram o aumento de Capital no montante de R$ 296.516 mediante a emissão de 296.516 mil novas quotas, passando o capital social do valor de R$575.670 para R$ 872.186.

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

A distribuição dos lucros da Santander Brasil Consórcio é efetuada de acordo com a situação financeira da empresa e com a conveniência dos sócios na data de deliberação, podendo distribuir dividendos, segundo as regras descritas, por conta de lucros apurados em balanços intermediários ou intercalares. Em 31 de dezembro de 2023 houve destaque de dividendos no valor de R$ 1.000 milhão, cujo pagamento foi realizado em 15 de agosto de 2023, em 31 de dezembro de 2022 não houve destaque de dividendos e juros sobre o capital próprio.

c) Reservas

Conforme estabelecido no contrato social da Santander Brasil Consórcio, do saldo do lucro líquido apurado poderão ser deliberadas a formação de Reservas para Reforço do Capital de Giro e para Equalização de Dividendos.
Os saldos de reservas de lucros excedentes ao capital social serão abordados em Assembleia Geral *ad referendum*, a fim de instruir os acionistas acerca de deliberação de aumento de capital e devido enquadramento nas exigências da Lei 11.638/2017.

Reserva Legal

A Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda. adota, ainda, a Reserva Legal para assegurar a integridade do capital social, à qual são destinados 5% lucro líquido do exercício até alcançar o limite de 20% do capital social.

Reservas de Capital

As reservas de capital são compostas de: reserva de ágios por subscrição de ações e outras reservas de capital, e somente pode ser usada para absorção de prejuízos que ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucros; resgate, reembolso ou aquisição de ações de própria emissão; incorporação ao capital social; ou pagamento de dividendos a ações preferenciais em determinadas circunstâncias.

Reserva para Reforço do Capital de Giro

Poderá ser destinado até 50% do saldo do lucro líquido apurado a título de Reserva para Reforço do Capital de Giro, com a finalidade de garantir meios financeiros para a operação da Sociedade.

Reserva para Equalização de Dividendos

Poderá ser destinado até 50% do saldo do lucro líquido apurado a título de Reserva para Equalização de Dividendos, com a finalidade de garantir recursos para a continuidade da distribuição semestral de dividendos.
Tais reservas deverão ser periodicamente capitalizadas para que o respectivo montante não ultrapasse o saldo do capital social da sociedade.

12. Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

A Santander Brasil Consórcio é parte integrante do Conglomerado Santander e seus Administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Santander, seu controlador. A Santander Brasil Consórcio não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.
Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, não foram registradas despesas com honorários para a Administração.

b) Participação Acionária

A Santander Brasil Consórcio é controlada pelo Banco Santander que possui participação direta de 872.186 mil quotas, equivalentes a 100% do capital social.

c) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.
As principais transações são as seguintes:

	31/12/2023 Ativos (Passivos)	01/01 a 31/12/2023 Receitas (Despesas)	31/12/2022 Ativos (Passivos)	01/01 a 31/12/2022 Receitas (Despesas)
Disponibilidades (Nota 4)	**2.249**	**-**	**1.218**	**-**
Banco Santander [1]	2.249	-	1.218	-
Títulos e Valores Mobiliários	**1.403.311**	**192.188**	**1.564.823**	**155.697**
Santander Fundo de Investimentos SBAC Referenciado	1.244.718	189.507	1.564.823	155.697
Santander FI Renda Fixa Referenciado DI	158.593	2.681	-	-
Rendas a Receber	**849**	**5.364**	**-**	**14.806**
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.	-	5.364	-	14.806
Santander Capitalização	849	-		
Outros Créditos - Diversos	**-**	**72**	**-**	**-**
Pessoal Chave da Administração	-	72	-	-
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas (Nota 14 e 15)	**(1.038)**	**(44.366)**	**(1.620)**	**(41.833)**
Banco Santander [1]	(1.038)	(44.314)	(1.620)	(41.833)
Esfera Fidelidade S.A.	-	(52)	-	-

[1] Controlador da Santander Brasil Administradora de Consórcio (Nota 12.b).

13. Receitas de Prestação de Serviços

	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Rendas de Administração de Grupo de Consórcio	852.516	649.052
Serviços Prestados a Consorciados	27.037	33.180
Total	**879.553**	**682.232**

14. Outras Despesas Administrativas

	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	5.105	8.706
Convênio Operacional Banco Santander (Nota 12.c)	24.538	23.274
Comunicações	7	8
Serviços do Sistema Financeiro	18	1.495
Outras	9.653	6.364
Total	**39.321**	**39.847**

15. Outras Receitas e Despesas Operacionais

	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Atualizações monetárias	164	114
Comissões	(52.574)	(38.582)
Terceiros	(32.798)	(20.023)
Convênio Banco Santander	(19.776)	(18.559)
Despesas de Atualização de Impostos	(1.510)	(1.555)
Despesas com Registro de Contratos em Cartório	(6.736)	(7.070)
Provisão para Contigências (Líquidas de Reversão)	(6.526)	(2.706)
Recuperação de Encargos e Despesas (2)	45.366	9.288
Reversão de Provisão de Contingência - Fiscais/Cíveis	-	408
Reversão de Provisão - Outras	459	6.280
Recuperação e Perdas Operacionais na Administração de Consórcios [1]	(517)	(1.858)
Riscos Operacionais na Administração de Consórcios	(1.897)	(3.079)
Outras	(11.948)	(5.506)
Total	**(35.719)**	**(44.266)**

[1] Refere-se, principalmente a reversão de provisão para perda de operações com seguro de quebra de garantia.
[2] No primeiro semestre de 2023 a Administradora de Consórcio e a Seguradora Zurich encerraram a vigência da apólice de seguro quebra de garantia, sendo assim a Administradora passou a ter o direito de receber todo o valor que viesse a ser recuperado.

16. Outras Informações

a) Em consonância à Resolução do CMN nº 4.910/2021, a Santander Brasil Consórcio aderiu ao comitê de auditoria único, por intermédio da instituição líder, Banco Santander. O resumo do relatório do Comitê de Auditoria foi divulgado e publicado em conjunto com as demonstrações financeiras do Banco Santander, disponíveis no endereço eletrônico www.santander.com.br\ri.
b) As instituições integrantes do Conglomerado Financeiro Santander optaram pela constituição de estrutura única de gerenciamento de risco de crédito, que opera de acordo com a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios.
c) A apuração do Índice de Basileia aplicado a Santander Brasil Consórcio é efetuada em conjunto com o Conglomerado Prudencial do Banco Santander.
Estas informações semestrais, no que tange ao Gerenciamento de Riscos de Crédito e Apuração do Índice de Basileia, devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras do Banco Santander, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, disponíveis no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.
d) Resultados recorrentes/não recorrentes
Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 não houve resultados recorrentes/não recorrentes.
e) Evento subsequente:
Não ocorreram eventos subsequentes.

ADMINISTRADORES

Reginaldo Antonio Ribeiro — Vagner da Silva Rodrigues — Claudia Chaves Sampaio — Alvaro Teofilo de Oliveira Neto

Contadora
Camilla Cruz Oliveira de Souza - CRC nº 1SP256989/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Santander Brasil Administradora de Consórcios Ltda.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda. (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como as demonstrações consolidadas de recursos de consórcios em 31 de dezembro de 2023 e das variações nas disponibilidades de grupos de consórcios para o semestre e exercício findos nessa mesma data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como as demonstrações consolidadas de recursos de consórcios em 31 de dezembro de 2023 e das variações nas disponibilidades de grupos de consórcios para o semestre e exercício findos nessa mesma data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2024

pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Caio Fernandes Arantes
Contador CRC 1SP222767/O-3

Banco Hyundai Capital Brasil S.A.

CNPJ nº 30.172.491/0001-19

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:
Apresentamos o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras do Banco Hyundai Capital Brasil S.A. (Banco Hyundai) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e demais diretrizes previstas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

Mercado de Atuação
O Banco Hyundai Capital Brasil S.A. (Banco Hyundai) constituído na forma de sociedade anônima, opera como banco múltiplo e desenvolve suas operações por intermédio das carteiras de investimento, de crédito, financiamento e de arrendamento mercantil.

Patrimônio Líquido e Resultado
Em 31 de dezembro de 2023 o lucro líquido apresentado no acumulado do período foi de R$90 milhões aumento de 30% em comparação ao mesmo período acumulado do ano anterior. O patrimônio líquido atingiu o montante de R$527 milhões.

Ativos e Passivos
Em 31 de dezembro de 2023, o total do ativo atingiu R$5.549 milhões, destacando-se R$5.358 milhões por Operações de Créditos Líquida da Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito. No Passivo, destaca-se em Captações o valor de R$4.889 milhões por Depósitos.

Auditoria Independente
A política de atuação do Banco Hyundai na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco Santander.
O Banco Hyundai informa que no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não foram prestados pela PricewaterhouseCoopers e outras firmas-membro outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria das demonstrações financeiras.
Ademais, o Banco Hyundai confirma que a PricewaterhouseCoopers representa à Administração que dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria externa. Referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor, acima mencionados.

São Paulo, 27 de março de 2024

A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	31/12/2023	31/12/2022
Ativo			
Ativo Circulante e não Circulante		**5.549.494**	**4.811.912**
Disponibilidades	**4&15.d**	**87.255**	**58.327**
Instrumentos Financeiros		**5.471.561**	**4.773.968**
Títulos e Valores Mobiliários	5.a	-	10.465
Operações de Crédito	6	5.471.561	4.763.503
(Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito)	**6.e**	**(113.350)**	**(104.381)**
Outros Ativos	**7**	**3.574**	**2.063**
Ativos Fiscais	**8**	**84.962**	**65.239**
Correntes		73	46
Diferidos		84.889	65.193
Imobilizado de Uso	**9**	**361**	**396**
Outras Imobilizações de Uso		422	416
(Depreciações Acumuladas)		(61)	(20)
Intangível	**10**	**15.131**	**16.300**
Outros Ativos Intangíveis		33.674	29.011
(Amortizações Acumuladas)		(18.543)	(12.711)
Total do Ativo		**5.549.494**	**4.811.912**

	Notas Explicativas	31/12/2023	31/12/2022
Passivo			
Passivo Circulante e não Circulante		**5.022.370**	**4.374.296**
Depósitos e demais Instrumentos Financeiros		**4.889.851**	**4.284.250**
Depósitos	11.a	4.887.959	4.282.158
Outros Passivos Financeiros	11.b	1.892	2.092
Outros Passivos	**12**	**62.533**	**26.905**
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	13	1.176	89
Outras Provisões		10.903	8.684
Diversos		50.454	18.132
Passivos Fiscais Correntes	**8.b**	**69.986**	**63.141**
Patrimônio Líquido	**14**	**527.124**	**437.616**
Capital Social:			
De Domiciliados no País		300.000	300.000
Reservas de Lucros		227.124	137.616
Total do Patrimônio Líquido		**527.124**	**437.616**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**5.549.494**	**4.811.912**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

			Reservas de Lucros			
	Notas Explicativas	Capital Social	Reserva Legal	Reservas Estatutárias	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**300.000**	**3.442**	**64.970**	**-**	**368.412**
Reversão de Dividendos	14.b	-	-	424	-	424
Lucro Líquido		-	-	-	69.440	69.440
Destinações:						
Reserva Legal	14.c	-	3.472	-	(3.472)	-
Dividendos Mínimos	14.b	-	-	-	(660)	(660)
Reservas para Equalização de Dividendos	14.c	-	-	32.654	(32.654)	-
Reservas para Reforço de Capital de Giro	14.c	-	-	32.654	(32.654)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**300.000**	**6.914**	**130.702**	**-**	**437.616**
Mutações no Exercício		**-**	**3.472**	**65.732**	**-**	**69.204**
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**300.000**	**6.914**	**130.702**	**-**	**437.616**
Reversão de Dividendos	14.b	-	-	-	660	660
Lucro Líquido		-	-	-	90.466	90.466
Destinações:						
Reserva Legal	14.c	-	4.523	-	(4.523)	-
Dividendos Mínimos	14.b	-	-	-	(1.618)	(1.618)
Reservas para Equalização de Dividendos	14.c	-	-	42.493	(42.493)	-
Reservas para Reforço de Capital de Giro	14.c	-	-	42.492	(42.492)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**300.000**	**11.437**	**215.687**	**-**	**527.124**
Mutações no Exercício		**-**	**4.523**	**84.985**	**-**	**89.508**
Saldos em 30 de junho de 2023		**300.000**	**9.023**	**171.432**	**-**	**480.455**
Lucro Líquido		-	-	-	48.287	48.287
Destinações:						
Reserva Legal	14.c	-	2.414	-	(2.414)	-
Dividendos Mínimos	14.b	-	-	-	(1.618)	(1.618)
Reservas para Equalização de Dividendos	14.c	-	-	22.128	(22.128)	-
Reservas para Reforço de Capital de Giro	14.c	-	-	22.127	(22.127)	-
Saldos em 31 dezembro de 2023		**300.000**	**11.437**	**215.687**	**-**	**527.124**
Mutações no Semestre		**-**	**2.414**	**44.255**	**-**	**46.669**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	01/07 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Receitas da Intermediação Financeira		**470.017**	**889.279**	**738.771**
Operações de Créditos		466.582	881.441	721.621
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	5.b	3.435	7.838	17.150
Despesas da Intermediação Financeira		**(301.130)**	**(576.102)**	**(473.781)**
Operações de Captação no Mercado	15.d	(269.752)	(507.526)	(396.273)
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	6.e	(31.378)	(68.576)	(77.508)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		**168.887**	**313.177**	**264.990**
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		**(80,880)**	**(144.989)**	**(134.944)**
Receitas de Prestação de Serviços		2.602	4.459	2.547
Rendas de Tarifas Bancárias	16	19.240	35.023	23.544
Despesas de Pessoal	17	(16.180)	(26.990)	(21.408)
Outras Despesas Administrativas	18	(20.989)	(35.329)	(32.872)
Despesas Tributárias	8.d	(11.734)	(22.175)	(18.855)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	19	(53.819)	(99.977)	(87.900)
Resultado Operacional		**88.007**	**168.188**	**130.046**
Resultado não Operacional		**(14)**	**(25)**	**(35)**
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		**87.993**	**168.163**	**130.011**
Imposto de Renda e Contribuição Social	**8.c**	**(38.860)**	**(73.324)**	**(56.350)**
Provisão para Imposto de Renda		(25.934)	(51.411)	(45.658)
Provisão para Contribuição Social		(21.483)	(41.609)	(37.857)
Ativo Fiscal Diferido		8.557	19.696	27.165
Participações no Lucro		**(846)**	**(4.373)**	**(4.221)**
Lucro Líquido		**48.287**	**90.466**	**69.440**
Número de Ações (Mil)	14.a	300.000	300.000	300.000
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações (em R$)		160,96	301,55	231,47

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	01/07 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Lucro Líquido	**48.287**	**90.466**	**69.440**
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-
Resultado Abrangente	**48.287**	**90.466**	**69.440**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	01/07 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Atividades Operacionais				
Lucro Líquido		**48.287**	**90.466**	**69.440**
Ajustes ao Lucro Líquido		**26.324**	**55.712**	**55.338**
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	6.e	31.378	68.576	77.508
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais	13.c	642	1.037	300
Atualizações Monetárias das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais	13.c	18	18	-
Tributos Diferidos		(8.557)	(19.696)	(27.165)
Depreciações e Amortizações	18	2.939	5.873	4.947
Atualização de impostos a compensar	19	(96)	(96)	(252)
Variações em Ativos e Passivos		**(31.720)**	**(112.581)**	**(86.581)**
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários		23.580	10.465	104.703
Redução (Aumento) em Operações de Créditos		(432.451)	(767.665)	(740.153)
Redução (Aumento) em Despesas Antecipadas		62	180	(180)
Redução (Aumento) em Outros Ativos		7.540	(1.691)	(1.356)
Redução (Aumento) em Ativos Fiscais Correntes		49	69	304
Aumento (Redução) em Depósitos		323.307	605.801	525.298
Aumento (Redução) em Outros Passivos Financeiros		(2.766)	(200)	(773)
Aumento (Redução) em Outros Passivos		16.133	33.615	10.033
Aumento (Redução) em Passivos Fiscais Correntes		47.987	94.728	84.804
Aumento (redução) em Resultados de Exercícios Futuros		-	-	(4.886)
Imposto Pago		(15.161)	(87.883)	(64.665)
Caixa Líquido Originado em Atividades Operacionais		**42.891**	**33.597**	**37.907**
Atividades de Investimento				
Aquisição de imobilizado		-	(6)	(250)
Aquisição de Intangível		(4.499)	(4.663)	(4.427)
Caixa Líquido Aplicado em Atividades de Investimento		**(4.499)**	**(4.669)**	**(4.677)**
Aumento Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa		**38.392**	**28.928**	**33.230**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	**4**	**48.863**	**58.327**	**25.097**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	**4**	**87.255**	**87.255**	**58.327**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional
O Banco Hyundai Capital Brasil S.A. (Banco Hyundai) constituído na forma de sociedade anônima, opera como banco múltiplo e desenvolve suas operações por intermédio das carteiras de investimento, de crédito, financiamento e de arrendamento mercantil. As operações do Banco Hyundai são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras
a) Apresentação das Demonstrações Financeiras
As demonstrações financeiras do Banco Hyundai foram elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Bacen e demais diretrizes previstas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.
A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre provisões e passivos contingentes e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas, sendo as principais, provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, realização do crédito tributário, passivos contingentes e o valor justo dos ativos financeiros.
O Conselho de Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2023, na reunião realizada em 27 de março de 2024.
b) Novas normas emitidas com vigência futura
A Resolução CMN n 4.966/2021, e atualizações trazidas pela resolução n 5.100/2023, estabeleceu os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), harmonizando os critérios contábeis do COSIF para os requerimentos da norma internacional IFRS 9 a partir de 1 de janeiro de 2025. Dentre as principais mudanças está a classificação de instrumentos financeiros, reconhecimento de juros em caso de atraso, cálculo da taxa efetiva contratual, baixa a prejuízo e reconhecimento da provisão e classificação das operações com problemas de crédito.
A Lei nº 14.467/2022 alterou o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das Instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo BACEN. Esta lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025.
A adoção da Resolução CMN n 4.966/2021, da Lei nº 14.467/2022 e de outros normativos que são correlacionados, inclusive a reformulação do elenco de contas do COSIF, estão contidas no Plano de Implementação do Banco Hyundai. O Plano de Implementação dos referidos normativos no Banco Hyundai está segregado em três pilares: (i) Organização e Governança: Fóruns e Comitês compostos por diversos níveis hierárquicos dedicados a definição e acompanhamento da implementação; (ii) Processos e Sistemas: Mapeamento dos impactos e implementação das mudanças nos processos e sistemas; e (iii) Modelos e Critérios: Revisão e atualização dos modelos e critérios utilizados nas estimativas contábeis.
O cronograma do Plano de Implementação está em andamento, sendo que ainda depende de normas a serem emitidas pelo BACEN. Os impactos nas Demonstrações Financeiras serão divulgados de forma oportuna após a definição completa do arcabouço regulatório.
A Resolução CMN n 4.975/2021, estabelece a observância ao Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) - Arrendamentos, no reconhecimento, na mensuração, na apresentação e na divulgação de operações de arrendamento mercantil a partir de 1 de janeiro de 2025. O Banco Hyundai está avaliando os impactos e alterações necessárias para atendimento desta norma.
c) Moeda Funcional e de Apresentação
As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação do Banco Hyundai.

3. Principais Políticas Contábeis
a) Apuração do Resultado
O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, pro rata dia incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.
b) Ativos e Passivos Circulantes e não Circulantes
São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados pro rata dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.
Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular Bacen 3.068/2001.
c) Caixa e Equivalentes de Caixa
Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa correspondem aos saldos de aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.
d) Títulos e Valores Mobiliários
Conforme Circular Bacen n 3.068/2001, a carteira de títulos e valores mobiliários é classificada nas seguintes categorias:
I - Títulos para negociação, onde são registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, ajustados ao valor de mercado (valor justo) em contrapartida ao resultado do período;
II - Títulos disponíveis para venda, onde são registrados os títulos e valores mobiliários que podem ser negociados, mas não foram adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, ajustados ao valor de mercado (valor justo) em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido. Os ajustes ao valor de mercado, quando realizados, são transferidos para o resultado do período; e
III - títulos mantidos até o vencimento, onde são registrados os títulos e valores mobiliários para os quais existe intenção e capacidade financeira do Banco de mantê-los em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos.
As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período.
e) Carteira de Crédito e Provisão para Perdas Esperadas Associadas Risco de Crédito
A carteira de crédito inclui as operações de crédito, operações de arrendamento mercantil e de investimento. É demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados pro rata dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias, o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.
Normalmente, o Banco Hyundai efetua a baixa de créditos para prejuízo quando estes apresentam atraso superior a 360 dias. No caso de operações de crédito de longo prazo (acima de 3 anos) são baixadas quando completam 540 dias de atraso. A operação de crédito baixada para prejuízo é registrada em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança.
As cessões de crédito sem retenção de riscos resultam na baixa dos ativos financeiros objeto da operação, que passam a ser mantidos em conta de compensação. O resultado da cessão é reconhecido integralmente, quando de sua realização.
As cessões de crédito com retenção substancial de riscos passam a ter seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações, e os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.
As provisões para operações de crédito são fundamentadas nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas), na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 2.682/1999.
f) Imobilizado de uso
É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas e está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais.
A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4% e instalações, móveis e equipamentos de uso - 10%.
g) Intangível
Os gastos de aquisição e desenvolvimento de logiciais são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos.
h) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)
O PIS (0,65%) e a Cofins (4,00%) são calculados sobre as receitas da atividade ou objeto principal da pessoa jurídica. Para as instituições financeiras é permitida a dedução das despesas de captação na determinação da base de cálculo. As despesas de PIS e Cofins são registradas em despesas tributárias.
i) Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais
O Banco Hyundai é parte em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.
As provisões são reavaliadas ao final de cada período de reporte para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser total ou parcialmente revertidas, reduzidas ou podem ainda ser complementadas, quando há mudança de risco em relação as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.
As provisões são constituídas quando o risco de perda for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e nas melhores informações disponíveis. Para os processos em que o risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas (Nota 13.g) e para os processos cujo risco de perda é remoto não é efetuada qualquer divulgação.
Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.
No caso de trânsitos em julgado favoráveis ao Banco Hyundai, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.
j) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)
O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 15% para as instituições incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A alíquota da CSLL, para os bancos de qualquer espécie, é de 20% nos termos do artigo 32 da Emenda Constitucional 103/2019.
Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e/ou a liquidação do passivo.
De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 8.a.2, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.
k) Juros sobre Capital Próprio
Os Juros sobre Capital Próprio são reconhecidos no passivo a partir do momento que sejam declarados ou propostos, conforme Resolução CMN nº 4.872/20.
l) Redução ao Valor Recuperável de Ativos
Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados ao fim de cada período de reporte, com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo e tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso.
m) Estimativas Contábeis
As estimativas contábeis e premissas utilizadas pela Administração para a preparação das informações financeiras são revisadas pelo menos semestralmente, sendo apresentadas a seguir as principais estimativas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício quando comparados com os montantes reais, tais como: provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências, valorização a mercado de títulos e valores mobiliários e a realização dos créditos tributários. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva.
n) Resultados Recorrentes/Não Recorrentes
A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não corrente do exercício aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.
A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na Nota Explicativa 20.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
Disponibilidades (Nota 15.d)	87.255	58.327	25.097
Total	**87.255**	**58.327**	**25.097**

As informações relativas a 31 de dezembro de 2021 são demonstradas para informar a composição dos saldos iniciais do Caixa e Equivalentes de Caixa apresentados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

5. Títulos e Valores Mobiliários
a) Resumo da Carteira por Categorias
Em 31 de dezembro de 2022, o saldo está representado por cotas de fundos de investimento - FI vinculadas a título públicos e letras Financeiras do Tesouro - LFT. O valor do custo amortizado/contábil é equivalente ao valor de mercado.
As cotas de fundo de investimento são atualizadas com base no valor da cota divulgada pelos administradores dos fundos diariamente.
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o Banco Hyundai não possui operações com instrumentos financeiros derivativos.
b) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Rendas de Títulos de Renda Fixa	7.838	17.150
Total	**7.838**	**17.150**

6. Carteira de Créditos e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito
a) Carteira de Créditos

	31/12/2023	31/12/2022
Operações de Créditos		
Empréstimos e Títulos Descontados	1.080	-
Financiamentos	5.470.481	4.763.503
Total	**5.471.561**	**4.763.503**

b) Carteira de Créditos por Vencimento

	31/12/2023	31/12/2022
Vencidas	257.291	167.060
A Vencer:		
Até 3 Meses	885.013	783.004
De 3 a 12 Meses	2.114.143	1.811.871
Acima de 12 Meses	2.215.114	2.001.568
Total	**5.471.561**	**4.763.503**
Circulante	**2.999.156**	**2.594.875**
Não Circulante	**2.472.405**	**2.168.628**

c) Carteira de Créditos por Setor de Atividades

	31/12/2023	31/12/2022
Setor Privado		
Indústria	10.208	8.737
Comércio	1.442.692	1.239.437
Instituições Financeiras	424	466
Serviços e Outros	52.459	47.159
Pessoas Físicas	3.964.941	3.467.519
Agricultura	423	185
Setor Público		
Governo Municipal	414	-
Total	**5.471.561**	**4.763.503**

d) Carteira de Crédito e da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Créditos Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

31/12/2023

Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Curso Normal	Curso Anormal [(1)]	Carteira Total	Provisão Requerida
AA	-	696.147	-	696.147	-
A	0,5%	2.607.881	-	2.607.881	13.039
B	1%	1.797.552	68.127	1.865.679	18.657
C	3%	110.809	52.483	163.291	4.899
D	10%	21.249	23.272	44.521	4.452
E	30%	4.423	14.409	18.832	5.650
F	50%	2.386	8.741	11.127	5.564
G	70%	2.150	7.828	9.979	6.985
H	100%	13.055	41.049	54.104	54.104
Total		**5.255.652**	**215.909**	**5.471.561**	**113.350**
Provisão Circulante					**63.385**
Provisão Não Circulante					**49.965**

31/12/2022

Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Curso Normal	Curso Anormal [(1)]	Carteira Total	Provisão Requerida
AA	-	599.502	-	599.502	-
A	0,5%	2.420.322	-	2.420.322	12.101
B	1%	1.373.359	69.040	1.442.399	14.424
C	3%	114.580	52.012	166.592	4.998
D	10%	15.238	24.968	40.206	4.021
E	30%	4.647	16.475	21.122	6.336
F	50%	2.514	11.776	14.290	7.145
G	70%	1.651	10.730	12.381	8.667
H	100%	7.797	38.892	46.689	46.689
Total		**4.539.610**	**223.893**	**4.763.503**	**104.381**
Provisão Circulante					**58.361**
Provisão Não Circulante					**46.020**

[(1)] Inclui parcelas vincendas e vencidas.

e) Movimentação da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Saldo Inicial	**104.381**	**57.192**
Constituições	68.576	77.508
Baixas	(59.607)	(30.319)
Saldo Final	**113.350**	**104.381**
Créditos Recuperados	**9.260**	**5.238**

f) Créditos Renegociados

	31/12/2023	31/12/2022
Créditos Renegociados	159.223	137.513
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(45.616)	(39.207)
Percentual de cobertura sobre a carteira de renegociação	28,6%	21,6%

7. Outros Ativos

	31/12/2023	31/12/2022
Valores a Receber - Subsídio de Taxa de Equalização de Financiamento (Nota 15.d) [(1)]	1.558	1.515
Adiantamentos Salariais e Gastos com Contratos em atraso	805	86
Rendas a Receber	404	198
Despesas Antecipadas	-	180
Outros Valores a Receber	586	4
Outros	221	84
Total	**3.574**	**2.063**
Circulante	**417**	**379**
Não Circulante	**3.157**	**1.684**

[(1)] Em 31 de dezembro de 2023, ocorreu o aumento de subsídio por parte da montadora junto ao Banco Hyundai.

8. Ativos e Passivos Fiscais
a) Ativos Fiscais Corrente e Diferidos

	31/12/2023	31/12/2022
Ativos Fiscais Diferidos	84.889	65.193
Impostos a Recuperar - Imposto de Renda e Contribuição Social	73	46
Total	**84.962**	**65.239**
Não Circulante	**84.962**	**65.239**

Continua

Banco Hyundai Capital Brasil S.A.

CNPJ nº 30.172.491/0001-19

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

a.1) Natureza e Origem dos Ativos Fiscais Diferidos

	Origens 31/12/2023	31/12/2022	Saldo em 31/12/2022	Cons-tituição	Reali-zação	Saldo em 31/12/2023
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	178.147	137.979	62.092	30.859	(12.783)	80.168
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	166	87	39	112	(77)	74
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	459	1	-	441	(234)	207
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	10.165	7.928	2.129	942	(266)	2.805
Outras Provisões Temporárias	3.635	2.074	933	5.595	(4.893)	1.635
Saldo dos Ativos Fiscais Diferidos	**192.572**	**148.069**	**65.193**	**37.949**	**(18.253)**	**84.889**

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o Banco Hyundai não possui créditos tributários não ativados.

O registro contábil dos créditos tributários nas demonstrações contábeis do Banco Hyundai foi efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período previsto de sua realização e está baseado na projeção de resultados futuros e em estudo técnico preparado nos termos da Resolução CMN nº 4.842/2020 e Resolução BCB nº 15.

a.2) Expectativa de Realização dos Ativos Fiscais Diferidos

	31/12/2023		
	Diferenças Temporárias		
Ano	IRPJ	CSLL	Total
2024	15.960	13.239	29.199
2025	7.762	6.681	14.443
2026	10.236	8.660	18.896
2027	9.920	7.936	17.856
2028	2.497	1.998	4.495
Total	**46.375**	**38.514**	**84.889**

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

Com base na Resolução CMN nº 4.818/2020 e na Resolução BCB nº 2/2020, os ativos fiscais diferidos devem ser apresentados integralmente no longo prazo, para fins de balanço.

a.3) Valor Presente dos Ativos Fiscais Diferidos

O valor presente total dos ativos fiscais diferidos e do valor registrado é de R$71.549 (31/12/2022 - R$57.686) calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízos fiscais, contribuição social 18% - MP 2.158/2001 e a taxa média de captação projetada para os períodos correspondentes.

b) Passivos Fiscais Correntes

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	66.650	60.454
Impostos e Contribuições a Pagar	3.336	2.687
Total	**69.986**	**63.141**
Circulante	**69.986**	**63.141**

c) Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro	**168.163**	**130.011**
Participações no Lucro [1]	(4.373)	(4.221)
Resultado antes dos Impostos	**163.790**	**125.790**
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 20% (31/12/2022 - 25% e 21%), Respectivamente [2]	**(73.705)**	**(57.863)**
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	(562)	(188)
Ajustes CSLL 1%	-	490
Demais Ajustes	943	1.211
Imposto de Renda e Contribuição Social	**(73.324)**	**(56.350)**

[1] A base de cálculo é o lucro líquido, após o IR e CSLL.
[2] Majoração da alíquota da CSLL, a partir de agosto de 2022 até 31 de dezembro de 2022.

d) Despesas Tributárias

	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Despesa com Cofins	17.327	15.050
Despesa com PIS	1.973	2.446
Despesa com ISS	2.816	1.303
Outras	59	56
Total	**22.175**	**18.855**

9. Imobilizado de Uso

Composição	Custo	Depreciação	31/12/2023 Residual	31/12/2022 Residual
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	422	(61)	**361**	396
Total	**422**	**(61)**	**361**	**396**

10. Intangível

Composição	Custo	Amortização	31/12/2023 Líquido	31/12/2022 Líquido
Aquisição e Desenvolvimento de Logiciais	33.674	(18.543)	**15.131**	16.300
Total	**33.674**	**(18.543)**	**15.131**	**16.300**

11. Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros

a) Depósitos

	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2023	31/12/2022
Depósitos à Vista	544	-	-	-	544	292
Depósitos Interfinanceiros	-	1.009.323	1.591.358	2.286.734	4.887.415	4.281.866
Total	**544**	**1.009.323**	**1.591.358**	**2.286.734**	**4.887.959**	**4.282.158**
Circulante					**2.601.225**	**2.510.930**
Não Circulante					**2.286.734**	**1.771.228**

b) Outros Passivos Financeiros

	31/12/2023	31/12/2022
Cobrança e Arrecadação de Títulos e Assemelhados	1.892	2.092
Total	**1.892**	**2.092**
Circulante	**1.892**	**2.092**

12. Outros Passivos

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão para Pagamentos a Efetuar		
Despesas de Pessoal	10.656	8.530
Outros Pagamentos	247	153
Credores Diversos - Contas a pagar	2.041	3.110
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 13.b)	1.176	89
Seguro Prestamista	3.204	508
Valores a Pagar - Aymoré CFI (Nota 15.d)	894	807
Subsídios de Taxas de Juros [1]	37.322	9.297
Sociais e Estatutárias	2.608	1.468
Outros	4.385	2.943
Total	**62.533**	**26.905**
Circulante	**50.859**	**18.374**
Não Circulante	**11.674**	**8.531**

[1] Em 31 de dezembro de 2023, ocorreu o aumento de subsídio por parte da montadora junto ao Banco Hyundai.

13. Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

a) Ativos Contingentes

Em 31 dezembro de 2023 e 2022, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes (Nota 2.i)

b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 13.c)	1.176	89
Total	**1.176**	**89**

c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	01/01 a 31/12/2023		01/01 a 31/12/2022	
	Trabalhistas	Cíveis	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	**2**	**87**	**1**	**70**
Constituição Líquida de Reversão	440	597	1	299
Atualização Monetária [1]	18	-	-	-
Baixas por Pagamento	-	(518)	-	(282)
Outros [2]	550			
Saldo Final	**1.010**	**166**	**2**	**87**
Depósitos em Garantia - Outros Créditos	-	17	-	-
Total dos Depósitos em Garantia [3]	**-**	**17**	**-**	**-**

[1] Contabilizados em outras receitas (despesas) operacionais.
[2] Refere-se ao valor de um processo que parte é Aymoré CFI e parte é Banco Hyundai
[3] Referem-se aos valores de depósitos em garantias, limitados ao valor da provisão de contingência e não contemplam os depósitos em garantia, relativos as contingências possíveis e/ou remotas e depósitos recursais. Contabilizados em outras receitas (despesas) operacionais.

d) Provisões Trabalhistas e Cíveis

O Banco Hyundai é parte em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de perda do Banco Hyundai com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. O Banco Hyundai tem por política provisionar integralmente o valor das ações cuja avaliação é de perda provável.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender obrigações legais e eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e administrativos conforme segue:

e) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Trabalhista

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas.

As ações são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

f) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Trabalhista e Cível

Estas provisões são em geral decorrentes de: (1) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários; (2) ações decorrentes de contratos de financiamento, (3) ações de execução; e (4) ações de indenização por perdas e danos. As ações são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

g) Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não sendo, portanto, provisionados.

As ações com classificação de perda possível, totalizaram em 31 de dezembro de 2023 o valor de R$8 (31/12/2022 - R$0).

14. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2023 e 2022, é composto por 300.000.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, domiciliados no país e exterior.

b) Dividendos

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 1% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação.

Em Assembleia Geral Ordinária de 31 de março de 2022, os acionistas do Banco Hyundai aprovaram a proposta da Administração para a não distribuição do dividendo mínimo obrigatório provisionado em 31 de dezembro de 2021, o qual foi revertido ao Patrimônio Líquido.

Em Ata de Reunião do conselho de Administração de 24 de março de 2023, foi aprovado a proposta da Administração para a não distribuição do dividendo mínimo obrigatório provisionado em 31 de dezembro de 2022, o qual foi revertido ao Patrimônio Líquido.

Em dezembro de 2023, foram destacados dividendos no valor de R$1.618 (R$0,005393 por ação ordinária). Em Março de 2024 o valor dos Dividendos mínimos obrigatórios a ser submetido à aprovação do Conselho de Administração será de R$905, onde o excesso de R$713 será reincorporado ao Patrimônio Líquido da Companhia.

c) Reservas de Lucros

O lucro líquido apurado, após as deduções e provisões legais, terá a seguinte destinação:

Reserva Legal

De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja a 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Reservas Estatutárias

Do saldo remanescente do lucro líquido do exercício, será destinado 50% para reforço de capital de giro e 50% para equalização de dividendos com a finalidade de garantir os meios financeiros para as operações do Banco Hyundai e a continuidade da distribuição de dividendos, podendo ser utilizadas para futuros aumentos de capital. Ambas reservas, juntamente com a reserva legal, estão limitadas a 100% do capital social.

15. Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o Banco Hyundai não determinou em Reunião de Sócios o valor máximo do montante global anual da remuneração dos administradores para o ano de 2023. O Banco Hyundai não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração

a.1) Benefícios

A tabela a seguir demonstra os salários da Diretoria:

	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Remuneração Fixa	3.490	3.077
Remuneração Variável - Em espécie	1.837	1.659
Outras	327	327
Total Benefícios de Curto de Curto Prazo	**5.654**	**5.063**
Remuneração Variável - Em espécie	1.582	733
Total Benefícios de Curto de Longo Prazo	**1.582**	**733**
Total	**598**	**1.666**

Adicionalmente, no exercício de 2023, foram recolhidos encargos sobre a remuneração da administração no montante de R$598 (31/12/2022 - R$1.666).

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não foram registradas despesas com honorários para o Conselho de Administração e Planos de Aposentadoria Complementar.

b) Operações de Crédito

O Banco Hyundai poderá efetuar transações com partes relacionadas, alinhadas com a legislação vigente no que tangem os artigos 6º e 7º da Resolução 4.693/18 CMN, o artigo 34 da Lei 6.404/76 "Lei das Sociedades Anônimas" e a Política para Transações com Partes Relacionadas.

São consideradas partes relacionadas do Banco Hyundai, em relação a cada uma delas, individualmente consideradas:

(1) Seus controladores, pessoas naturais ou jurídicas, nos termos do art. 116 da Lei das Sociedades Anônimas;
(2) Seus diretores e membros de órgãos estatutários ou contratuais;
(3) Em relação às pessoas mencionadas nos incisos (i) e (ii), seu cônjuge, companheiro e parentes, consanguíneos ou afins, até o segundo grau;
(4) Pessoas naturais com participação societária qualificada em seu capital;
(5) Pessoas jurídicas com participação societária qualificada em seu capital;
(6) Pessoas jurídicas em cujo capital, direta ou indiretamente, uma Instituição Financeira do Conglomerado Santander possua participação societária qualificada;
(7) Pessoas jurídicas nas quais uma Instituição Financeira do Conglomerado Santander possua controle operacional efetivo ou preponderância nas deliberações, independentemente da participação societária; e
(8) Pessoas jurídicas que possuam diretor ou membro do conselho de administração em comum com uma Instituição Financeira do Conglomerado Santander.

c) Participação Acionária

O Banco Hyundai é controlado operacionalmente pela Aymoré CFI com participação acionária de 150.000 mil ações ordinárias equivalentes a 50% do capital social que juntamente com a Hyundai Capital, que detém participação acionária de 150.000 mil ações ordinárias equivalentes aos 50% restantes do capital social.

d) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

As principais transações e saldos são conforme segue:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	31/12/2023	31/12/2022	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Disponibilidades (Nota 4)	87.255	58.327	-	-
Banco Santander (Brasil) S.A. [1]	87.255	58.327	-	-
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	7.838	17.150
Santander Fundo de Investimentos SBAC Referenciado [8]	-	-	7.838	17.150
Outros Ativos (Nota 7)	1.558	1.515	-	-
Hyundai Motor Brasil [4]	1.558	1.515	-	-
Rendas a Receber de Serviços Prestados	-	-	4.459	2.547
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. [9]	-	-	4.459	2.547
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	554	3	42	40
Hyundai Corretora de Seguros Ltda. [6]	4	3	42	40
Aymoré CFI [2]	550	-	-	-
Depósitos (Nota 11)	(4.630.157)	(3.673.102)	(465.804)	(377.902)
Banco Santander (Brasil) S.A.[1]	(4.630.157)	(3.673.102)	(465.804)	(377.902)
Dividendos e Bonificações a Pagar	(1.618)	(660)	-	-
Hyundai Capital Services [7]	(809)	(330)	-	-
Aymoré CFI [2]	(809)	(330)	-	-
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas [3]	(894)	(807)	(11.961)	(12.360)
Banco Santander (Brasil) S.A.[1]	-	-	(2.069)	(2.039)
Aymoré CFI [2]	(894)	(807)	(9.892)	(10.321)
Outros Passivos	(39.124)	(9.512)	(216)	(215)
Hyundai Motor Brasil [4]	(39.124)	(9.512)	-	-
Aquanima Brasil Ltda. [5]	-	-	(216)	(215)

[1] Controlador da Aymoré CFI
[2] Controlador do Banco Hyundai (Nota 15.c)
[3] Referem-se a substancialmente a despesas administrativas - convênio operacional (Nota 18)
[4] Controlada pela Hyundai Motor Company (Controlador da Hyundai Capital Services)
[5] Controlada indiretamente pelo Banco Santander Espanha
[6] Controlador do Banco Hyundai
[7] Controlada pela Hyundai Capital Services
[8] Controlado indiretamente pelo Banco Santander (Brasil) e Espanha
[9] Controlado pelo Santander Espanha e Zurich Serviços Financeiros

16. Rendas de Tarifas Bancárias

	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Operações de Crédito	33.804	22.800
Avaliação de Bens[1]	1.219	744
Total	**35.023**	**23.544**

[1] Referem-se principalmente a tarifas de confecção de cadastro empréstimo - Crédito Direto Consumidor - CDC.

17. Despesas de Pessoal

	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Remuneração	16.967	12.707
Encargos	5.796	3.344
Benefícios	3.884	5.355
Treinamentos	343	2
Total	**26.990**	**21.408**

18. Outras Despesas Administrativas

	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Convênio Operacional - Aymoré CFI (Nota 15.d)	9.892	10.321
Propaganda e Publicidade	3.331	4.628
Depreciações e Amortizações	5.873	4.947
Serviços Técnicos Especializados e Terceiros	8.069	5.520
Processamento de Dados	2.610	2.369
Promoções e Relações Públicas	740	855
Aluguéis	1.091	1.006
Viagens	1.335	741
Outras	2.388	2.485
Total	**35.329**	**32.872**

19. Outras Receitas (Despesas) Operacionais

	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Recuperação de Encargos e Despesas	15.191	10.423
Reversão de Provisões Operacionais	634	1.980
Atualização de Impostos a Compensar	96	252
Despesas de Atualização Monetária	(1.135)	(684)
Comissões de Correspondentes Bancários - CDC	(65.912)	(64.973)
Despesas com Registro de Contratos	(13.242)	(9.673)
Despesa Juros com Financiamento	(12.800)	(14.767)
Despesas Serviços de Gravame - Detran	(3.576)	(2.893)
Comissão de Agenciamento	(2.069)	(2.039)
Provisão para Contingências (Líquidas de Reversão)	(1.037)	(300)
Gastos com Contrato em Atraso	(6.352)	(2.539)
Outras	(9.775)	(2.687)
Total	**(99.977)**	**(87.900)**

20. Outras Informações

Comitê de auditoria

Em consonância à Resolução do CMN nº 4.910/2021, o Banco Hyundai aderiu ao comitê de auditoria único, por intermédio da instituição líder, Banco Santander. As instituições integrantes do Conglomerado Financeiro Santander optaram pela constituição de estrutura única de gerenciamento de risco de crédito, que opera de acordo com a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios.

Resultados recorrentes/não recorrentes

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não houve resultados não recorrentes.

ADMINISTRAÇÃO

Conselho de Administração

Presidente
Cezar Augusto Janikian

Conselheiro
Ross Williams

Conselheiro
Hyung Seok Lee

Conselheiro
Gustavo Bahia Gama Sechim

Diretoria

Diretor Presidente
Jungsang Kim

Diretor Financeiro
Bruno Gruner

Diretora de Riscos
Liliana Blutaumüller

Diretor Comercial
Jeongjae Oh

Diretor sem designação específica
Aldinei José Roling

Contadora
Camila Cruz Oliveira de Souza - CRC Nº 1SP - 256989/0-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Banco Hyundai Capital Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Hyundai Capital Brasil S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das controladas para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Instituição. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essas investidas e, consequentemente, pela opinião de auditoria da Instituição.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2024

pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Paulo Rodrigo Pecht
Contador CRC 1SP213429/O-7

Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão

Subsidiária do Deutsche Bank Aktiengesellschaft - Frankfurt/Main - RFA
CNPJ nº 62.331.228/0001-11
Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.900 - 13º andar - CEP 04538-132
São Paulo - SP

Demonstrações Financeiras

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Introdução:
Senhores, Autoridades e Clientes,
Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Diretoria e as Demonstrações Financeiras do Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão ("Banco", "Instituição", "Deutsche" ou "Deutsche Bank Brasil") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 4.
Nosso objetivo com esse relatório é, além de cumprir as determinações legais, prestar mais informações sobre o desenvolvimento de nossos negócios.

Mensagem da Administração – CCO:
Este ano continuou marcado por desafios geopolíticos e macroeconômicos. Os vários conflitos no mundo, dois dos principais bancos centrais (FED e ECB) com uma política monetária mais restritiva enquanto o Banco Central Brasileiro iniciou o processo de redução da taxa selic, e a incerteza com relação ao processo desinflacionário associado a um crescimento global aquém do desejado resultaram em um ambiente de maior incerteza e volatilidade. E nesse ambiente ficamos ainda mais próximos dos nossos clientes, suportando-os nas suas necessidades de financiamento e gestão a risco, nos apoiando na nossa presença em aproximadamente 80 mercados. Mesmo nesse cenário desafiador, e com a confiança dos nossos clientes, e o trabalho árduo dos nossos colaboradores obtivemos novamente um bom resultado em 2023.
Em termos de expansão e novos negócios, anunciamos o investimento na área de originação e assessoria no Banco de investimento.
Com muito orgulho, anuncio que em 2023 tivemos um ano recorde em operações classificadas como ESG, e esperamos que essa trajetória continue.
Finalmente, não poderia esquecer as várias ações sociais que realizamos com ajuda dos nossos colaboradores durante o ano, em especial as campanhas de arrecadação nas quais todas superaram as metas inicias, sempre pensando em uma sociedade mais inclusiva e justa.
Gostaria de agradecer aos nossos clientes, colaboradores e todas as partes interessadas pela confiança depositada em nós durante 2023.

Destaques do exercício:
• Resultado do exercício
No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o Banco registrou Lucro Líquido (em milhares de Reais) correspondente a R$ 193.090 (dezembro 2022 – R$ 256.141), equivalente a R$ 0,15 por ação (dezembro de 2022 – R$ 0,23), e Rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido (ROE) anualizada de 6,77% (dezembro de 2022 – 10,34%).
O lucro líquido do exercício foi impactado, principalmente, por uma queda no resultado bruto de intermediação financeira decorrente dos seguintes fatores: (i) aumento do resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários e operações de câmbio, (ii) parcialmente compensado por uma queda no resultado com instrumentos financeiros derivativos e em reversões de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, além de um aumento nas despesas com operações de empréstimos e repasses.
Pela perspectiva das áreas de negócio presentes na estrutura, a área de Corporate Bank (empréstimos, fianças e cartas de crédito, financiamento à cadeia de suprimento, gestão de conta corrente e custódia) registrou resultado abaixo do esperado para o ano de 2023, o que é explicado principalmente pela carteira de crédito, diretamente impactada pelo adiamento da injeção de capital para o mês de julho de 2023, dificultando a realização de operações no *pipeline* durante o primeiro semestre. É importante ressaltar que, após o aumento do capital, a entrada de novas operações retornou ao esperado. Já os produtos referentes à gestão de conta corrente e custódia performaram em linha com as expectativas. A área de Investment Bank (mesas de câmbio, derivativos, estruturação e renda fixa) foi impactada pelas condições de mercado adversas e volatilidade do cenário macroeconômico, apresentando uma performance abaixo do esperado para final do ano. A manutenção da média anual da taxa CDI durante o ano foi importante para os ganhos referente aos juros sobre o capital, que representaram uma parcela siginificativa das receitas. É importante ressaltar que em 2023, o lucro líquido também foi impactado por maiores custos administrativos dado, principalmente, o aumento de impostos sobre receitas e impostos sobre serviços. A injeção de capital no início do segundo semestre do ano de 2023 já proporciona à ambas áreas de negócio uma maior capacidade de oferta de produtos à nossos clientes durante o ano, gerando um ambiente propício para novos negócios em 2024.

• Patrimônio Líquido
O Patrimônio Líquido encerrou o exercício de 2023 em R$ 2,8 bilhões, comparado com R$ 2,5 bilhões em dezembro de 2022.

• Patrimônio de Referência e Índice de Basileia
De acordo com a Resolução CMN nº 4.955/21, o Banco apurou um Patrimônio de Referência no valor de R$ 2,8 bilhões em dezembro de 2023 (dezembro de 2022 – R$ 2,5 bilhões). Em 31 de dezembro de 2023, o Índice da Basileia e a Razão de Alavancagem do Banco, cujos cálculos são definidos pelo CMN e Bacen, foram apurados em 26,97% e 14,21%, respectivamente (dezembro de 2022 – 29,32% e 16,02%, respectivamente).

Ativos e fontes de recursos:
No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o Banco apresentou um total de ativos de R$ 16,8 bilhões (dezembro de 2022 – R$ 17,5 bilhões).
No Ativo, destacamos as seguintes linhas de variações em instrumentos financeiros no exercício:

- Derivativos – Aumento no portfólio em aproximadamente R$ 958,1 milhões decorrente, substancialmente, das variações dos valores de mercado (PTAX) e do registro de novas operações a termo de títulos públicos;
- Títulos e valores mobiliários – Aumento no portfólio em aproximadamente R$ 848,2 milhões originados, principalmente, da carteira de títulos mantidos até o vencimento.
  Ao final do exercício o Banco possuía R$ 1,370 bilhões em valores mobiliários na categoria "mantidos até o vencimento", conforme Circular nº 3.068/01 do Banco Central do Brasil. O Banco tem a capacidade financeira e intenção de mantê-los até o vencimento; e
- Carteira de câmbio/arbitragem (incluindo adiantamentos sobre contratos de câmbio) – O saldo da carteira em dezembro de 2023 apresentou uma queda de R$ 2,650 bilhões decorrente, principalmente, da variação nas operações de arbitragem.

No Passivo, destacamos as seguintes linhas de variações em depósitos e demais instrumentos financeiros no exercício:

- Depósitos de clientes e instituições financeiras – Aumento no portfólio em aproximadamente R$ 660,5 milhões, decorrente substancialmente de depósitos a prazo, depósitos interfinanceiros e depósitos à vista;
- Obrigações por empréstimos e repasses – Aumento de aproximadamente R$ 553,4 milhões, decorrente, principalmente, do aumento em obrigações por tomada de linha junto a entidades ligadas sediadas no exterior; e
- Carteira de câmbio/arbitragem (incluindo adiantamentos sobre contratos de câmbio) – O saldo da carteira em dezembro de 2023 apresentou uma queda de R$ 2,752 bilhões decorrente, principalmente, da variação nas operações de arbitragem.

Governança Corporativa – Comitê de Auditoria:
Em cumprimento à Resolução CMN nº 4.910/21, encontra-se instalado o Comitê de Auditoria do Banco ("Comitê"), ao qual compete, dentre outras atribuições, zelar pela integridade e qualidade das demonstrações financeiras do Banco, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos da auditoria externa e interna e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos.
Conforme estabelecido pelo artigo 9º da Resolução CMN nº 4.910/21, os membros independentes do Comitê de Auditoria foram aprovados pelo Banco Central do Brasil na data de 31 de janeiro de 2024 e tomaram posse na data de 21 de fevereiro de 2024.
O relatório que contempla as atividades exercidas pelo Comitê acompanha as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, as quais foram aprovadas por esse Comitê em reunião realizada em 25 de março de 2024.

Gestão Corporativa de Risco:
Visando o cumprimento das diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Banco Central do Brasil (BACEN) quanto à adequação aos princípios de Basileia III, a Instituição vem atualizando suas estruturas tecnológicas, administrativas e de pessoal, cumprindo o cronograma delineado pelos reguladores, quanto à obtenção e divulgação de dados qualitativos e quantitativos utilizados nos cálculos e nas análises dos riscos de crédito, de mercado, de liquidez, operacional, social, ambiental e climático.
Mensalmente são realizadas reuniões de comitês específicos para acompanhamento e avaliação dos riscos, com o objetivo de identificar a eficácia dos controles e mitigadores de riscos, bem como a aderência dos procedimentos às normas instituídas, internas e externas. Esses processos buscam adequar as melhores políticas de alocação dos recursos em ativo e passivo administrados pelo Banco, concomitantemente com os melhores princípios de gerenciamento de riscos e controles internos, inclusive quantificando a alocação de capital que assegure a manutenção e expansão das linhas de negócios do Banco. Tais procedimentos, em conjunto com processos continuados de aprimoramento dos controles internos, têm objetivos direcionados a subsidiar a diretoria executiva, órgãos supervisores, auditorias e clientes do Banco, de informações que delineiam a gestão corporativa dos riscos e controles internos, baseada em políticas, normas e instrumentos implementados pela Administração, bem como nos preceitos normativos vigentes determinados pelas Autoridades Monetárias.
Conforme determinado pelo Banco Central as estruturas das áreas de gestão de riscos e gerenciamento de capital do Banco, assim como a divulgação das informações referentes à gestão de riscos, Patrimônio de Referência Exigido (PRE) e à adequação do Patrimônio de Referência (PR) estabelecida pela Circular nº 3.678/13, revogada a partir de 01/01/2020 pela Circular nº 3.930/19, no âmbito da Resolução nº 4.557/17, também estão disponíveis no endereço de acesso público: https://www.db.com/brazil/index.html#governancacorporativa.

Atuação:
Presente no Brasil desde 1911, o Deutsche Bank é um banco múltiplo com carteira comercial e de investimento. No país, atua na estruturação de operações no mercado financeiro, além de operações de tesouraria e financiamento. Oferece também serviços de gerenciamento de caixa, câmbio e derivativos, originação e estruturação de operações.
Com estrutura global e experiência local, o Deutsche Bank Brasil oferece soluções inovadoras para grandes empresas nacionais e internacionais, instituições financeiras, investidores locais e estrangeiros. Isto também permite que o Deutsche Bank responda às crescentes demandas de automação, expectativas regulatórias, bem como à necessidade dos clientes por padronização e transparência nas transações e pela execução de diferentes soluções financeiras.
O grupo Deutsche Bank é uma das maiores instituições financeiras do mundo. O Deutsche vem transformando seu modelo de negócios desde 2019. Como resultado, o Deutsche Bank está entrando em uma fase de crescimento sustentável, beneficiando-se de uma configuração mais enxuta e focada. O núcleo da estratégia de crescimento é expandir ainda mais a posição do Deutsche Bank como "Global Hausbank". Como o banco líder na Alemanha com fortes raízes europeias e uma rede global com um conjunto abrangente de produtos, o Deutsche Bank pretende se tornar o primeiro ponto de contato em todas as questões financeiras, aspirando ajudar os clientes a navegar pelas mudanças geopolíticas e macroeconômicas e acelerar sua transição para um economia mais sustentável e digitalizada.
O Banco possui três prioridades estratégicas, com foco em atender as necessidades de nossos clientes. Em primeiro lugar, o mundo está mudando rapidamente, tanto a nível geopolítico como econômico. A situação geopolítica é incerta e o mundo vive uma regionalização e fragmentação das cadeias de abastecimento globais. Isto requer aconselhamento personalizado nos países onde temos presença que apenas os bancos globais podem fornecer. Sendo assim, o Deutsche Bank pode apoiar os seus clientes, ajudando-os a gerir os seus riscos, financiando a sua transformação digital e sustentável e permitindo-lhes investir em ativos para gerar riqueza. Como segunda prioridade, o Deutsche Bank também está apoiando os clientes numa transição sustentável. O plano do Deutsche Bank é permitir um volume acumulado de financiamentos e investimentos ESG de mais de $ 500 milhões de euros, conforme definido no Quadro de Finanças Sustentáveis do Deutsche Bank, no período de 2020 até ao final de 2025. Em 2023, o Banco publicou a sua transição inicial, planejando e desenvolvendo uma ampla gama de instrumentos e soluções financeiras para clientes de diversos setores para ajudá-los a descarbonizar seus negócios. Finalmente e não menos importante, como terceira prioridade estratégica, o Deutsche Bank está perfeitamente consciente de que deve aproveitar a tecnologia para apoiar o crescimento sustentável. A tecnologia está avançando a um ritmo rápido e os bancos devem preparar-se para aproveitá-la para, junto aos clientes, criar valor. A inteligência artificial e a análise de dados moldarão o futuro do setor bancário e impulsionarão serviços inovadores. Mas também é essencial sermos mais eficientes, melhorando os controles e reduzindo os custos operacionais, trazendo como consequência uma simplificação das nossas plataformas.

Atividades culturais e sociais:
O Deutsche busca criar capital social em todas as regiões em que opera por meio do investimento em projetos culturais e sociais.
As ações de Responsabilidade Corporativa estão amparadas pelas unidades regionais do Banco e, globalmente, pela Fundação Deutsche Bank. No Brasil, o Deutsche Bank e a Fundação Deutsche Bank Américas atuam de maneira conjunta em projetos de entidades não governamentais sem fins lucrativos, em linha com a estratégia global de Responsabilidade Corporativa do Banco, relacionados às áreas de cidadania corporativa: Educação, Investimento Social, Arte & Música, Sustentabilidade e Voluntariado.
O Deutsche Bank Brasil realiza ações de Responsabilidade Corporativa por meio de iniciativas do seu quadro de colaboradores e familiares, da Fundação Deutsche Bank e usando recursos de Leis de Incentivo Fiscal (FUMCAD, CONDECA, Lei do Esporte, Rouanet, Fundo do Idoso, PRONON e PRONAS).
Ao longo de 2023 o time de voluntários do Deutsche participou de diversas campanhas para arrecadação de recursos, roupas e alimentos. Participamos, junto com a ONG Amigos do Bem, da montagem de cestas básicas, que beneficiaram 7.200 pessoas, sustentando 1.440 famílias por 1 mês. Em paralelo, o Deutsche Bank Foundation doou $ 20 mil dólares para a ação, o que equivale a um ano de educação integral (incluindo transporte até a escola, material, professores, atividades extras e toda a infraestrutura) para 45 crianças, além de alimentação para elas e outros 225 parentes dos estudantes.
Para mais informações sobre as atividades culturais e sociais do Deutsche Bank no Brasil, visite nossa "Home Page" www.db.com/brasil.

Responsabilidade Social, Ambiental e Climática:
Em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) do Deutsche Bank Brasil e com base nos critérios da Resolução CMN nº 4.945/21, o Banco assume o compromisso com a proteção social, ambiental e climática como parte de seu modelo de negócios, adequado à dimensão e à relevância de suas operações e complexidade de produtos, serviços e atividades. Dessa forma, o Banco exige que suas operações não se envolvam em atividades que possam causar danos à sociedade e seus indivíduos, através do desrespeito aos diretos humanos e/ou o bem-estar da população e, também, danos ao meio ambiente e/ou o patrimônio histórico.
Diante do acima exposto, a PRSAC descreve os princípios e diretrizes relativos aos tópicos sociais e ambientais, incluindo climáticos, do Banco na condução de seus negócios, de suas atividades, de seus processos, bem como de sua relação com as partes interessadas.
Em cumprimento à Resolução CMN nº 4.945/21, a PRSAC pode ser encontrada na internet, no seguinte endereço: https://country.db.com/brazil/governanca-corporativa/Politica-de-Responsabilidade-Social-Ambiental-e-Climatica-PRSAC-Deutsche-Bank-Brasil.pdf.

Canal de denúncias:
Em atendimento ao disposto na Resolução CMN nº 4.859/20, o Banco oferece um canal de denúncias a seus colaboradores, clientes e fornecedores, por meio do qual podem ser reportadas quaisquer situações que, na visão do denunciante, representem práticas inadequadas de qualquer natureza, sejam elas relativas a negócios, relações entre colaboradores, descumprimento de normas, etc.
Este canal de denúncias protege o anonimato do denunciante e garante a não-retaliação em todas as formas.
Os procedimentos de utilização do canal de comunicação podem ser encontrados na internet, no seguinte endereço: https://country.db.com/brazil/canal-de-denuncia.

Home Page:
Convidamos nossos clientes e parceiros a visitarem nossa "*Home Page*" www.db.com/brasil, por meio da qual temos satisfação em disponibilizar informações detalhadas sobre as atividades operacionais e demonstrações financeiras do Deutsche Bank no Brasil.

São Paulo, 25 de março de 2024.
A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 - *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Dezembro 2023	Dezembro 2022
Ativo			
Disponibilidades	6	**172.329**	**202.518**
Instrumentos financeiros		**15.856.020**	**16.598.179**
Aplicações interfinanceiras de liquidez	7	3.230.202	2.648.398
Títulos e valores mobiliários	8	5.022.912	4.174.667
Instrumentos financeiros derivativos	9	3.335.777	2.377.691
Títulos e créditos a receber	10	691.466	1.072.284
Operações de crédito	10	950.134	1.049.245
Carteira de câmbio	11	2.625.529	5.275.894
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	10	**(4.640)**	**(12.325)**
Ativos fiscais correntes e diferidos		**116.442**	**157.868**
Impostos e contribuições a compensar		54.224	45.847
Imposto de renda e contribuição social – Diferido	13	62.218	112.021
Outros ativos	12	**636.575**	**546.071**
Imobilizado de uso		**18.861**	**20.113**
Outras imobilizações de uso		42.596	41.828
Depreciações acumuladas		(23.735)	(21.715)
Total do Ativo		**16.795.587**	**17.512.424**

	Nota	Dezembro 2023	Dezembro 2022
Passivo e patrimônio líquido			
Depósitos e demais instrumentos financeiros		**13.261.876**	**14.414.985**
Depósitos de clientes e instituições financeiras	14	3.870.611	3.210.057
Obrigações por empréstimos e repassses	15	4.409.996	3.856.590
Instrumentos financeiros derivativos	9	2.829.489	2.444.673
Carteira de câmbio	11	2.151.780	4.903.665
Provisões	17	**201.534**	**190.280**
Obrigações fiscais		**145.737**	**122.335**
Imposto de renda e contribuição social – Corrente		76.869	50.334
Imposto de renda e contribuição social – Diferido	13	28.962	56.041
Outras obrigações fiscais		39.906	15.960
Outros passivos	16	**332.684**	**307.625**
Patrimônio líquido		**2.853.756**	**2.477.199**
Capital Social	20(a)	1.928.551	1.644.551
Reservas de lucros	20(b)	924.966	831.876
Outros resultados abrangentes	20(c)	239	772
Total do passivo e patrimônio líquido		**16.795.587**	**17.512.424**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

	Nota	Capital social	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros/(prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**1.644.551**	**655.735**	**(11.740)**	**-**	**2.288.546**
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	-	-
Títulos disponíveis para venda		-	-	6.037	-	6.037
Ajustes de avaliação atuarial				6.475		6.475
Lucro líquido do semestre		-	-	-	256.141	256.141
Destinação do lucro líquido						
Constituição da reserva legal		-	12.807	-	(12.807)	-
Constituição de reserva para expansão			163.334	-	(163.334)	-
Juros sobre o capital próprio		-	-	-	(80.000)	(80.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**1.644.551**	**831.876**	**772**	**-**	**2.477.199**
Aumento de Capital		284.000	-	-	-	284.000
Ajustes de avaliação patrimonial						
Títulos disponíveis para venda		-	-	1.734	-	1.734
Ajustes de avaliação atuarial		-	-	(2.267)	-	(2.267)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	193.090	193.090
Destinação do lucro líquido						
Constituição de reserva legal		-	9.655	-	(9.655)	-
Constituição de reserva para expansão		-	83.435	-	(83.435)	-
Juros sobre o capital próprio		-	-	-	(100.000)	(100.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**1.928.551**	**924.966**	**239**	**-**	**2.853.756**
Saldos em 30 de junho de 2023		**1.644.551**	**832.952**	**1.748**	**20.453**	**2.499.704**
Aumento de capital		284.000	-	-	-	284.000
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	-	-
Títulos disponíveis para venda		-	-	758	-	758
Ajustes de avaliação atuarial				(2.267)		(2.267)
Lucro líquido do semestre		-	-	-	171.561	171.561
Destinação do lucro líquido						
Constituição da reserva legal	20(b)	-	8.579	-	(8.579)	-
Constituição de reserva para expansão			83.435		(83.435)	-
Juros sobre o capital próprio		-	-	-	(100.000)	(100.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**1.928.551**	**924.966**	**239**	**-**	**2.853.756**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 - *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2º semestre 2023	Dezembro 2023	Dezembro 2022
Receitas de intermediação financeira		**528.300**	**1.234.586**	**633.099**
Operações de crédito		82.030	171.837	166.340
Resultado de operações de câmbio	22(i)	(11.576)	218.253	83.387
Aplicações interfinanceiras de liquidez		233.836	431.440	133.141
Títulos e valores mobiliários		216.129	400.309	242.205
Aplicações em moedas estrangeiras		7.881	12.747	8.026
Despesas de intermediação financeira		**(189.830)**	**(747.548)**	**(74.606)**
Operações de captação no mercado		(151.459)	(292.689)	(273.702)
Operações de empréstimos e repasses		(125.084)	(209.602)	(37.121)
Instrumentos financeiros derivativos	9f	63.607	(255.453)	113.330
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	10(a)	23.106	10.196	122.887
Resultado bruto de intermediação financeira		**338.470**	**487.038**	**558.493**
Outras receitas/(despesas) operacionais		**(87.819)**	**(190.877)**	**(117.088)**
Receitas de prestação de serviços	22(b)	59.843	107.910	105.312
Benefícios a empregados	22(c)	(78.506)	(166.845)	(148.081)
Outras despesas administrativas	22(e)	(67.909)	(143.262)	(139.621)
Despesas tributárias	22(f)	(48.022)	(72.976)	(36.039)
Provisões/reversões de provisões para contingências	18	720	(1.166)	(533)
Outras receitas operacionais	22(g)	63.825	140.736	133.226
Outras despesas operacionais	22(h)	(17.770)	(55.274)	(31.352)
Resultado operacional		**250.651**	**296.161**	**441.405**
Resultado não operacional		**(1.162)**	**(1.195)**	**6.823**
Resultado antes dos tributos e participações		**249.489**	**294.966**	**448.228**
Imposto de renda e contribuição social		**(71.347)**	**(95.295)**	**(186.819)**
Imposto de renda e contribuição social – Corrente	21	(63.913)	(84.311)	(50.334)
Imposto de renda e contribuição social – Diferido	13(d)	(7.434)	(10.984)	(136.485)
Participações nos Lucros e Resultado		**(6.581)**	**(6.581)**	**(5.268)**
Lucro líquido do semestre/exercício		**171.561**	**193.090**	**256.141**
Quantidade de ações	20(a)	**1.246.597.185**	**1.246.597.185**	**1.119.390.296**
Lucro por ação básico – R$	20(e)	**0.14**	**0.15**	**0.23**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 - *(Em milhares de Reais)*

	2º semestre 2023	Dezembro 2023	Dezembro 2022
Lucro líquido do semestre/exercício	**171.561**	**193.090**	**256.141**
Outros resultados abrangentes	**(1.509)**	**(533)**	**12.512**
Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente ao resultado			
T.V.M disponíveis para venda – Líquido do efeito tributário	758	1.734	6.037
Itens que não poderão ser reclassificados subsequentemente ao resultado			
Ajuste de avaliação atuarial – Líquido do efeito tributário	(2.267)	(2.267)	6.475
Resultado abrangente do semestre/exercício	**170.052**	**192.557**	**268.653**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 - *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2º semestre 2023	Dezembro 2023	Dezembro 2022
Atividades operacionais				
Lucro líquido ajustado do semestre / exercício		**195.736**	**251.716**	**527.129**
Lucro líquido do semestre / exercício		**171.561**	**193.090**	**256.141**
Ajustes ao lucro líquido		**24.175**	**58.626**	**270.988**
Despesas de depreciação e amortização	22(e)	2.192	4.158	3.686
Provisão / reversão de provisão para passivos contingentes		(720)	1.166	533
Despesas com atualização monetária de processos judiciais	22(h)	2.466	5.264	3.473
Receitas com atualização depósitos judiciais	22(g)	(10.877)	(22.455)	(19.635)
Receitas com atualização taxa Selic – tributos	22(g)	(615)	(1.336)	(1.212)
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		(48.255)	75.614	355.210
Efeitos da variação cambial nas operações de câmbio – Ativo		59.330	(17.426)	(56.047)
Efeitos da variação cambial nas operações de câmbio – Passivo		(36.734)	47.095	(15.155)
Efeitos da variação cambial nos empréstimos e repasses		73.060	(34.242)	(13.463)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	10(a)	(23.106)	(10.196)	(122.887)
Impostos diferidos		7.434	10.984	136.485
Variação de ativos e passivos		**(70.475)**	**(479.793)**	**(990.770)**
(Aumento) / redução em instrumentos financeiros		4.754	(497.051)	(998.893)
Redução em ativos e obrigações fiscais correntes		78.423	80.280	50.456
Redução em ativos e passivos fiscais diferidos		10.947	11.739	10.236
(Aumento) / redução em outros ativos		(119.935)	(68.048)	36.337
(Redução) / aumento em outros passivos		(22.446)	25.058	(68.993)
(Redução) / aumento em provisões		42	5.069	8.211
Imposto de renda e contribuição social pagos		(22.260)	(36.840)	(28.124)
Caixa (utilizado) / gerado nas atividades operacionais		**125.261**	**(228.077)**	**(463.641)**
Atividades de investimento				
Aquisições em imobilizado de uso		(443)	(2.906)	(10.811)
Caixa utilizado nas atividades de investimento		**(443)**	**(2.906)**	**(10.811)**
Atividades de financiamento				
(Redução) / aumento em obrigações por empréstimos e repasses		(1.355.840)	587.649	1.927.312
Aumento de capital		284.000	284.000	-
Juros sobre o capital próprio pagos		(100.000)	(100.000)	(80.000)
Caixa (utilizado) / gerado nas atividades de financiamento		**(1.171.840)**	**771.649**	**1.847.312**
Aumento / (redução) do caixa e equivalentes de caixa		**(1.047.022)**	**540.666**	**1.372.860**
Desmonstrações da variação do caixa e equivalentes de caixa				
Início do período		4.131.741	2.667.922	1.650.272
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		48.255	(75.614)	(355.210)
Fim do período	6	3.132.974	3.132.974	2.667.922
Aumento / (redução) do caixa e equivalentes de caixa		**(1.047.022)**	**540.666**	**1.372.860**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - *(Em milhares de Reais)*

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão ("Banco"), com sede em São Paulo - SP, está organizado sob a forma de banco múltiplo autorizado a operar com as carteiras comercial, de investimentos e de câmbio. O Banco é uma subsidiária do Deutsche Bank Aktiengesellschaft com sede em Frankfurt - Main, Alemanha.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).
Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas de preços para contabilização e determinação dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.
As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas com base no método indireto e os valores de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades, às aplicações interfinanceiras de liquidez - aplicações em operações compromissadas, com conversibilidade imediata, ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias, e às reservas no BACEN.
Adicionalmente, a partir de janeiro de 2020, as alterações advindas da Resolução CMN nº 4.818/20 e da Resolução do BACEN nº 2/20 foram incluídas nas demonstrações contábeis. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as normas internacionais de contabilidade, International Financial Reporting Standards (IFRS). As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com a do final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente.
A autorização para publicação das demonstrações financeiras foi dada pela Administração do Banco em 25 de março de 2024.

a. Normas aplicáveis a exercícios futuros
Em 25 de novembro de 2021 foi emitida a Resolução CMN nº 4.966, norma esta convergente aos padrões internacionais e que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de *hedge*) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. Tal normativo entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025.
Conforme estabelecido pelo artigo 76 da Resolução CMN nº 4.966/2021, o Banco elaborou um plano para a implementação da regulamentação contábil nela estabelecida, cujas principais etapas são a seguir elencadas:

- **Análise e diagnóstico das principais alterações**: Nessa primeira fase buscou-se comparar as regras ora em vigor *vs.* os novos conceitos e critérios contábeis estabelecidos por meio da Resolução nº 4.966/2021 de modo a mapear, inicialmente, os principais produtos e sistemas impactados. Nesse sentido, foram avaliados os principais temas relacionados à nova regulamentação, dentre eles, classificação e mensuração de instrumentos financeiros, adequação da metodologia para constituição de perdas esperadas, contabilidade de *hedge* e divulgação de informações. Foram identificadas, ainda, as áreas responsáveis envolvidas no processo de migração e implementação do referido normativo.
- **Execução do plano**: Em 31 de dezembro de 2023, o Banco encontra-se na fase da efetiva implementação da regulamentação estabelecida na Resolução CMN nº 4.966/2021 conforme análise e diagnóstico acima. Nessa etapa serão efetuadas adaptações de processos e testes sistêmicos de forma a garantir a correta aplicação dos conceitos e critérios trazidos pelo novo arcabouço normativo. Conforme requerido pelo artigo 78 da Resolução CMN nº 4.966/2021, os impactos estimados decorrentes da implementação da referida regulação contábil sobre o resultado e a posição financeira do Banco serão divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024..

Em complemento à Resolução CMN nº 4.966/2021, em 23 de novembro de 2023, o BACEN emitiu a Resolução BCB n° 352, que revogou a Resolução BCB 309/2023 e dispôs acerca dos procedimentos contábeis para a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros, a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros, a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e a evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.
Ainda em 01 de dezembro de 2023, o BACEN emitiu as Instruções Normativas BCB n° 426 a 433 que definem as rubricas contábeis dos grupos: Ativo Realizável, Ativo Permanente, Compensação Ativa, Passivo Exigível, Patrimônio Líquido, Resultado Credor, Resultado Devedor e Compensação Passiva, todas do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) para utilização pelas instituições financeiras.
De acordo com o artigo 76 da Resolução CMN nº 4.966/2021, conforme redação dada pela Resolução CMN nº 5.019/2022, o plano para implementação da regulamentação contábil estabelecida no referido normativo foi devidamente aprovado pela Diretoria do Banco em dezembro de 2022 e permanece à disposição do BACEN.

3. CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do Banco estão apresentadas de forma individual. As atividades da Agência no exterior – Uruguai foram encerradas em 2017, sendo que a repatriação dos investimentos ocorreu entre os exercícios de 2016 e 2017. Em 27 de janeiro de 2023, o Banco Central do Uruguai concluiu o processo de encerramento da agência mediante a assinatura da liberação da garantia.

4. DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Principais práticas contábeis:
O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite pronunciamentos e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade. O BACEN aprovou os seguintes pronunciamentos: (i) CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, (ii) CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, (iii) CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, (iv) CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, (v) CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações, (vi) CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, (vii) CPC 24 - Evento Subsequente, (viii) CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, (ix) CPC 28 – Propriedade para Investimento, (x) CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, (xi) CPC 41 - Resultado por Ação, (xii) CPC 46 – Mensuração do valor Justo, e (xiii) CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente.
Adicionalmente, o Conselho Monetário Nacional editou as resoluções abaixo visando a redução de assimetrias em relação aos padrões internacionais:
Resolução nº 3.533/08 - Estabelece procedimentos para classificação, registro contábil e divulgação de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.
Resolução nº 4.512/16 - Dispõe sobre procedimentos contábeis aplicáveis na avaliação e no registro de provisão passiva para garantias financeiras prestadas.
Resolução nº 4.524/16 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis e operações de hedge de variação cambial de investimentos no exterior.
Resolução nº 4.534/16 e 4.535/16 - Dispõe sobre os critérios para reconhecimento contábil e mensuração dos componentes do ativo intangível, ativo diferido e ativo imobilizado de uso.
Resolução nº 4.747/19 - Estabelece critérios para reconhecimento e mensuração contábeis de ativos não financeiros mantidos para venda. Esta resolução entrou em vigor na data de 01 de janeiro de 2021.
Resolução nº 4.818/20 e Resolução do BACEN nº 2/2020 - Dispõem sobre os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras pelas instituições financeiras.
Resolução nº 4.910/21 - Dispõe sobre a prestação de serviços de auditoria independente para as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.
Resolução nº 4.924/21 - Dispõe sobre os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Continua...

Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão

Subsidiária do Deutsche Bank Aktiengesellschaft - Frankfurt/Main - RFA
CNPJ nº 62.331.228/0001-11
Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.900 - 13º andar - CEP 04538-132
São Paulo - SP

Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

Resolução nº 4.966/21 - Dispõe sobre os conceitos contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de *hedge*) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Convém destacar que, à exceção dos artigos referentes à mensuração de investimentos mantidos para venda e ao plano para implementação da regulamentação contábil estabelecida pelo normativo em questão, a Resolução nº 4.966/21 entra em vigor em 1º de janeiro de 2025 (nota 2 (a)).
Resolução nº 4.967/21 - Dispõe sobre os critérios a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil no reconhecimento, na mensuração e na evidenciação contábeis de propriedades para investimento e de ativos não financeiros adquiridos com a finalidade de venda futura e de geração de lucros com base nas variações dos seus preços no mercado.
Resolução nº 4.975/21, conforme alterada pela Resolução CMN nº 5.101, de 24 de agosto de 2023 - Dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Esse normativo entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025.
Em 04 de novembro de 2022, foi publicada a Instrução Normativa BCB nº 319, que revoga a Carta Circular nº 3.429/2010, que esclarece acerca dos procedimentos para o registro contábil de obrigações tributárias em discussão judicial. A Instrução Normativa BCB nº 319/2022 busca convergência ao IAS 37, cujo correspondente no Brasil é o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, recepcionado pela Resolução CMN nº 3.823/2009. Dessa forma, referido normativo esclarece que, o passivo relativo às obrigações tributárias objeto de discussão judicial somente deve ser reconhecido contabilmente caso seja provável a saída de recursos para liquidar a respectiva obrigação, devendo a avaliação dessa probabilidade ser efetuada pela própria instituição sujeita a honrar a obrigação no futuro. Esse normativo entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023.
Ainda, em 14 de junho de 2023, foi publicada a Lei nº 14.596 que dispõe sobre regras de preços de transferência ("TP") relativas ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), aproximando-as aos preceitos da OCDE – Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico. Os impactos da respectiva lei no tocante à metodologia de cálculo aplicável às receitas decorrentes de transações com partes relacionadas encontram-se sob análise do Banco. Referido normativo entrou em vigor em 1º de janeiro de 2024..
A elaboração e apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a operar pelo Banco Central do Brasil, requer que a Administração se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, como Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, realização do imposto de renda diferido, provisão para contingências e valorização de instrumentos financeiros e derivativos ativos e passivos. A liquidação dessas transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.
As principais práticas contábeis são assim resumidas:

a. Apuração do resultado
O resultado é apurado pelo regime de competência.

b. Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa são compostos por saldos em conta corrente, aplicações em moedas estrangeiras e aplicações interfinanceiras de liquidez cujo vencimento na data da aquisição é igual ou inferior a 90 dias, de conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e sujeito a risco insignificante de mudança de valor.

c. Instrumentos financeiros

• Títulos e valores mobiliários
Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação pela Administração nas categorias de títulos para negociação, títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento.
O Banco apresenta em sua carteira as seguintes categorias:
i) Títulos para negociação – são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do semestre.
ii) Títulos disponíveis para venda: classificam-se nesta categoria aqueles títulos e valores mobiliários que podem ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados ou de serem mantidos até o seu vencimento. Os rendimentos intrínsecos ("*accrual*") são reconhecidos na demonstração de resultado e as variações no valor de mercado ainda não realizados em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários.
iii) Títulos mantidos até o vencimento: são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até os respectivos vencimentos e são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Perdas de caráter permanente são reconhecidas no resultado do período.
Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial consolidado pelo seu valor justo estimado. O valor justo, baseia-se geralmente, em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

• Instrumentos financeiros derivativos
Os instrumentos financeiros derivativos são classificados na data de sua aquisição de acordo com a intenção da Administração para fins ou não de proteção *("hedge")*.
As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são avaliadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente no resultado.
Adicionalmente, em relação às políticas e estratégias, informamos que os derivativos efetuados como "*hedge*" de risco de mercado são realizados para atender as demandas de clientes, bem como atender as necessidades de administrar a exposição global de risco.
Os derivativos utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros e que sejam (i) altamente correlacionados às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato e (ii) considerados efetivos na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como "*hedge*" de acordo com sua natureza:
i) "*Hedge*" de Risco de Mercado - Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração de resultados.
ii) "*Hedge*" de Fluxo de Caixa - A parcela efetiva de "*hedge*" dos ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados, são contabilizadas pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, deduzidos quando aplicável, dos efeitos tributários, reconhecidos em conta específica de reserva no patrimônio líquido. A parcela não efetiva do "*hedge*" é reconhecida diretamente na demonstração de resultados.
Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não houve "*hedge accounting*".

• Aplicações interfinanceiras de liquidez, depósitos e captações no mercado aberto
As operações prefixadas são registradas pelo valor do principal acrescido pelos respectivos encargos, retificadas pelas rendas/despesas a apropriar, cuja apropriação pro rata dia é reconhecida no decorrer dos prazos contratuais.
As operações pós-fixadas são registradas pelo valor do principal e acrescidas de encargos contratuais pro rata dia.

• Operações de crédito
As operações de crédito estão demonstradas pelo valor do principal, atualizado com base no indexador contratado, quando for o caso, acrescido dos rendimentos e encargos decorridos.
As operações são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira.
As rendas das operações de crédito vencidas a partir de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.
As operações de venda e transferência de ativos financeiros com retenção substancial de todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da transação são registradas e demonstradas conforme determina a Resolução CMN nº 3.533/08, que está em vigor desde 1º de janeiro de 2012:
i) As receitas são apropriadas mensalmente ao resultado do período pelo prazo remanescente das operações de acordo com as taxas contratuais pactuadas; e
ii) Em operações de compra de ativos, os valores pagos na operação são registrados no ativo como direito a receber e as receitas são apropriadas ao resultado do semestre, pelo prazo remanescente da operação.
Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 houve compras de ativos financeiros, conforme descrito na nota 10 (b).

d. Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito
A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é constituída em montante julgado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização de operações de empréstimos, financiamentos, repasses e adiantamentos sobre contratos de câmbio. Foram observadas as diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.682/99.
A provisão para garantias financeiras prestadas é constituída baseada na avaliação das perdas associadas à probabilidade de desembolsos futuros vinculados as garantias, bem como características específicas das operações realizadas, consoante os requerimentos da Resolução CMN nº 4.512/16. É constituída em montante considerado suficiente para cobertura das perdas prováveis durante todo o prazo da garantia prestada. As classificações das operações estão consoantes aos requerimentos aplicados da Resolução CMN nº 2.682/99.

e. Saldos em moedas estrangeiras
Os valores (ativos e passivos) em moedas estrangeiras estão atualizados às taxas oficiais de câmbio em vigor na data do encerramento do período e são acrescidas de encargos contratuais atualizados pro rata dia.

f. Imobilizado de uso e depreciações acumuladas
Até dezembro de 2016 o ativo imobilizado era demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos bens. As principais taxas anuais eram de 20% para equipamentos de processamento de dados e 10% para outros bens.
A partir de janeiro de 2017, atendendo à Resolução CMN nº 4.535/16, os novos imobilizados são reconhecidos pelo valor de custo, que compreende o preço de aquisição, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, demais custos diretamente atribuíveis necessários para colocar o ativo no local e condição para o seu funcionamento, e estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do ativo e de restauração do local em que está localizado. Adicionalmente, a depreciação corresponderá ao valor depreciável dividido pela vida útil do ativo, calculada de forma linear, a partir do momento em que o bem estiver disponível para uso, e reconhecida mensalmente em contrapartida à conta específica de despesa operacional. Considera-se vida útil o período de tempo durante o qual o Banco espera utilizar o ativo.

g. Passivos circulante e exigível a longo prazo
Os valores demonstrados incluem, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em base pro rata dia) e cambiais incorridos. As provisões para contingências, de qualquer natureza, são reavaliadas periodicamente pela Administração, que leva em consideração, entre outros fatores, as possibilidades de êxito da ação e a opinião de seus consultores jurídicos. As contingências são registradas de acordo com o estabelecido pelo CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09. A provisão é considerada suficiente para cobrir prováveis perdas que possam ser incorridas pelo Banco.

h. Imposto de renda e contribuição social
As provisões para imposto de renda e contribuição social, quando devidas, são constituídas com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal. Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.
A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. Para as empresas financeiras, a contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Em novembro de 2019 foi promulgada a Emenda Constitucional n° 103 que estabelece no artigo 32, a majoração da alíquota de contribuição social sobre o lucro líquido dos "Bancos" de 15% para 20%, com vigência a partir de março de 2020.
No dia 1º de março de 2021, foi aprovada a Medida Provisória nº 1.034 pela qual passam a vigorar novas alíquotas de CSLL. Para a contribuição social ficou estabelecida a alíquota de 25% até o dia 31 de dezembro de 2021 e 20% a partir do dia 1º de janeiro de 2022.
No dia 28 de abril de 2022, foi aprovada a Medida Provisória nº 1.115 que altera a Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, que institui a contribuição social sobre o lucro das pessoas jurídicas, determinando a aplicação, até 31 de dezembro de 2022, da alíquota da CSLL equivalente a 21% (vinte e um por cento), no caso de bancos de qualquer espécie.
Por fim, em 16 de novembro de 2022 foi publicada a Lei nº 14.467 que dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen. Referido normativo produzirá efeitos a partir de 1º de janeiro de 2025.

i. Redução ao valor recuperável de ativos – "*Impairment*"
O CPC 01, conforme recepcionado pela Resolução CMN nº 3.566/08, dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos – "*impairment*".
De acordo com a Resolução, os ativos são revisados para a verificação de "*impairment*" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.
Uma perda por "*impairment*" ocorre quando o valor líquido contábil do ativo excede seu valor recuperável, sendo reconhecida diretamente no resultado. A Administração avalia anualmente os ativos para fins de "*impairment*". Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Administração não identificou nenhuma perda em relação ao valor recuperável de ativos não financeiros a ser reconhecida nas demonstrações financeiras.

5. SEGREGAÇÃO ENTRE CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os ativos e passivos circulantes e não circulantes a serem recuperados ou liquidados em até 12 meses ou em prazo superior a 12 meses são compostos conforme segue:

	Dezembro 2023	Circulante	Não circulante	Dezembro 2022	Circulante	Não circulante
Disponibilidades	**172.329**	**172.329**	**-**	**202.518**	**202.518**	**-**
Instrumentos financeiros	**15.856.020**	**13.928.674**	**1.927.346**	**16.598.179**	**14.546.609**	**2.051.570**
Aplicações interfinanceiras de liquidez	3.230.202	3.230.202	-	2.648.398	2.648.398	-
Títulos e valores mobiliários	5.022.912	4.195.870	827.042	4.174.667	3.332.116	842.551
Instrumentos financeiros derivativos	3.335.777	2.584.315	751.462	2.377.691	1.762.989	614.702
Títulos e créditos a receber	691.466	646.300	45.166	1.072.284	1.043.480	28.804
Operações de crédito	950.134	723.580	226.554	1.049.245	736.607	312.638
Carteira de câmbio	2.625.529	2.548.407	77.122	5.275.894	5.023.019	252.875
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	**(4.640)**	**(417)**	**(4.223)**	**(12.325)**	**(2.013)**	**(10.312)**
Ativos fiscais correntes e diferidos	**116.442**	**40.027**	**76.415**	**157.868**	**45.847**	**112.021**
Impostos e contribuições a compensar	54.224	40.027	14.197	45.847	45.847	-
Imposto de renda e contribuição social – Diferido	62.218	-	62.218	112.021	-	112.021
Outros ativos	**636.575**	**309.215**	**327.360**	**546.071**	**229.933**	**316.138**
Imobilizado de uso	**18.861**	**-**	**18.861**	**20.113**	**-**	**20.113**
Outras imobilizações de uso	42.596	-	42.596	41.828	-	41.828
Depreciações acumuladas	(23.735)	-	(23.735)	(21.715)	-	(21.715)
Total do ativo	**16.795.587**	**14.449.828**	**2.345.759**	**17.512.424**	**15.022.894**	**2.489.530**

	Dezembro 2023	Circulante	Não circulante	Dezembro 2022	Circulante	Não circulante
Depósitos e demais instrumentos financeiros	**13.261.876**	**8.352.219**	**4.909.657**	**14.414.985**	**13.288.308**	**1.126.677**
Depósitos de clientes e instituições financeiras	3.870.611	3.352.218	518.393	3.210.057	2.897.558	312.499
Obrigações por empréstimos e repasses	4.409.996	459.526	3.950.470	3.856.590	3.689.122	167.468
Instrumentos financeiros derivativos	2.829.489	2.397.945	431.544	2.444.673	2.050.787	393.886
Carteira de câmbio	2.151.780	2.142.530	9.250	4.903.665	4.650.841	252.824
Provisões	**201.534**	**7.651**	**193.883**	**190.280**	**65.647**	**124.633**
Obrigações fiscais	**145.737**	**116.775**	**28.962**	**122.335**	**66.294**	**56.041**
Imposto de renda e contribuição social – Corrente	76.869	76.869	-	50.334	50.334	-
Imposto de renda e contribuição social – Diferido	28.962	-	28.962	56.041	-	56.041
Outras obrigações fiscais	39.906	39.906	-	15.960	15.960	-
Outros passivos	**332.684**	**306.778**	**25.906**	**307.625**	**299.137**	**8.488**
Patrimônio líquido	**2.853.756**	**-**	**-**	**2.477.199**	**-**	**-**
Capital Social	1.928.551	-	-	1.644.551	-	-
Reservas de lucros	924.966	-	-	831.876	-	-
Outros resultados abrangentes	239	-	-	772	-	-
Lucros acumulados	-	-	-	-	-	-
Total do passivo e patrimônio líquido	**16.795.587**	**8.783.423**	**5.158.408**	**17.512.424**	**13.719.386**	**1.315.839**

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os valores de caixa e equivalentes de caixa, apresentados nas Demonstrações dos Fluxo de Caixa, são compostos conforme segue:

	Dezembro 2023	Dezembro 2022
Banco Central do Brasil – Reservas livres, compulsórias e recolhimentos obrigatórios	55.857	21.725
Depósitos no exterior em moedas estrangeiras [a]	116.472	180.793
Aplicações em operações compromissadas [b] (nota 7)	2.960.645	2.465.404
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	**3.132.974**	**2.667.922**

[a] O saldo total de disponibilidades em moeda estrangeira monta R$ 116.472 em dezembro/23 (dezembro/22 R$ 180.793) sendo com partes relacionadas um montante de R$ 101.951 em dezembro/23 (dezembro/22 R$ 163.693). (nota 19 (a))
[b] Referem-se à aplicações no mercado aberto cujo vencimento na data da aplicação é igual ou inferior a 90 dias.

7. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a. Os lastros que compõem o saldo de aplicações interfinanceiras de liquidez são demonstrados conforme segue:

	Dezembro 2023	Dezembro 2022
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	600.099
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	-	600.101
Notas do Tesouro Nacional - Série B (NTN-B)	2.960.645	1.265.204
Subtotal – Operações compromissadas	**2.960.645**	**2.465.404**
Aplicações em depósitos interfinanceiros	28.771	47.650
Aplicações em moedas estrangeiras (nota 19 (a))	240.786	135.344
Subtotal – Depósitos interfinanceiros e moedas estrangeiras	**269.557**	**182.994**
Total de aplicações interfinanceiras de liquidez	**3.230.202**	**2.648.398**

b. A composição das aplicações interfinanceiras de liquidez por vencimento é demonstrada conforme segue:

	Dezembro 2023		
		Valor contábil por faixa de vencimento	
	Custo atualizado	Até 3 meses	Total
Aplicações em operações compromissadas			
Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B)	2.960.645	2.960.645	2.960.645
Subtotal	**2.960.645**	**2.960.645**	**2.960.645**
Aplicações em depósitos interfinanceiros e moedas estrangeiras			
Depósitos interfinanceiros	28.771	28.771	28.771
Moedas estrangeiras	240.786	240.786	240.786
Subtotal	**269.557**	**269.557**	**269.557**
Total de aplicações interfinanceiras de liquidez	**3.230.202**	**3.230.202**	**3.230.202**

	Dezembro 2022			
		Valor contábil por faixa de vencimento		
	Custo atualizado	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total
Aplicações em operações compromissadas				
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	600.099	600.099	-	600.099
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	600.101	600.101	-	600.101
Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B)	1.265.204	1.265.204	-	1.265.204
Subtotal	**2.465.404**	**2.465.404**	**-**	**2.465.404**
Aplicações em depósitos interfinanceiros e moedas estrangeiras				
Depósitos interfinanceiros	47.650	-	47.650	47.650
Moedas estrangeiras	135.344	135.344	-	135.344
	182.994	**135.344**	**47.650**	**182.994**
Total de aplicações interfinanceiras de liquidez	**2.648.398**	**2.600.748**	**47.650**	**2.648.398**

8. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A carteira de títulos e valores mobiliários apresentada no balanço patrimonial está classificada de acordo com os critérios estabelecidos na Circular BACEN nº 3.068/01.
Os títulos públicos federais estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC). As debêntures e as cotas de Fundos de Investimento são custodiados na B3.
O valor de mercado dos títulos públicos foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais. Os títulos privados são contabilizados pelo custo atualizado ou pelo respectivo valor justo estimado. As aplicações em cotas de fundos de investimento foram atualizadas com base nos respectivos valores unitários das quotas divulgados pelo administrador do fundo.

a. Composição por classificação e tipo
O saldo da carteira de títulos e valores mobiliários, bem como sua composição, estão assim demonstrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	Dezembro 2023		Dezembro 2022	
	Custo atualizado	Valor contábil	Custo atualizado	Valor contábil
Títulos para negociação	**3.146.816**	**3.156.081**	**3.327.133**	**3.332.116**
Carteira própria	**1.762.283**	**1.763.784**	**2.266.180**	**2.266.912**
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	1.629.288	1.629.938	2.170.643	2.171.337
Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B)	13.084	13.373	304	299
Notas do Tesouro Nacional – Série F (NTN-F)	119.911	120.473	95.233	95.276
Vinculados à prestação de garantias	**1.384.533**	**1.392.297**	**1.060.953**	**1.065.204**
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	289.195	287.675	-	-
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	719.322	719.971	938.764	940.958
Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B)	150.477	154.755	-	-
Notas do Tesouro Nacional – Série F (NTN-F)	225.539	229.896	122.189	124.246
Títulos disponíveis para venda	**497.339**	**496.810**	**290.764**	**287.082**
Carteira própria	**85.295**	**84.700**	**161.165**	**160.196**
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	4.644	4.646	-	-
Debêntures [i]	80.651	80.054	161.165	160.196
Vinculados à prestação de garantias	**412.044**	**412.110**	**129.599**	**126.886**
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	371.362	371.428	90.994	88.281
Fundo de Investimento Liquidez da Câmara BM&FBOVESPA Multimercado ("FILCB")	40.682	40.682	38.605	38.605
Títulos mantidos até o vencimento	**1.370.021**	**1.370.021**	**555.469**	**555.469**
Carteira própria	**1.370.021**	**1.370.021**	**555.469**	**555.469**
Debêntures [i]	863.600	863.600	555.469	555.469
Notas comerciais [ii]	506.421	506.421	-	-
Total	**5.014.176**	**5.022.912**	**4.173.366**	**4.174.667**

[i] As debêntures estão classificadas como títulos disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento e são avaliadas, respectivamente, pelo valor justo estimado ou custo amortizado. Caso as debêntures mantidas até o vencimento fossem avaliadas a valor de mercado apresentariam, em 31 de dezembro de 2023, um ajuste negativo de R$ 40.064 (dezembro 2022 – ajuste positivo de R$ 41.969). Em 31 de dezembro de 2023, a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito das debêntures foi de R$ 4.223 (dezembro 2022 – R$ 9.181) (nota 10 (d)).
[ii] As notas comerciais classificadas como mantidas até o vencimento e avaliadas pelo custo amortizado, caso fossem avaliadas a valor de mercado apresentariam, em 31 de dezembro de 2023, um ajuste negativo de R$ 725 (dezembro 2022 – zero). Em 31 de dezembro de 2023, não foi constituída provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito para as notas comerciais (dezembro 2022 – zero).

b. Composição por prazo de vencimento
Os quadros apresentados a seguir consideram, para efeito de segregação por prazo, o vencimento de cada título.

	Dezembro 2023					
	Custo atualizado	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Valor contábil
Títulos para negociação [ii]	**3.146.816**	**296.104**	**1.109.870**	**1.271.521**	**478.586**	**3.156.081**
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	289.195	287.675	-	-		287.675
Letras do Tesouro Nacional – LTN	2.348.610	8.429	1.096.878	1.233.714	10.888	2.349.909
Notas do Tesouro Nacional – Série B	163.561	-	12.992	10.608	144.528	168.128
Notas do Tesouro Nacional – Série F	345.450	-	-	27.199	323.170	350.369
Títulos disponíveis para venda	**497.339**	**-**	**376.074**	**80.054**	**40.682**	**496.810**
Letras do Tesouro Nacional – LTN	376.006	-	376.074	-	-	376.074
FILCB	40.682	-	-	-	40.682	40.682
Debêntures	80.651	-	-	80.054	-	80.054
Títulos mantidos até o vencimento	**1.370.021**	**157.294**	**506.421**	**150.820**	**555.486**	**1.370.021**
Debêntures	863.600	157.294	-	150.820	555.486	863.600
Nota Comercial	506.421	-	506.421	-	-	506.421
Total	**5.014.176**	**453.398**	**1.992.365**	**1.502.395**	**1.074.754**	**5.022.912**

	Dezembro 2022					
	Custo atualizado	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Valor contábil
Títulos para negociação [ii]	**3.327.133**	**877.794**	**555.155**	**1.689.105**	**210.062**	**3.332.116**
Letras do Tesouro Nacional	3.109.407	831.125	555.155	1.674.501	51.514	3.112.295
Notas do Tesouro Nacional – Série B	304	-	-	247	52	299
Notas do Tesouro Nacional – Série F	217.422	46.669	-	14.357	158.496	219.522
Títulos disponíveis para venda	**290.764**	**-**	**-**	**198.354**	**88.728**	**287.082**
Letras do Tesouro Nacional	161.165	-	-	110.073	50.123	160.196
Letras Financeiras do Tesouro	90.994	-	-	88.281	-	88.281
FILCB	38.605	-	-	-	38.605	38.605
Títulos mantidos até o vencimento	**555.469**	**-**	**-**	**151.099**	**404.370**	**555.469**
Debêntures	555.469	-	-	151.099	404.370	555.469
Total	**4.173.366**	**877.794**	**555.155**	**2.038.558**	**703.160**	**4.174.667**

[ii] Títulos classificados na categoria para negociação e, assim, apresentados no balanço patrimonial como ativo circulante, independente de suas datas de vencimento, conforme Circular BACEN nº 3.068/01.

9. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A utilização de instrumentos financeiros derivativos tem por objetivo principal proporcionar aos clientes proteção contra eventuais riscos provenientes de oscilações de moeda e de taxa de juros. Além disso, estes instrumentos são utilizados pelo Banco na administração diária dos riscos assumidos em suas operações proprietárias.
O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos corresponde ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, considerando as taxas divulgadas pela B3 (Brasil, Bolsa e Balcão) ou agente de mercado, quando necessário.
Para a obtenção destes valores de mercado, são adotados os seguintes critérios:
Futuros e termo: cotações extraídas da B3;
Swap: estima-se o fluxo de caixa de cada uma de suas pontas, utilizando-se preços da B3, descontando a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nos preços da B3;
Opções: O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como Black & Scholes, utilizando curvas de rendimento, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente. Os preços atuais de mercado são usados para analisar as volatilidades.
Os saldos decorrentes dessas operações são registrados em conta de compensação e patrimonial, conforme regra específica do Banco Central do Brasil.
Demonstramos a seguir a composição da carteira de derivativos para exercício findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

a. Composição por indexador:

			Dezembro 2023	Dezembro 2022
	Ativo	Passivo	Valor de referência	Valor de referência
Operações de swap	**784.185**	**(402.884)**	**17.648.665**	**13.894.040**
CDI x USD	206.527	-	1.878.427	894.723
CDI x Libor	34.056	-	223.805	223.805
Pré x EUR	219	(114)	65.536	736.395
USD x Pré	-	(198.782)	1.121.900	1.691.083
USD x Libor	-	-	-	3.627.325
CDI x Pré	488	(6.413)	301.186	70.000
Libor x EUR	390	-	64.672	64.672
Libor x USD	-	-	-	3.627.325
Libor x CDI	-	(31.754)	168.305	168.305
Pré x CDI	1.331	(8.200)	391.451	391.451
Pré x USD	384.807	(1.113)	2.189.658	2.398.956
USD x TERM SOFR	12.879	(140.998)	5.046.172	-
TERM SOFR x USD	141.791	(12.452)	5.046.172	-
USD x CDI	-	(1.412)	187.313	-
CNH x CDI	-	(1.646)	482.034	-
CDI x CNH	1.697	-	482.034	-
NDF de moeda	**347.839**	**(224.141)**	**14.796.095**	**9.683.331**
Posição comprada	3.954	(214.749)	5.238.939	4.484.580
Posição vendida	343.885	(9.392)	9.557.156	5.198.751
NDF de commodities	**24.849**	**(23.909)**	**253.732**	**380.282**
Posição comprada	23.979	(856)	126.728	190.419
Posição vendida	870	(23.053)	127.004	189.863
Opções de moeda	**-**	**-**	**-**	**100.000**
Compra de opção de compra	-	-	-	25.000
Venda de opção de compra	-	-	-	25.000
Compra de opção de venda	-	-	-	25.000
Venda de opção de venda	-	-	-	25.000

Continua...

Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão

Subsidiária do Deutsche Bank Aktiengesellschaft - Frankfurt/Main - RFA
CNPJ nº 62.331.228/0001-11
Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.900 - 13º andar - CEP 04538-132
São Paulo - SP

Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

	Ativo	Passivo	Dezembro 2023 Valor de referência	Dezembro 2022 Valor de referência
Opções de commodities	-	-	-	**309.750**
Compra de opção de compra	-	-	-	86.625
Venda de opção de compra	-	-	-	86.625
Compra de opção de venda	-	-	-	68.250
Venda de opção de venda	-	-	-	68.250
Futuros [1]	**48.042**	**(3.563)**	**24.773.550**	**21.593.461**
Posição comprada	**44.912**	**(1.926)**	**16.353.532**	**11.975.771**
Dólar (US$)	1.894	-	471.079	4.059.004
Cupom cambial – DDI	42.933	-	9.645.669	6.765.459
DI de 1 dia	-	(1.926)	6.208.656	1.151.308
WDO	85	-	28.128	-
DAP	-	-	-	-
Posição vendida	**3.130**	**(1.637)**	**8.420.018**	**9.617.690**
Dólar (US$)	-	(375)	124.663	-
Cupom cambial – DDI	-	(1.087)	361.499	2.604.622
DI de 1 dia	3.075	-	7.826.279	5.045.121
DAP	55	-	20	1.967.947
WD0	-	(175)	107.557	-
Termo de título público	**2.178.904**	**(2.178.555)**	**2.178.894**	**1.503.355**
Compra a termo de títulos públicos	10.770	(10.760)	10.760	-
Venda a termo de títulos públicos	2.168.134	(2.167.795)	2.168.134	1.503.355
Total	**3.383.819**	**(2.833.052)**	**59.650.936**	**47.464.219**

[1] Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os valores a receber e a pagar referentes aos ajustes diários de futuros a liquidar junto à B3, acrescidos dos respectivos emolumentos, estão contabilizados na rubrica "Outros ativos – Negociação e intermediação de valores" (nota 12(b)).

b. Composição do valor de referência por contraparte:

Dezembro 2023	Instituições financeiras	Corporate / Setor Público	Institucional	B3	Total
Operações de *swap*	1.757.856	7.068.129	8.822.680	-	17.648.665
NDF de moeda	3.425.668	11.246.420	124.007	-	14.796.095
NDF de *commodities*	-	126.728	127.004	-	253.732
Operações com futuros	-	-	-	24.773.550	24.773.550
Termo de título público	2.178.894	-	-	-	2.178.894
Total	**7.362.418**	**18.441.277**	**9.073.691**	**24.773.550**	**59.650.936**

Dezembro 2022	Instituições financeiras	Corporate/ Setor Público	Institucional	B3	Total
Operações de *swap*	2.428.715	5.025.561	6.439.764	-	13.894.040
NDF de moeda	-	9.541.828	141.503	-	9.683.331
NDF de *commodities*	-	190.419	189.863	-	380.282
Opções	-	204.875	204.875	-	409.750
Operações com futuros	-	-	-	21.593.461	21.593.461
Termo de título público	1.503.355	-	-	-	1.503.355
Total	**3.932.070**	**14.962.683**	**6.976.005**	**21.593.461**	**47.464.219**

c. Composição do valor de referência por local de negociação:
Os instrumentos financeiros derivativos são negociados e custodiados na B3:

Dezembro 2023	Bolsa	Balcão	Total
Operações de *swap*	-	17.648.665	17.648.665
NDF de moeda	-	14.796.095	14.796.095
NDF de *commodities*	-	253.732	253.732
Operações com futuros	24.773.550	-	24.773.550
Termo de título público	-	2.178.894	2.178.894
Total	**24.773.550**	**34.877.386**	**59.650.936**

Dezembro 2022	Bolsa	Balcão	Total
Operações de *swap*	-	13.894.040	13.894.040
NDF de moeda	-	9.683.331	9.683.331
NDF de *commodities*	-	380.282	380.282
Opções	-	409.750	409.750
Operações com futuros	21.593.461	-	21.593.461
Termo de título público	-	1.503.355	1.503.655
Total	**21.593.461**	**25.870.758**	**47.464.219**

d. Composição dos valores a receber e a pagar por prazo de vencimento:

Dezembro 2023	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Ativo					
Swaps	-	36.570	557.990	189.625	784.185
Operações a termo	149.277	219.564	3.847	-	372.688
Termo de título público	2.178.904	-	-	-	2.178.904
Total	**2.328.181**	**256.134**	**561.837**	**189.625**	**3.335.777**
Passivo					
Swaps	-	(852)	(350.300)	(51.732)	(402.884)
Operações a termo	(119.784)	(98.754)	(29.512)	-	(248.050)
Termo de título público	(2.178.555)	-	-	-	(2.178.555)
Total	**(2.298.339)**	**(99.606)**	**(379.812)**	**(51.732)**	**(2.829.489)**

Dezembro 2022	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Ativo					
Swaps	13.069	20.856	129.614	447.891	611.430
NDF de moeda e *commodities*	79.292	90.982	37.197	-	207.471
Opções	5.831	49.604	-	-	55.435
Termo de título	1.503.355	-	-	-	1.503.355
Total	**1.601.547**	**161.442**	**166.811**	**447.891**	**2.377.691**
Passivo					
Swaps	-	(371.768)	(90.196)	(265.896)	(727.860)
NDF de moeda e *commodities*	(59.497)	(60.408)	(37.794)	-	(157.699)
Opções	(5.831)	(49.604)	-	-	(55.435)
Termo de título	(1.503.679)	-	-	-	(1.503.679)
Total	**(1.569.007)**	**(481.780)**	**(127.990)**	**(265.896)**	**(2.444.673)**

e. Comparação entre o valor de custo e o valor de mercado:
Os ajustes diários das operações realizadas em mercado futuro, bem como o resultado dos contratos de *swap*, termo de moeda e *commodities*, opções e outros derivativos são registrados em receita ou despesa, quando auferidos, e representam seu valor de mercado atualizado.

	Dezembro 2023 Valor de custo	Dezembro 2023 Ganhos / (perdas) não realizados	Dezembro 2023 Valor de mercado	Dezembro 2022 Valor de mercado
Ativo				
Operações de *swap*	571.639	212.546	784.185	611.430
NDF (moeda e *commodities*)	370.170	2.518	372.688	207.471
Opções	-	-	-	55.435
Termo de título	2.178.894	10	2.178.904	1.503.355
Total	**3.120.703**	**215.074**	**3.335.777**	**2.377.691**
Passivo				
Operações de *swap*	(222.761)	(180.123)	(402.884)	(727.860)
NDF (moeda e *commodities*)	(237.939)	(10.111)	(248.050)	(157.699)
Opções	-	-	-	(55.435)
Termo de título	(2.178.894)	339	(2.178.555)	(1.503.679)
Total	**(2.639.594)**	**(189.895)**	**(2.829.489)**	**(2.444.673)**

f. Resultado com derivativos:

	2º Semestre	Dezembro 2023	Dezembro 2022
Operações de *swap*	45.535	429.534	575.023
NDF de moeda e *commodities*	20.956	314.913	586.490
Futuros	(2.884)	(999.900)	(1.048.504)
Opções	-	-	321
Total	**63.607**	**(255.453)**	**113.330**

10. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E GARANTIAS FINANCEIRAS PRESTADAS

As operações de crédito, os adiantamentos sobre contrato de câmbio classificados como redutor de obrigações por compra de câmbio, bem como títulos e créditos a receber, classificados como outros créditos - diversos, têm seu perfil apresentado a seguir:

	Dezembro 2023	Dezembro 2022
Operações de crédito		
Empréstimos	777.012	846.303
Títulos descontados	131.508	168.102
Financiamentos à importação e exportação	41.614	34.840
Subtotal	**950.134**	**1.049.245**
Outros créditos		
Compra de recebíveis	691.466	1.072.284
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (ACC/ACE) (nota 11)	459.482	391.350
Rendas a receber de ACC (nota 11)	18.314	11.077
Subtotal	**1.169.262**	**1.474.711**
Total de operações de crédito e outros créditos antes da provisão	**2.119.396**	**2.523.956**
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(4.640)	(12.325)
Provisão para garantias prestadas (nota 17)	(7.799)	(10.310)
Total	**(12.439)**	**(22.635)**

O Banco adota critérios de provisionamento específicos para operações cuja natureza e finalidade sejam distintas da classificação de crédito da contraparte, refletindo assim de maneira clara o risco de fato relacionado a estas operações de crédito. Para tanto, a estrutura da operação de crédito é avaliada, levando-se em consideração os mitigadores de risco, os quais reduzam significativamente o risco de crédito da operação, através da melhora da classificação de crédito da operação em relação à contraparte.

a. Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e garantias prestadas

	2º Semestre 2023	Exercícios 2023	Exercícios 2022
Saldo inicial	(35.545)	(22.635)	(145.522)
Constituição no semestre / exercício	(7.182)	(26.443)	(14.807)
Reversões no semestre / exercício	30.288	36.639	137.694
Provisão para crédito, outros créditos e garantias prestadas	**(12.439)**	**(12.439)**	**(22.635)**

a.1 Resultado de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e garantias prestadas
Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 houve recuperação de crédito baixado para prejuízo no montante de R$ 39 (dezembro de 2022 – 37).
Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não houve baixa para prejuízo nem renegociação de crédito.

b. Composição por modalidade e vencimento

Produto / Vencimento	Vencidos	A vencer até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	De 121 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 361 dias	Total
Capital de giro	-	18.660	86.132	11.843	5.549	51.437	92.638	169.194	435.453
Financiamento a imp./exp. [1]	-	23.890	-	-	13.523	-	4.201	-	41.614
Conta garantida	-	-	1	213.120	26.926	63.671	37.841	-	341.559
Outros créditos e emp.	-	-	630	-	16.966	-	545	173	18.314
Recebíveis/títulos de crédito a receber [2]	-	227.902	218.198	118.088	47.708	17.913	16.491	45.166	691.466
ACC/ACE [3]	-	-	12.616	-	356.527	-	16.170	74.169	459.482
Títulos descontados	-	7.539	7.238	6.976	6.811	13.074	32.510	57.360	131.508
Total dezembro 2023	**-**	**277.991**	**324.815**	**350.027**	**474.010**	**146.095**	**200.396**	**346.062**	**2.119.396**
Total dezembro 2022	**7.485**	**408.629**	**374.224**	**314.933**	**596.233**	**366.036**	**114.974**	**341.442**	**2.523.956**

[1] Em 31 de dezembro de 2023, financiamento à importação e exportação corresponde à repasses sob a Resolução CMN nº 3.844/10 no montante de R$ 11.245 (dezembro 2022 – R$ 33.332) e à operações compror no montante de R$ 30.369 (dezembro 2022 – R$ 1.508).

[2] Em 31 de dezembro de 2023, recebíveis e títulos de crédito a receber referem-se à compra de recebíveis sem coobrigação no montante de R$ 353.645 (dezembro 2022 – R$ 683.853) e à operações de "Supplier finance" no montante de R$ 337.821 (dezembro 2022 – R$ 388.431).

[3] Em 31 de dezembro de 2023, rendas com ACC/ACE correspondem a R$ 18.314 (dezembro 2022 – R$ 11.077).

c. Distribuição dos produtos de crédito por atividade econômica

Atividade Econômica / Produto	Capital de giro	Financiamento importação / exportação	Conta garantida	Outros créditos e empréstimos	Recebíveis / Títulos créditos a receber	ACC/ ACE	Títulos descontados	Dezembro 2023	Dezembro 2022
Siderurgia e metalurgia	-	-	-	173	745	74.169	-	75.087	285
Comércio	-	41.614	39.242	-	115.090	-	-	195.946	176.650
Alimentos e bebidas	-	-	-	-	327.787	-	-	327.787	646.090
Máquinas e equipamentos	159.428	-	35.654	1.534	46.691	34.260	-	277.567	443.980
Outros	38.882	-	236.274	69	31.063	1.333	-	307.621	293.563
Químico e petroquímico	145.658	-	1.455	-	135.750	-	-	282.863	231.765
Eletroeletrônicos	-	-	28.934	-	3.541	-	131.508	163.983	201.179
Automotivo	81.071	-	-	16.538	30.769	349.720	-	478.098	514.318
Construção e imobiliário	10.414	-	-	-	-	-	-	10.414	14.549
Transportes	-	-	-	-	30	-	-	30	1.577
Total	**435.453**	**41.614**	**341.559**	**18.314**	**691.466**	**459.482**	**131.508**	**2.119.396**	**2.523.956**

d. Composição por faixa de vencimento e níveis de risco

Vencimento / Níveis de risco	AA	A	B	Dezembro 2023	Dezembro 2022
Vencidos	-	-	-	-	7.485
A vencer até 30 dias	277.991	-	-	277.991	408.629
De 31 a 60 dias	311.569	-	13.246	324.815	374.224
De 61 a 90 dias	350.027	-	-	350.027	314.933
De 91 a 120 dias	466.774	-	7.236	474.010	596.234
De 121 a 180 dias	146.095	-	-	146.095	366.035
De 181 a 360 dias	174.775	8.906	16.715	200.396	114.974
Acima de 361 dias	346.062	-	-	346.062	341.442
Total	**2.073.293**	**8.906**	**37.197**	**2.119.396**	**2.523.956**
	0.00%	**0.50%**	**1.00%**	-	-
Total da provisão		**45**	**372**	**417**	**3.144**

Em 31 de dezembro de 2023, o total das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito corresponde à R$ 4.640 (dezembro 2022 – R$ 12.325). A diferença para o montante de R$ 417 (dezembro 2022 – R$ 3.144) demonstrado no quadro acima corresponde à provisão constituída sobre debêntures classificadas como títulos disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento e avaliadas pelo respectivo valor justo estimado ou custo amortizado (nota 8 (a)).

e. Composição por modalidade de operação e níveis de risco

Modalidade de operação / Níveis de risco	AA	A	B	Dezembro 2023	Dezembro 2022
Financiamento à imp./exp.	41.614	-	-	41.614	34.840
ACC/ACE	423.889	-	35.593	459.482	391.350
Conta garantida	332.653	8.906	-	341.559	318.447
Capital de giro	435.453	-	-	435.453	423.541
Recebíveis	691.466	-	-	691.466	1.072.284
Títulos descontados	131.508	-	-	131.508	168.102
Outros empréstimos	16.710	-	1.604	18.314	11.077
CCB	-	-	-	-	104.315
Total	**2.073.293**	**8.906**	**37.197**	**2.119.396**	**2.523.956**

f. Concentração das operações de crédito

	Dezembro 2023	% Carteira	Dezembro 2022	% Carteira
10 maiores emitentes/clientes	1.435.224	67.72	1.818.249	72.04
50 seguintes maiores emitentes/clientes	680.597	32.11	700.466	27.75
100 seguintes maiores emitentes/clientes	3.575	0.17	5.242	0.21
Total	**2.119.396**	**100,00**	**2.523.957**	**100,00**

11. CARTEIRA DE CÂMBIO

	Dezembro 2023 Ativo	Dezembro 2023 Passivo	Dezembro 2022 Ativo	Dezembro 2022 Passivo
Obrigações por compra de câmbio	-	(1.515.235)	-	(2.925.594)
Câmbio comprado a liquidar	1.486.938	-	2.918.239	-
Direitos sobre venda de câmbio	1.120.277	-	2.346.579	-
Câmbio vendido a liquidar	-	(1.096.027)	-	(2.369.421)
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota 10)	18.314	-	11.077	-
Adiantamentos em moeda estrangeira recebidos	-	-	(1)	-
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (nota 10)	-	459.482	-	391.350
Total	**2.625.529**	**(2.151.780)**	**5.275.894**	**(4.903.665)**

12. OUTROS ATIVOS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos são compostos por:

	Dezembro 2023	Dezembro 2022
Devedores por depósitos em garantia [a]	312.928	284.156
Negociação e intermediação de valores [b]	202.162	137.891
Serviços prestados a receber – Empresas no exterior (nota 19 (a)) [c]	84.421	81.245
Rendas e receber	24.722	14.038
Outros investimentos	7.570	7.570
Adiantamentos, antecipações salariais e outros	2.799	19.661
Despesas antecipadas	1.172	780
Pagamentos a ressarcir	776	705
Relações interfinanceiras	25	25
Total	**636.575**	**546.071**

(a) Devedores por depósitos em garantia
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, devedores por depósitos em garantia é composto conforme segue:

	Dezembro 2023	Dezembro 2022
Depósitos previdenciários	177.889	187.295
Demandas COFINS	45.790	41.515
Demandas ISS	35.415	19.462
Depósitos judiciais trabalhistas e cíveis	1.111	3.792
Outras demandas tributárias	52.723	32.092
Total	**312.928**	**284.156**

(b) Negociação e intermediação de valores
Em 31 de dezembro de 2023, R$ 157.703 (dezembro 2022 – R$ 87.541) referem-se a devedores – conta liquidações pendentes. Ainda, em 31 de dezembro de 2023, R$ 44.459 (dezembro 2022 R$ 50.350) referem-se a operações com ativos financeiros e mercadorias e liquidar.

(c) Serviços prestados a receber – Empresas no exterior
Serviços prestados a receber – empresas no exterior é composto substancialmente por valores a receber decorrentes de contrato de prestação de serviços firmado com as coligadas do grupo no exterior, em virtude do registro de operações fechadas globalmente, com registro nas respectivas localidades (nota 19 (a)).

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os valores ativos e passivos relacionados ao diferimento de tributos são compostos conforme segue:

	Dezembro 2023 Imposto de renda	Dezembro 2023 Contribuição social	Dezembro 2023 Total	Dezembro 2022 Imposto de renda	Dezembro 2022 Contribuição social	Dezembro 2022 Total
Crédito tributário						
Diferenças temporárias (a)	23.231	19.976	43.207	26.463	21.179	47.642
Prejuízo fiscal/base negativa (b)	2.835	16.176	19.011	28.401	35.978	64.379
Passivo diferido						
Carteira MTM (c)	(15.684)	(13.278)	(28.962)	(31.333)	(24.708)	(56.041)
Total	**10.382**	**22.874**	**33.256**	**23.531**	**32.449**	**55.980**

(a) Movimentação dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Dezembro 2022	Constituição	(Reversão) / (Realização)	Dezembro 2023
Imposto de renda	26.463	6.663	(9.895)	23.231
Contribuição social	21.179	6.699	(7.902)	19.976
Total	**47.642**	**13.362**	**(17.797)**	**43.207**

Crédito tributário constituído, principalmente, sobre provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (as quais dependem de pagamentos de dívidas pelos clientes) e benefícios pós-emprego e remuneração variável diferida.
O montante de créditos tributários sobre diferenças temporárias em 31 de dezembro de 2023 totalizou R$ 43.207 (dezembro 2022 – R$ 47.642).
A expectativa de realização desta modalidade de crédito tributário está vinculada à geração de resultados futuros e realização das operações a ela associadas, com o planejamento feito pela Administração e elaboração de estudo técnico. Baseado nos resultados projetados, a realização ocorrerá de acordo com o prazo de vencimento das operações, sendo sua dedutibilidade distribuída da seguinte forma: 2024 – 26,12%; 2025 – 14,11%; 2026 – 11,42%; 2027 – 16,20%; 2028 – 12,54%; e entre 2029 e 2033 – 19,61%.

(b) Movimentação dos créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa

	Dezembro 2022	Constituição	(Reversão) / (Realização)	Dezembro 2023
Imposto de renda	28.401	14.961	(40.527)	2.835
Contribuição social	35.978	11.985	(31.787)	16.176
Total	**64.379**	**26.946**	**(72.314)**	**19.011**

O montante de créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa em 31 de dezembro de 2023 totalizou R$ 19.011 (dezembro 2022 – R$ 64.379).
A expectativa de realização desta modalidade de crédito tributário está vinculada à geração de resultados futuros, com o planejamento feito pela Administração e elaboração de estudo técnico. Baseado nos resultados projetados, a realização ocorrerá em até 3 anos, sendo sua dedutibilidade distribuída da seguinte forma (percentual sobre o montante total do crédito tributário sobre prejuízo fiscal e base negativa): 2024 – 100%.
O valor presente de créditos tributários sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, descontados ao custo de capital projetado, monta em R$ 49.231 (dezembro 2022 – R$ 88.236).

(c) Movimentação das obrigações fiscais diferidas sobre diferenças temporárias

	Dezembro 2022	(Constituição)	Reversão / Realização	Dezembro 2023
Imposto de renda	(31.333)	(75.123)	90.772	(15.684)
Contribuição social	(24.708)	(61.475)	72.905	(13.278)
Total	**(56.041)**	**(136.598)**	**163.677**	**(28.962)**

Obrigações fiscais diferidas constituídas sobre diferenças temporárias oriundas de processos judiciais (para os quais a expectativa de realização depende de decisão judicial) e de marcação a mercado de instrumentos financeiros.

(d) Efeito no resultado do exercício e em outros resultados abrangentes
Em 31 de dezembro de 2023, o efeito no resultado do exercício e em outros resultados abrangentes decorrente do registro de créditos tributários e impostos diferidos é composto conforme segue:

	Prejuízo Fiscal/ Base Negativa Receita/(despesa)	Outras diferenças temporárias Receita/(despesa)	Passivo Diferido Receita/(despesa)	Efeito líquido Receita/(despesa)
Imposto de renda	(25.567)	(3.232)	15.650	(13.149)
Contribuição social	(19.801)	(1.203)	11.430	(9.574)
Efeito em 2023	(45.368)	(4.435)	27.080	(22.723)
Efeito em 2022	(18.002)	(33.962)	-	(51.964)

(*) A diferença entre o efeito líquido no resultado em 2023 e 2022 e o resultado do ativo e passivo fiscal diferido apresentado nas demonstrações de resultado refere-se à contabilização no patrimônio líquido dos efeitos tributários sobre o ajuste de avaliação atuarial e sobre os títulos e valores mobiliários classificados na categoria de títulos disponíveis para venda no montante negativo de R$ 436 (dezembro 2022 – R$ 10.236). Ainda, em 31 de dezembro de 2023, a movimentação patrimonial das contas de ativo relativas ao IRPJ e CSLL diferidos constituídos sobre prejuízo fiscal e base negativa contém uma reversão no montante de R$ 12.181 (dezembro 2022 – zero), cujas contrapartidas no resultado do exercício afetaram as contas de despesa referentes ao IRPJ e CSLL correntes, PIS, COFINS, além de multas e outras despesas operacionais com juros. Tal reversão refere-se ao deferimento por parte da Receita Federal do Brasil da adesão do Banco ao Programa de Redução de Litígios Fiscais – PRLF relativo ao processo de desmutualização das bolsas da Corretora.

Continua...

Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão

Subsidiária do Deutsche Bank Aktiengesellschaft - Frankfurt/Main - RFA
CNPJ nº 62.331.228/0001-11
Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.900 - 13º andar - CEP 04538-132
São Paulo - SP

Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

14. DEPÓSITOS DE CLIENTES E INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, depósitos de clientes e instituições financeiras são compostos conforme segue:

	Dezembro 2023	Dezembro 2022
Depósitos a prazo [(a)]	2.802.236	2.508.872
Depósitos à vista [(b)]	673.357	504.155
Depósitos interfinanceiros [(c)]	395.018	197.030
Total	**3.870.611**	**3.210.057**

(a) Depósitos a prazo

Os depósitos a prazo são compostos por valores indexados ao CDI-B3, com percentual entre 70% e 103% (dezembro 2022 – entre 70% e 104%). Do montante total de depósitos a prazo, R$ 434.689 (dezembro 2022 – R$ 459.897) correspondem a transações com partes relacionadas (nota 19 (a)). Segue abertura por prazo de vencimento:

Faixas de vencimento	Dezembro 2023	Dezembro 2022
Até 3 meses	1.009.748	311.216
3 a 12 meses	1.477.720	1.932.525
1 a 3 anos	83.515	60.576
Acima de 3 anos	231.253	204.555
Total	**2.802.236**	**2.508.872**

(b) Depósitos à vista

Do montante total de depósitos à vista, R$ 3.910 (dezembro 2022 – R$ 27.317) correspondem a transações com partes relacionadas (nota 19 (a)).

(c) Depósitos interfinanceiros

Em 31 de dezembro de 2023, os depósitos interfinanceiros são compostos por valores indexados ao CDI-B3, com percentual de 100%, no total de R$ 395.018 (dezembro 2022 – 197.030). Desse total, R$ 88.464 possuem data de vencimento de até 3 meses (dezembro 2022 – zero), R$ 102.929 de 3 a 12 meses (dezembro 2022 – R$ 149.662), e R$ 203.625 de 1 a 3 anos (dezembro 2022 – R$ 47.368).

15. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

	Dezembro 2023	Dezembro 2022
Obrigações por tomadas de linha [(a)]	3.950.470	3.439.768
Financiamentos à exportação [(b)]	459.526	416.822
Total (nota 19 (a))	**4.409.996**	**3.856.590**

(a) Referem-se às operações de curto prazo de "*interbank*" com DB AG New York, em Dólar, com taxa máxima de até 6,07% ao ano e vencimento em março de 2028.

(b) Referem-se às captações com o DB AG New York e DB AG Frankfurt, em Dólar e Euro, com taxa de juros de até 5,79% ao ano e vencimentos até abril de 2024.

16. OUTROS PASSIVOS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos são compostos por:

	Dezembro 2023	Dezembro 2022
Negociação e intermediação de valores [(a)]	157.703	87.541
Relações interdependências	32.861	65.922
Diversos [(b)]	142.120	154.162
Total	**332.684**	**307.625**

(a) Negociação e intermediação de valores

Em 31 de dezembro de 2023, negociação e intermediação de valores refere-se a credores – conta liquidações pendentes no montante de R$ 157.703 (dezembro 2022 – R$ 87.541).

(b) Diversos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, diversos referem-se a:

	Dezembro 2023	Dezembro 2022
Despesas de pessoal	54.689	50.653
Serviços tomados a pagar – Empresas no exterior (nota 19 (a))	53.272	82.998
Resultado de exercícios futuros	30.387	16.537
IOF a recolher	1.462	537
Provisão para pagamentos a efetuar – Outros	370	1.907
Outras despesas administrativas	1.940	1.530
Total	**142.120**	**154.162**

17. PROVISÕES DIVERSAS

	Dezembro 2023	Dezembro 2022
Riscos fiscais e administrativos (nota 18)	115.955	112.300
Passivo atuarial (nota 22 (d))	65.905	58.570
Passivo contingente (nota 18)	11.875	9.100
Provisão sobre garantias prestadas [(a)] (nota 10)	7.799	10.310
Total	**201.534**	**190.280**

(a) O Banco reconhece contabilmente o valor da provisão para garantias financeiras prestadas (garantias, fianças e cartas de crédito), em consonância com a Resolução CMN nº 4.512, publicada em 1º de agosto de 2016. Em 31 de dezembro de 2023 a exposição total referente à garantias financeiras prestadas monta R$ 2.905.609 (dezembro 2022 – R$ 2.708.319).

Para a mensuração do risco da carteira de garantias prestadas, o Banco utiliza a metodologia de classificações de *rating* de crédito interna que se baseia em um conceito de perda esperada ("*Expected Loss - EL*"), o qual diferencia a probabilidade de inadimplemento ("*Probability of Default* - PD") de uma contraparte e a perda que ocorrerá caso o inadimplemento venha a ocorrer. Para cada tomador ("pessoa jurídica, por exemplo, matriz, subsidiária, sociedade de propósito específico"), será atribuída uma PD de contraparte ("*Counterparty Probability of Default* - CPD"). Toda classificação de risco possui uma PD associada a ela. No Banco, a PD significa a probabilidade de que os tomadores dentro de uma grade de classificação entrem em inadimplência dentro do horizonte de tempo de um ano.

As garantias prestadas estão sujeitas a encargos e são contabilizadas em contas de compensação, sendo a seguir compostas:

	Dezembro 2023		Dezembro 2022	
	Carteira	Provisão	Carteira	Provisão
Garantias financeiras prestadas (garantias, fianças e cartas de crédito)	2.905.609	7.799	2.708.319	10.310

Os saldos da provisão para garantias financeiras prestadas por níveis de risco, são demonstrados a seguir:

	Dezembro 2023		Dezembro 2022	
Nível de risco	Carteira	Provisão	Carteira	Provisão
AA	2.293.837	-	2.341.145	-
A	376.214	1.881	66.367	332
B	57.432	574	104.354	1.044
C	178.126	5.344	185.192	5.556
E	-	-	11.261	3.378
Total	**2.905.609**	**7.799**	**2.708.319**	**10.310**

18. CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

O Banco é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversas instâncias judiciárias e órgãos governamentais, nos quais se discutem alguns assuntos decorrentes do curso de suas atividades, tais como questões tributárias, trabalhistas, cíveis e outros aplicáveis.

Contingências classificadas com risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como demonstrado a seguir:

	Dezembro 2022	Adição à provisão	Reversão de provisão	Depósito / pagamento	Atualização monetária	Dezembro 2023
Fiscais						
IR/CS **(a)**	7.801	-	-	-	299	8.100
INSS **(b)**	87.410	-	-	-	3.156	90.566
ISS **(c)**	16.889	-	(1.059)	-	1.259	17.089
Total fiscais	**112.100**	**-**	**(1.059)**	**-**	**4.714**	**115.755**
Trabalhistas	9.100	5.452	-	(3.904)	550	11.198
Administrativo (d)	200	-	-	-	-	200
Cíveis	-	677	-	-	-	677
Total provisões	**121.400**	**6.129**	**(1.059)**	**(3.904)**	**5.264**	**127.830**

(a) Trata-se de uma provisão feita no valor de R$ 2.223, que atualizado perfaz R$ 5.507 (dezembro 2022 – R$ 5.208), referente à multa isolada no processo de desmutualização das bolsas relacionado a Deutsche Bank - Corretora de Valores S.A. Para esse processo, realizou-se um depósito no valor de R$ 11.232. Foi constituída, em setembro de 2019 uma provisão no valor de R$ 2.593 (valor mantido em 2023) relativo ao mandado de segurança de CSLL do ano base de 1989, que discute o princípio da isonomia na aplicação de alíquotas diferenciadas da contribuição.

Este último processo foi transitado em julgado e estamos aguardando a confirmação da conversão em renda da União para assim realizarmos a baixa nos livros contábeis.

(b) Informamos a existência de execução fiscal relacionada a suposta contribuição devida ao INSS decorrente de Programa de Participação em Lucros e Resultados referente ao período de fevereiro/1999 a fevereiro/2003. A Administração do Banco provisionou o valor de R$ 90.566 (dezembro 2022 – R$ 87.410), representando atualização monetária do valor estimado de perda. O depósito judicial constituído para essa causa foi atualizado para R$ 133.614, o qual corresponde ao valor atualizado de forma integral, ao passo que o valor da provisão é atualizado apenas com relação ao principal.

(c) A Prefeitura do Município de São Paulo lavrou, em junho de 2013, auto de infração contra o Banco relativamente ao Imposto sobre Serviços - ISSQN incidente sobre receitas com rendas de garantias prestadas abrangendo os anos de 2008 a 2011, e nova autuação em abril de 2016, referente ao 1º semestre de 2012. O valor total atualizado é de R$ 6.786 (dezembro 2022 – R$ 6.638). Foram realizados dois depósitos sendo um em outubro de 2014 no valor de R$ 3.076 que atualizado é de R$ 5.206 (dezembro 2022 – R$ 4.818) e o outro em outubro de 2018 no valor de R$1.230 que atualizado é de R$ 1.580 (dezembro 2022 – R$ 1.464). Em relação às discussões com o órgão municipal, o Banco impetrou três ações anulatórias com a finalidade de desconstituir os autos de infração lavrados por este Município que possuem como objeto as receitas auferidas em operações de câmbio e cartas de crédito e que atualmente somam o montante de R$ 10.302 (dezembro 2022 – R$ R$ 10.607). Este valor foi reduzido em razão do êxito em uma das ações anulatórias relacionadas às operações de câmbio do município de Porto Alegre. Foram realizados depósitos judiciais que somam o montante de R$ 10.302 (dezembro 2022 – R$ 10.607).

Os processos relacionados nesse item foram classificados pelos advogados externos com a probabilidade de perda possível, no entanto, o provisionamento foi requerido pelo órgão regulador do Banco.

(d) O Banco está envolvido em Processo Administrativo Sancionador instaurado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) contra o Banco e terceiros, relacionado a supostas irregularidades em atividades de administração, gestão, distribuição e custódia de alguns fundos de investimentos. O Banco apresentou recurso administrativo perante o Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional. Há provisão constituída no valor de R$ 200 (dezembro 2022 – R$ 200).

Contingências classificadas com risco de perda possível

Casos fiscais

O Banco possui demandas contra si com avaliação de perda classificada como "possível", sendo elas (i) ação anulatória que visa extinguir o crédito tributário de IRRF constituído pela RFB em 2006 ao interpretar que operações de câmbio conjugadas poderiam resultar em rendimento pré-determinados e, portanto, sujeitos ao imposto de renda de fonte, R$ 14.598 (dezembro 2022 – R$ 13.998). Em 03 de janeiro de 2007 foi realizado um depósito judicial de R$ 9.566, que atualizado perfaz R$ 19.429 (dezembro 2022 – R$ 18.154) (ii) autuação da RFB em relação ao IRPJ e CSLL não incidentes na permuta dos títulos patrimoniais da Cetip em ações da nova companhia, R$ 176 (dezembro 2022 – R$ 166). (iii) autuação da RFB em relação ao PIS e COFINS, na qual se questiona a dedutibilidade de perdas auferidas na venda de precatórios em 2009 da base de cálculo das referidas contribuições, R$ 6.312 (dezembro 2022 – R$ 5.938), (iv) autuação da RFB , também em relação ao PIS e COFINS, no processo de desmutualização das bolsas ocorrida em 2007, alegando-se que referido ganho na venda dos títulos patrimoniais estaria sujeito à incidência das referidas contribuições, a despeito de se tratar de venda de ativo permanente não sujeita à esta tributação, R$ 18.921 (dezembro 2022 – R$ 17.958). Ainda com relação ao processo de desmutualização das bolsas, esta instituição realizou em 12 de junho de 2017 um depósito no valor de R$ 15.367, que atualizado perfaz R$ 22.764 (dezembro 2022 – R$ 20.715), para seguimento das discussões na esfera judicial.

Possui também um auto de infração da Secretaria da Receita Federal do Brasil relativos ao PIS e COFINS incidentes sobre o processo de desmutualização das bolsas ocorrido em 2007, com impacto, da mesma forma, nos anos subsequentes de 2008 e 2009. O auto, originalmente oriundo da incorporação do Deutsche Bank - Corretora de Valores SA em dezembro de 2016, foi devidamente impugnado. A causa de R$ 19.741 aguarda julgamento na esfera judicial. Esta instituição realizou em 11 de dezembro de 2018 um depósito no valor de R$ 16.697 que atualizado perfaz R$ 23.026 (dezembro 2022 – R$ 20.800), para seguimento das discussões na esfera judicial.

O Banco recebeu, em outubro de 2020, auto de infração da Receita Federal no valor de R$ 18.625, que atualizado perfaz R$ 23.056 (dezembro 2022 – R$ 21.128), referente à majoração da alíquota da CSLL de 2015 de 15% para 20% e seu cálculo proporcional sobre a receita bruta auferida naquele ano. Referido auto de infração foi devidamente contestado, pelo qual aguarda julgamento na esfera administrativa. Visando corroborar o cálculo feito por essa instituição, o Banco obteve um termo de constatação emitido pela auditoria da KPMG para ser apresentado no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF.

Foi lavrado em outubro de 2021, auto de infração da Receita Federal que cobra multa de 3% sobre determinada informação supostamente preenchida incorretamente na ECF do ano fiscal de 2016 no valor atualizado de R$ 1.743 (dezembro 2022 – R$ 1.650). O auto de infração foi tempestivamente impugnado.

Em setembro de 2021, foi lavrado novo auto de infração que cobra o Imposto sobre Serviços - ISSQN sobre receitas de exportação de serviços nos anos de 2016 e 2017, o qual, de acordo com art. 2º da Lei 13.701/03, não deveriam estar sujeitas à referida incidência. O valor total atualizado é de R$ 12.485 (dezembro 2022 – R$ 11.981). O processo foi julgado desfavoravelmente aos interesses dessa instituição, o que insejou no ingresso de ação anulatória de débito fiscal na esfera judicial, cujo depósito atualizado é de R$ 15.875.

Conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, não foi constituída provisão para esses casos em face da avaliação de probabilidade de perda "possível" dada pelos consultores jurídicos externos do Banco.

Casos previdenciários

O Banco recebeu, em dezembro de 2010, autos de infração da Receita Federal no valor de R$ 35.509, relacionados a supostas contribuições previdenciárias devidas em relação a seu programa de Participação em Lucros e Resultados (período de janeiro de 2005 a dezembro de 2007). Após o término dos processos administrativos decorrentes de impugnações apresentadas pelo Banco, o Banco iniciou a fase judicial de discussão dessa cobrança, através de distribuição de ação anulatória em dezembro de 2019, com vistas à desconstituição do crédito tributário. Em junho de 2020 o Banco efetuou depósito judicial no valor de R$ 34.193, que atualizado perfaz R$ 44.274.

Casos cíveis

O Banco consta do polo passivo de ação cível indenizatória referente à atuação do gestor de um fundo de investimento para o qual o Banco prestou serviços de custódia e o valor atualizado da causa é de R$ 502.338 (dezembro 2022 – R$ 484.826).

Casos trabalhistas

Há apenas 1 (um) caso trabalhista classificado com probabilidade de perda "possível", no valor de R$ 87.

19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a. Transações com empresas ligadas

O Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão mantém negócios em condições usuais de mercado com as sociedades controladas e coligadas no país e coligadas no exterior. Os saldos patrimoniais e os resultados gerados destas transações são apresentados como segue:

	Jul-Dez / 2023	Exercício / 2023		Exercício / 2022	
	Receita / (Despesa)	Ativo / (Passivo)	Receita / (Despesa)	Ativo / (Passivo)	Receita / (Despesa)
Disponibilidades (DEME) (i) (nota 6)	**-**	**101.951**	**-**	**163.693**	**-**
DB AG (Frankfurt)	-	57.224	-	12.538	-
DB AG (Tokyo)	-	7.091	-	23.327	-
DB AG (New York)	-	33.434	-	96.248	-
DB AG (London)	-	4.064	-	31.563	-
DB AG (Hong Kong)	-	138	-	17	
Aplicações em ME (i) (nota 7)	**-**	**240.786**	**-**	**135.344**	**(818)**
Deutsche Bank AG London	-	240.786	-	24.000	-
DB AG (Frankfurt)	-	-	-	111.344	(818)
Serviços prestados para empresas no exterior (ii) (nota 12(c))	**42.891**	**84.421**	**76.134**	**81.245**	**65.325**
DB AG (London)	28.601	50.153	49.354	34.610	31.353
DB AG (New York)	2.657	4.332	3.405	17.633	5.042
DB Trust Co Americas	1.098	10.486	2.717	12.122	5.176
DB AG (Cayman Isl.)	10.244	17.454	20.008	13.267	21.829
DB AG Domestic Bank	-	1.030	-	1.072	555
DB AG Hong Kong Br	291	683	650	1.828	693
Deutsche Bank (Malaysia) Berhad	-	-	-	151	-
DB AG Paris Branch	-	42	-	152	106
DB AG Mumbai Branch	-	-	-	90	-
DB AG Portugal	-	237	-	266	245
Deutsche Securities Inc.	-	-	-	-	1
Valores a receber de outras partes relacionadas	-	4	-	54	325
Carteira de câmbio - Operações de arbitragem (i) (nota 11)	**(14.595)**	**8.932**	**(22.132)**	**(46.481)**	**(13.052)**
DB AG (London)	-	-	-	5.011	-
DB AG (Frankfurt)	(14.595)	8.932	(22.132)	(51.492)	(13.052)
Depósito a prazo (i) (nota 14 (a))	**(9.793)**	**(434.689)**	**(27.680)**	**(459.897)**	**(33.172)**
DB II Fundo de Investimento Multimercado no Exterior	(9.793)	(429.004)	(27.680)	(454.868)	(4.662)
DB III Fundo de Investimento Multimercado Investimento no Exterior	-	(5.685)	-	(5.029)	(28.510)
Depósito à vista (i) (nota 14 (b))	**-**	**(3.910)**	**-**	**(27.317)**	**-**
Dt. Bank Secur. Inc.	-	(58)	-	(46)	-
DB AG (London)	-	(2.415)	-	(26.854)	-
Deutsche Morgam Grenffel Co. LTD	-	-	-	(51)	-
DB AG London Global Markets (Latam Struct Credit)	-	(1.437)	-	(366)	-
Obrigações por empréstimos e repasses (i) (nota 15)	**-**	**(4.409.996)**	**-**	**(3.856.590)**	**(17.842)**
DB AG (Frankfurt)	-	(488.610)	-	(25.229)	(65)
DB AG (New York)	-	(3.902.963)	-	(3.831.361)	(17.777)
DB AG (London)	-	(18.423)	-	-	-
Despesas a pagar para empresas no exterior (ii) (nota 15 (b)	**(31.078)**	**(53.272)**	**(69.552)**	**(82.998)**	**(62.753)**
DB AG (Frankfurt)	(13.921)	(27.701)	(32.621)	(23.176)	(18.246)
DB AG (London)	(2.799)	(7.475)	(6.245)	(9.160)	(6.898)
DB Jacksonville	(8.469)	(10.433)	(17.667)	(30.492)	(26.764)
DB Zurich	(69)	(95)	(78)	(18)	(17)
DB AG Hong Kong Br	(14)	(28)	(140)	(177)	-
DB AG New York	(3.348)	(1.350)	(5.643)	(8.067)	(3.350)
DB Trust Company Americas NY	(441)	(1.821)	(2.540)	(5.230)	(4.596)
DB AG Singapore Br.	(762)	(1.365)	(1.463)	(4.665)	(1.277)
DB Service Centre Limited	(21)	(22)	(33)	(58)	(28)
Deutsche Bank (Suisse) SA	-	-	-	(26)	(9)
Deutsche Bank Società per Azioni	(37)	(66)	(37)	(141)	-
DB AG Amsterdam Br.	(82)	(230)	(230)	(1.411)	(497)
DB AG Paris Branch	(848)	(1.875)	(1.891)	(26)	(11)
Deutsche Group Services Pty Limited	(11)	(40)	(32)	-	-
Deutsche Bank, Sociedad Anónima Española	(141)	(360)	(215)	(152)	(149)
Deutsche Group Services Pty Limited	-	-	-	(91)	(51)
DB AG Cayman Isld Br	-	-	-	-	(769)
DEUKONA Versicherungs-Vermittlungs-GmbH	-	(32)	-	(33)	(33)
DB AG Stockholm	(113)	(336)	(467)	-	-
Valores a pagar a outras partes relacionadas	(2)	(43)	(250)	(75)	(58)

(i) Operações realizadas com as empresas coligadas e controladas.

(ii) Representa o valor a receber ou a pagar do contrato de prestação de serviços firmado com as coligadas do grupo no exterior, em virtude do registro de operações fechadas globalmente, com registro nas respectivas localidades.

b. Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

b.1 Definição de pessoal-chave da Administração: Tendo em vista a participação e as decisões tomadas, consideramos pessoal-chave os integrantes da Administração do Banco.

b.2 Política: O Banco possui uma política global de remuneração de funcionários, composta por parcelas fixa e variável. Essa política está baseada em alguns fatores, destacando-se entre eles, o resultado global do grupo e a performance individual de cada funcionário.

b.3 Benefícios de curto prazo:

	Dezembro 2023	Dezembro 2022
Remuneração fixa	19.119	15.147
Remuneração variável (curto prazo)	776	2.273
Encargos trabalhistas	6.903	6.227
Total	**26.798**	**23.647**

b.4 Benefícios de longo prazo:

	Dezembro 2023	Dezembro 2022
Remuneração variável (curto prazo)	6.137	4.070
Encargos trabalhistas	2.129	1.454
Total	**8.266**	**5.524**

b.5 Outras informações: conforme legislação em vigor, as instituições não podem conceder empréstimos para os membros da Administração e seus respectivos familiares, bem como às pessoas físicas e jurídicas a elas ligadas. Adicionalmente, informamos que não existem quaisquer outras transações entre o pessoal-chave e a entidade e também que o pessoal-chave da Administração possui participação no fundo de pensão MULTIPREV (fundo multipatrocinado).

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social

O capital social totalmente subscrito e integralizado no montante de R$ 1.928.551 (dezembro 2022 – R$ 1.644.551) divide-se em 1.246.597.185 (dezembro 2022 – 1.119.390.296) ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

Em 14 de julho de 2023, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, foi definido o aumento do capital social do Banco que passou de R$ 1.644.551 para R$ 1.928.551, o que equivale a um aumento de capital em R$ 284.000, por meio de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pelo valor de emissão de R$ 2,2325835. Esse aumento de capital foi aprovado pelo BACEN em 10 de outubro de 2023.

b. Reservas e retenção de lucros

Nos termos do artigo 189, da Lei nº 6.404/76, do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda. Ainda, nos termos do artigo 193 da referida lei, do lucro líquido do período, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social. Conforme mencionado no parágrafo segundo do referido artigo, a reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo da rubrica "Reservas de lucros" totaliza R$ 924.966 (dezembro 2022 – R$ 831.876), sendo constituído por "Reserva legal" no montante de R$ 122.817 (dezembro 2022 – R$ 113.163) e "Reserva para expansão" no montante de R$ 802.149 (dezembro 2022 – R$ 718.713).

c. Ajustes de avaliação patrimonial

O ajuste de avaliação patrimonial, registrado no patrimônio líquido, refere-se aos ganhos e perdas não realizados, deduzidos dos efeitos tributários, do ajuste a valor de mercado dos títulos classificados em disponível para venda no montante de R$ (291) (dezembro 2022 – R$ (2.025)), bem como do ajuste atuarial sobre beneficios pós-emprego no montante de R$ 530 (dezembro de 2022 – R$ 2.797).

d. Dividendos e juros sobre capital próprio

O estatuto social prevê a distribuição de um dividendo mínimo anual de 25% sobre o lucro líquido ajustado na forma da legislação pertinente, salvo se a Assembleia Geral estabelecer por unanimidade um dividendo menor ou a retenção do lucro total.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 15 de dezembro de 2023, foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio aos acionistas no montante de R$ 100.000. O imposto de renda retido na fonte à alíquota de 15% foi de R$ 15.000. O pagamento dos juros sobre o capital próprio foi efetuado na data de 15 de dezembro de 2023.

e. Lucro por ação

O Banco apresenta dados de lucro por ação básico para suas ações ordinárias. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo atribuível aos portadores de ações ordinárias do Banco pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação durante o período. O lucro por ação diluído é determinado ajustando-se o lucro ou prejuízo atribuível aos portadores de ações ordinárias.

f. Limites de patrimônio - implementação da Basileia III

Através de um pacote de medidas, publicadas desde 2006, o CMN e o BACEN regulamentaram o cálculo de requerimento mínimo de capital baseados no acordo de Basileia. A seguir é apresentado o resumo dos efeitos dos requerimentos desses acordos.

	Dezembro 2023	Dezembro 2022
Risco operacional	74.938	59.615
Risco de crédito	566.349	506.223
Risco de moeda/cambial	9.689	1.138
Risco de juros	167.055	106.596
Risco de commodities	2	-
CVA	28.317	-
Total Patrimônio Líquido exigido – PLE	**846.350**	**673.572**
Patrimônio referência	2.853.756	2.468.861
Margem para limite Basileia	2.007.406	1.795.289
Percentual de utilização	29,66%	27,28%
Índice Basileia	**26,97%**	**29,32%**
IRRBB*	68.373	115.538
Razão de alavancagem	**14,21%**	**16,02%**

(*) Por meio de instrução definida na Resolução CMN 4.557/2017, o Conselho Monetário Nacional e o Banco Central do Brasil, implementaram metodologia de cálculo para a carteira bancária, denominada IRRBB, com aplicabilidade a partir de Janeiro/2020.

21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES

	Imposto de renda		Contribuição social	
	Dezembro 2023	Dezembro 2022	Dezembro 2023	Dezembro 2022
Resultado antes dos tributos e participações	294.966	448.228	294.966	448.228
Participações estatutárias no lucro	(6.581)	(5.268)	(6.581)	(5.268)
(-) Juros sobre capital próprio	(100.000)	(80.000)	(100.000)	(80.000)
Efeitos marcação a mercado	53.167	(91.360)	53.167	(91.360)
Adições (exclusões) permanentes líquidas	17.347	12.532	8.239	12.532
Adições (exclusões) temporárias líquidas	(8.206)	(120.681)	(8.206)	(128.621)
Base de cálculo	250.693	163.451	241.585	155.511
Compensação com prejuízo fiscal e base negativa	(75.208)	(49.035)	(72.475)	(46.653)
Base de cálculo após compensações	175.485	114.416	169.110	108.858
Impostos correntes	(47.701)	(27.985)	(36.610)	(22.349)
Impostos diferidos	(6.273)	(76.345)	(4.711)	(60.140)
Imposto de renda e Contribuição social no período	**(53.974)**	**(104.330)**	**(41.321)**	**(82.489)**

Continua...

Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão

Subsidiária do Deutsche Bank Aktiengesellschaft - Frankfurt/Main - RFA
CNPJ nº 62.331.228/0001-11
Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.900 - 13º andar - CEP 04538-132
São Paulo - SP

Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

22. OUTRAS INFORMAÇÕES

a. O saldo de disponibilidades refere-se, substancialmente, ao saldo em conta corrente em bancos no exterior.

b. Receitas de prestação de serviços

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, receitas de prestação de serviços referem-se a:

	2º Semestre	Dezembro 2023	Dezembro 2022
Serviços prestados a partes relacionadas	42.891	76.133	67.845
Comissão de colocação, estruturação, coordenação e garantia firme	3.685	7.126	15.773
Rendas de garantias prestadas	9.172	16.943	12.390
Serviços de custódia	3.461	6.479	8.113
Outras	634	1.229	1.191
Total	**59.843**	**107.910**	**105.312**

c. Benefícios a empregados

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, benefícios a empregados referem-se a:

	2º Semestre	Dezembro 2023	Dezembro 2022
Proventos	(51.955)	(109.006)	(91.089)
Encargos	(21.737)	(42.544)	(37.189)
Benefícios e treinamentos	(4.814)	(15.295)	(19.803)
Total	**(78.506)**	**(166.845)**	**(148.081)**

d. De acordo com o CPC 33 homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15, revogada pela Resolução CMN nº 4.877/20 a partir de 01/01/2021, a partir de 1º de janeiro de 2016 o Banco passou a constituir provisões sobre benefícios pós-emprego, caracterizados como benefícios de término de vínculo empregatício, os quais são reconhecidos como uma despesa quando o Banco não pode mais retirar a oferta desses benefícios e quando reconhece os custos de uma reestruturação. Caso os pagamentos sejam liquidados após 12 meses da data do balanço, os mesmos são descontados aos seus valores presentes, sendo esses:

- Seguro saúde: Trata-se da provisão do direito dos funcionários, após a aposentadoria, de serem mantidos como beneficiários do plano de saúde do Banco, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozavam quando da vigência dos seus contratos de trabalho (Lei 9.656/98 artigos 30 e 31). A provisão constituída sobre essa modalidade foi R$ 54.452 (dezembro 2022 – R$ 49.176).
- Fundo garantidor por tempo de serviços (FGTS): Trata-se da provisão da multa de 50% do FGTS, sendo 40% assegurada somente aos funcionários demitidos sem justa causa e não aos que tenham o direito do gozo do benefício de aposentadoria. Não há previsão nas políticas internas do DBSA de que funcionários aposentados serão compulsoriamente desligados do quadro funcional da empresa. Dessa maneira, o mesmo deixou de ser considerado nos cálculos atuariais de benefícios pós-emprego e passou a integrar as despesas correntes do Banco, caso houvesse desligamentos no ano de 2020 e a provisão constituída sobre essa modalidade no montante de R$ 8.277 foi revertida em 2019. Em 2020 o Instituto Brasileiro de Atuários se pronunciou oficialmente recomendando que a multa de FGTS deve ser considerada como parte do benefício pós emprego devendo compor a base de cálculo atuarial. Em 2023 a provisão constituída nessa modalidade foi de R$ 11.453 (dezembro 2022 – R$ 9.394).
- O Banco, em conjunto com seus colaboradores, patrocina o fundo de pensão MULTIPREV (fundo multipatrocinado), que tem como principal objetivo a suplementação de benefícios concedidos pela Previdência Social aos participantes e benefícios. Os planos de benefícios mantidos pela Banco são, basicamente, da modalidade de contribuição definida, sendo que também existe uma pequena parcela da modalidade de beneficio definido. Em 31 de dezembro de 2023, data da última reavaliação disponível, sendo esta anual, o plano de benefícios do Banco apresentou superavit de R$ 523.

e. Outras despesas administrativas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, outras despesas adminiatrativas referem-se a:

	2º Semestre	Dezembro 2023	Dezembro 2022
Serviços de empresas no exterior (a)	(26.794)	(59.410)	(57.228)
Serviços técnicos especializados	(9.406)	(18.583)	(18.372)
Serviços do sistema financeiro	(8.053)	(17.529)	(12.905)
Processamento de dados	(5.859)	(12.177)	(12.993)
Comunicação	(3.977)	(7.872)	(7.777)
Manutenção e conservação de bens	(3.338)	(6.594)	(7.670)
Depreciação e amortização	(2.192)	(4.158)	(3.686)
Aluguéis	(1.883)	(4.147)	(6.092)
Serviços de terceiros	(1.515)	(2.663)	(5.421)
Seguros	(870)	(1.796)	(1.457)
Viagens	(827)	(1.564)	(1.144)
Publicidade e propaganda	(785)	(1.020)	(498)
Outras	(2.410)	(5.749)	(4.378)
Total	**(67.909)**	**(143.262)**	**(139.621)**

(a) Serviços de consultoria e assessoria técnica e financeira contratados com partes relacionadas.

f. Despesas tributárias

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, despesas tributárias referem-se a:

	2º Semestre	Dezembro 2023	Dezembro 2022
PIS/COFINS	(27.212)	(38.147)	(24.984)
Imposto sobre serviços de qualquer natureza – ISS	(3.383)	(6.147)	(6.076)
Outros (IOF, IPTU e outros)	(17.427)	(28.682)	(4.979)
Total	**(48.022)**	**(72.976)**	**(36.039)**

g. Outras receitas operacionais

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, outras receitas operacionais referem-se a:

	2º Semestre	Dezembro 2023	Dezembro 2022
Renda de recebíveis	46.004	102.431	104.606
Atualização de depósitos judiciais	10.877	22.455	19.635
Dividendos sobre investimentos - ações e quotas	4.075	4.617	339
Atualização taxa Selic - tributos	615	1.336	1.212
Outras	2.254	9.897	7.434
Total	**63.825**	**140.736**	**133.226**

h. Outras despesas operacionais

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, outras despesas operacionais referem-se a:

	2º Semestre	Dezembro 2023	Dezembro 2022
Tributos incidentes na liquidação de saldos com partes relacionadas	(4.900)	(28.600)	(654)
Serviços prestados por empresas no exterior (a)	(4.284)	(10.142)	(5.356)
Multa e Juros-Programa de redução de litígios fiscais	(5.691)	(5.691)	-
Variação monetária sobre processos judiciais	(2.466)	(5.264)	(3.473)
Variação cambial sobre valores a receber	1.106	(1.038)	(17.533)
Despesas com processos judiciais/reversões	-	(235)	(2.166)
Outras	(1.535)	(4.304)	(2.170)
Total	**(17.770)**	**(55.274)**	**(31.352)**

(a) Serviços de consultoria e assessoria técnica e financeira contratados com partes relacionadas.

i. Resultado de operações de câmbio:

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, resultado de operações de câmbio referem-se a:

	2º Semestre	Dezembro 2023	Dezembro 2022
Receitas (despesas) com variação cambial	(29.022)	186.924	67.662
Receitas com exportação, importação e financeiro	17.423	31.576	16.118
Outras	23	(247)	(393)
Total	**(11.576)**	**218.253**	**83.387**

j. Acordo de compensação e liquidação de obrigações - Resolução 3.263/05

O Banco possui operações com acordos de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do SFN, firmados com pessoas jurídicas, resultando em maior garantia de liquidação financeira, com as partes com as quais possua essa modalidade de acordo. Seguem os montantes cobertos por essa modalidade:

	Dezembro 2023	Dezembro 2022
Ativo – Exposição	1.225.981	944.544
Passivo – Garantidor	(342.632)	(229.928)
Resultado líquido	**883.349**	**714.616**

k. Resultado não recorrente

Conforme disposto na Resolução BCB nº 02/2020, deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas do Banco e que não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o resultado do Banco segregado como recorrente monta a R$ 207.527 (2022 - R$ 256.141) e o resultado não recorrente totaliza o montante negativo de R$ 14.437 (2022 - zero), líquido dos efeitos fiscais.

O resultado não recorrente refere-se ao deferimento por parte da Receita Federal do Brasil da adesão do Banco ao Programa de Redução de Litígios Fiscais – PRLF relativo ao processo de desmutualização das bolsas da Corretora. O débito, que engloba não apenas o PIS e COFINS, mas também o IRPJ e CSLL, correspondia a aproximadamente R$ 49.718 e foi reduzido para R$ 17.401 em razão de um desconto de 65% sobre o valor do principal. Desse montante, R$ 12.181 foram pagos mediante a utilização de créditos fiscais advindos de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL de anos anteriores e R$ 5.220 serão pagos em dinheiro via DARF, dividido em 9 (nove) prestações mensais.

23. GERENCIAMENTO DE RISCOS

Visando o cumprimento das diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Banco Central do Brasil (BACEN) quanto à adequação aos princípios de Basileia III (Pilar 3), o qual tem por objetivo fornecer informações sobre prática no gerenciamento de riscos e os índices de capital regulatório requerido, o Deutsche Bank Brasil, doravante denominados nesta nota como Banco, apresenta estruturas tecnológicas, administrativas e de pessoal, considerando o cronograma delineado pelos reguladores, para obtenção de dados qualitativos e quantitativos utilizados nos cálculos e análises dos Riscos de Crédito, Mercado, Risco de taxa de juros na Carteira Bancária (IRRBB - Interest rate risk in the banking book), Liquidez, Operacional, Reputacional e Risco social, ambiental e climático.

Mensalmente são realizadas reuniões de comitês específicos para acompanhamento e avaliação dos riscos, com o objetivo de identificar a eficácia dos controles mitigadores de riscos, bem como a aderência dos procedimentos às normas instituídas, internas e externas. Esses processos buscam adequar as melhores políticas de alocação dos recursos em ativo e passivo administrados pelo Banco, concomitantemente com os melhores princípios de gerenciamento de riscos e controles internos, inclusive quantificando a alocação de capital que assegure a manutenção e expansão das áreas de Negócios do Banco. Tais procedimentos, em conjunto com processos continuados de aprimoramento dos controles internos, têm como objetivo subsidiar a Alta Administração, Órgãos Supervisores, auditorias e clientes do Banco, com informações que delineiam o gerenciamento de riscos e controles internos, baseada em políticas, normas e instrumentos implementados pela Administração, bem como nos preceitos normativos vigentes determinados pelas Autoridades Monetárias.

A descrição da estrutura de gerenciamento de riscos está disponível no site do Banco.

Em atendimento à Resolução CMN nº 4.557/2017 o Banco segue uma abordagem integrada de gestão de risco que garante consistência no padrão de gestão de risco, permitindo a adaptação a requisitos específicos de cada tipo de risco.

a. Risco Operacional

A estrutura de gerenciamento de risco operacional adotada pelo Banco prevê os procedimentos para identificação, avaliação, mitigação, monitoramento e controle de risco operacional. O Banco possui uma base histórica de eventos operacionais, bem como manuais de procedimentos, processos de auto avaliação de riscos e testes de estresse, que proporcionam o controle dos eventos e a adequada alocação de capital.

b. Risco de mercado e Risco de taxa de juros na Carteira Bancária

A política, as responsabilidades, os procedimentos, as metodologias e a estrutura de Riscos de Mercado e IRRBB seguem as diretrizes instituídas para controle de riscos globais do Banco, assim como a regulamentação em vigor.

Gerenciamento de Risco de Mercado

O Risco de Mercado é o risco de perdas em decorrência de movimentos adversos nos preços dos fatores de risco subjacentes às posições detidas pelo Banco.

A área de Gerenciamento de Risco de Mercado atua de forma independente das áreas de Negócios no monitoramento contínuo dos níveis de risco de mercado, através de relatórios que são gerados com diversas métricas de gerenciamento, como as sensibilidades, os valores nocionais das operações e testes de estresse da carteira.

As principais ferramentas utilizadas pelo Banco para quantificar e gerir o risco de mercado e taxas de juros na carteira bancária são:

- *Value-at-Risk* (VaR): é uma métrica que resume a exposição de um ativo e/ou carteira ao risco de mercado durante condições normais de mercado. O VaR é expresso como um valor absoluto de perda que não é esperado que seja ultrapassado por um determinado nível de confiança em um horizonte específico de tempo. O VaR é geralmente expresso como um valor monetário, que possibilita comparações diretas de possíveis classes de ativos. E 1 (um) dia de *holding period* (*Stress Testing*): medida que representa o impacto no resultado da carteira para determinado cenário de crise. O cenário é revisto periodicamente pela área de *MRM.*
- *Stress Test:* Impacto no resultado da carteira de negociação sob condições extremas de mercado. Métrica complementar ao VAR que analisa o portfólio em situações extremas (99,98%), aplicando choques fixos diariamente ao portfólio. Os choques são de 15% na taxa de câmbio (dólar) e 5% na curva de juros. Estima-se que tais magnitudes ocorram apensa um vez a cada 20 anos.

Análise de sensibilidade

Para fins de apuração dos testes de sensibilidade, as carteiras são segregadas entre negociação (Trading Book) e bancária (Banking Book). A carteira bancária pode ser tanto marcada a mercado como accrual. Para a carteiras marcadas a mercado reportamos a sensibilidade diariamente.

Risco de Taxa de juros

O monitoramento, controle e gerenciamento do risco de taxa de juros da carteira bancária do DB Brasil é realizado pela área de MRM, com base em metodologias que são consistentes com as características da carteira bancária e que consideram a maturidade, a liquidez e a sensibilidade ao risco dos instrumentos classificados nessa carteira.

Os principais controles do risco de taxa de juros da carteira bancária são:

- IRRBB – EVE: Monitorar o risco do valor econômico (marcação a mercado) dos fluxos de caixa da carteira bancária do DB Brasil em diferentes cenários de taxas de juros, fluxos de caixas (pré-pagamento de operações pré-fixadas) e moedas;
- IRRBB – NII: Monitorar o impacto de alterações na taxa de juros sobre o resultado de intermediação financeira oriundo da carteira bancária do DB Brasil no horizonte de um (1) ano;
- Valor do capital mantido para a cobertura do risco de variação das taxas de juros em instrumentos classificados na Carteira Bancária (IRRBB): O DB Brasil utiliza para cálculo do capital requerido para o risco de taxa de juros da Carteira Bancária o valor máximo positivo obtido entre os cenários Delta EVE e Delta NII;
- PV01 da Carteira Bancária: Relatório diário com as sensibilidades do preço da carteira bancária no que diz respeito às mudanças na taxa de juros subjacente.
- Perdas e Ganho embutidos: Monitoramento da assimetria contábil definido como diferença das posições marcadas a mercado e valor accrual na contabilidade dentro da carteira bancária.

Date	Total VaR*
30-Dez-22	4.961.581
30-Jun-23	8.168.061
30-Dez-23	11.226.097

*Em reais.

c. Risco de crédito

O Banco possui políticas e estratégias visando minimizar o risco decorrente da exposição ao risco de crédito, abrangendo todos os instrumentos financeiros que possam gerá-lo, tais como títulos privados, derivativos, garantias prestadas e eventuais riscos de liquidação das operações.

Princípio e Estratégia de Gerenciamento de Risco de Crédito

O Banco gerencia o risco de crédito de uma forma coordenada em todos os níveis da Organização. Os seguintes princípios sustentam o princípio de gerenciamento de risco de crédito:

- Todas as divisões de crédito devem obedecer aos mesmos padrões nos seus respectivos processos de decisão de crédito;
- A aprovação de limite de crédito para clientes e o gerenciamento de exposição ao risco de crédito devem estar de acordo com as políticas e estratégias do Banco;
- O Banco mensura e consolida todas as exposições e cada grupo econômico de forma global.

Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito

A Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito do Banco está definida na Política de Gerenciamento do Risco de Crédito – Deutsche Bank Brasil – em cumprimento à Resolução CMN nº 4.557/2017, aprovada pelo Comitê da Diretoria Executiva. A respectiva Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito está divulgada na intranet e na webpage local do Banco. A mesma se encontra publicada em conjunto com as demonstrações contábeis que contém um resumo da descrição da estrutura de gerenciamento do risco de crédito na webpage do Banco.

As atividades ligadas ao gerenciamento de risco de crédito são realizadas pela área de CRM (Credit Risk Management - Gerenciamento de Risco de Crédito), sendo essa área segregada das demais áreas de Negócios do Banco, bem como da área de Auditoria Interna. A área de CRM do Banco é responsável por:

- Gerenciar o risco de crédito do Banco;
- Tomar decisões de crédito relacionadas a transações para clientes brasileiros. As subsidiárias de empresas multinacionais (Multi-National Company – MNC) são cobertas pela equipe de subsidiárias de MNC dentro da divisão global de CRM;
- Submeter nomes para inclusão na lista de observação (Watchlist) e participação nas reuniões de atualização da Watchlist para manter a gerência sênior atualizada sobre os créditos de risco crescente;
- Preparar relatórios de crédito para revisão periódica.
- Possibilitar que todos os sistemas e modelos utilizados no gerenciamento do risco de crédito sejam compreendidos adequadamente pelos integrantes da área de CRM.

O Banco mantém uma quantidade suficiente de profissionais tecnicamente qualificados em suas áreas de concessão de crédito e monitoramento da carteira de crédito e não adota qualquer tipo de estrutura remuneratória que incentive comportamentos incompatíveis com um nível de risco considerado prudente nas políticas e estratégias de longo prazo adotadas pelo Banco.

Limites de Crédito

Os limites de crédito estabelecem o valor máximo de risco de crédito que o Banco está disposto a assumir junto a uma contraparte/Grupo econômico, por rating, prazo, produto, garantias e retornos.

Os limites de crédito são estabelecidos pela área de CRM através da execução das autoridades de crédito atribuídas.

A autoridade de crédito reflete o mandato de aprovar novos limites de crédito, bem como aumentar, renovar ou alterar limites vigentes. A autoridade de crédito é individual e atribuída de acordo com o nível de qualificação e experiência do profissional. São necessários 2 aprovadores para cada decisão de crédito, tendo pelo menos um deles a alçada mínima correspondente.

Os limites operacionais referentes a alçadas de aprovação do risco de crédito são revisados e submetidos para aprovação do Comitê da Diretoria Executiva com periodicidade mínima anual.

Classificação do Risco de Crédito e Provisionamento

Uma das ferramentas utilizadas na avaliação do risco e estabelecimento de limite de crédito é o rating interno atribuído às contrapartes. O Grupo DB conta com área global especializada em atribuição de rating, responsável pelo desenvolvimento, validação e a manutenção dos modelos adotados (GCAF: Global Credit Analytics Function).

Os sistemas de classificação e gerenciamento de risco do Banco são periodicamente revisados, tanto pelo BACEN quanto pela área de Auditoria Interna. O sistema de rating do Grupo DB, possui vinte e uma (21) escalas que vão de iAAA a iD, sendo que o primeiro rating reflete a melhor qualidade de crédito e o último, a pior – consequentemente, a cada nível de rating corresponde um percentual de provisionamento.

Sobre a carteira de operações de crédito e de outros créditos com característica de concessão de crédito, são aplicados critérios de provisionamento. Para fins de constituição de provisão, a qual visa refletir o nível de risco adequado em cada operação, são considerados todos os aspectos determinantes de risco de crédito, entre os quais destacamos a avaliação e classificação do cliente ou grupo econômico, a classificação da operação, a eventual existência de valores em atraso e as garantias existentes.

Os aspectos acima mencionados são considerados na definição dos ratings internos dos clientes os quais são mapeados para a tabela de ratings do BACEN, conforme estabelecidos na Resolução CMN nº 2.682/1999. Para fins de provisionamento, leva-se em consideração a comparação do provisionamento apurado pela metodologia estabelecida segundo essa resolução e a perda esperada (expected loss) apurada de acordo com a Resolução CMN nº 4.557/2017. O provisionamento final deve ser o maior.

Risco de Contraparte

O risco de crédito de contraparte, ao qual o Banco está exposto, é representado pela possibilidade de perda em razão do não cumprimento, por determinada contraparte, das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros, incluindo a liquidação de instrumentos financeiros derivativos ou pela deterioração da qualidade creditícia da contraparte.

O Banco mantém controle sobre a posição líquida (diferença entre contratos de compra e venda) e potencial exposição futura das operações onde existe o risco de contraparte. Toda exposição ao risco de contraparte faz parte dos limites gerais de crédito concedidos aos clientes do Banco.

Mitigadores do Risco de Crédito

Várias técnicas de mitigação de crédito são proativamente empregadas a fim de reduzir o risco de crédito do portfólio. Os mitigantes de risco são de forma geral divididos em três categorias:

- Transferência de risco a uma terceira parte;
- Garantias ou colaterais;
- Netting ou compensação.

A transferência de risco a terceiros é uma parte relevante do processo de gerenciamento de risco e é executado de várias formas, sejam venda do risco, hedge simples ou de um portfólio ou através de seguro de crédito.

As garantias são sujeitas a frequentes avaliações e revisões, dependendo de suas características específicas e ambiente jurídico.

Embora essas técnicas possam garantir ou possam ser uma fonte alternativa de repagamento, elas não substituem os elevados padrões de concessão de crédito que tem na contraparte a fonte primária de repagamento.

Monitoramento do Risco de Crédito

O monitoramento das exposições do portfólio sujeitas ao risco de crédito é feito continuamente pela área de CRM. As diretrizes de apetite ao crédito são igualmente monitoradas e revisadas de forma regular, de forma a estarem em linha com diferentes estágios de ciclo de crédito, bem como adequadas ao ambiente macroeconômico vigente e às necessidades do negócio.

Nesse contexto, o Banco mantém processos capazes de identificar e agregar, de forma contínua, as exposições sujeitas ao risco de concentração, através de relatórios periódicos que são apresentados e debatidos nas reuniões mensais do CROC (Comitê de Supervisão de Risco e Capital - Capital and Risk Oversight Committee).

A área de CRM elabora relatórios de crédito que são apresentados mensalmente ao CROC e posteriormente encaminhados para conhecimento da Diretoria Executiva (BoD – Board of Directors). Estes relatórios, em linha com as políticas internas e exigências regulatórias, visam prover visão geral sobre o desempenho do portfólio de crédito e incluem as seguintes informações:

- Exposição geral;
- Abertura por classificação de risco;
- Exposições sujeitas ao risco de concentração;
- Maiores devedores;
- Posição dos provisionamentos;
- Aprovações relevantes e recentes revisões de classificação de risco;
- Avaliação e a expectativa de desempenho das exposições ao risco de crédito, abordando sua classificação e as respectivas provisões;
- Exposições significativas caracterizadas como ativos problemáticos, incluindo características, histórico e perspectivas de recuperação;
- Informações sobre execução de mitigadores e exposições em reestruturação; e
- Demais informações que vierem a ser relevantes.

As revisões de crédito de clientes cujas operações excedem 5% do PL Ajustado do Banco, são feitas em base semestral. Para tanto, todo mês a área de CRM faz um controle dos nomes elegíveis e elabora um relatório para cumprimento à Resolução CMN nº 2.682/1999.

Ao menor sinal de deterioração da qualidade de um crédito as ações de monitoramento são intensificadas e os créditos problemáticos são incluídos em uma lista de monitoramento (Watch List) e passam a ser acompanhados trimestralmente.

CRM também monitora as utilizações em aberto nos limites de crédito, através de relatórios de excedentes distribuídos para todos os analistas de crédito em base diária. Todos os excedentes dos limites de crédito são investigados e apenas encerrados mediante solução definitiva. Os excedentes de crédito que tenham sido deliberadamente causados pela área de negócios precisam ser imediatamente informados à Diretoria Executiva do Banco.

Sistemas de Crédito

Para garantir a visão geral, completa e abrangente do portfólio de crédito do Banco, a área de CRM opera uma plataforma totalmente integrada de gerenciamento de risco que incorpora informações de diversos sistemas das áreas de Negócios e de Infraestrutura.

Os sistemas fornecem:

- Hierarquia precisa de clientes (incluindo conjuntos de redes), conforme estipulado nos acordos legais entre o Banco e o cliente;
- Classificações de *rating* por contraparte e probabilidade de perda para cada transação/ limite para suportar o cálculo do capital econômico do Banco;
- Recursos de verificação pré-negociação para as áreas de Negócios;
- Informações precisas sobre os termos dos limites de crédito, conforme definidos nas respectivas aprovações de crédito;
- Informação sobre o volume de utilização dos limites de crédito;
- Descrição do setor de atividade, país de localização e demais dados estáticos de forma a permitir adequada gestão do portfólio e periódicas revisões setoriais.

d. Risco de liquidez

Risco de liquidez é a possibilidade do Banco não honrar suas obrigações em qualquer momento, seja pelo resgate antecipado de depósitos ou aumento de obrigações/garantias.

O gerenciamento de risco de liquidez estabelecido pela Resolução nº 4.557/2017 do Conselho Monetário Nacional e alinhado às diretrizes globais do Grupo Deutsche Bank é executado pela área de Treasury - Tesouraria, que é uma unidade segredada das áreas de negócios, auditoria interna e gestão de recursos de terceiros. Treasury é responsável pela identificação, mensuração, gerenciamento do risco de liquidez e sua aplicação, além disso, tem autoridade para executar as medidas necessárias para manter o risco de liquidez em nível adequado.

Os temas referentes ao risco de Liquidez são discutidos mensalmente no CROC e BoD – Board of Directors – Diretoria Executiva.

Processos:

As principais ferramentas utilizadas no Gerenciamento do Risco de Liquidez são:

- Teste de Estresse de Liquidez;
- Saída Máxima de Caixa;
- Saída Máxima de Caixa por Moedas;
- Teste de Aderência de Liquidez;
- Composição Diária de Caixa;
- Perfil das Captações
- Reserva Mínima de Liquidez;
- Aprovação de Novos Produtos; e
- Plano de Contingência de Liquidez.

Buscando gerenciar de forma prospectiva o Risco de Liquidez do Banco, foi estabelecido o Plano de Contingência de Liquidez que define responsabilidades e procedimentos a serem adotados em caso de crise sistêmica ou idiossincrática de liquidez. Estrutura de gerenciamento de capital

Estrutura de Gerenciamento de Capital

A estrutura de gerenciamento de capital tem por objetivo garantir que o Banco mantenha um nível de capital adequado a partir das perspectivas econômicas e regulatórias, conforme estabelecido pela Resolução nº 4.557/2017 do Conselho Monetário Nacional e os níveis definidos no apetite de risco interno do DB Brasil.

Responsabilidade

A área de Treasury é responsável por garantir que o Banco mantenha um nível adequado de capital a partir das perspectivas econômicas e regulatórias. Também é de responsabilidade da área implementar a estrutura de gerenciamento de capital e emitir diretrizes internas com o intuito de executar todas as medidas necessárias para o gerenciamento do capital do Banco.

Plano de Capital

O Banco administra um modelo de capital prospectivo, desta forma, procurando alinhar o plano de capital com o planejamento estratégico para um horizonte mínimo de três anos.

O plano é elaborado considerando as principais oportunidades e ameaças apresentadas no mercado, projeções de balanços, receita, despesas e distribuição/retenção de dividendos.

Processos de Gerenciamento de Capital

- Relatórios Gerenciais distribuídos diariamente e mensalmente;
- Plano de Capital;
- Simulação de Eventos Severos atrelado ao Plano de Contingência de Capital; e
- Aprovação de novos produtos.

Responsabili*d*ade Social Ambiental e Climática

Associado às diretrizes de sustentabilidade definidas do Grupo DB e em aderência a Resolução 4.945/21 do Banco Central do Brasil, o DB Brasil assume o compromisso com a proteção social, ambiental e climática como parte de seu modelo de negócios, adequado à dimensão e à relevância de suas operações e complexidade de produtos, serviços e atividades. Dessa forma, o DB Brasil exige que suas operações não se envolvam em atividades que possam causar danos à sociedade e seus indivíduos, através do desrespeito aos diretos humanos e/ou o bem-estar da população e, também, danos ao meio ambiente e/ou o patrimônio histórico.

24. EVENTO SUBSEQUENTE

No final do mês de março de 2024, uma decisão em primeira instância trouxe novos elementos para consideração do risco de uma das contingências classificadas com risco de perda possível, conforme indicado na nota explicativa 18. Com base nos novos fatos sobre o caso o prognóstico de perda passará a ser considerado provável a partir do mês de março. Apesar da sentença proferida, o Banco irá recorrer da decisão.

DIRETORIA

Luís Flávio Muzzi Mendes
Diretor Presidente

Eduardo Saito | Elaine Nascimento (Diretora responsável pela contabilidade) | Guilherme Bernasconi Daniel | Jaime Castromil Lassala | Mateus Praxedes Souza | Ricardo Andrade Cunha | Rui Fernando Ramos Alves

DIRETORA RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE

Elaine Nascimento

CONTADORA

Juliana Sayuri Oda - CRC 1SP 282682/O-6

www.db.com/brasil

Continua...

Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão

Subsidiária do Deutsche Bank Aktiengesellschaft - Frankfurt/Main - RFA
CNPJ nº 62.331.228/0001-11
Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.900 - 13º andar - CEP 04538-132
São Paulo - SP

Demonstrações Financeiras

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Introdução
Em cumprimento à Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.910/21, encontra-se instalado o Comitê de Auditoria do Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão ("Banco"). As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração do Banco, da Auditoria Externa, da Auditoria Interna e dos demais comitês corporativos assim como nas suas próprias análises.
Conforme estabelecido pelo artigo 9º da Resolução CMN nº 4.910/21, os membros independentes do Comitê de Auditoria foram aprovados pelo Banco Central do Brasil na data de 31 de janeiro de 2024 e tomaram posse na data de 21 de fevereiro de 2024.

Atividades do Comitê
Compete ao Comitê zelar pela integridade e qualidade das demonstrações financeiras do Banco, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos da auditoria externa e da auditoria interna, pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos. Nesse contexto, o Comitê reuniu-se, no mínimo, trimestralmente durante o exercício de 2023 e realizou a reunião de encerramento no dia 25 de março de 2024.

Sistema de Controles Internos e Cumprimento da Legislação, da Regulamentação e das Normas Internas
O Comitê considera que as atribuições e responsabilidades, assim como os procedimentos relativos à avaliação e monitoramento dos riscos legais, estão definidos e continuam sendo praticados de acordo com as orientações corporativas. O Comitê, com base nas informações recebidas das áreas responsáveis, nos trabalhos de auditoria interna e nos relatórios produzidos pela auditoria externa, bem como devidamente suportado pelas informações e relatórios dos comitês corporativos do Banco, conclui que não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade do Banco.

Auditoria Externa
O Comitê discutiu com os auditores independentes os resultados dos trabalhos e suas conclusões sobre a auditoria das demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2023. Os principais pontos discutidos relacionaram-se com as práticas contábeis, recomendações e demais apontamentos nos relatórios de controles internos, assim como da apresentação das demonstrações financeiras. O Comitê avalia como satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas pela Auditoria Externa, as quais apoiam sua opinião acerca da integridade das demonstrações financeiras.

Auditoria Interna
Com relação aos trabalhos da Auditoria Interna, o Comitê revisa o planejamento e os trabalhos realizados, bem como os relatórios produzidos, verificando e acompanhando as recomendações.

Demonstrações Financeiras
O Comitê reuniu-se com os responsáveis pelas áreas de Contabilidade, Controles Internos e Auditorias Interna e Externa, para análise das demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2023. Foram discutidos e revisados os principais aspectos relativos à preparação e apresentação de tais demonstrações, incluindo a análise das principais práticas contábeis e o atendimento pelo Banco dos regulamentos e da legislação aplicável. O Comitê constatou que as demonstrações financeiras estão apropriadas em relação às práticas contábeis e à legislação societária brasileira, bem como às normas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil.

Conclusão
Com base nas considerações acima, e em decorrência dos trabalhos e avaliações realizados, o Comitê entende que as demonstrações contábeis apresentadas para o encerramento do exercício de 2023 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis vigentes e recomenda sua aprovação à Diretoria Executiva.

São Paulo, 25 de março de 2024

ELAINE NASCIMENTO	ALVIR ALBERTO HOFFMANN	ROSANGELA DOS SANTOS
Diretora e Presidente do Comitê de Auditoria	Membro Independente do Comitê de Auditoria	Membro Independente do Comitê de Auditoria

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores do
Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão
São Paulo

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras do Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão ("Banco") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria
Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco.

1. Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito
A administração exerce julgamento significativo para fins da determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de acordo com o determinado pela Resolução nº 2.682/99 do Banco Central do Brasil. Conforme divulgado na nota explicativa n° 10 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2023, o saldo bruto de operações de crédito é de R$ 2.119.397 mil, para o qual foi constituída provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de R$ 4.640 mil.
Consideramos essa área como significativa em função: (i) da relevância do saldo de operações de crédito, sujeitas à avaliação de perda; (ii) da situação econômica do País e do mercado em que os tomadores de crédito estão inseridos; (iii) do julgamento aplicado pela administração em relação à atribuição de "ratings" que determinam o nível de provisão mínimo individual por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; e (iv) do processo de reconhecimento da receita de juros com as operações de crédito.

Como nossa auditoria conduziu o assunto
Em nossos trabalhos de auditoria consideramos o entendimento do processo estabelecido pelo Banco, bem como a realização de testes de controles relacionados com: (i) a originação das operações; (ii) a análise e aprovação de operações de crédito considerando os níveis de alçadas estabelecidas; (iii) atribuição de níveis de "rating" por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; (iv) atualização de informações dos tomadores de crédito; (v) análise das liquidações ocorridas; e (vi) suspensão do reconhecimento de receita sobre operações de crédito vencidas há mais de 59 dias; entre outros.
Nossos procedimentos de auditoria também incluíram a realização, em base amostral, de testes relativos à análise da documentação que consubstancia o nível de provisionamento das operações, recálculo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com base nos ratings atribuídos, a confirmação da existência por meio de circularização, análise de contratos e liquidações, recálculo do saldo em aberto na data-base, além de testes de conciliação da base de dados de operações com os registros contábeis e recálculo do total da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.
Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, que está consistente com a avaliação do Banco, consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração, assim como a respectiva divulgação na nota explicativa n°10 às demonstrações financeiras, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

2. Recuperabilidade dos créditos tributários
O Banco possui ativo fiscal diferido, constituído sobre diferenças temporárias e prejuízo fiscal na apuração da base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, para as quais as diferenças temporárias são decorrentes principalmente de despesas de perdas esperadas associadas ao risco de crédito, provisão para contingências e benefícios pós-emprego.
Consideramos um dos principais assuntos de auditoria devido ao expressivo montante registrado, e pelo fato do estudo de realização desses ativos envolver um alto grau de julgamento na determinação de premissas sobre a performance futura do Banco, conforme descrito na nota explicativa nº 13 às demonstrações financeiras.

Como nossa auditoria conduziu o assunto
Dentre outros procedimentos, analisamos a metodologia e as premissas utilizadas pela diretoria no estudo de realização dos créditos tributários, incluindo as projeções de resultados futuros, bem como o atendimento aos requerimentos do Banco Central do Brasil. Verificamos a exatidão matemática no cálculo e a consistência entre os dados utilizados e os saldos contábeis, assim como as avaliações anteriores e a razoabilidade das premissas utilizadas. Também analisamos a sensibilidade sobre tais premissas, para avaliar o comportamento das projeções com suas oscilações e a suficiência das divulgações em notas explicativas.
Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os créditos tributários, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas relacionadas ao estudo de realização, incluindo as projeções de resultados futuros, preparados pela diretoria do Banco, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa n° 13 às demonstrações financeiras, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. Ambiente de tecnologia
As operações do Banco são extremamente dependentes do funcionamento apropriado da estrutura de tecnologia e seus sistemas, razão pela qual consideramos o ambiente de tecnologia como um dos principais assuntos de auditoria. Devido à natureza do negócio e volume de transações do Banco, a estratégia de nossa auditoria é baseada na eficácia do ambiente de tecnologia.

Como nossa auditoria conduziu o assunto
Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia ("ITGCs") implementados pelo Banco para os sistemas considerados relevantes para o processo de auditoria. A avaliação dos ITGCs incluiu o envolvimento de especialistas em tecnologia para nos auxiliarem na execução de procedimentos de auditoria desenhados para avaliar os controles sobre os acessos, gestão de mudanças e outros aspectos de tecnologia. No que se refere à auditoria dos acessos, analisamos, em bases amostrais, o processo de autorização e concessão de novos usuários, de revogação tempestiva de acesso a colaboradores transferidos ou desligados e de revisão periódica de usuários.
Nossos testes do desenho e da operação dos ITGCs e dos controles automatizados considerados relevantes para os procedimentos de auditoria efetuados forneceram uma base para que pudéssemos continuar com a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos de auditoria.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor
A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.
Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de março de 2024.

EY Building a better working world
ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP-034519/O

Marilia Nascimento Soares
Contadora CRC-SP301194/O

www.db.com/brasil